

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – CURSO DE DOUTORADO

ALEXANDRE LUÍS PONCE MARTINS

MOBILIDADE IDEOLÓGICA: TERRITORIALIZAÇÕES A PARTIR DA  
ALTERNÂNCIA DE GOVERNOS PROGRESSISTAS E CONSERVADORES NAS  
ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DA NOVA REPÚBLICA NO BRASIL

MARINGÁ  
2021

ALEXANDRE LUÍS PONCE MARTINS

MOBILIDADE IDEOLÓGICA: TERRITORIALIZAÇÕES A PARTIR DA  
ALTERNÂNCIA DE GOVERNOS PROGRESSISTAS E CONSERVADORES NAS  
ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DA NOVA REPÚBLICA NO BRASIL

Tese de doutorado apresentada por Alexandre Luís Ponce Martins ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá como requisito parcial para obtenção do título de doutor em Geografia.

Orientador: Professor Dr. Henrique Manoel da Silva.

MARINGÁ  
2021

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

M386m

Martins, Alexandre Luís Ponce

Mobilidade ideológica : territorializações a partir da alternância de governos progressistas e conservadores nas eleições presidenciais da nova república no Brasil / Alexandre Luís Ponce Martins. -- Maringá, PR, 2021.

363 f.: il. color., figs., maps.

Orientador: Prof. Dr. Henrique Manoel da Silva.

Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2021.

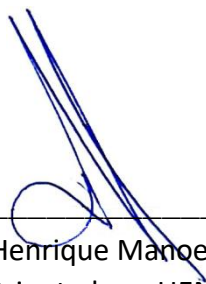
CDD 23.ed. 320.5

MOBILIDADE IDEOLÓGICA: TERRITORIALIZAÇÕES A PARTIR DA ALTERNÂNCIA DE GOVERNOS PROGRESSISTAS E  
CONSERVADORES NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DA NOVA REPÚBLICA NO BRASIL

Tese de Doutorado apresentada à Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Geografia, área de concentração: Análise Regional e Ambiental, linha de pesquisa Produção do Espaço e Dinâmicas Territoriais.

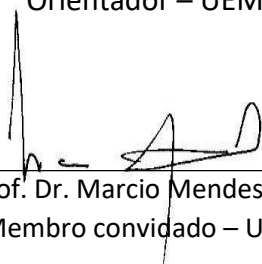
Aprovada em **14 de abril de 2021.**

BANCA EXAMINADORA



---

Prof. Dr. Henrique Manoel da Silva  
Orientador – UEM



---

Prof. Dr. Marcio Mendes Rocha  
Membro convidado – UEM



---

Prof.ª Dr.ª Maria das Graças de Lima  
Membro convidado – UEM



---

Prof. Dr. Marcos Aurelio Saquet  
Membro convidado – UNIOESTE



---

Prof. Dr. Fabio Rodrigues da  
Costa Membro convidado -  
UNESPAR

Às minhas avós e avôs

Maria da Conceição de Oliveira  
Mariana Gonçalves Martins (*in memoriam*)  
Braz Ponce Martins e (*in memoriam*)  
Sandoval Luiz de Oliveira (*in memoriam*)

## AGRADECIMENTOS

À minha esposa, Vivian Rafaella Prestes Ponce, por me apoiar constantemente durante a construção desta tese.

Aos meus pais, Silvia da Conceição de Oliveira Martins, por me estimular a estudar desde muito cedo e Gines Ponce Martins, por ser uma referência na questão da curiosidade e conhecimento.

À minha irmã, Gelise Cristine Ponce Martins, pelo companheirismo e inspiração no acesso ao ensino superior.

À minha sobrinha, Alícia Ponce Menezes, por ser motivo de orgulho e alegria, acompanhar seu crescimento é incentivo a continuar lutando por um país melhor para seu futuro.

Ao meu orientador, Henrique Manoel da Silva, por me aceitar como seu orientando e transmitir valioso conhecimento, levarei estes ensinamentos para toda a vida.

Aos queridos Professores:

Maria das Graças de Lima, por me acompanhar nos primeiros passos na vida acadêmica e aceitar o convite na defesa desta pesquisa;

Márcio Mendes Rocha, em razão de seu auxílio na orientação para a dissertação e obtenção de meu título de mestre;

Marcos Aurélio Saquet, por aceitar a participação na banca de defesa, contribuindo valiosamente com o resultado deste trabalho;

Pedro Jorge de Freitas, por muito auxiliar durante este processo, com colocações e informações oportunas na banca de qualificação;

Fabio Rodrigues da Costa, por aceitar participar da defesa e cooperar significativamente com o texto final aqui apresentado.

A todos os colegas e amigos que sempre estiveram presentes em constante apoio, especialmente àqueles do Núcleo de Estudos de Mobilidade e Mobilização (NEMO).

Esta tese foi realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) por meio do Programa de Demanda Social (PDS).

*Da mesma forma que o neoliberalismo surgiu como uma resposta à crise dos anos 1970, o caminho a ser escolhido hoje definirá o caráter da próxima evolução do capitalismo.*

***David Harvey***

## RESUMO

A política é expressiva para a construção da espacialidade, por meio dela é possível, a partir da democracia representativa, estabelecer um vínculo entre os cidadãos e a gestão do território no qual vivem. Esta tese delimitou um processo denominado mobilidade ideológica, que representa as mudanças de leitura da perspectiva da população em relação a projetos de governos mais progressistas, quando há noção de maior preocupação com justiça social ou mais conservadores, quando a prioridade é a manutenção do equilíbrio na economia. Essa mobilidade opera tendo como ponto de partida dois fatores: primeiramente, o desgaste da situação mediante uma crise econômica; e, em segundo, a insatisfação dos grupos hegemônicos de poder, que procuram uma nova configuração de administração governamental para evitar perdas de capital e de privilégios. Dessa maneira, é pertinente o pressuposto desta pesquisa, pois é perceptível que as consequências do processo incidem na relação socioespacial. De um modo geral, o objetivo da tese é conceituar a mobilidade ideológica e corroborar seu processo durante a Nova República no Brasil, ou seja, após o ano de 1985. Os resultados encontrados consentiram a tabulação dos saldos eleitorais e o mapeamento da territorialização da mobilidade ideológica atendendo a preferência da maioria em cada unidade federativa. Esses pleitos, em correlação com momentos de crises econômicas e interesses de classes hegemônicas, permitiram compreender que o processo ocorreu duas vezes no período, isto é, no ano de 2002, em um movimento progressista, e no ano de 2018, em um deslocamento conservador. É pertinente colocar que a pesquisa utilizou como método de análise o materialismo histórico dialético, apreciação autenticada geograficamente no presente material a partir da construção de territórios de preferência eleitoral. Releva-se que a consideração da mobilidade ideológica é preponderante para a interpretação das transformações do espaço natural e das suas inter-relações sociais, já que os programas conservadores e progressistas apresentam prioridades distintas quanto à possibilidade de resguardo aos recursos disponíveis e da qualidade de vida das camadas mais vulneráveis da população. Essas, por seu turno devem dispor de fatores que amparem sua luta por direitos e equidade, subsídios que esta tese pretende sustentar com a geografia política eleitoral.

Palavras-chave: Geografia política eleitoral. Classes sociais. Esquerda. Direita. Capitalismo.



## ABSTRACT

The policy is expressive for the construction of spatiality, through it is possible, based on representative democracy, to establish a link between citizens and the management of the territory in which they live. This thesis delimited a process called ideological mobility, which represents changes in the reading of the population's perspective in relation to more progressive government projects, when there is a notion of greater concern for social justice or more conservative, when the priority is to maintain balance in society. economy. This mobility operates with two factors as a starting point: first, the deterioration of the situation through an economic crisis; and, second, the dissatisfaction of the hegemonic groups of power, which seek a new configuration of government administration to avoid losses of capital and privileges. Thus, the assumption of this research is pertinent, as it is noticeable that the consequences of the process affect the socio-spatial relationship. In general, the objective of the thesis is to conceptualize ideological mobility and corroborate its process during the New Republic in Brazil, that is, after 1985. The results found allowed the tabulation of electoral balances and the mapping of the territorialization of mobility ideological meeting the preference of the majority in each federative unit. These claims, in correlation with moments of economic crises and interests of hegemonic classes, allowed us to understand that the process occurred twice in the period, that is, in the year 2002, in a progressive movement, and in the year 2018, in a conservative displacement . It is pertinent to state that the research used dialectical materialism as an analysis method, a geographically authenticated appreciation of the present material from the construction of territories of electoral preference. It should be noted that the consideration of ideological mobility is preponderant for the interpretation of the transformations of the natural space and its social interrelations, since the conservative and progressive programs have different priorities regarding the possibility of safeguarding the available resources and the quality of life. of the most vulnerable sections of the population. These, in turn, must have factors that support their struggle for rights and equity, subsidies that this thesis intends to sustain with the electoral political geography.

Keywords: Political electoral geography. Social classes. Left. Right. Capitalism.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### FIGURAS

Figura 1 - Estratos e classes sociais no capitalismo .....	44
Figura 2 - Classes sociais do Brasil conforme Jessé Souza .....	171
Figura 3 – Escala vertical do Habitus.....	224
Figura 4 - Mapa com o resultado proporcional dos candidatos das eleições presidenciais do Brasil de 1994 por unidades federativas – Segundo Turno .....	240
Figura 5 - Mapa com o resultado proporcional dos principais candidatos das eleições presidenciais do Brasil de 1994 por unidades federativas – Primeiro Turno.....	249
Figura 6 - Evolução das intenções de voto em Lula e FHC e avaliação do Plano Real (em %) .....	254
Figura 7 - Mapa com o resultado proporcional dos principais candidatos das eleições presidenciais do Brasil de 1998 por unidades federativas – Primeiro Turno.....	258
Figura 8 - Mapa com o resultado proporcional dos candidatos das eleições presidenciais do Brasil de 2002 por unidades federativas – Segundo Turno .....	265
Figura 9 - Mapa com o resultado proporcional dos candidatos das eleições presidenciais do Brasil de 2006 por unidades federativas – Segundo Turno .....	273
Figura 10 - Mapa com o resultado proporcional dos candidatos das eleições presidenciais do Brasil de 2010 por unidades federativas – Segundo Turno .....	282
Figura 11 - Mapa com o resultado proporcional dos candidatos das eleições presidenciais do Brasil em 2014 por unidades federativas – Segundo Turno .....	294
Figura 12 - Mapa com o resultado proporcional dos candidatos das eleições presidenciais do Brasil de 2018 por unidades federativas – Segundo Turno .....	310
Figura 13 – Pesquisa de avaliação do Governo Bolsonaro em setembro de 2020 e histórico de aprovação desde o início do mandato .....	317
Figura 14 - Mapas comparativos quanto aos resultados proporcionais dos candidatos das eleições presidenciais do Brasil em 1998 e 2002 por unidades federativas.....	328
Figura 15 - Mapas comparativos quanto aos resultados proporcionais dos candidatos das eleições presidenciais do Brasil em 2014 e 2018 por unidades federativas – Segundo Turno .....	337

## QUADROS

Quadro 1: Paralelo entre os enfoques neoclássicos e neomarxistas em migração .....	39
Quadro 2 - Aparelhos ideológicos do Estado (AIE).....	63
Quadro 3 - Espectro políticos segundo critérios de igualdade-desigualdade e liberdade-autoridade .....	106
Quadro 4 - Ideologias por planos de abstração.....	110
Quadro 5 - Ideologias por fatores econômicos .....	112
Quadro 6 - Ciclos Kondratieff e eventos históricos correlacionados à respectiva crise até a Primeira Guerra Mundial.....	129
Quadro 7 - Ciclos Kondratieff e eventos históricos correlacionados à respectiva crise após a Segunda Guerra Mundial.....	136
Quadro 8 - Proporção da classe média brasileira por fração e percepção ideológica .....	179
Quadro 9– Resultado do Segundo Turno das eleições presidenciais do Brasil em 1989 .....	238
Quadro 10 – Resultado do Segundo Turno das eleições presidenciais do Brasil em 1989....	239
Quadro 11 - Resultado do Segundo Turno das eleições presidenciais do Brasil em 1989 por unidade federativa.....	241
Quadro 12 – Ciclos e pactos políticos do Brasil Independente .....	243
Quadro 13 – Resultado do Primeiro Turno das eleições presidenciais do Brasil em 1994....	248
Quadro 14– Resultado do Primeiro Turno das eleições presidenciais do Brasil em 1994 quanto aos dois primeiros colocados em cada unidade federativa .....	252
Quadro 15 - Resultado do Primeiro Turno das eleições presidenciais do Brasil em 1998....	257
Quadro 16 - Resultado do Primeiro Turno das eleições presidenciais do Brasil em 1998 quanto aos dois primeiros colocados em cada unidade federativa .....	259
Quadro 17 - Resultado do Primeiro Turno das eleições presidenciais do Brasil em 2002....	263
Quadro 18 – Resultado do Segundo Turno das eleições presidenciais do Brasil em 2002....	264
Quadro 19 - Resultado do Segundo Turno das eleições presidenciais do Brasil em 2002 por unidade federativa.....	266
Quadro 20 - Resultado do Primeiro Turno das eleições presidenciais do Brasil em 2006....	270
Quadro 21 - Resultado do Segundo Turno das eleições presidenciais do Brasil em 2006....	272
Quadro 22 - Resultado do Segundo Turno das eleições presidenciais do Brasil em 2006 por unidade federativa.....	274

Quadro 23 - Resultado do Primeiro Turno das eleições presidenciais do Brasil em 2010.....	280
Quadro 24 – Resultado do Segundo Turno das eleições presidenciais do Brasil em 2010....	281
Quadro 25 - Resultado do Segundo Turno das eleições presidenciais do Brasil em 2010 por unidade federativa.....	283
Quadro 26 - Resultado do Primeiro Turno das eleições presidenciais do Brasil em 2014.....	291
Quadro 27 - Resultado do Segundo Turno das eleições presidenciais do Brasil em 2014.....	292
Quadro 28 - Resultado do Segundo Turno das eleições presidenciais do Brasil em 2014 por unidade federativa.....	295
Quadro 29 - Resultado do Primeiro Turno das eleições presidenciais do Brasil em 2018.....	307
Quadro 30 - Resultado do Segundo Turno das eleições presidenciais do Brasil em 2018.....	309
Quadro 31 - Resultado do Segundo Turno das eleições presidenciais do Brasil em 2018 por unidade federativa.....	312
Quadro 32 - Comparativo da última pesquisa eleitoral de preferência de voto dos pleitos de 1998 e 2002 com divisão por escolaridade.....	326
Quadro 33 - Comparativo dos votos válidos recebidos pelo PSDB entre primeiro turno de 1998 e o segundo turno de 2002.....	330
Quadro 34 - Comparativo da última pesquisa eleitoral de preferência de voto dos pleitos de 2014 e 2018 com divisão por escolaridade.....	335
Quadro 35 - Comparativo dos votos válidos recebidos pelo PT entre os segundos turnos de 2014 e 2018 .....	339

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIE	Aparelhos Ideológicos do Estado
APA	<i>American Psychological Association</i>
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BNDS	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
FGTS	Fundo de Garantia de Tempo de Serviço
FHC	Fernando Henrique Cardoso
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, ou Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexual e outras possibilidade de orientação sexual ou de identidade de gênero
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MPL	Movimento Passe Livre
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto
NOVO	Partido Novo
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PATRI	Patriotas
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PFL	Partido da Frente Liberal
PIB	Produto Interno Bruto
PL	Partido Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PODE	Podemos
PPS	Partido Popular Socialista
PRN	Partido da Renovação Nacional
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal

PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PV	Partido Verde
PV	Partido Verde
REDE	Rede Sustentabilidade
REDE	Rede Sustentabilidade
SUS	Sistema Único de Saúde
URV	Unidade Real de Valor
USP	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	16
<b>MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO</b> .....	22
<b>PARTE I - PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DA MOBILIDADE IDEOLÓGICA: UMA RELAÇÃO ENTRE MOBILIDADE HUMANA, IDEOLOGIA E CAPITALISMO</b> .....	31
1.1 A MOBILIDADE ENQUANTO CONCEITO E SUAS VERTENTES .....	32
1.1.1. Geografia da População e Mobilidade Humana.....	33
1.1.2 A mobilidade e força de trabalho: influência do capitalismo na mobilidade física .	35
1.1.3 A mobilidade sem deslocamento: ascensão e queda no âmbito das classes e estruturas sociais .....	40
1.2 IDEOLOGIA: HISTÓRICO E EVOLUÇÃO CONCEITUAL SOB UMA ANÁLISE MULTIDISCIPLINAR .....	46
1.2.1 Histórico do conceito de ideologia e a sua concepção a partir de Marx e Engels ...	47
1.2.2 A evolução da compreensão de ideologia no século XX .....	55
1.2.3 A ideologia em sua dimensão subjetiva: uma abordagem psicanalítica .....	66
1.2.4 O conceito de ideologia na visão de autores brasileiros.....	78
1.2.5 Ideologia em síntese e sua relação com a mobilidade.....	90
1.3 AS IDEOLOGIAS CONSERVADORAS E PROGRESSISTAS .....	95
1.4 O CAPITALISMO E SEU ENCADEAMENTO PARA A MOBILIDADE IDEOLÓGICA .....	116
1.4.1 Origem e definição do conceito .....	117
1.4.2 Os ciclos longos do capitalismo e as crises sistêmicas propagadas em escala global .....	125
<b>PARTE II - A IDEOLOGIA DA CLASSE MÉDIA BRASILEIRA E A SUA PERCEPÇÃO QUANTO ÀS CLASSES DA BASE NA PIRÂMIDE SOCIAL DO PAÍS</b> .....	140
2.1 A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL BRASILEIRA: CORDIALIDADE E PATRIMONIALISMO VERSUS ELITISMO E ESCRAVIDÃO .....	144
2.2 A IDENTIFICAÇÃO DA ESTRUTURA SOCIAL BRASILEIRA E DAS FRAÇÕES DA CLASSE MÉDIA COMO MEIO DE DESMISTIFICAÇÃO DO PATRIMONIALISMO ENQUANTO ORIGEM DA CORRUPÇÃO NO BRASIL .....	151
2.2.1 O uso indevido do conceito do patrimonialismo weberiano como retórica de negação das lutas de classe no Brasil .....	154

2.2.2 As classes sociais brasileiras e as frações da classe média enquanto fator de movimentos ideológicos.....	169
2.3 AS MORAIS NORTEADORAS DA MOBILIDADE IDEOLÓGICA NO OCIDENTE: O VALOR DO TRABALHO E A EXPRESSIVIDADE DA AUTENTICIDADE.....	193
2.3.1 A primeira moral capitalista do ocidente: o valor do trabalho.....	196
2.3.2 A segunda moral capitalista do ocidente: os expressivismo da autenticidade.....	208
2.3.3 A introjeção das morais do capitalismo por meio da naturalização cotidiana.....	219
2.4 O PAPEL DA CLASSE MÉDIA E DAS MORAIS DO CAPITALISMO NA CONSOLIDAÇÃO DA MOBILIDADE IDEOLÓGICA.....	229
<b>PARTE III - A MOBILIDADE IDEOLÓGICA A PARTIR DA GEOGRAFIA ELEITORAL DO BRASIL NA ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DA NOVA REPÚBLICA (1989 A 2018).....</b>	<b>235</b>
3.1 A MOBILIDADE IDEOLÓGICA A PARTIR DA CONJUNTURA DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DO BRASIL DA NOVA REPÚBLICA.....	236
3.1.1 As eleições de 1989: o governo Collor.....	237
3.1.2 As eleições de 1994 e 1998: o breve governo Itamar e os dois mandatos de FHC.....	247
3.1.3 As eleições de 2002 e 2006: o governo Lula.....	261
3.1.4 As eleições de 2010 e 2014: o governo Dilma-Temer.....	277
3.1.5 As eleições de 2018: o início do governo Bolsonaro.....	303
3.2 A SÍNTESE DOS FATORES ECONÔMICOS E SOCIOLÓGICOS QUE SUSTENTARAM AS MOBILIDADES IDEOLÓGICAS NO BRASIL DA NOVA REPÚBLICA.....	321
3.2.1 A mobilidade ideológica progressista: a vitória de Lula em 2002.....	323
3.2.2 A mobilidade ideológica conservadora: a vitória de Bolsonaro em 2018.....	332
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>342</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>353</b>



## INTRODUÇÃO

Um dos propósitos dos sistemas democráticos dispostos na contemporaneidade está na possibilidade de escolha e maior envolvimento político por parte dos cidadãos. As eleições se colocam como um meio efetivo para se chegar a tal intuito, ainda que seja um modo representativo de participação. Uma escolha eleitoral é também uma preferência ideológica, ainda que essa não seja perceptível no limiar da consciência dos sujeitos, os quais podem se nortear a partir de vários fatores que incidem na tessitura social e individual. As escolhas eleitorais legitimam uma forma de governo que, a partir de suas práticas públicas, interferem no cotidiano social, essas ações também são permeadas por ideários dos componentes do poder executivo que se encontra na situação. Assim, considerando-se essa factualidade, o direcionamento de gestão pode estar em acordo com uma perspectiva de relativa atenção às demandas de justiça social, ou de excessiva prioridade às necessidades do equilíbrio econômico.

Nesse aspecto, defende-se, nesta tese, que se estabelecem fases de alternância nos grupos políticos que alcançam o executivo federal. Tal revezamento estabeleceria uma espécie de rotatividade de governos progressistas e, posteriormente, conservadores, com o retorno do primeiro em uma ocasião seguinte, em uma espécie de ciclo sem determinado tempo regular. No Brasil, essa oscilação ocorreria a partir de três fatores principais, os quais envolvem: primeiramente, a situação econômica; em segundo, a percepção identitária nacional por parte da população e; por fim, a neutralidade, ou o apoio das classes sociais hegemônicas a determinado grupo político. Quando essas três condições se concretizam em momentos próximos, ocorre o que se vai constituir como mobilidade ideológica.

A hipótese desta pesquisa é que a mobilidade ideológica teria ocorrido duas vezes após a redemocratização brasileira com o fim da ditadura Civil-Militar. Uma delas seria progressista, com a vitória eleitoral do presidente Lula no ano de 2002 e a outra conservadora, com a ascensão do presidente Jair Bolsonaro em 2018.

A princípio, antes de colocar em relevo a configuração deste trabalho, é pertinente esclarecer que a sua estrutura está pautada nas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) em vigência para trabalhos de conclusão de curso, entre os quais se encontra a tese de doutoramento. Portanto, as regras dispostas são as mais recentes em vigor, estas são passíveis de serem observadas a partir do código ABNT NBR 14724:2011<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Normas disponíveis em: <<https://usp.br/sddarquivos/arquivos/abnt14724tcc.pdf>> Acesso em 28 jan. 2021.

Doravante, faz-se necessário estabelecer-se a compartimentação desta tese. Ela é dividida em três partes além desta introdução, a qual além da estruturação do trabalho também norteará os objetivos e metodologias de construção da pesquisa, das considerações finais e das referências bibliográficas. Cada umas dessas partes maiores estão subdivididas em seções, as quais ainda podem ter setorização em terceiro nível, as quais estão denominadas como subseções.

Desse modo, a primeira parte faz um referencial teórico a respeito das considerações pertinentes para o estabelecimento da concepção de mobilidade ideológica, como: a discussão da conceituação de mobilidade, de ideologia, de progressismo e de esquerda política, de conservadorismo e de direita política, de capitalismo e da análise da teoria dos ciclos econômicos. O intuito dessa análise é alicerçar a definição de mobilidade ideológica e correlacionar sua origem com as crises econômicas do sistema hegemônico atual.

Na segunda parte, foi realizada uma revisão teórica da perspectiva identitária do povo brasileiro, da construção de suas diferentes classes sociais e da noção de valor existente na perspectiva empática de aceitação das outras classes a partir das morais norteadoras do capitalismo, isto é, a moral do trabalho e da expressividade da autenticidade<sup>2</sup>. A necessidade desse recorte decorre do entendimento da influência da classe média no processo da mobilidade ideológica, ela é significativa após o estopim da crise econômica. Desse modo a identificação das diferentes frações existentes dentro da classe média brasileira leva à compreensão de quais setores desta têm a probabilidade de alterar seu voto ideológico, e também de apreender o porquê de outras frações da mesma classe terem menor possibilidade de fazê-lo. Entende-se que tal perspectiva está correlacionada à construção da identidade nacional do Brasil, assim como na sedimentação das morais norteadoras do sistema hegemônico.

A terceira parte faz uma análise de dados a partir dos resultados das eleições presidenciais brasileiras que ocorreram entre 1989 e 2018, interseccionando, a princípio, as conjunturas políticas e econômicas antecedentes a cada pleito. Essa correlação é pertinente para acompanhar o movimento dos votos até se chegar a cada mobilidade ideológica, essa oscilação é demonstrada a partir da tabulação dos resultados eleitorais e da construção de mapeamentos com a indicação da margem de votos entre os candidatos mais polarizados nos espectros mais

---

<sup>2</sup> O expressivismo da autenticidade é um conceito delimitado por Taylor (1996). O autor compreende que as subjetividades podem ser expressas de forma individual e, ao mesmo tempo, criam formas de identificação em grupo. A evolução da globalização no pós Segunda Guerra estabelece maior acesso a informação e, conseqüentemente, a outros padrões culturais criando vínculos identitários que vão além das lutas de classe, como os movimentos ambientalista e feminista. Ressalta-se que, além destes dois últimos, diversos outros que buscam também se estabelecer e lutam por equidade de direitos.

progressistas e conservadores. Após serem identificadas as mobilidades de voto ideológico, uma seção ao final dessa parte fará a síntese do papel da economia e da classe média, com o uso dos aparelhos de influência social e manipulação em conjunto às suas crenças morais. Essas circunstâncias resultam em uma mudança nacional na preferência majoritária da população, a qual sustentaria de forma manifesta a hipótese de mobilidade ideológica e sua ocorrência em duas ocasiões no Brasil neste século.

A junção dos termos referentes à mobilidade e à ideologia não existe na literatura acadêmica enquanto um conceito individual. Em outras palavras, ambos já foram discutidos demasiadamente na ciência como um todo. Foram também conjugadas para destacar a mudança ideológica em determinadas situações, porém sem maior profundidade de análise. Desse modo, essa perspectiva de complementaridade em concomitância em uma perpetração teórica é inédita, o que justifica uma parte expressiva deste trabalho para sua definição.

A mobilidade possui uma noção abrangente em relação aos princípios aos quais se refere, ou seja, pode fazer alusão: a deslocamentos diversos no espaço geográfico, como os de natureza humana, a exemplo das migrações, movimentos pendulares, entre outros; à economia, com os fluxos de capitais e mercadorias, sejam essas físicas ou virtuais; e aos aspectos da sociedade, com a oscilação vertical de classes estratificadas no sistema capitalista, a exemplo da ascensão e do descenso social. Portanto, ela pode ser observada no aspecto da existência material no espaço geográfico ou da perspectiva das relações imateriais, como no caso das perspectivas de ascensão e descenso social.

A ideologia, por sua vez, é mais complexa, já que ela existe em um espectro não tangível no campo das relações humanas, é uma forma de interpretação da realidade que incide no terreno da subjetividade. Por esse motivo, é um conceito heterogêneo, o qual apresenta definições diversas que ultrapassam os limites de uma pesquisa disciplinarmente mais rígida, assim autores da sociologia, da filosofia, da história, da psicologia, entre outras áreas se aprofundaram na compreensão do termo resultando em diferentes considerações. Dessa maneira, não é possível fazer uma conceituação de um fenômeno que envolve pressupostos ideológicos sem se dedicar a uma perspectiva multidisciplinar. Em realidade, nenhum indivíduo pensa exatamente como outro, porém eles compartilham generalidades que podem aproximá-los em comportamentos de grupo, como em uma corrida eleitoral, em que os aptos a votar têm de escolher uma opção que se aproxime de sua forma de apreender a realidade.

A questão é que esse entendimento associado com a forma de enxergar o mundo, ou seja, a ideologia, não será o mesmo para as pessoas, ou seu grupo de afinidade, em toda sua existência, isso dada a complexidade de informações disparadas na tessitura social, daí a

intersecção com a mobilidade. Assim, foram discutidos prioritariamente esses dois conceitos, para sintetizá-los enquanto princípio da mobilidade ideológica, bem como a compreensão de dois lados polarizantes nesse processo, o progressismo e o conservadorismo.

Em outras palavras, a possibilidade de troca de preferência do governo gerente de um país, muitas vezes representados pelos partidos políticos ou candidatos apoiados por estes, ocorre com certa frequência. A mobilidade ideológica, portanto, seria o processo que resultaria nessa facticidade. No entanto, existe certa heterogeneidade de fatores para se chegar à conclusão de que a maioria de uma população, ou um eleitorado, mudou de perspectiva política com o passar dos anos. Precisa-se transcorrer o descontentamento de uma maioria com o grupo político que dispôs de relativa hegemonia até ocorrer a mobilidade ideológica, a noção de perda da qualidade de vida é o primeiro elemento que permite essa ocasião, e está diretamente ligada à situação econômica de uma determinada unidade política.

Desse modo, o capitalismo tem papel atuante na qualidade de vida da população, ainda que resulte em desigualdades socioespaciais, ele se divide em períodos de maior crescimento ou declínio, ou seja, existe uma condição sistêmica de revezamento entre momentos de economia equilibrada e outros de crise. Autores das ciências econômicas defendem a presença da teoria dos ciclos, a partir deles o capitalismo se reinventa com novas formas de reprodução.

Dessa forma as crises econômicas seriam de natureza intrínsecas ao paradigma e sempre ocorreriam com o esgotamento de uma fase do sistema. Isso ocorreria quando o modelo começa se tornar instável com o uso de tecnologias já ultrapassadas e o abandono de velhos métodos capitalistas, a inserção de novidades e atualizações reverteria o quadro para um novo grande ciclo. Nesse sentido, a teoria dos ciclos econômicos projeta crises expressivas a cada, aproximadamente, 50 anos, com consequências globais, e outras menores dentro desse período, as quais poderiam criar instabilidades no âmbito de cada conjuntura nacional, abrindo possibilidade de desgaste político de seus governantes em relação à população de seu país.

No entanto, a crise econômica ocorrendo de maneira unitária, sem outros fatores sociais de influência, não seria suficiente para provocar uma virada ideológica em benefício de uma oposição partidária. Em uma democracia, a massa eleitoral é importante para a legitimação dos grupos políticos, e é por isso que eles investem demasiadamente em campanhas eleitorais, principalmente com propagandas. O controle dos aparelhos do Estado está com as classes hegemônicas, o descontentamento dessas com um governo de pouca capacidade de ação em uma crise pode fazer com que essa camada privilegiada apoie outra perspectiva de atuação, ou ao menos fique em neutralidade em uma corrida eleitoral, ambas circunstâncias beneficiariam a oposição. Ainda que a massa da população seja a maior prejudicada em um momento

econômico ruim e que as perdas para as camadas sociais privilegiadas sejam humanitariamente menores, é o direcionamento, ou inação, das classes dirigentes que determina elementos significativos de sugestão que incidem na possibilidade de uma futura vitória eleitoral.

No Brasil, para a complementaridade dessa análise, é importante a compreensão das relações entre as classes que se concretizaram no país, é pertinente colocar que cada nação possuiu suas particularidades históricas e elas são relevantes para a compreensão das dialéticas do presente. Em materialidade, o que se tem de semelhante na maior parte das sociedades contemporâneas é o alicerçamento econômico a partir do capitalismo, porém este não se consolidou da mesma forma, isto é, o sistema evolui em tempos diferentes em cada recorte espacial. Entre os maiores e mais populosos países do mundo, o Brasil tem como uma das características o uso intenso do sistema escravocrata em seu passado econômico e uma consequente dificuldade de inserção dos libertos na posterior sociedade assalariada. Essa situação não se deu exatamente pela baixa qualificação daquela mão de obra, mas essencialmente pelo desprezo e violência destinados a esse grupo durante sua utilização enquanto mercadoria e, em sequência, seu abandono e sua marginalização após a abolição da escravidão.

O decorrer do século XX no Brasil reproduz toda essa violência de forma velada, teorias de democracia racial eclodem no país em meados da década de 1930 e criam uma falsa imagem de sociedade homogênea e sem lutas de classes. Uma perspectiva que perdura de forma inconsciente em parte significativa dos brasileiros até a atualidade. A teoria da democracia racial vem acompanhada de uma série de afirmações desqualificadoras ao próprio país, os problemas relacionados à miséria e à violência estariam ligados a um suposto paradigma de nação umbilicada a uma corrupção sistêmica, herdada do patrimonialismo da coroa portuguesa.

Nessa visão de sociedade, o Brasil seria formado por cidadãos que procuram sempre beneficiar aos seus mais próximos em detrimento do desenvolvimento da nação, ou seja, cordial com seus contatos interpessoais e corrupto no uso patrimonial do Estado. Essa noção de sociedade agrupa os brasileiros a partir dessas adjetivações, sem maiores diferenciações estruturais, é uma forma de negação dos pressupostos de desigualdade de classes.

A não desmistificação desse paradigma relega os problemas do Brasil aos brasileiros e ao próprio Estado em um primeiro plano, escamoteando os grandes responsáveis de fato, isto é, uma elite que se originou da própria escravidão e depois submeteu os libertos à violência e à marginalidade, criando expressiva desigualdade que culmina hoje em uma série de mazelas sociais. A percepção desse fato histórico não é debatido intensamente, ainda que exista na literatura, não há o convencimento, de parte considerável dos brasileiros, de que a massificação

das classes não permite encontrar um responsável visível para os problemas estruturais do Brasil. Assim, a violência, a pobreza e a desigualdade ficam atribuídas aos próprios indivíduos que se situam no ambiente em que ocorrem tais ações, em outras palavras, é a culpabilização do próprio vulnerável.

É preponderante essa compreensão identitária do brasileiro por dois motivos. Primeiro para identificação das classes sociais existentes no país, formada por uma pirâmide social com uma base composta por pessoas pouco qualificadas, estes são miseráveis que dividem espaço com um agrupamento de trabalhadores de baixos salários. Nessa hierarquia há uma camada intermediária sem capital econômico, porém com conhecimento suficiente para administrar os aparelhos ideológicos para o topo da estrutura social, local ao qual se encontra a elite do dinheiro que, por sua vez, monopoliza as riquezas do país.

Em segundo, a análise da percepção identitária permite estabelecer uma dificuldade de empatia dos estratos sociais mais qualificados em relação àqueles mais vulneráveis, o que dificulta ações políticas de equidade. Essas medidas são de natureza progressista, representadas por programas de auxílio social, esses por sua vez são malvistos por aqueles que tendem a conseguir estabilidade econômica por condições de acessos privilegiados, principalmente a classe média. Isso ocorre a partir da ideia de que os mais necessitados não são merecedores de qualquer ajuda, pois a suposta lógica de meritocracia os colocou naquela situação de marginalidade. Junto a isso permeia um receio irracional de se igualar a classes sociais as quais desprezam, ou seja, de uma forma inconsciente, estar no mesmo degrau social das classes da base é ser herdeiro do antigo estamento escravocrata brasileiro, o que significa ser um cidadão de segunda linha no Brasil.

Nesse sentido, existe uma dificuldade na ocorrência da mobilidade ideológica progressista no Brasil, o apoio das classes dirigentes pelos partidos mais identificados com a esquerda passa pela necessidade de se conquistar a classe média. Esta não se consolida em uniformidade no país, apesar de existir uma fração mais crítica nesse estrato médio, com preocupação relativa com as classes da base, sua maior parte é conservadora, atenta com o próprio destino econômico, ou empenhada em se distanciar veementemente das camadas populares, as quais desprezam.

A conquista da classe média é determinante para a mobilidade ideológica, quando o movimento eleitoral é conservador, esse processo é mais simplificado, já que a maioria desse estrato já apresenta tal norteamento. Por vezes, a mudança progressista ocorre sob neutralidade de parte desse eleitorado, que, ao não se posicionar claramente, beneficia a oposição que segue no debate político sem maiores obstáculos. Nesse aspecto, o papel da classe média é de dirigir

os aparelhos da elite, suas posições de influência estão nos jornais, nas escolas, na universidade, nas igrejas, entre outros. É por meio desses locais, e de seus profissionais de gerência, que a intervenção é realizada. Em uma unidade política democrática essas ações ocorrem de forma indireta, o cidadão manipulado tem de acreditar que sua escolha é genuína.

Dessa maneira, a mobilidade ideológica, seja ela conservadora ou progressista, decorre de um estopim de uma crise econômica e da conseqüente perda do apoio das classes hegemônicas, as quais por meio de seus aparelhos de manipulação sugerem uma mudança de percepção para o resto do eleitorado, este último por seu turno composto pelas camadas da base da pirâmide social. A sugestão desse processo justifica a pertinência das discussões teóricas presentes nas duas primeiras partes desta tese, enquanto que a terceira procura confirmar tal hipótese por intermédio do uso dos resultados eleitorais. Estas informações foram obtidas com dados secundários do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e indicam a ocorrência da mobilidade ideológica a partir daquele processo.

## MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO

Como objetivo geral, esta tese pretende constituir um conceito pertinente no âmbito das ciências humanas, este é a mobilidade ideológica. A concepção propõe a identificação da alternância de pensamento ideológico da população no âmbito político eleitoral, o qual tem potencial de se materializar em forma de conseqüências territoriais e estruturais no espaço geográfico.

Para a concretização factual da mobilidade ideológica, houve a necessidade de uma série de outros escopos para corroborar precisamente a natureza do processo. Portanto, os objetivos específicos para a realização do trabalho foram: i) analisar a leitura acadêmica já sedimentada a partir dos conceitos de mobilidade, ideologia, progressismo, conservadorismo e capitalismo; ii) investigar a perspectiva identitária do povo brasileiro, a qual incide nas questões subjetivas que determinam as mudanças ideológicas; iii) identificar as classes sociais brasileiras para delimitar aquelas que mais influenciam no processo de sugestão para a população e o eleitorado; iv) compreender o papel geral dos valores propagados pelo sistema capitalista, uma vez que seus pressupostos morais incidem na percepção de empatia quanto ao estado social de cada classe; v) tabular os números referentes aos resultados das eleições presidenciais entre os anos de 1989 e 2018; vi) representar graficamente os dados referentes aos resultados dessas eleições em mapas políticos nacionais com distinção dos vitoriosos em cada unidade federativa;

vii) analisar a conjuntura socioeconômica que influenciou cada um desses pleitos; viii) correlacionar e comparar todas as informações estabelecidas, ou seja, o papel da economia e das questões identitárias e morais que envolvem as classes sociais na concretização da mobilidade ideológica nos resultados eleitorais.

O espaço geográfico é construído a partir da interação da sociedade com a natureza. Esse processo ocorre, nos últimos três séculos na maior parte dos lugares, por meio do sistema capitalista que, a partir do trabalho humano, transforma o meio natural em geográfico. Ressalta-se o fato de o sistema possuir ciclos de crescimento e retração que podem alterar significativamente cada recorte espacial. As consequências desses ciclos de retração devem ser observadas em âmbitos diversos, aos quais destacam-se os, já ditos, meios social e espacial, e, portanto, geográfico, o que justifica a pertinência deste estudo na esfera da geografia, das demais ciências humanas e o uso do método materialista histórico para o alcance daqueles objetivos.

Do ponto de vista social, os indivíduos tendem a agir em bloco para garantir direitos ou necessidades para manter ou ampliar um modo de vida qualitativo. Assim, direcionam-se para segmentos ideológicos distintos conforme seus interesses. Por vezes, são influenciados por determinados grupos hegemônicos a partir do controle da mídia, isto é, a posição em massa da população é capaz de ser influenciada por outros atores, o que pode ir além de sua consciência de classe e das necessidades de subsistência. Em suma, a partir da ótica social, justifica-se a importância de se abranger uma lógica que em um nível inconsciente possibilita mudanças na visão de mundo das pessoas.

Geograficamente, as medidas de infraestrutura, no sentido material do termo, de determinado segmento político, estabelecem mudanças concretas no espaço terrestre, bem como no controle do território. Tais segmentos, mediados pela atuação dos seus respectivos partidos, tendem a ser colocados no poder por apoio de parte da população, seja por uma via democrática ou não, o que depende do tamanho da adesão eleitoral. As medidas de gestão, influenciadas por cada ideologia, são construídas espacialmente e, portanto, fazem parte da finalidade da ciência geográfica.

As consequências sociais e espaciais da mobilidade ideológica resultam em maiores ações de políticas públicas de gestão e resolução de desigualdades, ou medidas de manutenção para o equilíbrio ou crescimento do mercado. Essa dialética traduz o problema deste estudo, pois tanto o direcionamento progressista quanto o conservador determinarão alterações relevantes nas inter-relações espaciais e sociais, sendo, portanto, de interesse geográfico. Essas mobilidades incidem diretamente na qualidade de vida no cotidiano das pessoas, a partir da



gestão de adversidades; as quais envolvem geração de emprego, investimentos na saúde, melhorias no setor da educação, equilíbrio na previdência, programas de transferência de renda, entre outros setores de interesse social. O padrão da maioria da população pode melhorar ou decair, materializando-se na subsistência de milhões de famílias.

Como método de análise, a pesquisa pretende se alicerçar no método dialético materialista, o qual possibilita, na observação do ambiente social, econômico e, também, do espaço geográfico, a compreensão do todo. Destaca-se que Harvey (2005) direciona as pesquisas geográficas para o materialismo histórico dialético, uma vez que a acumulação capitalista necessita das estruturas espaciais como base concreta da reprodução do capital. Do ponto de vista social, Prado Júnior (1973) salienta que o método consegue alcançar o fundamental e o essencial quanto ao funcionamento e organização do capitalismo, o sistema hegemônico define em aspectos diversos o comportamento coletivo dos indivíduos, isto é, institui influência expressiva na conduta e nas interações da sociedade.

Dessa maneira, reforça-se que o uso do materialismo histórico dialético nesse trabalho é estritamente metódico, esclarece-se que não há menção ou uso de vertentes dogmáticas de interpretação de realidade. Essas, como escreve Quaini (1979), seriam representadas por meio do marxismo ortodoxo ou soviético, que se funda na perspectiva do fim do capitalismo por meio de uma ação revolucionária.

O método de análise desta tese se alicerça por meio da compreensão de uma hipótese, a qual será esclarecida a partir da lógica tese-antítese-síntese. A tese se situa na concretização factual das disputas eleitorais presidenciais já realizadas no Brasil a partir de 1989. A antítese se dá na hipótese de que as mobilidades ideológicas existem sob a influência das crises econômicas, seguidas da sugestão das classes hegemônicas em direção às camadas da base da pirâmide social. Por fim, a síntese é a análise conjunta dos resultados eleitorais com a correlação dos elementos socioeconômicos, dispostos na hipótese, os quais permitiram materialmente o processo de mobilidade ideológica.

O materialismo histórico dialético apresenta correspondência metodológica com os fatores que envolvem as relações humanas, bem como do espaço geográfico, o que torna seu uso pertinente nesta pesquisa. Quaini (1979) corrobora com esse ponto de vista quando escreve que não há dissociação da ciência dos seres humanos e da natureza.

Em outras palavras, Marx interessa-se pela natureza antes mais nada como momento da práxis humana, porque ‘a natureza tomada abstratamente, em si separada do homem, é nada para o homem’. Por isso, pode afirmar tranquilamente, como tese conclusiva do seu historicismo materialista integral, que ‘*nós conhecemos uma única ciência, a ciência da história*’. A história – continua Marx – pode ser considerada sob

dois aspectos distinta na história da natureza e na ciência dos homens. Contudo os dois aspectos não podem ser separados; enquanto existirem homens, história da natureza e história dos homens se condicionarão mutuamente' (QUAINI, 1979, p. 45, grifo do autor).

Não há ciência sem a correspondência entre os meios social e físico natural, conforme reforçou Quaini (1979). Em realidade, a geografia é a convergência pura desses fatores, enquanto correlação dos pressupostos naturais e humanos traduzindo-se no termo “geográfico” ou, mais precisamente, espaço geográfico (CORRÊA, 2012). Outros conceitos-chave são pertinentes nas pesquisas da geografia, todas elas estão inseridas no que se compreende ser de fato o espaço. Esses são o lugar, a paisagem, o território e a região, no entanto representam outros focos de análise e não são pertinentes para a constituição desta tese.

Esses focos de análise podem advir, por um lado, na construção material daqueles conceitos-chave, ou se estabelecer sob o ponto de vista simbólico, quando a apreciação ocorre no campo das relações conforme ocorre com o território, este sendo o espaço do poder. A compreensão dessas partes componentes da superfície terrestre não permanecem sem a presença da articulação humana, mesmo quando essas vinculações não se concretizam fisicamente na construção material do espaço. É sobre esse campo simbólico que se assenta esta pesquisa, os resultados eleitorais criam espaços representativos de soberania ideológica, territórios de preferência conservadora ou progressista que se alternam com o passar do tempo histórico.

Nesse sentido, ainda sobre o materialismo dialético, Santos (1982) concorda com seu uso enquanto forma de análise para a ciência geográfica, principalmente em detrimento dos métodos mais tradicionais utilizados em demasia na área até meados da década de 1970. O parecer do autor em si incidiu no descolamento da crítica a partir da própria divisão das partes sem a compreensão do todo. Em outras palavras, não há como abranger uma determinada localidade sem a apreensão de seus pressupostos históricos e vinculação com outras áreas e diferentes escalas, bem como a permanência da luta de classes que incide na construção dos recortes espaciais inseridos no sistema capitalista. Ele complementa que:

Na investigação da estrutura interna de classes, deveriam ser seguidos por estudos similares sobre externalidades, ou a natureza integral do espaço. Isto pressupõe algumas questões metodológicas. [...] Não se pode dissociar a noção de sistema da noção de um sistema de estruturas [...]. Nessa perspectiva, poder-se-ia utilizar todo o poder explicativo das forças dialéticas no espaço (SANTOS, 1982, p. 16-17).

O que Santos (1982) detalha como noção de sistema é justamente a prática da divisão na ciência geográfica que resulta em um estudo de partes sem a lógica da compreensão do todo.

Uma parte isolada não aborda de forma pertinente a sua própria essência, já que toda localidade é uma existência condicionada pela inter-relação com as suas estruturas, as quais envolvem também sua evolução histórica a partir do trabalho humano na natureza.

De acordo com Santos (1982), a análise metodológica daquele mundo dos anos de 1970, realizada então por meio do materialismo histórico dialético, explicaria a constituição de espaços desenvolvidos e outros subdesenvolvidos. Assim, seria possível ir além dos métodos que se apresentavam como prioridade anteriormente, os quais analisavam a superfície terrestre de forma independente e funcional, sem meios mais eficientes de comparação e entendimento de como se transformaram historicamente e assumiram em dado presente aquela aparência.

A partir dessa perspectiva, justifica-se o uso do materialismo histórico dialético como método de análise na geografia. Acrescenta-se que a perspectiva de resultados eleitorais do cargo de chefia de governo de um determinado país abrange políticas públicas que se concretizam na materialidade da superfície terrestre, ou seja, infraestruturas construídas por intermediação de sujeitos sociais, portanto, espaço geográfico. No entanto, antes do estabelecimento da possibilidade dessas edificações, ocorre a legitimidade desses atores de gestão, que é assentada por meio de um processo de escolha eleitoral, isso pelo menos em Estados democráticos.

Esse vínculo é estabelecido em sistemas em que a escolha dos cidadãos ocorrem por métodos eletivos certificados, assim a análise desses processos se baseiam, portanto, no âmbito da ciência política e da geografia eleitoral. Os resultados dos pleitos podem ser representados pela construção zonas de influência, os quais dão contornos ao poder de um grupo político e de sua vertente ideológica. Assim, o território é o conceito chave da geografia a alicerçar esta tese.

Para corroborar o uso do território enquanto conceito de análise espacial desta pesquisa, reforça-se a sua ampla utilização no campo da ciência geográfica, diversas vezes assentada em conjunto ao método materialista (SAQUET, 2013). Desse modo, é pertinente comentar que o uso do termo ficou em segundo plano quando utilizado como sinônimo de terra natural, perspectiva esta ressignificada a partir da reestruturação e renovação da geografia após a segunda metade do século XX. Conforme Saquet (2013), o termo passa por um processo de reelaboração para ser compreendido enquanto resultado de fatos sociais e políticos.

Há uma conjugação de componentes (i)materiais que condiciona a emergência de *novos* elementos na reflexão geográfica a partir, principalmente, de atitudes antipositivistas presentes, por exemplo, em obras de autores que propugnam em favor da fenomenologia ou do materialismo histórico dialético. Debate-se conceitos como os de paisagem, espaço e território, entre outros, na tentativa de produzir uma

explicação geográfica coerente com a *nova* complexidade socioespacial (SAQUET, 2013, p. 37, grifos do autor).

O que era uma novidade até o final dos anos de 1970 já se consolidou até a atualidade, o conceito de território é amplamente debatido enquanto resultado de diferentes relações de poder (RAFFESTIN, 1993). É um espaço não concreto e mutável que pode se desterritorializar a partir de mudanças por parte de quem, ou o quê, exerce, ou exercia, o papel de domínio em um determinado local (HAESBAERT, 2012), seja este concreto ou simbólico.

Na geografia, o uso do território pode ser determinado através de duas perspectivas, como especifica Saquet (2013), uma de caráter predominantemente geopolítico, com ênfase nas atuações históricas das relações entre estados; e outra que, conforme suas palavras: “reconhece a trama de relações sociais, a construção histórica de lugares, a transescalaridade do território e o desenvolvimento” (SAQUET, 2013, p. 38).

A última perspectiva de análise descrita por Saquet (2013) é a que corrobora com a hipótese deste estudo. Reconhecendo-se a construção de territórios a partir do êxito de determinada inclinação ideológica por dado tempo. Assim, após seu desgaste ocorre a sua desterritorialização por meio da mobilidade ideológica eleitoral, a qual assenta outro grupo político que substituiria aquele primeiro, assumindo o posto de influência de gestão e de poder.

É importante ressaltar que a construção de um território de poder ideológico e partidário não ocorre somente via eleições. Os pleitos democráticos são ferramentas viáveis de análise para se autenticar a ocorrência do processo dessa mobilidade, principalmente em momentos em que uma dada nação tem seu Estado gozando de uma democracia sólida. Por outro lado, governos autoritários também pressupõem a existência do fenômeno, no entanto a repressão pode enviesar os resultados em caso de existência de um processo de votação.

Nesse aspecto, a geografia eleitoral tem subsídios para caracterizar os pleitos e seus resultados quando se tem confiança para estabelecer um sufrágio sem probabilidades de fraudes. Ainda que rupturas de continuidade no executivo federal tenham ocorrido no Brasil da Nova República, todos os pleitos realizados desde então não apresentam denúncias factuais de contrafação como um todo, sendo o processo em si seguro, como informam Tavares e Moreira (2016). Portanto, o uso da geografia eleitoral nesse caso é um caminho afiançado por dados ilibados e, conseqüentemente, pertinentes para se chegar aos objetivos deste estudo.

A geografia eleitoral, além de possibilitar a realização do mapeamento dos resultados das eleições, logo após o fechamento das urnas, apresenta-se como um importante instrumento de análise das estruturas e das dinâmicas territoriais. Assim, as relações entre a continuidade e a mudança de determinados padrões de comportamento

eleitoral podem ser reveladoras de transformações, muitas vezes difíceis de serem apreendidas sem o mapeamento sistemático dos dados eleitorais (JACOB, *et al.*, 2010, p. 9).

Corroborar-se, portanto, o uso da geografia eleitoral como ferramenta analítica para o estabelecimento dos processos de mobilidade ideológica por meio do comportamento eleitoral brasileiro nas últimas décadas. Além disso, o ramo fornece meios de demonstração de alterações da realidade territorial e do comportamento dos habitantes desses espaços. Tais transformações serão demonstradas a partir de mapeamento comparativo que ilustrará a materialidade do movimento ideológico do eleitorado nas unidades federativas brasileiras.

Reforça-se que não há consenso acadêmico quanto ao modo de mensuração do voto ideológico ou partidário (BORGES e VIDIGAL, 2018). Isso porque a maioria da população não tem conhecimento sobre o significado conceitual do termo ideologia e da natureza inconsciente das próprias condutas factuais, daí a necessidade de se compreender determinadas formas de agir e suas mudanças de opinião a partir da psicanálise, uma intersecção teórica possível com o marxismo, conforme expõe Grillo (2017). Portanto, esta pesquisa procura interseccionar elementos subjetivos que tangem a construção da classe social brasileira, suas inter-relações morais e os desígnios de cada momento econômico para identificar o que a massa da população concretiza enquanto sentido ideológico.

Assim, tendo já se justificado o uso do materialismo histórico dialético nesta pesquisa, bem como a importância do território e da geografia eleitoral, delimita-se a seguir a estrutura desse trabalho, o qual segue normativas estabelecidas pelo método. Dessa forma, é pertinente colocar os paradigmas teóricos que implicam factualmente na realização da metodologia aqui utilizada, de modo que: “[...] o termo ‘materialismo’ diz respeito à condição material da existência humana, e o termo ‘histórico’ revela a compreensão de que existência do ser humano é condicionada historicamente, e o termo dialético, é o movimento da contradição produzida na própria história” (LEITE, *et al.*, 2019, *on-line*).

A delimitação do método do materialismo histórico dialético não foi exatamente realizado por Marx e Engels, porém sistematizado anos mais tarde com base na forma geral de análise realizada no trabalho de ambos (LEITE, *et al.*, 2019). De qualquer forma, a delimitação deste estudo segue o princípio da materialidade, por meio das relações estabelecidas entre as classes no Brasil para influência e sugestão de voto ideológico, ou seja, ainda que a conjectura da manipulação eleitoral não seja palpável, os resultados dos pleitos são elementos concretizados por meio desses levantamentos.

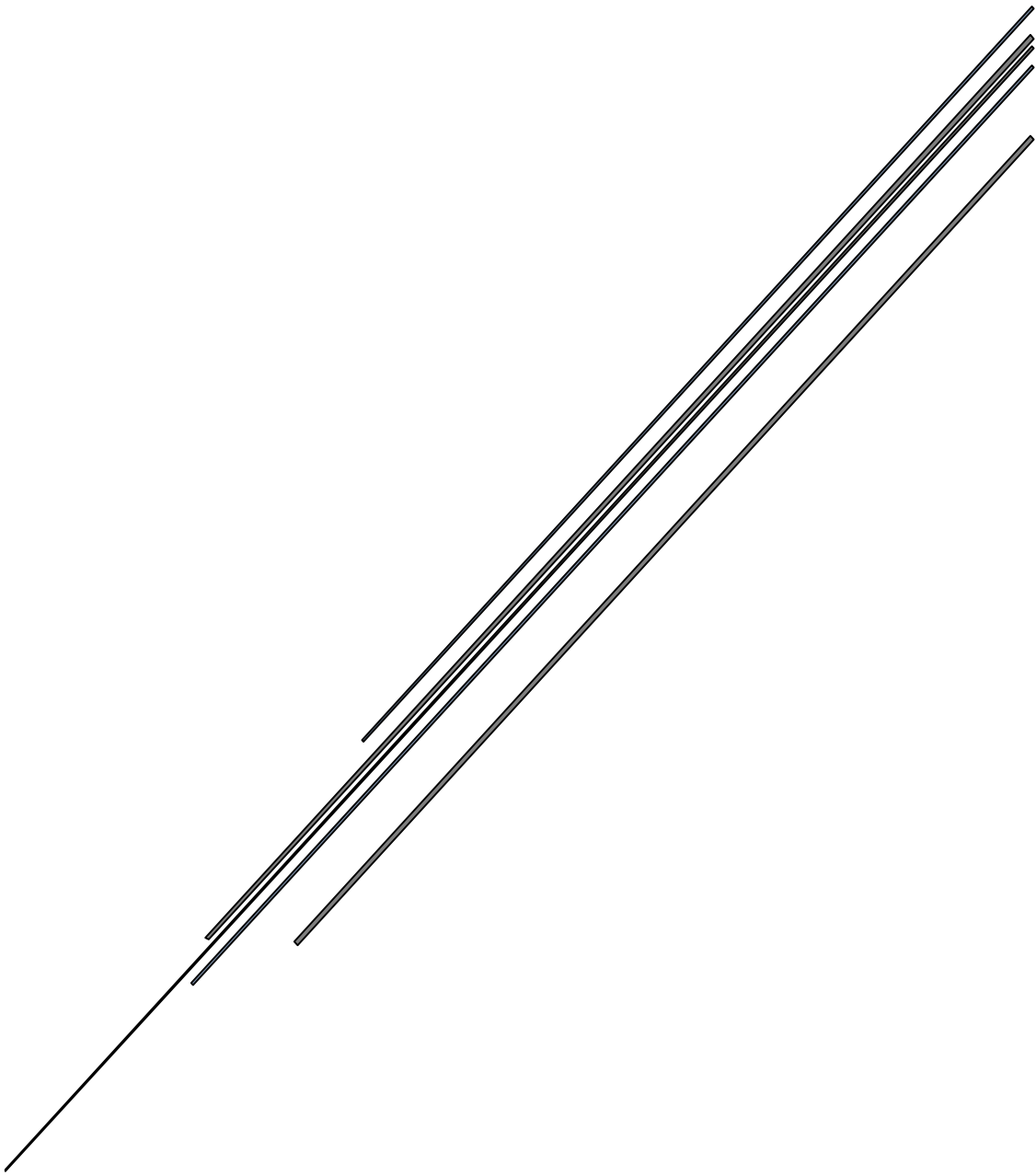
O pressuposto da história se encontra entre essas relações, condicionadas por uma série de eventos que perpassam o tempo no Brasil, isto é, a origem colonial, a escravidão, o mandonismo das elites e a construção da identidade nacional do país. Esses são episódios resgatados nesta pesquisa, ocorrências que foram analisadas em razão de reverberarem em situações constituídas tanto no passado próximo, quanto no presente, principalmente no que toca as relações empáticas entre as classes sociais brasileiras, no norteamento da ideologia subjetivada dos indivíduos, a qual também reflete em seus comportamentos grupais, bem como em consequência nos resultados eleitorais.

A dialética, por sua vez, é produzida nas relações de lutas resultantes de séculos de escravidão, desigualdade, marginalização, da contraposição das estratificações de classes do país e na resultante polarização de ideologias progressistas e conservadoras, questões estas determinadas neste trabalho por meio de um resgate histórico do Brasil. As classes sociais se confrontam constantemente, mesmo que muitas vezes seus atores não tenham consciência plena disso, situação ampliada pelos períodos de maior desequilíbrio econômico e sugestão das classes hegemônicas via aparelhos de manipulação, fatores que em conjunto possibilitam a alternância de governo por meio da mobilidade ideológica eleitoral.

Por fim, é pertinente comentar que as alterações do espaço geográfico no decorrer do tempo nos últimos séculos tendem a seguir as lógicas do capital, e, portanto, apresentam realidades conflitantes e perversas no que tange as dinâmicas da sociedade contemporânea. Assim, analisar e possibilitar medidas para apreender e desconstruir tais situações devem ocorrer no intuito de se delinear planejamentos futuros para diminuição da desigualdade socioespacial. Dessa maneira, a mobilidade ideológica e a hipótese de sua construção no âmbito político eleitoral podem constituir elementos expressivos para se almejar essa finalidade.

# PARTE I

## **PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DA MOBILIDADE IDEOLÓGICA: UMA RELAÇÃO ENTRE MOBILIDADE HUMANA, IDEOLOGIA E CAPITALISMO**



## **PARTE I - PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DA MOBILIDADE IDEOLÓGICA: UMA RELAÇÃO ENTRE MOBILIDADE HUMANA, IDEOLOGIA E CAPITALISMO**

Para se estabelecer com alicerces seguros os objetivos desta pesquisa, é necessário que a construção do conceito de mobilidade ideológica seja realizada a partir de uma leitura teórica que sustente e justifique a possibilidade do termo. Em realidade, a mobilidade e a ideologia já existem há demasiado tempo, foram discutidas de modo a acrescentar diferentes interpretações e vertentes de análise. Em outras palavras, não há uma única compreensão desses elementos, o que torna a ideia de uma junção de conceitos uma edificação complexa.

Como essa nova vertente de mobilidade ocorre no campo da interpretação subjetiva da população, é necessário seu entendimento histórico ao qual transcorre a partir da consideração dos diferentes deslocamentos físicos e sociais, o que corrobora como ponto de partida para a discussão da possibilidade de um movimento não material e abstrato.

A discussão da ideologia, por sua vez, demanda uma análise maior, já que sua conceituação não apresenta consenso na comunidade acadêmica, demandando densa diversidade de compreensões na área. Dentro dessa seção, é pertinente a análise do destino dos movimentos ideológicos, por isso é oportuna a bibliografia referente aos conceitos de progressismo e conservadorismo, aos quais perpassam pelos termos referentes à direita e esquerda dentro do entendimento da ciência política.

O capitalismo também é discutido na seção final desta parte, o sistema hegemônico se apresenta como um dos motores do deslocamento ideológico em massa na população. Uma crise econômica resulta em um estopim que, a partir de outros fatores concomitantes, tem a possibilidade de direcionar a preferência da maioria para uma vertente ideológica. Essa última é distinta de outra que se desgasta ao não lograr êxito em resolver os problemas de um momento econômico ruim, seja ela mais progressista ou mais conservadora.

Desta maneira, esta primeira parte da tese se concretiza em uma divisão determinada em quatro seções. Primeiramente, colocou-se em pauta as diferentes vertentes presentes no conceito de mobilidade. Em um segundo momento, resgatou-se os diferentes entendimentos do conceito de ideologia na literatura acadêmica. Em terceiro lugar, estabeleceu-se o aprofundamento dos conceitos de progressismo e conservadorismo. Por fim, a quarta e última seção alicerça uma análise que possibilita compreender o papel do capitalismo enquanto estopim da mobilidade ideológica.



## 1.1 A MOBILIDADE ENQUANTO CONCEITO E SUAS VERTENTES

A Geografia tem como um de seus objetivos, enquanto disciplina da ciência moderna, considerar as relações do ser humano com seu espaço de atuação. Desta forma, ela se concretiza como forma de estudo dos fatores que influenciam na transformação da superfície terrestre. A capacidade de transformação a partir da interferência humana no espaço natural e suas respectivas relações permitiu a sedimentação da História. As mudanças estabelecidas na natureza, por meio de tal mediação, são realizadas a partir do trabalho, deste modo criam diversas formas de deslocamentos, ou mobilidades, porém nem todas estas manifestações são de ordem física.

A mobilidade é um elemento primordial no entendimento das alterações das concepções ideológicas de uma população, no entanto esta pesquisa almeja apresentar uma perspectiva de mobilidade que vai além do movimento físico, isto é, pretende-se colocar em relevo a mudança de posicionamento ideológico da população, sendo, a princípio, um movimento subjetivo. O termo em questão apresenta diferentes entendimentos, tanto no sentido do senso comum, quanto na comunidade científica, deste modo, esta seção objetiva apresentar conceituações de mobilidade e, a partir de suas distinções acadêmicas, estabelecer se é viável a consideração de uma vertente de cunho ideológico.

O intuito deste recorte é efetivado com três subseções, primeiramente foi realizada a intersecção do termo mobilidade com sua evolução histórica, o que foi fundamentado com base em leituras referentes à geografia da população. Em segundo lugar o conceito é trabalhado a partir de sua vertente que demonstra os deslocamentos humanos em função do trabalho, principalmente por meio das influências do sistema capitalista. Por fim, a terceira subseção apresenta as condições para uma possível mobilidade de cunho ideológico, ou seja, uma vertente subjetiva e sem deslocamentos materializados, o que determina o início da versão do conceito em construção nesta tese.

As noções do conceito de mobilidade estão condicionadas à interpretação temporal, desta forma se faz necessário colocar teoricamente determinados aspectos históricos quanto ao termo. Para tanto, colocou-se em relevo, a seguir, referências que se desenvolveram preteritamente até o estabelecimento das terminologias atuais, o que é pertinente para a compreensão de uma nova vertente para a mobilidade.

### 1.1.1. Geografia da População e Mobilidade Humana

A mobilidade da população não é um fenômeno recente a ser abordado na ciência como um todo, segundo Mormul (2012), várias correntes da geografia trataram a temática em distintas articulações. Salienta-se, porém, que são significativas para a compreensão da temática em uma análise crítica as contribuições históricas no que tange à sistematização científica da própria geografia, principalmente no seu ramo que se refere à população e ao próprio conceito de mobilidade.

A partir das perspectivas populacionais descritas na antiguidade, destacam-se as contribuições de Platão e Aristóteles, ambos filósofos já discorriam as dinâmicas populacionais como fator estratégico. O primeiro já apartava o conceito de ótimo da população, relativizando espaço e recursos para se denotar um padrão de vida qualitativo para determinada grupo social; o segundo em “Política”, salientava que o excedente populacional viria a prejudicar a ordem social, ampliando criminalidade e pobreza, desta forma alguns conflitos seriam uma possível consequência. (MORMUL, 2012).

Observa-se que a população, quando em excesso, era considerada um fator negativo, gerador de miséria e conflitos sociais, uma hipótese que também encontrou seguidores muitos séculos à frente. Em contrapartida, ainda na antiguidade, os estudiosos estabelecidos no Império Romano usavam a explosão demográfica como justificativa para suas conquistas, pois conforme a população apresentava crescimento, aumentava-se a demanda por espaço físico. (MORMUL, 2012).

A Idade Média, no sentido demográfico, foi influenciada por um panorama religioso e moral, as interpretações bíblicas eram utilizadas para se fazer valer os interesses políticos e econômicos da hegemonia de então. Interesses esses presentes na contribuição do clero católico com a nobreza monárquica, ainda que este último tivesse menor poder de atuação. Quanto à estratégia militar do período, a população elevada era considerada um fator positivo, um maior número de soldados era considerado elemento relevante quando se tratava de conflitos bélicos. (MORMUL, 2012).

A partir do século XVIII, o Iluminismo favoreceu a eclosão da Revolução Industrial e da Revolução Francesa, nessa fase foram estabelecidos os métodos científicos, qualitativamente superiores a outros meios de análise utilizados até então. Fato sedimentado não somente no âmbito da Geografia da População, mas também nas outras ciências de um modo geral.

Uma das teorias que surgiram nesse contexto foi proposta por Thomas Malthus. Esse pensador inglês estabeleceu uma relação entre duas ordens: o crescimento populacional e a

produção de alimentos. A primeira cresceria em proporção maior que a segunda, a consequência seria a proliferação da miséria e fome que equilibrariam aquelas forças. Seriam fatores positivos para evitar o avanço da própria miséria, uma vez que a fome e as doenças aumentariam a mortalidade e regulariam a população, evitando futuramente seu aumento excessivo.

A forma malthusiana de pensar o crescimento demográfico é criticada por diversos autores da geografia, uma vez que Malthus não expôs outros fatores que poderiam interferir na dinâmica da população e no aumento da produtividade agrícola. Neste contexto, Damiani (2012) contrapõe tal hipótese, ela coloca que os cultivadores poderiam se aproveitar da oferta de mão de obra, muito abundante naquele período, e abrir novas frentes de cultivo, ou seja, aumentaria a demanda de alimentos e diminuiria a justificativa do autor. Assim, ele teria desconsiderado a potencialidade da dimensão espacial. Posteriormente, séculos à frente, os avanços da medicina e o desenvolvimento tecnológico ajudaram a deslegitimar a teoria de Malthus, principalmente com a desaceleração do crescimento vegetativo.

Damiani (2012) argumenta que para Karl Marx, o pobre não é somente aquele que não dispõe das condições mínimas para sobreviver, também é aquele que não se apropria dos meios de produção. O crescimento da população estaria relacionado às condições históricas do processo de acumulação capitalista de cada lugar. Essa população pobre excedente é denominada superpopulação relativa, uma reserva de trabalhadores que tinha como função manter os salários baixos. Percebe-se então uma distinção entre os pensamentos de Malthus e Marx: para o primeiro a população se origina a partir das relações de subsistência, enquanto que para o segundo seria consequência das relações desiguais provocadas pelo capitalismo.

No século XIX, as contribuições de Ratzel e La Blache são também significativas tomando o contexto das escolas determinista e possibilista respectivamente. Ratzel apresenta importante contribuição na sistematização da Geografia como ciência, ele trata a população sob uma perspectiva secundária, pois seus estudos focavam a dispersão dos povos em uma abordagem interdisciplinar, de modo que se considerava também, além da geografia, a biologia, a etnologia e a história. La Blache dedicou mais espaço à geografia da população, considerava o estudo demográfico a partir de dados numéricos e padrões, sem, contudo, aprofundar-se quanto à sistematização ou classificação destes dados de uma forma analítica qualitativa. (MORMUL, 2012).

A geografia da população foi interpretada, até então, a partir de um panorama empírico sem uma dimensão crítica, tal perspectiva foi chamada de neoclássica, conforme Becker (2006). Apesar dos indicadores demonstrarem, de certa forma, características das realidades socioeconômicas, a compreensão por uma ótica criticista ocorreu com Foucault:

Uma importante contribuição para pensar ou entender a população, parte de Foucault que insere a população no centro da discussão quando faz o estudo do biopoder. Na interpretação de Foucault, população é uma multiplicidade de indivíduos que só existe profunda, essencial, biologicamente ligado à materialidade dentro da qual vivem. (MORMUL, 2013, p. 108).

Foucault analisa a sociedade a partir das relações de poder, o autor busca se ater a obras como “O Político” de Platão e “O Príncipe” de Maquiavel, para sedimentar diversas formas de dominação política. Ele discorre quanto às questões morais e religiosas, típicas de governos pré-modernos, demonstra que a população é influenciada por fatores econômicos, sociais e políticos; isto é, pode ser doutrinaada a seguir aspectos que favoreçam as classes hegemônicas, que dominam as esferas políticas.

As contribuições de Foucault foram significativas, seus contemporâneos estabeleceram métodos críticos que levaram à uma evolução das análises qualitativas no que tange à ciência da geografia da população. Dentro deste âmbito a mobilidade passa a ser estudada como consequência social do meio capitalista, e não somente como motivação pessoal de determinado sujeito.

A seguir, destacar-se-á as contribuições de autores que consideraram as mobilidades por meio de métodos críticos. A partir das próximas considerações é possível identificar variadas mobilidades, algumas vão além da dimensão material, isto é, a mobilidade pode ocorrer sob a perspectiva econômica.

### **1.1.2 A mobilidade e força de trabalho: influência do capitalismo na mobilidade física**

A mobilidade se mostra um conceito pertinente para a análise da dualidade presente entre o ser humano e o espaço natural. O conceito pode ser definido genericamente como o movimento dos corpos a partir do espaço, sendo, portanto, sujeito a qualquer espécie de deslocamento, seja humano ou não. Salienta-se que no presente caso, considerar-se-á o que se denomina “mobilidade humana”, a qual se refere às várias maneiras de movimentos das pessoas, sejam esses materializados ou não.

Pretende-se estabelecer nesta tese a mobilidade ideológica, assim diversas formas de mobilidade serão consideradas *a priori* para legitimar a possibilidade dessa nova vertente. Desta forma, apresentar-se-á a mobilidade física e a mobilidade do trabalho. Esta ampla abordagem do tema aplica uma dimensão multidisciplinar, que por sua vez, permite uma visão mais ampla

no que tange, principalmente, a articulação das ciências humanas. Neste sentido, conforme Rocha (1998) mobilidade humana se delineia a partir de três outras resultantes ordens de deslocamento: a mobilidade física, a mobilidade social e a mobilidade centrada no trabalho.

A mobilidade física é subdivida em macromobilidade e micromobilidade. A primeira se caracteriza por movimentos de indivíduos em macroescala, isto é, em âmbito internacional, nacional, estadual e municipal; este tipo de mobilidade, denominada também migração, não considera a dimensão do cotidiano. A micromobilidade abarca uma dimensão em menor escala, isto é, o dia-a-dia e seus pequenos deslocamentos referentes ao conceito de lugar, como fluxos de pessoas para trabalho, escola, compras, movimentos pendulares, entre outros. (ROCHA, 1998).

A mobilidade centrada no trabalho se refere ao movimento populacional incentivado pelos interesses econômicos do capitalismo, interesse que estimula, mesmo que muitas vezes de forma não consciente, o movimento de pessoas em função do labor. Essa forma de deslocamento está diretamente ligada à sociedade capitalista, já que uma das motivações desse deslocamento se encontra na necessidade de troca do trabalho pelo salário. Essa relação possibilita um dinamismo significativo no que se refere às trocas comerciais, e conseqüentemente, na reprodução do capital. (ROCHA, 1998).

Sobre a mobilidade enquanto conceito Becker (2006) destaca que o termo foi objeto de análise de várias interpretações, sendo que entre estas, relevou-se dois modelos, um de julgamentos denominados neoclássicos e outro chamado de neomarxista. Isto é, são estudos ou voltados a interpretações quantitativas funcionais ou, respectivamente, a abordagens historicistas críticas. Até os anos 70, a visão dos fluxos migratórios estava sedimentada nos movimentos individuais da população onde as informações estatísticas da ciência demográfica se sobrepunha quanto ao fatos histórico-geográficos. Becker (2006, p. 323) aponta que:

Tal concepção levava a um modelo redutivo da realidade onde a sociedade era considerada sob um enfoque individualizado, atomístico: cada pessoa buscava maximizar suas necessidades. A decisão de migrar era percebida como decorrente apenas da “decisão pessoal” e não pressionada ou produzida por forças sócio-econômicas exógenas.

Entre os trabalhos que Becker (2006) considera de natureza neomarxista, está a publicação de Gaudemar (1977), o economista francês retrata que o deslocamento da população está relacionado aos interesses do sistema capitalista de produção. A partir das ciências econômicas, o autor contribui de maneira significativa para o desenvolvimento do conceito de mobilidade. Para o autor, a mobilidade possui influência significativa no âmbito das relações

de trabalho no capitalismo, a qualidade da força de trabalho coopera para o surgimento de uma série de fenômenos de mobilidade, como os trabalhos temporários, migrações, imigrações, movimentos pendulares, entre outros.

Contrapõe-se, portanto, as abordagens do modelo neoclássico, a partir do momento que o capital passa a exercer uma espécie de “mobilidade forçada”, sendo eliminada a hipótese da decisão pessoal enquanto determinante para o deslocamento em massa. Gaudemar (1977) afirma que o capitalismo influencia a maneira como os seres humanos estabelecem seus comportamentos, em meio aos interesses do sistema hegemônico ocorre a mobilidade da força de trabalho. Rocha (2008) concorda com Gaudemar (1977) e explicita que esta “mobilidade forçada” incide a partir dos interesses do capitalismo, as condições para deslocamento são exógenas à vontade do trabalhador.

Neste sentido, todo planejamento capitalista de mobilidade, é, também, forçado. Assim Gaudemar (1977 p. 190) afirma que a “[...] mobilidade da força de trabalho é assim introduzida, em primeiro lugar, como a condição de exercício de sua ‘liberdade’ de se deixar sujeitar ao capital, de se tornar mercadoria cujo consumo criará o valor e assim produzirá o capital.”, ou seja, existe uma “escolha” em se deixar explorar pelo capital para gerar mais valia para os donos dos meios de produção. Mais adiante ele esclarece ao acrescentar que:

A relação entre mobilidade e a liberdade da força de trabalho pode ser ainda precisada. No seu aspecto positivo, a liberdade condiz à possibilidade do trabalhador escolher seu trabalho e o local onde exercê-lo; no seu aspecto negativo, ela conduz às exigências do capital e o seu poder de despedir em qualquer altura um trabalhador, ou de transformar o seu trabalho assim como as condições em que ele o exerce. (GAUDEMAR, 1977, p. 190).

Mais uma vez o autor procura colocar entre aspas a palavra “liberdade”, pois existe a configuração de um meio de coação, a vontade de se deslocar para outra área é, na verdade, forçada, uma vez que as medidas que levam os trabalhadores a se deslocarem não são tomadas objetivamente pelos próprios. Assim, além das grandes empresas capitalistas, o autor ressalta que medidas do Estado visam facilitar a repulsão ou atração de imigrantes de determinados pontos do próprio território. As populações imigradas formam uma força de trabalho que se move de estabelecimento para estabelecimento ou de ramo para ramo conforme a necessidade de seu trabalho. Gaudemar (1977) demonstra que a força de trabalho imigrante se desloca de acordo com os interesses do capital e do Estado, sem se importar realmente com os problemas sociais que tal fato geraria.

Vale salientar que, os estudos do autor estão relacionados temporalmente ao contexto dos anos 70, mais especificamente na realidade francesa de então, ressalta-se ainda que atualmente há diferenças nas políticas públicas migratórias de seu país. A coação determinada pela mobilidade centrada no trabalho se dá no campo da subjetivação, os movimentos não são facilmente identificáveis por não serem literais, são deslocamentos massivos observáveis em grandes fluxos. Em contrapartida, é pertinente colocar que há possibilidades de deslocamentos para trabalho sob circunstâncias individualizadas, entretanto estas são exceções quando comparadas ao movimento geral da busca de labor no capitalismo globalizado.

As relações capitalistas transformaram de forma significativa o modo que as populações dependentes do sistema visam se deslocar a partir do espaço. Releva-se aqui novamente, que a mobilidade humana não tem gênese a partir do advento do capitalismo, visto que, em sociedades da antiguidade ou mesmo aquelas que podemos chamar de primitivas, também se praticava tal ação. O que a mobilidade centrada no trabalho tem em comum com os antigos deslocamentos é a necessidade. Primitivamente os povos se deslocavam em busca de alimentos, local seguro, terras férteis, entre outros; atualmente estas necessidades são produzidas externamente ao que se refere ao limiar da consciência da maioria dos indivíduos. Estes continuam a carecer de alimentos e outros elementos de subsistência, contudo são influenciados a se mudar para locais específicos, onde acreditam que possa existir probabilidade mais efetiva de suprir suas principais necessidades (BECKER, 2006). Neste sentido, Becker (2006) constrói um quadro comparativo quanto suas duas abordagens migratórias, explicitadas anteriormente conforme colocadas no quadro 1.

Quadro 1: Paralelo entre os enfoques neoclássicos e neomarxistas em migração

ENFOQUE NEOCLÁSSICO	ENFOQUE NEOMARXISTA
<p><i>Decisão de migrar:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Ato de caráter individual, de livre escolha não determinado por fatores externos.</li> <li>- Enfoque atomístico reduzido ao indivíduo; pretensamente neutro e apolítico.</li> </ul>	<p><i>Decisão de migrar:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Migração como mobilidade forçada pela necessidade de valorização do capital e não como ato soberano de vontade pessoal.</li> </ul>
<p><i>Significado:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Elemento de equilíbrio em economias subdesenvolvidas, especialmente as mais pobres.</li> <li>- Industrialização e modernização como força positiva propulsora da migração.</li> </ul>	<p><i>Significado:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Resultado de um processo global de mudanças.</li> <li>- Expressão da crescente sujeição do trabalho do capital.</li> </ul>
<p><i>Metodologia:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Análise descritiva, dualista e setorial do fenômeno.</li> <li>- Enfoque causal, isolado e pontual das migrações.</li> <li>- Considera as características individuais dos migrantes.</li> </ul>	<p><i>Metodologia:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Análise histórico-estrutural das migrações. Visão de processo.</li> <li>- Enfoque dialético.</li> <li>- Considera a trajetória dos grupos sociais.</li> </ul>
<p><i>Categoria de análise:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- O indivíduo.</li> </ul>	<p><i>Categoria de análise:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Os grupos sociais.</li> </ul>
<p><i>Dimensão espaço-temporal:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Deslocamento do indivíduo entre dois pontos no espaço (fluxos, linhas, pontos).</li> <li>- Visão fixa de mercado de trabalho homogêneo e pontual.</li> </ul>	<p><i>Dimensão espaço-temporal:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Movimento de um conjunto de indivíduos, num certo período do tempo, sobre o espaço geográfico. A trajetória pode apresentar vários pontos a ser de longa duração, pois representa um processo e não apenas fluxos isolados.</li> <li>- Mercado de trabalho multidimensional em transformação no tempo e no espaço.</li> </ul>

Fonte: BECKER, Olga Maria Schild, 2006, p. 344.

Pode-se considerar o quadro 1 como um reflexo de duas formas de compreender as relações migratórias no mundo, uma via opressor, outra via o oprimido, sendo respectivamente representadas pelo viés neoclássico e o viés marxista. É pertinente esclarecer que a interpretação das duas visões estabelecidas no quadro não são de consenso na comunidade acadêmica, é uma forma de expressão delimitada por Becker (2006). De qualquer forma ela representa, ainda que não diretamente, a dualidade que será exposta nesta tese mais adiante, quando será realizada a análise da contraposição do progressismo com o conservadorismo.

O enfoque neoclássico de Becker (2006) se alicerça a partir de uma visão individualista de mundo, desconsidera os processos históricos que influenciam o indivíduo a migrar, de modo que este acredita que seu deslocamento ocorre a partir de um pressuposto próprio. O opressor observa estes deslocamentos como algo positivo, uma vez que esta movimentação seria resultado de uma força de equilíbrio para o desenvolvimento econômico de determinado local. Essa é uma forma de interpretação de mobilidade pautada no conservadorismo, pois não



representa uma lógica de mundo de justiça social, tem como prioridade o equilíbrio da economia.

O segundo enfoque destaca que os processos históricos, econômicos e sociais externos à consciência do indivíduo o levam a tomar decisões que lhe são alheias, portanto, apesar da tomada de decisão, esta não é necessariamente individual, é coerciva. É uma relação extrema para o trabalhador que é subjugado pelos condicionamentos que o capital lhe impõe, estas sujeições o obrigam muitas vezes a se mobilizar, sendo que a outra alternativa seria o desemprego e a miséria. A interposição dessa análise corrobora com uma leitura progressista, pois faz a crítica das consequências do modelo para a maioria da sociedade.

Além destes pressupostos destacados por Becker (2006), vale considerar que existe o tipo de mobilidade que não é forçada, de forma que, os indivíduos neste caso adquirem o desejo de se deslocar a partir de um referencial diferente, que não tenha relação com as práticas diretas do capital. Por exemplo, indivíduos que se deslocam para estudar ou em razão de oportunidades de melhor remuneração salarial.

Neste último conjunto, esclarece-se que o sujeito possui maior clareza quanto à sua escolha, ou seja, entre ficar ou se mover para o outro local. Essa opção não alteraria significativamente sua qualidade de vida, o que não ocorre com o assalariado de “chão de fábrica” que é usado pelo sistema, muitas vezes não tendo outra alternativa: ou ele migra ou tem uma piora significativa em seu modo de vida.

Para se abordar um estudo da geografia a partir de um pressuposto do materialismo histórico dialético, deve-se levar em consideração o espaço geográfico enquanto ambiente de transformação das relações sociais e de poder econômico (HARVEY, 2005). É estabelecida, desta maneira, a justificativa do presente recorte, deste modo se faz necessário prosseguir com a apresentação e discussão de outras formas de mobilidade que vão além da concretude do espaço materializado e visível, assim a próxima subseção tratará das mobilidades não físicas.

### **1.1.3 A mobilidade sem deslocamento: ascensão e queda no âmbito das classes e estruturas sociais**

Ao tratar de estudos de mobilidade pode-se salientar que esse conceito é tema de estudo de diversas ciências e disciplinas acadêmicas, entre as quais, cita-se a sociologia, geografia, psicologia, demografia e economia, como discorre Rocha (1998). Uma carga multidisciplinar se torna apropriada a partir de tantos olhares distintos, existem noções de movimentos humanos

sem deslocamento material e mobilidades que se assentam a partir da compreensão da existência das classes sociais.

Neste aspecto, a mobilidade social se refere à mudança estrutural dentro das classes, é um movimento vertical e não materializado espacialmente em estado puro, contudo apresenta reflexos consequentes na territorialização e construção do espaço geográfico. Este tipo de mobilidade é abordada comumente a partir das ciências sociais como explica Rocha (1998).

Rocha (1998) apresenta a mobilidade social a partir de diferentes discussões perante visões marxistas e liberais. Os primeiros entendem a questão a partir da existência da sociedade de classes, os últimos, por turno, por meio de estratificação social. De qualquer modo ambas as visões de alguma maneira identificam a possibilidade de ascensão econômica no âmbito social.

Do ponto de vista liberal, a ascensão social é identificada com uma interpretação funcionalista, não existem maiores aprofundamentos quanto às causas históricas do fenômeno. As teorias pautam principalmente na motivação individual e finalidade do deslocamento, de forma que, no primeiro caso, os indivíduos teriam a capacidade de ascensão a partir de delimitações psicológicas motivacionais, e no segundo, a partir das funções acessíveis em cada meio social, de modo que tal disponibilidade alteraria o valor correspondente de cada função. (ROCHA, 1998).

A fluidez estrutural que é a ideia forte da concepção estratificada estrutura social, é estreitamente correlativa ao fenômeno de mobilidade social, aonde os indivíduos podem circular com mais ou menos liberdade no interior do sistema de posições sociais. A noção de estratificação se relaciona diretamente com a noção de mobilidade, pois pressupõe as duas características das estruturas sociais que é a de distribuição hierárquica das posições sociais, excluindo todos os outros princípios de diferenciação social e o princípio de “continuum” que se estabelece entre as diferentes posições sociais excluindo todas as outras morfologias. Algumas interpretações marxistas afirmam que a sociologia americana da estratificação social repousa inteiramente sobre um postulado “individualista” no qual a ação social é sempre pensada como determinada de uma parte pela natureza individual dos agentes e, em segundo lugar, a natureza do social é visto como resultado de ações individuais. (ROCHA, 1998, p. 60).

Assim, coloca-se em crítica o modo liberal de se compreender a ascensão econômica como fluidez social, a ideia de estratificação posta acredita na circulação livre dentro dos estratos verticais da sociedade. Acrescenta-se, entretanto, que, apesar de tal ponto de vista interseccionar com a noção de mobilidade, o fato de relacionar fenômenos individuais a capacidade de mobilidade social, e isto somente, ignorando a ação de outros atores sociais, bem como as razões históricas de cada questão, torna rasa e funcionalista qualquer consideração estabelecida a partir de tal análise.

Já partindo do método materialista dialético, o âmbito historicista é valorizado como um dos meios de explicação dos fenômenos sociais. Autores marxistas passam a enxergar a estratificação de maneira crítica, assim como as possibilidades de ascensão social, sendo este resultado de fatores majoritariamente exógenos ao trabalho individual dos sujeitos.

Assim, a princípio é pertinente relevar que a estratificação social é muito mais complexa do que uma mera classificação perante o padrão de vida de seus membros. Cada classe social é internamente diversificada e apresenta visões distintas de realidades. O ambiente de vivência e as relações históricas de construção de cada lugar são preponderantes na avaliação da mobilidade social. (ROCHA, 1998).

Antes de qualquer prosseguimento é significativo ressaltar que a interpretação marxista deve estar condicionada às lutas de classes. Estratificação e classe no âmbito da sociedade não se configuram como conceitos sinônimos, o primeiro representa um âmbito maior, que vai além das condições socioeconômicas dos indivíduos e seus pares, o marxismo permite vários estratos sociais, contudo:

De acordo com a tradição marxista, as classes sociais são grandes grupos sociais definidos por sua inserção nas relações fundamentais de produção dentro de um sistema econômico e social particular. Duas classes básicas existem no capitalismo: a classe dominante, que controla o Estado e se apropria do excedente econômico na forma de lucros e juros, e a classe trabalhadora. Essas duas classes são definidas pelo papel que desempenham na produção, resultado direto da divisão social do trabalho. Deixando de lado as várias subdivisões menores, existe uma 2 divisão fundamental entre aqueles que detêm os meios de produção, e conseqüentemente os controlam, e aqueles que não o fazem. (BRESSER-PEREIRA, 2002, p. 1).

Ainda que alguns autores assinalem uma terceira classe social nas obras de Marx – classe camponesa separada do proletariado – os estudos que se identificam com o marxismo apresentam no geral duas grandes classes antagônicas, pautadas na divisão do trabalho, estas são a burguesa e a proletária. Outras subdivisões são omitidas em busca da união geral dos trabalhadores e da revolução socialista. Contudo, ressalta-se que a sociedade contemporânea não pode omitir as diferenças dentro de cada classe, e os estratos sociais passam a fazer sentido analítico. Em suma, as divisões por classe ainda norteiam o sistema econômico, uma vez que continuam existindo os donos dos meios de produção e aqueles que vendem sua força de trabalho. (BRESSER-PEREIRA, 2002).

A estratificação social é uma classificação existente em toda sociedade organizada, uma vez que o estabelecimento de uma ordem legislativa, por mais primitiva que seja, cria uma hierarquia vertical. As classes sociais só passam a existir a partir do modo de produção capitalista, o qual desenvolve um tipo de divisão com base na produção e na mais valia, já que

o dono dos meios de produção exerce o que faz com o objetivo da acumulação e o trabalhador pelo salário. Portanto, essa relação é responsável pelo surgimento de duas classes específicas. (BRESSER-PEREIRA, 2002).

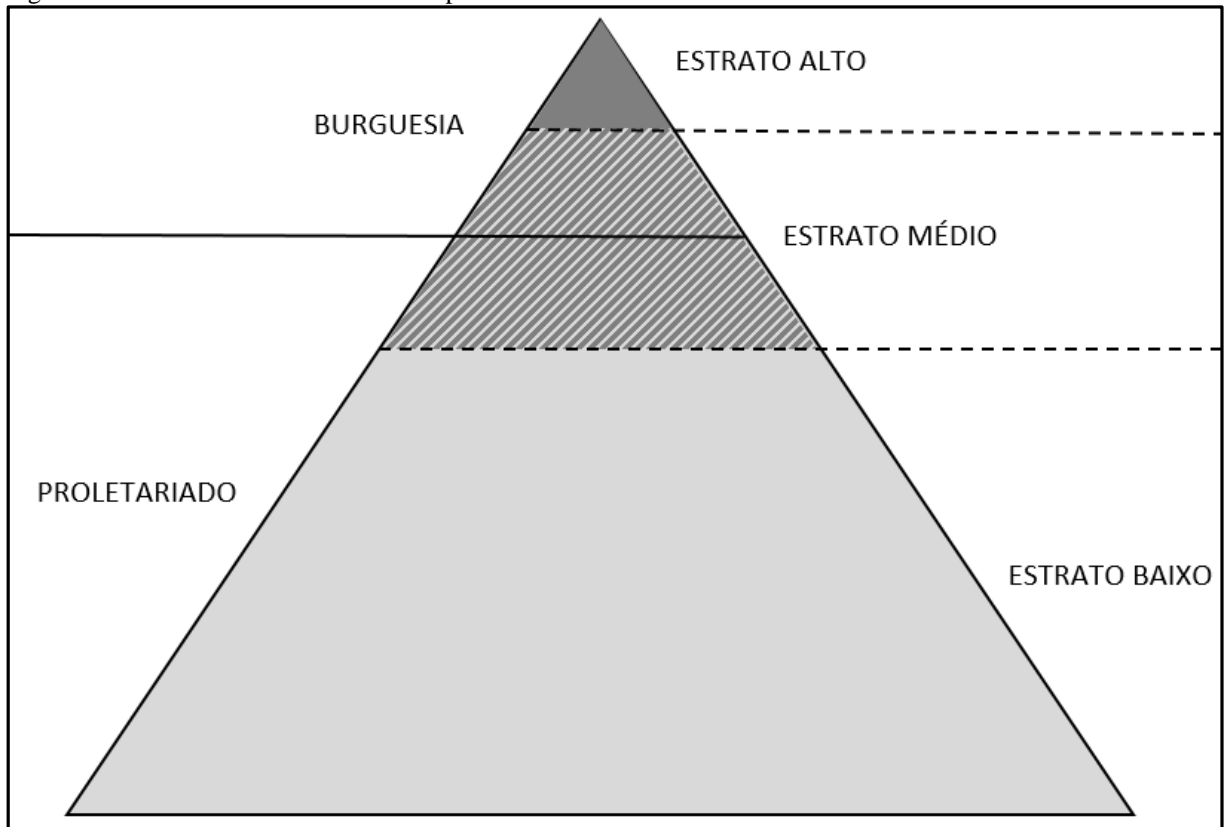
Em outras palavras, pode-se entender que as classes sociais são uma forma de estratificação para análise da sociedade, contudo nem toda estratificação existente na história humana se configura em classes. Na sociedade feudal, estratificada em estamentos, o clero, a nobreza e os servos tinham objetivos que não envolviam produção para mais valia ou salário, portanto não se definem como classes sociais. (BRESSER-PEREIRA, 2002).

Tendo tal definição como base é possível estratificar dentro da lógica capitalista classes menores dentro daquelas duas mais alicerçadas no materialismo dialético. Assim, Bresser-Pereira (2002) reconhece a presença da classe média como parte de uma burguesia com menos recursos ou de um proletariado com mais recursos. Neste aspecto, desde os anos de 1940, Warner (1941) já reconhecia a existência de uma classe média e ainda subdivisões dentro desta, como uma classe média alta e outra baixa, o mesmo ocorreria dentro de uma classe alta e de uma classe baixa. Desta maneira, Bresser-Pereira (2002, p. 12) coloca que:

A rigor, é mais correto falar de estratos altos, médios e baixos, do que de classes altas, médias e baixas. Os primeiros constituem um critério de classificação social diferente do de classe e são válidos e úteis como ferramenta de análise sociológica. Poderíamos definir estrato como uma fatia da sociedade cortada horizontalmente de acordo com uma série de critérios que nos permitem estabelecer uma ordem hierárquica.

Por classes o autor entende ainda a dualidade burguesia e proletariado, uma relação hierárquica vertical no âmbito do sistema capitalista, já a estratificação se daria em um âmbito horizontal, configurando-se em diferenciações dentro daquelas duas classes capitalistas originárias, criando uma hierarquização socioeconômica e não de produção. Esta estrutura pode ser observada na figura 1, a seguir:

Figura 1 - Estratos e classes sociais no capitalismo



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de Bresser-Pereira (2002)

A figura 1 representa a diferença entre classe social e estrato social, desta forma em dois grandes grupos, à esquerda se encontram burguesia e proletariado, sendo respectivamente, os donos dos meios de produção e os assalariados. Do lado direito as estratificações sociais, ao qual o estrato alto sempre será da classe burguesa, assim como o estrato baixo que será sempre formado por proletários. O estrato médio, denominado de classe média no senso comum, terá uma quantidade de trabalhadores qualificados, assim como pequenos comerciantes que detém meios de produção, mas acumulam pouca mais-valia quando comparados aos proprietários e acionistas de grandes corporações.

A partir desta lógica, existe ascensão social, ou queda, tanto no âmbito das classes quanto no âmbito dos estratos, tais movimentações se refletem como mobilidade social. Ressalta-se, conforme Bresser-Pereira que a mobilidade entre estruturas, ou estamentos, era mais difícil de ocorrer antes do capitalismo, ainda que possível em determinadas sociedades, pois a hereditariedade era mais relevantes em tal configuração.

Coloca-se em relevo que, apesar da ascensão social ser mais difícil, a desigualdade ocorria em menor escala, por exemplo: na sociedade estamental feudal os praticantes da servidão usualmente são passavam por necessidades de escala básica, tal situação era mais

presente por problemas climáticos, onde até mesmo o clero e a nobreza tinham de realizar racionamento. Neste sentido:

A mobilidade social aumenta consideravelmente com o capitalismo. As classes sociais perdem muitos de seus adereços ideológicos para assumir uma natureza explicitamente econômica. Os obstáculos legais à mobilidade social desaparecem e os obstáculos ideológicos são substancialmente enfraquecidos. Na verdade, ela se torna uma das válvulas de escape por excelência para reduzir o conflito social que tendia a se aprofundar no capitalismo, com o aumento da organização política dos trabalhadores. No entanto, a mobilidade social está longe de ser completa. A propriedade privada do capital, passada de pai para filho, continua a ser uma barreira decisiva. Mobilidade - 'o sonho norte-americano' - é antes uma ideologia do que uma realidade. O grau relativo de mobilidade social alcançado no capitalismo torna-se assim o principal instrumento ideológico para legitimar a estrutura de classes existente. Mobilidade social 'ampla' ou 'crescente' são expressões utilizadas como uma alternativa implícita à sociedade sem classes do socialismo. (BRESSER-PEREIRA, 2002, p. 15).

Apesar de mais constante no sistema capitalista, a mobilidade social tem como barreira a própria estrutura estabelecida a partir da propriedade privada, onde o direito à herança permite a passagem dos meios de produção para sujeitos da mesma classe social. A possibilidade de ascensão social serve como ideologia para controlar as lutas de classe, uma vez que as desigualdades aumentam quando comparadas aos sistemas econômicos pré-capitalistas. A ideologia pautada na possibilidade de ascensão social serve para evitar a promoção de ideologias que questionem o capitalismo, e assim manter muitos trabalhadores apoiando o sistema na esperança de chegarem ao topo da pirâmide.

Há outras interpretações de classes sociais, mais adiante essa análise pautada no entendimento de Bresser-Pereira (2002) terá concomitância com os estudos de Souza (2017 e 2018a), já que este último estabeleceu uma lógica de interpretação de divisão social para a realidade brasileira, ao qual corrobora com a percepção de subdivisões horizontais no âmbito de cada classe.

De um modo geral o objetivo deste recorte não pretende se aprofundar especificamente nas questões que envolvem a ascensão ou queda de nível social. O intuito é apresentar que, de fato, existe a mobilidade social no âmbito do capitalismo, condicionada por fatores individuais e principalmente sociais. Esta forma de mobilidade transcende a materialização no espaço físico, pois classe ou estrutural social, apesar de se concretizarem em forma de desigualdade na construção espacial. São elementos essenciais para teorizações permitidas no campo das ideias, conforme se pretende realizar nesta pesquisa com a mobilidade ideológica, um movimento igualmente não palpável.

Justifica-se, portanto, como semente para se consolidar a elaboração da mobilidade ideológica, que assim como a mobilidade social, se configura teoricamente como discussão, estando condicionada à uma analogia abstrata. Contudo, ela na práxis tem possibilidade de se materializar também no espaço, já que a mobilidade ideológica, por mediação política, transforma os locais de vivência, cria territórios, transforma a superfície terrestre, entre outras consequências.

Essas mudanças podem se concretizar em sentido progressista, com o objetivo de se atingir maior justiça social, ou em direção conservadora, com o intuito de manter a ordem capitalista que resulta em maior desigualdade. Nesta conjuntura, para se determinar o que de fato é progressismo ou conservadorismo, torna-se relevante o aprofundamento desses, bem como a definição da ideologia propriamente, conforme a próxima seção.

## 1.2 IDEOLOGIA: HISTÓRICO E EVOLUÇÃO CONCEITUAL SOB UMA ANÁLISE MULTIDISCIPLINAR

Para possibilitar a definição de mobilidade ideológica é necessário buscar a fundo as referências que discutem o conceito de ideologia. Tal ação traz à luz pontos convergentes e distintos a partir da quantidade de significados que o termo dispõe no meio acadêmico. Para este estudo é significativa a ação investigativa quanto aos movimentos ideológicos referentes ao apoio político exercido pela população. Esses movimentos legitimam ações de gestão pública e privada que podem beneficiar a justiça social ou a conservação da ordem vigente. Estas finalidades interferem nos meios de construção de cada espaço geográfico.

A ideologia, enquanto conceito, tem como convergência dentro do âmbito acadêmico o fato de ser um ramo do conhecimento que tem como propósito estudar a dimensão das ideias. Estas, por sua vez fazem parte, também, de uma concepção subjetiva dos indivíduos, são indiretamente influenciadas pelos sentidos de modo que uma interpretação superficial não contribuiria com os objetivos desta tese. Assim, realizar-se-á um aprofundamento teórico com autores que abordaram a questão, objetivando-se uma síntese quanto a definição da ideologia e, posteriormente, as suas possíveis formas de alternância no meio político e social.

Autores diversos estudaram a ideologia e a deram olhares diferentes ao termo, segundo Lowy (2015) e Boudon (1989) a concepção do termo apresenta significados não concomitantes a partir de distintas análises vindas de pesquisadores de várias áreas acadêmicas. Tal fato pode

ser explicado por meio de contextos históricos pretéritos, visões de mundo, e até mesmo uma certa imaturidade acadêmica de alguns autores.

Este recorte está subdividido em quatro subseções com cenários inerentes à ideologia, isto é, primeiramente se realizou a delimitação histórica do conceito em sua origem e na concepção marxiana e marxista<sup>3</sup>. Em um segundo momento, estabeleceu-se a evolução do termo perante as contribuições de teóricos presentes na realidade do século XX. Em terceiro, teve-se a necessidade de entender a contribuição da psicanálise enquanto ciência analítica da dimensão subjetiva, passível de estudo tanto no plano individual quanto no social, bem como a concepção de ideologia dessa forma de análise. Por fim, na última subseção se desenvolveu a visão de mundo dos autores brasileiros perante o termo, uma tarefa pertinente frente à última parte da pesquisa que vai retratar o caso das últimas eleições presidenciais do país.

### **1.2.1 Histórico do conceito de ideologia e a sua concepção a partir de Marx e Engels**

A priori, a partir da disposição metodológica pretendida neste estudo, torna-se pertinente buscar historicamente os primeiros indivíduos que trabalharam com a ideologia sob um ponto de vista científico. Apesar de ser tratada indiretamente na filosofia clássica, a ideologia aparece com uma conjunção analítica positivista na França do início do século XIX, sendo a partir de então utilizada de distintas formas, por diferentes autores.

Neste aspecto, esta breve subseção procura colocar as considerações históricas do termo, por meio de interpretações marxianas e de autores proeminentes no âmbito contemporâneo de Karl Marx. Salienta-se a necessidade desta articulação, uma vez que o melhor entendimento do objeto de estudo desta sessão está condicionado à sua evolução histórica e ao autor que inaugura indiretamente o método de análise aqui empregado, isto é, o materialismo histórico dialético.

Desta forma, poder-se-ia iniciar este recorte teórico a partir de uma busca histórica longínqua no que tange a história humana. A filosofia clássica é rica e pertinente para o entendimento de diversas possibilidades que ainda são relevantes no contexto científico moderno e contemporâneo. Assim, Konder (2002, p. 15) apresenta uma definição de ideologia que se refere ao termo como: “[...] o registro de pressões deformadoras atuando sobre o processo de elaboração do conhecimento”. Esse entendimento insere uma perspectiva de

---

<sup>3</sup> Conforme Boudon (1989), emprega-se o adjetivo marxiano na leitura direta de Karl Marx e marxista para as publicações daqueles que seguiram as obras do autor, aos quais delimitaram, por seu turno, o materialismo histórico dialético.



ideologia anterior à ciência moderna, uma vez que, de acordo com Konder (2002) a noção de conhecimento é uma temática abordada constantemente na filosofia clássica. Nessa significação a ideologia apresenta certa influência quanto ao que se compreendia na antiguidade como conhecimento, portanto, ela seria mais arcaica do que se imaginava.

De fato, manifestações ideológicas são possíveis no âmbito do conhecimento e da filosofia clássica, Konder (2002) comenta quanto à afirmações de filósofos clássicos advertindo quanto ao fato dos indivíduos poderem estar enxergando sombras as quais pensassem serem reais, caso de Platão, ou ainda questionamentos quanto às limitações dos sentidos frente à realidade.

É importante acentuar que é possível identificar pensadores no decorrer da história, em periodizações diversas, que trataram da ideologia sem considerá-la com esta nomenclatura. Sob esta perspectiva, Konder (2002) identificou vários exemplos. Nicolau de Cusa, no século XV, reflete e compara o conhecimento na dimensão do ser humano e de Deus, este último seria o máximo perfeito e o outro limitado, dados as problemáticas e contradições existentes no mundo. Francis Bacon, entre os séculos XVI e XVII, ponderou quanto ao que ele chamou de ídolos, ou seja, noções falsas de realidade, as pessoas muitas vezes se prendiam nas suas interpretações as quais nem sempre estão próximas ao concreto, o que seria de uma certa forma um aspecto ideológico. Michel de Montaigne, no século XVI, questionou a visão de mundo dos conquistadores europeus frente aos povos americanos, considerados como bárbaros ou incivilizados. Por fim, Diderot, já dois séculos a frente de Montaigne, concebe apreciação semelhante a este ao denunciar a prática predatória europeia em suas colônias já sob a crítica da propriedade privada.

O objetivo desta pesquisa não está envolvido somente no que pode ser interpretado a partir do que existe na filosofia clássica. É significativo trazer à luz da discussão a articulação com o que se desenvolveu a partir da ciência moderna. Deste modo, o que está estabelecido no âmbito acadêmico após o século XVIII se insere com maior possibilidade de contribuir ao entendimento de ideologia considerada na atualidade.

Neste sentido, Chauí (2004), Lowy (2015) e Konder (2002) trazem convergência quanto à algumas exposições teóricas mais atuais. Os autores determinam que a ideologia, enquanto objeto de estudo científico, foi fundamentada com caráter aprofundado a partir do século XIX, tendo o primeiro trabalho nesses moldes datado exatamente no ano de 1801 com DeStutt de Tracy. Este procurava construir uma ciência que explicasse a origem das ideias, pois as entendia como efeitos naturais do meio ambiente com o ser humano. Segundo Konder (2002, p. 22), a percepção de ideologia de DeStutt de Tracy era de que:

[...] a consciência era *produto do meio*. A *realidade objetiva* chegava à compreensão dos homens por meio de impressões sensoriais, que depois se complicavam na sofisticação das idéias. A medida que eram capazes de reconstituir esse processo formativo, através da ideologia, os homens refletiam com maior fidelidade o real, evitavam os delírios do subjetivismo e podiam se aperfeiçoar, aperfeiçoando o mundo em que viviam. (Grifos do autor).

Assim, as vontades e memórias, bem como razão e percepção estariam relacionados às afinidades de cada indivíduo com seu espaço de vida, o que, em conjunto, criaria as ideologias de cada um. Por meio desta perspectiva proposta, os homens seriam capazes de se aperfeiçoar e melhorar o mundo em que viviam enxergando de uma melhor maneira a realidade.

Lowy (2015) identifica uma situação que envolveu o estudo de DeStutt de Tracy, a sua forma de ideologia se confundiu, a partir da leitura de outros autores, a uma concepção imaginária de realidade. Um cenário injusto, já que ele fazia uma associação do orgânico com os demais elementos ambientais, sendo este vínculo a origem do que ele acreditava ser a ideologia. Sob este ponto de vista é possível apreender que a sua interpretação se encaixava em um paradigma materialista.

A História, entretanto, colocou DeStutt de Tracy no caminho de Napoleão Bonaparte, ambos entram em uma espécie de conflito teórico. O imperador da França, enquanto figura influente, trabalhava para deslegitimar as teorias de DeStutt de Tracy, bem como de seus seguidores. Ele acreditava que de alguma forma aquelas ideias poderiam interferir na governança do Estado, então os classificou como cultivadores de uma “tenebrosa metafísica” (KONDER, 2002). Tal atitude pretendia designar descrença ao discurso, assim a primeira concepção científica de ideologia ficou creditada a um sentido pejorativo.

A ideologia se tornou naquele período, a partir da influência napoleônica, sinônimo de idealização, isto é, uma palavra associada a aspirações subjetivas ou mesmo irreais aos indivíduos, em outras palavras uma forma de fantasia ou devaneio. Até mesmo Marx e Engels (2007) em *A Ideologia Alemã*, conforme reforça Lowy (2015), tratam o termo como tal, a obra é influenciada por esse ponto de vista, já que retrata a ideologia com um entendimento de ilusão. Outros autores identificam este mesmo juízo por parte de Marx e Engels quanto ao conceito em questão, como será abordado neste recorte mais adiante.

É complexo julgar limitações analíticas em um momento ainda recente do desenvolvimento científico, Konder (2002) exemplifica a dificuldade dos pensadores a partir de estudos que ainda não tinham significativa densidade de informações, ou seja, como tratar de ideologia sem trabalhos críticos que considerassem a dimensão do sujeito? Este último termo

vai encontrar seus primeiros estudos no âmbito da ciência moderna por meio de Kant e Hegel, os quais se mostrarão importantes no amadurecimento de ensaios científicos posteriores à segunda metade do século XIX.

De acordo com Konder (2002), para Kant, todo conhecimento do mundo era resultado de uma relação com o sujeito, o qual possui vontades individuais e influências da natureza. Assim, ao contrário do que se pregava por outros autores em sua época, o conhecimento não era uma reprodução concreta da realidade. O autor reconhece os eventos da História interferindo nas vontades humanas quando afirma que:

Os homens, enquanto indivíduos, e mesmo povos inteiros mal se dão conta de que, enquanto perseguem propósitos particulares, cada qual buscando seu próprio proveito, e frequentemente uns contra os outros, seguem inadvertidamente, como um fio condutor o propósito da natureza, que lhes é desconhecido, e trabalham para a sua realização. (KANT, 1986, p. 10).

As pessoas seguem lógicas as quais desconhecem racionalmente, seguem propósitos naturais em meio a suas particularidades. Ambas as dimensões, isto é, a universal e a individual se convergem, complementam e se contrapõem. Suas aspirações particulares não seriam difíceis de emergir e compreender. No entanto, uma questão em aberto seria entender de que maneira o sujeito se emanciparia em direção à consciência universal, uma vez que ele não a reconhece conscientemente.

Nesta esteira, Hegel traz sua contribuição caracterizando três momentos do espírito do indivíduo, cada uma demonstraria a evolução do ser em norteamento a uma emancipação universal. Primeiramente a família, a qual se caracterizaria como uma fase de dependência do indivíduo. Em segundo a sociedade civil-burguesa, onde ocorreria o aprendizado em relação à sua comunidade, local ao qual o sujeito compete, trabalha e começa a construir a sua independência. Por fim, o momento do Estado, o indivíduo dotado de total autonomia reconheceria seu papel social ante a sociedade. (KONDER, 2002).

Anos à frente, Marx e Engels (2007) fazem um resgate dos trabalhos de Hegel para solidificar, o que seria chamado posteriormente por outros de materialismo histórico dialético. Quanto à Hegel, os autores discordam da ideia de Estado como um fator de emancipação das pessoas enquanto sujeitos, uma vez que ele é responsável também pela alienação, pois o Estado é resultado da criação do próprio ser humano.

Da crítica ao idealismo hegeliano, baseado na contradição do Espírito, aqueles autores escrevem juntos *A Ideologia Alemã* entre 1845 e 1846. A obra faz uma crítica ao pensamento de filósofos alemães e destaca seu respectivo atraso em relação ao que estava sendo escritos por

pensadores ingleses e franceses. Tal crítica se faz justamente em razão dos autores não identificarem uma saída do idealismo para o concreto, o que se tornaria primordial para uma forma de pensamento materialista.

Sabemos que Marx dirige duas críticas principais aos ideólogos alemães (Feuerbach, F. Strauss, Max Stirner, Bruno Bauer entre os principais). A primeira é a de que esses filósofos tiveram a pretensão de demolir o sistema hegeliano imaginando que bastaria criticar apenas um aspecto da filosofia de Hegel, em lugar de abarcá-la como um todo. Com isto, os chamados críticos hegelianos apenas substituíram a dialética hegeliana por uma fraseologia sem sentido e sem consistência (com exceção de Feuerbach, respeitado por Marx, apesar das críticas que lhe faz). A segunda crítica é a de que cada um desses ideólogos tomou um aspecto da realidade humana, converteu esse aspecto numa idéia universal e passou a deduzir todo o real desse aspecto idealizado. Com isto, os ideólogos alemães, além de fazerem o que todo ideólogo faz (isto é, deduzir o real das idéias desse real), ainda imaginaram estar criticando Hegel e a realidade alemã simplesmente por terem escolhido novas idéias que, como demonstrará Marx, não criticam coisa alguma, ignoram a filosofia hegeliana e, sobretudo, ignoram a realidade histórica alemã. (CHAUÍ, 2008, p. 35).

A concepção de ideologia de Marx e Engels (2007) utiliza os poucos estudos prévios aos quais tinham quanto à temática para consolidar análises relativas às lutas de classes. Eles repreendem o modo como alguns pensadores alemães tentavam discordar do idealismo hegeliano. Quanto a este Marx administrava críticas com o porém de manter algumas percepções, a exemplo da própria dialética de Hegel (CHAUÍ, 2008).

Neste aspecto, os filósofos alemães concebiam novos paradigmas a partir de lógicas dedutivas, o que de fato não servia para a concepção de estrutura social a ser estabelecida posteriormente por Marx e Engels. Estes, por sua vez mantiveram do entendimento hegeliano, além da questão dialética, três diferentes dualidades: o abstrato e concreto, o imediato e mediato e o aparecer e ser (CHAUÍ, 2008).

Para um aprofundamento mais conciso das interpelações de Marx e Engels (2007), faz-se necessário tratar, mesmo que brevemente, no que consistia o idealismo hegeliano. Neste sentido, Chauí (2004), sintetizou de forma didática a concepção do último autor, estabelecendo os pontos chave que identificam a sua dialética.

Da concepção hegeliana, Marx conserva o conceito de dialética como movimento interno de produção da realidade cujo motor é a contradição. Porém Marx demonstra que a contradição não é a do Espírito consigo mesmo, entre sua face subjetiva e sua face objetiva, entre sua exteriorização em obras e sua interiorização em idéias: a contradição se estabelece entre homens reais em condições históricas e sociais reais e se chama luta de classes. (CHAUÍ, 2004, p. 47).

Constitui-se em sua obra elementos de contradição de cunho histórico mediados pelo Espírito, o qual existe dentro de cada ser humano e se exterioriza mediado pelas próprias ações

de nossa espécie. Neste sentido, Marx e Engels (2007) discorrem quanto a relação das ideias das classes dominantes no contexto das dialéticas materiais, deste modo diretamente de *A Ideologia Alemã*:

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação. Os indivíduos que compõem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que eles o fazem em toda a sua extensão, portanto, entre outras coisas, que eles dominam também como pensadores, como produtores de ideias, que regulam a produção e a distribuição das ideias de seu tempo; e, por conseguinte, que suas ideias são as ideias dominantes da época. (MARX e ENGELS, 2007, p. 47).

Ao discorrerem quanto à dialética, Marx e Engels (2007), inserem a ideologia como o resultado da separação do trabalho material e espiritual, as ideias se originariam a partir dessa compreensão. É nesse momento que o sujeito vai obter a sua emancipação e estará em plenas condições de sair da alienação, que nada mais é, para os autores, o estado inicial da própria consciência. Contudo, enquanto não o fazem o sentido de ideologia é entendido como falsas ideias, assim:

Os homens são os produtores de suas representações, de suas ideias e assim por diante, mas os homens reais, ativos, tal como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde, até chegar às suas formações mais desenvolvidas. A consciência [Bewusstsein] não pode jamais ser outra coisa do que o ser consciente [bewusste Sein], e o ser dos homens é o seu processo de vida real. Se, em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem de cabeça para baixo como numa câmara escura, este fenômeno resulta do seu processo histórico de vida, da mesma forma como a inversão dos objetos na retina resulta de seu processo de vida imediatamente físico. (MARX e ENGELS, 2007, p. 94).

Os autores relacionam o estado de consciência dos indivíduos proletários à interferência da classe burguesa. Esta última influencia as classes proletárias, em diversos âmbitos, desde os valores materiais até os espirituais. Para difundir tais ideias, aproveitam-se do controle existente sobre as instituições sociais como as igrejas, as escolas, as mídias, entre outros setores, entidades que Althusser (1974) chamou de aparelhos ideológicos. Assim, as ideias de uma determinada classe hegemônica tendem a monopolizar a sociedade ao qual está inserida, tal fato

manteria o operariado em estado de alienação, daí a concepção de ideia falsa. Chauí (2004) escreve sobre os pontos de vista de Marx e Engels (2007):

Nasce agora a ideologia propriamente dita, isto é, o sistema ordenado de idéias ou representações e das normas e regras como algo separado e independente das condições materiais, visto que seus produtores – os teóricos, os ideólogos, os intelectuais – não estão diretamente vinculados à produção material das condições de existência. E, sem perceber, exprimem essa desvinculação ou separação através de suas idéias. Ou seja: as idéias aparecem como produzidas somente pelo pensamento, porque os seus pensadores estão distanciados da produção material. Assim, em lugar de aparecer que os pensadores estão distanciados do mundo material e por isso suas idéias revelam tal separação, o que aparece é que as idéias é que estilo separado do mundo e o explicam. As idéias não aparecem como produtos do pensamento de homens determinados – aqueles que estão fora da produção material direta – mas como entidades autônomas descobertas por tais homens. (CHAUÍ, 2004, p. 26).

As ideias, conforme a autora, são representações descobertas por determinados grupos sociais que estão fora dos meios de produção, tal situação expõe as contradições do mundo real em contraposição com a constituição das ideias. A descoberta das ideias por um determinado grupo, geralmente as elites, só lhes é um privilégio em razão das relações de produção, que são desiguais e separam os indivíduos em classes. Sobre estas, sob o ponto de vista marxiano, há aquela que pode se dedicar às suas ideias, a burguesia, e outra que deve se dedicar à produção deixando tal aspecto em segundo plano, o proletariado.

A classe proletária é levada a acreditar que a circunstância ao qual está submetida é natural, portanto, seus componentes aceitam passivamente a ideologia vigente, que não lhes é factual, mas inconscientemente imposta. A situação em questão é referendada pela burguesia, sendo desta forma, contraditória, pois exclui os verdadeiros motores de reprodução de capital, isto é, os próprios operários.

A partir de autores marxianos e marxistas, a lógica de ideologia de Marx e Engels (2007) fica recorrentemente associada a um significado de subjetividade, ideias falsas ou, ainda, sentidos pejorativos. Neste viés, as ideias estão diretamente ligadas à alienação das classes dominadas, estas por não adquirirem a dita consciência de classe, mantêm-se subjugadas pelas classes hegemônicas, as quais sustentam suas ideologias como uma pseudoverdade. Esse ponto de vista é destacado por Boudon (1989, p. 26):

As ideologias aparecem aqui como ideias falsas - estão de cabeça para baixo – que o comércio material inspira aos homens, necessariamente. Por exemplo: o capitalista considera o lucro como remuneração natural do capital. O proletário tem igualmente tendência a perceber seu salário como normal. Nem um, nem outro veem claramente a verdade que Marx pensa ter sublinhado no *Capital*, a saber, que o lucro exprime a mais-valia produzida pela exploração do operário.

Observa-se que a lógica do operário e do capitalista não convergem com a realidade. A normalidade entendida por ambos no fundamento da acumulação de mais valia para uns e de obtenção de salário para outros não se expressa como tal. Em outras palavras, a visão de naturalidade por parte do proletariado quanto à situação seria uma espécie de ideia falsa, pois é consequência da alienação da classe trabalhadora.

Seguindo a linha histórica do conceito, Augusto Comte, conforme Chauí (2004), apresentou sua compreensão de ideologia por meio da transformação do espírito humano. Para ele existem três fases de evolução no âmbito das ideias; a teológica, a metafísica e a positiva. Cada uma dessas seriam referendadas por um conjunto de juízos que explicariam os fenômenos existentes. A primeira fase por meio de ações divinas, a segunda a partir de princípios gerais explicáveis e também os abstratos e a terceira com determinações científicas exclusivamente.

Sobre a perspectiva de Comte, Chauí (2004, p. 11) escreve: “nessa medida, ideologia é sinônimo de teoria, esta sendo entendida como a organização sistemática de todos os conhecimentos científicos, indo desde a formação das idéias mais gerais, na matemática, até as menos gerais, na sociologia, e as mais particulares, na moral.”. Deste modo, para os pesquisadores positivistas a ideologia seria sinônimo da própria teoria, sendo a criação de ideias resultado de uma metodologia científica e positiva.

Emile Durkheim, outro pensador proeminente no âmbito da sociologia, também abordou a ideologia em seus estudos. O autor a entende como resquícios de ideias antigas pré-científicas dotadas de subjetividades e particularidades que prejudicam o entendimento do objeto ao qual se faz determinada análise. Para ele, o pesquisador, carregado de informações ideológicas prévias, tende a corromper suas análises com questões de menor relevância, trazidas por seus pré-conceitos. Sob sua concepção, seria necessário isolar o objeto para comparação a partir de suas características externas, observa-se que esta perspectiva recai em uma forma de interpretação funcional, isto é, ignora a História e a essência dos objetos em questão pois se restringe à sua exterioridade somente. (CHAUÍ, 2004).

Segundo Boudon (1989) Durkheim e outros autores das ciências sociais que lhe são contemporâneos evitavam o uso do termo ideologia, eles associavam o conceito a análises as quais alimentavam determinadas críticas, ou seja, de não neutralidade. Além disso, repreendiam também as diferentes interpretações para o termo, as quais variavam de entendimentos voltados ora à subjetividade, ora ao erro, à verdade, entre outras distinções.

Deste modo, a construção da ideologia no século XIX buscou: conceituar o termo a partir das diferentes compreensões conceituais, inserir análises por meio de métodos científicos

e ainda estabelecer a possibilidade de seu uso para manutenção de hegemonias de classe. Outros autores vão avançar em relação ao entendimento da ideologia no século XX, partindo das teorias marxianas, marxistas e outras linhas de pensamento. Assim, o conceito se torna mais complexo com as interpretações influenciadas por alguns dos principais eventos ocorridos no período, a exemplo da Primeira e Segunda Guerra Mundial, da Revolução Russa e da Guerra Fria.

### **1.2.2 A evolução da compreensão de ideologia no século XX**

A ideologia como conceito, após os eventos que ocorreram no século XX, não pode ser apreendida somente pelo que se teorizou anteriormente, o termo passa a ser interpretado com outros olhares já partir da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Russa. Acrescenta-se que a análise daquele centênio não tem como base apenas o que vai se formar durante e após essas duas ocorrências citados, as motivações para o início de ambos os acontecimentos se deram no século anterior com a corrida imperialista determinada pelas potências europeias.

Posteriormente ocorreu a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria, tantos episódios em escala global fizeram com que Hobsbawn (1995) denominasse o período como uma “era dos extremos”. Contextos ideológicos se transformaram, modificaram e se contrapuseram por influência de um conjuntura mais tecnológica e globalizada (Harvey, 2008 e 2013b). Desta forma, é justificável assimilar novas concepções de ideologia perante relações tão díspares ao século anterior.

Antes ainda de se considerar o tempo em questão, é pertinente colocar em pauta que após a morte de Marx outros pensadores, que seguiam sua linha de argumentação, tratavam a ideologia de maneira pouco aprofundada. Segundo Konder (2002), autores identificados com a segunda internacional socialista, aos quais faziam a transição das ideias do movimento entre os séculos XIX e XX, a exemplo de Karl Kautsky e Georgi Plekhanov, faziam uma apreciação de ideologia nos moldes marxianos, isto é, a partir de uma dimensão dualística entre o que era materializado e o que significavam falsas ideias.

Desta forma, Plekhanov (1969) entendia o ideológico como aquilo que o indivíduo conseguia exteriorizar conscientemente. Com esta linha de alegação repreendia aqueles aos quais aparentemente não estavam conscientes de sua ideologia. O autor baseou parte de seus estudos a partir da estética da arte, construía densas críticas a obras artísticas tomando como base o que era exposto pelos autores visualmente, mesmo contradizendo parcialmente o método



materialista, uma vez que ele estaria julgando a parte visível das composições. Konder (2002), justifica tal perspectiva em razão da dificuldade de alguns em abstrair o que Marx deixara escrito até então.

O conceito, segundo Lowy (2015), é revisitado por Lenin no âmbito da Revolução Russa, o último expõe a concepção de dois tipos de ideologias. Assim como Marx e Engels (2007) em *A ideologia alemã*, uma versão ideológica operária e outra burguesa. No entanto, Lenin o fez sem o adjacente pejorativo que integrava a terminologia à falsidade de dadas ideias, mas sim como uma compreensão de um todo materialista.

Os eventos decorrentes do início do século XX atingiram outros autores que passaram a abordar de maneira densa o trabalho marxiano e identificaram outras concepções para a ideologia. Este é o caso de Lukács, que se aprofunda nessa literatura em seu exílio após Segunda Guerra Mundial. Ele faz uma análise quanto à coisificação do trabalho humano por meio de uma espécie de razão quantificadora, ou seja, as qualidades de cada indivíduo seriam subjugadas por meio das mercadorias. (KONDER, 2002).

Neste sentido, vários subsistemas seriam criados para tornar as visões de mundo críticas e, portanto, mais qualitativas, pouco manifestas para a sociedade. Esses subsistemas, conforme Konder (2002), são menores se comparados à ideologia vigente como um todo, com o porém de estabelecer horizontes individualistas. Desta forma, o sujeito passa a se preocupar com motivações particulares relegando a segundo plano perspectivas comunitárias.

A consciência cotidiana, assim, não é ontologicamente degradada: o desafio que ela nos apresenta é decisivo para pensarmos com maior rigor a ação transformadora, revolucionária criativa e também os obstáculos ideológicos a essa lição, que estão ancorados na cotidianidade (sobretudo nas condições da cotidianidade dos homens do século XX, tão marcada pela televisão e pelos entretenimentos da chamada *indústria cultural*). (KONDER, 2002, p. 67, grifos do autor).

Desta forma, Konder (2002) concorda com o pensamento de Lukács, o qual é chamado de consciência cotidiana. Essa, por seu turno, faz referência ao que é disponibilizado de modo indireto na sociedade, são influências determinadas pelos meios de comunicação que criam um padrão coletivo de normas e comportamentos. Tal cenário é estudado mais adiante por um grupo de pesquisadores alemães que ficaram conhecidos como “Escola de Frankfurt”.

A primeira publicação a tentar, partindo de um ponto de vista social, abordar a temática sob uma ótica científica positiva parte de Karl Manhein (1986), ele procura situar uma separação entre utopia e ideologia. Segundo o autor tal distinção se faz necessária pois ambos os termos se configuram como conjuntos de ideias, aos quais, contudo, expressam objetivos

diferentes. A ideologia seria firmada pelas aspirações em direção à manutenção de uma estrutura social já vigente, já a utopia significaria um caminho para uma nova realidade social ainda não existente, sendo esta última, portanto, uma perspectiva revolucionária. Deste modo, após essa diferenciação, Manhein (1986) constitui duas formas de ideologia: a particular e a total.

A concepção particular de ideologia é implicada quando o termo denota estarmos céticos das ideias e representações apresentadas por nosso opositor. Estas são encaradas como disfarce mais ou menos conscientes da real natureza de uma situação cujo reconhecimento não estaria de acordo com seus interesses. Essas distorções variam numa escala que vai desde mentiras conscientes até os disfarces semiconscientes e dissimulados. (MANHEIN, 1986, p. 81).

O autor complementa mais à frente na mesma publicação:

Com a concepção total da ideologia a questão é diferente. Quando a uma época histórica atribuímos um mundo intelectual e a nós mesmos atribuímos outro, ou quando certo estrato social, historicamente determinado, pensa com categorias diferentes das nossas, não nos estamos referindo a casos isolados de conteúdo de pensamento, mas a modos de experiência e interpretação amplamente diferentes e a sistemas de pensamentos amplamente divergentes. (MANHEIN, 1986, p. 83).

A forma ideológica particular trataria os pontos de vista individualizados, os quais tinham como objetivo desqualificar opiniões opostas às do sujeito proponente. Já sua concepção total se encarregaria de abordar aspectos gerais de uma determinada visão de mundo em um dado contexto histórico.

A interpretação de ideologia de Manhein (1986) era determinada por uma dicotomia ao qual se tinha uma abordagem particular de cada indivíduo, sedimentada em sua vida cotidiana, e uma ideologia macroestrutural na qual se estabelecem grandes influências sociais em massa. Neste aspecto, Manhein (1986, p. 216) complementa que “Um estado de espírito é utópico quando está em incongruência com o estado de realidade dentro do qual ocorre.”, o que reforça uma percepção de mudança social somente para o que ele entende como utopia.

Sobre o entendimento de ideologia de Manhein (1986), Lowy (2015) considera adequada outra terminologia para o que aquele autor considerou como utopia, uma vez que tanto esse último vocábulo quanto a ideologia são também conceitos estabelecidos e não formas antagônicas de distinguir determinado fenômeno social. Desta forma, Lowy (2015) tratou a dicotomia de Manhein (1986) como visões de mundo.

Posteriormente, dois pesquisadores da Escola de Frankfurt, Max Horkheimer e Theodor Adorno, se sobrepõem em ensaios que configuram maior profundidade quanto à ideologia. A

partir do conteúdo exposto filosoficamente antes, ambos autores constituíram críticas às abordagens realizadas até então. (KONDER, 2002).

Adorno e Horkheimer colaboraram de maneira conjunta em vários trabalhos, contudo o primeiro se faz mais proeminente a partir de uma bibliografia mais extensa. O autor instituiu a ideologia enquanto conceito a partir do que a Escola de Frankfurt definiu como “indústria cultural”. O termo não apareceu de modo específico nas obras dos membros adjacentes ao Instituto de Pesquisa Social na Universidade de Frankfurt, onde se estabeleceram os proeminentes pensadores alemães da escola filosófica, esporadicamente surgiu em escritos associados a outras análises. (KONDER, 2002).

Adorno define a ideologia como motor da “indústria cultural”, de maneira a qual essa se consolida a partir da indução de um pensamento em massa por meio do consumo. Adorno estabelece que as ordens sociais vigentes não precisam se esforçar demasiadamente para legitimar a conjuntura, pois essas são visualizadas como uma expressão normativa. De um modo geral, aos olhos da população atingida pela massificação a realidade sempre havia tido aqueles contornos, portanto, não existiria questionamento por parte de um coletivo maior. (KONDER, 2002).

Segundo Konder (2002) as delimitações de Adorno quanto à ideologia se fazem na década de 1930. Contudo, anos à frente, após a Segunda Guerra Mundial, o conceito reaparece em seus trabalhos, de modo que ele passa a retratá-lo como categoria de uma estrutura dominante. A ideologia seria disposta para criar um simulacro da realidade que, concretamente, apresentaria aspectos sociais negativos sob seu ponto de vista, pois seu papel seria induzir uma percepção irracional da verdade, que, ao ser exposta de fato, representaria um tormento para as pessoas. Mais adiante, tratar-se-á de outras disposições referentes à Adorno quanto ao conceito frente à psicanálise freudiana.

Marcuse, inspirado nas disposições de Adorno e Horkheimer, trabalha com a ideologia de modo semelhante a estes. Segundo o primeiro autor o termo se caracteriza por uma posição individualista, uma vez que a sociedade cria uma falsa ideia de igualdade a partir do consumo, o que ao mesmo tempo se mostra também um fator de segregação já que o padrão de renda entre os atores sociais são distintos. (KONDER, 2002).

Konder (2002) acrescenta que os sujeitos, neste sentido, sentiam-se livres já que podiam usufruir de objetos que desejavam nos espaços comerciais de maneira voluntária, todavia não tinham consciência da capacidade de persuasão que as propagandas exerciam, o que seria uma falsa ideia de liberdade. Por outro lado, não refletiam consideravelmente sobre quantos tinham

condições econômicas de consumir o que era propagado, o que colocava outro limite ao alcance do próprio consumo.

Gramsci (1999) trata a ideologia a partir do historicismo, para tal faz um resgate que se inicia também nos ideólogos franceses. Quanto a estes ele critica a perspectiva da ciência das ideias, pois essa tinha como base o surgimento das próprias a partir das sensações, o que seria um olhar organicista. Doravante, o autor segue sua crítica sobre o que denominava filosofia das práxis, isto é, o marxismo. Quanto a Marx, Gramsci (1999) ressalta o tom pejorativo dado pelo autor no que dizer respeito ao conceito:

O próprio significado que o termo “ideologia” assumiu na filosofia da práxis contém implicitamente um juízo de desvalor, o que exclui que para os seus fundadores a origem das idéias devesse ser buscada nas sensações e portanto, em última análise, na fisiologia: esta mesma “ideologia” deve ser analisada historicamente, segundo a filosofia da práxis, como uma superestrutura. (GRAMSCI, 1999, p. 208).

Neste recorte fica exposto que a ideologia segundo a teoria marxiana apresenta um juízo de desvalor, o que a referia a um tom pejorativo, situação determinada pelo próprio Marx que tratava o termo enquanto conjunto de ideias falsas. Posteriormente, ele volta aos ideólogos franceses e destaca o ponto de vista deles, aos quais tratam a ideologia como resultante das sensações, sendo deste modo, um produto humano fisiológico.

Tais análises não se combinam, isso porque não consideram, apesar de citá-lo, o historicismo. Contrapõem-se duas dimensões adjacentes aos seres humanos, isto é, para Marx, enquanto superestrutura, a ideologia estaria socializada, para os ideólogos franceses, enquanto fruto das sensações do sujeito, seria individual. Em outro momento Gramsci (1999) insere essa perspectiva, ao perceber confusões quanto ao juízo do conceito:

Um elemento de erro na consideração sobre o valor das ideologias, ao que me parece, deve-se ao fato (fato que, ademais, não é casual) de que se dê o nome de ideologia tanto à superestrutura necessária de uma determinada estrutura, como às elucubrações arbitrárias de determinados indivíduos. O sentido pejorativo da palavra tornou-se exclusivo, o que modificou e desnaturou a análise teórica do conceito de ideologia. (GRAMSCI, 1999, p. 237).

De fato, a ideologia é complexa, já era considerada com interpretações diversas, mesmo dentro de uma linha de pensamento semelhante. Neste caso, Gramsci (1999) demonstra que o sentido da filosofia das práxis se tornou mais proeminente, mas ainda havia o significado de representação individual. As duas formas são criticadas pelo autor, já que ele complementa no mesmo recorte que:

O processo deste erro pode ser facilmente reconstruído: 1) identifica-se a ideologia como sendo distinta da estrutura e afirma-se que não são as ideologias que modificam a estrutura, mas sim vice-versa; 2) afirma-se que uma determinada solução política é “ideológica”, isto é, insuficiente para modificar a estrutura, enquanto crê poder modificá-la se afirma que é inútil, estúpida, etc.; 3) passa-se a afirmar que toda ideologia é “pura” aparência, inútil; estúpida, etc. (GRAMSCI, 1999, p. 237).

Desta forma, Gramsci (1999) se refere à análise pejorativa da ideologia como um equívoco que ocorre a partir de três fatores. Primeiramente, seria impreciso pensar que a ideologia enquanto superestrutura seria criada pelos elementos estruturais, isto é, para Gramsci, as ideias tem sim capacidade para alterar uma determinada estrutura social. Em segundo, é colocado diretamente o fator pejorativo daquela ideologia, enquanto não capaz do trato revolucionário, assim é desqualificada sendo taxada inclusive de inútil e estúpida. Por fim, em terceiro, ele enfatiza tal ponto de vista com a taxação de elemento aparente, a ideologia não teria conteúdo fundamental para uma eclosão revolucionária, pois seria ela um simulacro, fruto das ideias falsas do próprio sistema vigente. O autor vai abordar sua própria perspectiva quanto ao conceito quando propunha a distinção entre diferentes tipos de ideologia ao afirmar que:

É necessário, por conseguinte, distinguir entre ideologias historicamente orgânicas, isto é, que são necessárias a uma determinada estrutura, e ideologias arbitrárias, racionalísticas, “voluntaristas”. Enquanto são historicamente necessárias, as ideologias têm uma validade que é validade “psicológica”: elas “organizam” as massas humanas, formam o terreno no qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc. Enquanto são “arbitrárias”, não criam mais do que “movimentos” individuais, polêmicas, etc. (nem mesmo estas são completamente inúteis, já que funcionam como o erro que se contrapõe à verdade e a afirma). (GRAMSCI, 1999, p. 237).

Existem duas formas ideológicas sob a ótica de Gramsci (1999), isto é, um contíguo de ideias orgânicas, as quais se caracterizam em um movimento social intrínseco, que se organizam fluentemente no âmbito psicológico dos indivíduos. A outro conjunto de ideologias são denominadas arbitrárias, elas são impostas e por isso não teriam longevidade, criando movimentos de baixa repercussão. De qualquer modo, apresenta certa utilidade ao se contrapor às ideologias orgânicas, pois ao negá-las findam por legitimá-las.

Sob outra perspectiva, Althusser (1974) considera historicamente a ideologia. A princípio, a partir das concepções de Marx e Engels em *A Ideologia Alemã*, assim como outros autores já destacados, identificou junto a interpretação destes uma perspectiva que remetia a ideologia como ilusão. A partir de tais adjetivos, Althusser (1974) entende que a ideologia não tem história, uma vez que, para Marx e Engels, a história é produto concreto dos seres humanos.

A partir deste ponto, ele traz um novo olhar no que concerne o conceito ao aderir a uma dimensão não histórica da ideologia, já que o autor a entende como uma estrutura que sempre esteve junto à História, desta maneira:

Este sentido é positivo, se é verdade que é próprio da ideologia o ser dotada de uma estrutura e de um funcionamento tais, que fazem dela uma realidade não histórica, isto é, omni-histórica, no sentido em que esta estrutura e este funcionamento estão, sob uma mesma forma, imutável, presentes naquilo a que se chama a história inteira, no sentido em que o *Manifesto* define a história como a história da luta de classes, isto é, história das sociedades de classes. (ALTHUSSER, 1974, pp. 74-75, grifos do autor).

Ao colocar que a ideologia não possui história, Althusser (1974) expressa que um conjunto de ideias estabelecidas nas sociedades sempre existiu, sendo essa característica imutável no sentido de acompanhar a humanidade. Neste aspecto, por estar sempre presente como uma estrutura, a expressão omni-histórica seria uma espécie de ideologia geral, independentemente de outras formas ideológicas específicas que surgem e desaparecem no decorrer do tempo histórico.

As diferentes ideologias com caráter específico teriam um pressuposto historicista, pois tomariam formas que as diferenciam de outras ideologias específicas nos contextos aos quais se desenvolveram. Althusser (1974) exemplifica essa perspectiva a partir da teoria do inconsciente, ao qual constitui a ideologia como um elemento eterno enquanto existir a civilização humana.

Para Freud todo o sujeito constitui seu próprio inconsciente, assim como uma estrutura de ideologia, assimilada em âmbito geral, sempre esteve presente na história humana. Independentemente do que cada inconsciente significa para seu indivíduo, seja seu reconhecimento racional ou não, ele existe em todas as pessoas, assim como a ideologia geral, ao qual é preenchida com significados específicos para cada tempo histórico e contexto social. (ALTHUSSER, 1974).

Esta perspectiva de ideologia geral se configura como não histórica porque seria onipresente, uma análise que se difere da posição de Marx e Engels (2007), essa ubiquidade é uma abstração e destoa em verdade do pressuposto da materialidade. Além disso, Althusser (1974) projeta possibilidades que vão além de uma perspectiva metafísica de ideologia, para este há também um aspecto concreto de atuação, em outras palavras diferentes ideologias se convergem no plano material a partir das relações humanas.

Nesta lógica, o que abrange a dimensão imaginária é chamado por Althusser (1974) como elemento “negativo”, o que estaria relacionado, por exemplo em Marx e Engels (2007),

à visão de ideologia como sonho, ideia falsa, entre outros adjetivos. O “positivo”, em contrapartida, seria o resultado da correlação social mediada pelas diversas ideologias existentes em determinado tempo e lugar. Essa correlação se materializa por meio da atuação na gestão daquele território.

O ponto de vista “negativo” de Althusser (1974, p. 77) se revela quando o autor escreve: “A ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com as suas condições reais de existência”, esta seria a ideologia geral, eterna, imutável e não histórica em sua concepção, pois ela seria onipresente nas relações humanas, sendo, portanto, natural à vida social. A perspectiva “positiva” do autor se refere à uma possibilidade de materialização das ideologias. Estas são denominadas por ele como regionais, pois são diversas e distribuídas, como partes de um todo. uma ideologia dominante que se reproduz por meio dos:

[...] aparelhos ideológicos de Estado e das práticas destes, que cada um deles era a realização de uma ideologia (sendo a unidade destas diferentes ideologias regionais - religiosa, moral, jurídica, política, estética, etc. - assegurada pela sua subsunção à ideologia dominante). Retomamos esta tese: uma ideologia existe, sempre num aparelho, e na sua prática ou suas práticas. Esta existência é material. (ALTHUSSER, 1974, p. 84).

As ideologias regionais as quais Althusser (1974) expõe são componentes de uma ideologia maior e hegemônica, que se mantém vigente graças ao que ele denominou como Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE). Estes são determinantes enquanto condicionantes de comportamentos sociais, uma vez que são representados por instituições que administram uma ordem sem a necessidade direta de repressão física.

Konder (2002) destaca que, apesar de discordar da concepção marxiana de ideologia, Althusser (1974) partiu da premissa do materialismo histórico para sedimentar sua interpretação. O autor defende que toda sociedade moderna e contemporânea se mobiliza por meios de consumo, e este só existe a partir da existência da produção, é nesta correlação que as ideologias regionais se norteiam. Determina-se uma visão de mundo hegemônica, a partir da capacidade de produção de mercadorias e de reprodução capital, sobre a sociedade.

É na reprodução da formação da força de trabalho, então, que se misturam conhecimentos técnicos, informações científicas, saberes práticos e também normas adequadas à submissão e critérios destinados a promover uma adaptação à ordem vigente. Quer dizer: promove-se a aceitação da ideologia dominante. (KONDER, 2002, p. 120).

Ao discorrer quanto à Althusser, Konder (2002) concorda que um conjunto de informações de ordens diversas, ou seja, científicas, técnicas e de senso comum são necessárias

para se estabelecer um ambiente de aceitação da ideologia dominante. Tais informações são capilarizadas no meio social por meio dos AIEs. Neste aspecto, Althusser (1974) identificou oito AIEs, conforme o quadro 2.

Quadro 2 - Aparelhos ideológicos do Estado (AIE)

<b>Aparelho Ideológico</b>	<b>Descrição</b>
<b>Religioso</b>	O sistema das diferentes igrejas.
<b>Escolar</b>	O sistema das diferentes escolas públicas e particulares.
<b>Familiar</b>	Constitui, de modo geral, aspectos morais de uma sociedade.
<b>Jurídico</b>	Sistema de leis de determinada sociedade.
<b>Político</b>	O sistema político de que faz parte diferentes partidos.
<b>Sindical</b>	Sistema de mediação no contexto trabalhista.
<b>Informacional</b>	Imprensa, radiotelevisão e na atualidade as mídias digitais.
<b>Cultural</b>	Letras, belas artes, desportos, entre outros.

Fonte: Althusser (1974). Adaptador pelo autor.

Os AIEs são meios de se estabelecer em substancialidade os pressupostos ideológicos vigentes. Althusser (1974) ressalta que não se deve interpretar tal materialidade como a existência concreta de elementos que constituem o espaço ao qual a sociedade se assenta, mas sim a partir do comportamento humano que é manifestado fisicamente a partir de tais influências. O autor exemplifica tal questão da seguinte forma:

O indivíduo em questão conduz-se desta ou daquela maneira, adota este ou aquele comportamento (prático e, o que é mais, participa em certas práticas reguladas, que são as do aparelho ideológico de que «dependem» as ideias que enquanto sujeito escolheu livremente, conscientemente. Se crê em Deus, vai à Igreja para assistir à Missa, ajoelha-se, reza, confessa-se, faz penitência [...] Se crê no Dever, terá comportamentos, correspondentes, inscritos nas práticas rituais, «conformes aos bons costumes». Se crê na Justiça, submeter-se-á sem discussão às regras do Direito, e poderá até protestar quando estas são violadas, assinar petições, tomar parte numa manifestação, etc. (ALTHUSSER, 1974, p. 86).

Com esta concepção, é notável se observar que a ideologia pode ser interpretada também além do plano das ideias, suas delineações podem constituir em consequências materiais, uma vez que os atos humanos, influenciados por ideias, constituem-se em práticas reais. Essa construção material justificaria, a exemplo, estudos no âmbito da geografia sob a ótica ideológica, pois o conceito resulta em transformações no espaço geográfico e na apropriação do território.

Portanto, é legitimada a ideologia como ferramenta de estudos geográficos. Uma interpretação possível como reflete Althusser (1967 e 1974), uma vez que, para o autor, no meio



social a infraestrutura, ou base, é indissociável em relação à superestrutura, ainda que ambas tenham uma espécie de autonomia relativa.

A teoria da história, teoria dos diferentes modos de produção, é, de direito, a ciência da totalidade orgânica em que consiste toda formação social dependente de um modo de produção determinado. Ora, cada totalidade social compreende, como expõe Marx, o conjunto articulado de seus diferentes níveis: a infra-estrutura econômica, a superestrutura jurídico-política e a superestrutura ideológica. A teoria da história, ou materialismo histórico, é a teoria da natureza específica desta totalidade, portanto do conjunto de seus níveis, e do tipo de articulação e de determinação que une uns aos outros e que fundamenta ao mesmo tempo sua dependência em relação ao nível econômico, determinante em última instância, e o grau de autonomia relativa de cada um. (ALTHUSSER, 1967, p. 14).

Quanto à existência da infraestrutura e superestrutura o autor a atribui tal análise à Marx, contudo essa consideração teria ficado apenas em um âmbito descritivo. Assim, Althusser (1967) expõe que o materialismo histórico tem como base a totalidade, porém com a conjugação de diferentes níveis, ou seja, a infraestrutura e a superestrutura.

O entendimento desses níveis fica mais claro quando o Althusser (1967 e 1974) explica que a infraestrutura é a unidade das forças produtivas e das relações de produção, isto é, as classes sociais e capacidade de transformar a natureza a partir do trabalho, já a superestrutura existe em dois subníveis: o jurídico-político e o ideológico. A superestrutura jurídico-política determina-se a partir das normas legislativas validadas pelo Estado e a superestrutura ideológica é legitimada a partir de várias ideologias distintas introjetadas na moral, na religião, na política, entre outras.

O sociólogo Raymond Boudon (1989) coloca que as várias concepções de ideologia causam confusão e o adequado para se chegar a um conceito é encontrar padrões dentro do que esclareceu cada autor que se dispôs a estudar o tema. Quanto à Althusser, Boudon (1989) escreve que a ideologia é mais importante em uma perspectiva prática do que teórica, sendo neste sentido uma forma de representação de difícil classificação científica.

Explica-se tal ponto de vista a partir da distinção existente nas pesquisas de Althusser (1974) quanto à ideologia geral como elemento orgânico de toda sociedade e as ideologias específicas presentes em cada indivíduo, representadas por religiões, políticas e outras perspectivas diversas.

Boudon (1989), em um ensaio sobre a ideologia enquanto conceito, se debruça em diversos autores proeminentes do século XX, entre os quais ele destaca a contribuição de Raymond Aron (2016). Este último atribui à ideologia uma relação entre julgamentos de fato e julgamentos de valor. Deste modo, pode-se entender que existe uma diferença daquilo que é

real e o que é pré-conceito, o que se define a partir de uma contraposição do que se pode delimitar comprovadamente, no caso o fato, daquilo que é criado pelo senso comum. Este último, porém, pode-se compreender a partir de normatizações naturalizadas de uma determinada sociedade, solidificadas em determinado tempo histórico, sendo portanto, passível também de um estudo científico enquanto fenômeno social.

Ressalta-se, portanto, que a ideologia, mesmo quando corrompida por juízos de valor, não deixa de ser um objeto de estudo. O que se determina como juízo de valor, fruto de um senso de natureza comum em uma sociedade apresenta um contexto estabelecido. Para se concretizar tal afirmação, Aron (2016, p. 184) escreve que:

As ideologias políticas sempre misturam, com maior ou menor habilidade, proposições de fato e julgamentos de valor. Expressam uma perspectiva com relação ao mundo e um querer voltado para o futuro. Não caem diretamente nas categorias de verdade ou mentira e tampouco pertencem à ordem do gosto e das cores. A filosofia última e a hierarquia das preferências requerem o diálogo mais do que a comprovação ou refutação; a análise dos fatos atuais ou a antecipação dos fatos vindouros se transforma com o desdobrar da história e do conhecimento que adquirimos. A experiência corrige progressivamente as construções doutrinárias.

O autor expressa uma visão de ideologia que se transforma com o passar do tempo histórico. A própria filosofia não se importaria em discutir uma comprovação “positiva”, no sentido de Althusser (1974), de determinadas ideias. Entende-se que uma construção ideológica pode ser compreendida de uma forma diferente, ideologias podem ser desconstruídas a partir de novas experiências.

Aron (2016) segue tal perspectiva ao denunciar o jogo de interesses que cada nação estabelece em suas determinações ideológicas, o que é válido em um ponto de vista não serve para os outros. Assim, ele demonstra algumas posições estratégicas existentes no contexto da Guerra Fria, como quando países asiáticos nutriam uma espécie de crítica com o imperialismo que sofreram, ao mesmo tempo que ignoravam em parte a ainda existente dominação semelhante na África.

Neste aspecto, acrescenta que “Os debates ideológicos variam de país para país, conforme este ou aquele aspecto da conjuntura é ressaltado ou ignorado, conforme o ângulo de visão e a tradição de pensamento” (ARON, 2016, p. 187). Os debates ideológicos serão delineados a partir dos interesses próprios de cada Estado-Nação.

Boudon (1989, p. 46) chega a um entendimento próprio de ideologia ao relacionar análises marxianas, marxistas e não marxistas quanto ao termo. A partir de tal método entende a ideologia como “doutrina que repousa sobre uma argumentação científica e que é dotada de

uma credibilidade excessiva ou não fundamentada”. Desta maneira, para o autor, a ideologia busca se fundamentar cientificamente para se legitimar, contudo é, por vezes, dotada de uma credibilidade exacerbada, que, quando não fundamentada cria uma espécie de irracionalidade.

A não racionalidade humana prejudicaria a noção de realidade, o que de maneira indireta impediria os indivíduos de estabelecerem uma relação verdadeira com a própria ideologia. Para justificar tal perspectiva, Boudon (1989) faz uso da teoria dos ídolos de Francis Bacon. Segundo este, os ídolos se enraízam no espírito humano, de maneira que o verdadeiro é distorcido por lentes as quais nem sabemos que usamos. Há outras formas de se estabelecer um paralelo com tal teoria ou informação, segundo Konder (2009) a teoria do inconsciente de Freud faz uma leitura que considera a irracionalidade dos indivíduos, onde pulsões e desejos subjetivos podem enviesar as atitudes tomadas pela consciência humana. Desta maneira, torna-se pertinente adentrar de modo mais profundo na noção de ideologia empregada pela psicanálise.

### **1.2.3 A ideologia em sua dimensão subjetiva: uma abordagem psicanalítica**

A psicanálise e a descoberta do inconsciente são uma das maiores contribuições de Freud para psicologia. Apesar do julgamento e dos questionamentos que partem de determinados setores, aos quais se veem pretensos a desqualificar o método, muito por causa de sua dimensão analítica subjetiva, vários estudos são corroborados a partir dos pressupostos psicanalíticos de forma transdisciplinar como afirma Coutinho e Fonteles (2019). Deste modo se legitima seu uso neste trabalho.

De uma forma geral esta subseção tem o intento de colocar em discussão a relação do inconsciente, compreendido conceitualmente sob a perspectiva da psicanálise. Tal é necessário em razão do estabelecimento de ideologias que se propagam em determinados momentos como movimento de massa, essa forma de organização social pode ser introjetada a partir da estrutura psíquica identificada por Freud, o qual se convencionou denominar inconsciente.

As motivações que incentivam a população a se mobilizar em conjunto, ainda que a princípio no plano das ideias, não podem ser delegadas a segundo plano. Reconhece-se que nem tudo que se delimita no imaginário e no concreto, tanto na dimensão individual quanto na coletiva, ocorre no limiar da consciência. Assim, far-se-á uma apreciação conjunta de algumas obras sociais de Freud, publicadas originalmente a partir da década de 1920, as quais foram utilizadas por Adorno (2015), ele as utiliza para compreender a ascensão e a larga adesão da ideologia fascista na Europa do período entreguerras.

A partir da psicanálise, Freud desenvolveu sua mais importante contribuição, a definição, ou descoberta, de inconsciente. O conceito não aparece de maneira específica em sua literatura a início, o autor desenvolve tal noção no decorrer de sua trajetória acadêmica. Deste modo, o termo adquire distintas formas de significação até o final de sua vida, estando ainda em movimento a partir de seus seguidores.

Em 1912, por meio do breve ensaio chamado *Algumas observações sobre o conceito de inconsciente na Psicanálise*<sup>4</sup>, Freud (2011) desenvolve sua primeira tópica, nela ele distingue os termos: consciente, pré-consciente e inconsciente. O primeiro abrange as noções que são percebidas pelo indivíduo de modo racional. O pré-consciente se refere às informações não percebidas de imediato, mas que podem chegar à consciência sem maiores obstáculos. O inconsciente representa aquilo que não é percebido racionalmente, ao tentar chegar à consciência pode gerar consequências não perceptíveis ao indivíduo em questão.

Por meio de tais considerações, os termos mais adequados a se ponderar uma ideologia representante de um conjunto de ideias não materiais, ou em outras palavras mais abstratas, são os dois últimos termos, isto é, o pré-consciente e o inconsciente. Quanto a esses, especificamente Freud (2011) escreve que:

Com as diferenciações entre ideias pré-conscientes e inconscientes, podemos abandonar o campo da mera classificação e passar a buscar uma concepção sobre as relações funcionais e dinâmicas que operam no psiquismo. Encontramos, assim, uma atividade pré-consciente, que passa para a consciência sem dificuldade, e uma atividade inconsciente, que permanece inconsciente e parece estar isolada da consciência. (FREUD, 2004, p. 86).

A partir desta exposição é possível constituir um elo entre a ideologia o conjunto inconsciente e pré-consciente. Segundo o Freud (2006), atos conscientes podem ser gerados por ação do inconsciente, ele os explica a partir de ideias as quais aparecem espontaneamente ou atitudes as quais o indivíduo não sabe de onde surgiu. Estas circunstâncias podem se materializar a partir de atos falhos<sup>5</sup>, algo muito comum, como quando se pensa determinada expressão e verbaliza outra. Outra forma de emersão do inconsciente se dá com sintomas psíquicos, a exemplo da ansiedade, que pode ser gerada a partir de uma motivação não perceptível racionalmente.

---

<sup>4</sup> A psicologia e a psicanálise costumam utilizar as normas da American Psychological Association (APA) para a estrutura de seus trabalhos acadêmicos, nela é parâmetro a colocação do ano exato da produção em conjunto ao da publicação, a leitura da teoria freudiana toma contornos distintos a partir da fase de sua vida acadêmica.

<sup>5</sup> Ato falho é um lapso que pode ser verbalizado ou ocorrer em uma ação de comportamento. O evento é provocado em hipótese pelo inconsciente, ou seja, o desejo subjetivo do indivíduo estaria sendo cumprido. Assim, para a psicanálise, nenhuma atitude ocorreria de forma acidental.

Essas considerações apresentadas por Freud (2006) quanto ao inconsciente e pré-consciente, podem de fato, interferir no comportamento dos indivíduos em um movimento massivo. O inconsciente pode criar situações de sofrimento no indivíduo a partir do momento que seus desejos recalcados tenham algum tipo de barreira moral no âmbito social. A homossexualidade, a exemplo, pode ser reprimida em razão do preconceito preconizado socialmente.

A noção de preconceito atinge de maneira única o emocional do indivíduo, contudo a sua origem em si é sociológica já que o ato de repressão à homossexualidade atinge vários indivíduos ao mesmo tempo, portanto, solidifica-se enquanto fenômeno massivo. Outras formas de interpretação podem ser colocadas a partir do racismo, machismo, e outras formas minoritárias de vulnerabilidade. Esses contornos de pré-conceito são negados racionalmente, entretanto podem estar enraizados no inconsciente de um coletivo, principalmente quando uma sociedade naturaliza condições de segregação.

A partir desse aspecto seria possível compreender que os preconceitos, aos quais possuem origem social, atingem vários indivíduos particularmente. Deste modo, tal circunstância afetaria muitos de uma mesma sociedade, criando um expressivo fenômeno sociológico, conjuntura essa que poderia ser aplicada para outras circunstâncias e motivações.

Para Adorno (2015) a propaganda se utilizava da psicologia e da psicanálise para atingir seus objetivos, não sendo diferente também da sugestão em massa direcionada pela política governamental. Contudo, ainda conforme Adorno (2015), Freud não se preocupava ativamente com as massas, essa informação é reafirmada por Konder (2002).

De qualquer forma, Adorno (2015) coloca que Freud (1996) passa a tratar das influências psíquicas no campo sociológico e se debruça no trabalho *Psicologia de grupo e análise do Eu*, publicado originalmente em 1921. Nesta obra, ele admite que a psicanálise esteve estrita até então a uma dimensão particularizada do indivíduo. Freud (1996) teoriza sobre comportamentos massivos em correlação ao método psicanalítico. Adorno (2015), por sua vez, faz uma relação dessa análise com a ascensão do fascismo. Porém antes, é pertinente colocar que:

Os grupos humanos apresentam mais uma vez o quadro familiar de um indivíduo de força superior em meio a um bando de companheiros iguais, quadro que também é abarcado em nossa idéia da horda primeva. A psicologia de um grupo assim, como a conhecemos a partir das descrições a que com tanta freqüência nos referimos, o definhamento da personalidade individual consciente, a focalização de pensamentos e sentimentos numa direção comum, a predominância do lado afetivo da mente e da vida psíquica inconsciente, a tendência à execução imediata das intenções tão logo ocorram: tudo isso corresponde a um estado de regressão a uma atividade mental

primitiva, exatamente da espécie que estaríamos inclinados a atribuir à horda primeva. (FREUD, 1996, p. 133).

Neste sentido, os seres humanos, a partir do inconsciente, buscariam por meio de uma liderança agressiva e que gerava medo nos demais membros, se direcionar para uma forma de pensar comum dentro de um grupo. A isso, Freud (1996) denota uma perspectiva de regressão, uma vez que tal fato seria uma volta uma característica primitiva da espécie.

Adorno (2015) se utiliza desta análise para entender a evolução da retórica fascista na Europa. Um trabalho pertinente, uma vez que Freud não viveu o suficiente para explorar contexto que culminou na Segunda Guerra Mundial, bem como observar a negação radical daquele discurso nos anos seguintes ao conflito. O objetivo de Adorno (2015) foi estabelecer uma relação entre a propaganda fascista e as obras sociais freudianas, desta forma associou o que Freud entendia como pensamento em grupo e a forma como grande quantidade de pessoas comuns aceitavam sem maiores questionamentos o fascismo.

Antes de se aprofundar neste aspecto, ressalta-se que a ideologia em si, não aparece diretamente como algo análogo ao sistema em questão. Todavia, com o que se considerou quanto ao conceito até aqui, estabelece-se o fascismo como uma visão de mundo, de interpretações específicas de cunho moral, político e econômico.

Voltando a Adorno (2015), ao comentar quanto aos discursos fascistas presentes em meados dos anos de 1930, ele percebe que as propagandas expostas estavam majoritariamente embasadas em proposições falaciosas. Com essa percepção, ao identificar sofismos e irracionalidades na retórica, questionou-se quanto às interferências psicológicas na aceitação de conteúdos tão discutíveis, já que esses incitavam, ainda que com contornos legais, o fim da democracia. Ao estudar o discurso de vários agitadores fascistas naqueles anos, Adorno (2015) percebeu um padrão quanto às ideias, elas apresentavam escassez de conteúdo, naturalização da violência e desprezo ou deturpação dos pressupostos científicos.

Ao analisar a literatura social freudiana, principalmente a partir de *Psicologia de grupo e análise do eu*, Adorno (2015) enaltece o autor por identificar os contornos do fascismo que ainda estava por vir. A origem da aceitação da retórica fascista se dava de forma um particular a princípio, depois seria dimensionada em uma configuração massiva por um problema comum à maior parte da sociedade.

Neste sentido, Adorno (2015, p. 157) escreve que “de acordo com Freud, o problema da psicologia de massas está intimamente relacionado ao novo tipo de sofrimento psicológico, bastante característico da que era que, por razões socioeconômicas, testemunha o declínio do indivíduo e seu conseqüente enfraquecimento”. Assim, um sofrimento de ordem psicológica

associado a um momento de dificuldade socioeconômica poderia engatilhar, em uma tentativa desesperada de sair de tal instabilidade, qualquer alocação externa que promettesse mudar tal conjuntura.

O papel da psicanálise seria encontrar um dispositivo subjetivo que explicasse o fator de unidade entre as massas, já que o fator externo, uma crise econômica por exemplo, seria um gatilho se aproveitando da vulnerabilidade da maioria da população. Desta forma, existiriam elementos intrínsecos aos indivíduos que poderiam os coletivizar, como medo ou amor, e elementos sintéticos criados pelo fascismo, aos quais remeteriam aos dois primeiros fatores, os quais, genericamente, seriam na concepção freudiana naturais dos seres humanos. (ADORNO, 2015).

Para Freud (1996) o princípio psíquico que criaria um elo entre as massas seria a libido. Este conceito em psicanálise, conforme Laplanche e Pontalis (2001), refere-se à energia da pulsão sexual de cada indivíduo, passível de ser transferida para algum objeto. Salienta-se que a ação em si não é determinadamente relacionada à atividade sexual. Forma-se uma união entre diferentes sujeitos a partir dos prazeres obtidos por fazer parte de um determinado grupo, mesmo que conscientemente o sujeito não identifique a causa desse gozo.

Uma vez que o vínculo libidinal entre membros das massas obviamente não é de natureza sexual não inibida, surge o problema de quais mecanismos psicológicos transformam a energia sexual primária em sentimentos que mantêm as massas coesas. Freud lida com o problema analisando os fenômenos cobertos pelos termos sugestão e sugestibilidade. Ele reconhece a sugestão como “abrigo” ou “véu” que oculta as “relações amorosas”. É essencial que a “relação amorosa” por trás da sugestão permaneça inconsciente. (ADORNO, 2015, p. 162, grifos do autor).

O amor se expressa de maneira latente, já que em determinadas coletividades, as quais se pode colocar também o fascismo, não existe nada de afetuoso que justificasse o uso do termo. Assim, as relações amorosas existem entre os membros de tais grupos, contudo são levadas a um segundo plano, recobertas com outras ações, as quais o autor chama de véu. Segundo ele, é possível que tal relação seja mediada de outras formas, em uma religião a partir de suas imagens ou ídolos, amar a um deus significa um elo, mesmo que não se admire ou ame necessariamente os demais membros de sua religião.

Adorno (2015) cita também como exemplo a noção de companheirismo estabelecida no exército, cria-se uma ligação patriótica: o amor ao seu país. No caso do fascismo, esse amor foi canalizado para a recuperação da Alemanha, o grande império germânico que no passado fora coberto de triunfos é humilhado substancialmente ao fim da Primeira Guerra Mundial, isso conforme o discurso que se transformaria mais tarde em propaganda do nazismo. Todo aquele

que não compartilhasse do intuito de recuperar a glória do país, não faria parte do grupo, portanto, seria passível de sofrer com medidas de agressividade.

Sob esta perspectiva psicanalítica, pode-se entender que a energia libidinal legitimada pelo fascismo é o autoritarismo, o amor é recalçado e a aceitação se dispõe por meio de uma regressão, aquela apresentada por Freud a partir do primitivo pai da horda. A propaganda fascista manipuladora traz a luz um aspecto arcaico de submissão, que se remete aos pais do indivíduo no plano individual e ao pai da horda, no plano social.

Aquele que propaga a ideologia fascista é denominado hipnotizador, é o responsável por atingir as regressões aceitas inconscientemente por um grupo. O indivíduo deixa de ser um, e se torna mais um em meio a vários, perde sua individualidade e desperta um arcaísmo que remete ao primitivo pai da horda. Este domina com agressividade e violência. A sugestão para se manter a submissão não pode denotar coerência e intelectualidade, o líder representa o pai da horda neste sentido, em um momento de regressão irracional. (ADORNO, 2015).

A partir desta explanação, estaria disposta a explicação que definiria o porquê das massas aceitarem situações opostas ao seu convívio, concordarem com manipulações que mais as prejudicam do que beneficiam. A herança arcaica do pai da horda, explicaria tal posição irracional sob a perspectiva de Freud (1996), como expõe Adorno (2015).

Ainda assim, é muito raso atribuir um movimento tão significativo e massivo como o fascismo a algo tão abstrato. Neste aspecto a identificação corresponderia, além disso, a outro fator de aproximação entre as pessoas e um determinado líder. Segundo Adorno (2015) a identificação seria umas das formas de relação mais antigas abstraídas na psique humana e sua relação com essa análise estaria relacionada ao fato do líder se engrandecer, apresentar-se como um indivíduo empoderado, criando uma idealização que fortalece os indivíduos e o grupo.

É precisamente essa idealização de si mesmo que o líder fascista tenta promover em seus seguidores, e que é auxiliada pela ideologia do *Führer*. As pessoas com quem ele tem de contar padecem geralmente do conflito moderno característico entre uma instância do eu racional, fortemente desenvolvida e autoconservadora, e o contínuo fracasso em satisfazer as demandas de seu próprio eu. (ADORNO, 2015, p. 169).

Desta maneira, o líder cria uma imagem de si mesmo perante seus seguidores e a figura idealizada é aceita em massa, pois boa parte da população está subjetivamente vertendo irracionalidade. O conservadorismo e o seu fracasso pessoal são escamoteados perante uma euforia de identificação idealizada com o aquele líder que parece forte. Desta forma, as frustrações não são mais enxergadas e existe um prazer em ser parte daquele grupo, a energia



libidinal é direcionada a tudo que os mantém unidos, mesmo que demande atitudes violentas e perversas.

Simultaneamente ao poder exercido pela figura do líder, deve existir uma criação de identificação entre ele e seus seguidores. A figura que exerce a liderança deve, portanto, apresentar características medíocres perante a massa. Se ele não o tiver, ou não simular, não ocorrerá a identificação.

[...] o indivíduo abandona seu ideal do ego e o substitui pelo ideal do grupo, tal como é corporificado no líder. E temos de acrescentar, a título de correção, que o prodígio não é igualmente grande em todos os casos. Em muitos indivíduos, a separação entre o ego e o ideal do ego não se acha muito avançada e os dois ainda coincidem facilmente; o ego amiúde preservou sua primitiva autocomplacência narcisista. A seleção do líder é muitíssimo facilitada por essa circunstância. Com frequência precisa apenas possuir as qualidades típicas dos indivíduos interessados sob uma forma pura, clara e particularmente acentuada, necessitando somente fornecer uma impressão de maior força e de mais liberdade de libido. Nesse caso, a necessidade de um chefe forte freqüentemente o encontrará a meio caminho, e o investirá de uma predominância que de outro modo talvez não pudesse reivindicar. Os outros membros do grupo, cujo ideal do ego, salvo isso, não se haveria corporificado em sua pessoa sem alguma correção, são então arrastados com os demais por ‘sugestão’, isto é, por meio da identificação. (FREUD, 1996, p. 132).

O *ego*<sup>6</sup> em outras traduções das obras de Freud é descrito como eu, este possui uma forma de idealização própria que é particularizada em cada indivíduo, contudo, nesta conjuntura, o sujeito o substitui por uma identificação com determinado líder. Este último não apresenta atributos grandiosos em todas as suas aparições, alguns das suas particularidades se espelham nos sujeitos massificados, parecendo por um lado como simples e popular, o que lhe manifesta diametralmente uma impressão de força por meio da identificação.

Portanto, o líder vai parecer forte para seus seguidores e aqueles presentes no grupo não diretamente identificados com a pessoa na liderança serão suggestionados a acompanhar a manada, pois por outro aspecto estão identificados com a coletividade. Esta concepção é corroborada por Adorno (2015), quando escreve que o líder se apresenta como um sujeito inferiorizado em dadas áreas e semelhante a um ator canastrão. Tais características trariam simpatia do público e uma certa identificação, pois as massas seriam também condicionadas a uma série de limitações. Desta forma, o líder é chamado pelo autor de uma espécie de “pequeno

---

<sup>6</sup> A denominação *id, ego e superego*, parte da segunda tópica de Freud que delimita três estruturas do aparelho psíquico, estão presentes algumas das traduções para o português ainda no século XX. As traduções mais recentes trazem, respectivamente, *isso, eu e supereu*, consideradas mais adequadas, visto que o objetivo é traduzir, de fato, para o português. O *id*, ou *isso*, é composto pelas as pulsões inconscientes que buscam nortear o prazer; o *ego*, ou *eu*, seria a mediação entre o *id* e o mundo real, onde a racionalidade deve impor limites ao *id*, já que as regras sociais não permitem a realização de tudo que é desejado; o *superego*, ou *supereu*, representa o aspecto moral do indivíduo, este é construído a partir dos valores paternos e sociais. (FREUD, 1990).

grande homem”, pelo fato de se apresentar como um líder forte com suas convicções e, ao mesmo tempo, uma figura do povo.

A ambivalência psicológica auxilia a operar o milagre social. A imagem do líder satisfaz o duplo desejo do seguidor em se submeter à autoridade e ser ele mesmo autoridade. Isso convém a um mundo em que o controle irracional é exercido ainda que tenha perdido sua evidencia interna devido ao esclarecimento universal. As pessoas que obedecem aos ditadores também percebem que estes são supérfluos. Elas reconciliam essa contradição ao assumirem que elas mesmas são o opressor brutal. (ADORNO, 2015, p. 172).

Opera-se uma dualidade no indivíduo, ao mesmo tempo que ele se visualiza como autoridade, por fazer parte do grupo do líder e legitimar as ações dele, é também um seguidor, pois aceita sem maiores questionamentos o que aquele executa. Toda a relação é subjetiva, não dotada de qualquer esclarecimento racional, empírico, positivo ou intelectual. Existe o reconhecimento da superficialidade do líder, porém ao assumir para si o empoderamento legitimado por ele, se admitem também como opressores.

O indivíduo é dotado de uma dimensão narcísica que é legitimada pelo grupo, por seu movimento e, em última instância pelo próprio líder. A propaganda fascista estabelece um grau de dominação para aqueles pertencentes aos seus, desqualificam os que estão de fora, sem qualquer legitimidade mais substancial. A crítica quanto a esse noção de superioridade, criando uma inversão de papéis, isto é, com a demonstração dos aspectos pouco racionais do fascismo, fere o orgulho daquele grupo, a consequência é a perda narcísica, que por sua vez resulta na fúria do sujeito.

De acordo com Adorno (2015), essa seria a explicação do ódio exercido quando um fascista é questionado quanto às incoerências daquilo que segue. Seus valores, considerados deturpados, julgados por um elemento externo, criam um ambiente de intolerância, tal situação explicaria também a reação das pessoas com seus preconceitos.

Adorno (2015) acrescenta que, cria-se uma unidade dentro do grupo e tenta-se nivelar os elementos internos de modo a criar o mínimo de distinções endógenas, pois os membros possuem os mesmos objetivos. Aqueles que de alguma maneira se destacarem criando uma forma de diferenciação, seja a partir do intelectualismo ou do prazer, serão segregados. A intelectualidade em si é vista como soberba ou algo esnobe. Assim, quando alguém desqualifica as justificativas pouco fundamentadas de tal ideologia, cria-se uma imagem de ódio e negação naqueles que estão cegos pelo fascismo.

O prazer, nesse caso, é reconhecido como formas de privilégios. Neste aspecto, são propagados discursos críticos a supostas regalias, que devem ser descontinuadas perante

repressão. Os indivíduos vistos como privilegiados, estando fora do grupo fascista passam a ser odiados.

Tal ambivalência é explicitada como uma forma de ciúme primário. Conforme Freud (1996), o indivíduo abstrai uma espécie de libido fraterna em que ocorre uma identificação entre os membros do grupo a partir do amor destinado ao mesmo objeto, por não poderem desprezar seus pares, projetam tal sentimento nos indivíduos fora do grupo.

Para Adorno (2015), o desprezo se reflete na realidade a partir da desqualificação dos atores exógenos aos do seu agrupamento. Essa ação é realizada de forma pejorativa, propagando os outros como inferiores, passíveis legitimamente de serem tratados com humilhação. A exemplo, isso ocorria com estrangeiros e judeus na Alemanha nazista.

Toda essa relação psicanalítica voltada às relações sociais parece extrema e complexa para o entendimento pouco racional dos agitadores fascistas, e até mesmo para seu próprio líder, para que estes tenham estabelecido tais ligações de maneira proposital. A junção de uma oratória oportuna com a identificação das massas com o agitador na liderança, ao qual explana suas convicções sem qualquer censura ética ou moral, emergem pré-conceitos latentes que a maioria dos sujeitos massificados escondem socialmente. Portanto, não há um planejamento prévio quanto à ascensão de uma ideologia fascista, assim como na adesão de seus seguidores.

Os líderes são geralmente tipos de caráter oral, com uma compulsão por falar incessantemente e enganar os outros. O famoso encantamento que eles exercem sobre seus seguidores parece depender, em larga medida, de sua oralidade: a própria linguagem desprovida de seu significado racional, funciona de uma forma mágica e favorece aquelas regressões arcaicas que reduzem os indivíduos a meras multidões. Dado que esta mesma qualidade do discurso não inibido, mas em grande medida associativo, pressupõe pelo menos uma deficiência temporária de controle do eu ela pode muito bem indicar uma fraqueza, em vez de força. (ADORNO, 2015, p. 181).

A irracionalidade parte do próprio discurso, pois desta forma ele se torna também fácil. A retórica reforça os pré-conceitos contra os outros, pois esses são inerentes àqueles indivíduos. Mesmo que normativamente seja penalizado, portanto, o agitador cria um enunciado que os outros nunca puderam fazer, mesmo que pensassem da mesma forma de modo introjetado, daí o fator associativo. A fraqueza se torna minimamente presente, é necessária para ocorrer a identificação dos envolvidos, não é uma medida planejada, como já exposto está presente espontaneamente na fala do líder.

Adorno (2015), exemplifica a fraqueza por meio do discurso presente por trás das instituições que pedem, exaustivamente, contribuições financeiras aos seus seguidores. Acrescenta-se que esta situação é muito presente em diferentes religiões, a medida teria como

objetivo o fortalecimento da organização em questão. Essa necessidade demonstra que aqueles que gerenciam essas entidades não teriam condições de sustentá-las sozinhos. Assim, todos os membros se planificam enquanto sujeitos com a mesma finalidade, pelo menos em suas concepções subjetivas, no coletivo se sentem fortalecidos.

Os indivíduos líderes se apresentam enquanto caricaturas do próprio povo, à medida que discursam suas ideologias e apresentam suas falhas perante a plateia. Não é difícil encontrar em cerimônias religiosas pessoas que mudaram de vida após relatarem experiências de maneira emocional: a superação de alcoolismo, dos narcóticos, de doenças e até mesmo reversão da homossexualidade. Ainda que muitos relatos sejam duvidosos e não prováveis cientificamente, existe a revelação de uma luz de salvação. Tal situação não é vivida somente nesse tipo de ambiente, grupos de apoio se caracterizam por trocas de experiências entre indivíduos que vivenciaram o mesmo problema em circunstâncias diferentes.

Desta forma, a própria caricatura do agitador, sob as circunstâncias devidas e sem qualquer notável ação prévia, tende a criar uma liderança. Conforme ele mesmo reconheça esse empoderamento, em doses homeopáticas, passa a moldar seu discurso. Este, se feito de maneira eficiente, agregará mais pessoas à sua retórica. Adorno (2015, p. 82) confirma esta afirmação ao escrever que o agitador com:

Sua síndrome caraterial particular torna-lhe possível fazer exatamente isso, e a experiência o ensinou a explorar conscientemente essa faculdade, a fazer uso racional de sua irracionalidade, de forma semelhante ao ator ou a certo tipo de jornalista, que sabe como vender sua instabilidade nervosa e sensibilidade. Sem saber disso, ele é assim capaz de falar e agir de acordo com a teoria psicológica pela simples razão de que a teoria psicológica é verdadeira.

Ocorre, portanto, uma coerência metódica na aceitação do discurso fascista, o agitador cria um elo com os membros do grupo. Ainda que, pelo menos inicialmente, o primeiro não conheça teoria psicológica alguma, ao perceber a efetividade do modo de fala, passa a usá-la conscientemente.

Por fim, ainda a partir de Adorno (2015) um último fator se apresenta para autenticar a aceitação de discurso não racionalizado, a propaganda. Essa é realizada por uma psicologia de massa em sentido à padronização de seu “produto”, pois ao perceber que determinada técnica de manipulação atinge seu “consumidor” a ação será repetida para angariar o maior número de seguidores. As propagandas atuais se utilizam de métodos semelhantes, *jingles* e bordões de fácil memorização são reproduzidos à exaustão nos meios de comunicação para a captação do público alvo.

Da mesma forma, tal marketing se apresenta na propaganda política partidária ou com algum governo que já esteja estabelecido e queira se solidificar, todo tipo de bandeira política na atualidade faz uso deste tipo de artifício. O governo estadunidense faz uso da expressão *I want you for U.S. army* (Eu quero você para o exército dos Estados Unidos), como forma de atrair um maior alistamento dos jovens, necessidade imposta pelo contexto da Primeira Guerra Mundial (ALVES, 2014).

No caso da Alemanha nazista, uma das expressões mais enfatizadas era *Deutschland über alles* (Alemanha acima de tudo), como uma forma de consolidar o nacionalismo (PEREIRA, 2008), ou ainda, como o mesmo intuito, *blut und boden* (sangue e solo), como escreve Adorno (2015). Na Revolução Russa em 1917, o lema “Pão, Paz e Terra” era um discurso agitador para as reivindicações operárias e camponesas (JABUR, 2017).

A revolução constitucionalista em São Paulo utilizou um cartaz com uma expressão muito semelhante ao caso estadunidense, nele estavam os dizeres “você tem um dever a cumprir: consulte a sua consciência”. O objetivo era colocar os paulistas contra o governo varguista que havia assumido o executivo federal brasileiro dois anos antes (ALVES, 2014).

Todos os exemplos se configuram em propagandas de fácil absorção psíquica ao mesmo tempo que tangerem baixo aprofundamento reflexivo. Quem se utiliza de tal recurso desse modo, não objetiva racionalizar qualquer questionamento perante as massas. Investir em um pressuposto mais intelectualizado poderia trazer à luz toda a incoerência do própria retórica.

Para concluir esta subseção, é pertinente recordar que a psicologia social apresenta expressiva contribuição para teorizar as motivações dos movimentos de massa rumo a diferentes perspectivas ideológicas. Por vezes, assentam-se por meio de lógicas contrárias aos interesses da população.

Freud (1996), por seu turno defendeu que a psicanálise pode ter um viés pertinente no entendimento do comportamento massificado da sociedade. A partir de seus estudos, anteriores à ascensão do fascismo na Europa, Adorno (2015) realiza uma série de associações com a psicologia de massas e o próprio fascismo.

Neste sentido, ambos autores identificam incoerências no apoio a um sistema que prega uma destruição iminente de seu próprio Estado, ainda que não o faça diretamente, o fascismo vive em constante atmosfera de guerra com todos os outros que não estejam em conformidade, sendo, portanto, um ambiente inseguro para seus seguidores. Deste modo, um discurso racional e intelectualizado estaria fora de questão, pois demonstraria a natureza destrutiva da ideologia fascista.

A propaganda desvia o foco para frustrações individuais dos membros da sociedade, que em grupo poderiam ser revertidas com a padronização daquela sociedade, tal planificação ocorre com a destruição daqueles que se distinguem ou discordam do discurso fascista. Diferentemente do socialismo, o fascismo não apresenta uma disposição revolucionária, não existe necessidade de uma mudança estrutural no âmbito econômico e social, é uma transformação da mentalidade dentro da própria estrutura existente, desta forma é uma ideologia conservadora.

Para a aceitação de tal ideologia os indivíduos apoiadores precisam receber uma gratificação, essa sensação não é consciente e descrita por Freud (1996) como libido, a energia que tem origem na pulsão sexual. Esse efeito não é literalmente sexualizado, é uma forma de prazer o qual é transferido para um objeto em vias de se criar satisfação. A relação disposta se traduz em identificação e, de uma forma inconsciente, em uma espécie de amor. Como o fascismo não é dotado de tal sentimento, a identificação deve ser transferida a algo que crie um elo entre o grupo, neste caso o nacionalismo. Deste modo, ao amar sua nação, assim como os outros membros do grupo, os indivíduos deslocam suas frustrações a tudo que possa prejudicar essa forma de gozo.

Aqueles outros que de alguma forma possam defender ações que prejudiquem essa complexa afinidade ou ameacem o elo estabelecido são passíveis de receber as punições devidas, mesmo que por meio de violência. O fim da afinidade por meio desse nacionalismo desviaria o foco para as frustrações dos indivíduos que antes estaria latente, são problemas difíceis de lidar racionalmente e por isso são recalçados.

Nem todos criam essa relação inconsciente, seguem os agitadores por sugestão da maioria, os demais que não acompanham a manada são perseguidos e acusados reverberar ideologias que na concepção do fascismo pregam a destruição da própria nação. Por isso, são considerados traidores, pregam a ruína da própria pátria e, portanto, não fazem parte de seu grupo.

Para os fascistas imaginar o fim da nação seria romper o elo e o prazer estabelecido pela pulsão sexual. Essa interpretação é inconsciente, mas emerge racionalmente a partir da lógica de que se os outros de alguma maneira querem destruir a pátria, então também podem ser eliminados. Daí o ódio e a fácil aceitação da violência contra os discordantes.

Adorno (2015) releva que a psicologia das massas não define o surgimento do fascismo. É o sistema em questão que se utiliza da ciência para reforçar tendências já existentes na sociedade, ou seja, há uma conjuntura antecedente que propicia a ascensão dos agitadores, estes aos poucos ganham importância naquele âmbito social e moldam seu discurso. Portanto, por

meio de um descontentamento anterior a exemplo de uma crise econômica e consequente queda no padrão de vida da população, movimentos sociais criam o ambiente de agitação que é catalisado por uma psicologia de massas que evolui o fascismo gradativamente.

Por fim, é pertinente frisar que a análise das influências externas no âmbito psicanalítico é uma possibilidade legitimada tanto por Freud (1990, 1996) quanto Adorno (2015). As concepções particulares de cada indivíduo de um corpo social podem ser influenciadas por instâncias da *psique* humana. Essas muitas vezes não apresentam um controle efetivo do próprio sujeito e podem ser manipuladas a partir das condições externas pertinentes a este fim. Desta forma, pode-se afirmar, a partir do exposto, que os seres humanos, enquanto indivíduos comunitários, podem alterar sua perspectiva política por meio de condicionamento da dimensão inconsciente.

#### **1.2.4 O conceito de ideologia na visão de autores brasileiros**

Alguns pensadores brasileiros trabalharam com a conceituação de ideologia, é justificável abordar, ainda que brevemente, a contribuição destes pela conjuntura a qual estão inseridos. Explica-se tal afirmação, uma vez que o Brasil se configura historicamente como um país instável politicamente: poucos grupos partidários conseguiram terminar um mandato executivo na esfera federal. Mortes prematuras, tentativas e concretização de golpes de Estado, com maior ou menor aceitação perante a legitimidade populacional ocorreram em mais de cem anos de instituição da república. Desta maneira, alguns autores serão colocados para se estabelecer que visão apresentam quanto a ideologia dadas tais circunstâncias particulares do país.

Um fator em comum a todos os autores aqui retratados é o meio de análise empregado, todos fazem uma busca histórica quanto ao termo para chegar a uma delimitação mais atual. Como tal abordagem já foi realizada neste trabalho, a subseção vai se delimitar a discutir o conceito puro de ideologia que parte da leitura deles.

O primeiro dos autores brasileiros é Ciro Marcondes Filho, o sociólogo tratou em suas obras temas como ideologia, discurso, linguagem e política. Escreveu um breve e didático ensaio que é denominado simplesmente *Ideologia*, nele o autor desenvolve as relações do conceito a partir do cotidiano, da ciência e das artes.

Para Marcondes Filho (1985), a ideologia não é um termo recente, porém sua condição política é empregada pela primeira vez a partir das obras de Marx. Desta forma o setor político

administrativo e as lutas de classes protagonizaram a primeiras discussões quanto à temática, onde as ideologias eram interpretadas com um caráter dualista: uma proletária e outra burguesa. Como já especificado nesta tese, a concepção de marxiana de ideologia é de ilusão, o operariado não se emanciparia em razão da alienação, enquanto que a ideologia vigente é uma forma falsa de compreender o mundo.

O conceito, muda de panorama a partir do século XX pois a realidade do trabalhador passa a ser diferente daquele observado por Marx. O operário participa da vida da burguesia de maneira mais atuante, não somente como empregado, contudo também como um par enquanto consumidor da vida social, tanto do ponto de vista social, quanto no campo material. Muitos direitos foram concebidos ao setor produtivo em todo o mundo, muitos trabalhadores se viam beneficiários do estilo de vida burguês, ainda que fossem apenas anexos a ele. (MARCONDES FILHO, 1985).

A ideologia é constituída de vários aspectos, as quais Marcondes Filho (1985) esclarece: os grupos sociais, o conteúdo simbólico, os rituais, os estereótipos e preconceitos, valores, visão de mundo, mobilização e ação. Uma forma ideológica pode abranger um destes fatores ou vários ao mesmo tempo.

A dimensão social da ideologia é caracterizada pela sua existência em grupo, pois se legitima perante os demais quando presente em grande número. Existem formas ideológicas individuais, porém quando essas não se manifestam perante uma grande quantidade de pessoas, não serão reconhecidas socialmente.

É dotada de conteúdos simbólicos, pois eles funcionam como meios de identificação, exposição e manipulação. O símbolo do comunismo, representado como foice e martelo cruzados estabelecem uma identificação ideológica com o sistema, assim como a suástica nazista com um pressuposto fascista (MARCONDES FILHO, 1985). As propagandas usam símbolos que representam ideologias diversas, que criam sentimentos inconscientes não explicáveis de imediato, mas que apontam ao conteúdo ideológico do indivíduo. A suástica pode representar repulsão na maioria dos indivíduos, assim como o símbolo comunista em sociedades liberais como a estadunidense.

Os rituais são dotados de conteúdo moral, seu teor depende da sociedade em questão, todavia em todas elas existem valores com orientações diversas. Na religião, por exemplo, existe uma forma tradicional de casamento, nas sociedades cristãs é convencional que mulher esteja de branco, como uma representação de pureza e simbolização de virgindade. Em outras culturas não existe tal necessidade, como na tradição de vários grupos indígenas nativos da América. Marcondes Filho (1985, p. 23) complementa que:



Segundo a moral católica tradicional, a noiva deve apresentar-se “pura” ao noivo, A relação sexual é vista como algo “sujo” se feita antes do casamento e, portanto, não com objetivos de procriação. Não deve ser uma forma de prazer – o Catolicismo prega um comportamento das pessoas, em que deve prevalecer a obediência, a submissão, a vida rígida e comedida, a privação dos prazeres (tudo isso reforça o que se chama na cultura de “complexo de culpa”).

Os rituais estabelecidos em uma sociedade criam uma visão de mundo nos indivíduos, uma ideologia: a mulher que praticar atos considerados imorais para aquela concepção religiosa será julgada pejorativamente como inferior, não digna de comungar dos mesmos direitos que aqueles que se mantêm dentro das tradições. O ritual da comunhão na igreja Católica não é permitida àqueles que se divorciam, por exemplo.

Os estereótipos são avaliações concebidas popularmente sem qualquer ponderação arraigada quanto à sua legitimidade. Podem ser refletidas em objetos, pessoas, fatos, grupos, entre outros. Marcondes Filho (1985) os chama de vícios de raciocínio, pois não há qualquer esforço em avaliar a realidade do que é pré-concebido.

O problema é que em determinadas situações o estereótipo reproduz o preconceito, são ideias falsas que esvaziam o conteúdo essencial. A visão externa que se tem do Brasil no contexto mundial é exacerbadamente estereotipada, as relações do povo brasileiro com o futebol, o samba, a bossa-nova, a abrangência da floresta Amazônica são aumentadas em detrimento, ou desconhecimento, daqueles outros aspectos culturais (BRITO e BONA, 2014). Portanto, uma ideologia se forma quanto à estas concepções de país ou cultura, assim como faz o brasileiro com outras tradições no exterior.

A visão de mundo de um indivíduo e sua relação com os objetos que o cercam são aspectos ideológicos significativos, é uma construção gradativa que reflete postura, aspirações, opiniões, interpretações, entre outras possibilidades. A ideologia é uma participação no mundo, a favor ou contra os fatos, de alguma forma existe uma posição. Independentemente da hesitação, a neutralidade se configura como uma forma de ideologia também. (MARCONDES FILHO, 1985).

A última instância ideológica de Marcondes Filho (1985) sinaliza a capacidade de mobilizar as pessoas em um sentido de ação. Existe uma necessidade de expor as ideias que se fazem presentes na essência individual. Tais explanações são refletidas nas artes, na religião, no senso comum, na política partidária, ou sejam são partes do cotidiano. Quando são censuradas no que acreditam, a mobilização se configura em ação, a ideologia se agrupa em organização, manifestação e luta.

Após indicar tais características, Marcondes Filho (1985, p. 28) chega a uma conceituação do termo quando esclarece que a ideologia “é um conjunto de ideias, de procedimentos, de valores, de normas, de pensamentos, de concepções religiosas, filosóficas, intelectuais, que possui uma certa lógica, uma certa coerência interna e que orienta o sujeito para determinadas ações, de uma forma partidária e responsável”. Entende-se, portanto, conforme o autor, que toda relação cotidiana é uma forma de ideologia, seja senso comum, intelectual, filosófica ou religiosa.

O filósofo Carlos Henrique Escobar (1978) desenvolve uma perspectiva para o conceito na obra *Ciência da História e da Ideologia*. Ele escreve que o entendimento da ideologia não existe sem o conhecimento da teoria e ciência da história. As sociedades são criadas a partir de sistemas de representações inerentes às suas existências, as formas ideológicas estão ali contidas, de modo que as sociedades as efetivam ao reproduzir sua estrutura, toda essa analogia só existe em razão da História.

Escobar (1978) salienta que não existem sociedades sem ideologias, pois essas são efeitos da estrutura que as formam. Conforme o tempo histórico avança, novas formas ideológicas se constituem, outras desaparecem ou se transformam. Deste modo, o autor refuta uma ideia subjetiva de ideologia, elas cimentam a coesão das relações sociais.

Nada separa o real e o ideológico, pois todo real é, no nível de práticas, representação ideológica concernente aos papéis e às classes numa sociedade. A ideologia não é um absurdo ou uma contingência. Ela é uma manifestação essencial às práticas sociais. Não existe uma “verdade” atrás das ideologias, pois ela é, tal como as ciências – mas de uma forma radicalmente oposta – uma espécie de apropriação do real. Apropriação ideológica do real. (ESCOBAR, 1978, p. 68).

O autor desenvolve sua concepção de ideologia a partir de um pressuposto materializado, ao não concordar com uma disposição inconsciente superior às relações sociais. Para ele as manifestações ideológicas são concretas mesmo que tenham delineações no plano das ideias, de modo que estas se articulam e concretizam com o real. Assim, as ideologias tem como fator preponderante as relações dispostas no espaço real.

Escobar (1978) não nega a interferência das classes dominantes no contexto das representações ideológicas, de forma que essas representações estariam deformadas, isto é, elas existem, são concretas, contudo são ilógicas no contexto das relações de produção. A abordagem do autor tem como influência significativa a concepção de Althusser (1967, 1974), com a teoria disposta na representação dos aparelhos ideológicos do Estado, como instituições de representação construídas pela ideologia dominante.

Assim como Althusser (1967, 1974), Escobar (1978) concorda com as divisões ideológicas por regiões, ao colocar que a sociedade capitalista se reproduz a partir da região ideológica jurídico-política, diferentemente da sociedade feudal que se legitimava pela religiosidade. Salienta-se, sob essa perspectiva, que uma região ideológica pode se sobrepor às demais, sendo que essas outras continuam existindo em outras demandas exercendo relativo papel social de influência, é o caso da religião por exemplo.

Escobar (1978) ressalta a importância do que chamou de forma científica para tratar o conceito de ideologia. Ele reconhece que a ideologia dominante não é visível para os dominados. Todavia não entende essa questão como subjetividade, uma vez que a ideologia, enquanto componente da estrutura social, só seria entendida por uma ciência positiva que entendesse o enraizamento das diferenças de classe. Assim, nenhum método subjetivo seria capaz de apreender essa complexidade assentada nas contradições do capitalismo.

Existe, conforme Escobar (1978) uma função social da ideologia, pois é por meio dela que se adquire o conhecimento. Com o uso do termo se constrói a compreensão da realidade, assimilação essa realizada pelo indivíduo a partir de uma relação alusão-ilusão (ALTHUSSER, 1967 e 1974). Tal questão não seria uma forma de subjetividade, apesar de, a princípio, parecer. O reconhecimento ou não entendimento pleno do meio social seria uma relação natural dos indivíduos e de toda a sociedade em si. Em outras palavras, se a maioria não percebe a influência da classe dominante, é porque isso ocorre em razão das manipulações construídas factualmente pelos atores hegemônicos.

Desta forma, Escobar (1978) concorda com Marx na percepção de que ocorrem ideias de classes dominantes e de classes dominadas, mas com o porém de que existem tendências ideológicas dentro de cada ideologia. As ideologias operárias são subordinadas às ideologias hegemônicas. Assim o autor entende que a primeira se estrutura conforme a segunda em contorno de protestos, determinados por representações morais, jurídicas, econômicas e políticas, que advém da própria classe burguesa.

Escobar (1978) concorda também com outra acepção de Althusser (1967 e 1974), em que a ideologia se estabelece em duas dimensões, a geral e as particulares. O conceito em si é uma categoria inerente aos sujeitos, portanto sempre existirá enquanto este se reconhecer assim, ou seja, um ser racional. A ideologia geral é preenchida pelas ideologias particulares e vai constituir os indivíduos de maneira concreta nas relações sociais.

Escobar (1978) finaliza sua conceituação de ideologia ao criticar o fato de nenhuma teoria ter sido criada com base no historicismo, sendo que a dificuldade dessa possibilidade estaria no fetichismo de Marx, reflexão estabelecida em *O capital*. Escobar (1978) acredita que

a base dessa teoria se dá nas relações de produção, tendo a economia como motor da história, deste modo a alienação viria da reificação, não das relações ideológicas do sujeito. De qualquer forma, apresenta sua noção de ideologia a qual se configura como:

[...] um sistema de representações que possui sua lógica, e que se apresenta através de imagens, mitos, ideias ou noções, cumprindo funções na sociedade. Na ideologia a função prático-social se sobrepõe à função teórica ou função de conhecimento. A ideologia tem então uma dupla relação: com o conhecimento, por um lado, e com a sociedade, por outro lado. (ESCOBAR, 1978, p. 67).

De vários modos Escobar (1978) evita enfatizar uma dimensão subjetiva do conceito, de forma que é dado ao conceito uma função prática social mais relevante quando comparado aos dispositivos teóricos. A ideologia estaria presente nos indivíduos a partir das possibilidades existentes em seu plano de ideias, mas com efetividade expressiva no âmbito concreto da sociedade.

Outro autor brasileiro que trabalhou a ideologia, já retratado inclusive nesta tese, foi Leandro Konder (2002), o filósofo realizou uma análise do conceito a partir de outros autores que se aprofundaram na temática, bem como suas influências em diferentes áreas do conhecimento científico e no senso comum. Deste modo, ele não se propõe a criar uma nova definição para o termo, seu trabalho intitulado *A questão da Ideologia* faz uma reflexão com base na quantidade de abordagens já tratadas na questão. Assim Konder (2002) contribui no sentido de legitimar a complexidade do conceito ao inserir diversos autores com opiniões e metodologias diversas, na obra são apresentadas concepções materialistas, antimarxistas, estruturalistas, psicanalíticas, entre outras.

Em sequência Konder (2002) sinaliza o fato de que a ideologia não possui unanimidade para sua definição sistemática, ainda que outros autores, muitos de fora do Brasil, reconheçam a importância de seus estudos. Porém, a contribuição mais significativa na construção deste recorte é a apresentação do conteúdo de pesquisadores brasileiros que se debruçaram sobre a ideologia. Neste aspecto Konder (2002) situou: Marilena Chauí, Roberto Schwarz e Sérgio Paulo Rouanet.

Schwarz se apoia na abordagem marxista da ideologia ao reconhecer o potencial de influência das nações imperialistas no desenvolvimento do pensar latino-americano, conforme esclarece Konder (2002). De modo que absorvem as tendências ideológicas da Europa, enquanto desenvolvem seu próprio capitalismo, sem um menor questionamento analítico, de maneira que as elites trabalharam para a manutenção de tal norteamento. Contudo, havia uma diferenciação a qual não se poderia deixar de lado, o fato da elite brasileira ter sido assentada

em sua base a partir do escravismo. Deste modo no campo político ideológico as ideias liberais europeias eram bem vindas, só que na prática a situação era distinta.

Schwarz denomina esse contrassenso como ideologia de segundo grau, que é a absorção de uma versão hegemônica externa, neste caso vinda da Europa, a qual é deformada conforme os interesses nacionais. Schwarz faz um ensaio analítico quanto a obra *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis, onde destaca a ironia presente no retratar de uma sociedade hipócrita e cheia de ambiguidades. (KONDER, 2002).

Nesta acepção, a distinção estrutural estava justamente na classe hegemônica de cada conjuntura espacial, os europeus estavam economicamente baseados em um capitalismo burguês industrial, enquanto que o Brasil se assentava em uma economia latifundiária de exportação. Ambos eram capitalistas, mas reproduziam seu capital por métodos distintos.

O filósofo Rouanet se expõe como um pensador iluminista como salienta Konder (2002), ainda que essa denominação pareça um pouco antiquada para os parâmetros do então século XX. O movimento iniciado ainda antes da Revolução Francesa preconizava o acender das luzes do conhecimento frente ao que legitimava mitos, superstições, irracionalidades e dogmas. Por este ângulo, ele critica a visão de ideologia de Marx e Engels (2007) realizada em *A Ideologia Alemã*, mas, por outro lado, identifica fases de evolução do conceito perante as obras mais tardias dos autores.

Para Rouanet eles avançam do que se entendia como uma falsa consciência por alienação, chegando à teoria do fetichismo em *O capital*, de modo que o fetiche seria uma contraposição à não verdade, já que constituiria uma forma ideológica de dominação. Konder (2002) adverte que tal posição de Rouanet seria um equívoco, uma vez que Marx não teria desconsiderado a subjetividade, nem mesmo naquela proposição disposta em *A Ideologia Alemã*. Subestimar a subjetividade é algo inerente ao pensamento iluminista, já que para se chegar a uma razão pura, seria necessário negar abstrações que se mostrariam escolhas irracionais. Konder (2002) acrescenta isso seria uma forma de negação à ideologia,

Marilena Chauí, entre os autores situados por Konder (2002), é a mais produtiva no âmbito dos estudos sobre a ideologia, ela publicou diversos trabalhos que se aprofundaram no conceito. Quanto às considerações dela à temática, é pertinente estabelecer uma ligação direta com o que escreveu diretamente, portanto, as próximas considerações partirão de seus textos.

Em um seu trabalho intitulado *O que é ideologia*, Chauí (2004) divide a leitura em exemplos referentes ao conceito, um resgate histórico deste, as concepções marxistas e, por fim, a consideração do que ela denominou ideologia da competência. Dar-se-á maior ênfase para a

questão dos exemplos e para a ideologia da competência, uma vez que o pressuposto histórico do termo e suas variações marxistas foram já aqui apresentadas anteriormente.

Chauí (2004) inicia seu recorte com exemplos que delineiam a ideologia a partir do movimento, este no sentido do entendimento causal do deslocamento das coisas. Deste modo, ela observa que os gregos tinham quatro entendimentos para a noção de movimento. Primeiramente, a autora exemplifica a questão em um cenário qualitativo, no qual um elemento se transforma, como uma semente que se torna árvore ou um papel branco que amarela com o passar do tempo. Em segundo, em um argumento quantitativo, discorre quanto aos objetos que, em determinadas circunstâncias, aumentam ou diminuem de volume, ou se dividem em partes menores, tal qual uma esponja que se expande e retrai com a presença de água ou uma copo de vidro que se estilhaça em vários pedaços ao se quebrar. Em um terceiro momento, ela apresenta uma noção de mobilidade sobre um corpo que se desloca, a exemplo de uma flecha disparada ou um barco em movimento. Por fim, a quarta interpretação se baseia na corrupção dos sujeitos, isto é, o surgimento e desaparecimento das coisas referentes aos seres humanos.

Desta forma, como esclarece Chauí (2004), toda alteração do que é considerado realidade é um movimento. Em uma associação breve com a própria ideologia, tem-se uma imagem contínua de movimento. Ela segue tal lógica a partir das considerações de Aristóteles que apresenta quatro causas para o movimento das coisas.

Uma causa é o que responde ou se responsabiliza por algum aspecto da realidade, e as quatro causas são responsáveis por todos os aspectos de um ser. Haveria, assim, a causa material (responsável pela matéria de alguma coisa), a causa formal (responsável pela essência ou natureza da coisa), a causa motriz ou eficiente (responsável pela presença de uma forma em uma matéria) e a causa final (responsável pelo motivo e pelo sentido da existência da coisa). (CHAUÍ, 2004, p. 10).

A teoria das quatro causas leva a uma interpretação da relação das pessoas com os aspectos da realidade, essa afinidade pode ser técnica ou ética/política. A primeira é uma atividade repetitiva que não exige a emancipação individual, a última é a instância dos seres humanos, aos quais se denotam enquanto racionais capazes de deliberar ações, ou seja, sujeitos da práxis. (CHAUÍ, 2004).

É aplicável, portanto, a teoria das causalidades no âmbito social, já que as relações entre as pessoas também estão dotadas de materialidade, formalidade, eficiência e finalidade. Chauí (2004) exemplifica esse argumento a partir da relação escravagista da Grécia Antiga. As causas material e formal já o são em concretude, possuem substância e formato, já as causas motriz e

final são o trabalho exercido pelo escravo e o seu uso perante o senhor. Entende-se tal pressuposto como ideias metafísicas aplicadas, por meio das relações sociais, à materialidade.

Tem-se, desta forma, uma metodologia para a compreensão da realidade. A base do conhecimento ocidental e da ascensão do cientificismo é o classicismo, sendo assim, outros pensadores partiram de tal premissa para estabelecer novas relações a partir da Idade Moderna. De acordo com Chauí (2004), Galileu, Bacon e Descartes apresentam estudos de tal maneira, sem, contudo, legitimar todas as quatro causalidades, ou seja, eles reduziram a análise com base na eficiência e finalidade.

Estas concepções legitimadas principalmente pela física se estabelecem validadas pelas lógicas de causa e efeito. Sendo que na natureza não há causas finais, pois tudo nela age em um ciclo mecânico. Diferentemente dos seres humanos, estes possuem finalidade, sendo então dotados de racionalidade. Antes do cientificismo, as causas dos fenômenos naturais eram atribuídos ao sobrenatural, depois separou-se o natural e o humano, o primeiro com uma predisposição orgânica e o segundo dotado de arbítrios. Essa liberdade é entendida como capacidade de racionalizar e direcionar suas atividades, fato que a natureza não exerce. (CHAUÍ, 2004).

A ciência é tomada a partir do século XVIII como o meio de compreensão da realidade, tendo o ser humano como o ser capaz de utilizá-la para a transformação de seu meio. O ser livre tem um potencial dominador, o faz com conhecimento e uso da técnica. O trabalho é valorizado, diferentemente do período medieval, em que seu papel era do estamento da servidão. Contudo, o ser humano moderno ao mesmo tempo que tinha tal conotação de liberdade, não possuía os meios de produção. De fato, esse livre-arbítrio só existe de modo próximo à plenitude na classe burguesa, o proletário trabalha por necessidade.

Visto que o capital não pode se acumular nem se reproduzir sem a exploração do trabalho, que é a sua fonte, é preciso distinguir duas faces do trabalho, embora tidas como igualmente dignas: de um lado, o trabalho como expressão de uma vontade livre e dotada de fins próprios (isto é, o trabalho visto pelo burguês), e, de outro lado, o trabalho como relação da máquina corporal com as máquinas sem vida, isto é, com as coisas naturais e fabricadas (isto é, o trabalho realizado pelo trabalhador). (CHAUÍ, 2004, p. 19).

Desta maneira, apresenta-se uma divisão da mecânica da natureza que media suas transformações e a capacidade de atuar livremente nesta relação. Chauí (2004) estabelece a separação do corpo, que é o responsável concreto pela transformação da matéria, do espírito, a alma livre. Assim, dá-se uma nova divisão social no mundo, por um lado há uma lógica capitalista, uma visão burguesa dotada de liberdade e escolhas, em contraposição a uma

espectro proletário, mecanicista ao qual precisa do trabalho por necessidade de subsistência, por isso estes se abstém de escolhas que vão até o limite de suas posses.

O indivíduo livre se aproveita da possibilidade de escolhas e explora aquele que passa por necessidades. É a exploração de uma classe que se torna hegemônica sobre as demais. Não há lógica na manutenção de tal dominação e ela precisa ser reproduzida, de modo que, segundo Chauí (2004, p. 24):

Em sociedades divididas em classes (e também em castas), nas quais uma das classes explora e domina as outras, essas explicações ou ideias e representações serão produzidas e difundidas pela classe dominante para legitimar e assegurar seu poder econômico, social e político. Por esse motivo, essas ideias ou representações tenderão a esconder dos homens o modo real como suas relações sociais foram produzidas e a origem das formas sociais de exploração econômica e de dominação política. Esse ocultamento da realidade social chama-se ideologia.

O entendimento de Chauí (2004) sobre o conceito é de uma ideologia enquanto conjunto de ideias dominantes, a classe hegemônica esconde a realidade social do trabalhador explorado para manter a ordem vigente. A autora entende que se o proletário trazer à luz a realidade de exploração, tenderia a combater esse contrassenso e poderia destituir a ideologia burguesa, assim como os próprios o fizeram com a aristocracia medieval na Revolução Francesa.

O papel da ciência seria entender os desdobramentos ideológicos, a partir de suas origens, objetivos e atuação. Chauí (2004) o faz por meio do histórico do termo. Tal medida já foi realizada aqui, com o auxílio, inclusive, da bibliografia da própria autora. Na parte final de seu livro, ela traz uma nova concepção ideológica da atualidade a qual denominou de ideologia da competência.

A partir do século XX as relações de trabalho mudam significativamente quando comparado ao que ocorreu anteriormente. A evolução das técnicas e tecnologias emergiram novos meios de produção que criaram novas divisões no mercado de trabalho. Chauí (2004) aponta o fordismo como ponto preponderante desta mudança, as fábricas eram divididas entre aqueles que repetiam exaustivamente as mesmas atividades em um ritmo mecânico e os funcionários administradores que exerciam maior poder de gerência por terem adquirido maior conhecimento.

Ocorre de modo incisivo a união da ciência e do trabalho, não que tal situação não ocorresse anteriormente, mas as organizações passam a reinvestir em um maior grau para renovação tecnológica, de modo que os maquinários passam a evoluir rapidamente, uma característica marcante do século XX.



Neste contexto, a organização se eleva nos arrolamentos sociais, parte dela põe qual a competência necessária para se prevalecer nas relações de trabalho. Os cargos de liderança que exercem administração e planejamento são considerados os competentes, os demais que respondem às ordens em atividades cotidianamente repetitivas seriam os inábeis.

Esta nova concepção seria uma nova ideologia, a qual ela denominou, como já escrito, ideologia da competência. Chauí (2004, p. 103 e 104) conceitua a ideologia da competência como: “[...] a dominação pelo descomunal prestígio e poder conferidos ao conhecimento científico e tecnológico, ou seja, pelo prestígio e poder das ideias consideradas científicas e tecnológicas”.

A interpretação de Chauí (2004) se divide em duas formas de ideologia da competência: uma das organizações e outra dos especialistas. O primeira indica que a Organização é o agente racional, social, político que vai direcionar as atividades dos atores sociais, considerando também a dimensão particular destes últimos. As classes sociais e os indivíduos são o oposto, manipuláveis, peças para as organizações atingirem seus objetivos. O segundo é qualificado a partir da supervalorização das especialidades do mundo contemporâneo, em cada área do conhecimento existe um profissional específico que delimita um padrão a ser seguido socialmente, quando o indivíduo não reflete tal norma, é segregado.

Essa lógica é chamada de discurso competente, um fato consolidado no interior das áreas do conhecimento. Contudo ele apresenta conteúdo condicionante, isto é, são demasiadamente influenciados pelas leis de mercado, onde o sucesso e a competição definem o padrão de felicidade. (CHAUÍ, 2004).

Os dois discursos se complementam, a noção de competência é uma exigência da Organização, desta forma a qualificação técnica ou universitária seria uma trilha para se competir e chegar ao sucesso, o trabalho engrandeceria o indivíduo. De acordo com Chauí (2004), todavia, a organização não apresenta espaço laboral para todos, o desemprego é uma realidade no mundo capitalista, o desempregado se culpa por sua situação, sente-se humilhado. Os diplomas universitários se tornam mais do que um meio para se atingir objetivos de qualificação, é uma das exigências da Organização. Desta forma a busca por um curso superior não se pauta na qualidade e sim na exigência do diploma, que garante um documento de competência que objetiva uma posição hierárquica em uma instituição capitalista.

A concepção de ideologia de Chauí (2004) situa-se em uma forma de dominação vertical, estabelece-se acima os atores hegemônicos que intentam em influenciar aqueles localizados abaixo. Ao finalizar seu ensaio, ela apresenta especificamente sua visão geral do conceito quando escreve que:

A ideologia é um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (ideias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer. Ela é, portanto, um corpo explicativo (representações) e prático (normas, regras e preceitos) de caráter prescritivo, normativo, regulador, cuja função é dar aos membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional para as diferenças sociais, políticas e culturais, sem jamais atribuir tais diferenças à divisão da sociedade em classe a partir das divisões das esferas de produção. Pelo contrário, a função da ideologia é a de apagar as diferenças como de classes a fornecer aos membros da sociedade o sentimento de identidade social, encontrando certos referenciais identificadores de todos e para todos, como, por exemplo, a Humanidade, a Liberdade, a Igualdade, a Nação, ou o Estado. (CHAUI, 2004, pp. 108-109).

Desta forma, a ideologia é uma meio de manipulação a qual sempre viria das classes dominantes. Existe uma lógica no discurso, mas só é coerente perante os valores capitalistas, esses apresentam lacunas, pois tal visão de mundo não poderia ser totalmente realista, caso fosse apresentaria aos atores sociais as diferenças de classes e esse não é o intuito do sistema. Uma espécie de “ideologia verdadeira” não seria ideologia, uma vez que representaria o real, não o ideal. Assim, Chauí (2004) estabelece a “crítica da ideologia” como contraposição à ideologia vigente.

A ideologia enquanto conceito não possui história, contudo a sobreposição e substituição de ideologias se alternam no tempo histórico. As estruturas sociais dominantes mudam suas ideologias conforme se estabelecem novas relações econômicas e sociais. A ideologia contemporânea não é a ideologia do imperialismo europeu datada do século XIX por exemplo. Segundo Chauí (2004) a atual ideologia é a da competência, ambas são abstrações burguesas de realidade, pois desde a Revolução Francesa, ainda no século XVIII, a burguesia é a hegemonia na conjuntura das relações sociais, no entanto essas concepções são muito distintas quando colocadas em paralelo.

O cenário social brasileiro traz uma série de interpretações relevantes das interpretações da ideologia. Apreciações distintas se relevam a partir do contexto histórico do Brasil, os vieses de Marcondes Filho (1991), Escobar (1979), Konder (2002) e Chauí (2004) são diferentes, mas se complementam no aspecto crítico da interpretação da realidade, mesmo que não tratem por vezes diretamente dos eventos que construíram o país. Para todos eles o termo se enraíza com a dominação de classes hegemônicas sobre aqueles dominados. Independentemente do uso de uma ideologia operária ou burguesa, percebe-se que as classes subjugadas não ascenderam além da alienação, sendo a ideologia brasileira também a ideologia do capitalismo.

Uma compreensão em síntese do conceito de ideologia se faz necessária para o avanço desta pesquisa. Entre as tantas concepções apresentadas até então, desde autores clássicos do âmbito social da ciência moderna, psicanalítica e do contexto brasileiro, um entendimento concomitante é pertinente para o estabelecimento factual da mobilidade ideológica. Este intuito foi realizado de forma mais assertiva na seguinte subseção.

### **1.2.5 Ideologia em síntese e sua relação com a mobilidade**

De uma maneira geral, ainda que por vezes alguns autores estejam em uma mesma grande área do conhecimento, podem apresentar interpretações distintas quanto a uma determinada referência de estudo. Deste modo, é pertinente salientar que o enquadramento temporal e social de cada um deles institui diferentes modos de contemplar a ciência, bem como o termo em discussão, a ideologia. Entende-se que essa última constatação é um fato, já que as discussões nos últimos recortes norteiam para tal pressuposto. Em outras palavras, existem conjuntos concomitantes ideológicos que mudaram com o passar do tempo histórico, os conceitos do século XIX são expressivamente distintos de suas versões relidas no século XX e, possivelmente, terão alterações até o fim do atual centênio.

Doravante, apresenta-se nesta subseção uma síntese referente a todas as premissas expostas anteriormente. A revisão literária com tais autores é a base desta correlação a qual pretende designar uma definição oportuna de ideologia e, a partir também do que se apresentou anteriormente quanto à mobilidade, precisar a mobilidade ideológica. Far-se-á, portanto, uma intersecção de conceitos que se mostrem pertinentes para o andamento deste estudo.

A noção de ideologia se confunde com a noção de conhecimento, termo amplamente estudado na antiguidade. As formas de transmissão de conhecimento já se definem como manifestação ideológica, filósofos do classicismo já entendiam tal cenário, contudo não estabeleceram uma nomenclatura definitiva para a questão. Portanto, é devido afirmar que a ideologia sempre existiu nas relações humanas, ainda que antes não a compreendessem desta forma.

A ideologia se substancia em duas dimensões, ou seja, em forma de estrutura e de história. Estruturalmente interfere nas relações individuais e sociais desde que a racionalização humana nos torna capaz de viver em sociedade, desta forma o fenômeno existe independentemente do contexto histórico. Em contrapartida, na dimensão da própria História, ela se preenche com diferentes visões de mundo, as quais se solidificam em dados tempos,

entram em declínio em outros, sendo, então, substituída ou complementada em outra síntese ideológica em um processo ondulatório. Portanto, a ideologia não desaparecerá enquanto existir o ser humano, mas suas diferentes ideologias estão sempre em movimento.

A ideologia conceituada com um olhar científico se constrói na França a partir das influências do iluminismo, era a ciência do mundo das ideias, estas desenvolvidas a partir da relação sociais com a natureza. Esse conjunto é criado pela espécie humana a partir do que era oferecido pelo meio físico-natural. Ainda que primitiva, essa interpretação enquanto pioneira abre o caminho para o que viria a seguir com Hegel, Marx, Engels, Comte, Durkheim.

Pressupostos ideológicos não ocorrem apenas na dualidade homem e natureza, inserem-se por meio de uma rede muito mais complexa. Hegel apresenta a relação homem-homem além da natureza, a partir da família, do Estado e da própria sociedade como elementos de influência na construção das ideias.

Nesse sentido, Marx e Engels, ainda que possam ter equívocos em sua primeira interpretação de ideologia enquanto não verdade, contribuem ao estabelecer que a concepção nem sempre é factual. Em outras palavras, ela pode ser alienada mas ainda que se configure como simulacro, concretiza-se em forma de relações sociais desiguais e perversas.

Comte entende que as influências do mundo se chocam com os desejos particulares de cada indivíduo, sejam elas naturais ou sociais. Ele relaciona a ideologia com a teoria, isto é, as ideias são formas de se explicar o mundo. A evolução da capacidade humana passaria por três fases, teológica, metafísica e positiva, o transcorrer de cada etapa criaria um novo conjunto de ideias. Durkheim, por sua vez, interpretava a ideologia como pré-conceitos, informações trazidas a partir de todo conhecimento prévio de um indivíduo, o que seria um contrassenso para a abrangência da realidade, a qual deveria, em seu entendimento, ser alcançada de modo neutro e funcional.

A noção de ideologia até então não é preenchida com certa unanimidade, ela apresentava diversidade de significações. Por outro lado, a maior parte das discussões consolidam que seu uso é pertinente para a manutenção de um ordenamento social hegemônico. Os autores contemporâneos do século XX se debruçam nesse material e avançam na substanciação do termo, tendo como ponto de partida uma dualidade de interpretação, de um lado as lógicas marxianas e marxistas, de outro as demais concepções.

O século XX é marcado por muitos eventos em escala global, como guerras, avanços tecnológicos intensos, desenvolvimento da era da informação, entre outros. Um número maior de indivíduos consegue acesso ao conhecimento e a ideologia se resignifica nesta situação.

Diversos pesquisadores influenciados pelo marxismo já passam então a considerar o termo como meio de se entender a realidade.

A ideologia é identificada em formas gerais e particulares, primeiro como visão de mundo e segundo como meio de se alcançar objetivos pessoais, ainda que os sujeitos inseridos no período utilizassem outros nomes para o mesmo fenômeno. Como existem diferentes considerações no interior de cada dualidade interpretativa, ideologia passa a ser assimilada também como causa processual de conflitos e possível motor de mudanças sociais.

A partir da “indústria cultural” a ideologia se torna também massificação, as classes sociais hegemônicas que são detentoras do conhecimento, dos meios de produção e comunicação abstraem a premissa de igualdade perante o consumo. Mesmo que as possibilidades de crédito possa ter dado outro significado às desigualdades no poder de compra, a lógica normativa de aceitação intensifica uma busca, muitas vezes inconsciente, de um padrão, tanto nos aspectos individuais, quanto naqueles coletivos.

Por este ângulo, a ideologia apresenta sua afinidade com a psicologia, já que a propaganda passa a ser importante no contato com o meio social. Com o significativo avanço dos estudos dessa área científica, percebeu-se que a manipulação é parte presente nas relações humanas, sejam nos aspectos individuais ou sociais. O desenvolvimento da teoria do inconsciente de Freud estabelece reflexões pertinentes para o entendimento de situações em que as pessoas e os grupos sociais concretizam atitudes que vão contra o que, em teoria, seriam suas realizações. Exemplifica-se tal fato a partir de parte da classe trabalhadora que apoia partidos políticos conservadores aos quais, quando no poder, governam em benefício do mercado e deixam em segundo plano medidas de geração de renda e emprego.

A teoria do inconsciente de Freud tem como base inicial a individualidade psíquica, contudo o próprio autor reconhece mecanismos que são legitimados por meio de fenômenos em massa, tendo, portanto, consequências sociais. Adorno realiza uma junção dos estudos psicanalíticos de Freud com as características do sistema fascista. A forma na qual estes governos se popularizavam, ao mesmo tempo que restringia as liberdades sociais, dava-se por meio de manipulações de propaganda via conhecimento do inconsciente e do comportamento coletivo criado, ou seja, alguns acreditavam de fato que o fascismo era benéfico, outros seguiam o sistema por sugestão.

É pertinente o uso do vocábulo manipulação, uma vez que o discurso do fascismo é carregado de sofismos e irracionalidades que não seriam aceitas naturalmente, a não ser que estivessem cheias de conteúdos psicológicos inconscientes que o tornasse aceitável. Se não dessa maneira, as ações fascistas seriam no mínimo questionáveis. Um fator psicológico quando

dimensionado massivamente pode dar assistência à promoção de um sistema político controverso. A queda do padrão de vida, o desemprego, a incapacidade de sustentar a família, todos fatores prováveis por meio de uma crise econômica, podem estender um sentimento de tristeza a uma grande quantidade de indivíduos, tornando-se um sentimento social.

A vulnerabilidade dos indivíduos se torna um elo, um tipo de identificação, a solução para tal é levantada por agitadores que se aproveitam da situação, já que a vulnerabilidade deprecia a racionalidade. No caso, o elo da Alemanha nazista era a crise econômica de então, os culpados segundo os agitadores, eram todos aqueles de origem não germânica. Um sentimento primitivo de agressividade sem qualquer filtro permitiu que a população aceitasse o tratamento perverso com os outros grupos étnicos, o resultado dessa atuação, conforme prometido, seria a resolução da crise econômica e, conseqüentemente, a volta de tempos mais felizes.

Desta forma, pode-se entender que ideologia está presente em praticamente tudo que existe enquanto relação. Está nos grupos sociais, nos conteúdos simbólicos expostos, nos rituais diversos, nos estereótipos e preconceitos, nas diferentes visões de mundo, nas mobilizações e em todas as ações. Grupos são identidades, ao se reconhecer com algo as pessoas contrapõem-se àquilo que lhes são dessemelhantes. Ao se exporem no que acreditam, os grupos criam símbolos que lhes fazem sentido, ao mesmo tempo que refutam o que lhes é adverso. Unem-se religiosamente, ou não, com aqueles que possuem afinidade com seus rituais, criticam todos os que não comungam de seus dogmas e estabelecem preconceitos e estereótipos com o que não lhe é semelhante. Criam seu modo de enxergar a realidade e reprimem o que lhes é antagônico. Mobilizam-se para espalhar seu ponto de vista e legitimam ações contra os opostos a partir de suas crenças, ideologia é cultura. Ainda que estas características apresentem vários aspectos do cotidiano social, ideologia é também um conjunto de valores morais.

A política, ainda que teorizada no plano das ideias, representa relações ideológicas entre os indivíduos. Sempre que se tem determinados valores morais ou visões de mundo, a diferença se encontra por meio de uma relação. Ao categorizar diferentes ideologias, elas só fariam sentido em suas diferenças, suas relações. Há uma ideologia dominante que se sobrepõe às dominadas, a ideologia dominante é ciência e conhecimento.

A ideologia é ciência porque também é método, isto é, conforme o meio de análise o resultado favorece determinada segmentação ideológica e se torna informação, pois seu objetivo é difundir seu ponto de vista. Para tal, adapta-se aos valores morais de sua sociedade para estabelecer maioria, muito do que se ajusta como conhecimento convencional é

determinação sugestiva. Um exemplo é a teoria do patronato brasileiro a qual será aprofundada na segunda parte desta tese.

A ideologia não é o Estado, a primeira está nas pessoas e na sociedade. O Estado se preenche com a ideologia daqueles que o ocupa, a partir dessa premissa os atores espalham suas ideias e concepções, a partir dos AIEs os quais procuram influenciar o máximo de indivíduos. Assim, o meio jurídico, o sistema educacional, as igrejas, os meios de informação, os partidos políticos, os sindicatos, a cultura e as famílias são também preenchidas com as determinações ideológicas hegemônicas e combatem aquelas que se contrapõem àquilo que é estabelecido pela própria como normativo.

Por fim, existe a categorização da ideologia da competência, uma vez que a era do meio técnico-científico-informacional estabelece um valor para aqueles que apresentam função no meio social. Entretanto a função é condicionada por uma organização, é ela quem define o especialista mais qualificado e lhe supervaloriza. Condiciona as características daqueles que devem ser considerados bem sucedidos e, em teoria, felizes no âmbito social. É uma felicidade imposta e nem sempre reflete a realidade individual, a imposição é hegemônica, cria rótulos para estabelecer quem vale e quem não vale, quem pensa diferente é desqualificado.

O que foi exposto aqui é um apanhado de características carregadas de significados, nenhuma das afirmações expostas se contrapõem em totalidade, portanto, este estudo compreende a ideologia como: estrutura, pois ela sempre existiu na consciência humana racionalizada; é história pois se legitimou de diferentes formas no passar do tempo; é influência, estabelecida via natureza e sociedade, a partir do que ela oferece em forma de fenômeno e a partir das relações impostas entre as pessoas; é individual, a partir da consolidação de valores dispostos no consciente e inconsciente de cada sujeito; é social, massificada e propagandeada pelos aparelhos ideológicos e seguida por manipulação, identificação e sugestão; é vulnerabilidade, já que nas diferenças o não hegemônico sempre se encontra em risco; é política, pois não existe ideologia sem relações de poder, a possibilidade de contraposição de ideias permite a dominação de alguns e subjugação de outros por meio da hegemonia; é competência, uma vez que essa estabelece um valor social para cada indivíduo ou grupo, e tal valoração depende das condições ideológicas de cada sociedade.

Ideologia também é mobilidade, uma vez que todas as questões expostas anteriormente não são imutáveis na conjuntura social e no decorrer do tempo histórico. Enquanto estrutura ela não possui deslocamento, sempre existirá enquanto a humanidade tiver a capacidade de socializar não instintivamente. Porém, considerada enquanto várias ideologias regionais, sempre estará em mutação, pois, nesse último caso, mover-se-á com a andamento da História.

Isso ocorre conforme o transcorrer do tempo porque as pessoas que constroem o mundo também mudam, elas nascem, crescem e morrem. Cada geração intersecciona novos elementos, sejam eles políticos, sociais, econômicos, culturais, morais, entre outros. O mesmo acontece com as sociedades que as cercam, bem como aqueles que vão atuar como atores dominantes, assim como os meios ao qual vão dispersar sua visão de mundo, suas ideologias.

As características de mobilização ideológica são condicionadas pelas dimensões de âmbito social e individual. Tal mobilidade está até aqui acentuada ainda no campo das ideias, acredita-se, entretanto, que ela se materialize no espaço geográfico por meio da gestão pública, em busca de mais justiça social ou de prioridade na manutenção da ordem econômica vigente.

Desta maneira o próximo recorte pretende apresentar quais são as convicções que buscam esses objetivos, pois, como exposto, não seria possível compreender todas as formas de mobilidade ideológica existentes na complexidade da tessitura social. A perspectiva política permite delimitar um fragmento de análise a partir da democracia representativa e dos processos eleitorais. Neste caso, os candidatos buscam se encaixar em siglas que demonstrem uma perspectiva de atuação ao qual vão exercer para atrair seu público alvo. Deste modo, ainda que muitas vezes a participação deles e de seus partidos não perpassem exatamente a identificação ideológica descrita no título das agremiações as quais se inserem, todos podem ser mais conservadores, ou mais progressistas, na comparação de suas ações concretas. É na compreensão dessas concepções que a subseção seguinte vai se aprofundar

### 1.3 AS IDEOLOGIAS CONSERVADORAS E PROGRESSISTAS

As ideologias se delimitam como uma forma de estrutura e essa se preenche conforme as orientações de cada tempo histórico como orientações ideológicas diversas as quais podem assumir hegemonia. A diversificação desses juízos ganham corpo a partir de várias maneiras de atuação, sejam elas jurídicas, religiosas, morais, políticas, entre outras. Todavia dentro de cada possibilidade conceitual dois termos se destacam e resistem ao próprio tempo: a direita e a esquerda. No entanto, observa-se um desgaste de tais nomenclaturas a partir de dois pontos de vista.

O primeiro é justificado conforme os relativismos existentes dentro do cenário interno daqueles que se identificam com algum dos dois espectros. Tanto na direita quanto na esquerda há indivíduos que se consideram mais engajados que outros, aos quais rotulam os demais como



radicalizados ou moderados, isso de forma suficiente para acreditar, por vezes, que aqueles outros não fazem parte do mesmo lado político.

O segundo desgaste se dá a partir da conotação pejorativa estabelecida pelo desconhecimento teórico presente no senso comum, ao qual constitui por meio dos cidadãos médios conceituações que lhes parecem apropriadas a partir dos valores aos quais defendem. Nessas circunstâncias aparecem adjetivações pejorativas, a exemplo da esquerda vista enquanto sinônimo de corrupção ou exclusivamente defensora da expropriação dos bens privados, bem como a interpretação equívoca de que toda direita seja fascista.

Desta forma, pretende-se compreender a direita e a esquerda conforme e suas disposições pertinente dentro do âmbito da ciência política. Esta será estabelecida a partir de bibliografias que contraponham de modo fundamentado tais conceitos, demonstrando também suas atuais fragilidades na retórica com a população. Essa análise foi realizada tendo como base as contribuições de Bobbio (2011) e Bresser-Pereira (1985 e 1986).

A partir de seu trabalho intitulado *Direita e Esquerda*, Bobbio (2011) coloca em relevo as contradições presentes na ocasião político-eleitoral da Itália na década de 1990. Havia significativa dicotomia e lados opostos buscavam o controle do parlamento e conseqüentemente do governo do país, o que configurou ampla polarização. A questão da antítese ideológica que envolvia a direita e a esquerda necessitava, aos olhos do autor, de uma abordagem renovada para se sedimentar o entendimento daquele cenário.

A direita e a esquerda são termos dicotômicos que, a partir de seu conteúdo definem a própria existência. Pode-se adicionar primeiramente, que a diferenciação dessas formas políticas tem gênese com a Revolução Francesa ainda no século XVIII, uma simples orientação dentro do parlamento da França diferenciava grupos políticos que detinham diferentes finalidades ideológicas. À direita se encontravam o clero católico e a nobreza, enquanto à esquerda estavam a burguesia comercial e os demais habitantes franceses, denominados camponeses. Naquele contexto povo e burguesia afluíram aos mesmos objetivos, isto é, derrubar o antigo regime e estabelecer uma nova forma de estrutura social e econômica que desmantelasse os privilégios daquela direita.

Este breve retorno histórico procura trazer à luz que a composição da direita e da esquerda eram distintas do que se é determinado em tempos mais recentes. Assim, na contemporaneidade, os interesses da população, pelo menos em teoria, se mantêm à esquerda, enquanto que a maior parte dos donos do capital se identificam com a direita. Já o clero e nobreza se dissolveram enquanto estrutura social expressiva. De qualquer forma, é relevante

colocar que os termos em si se alteraram em relação à sua constituição e interesses até a atualidade.

Pode-se entender, de uma forma genérica, que a direita e a esquerda em sua forma primitiva eram situação e oposição. Tal circunstância não se reflete assim na política de hoje, uma vez que vários fatos trabalham por dar novos significados aos termos, por exemplo: o estabelecimento do imperialismo e da teoria marxista, ambos originados no século XIX; bem como os eventos envolvendo a ascensão dos Estados Unidos enquanto potência capitalista, a experiência do socialismo real na União Soviética, do fascismo em Itália e Alemanha no entreguerras e ascensão da Guerra Fria, todos esses últimos já no século XX. Direita e esquerda passam a representar, a partir do contexto da Guerra Fria, a contraposição do capitalismo e do socialismo.

Conforme Bobbio (2011) esquerda e direita são vocábulos utilizados desde a Revolução Francesa para contrapor ideologias de antítese. De acordo com ele não há meios de se convergirem já que não existe possibilidade de ser de direita e de esquerda ao mesmo tempo, ainda que os termos permitam encaixes moderados e extremistas. A forma contraposta de ambos é um pensamento em díade, presente em diversos campos do conhecimento acadêmico. A díade da direita-esquerda é antitética, já que são opostas e não apresentam possibilidade de complemento. A primeira interpretação realizada pelo autor se refere à perspectiva de compreendê-las como termos sem embasamento, já que:

[...] nestes últimos anos, tem sido repetidamente afirmado, a ponto mesmo de se converter em lugar-comum, que a distinção entre direita e esquerda não tem mais nenhuma razão para ser utilizada. [...] Não teriam mais nenhum valor heurístico ou classificatório, e menos ainda valorativo. Delas se fala frequentemente com um certo enfado, como de uma das tantas armadilhas linguísticas em que se deixa aprisionar o debate político. (BOBBIO, 2011, pp. 50-51).

Essa interpretação se sedimenta com uma possibilidade de crise ideológica que emerge no contexto do fim da Guerra Fria. Nela, não se estabelecerá uma vitória do capitalismo sobre o socialismo, mas uma ideia de se resolver os problemas do mundo em conjunto, refutando-se qualquer ideia de contraposição política. Uma consequência dessa análise, já do final do século XX, é a compreensão do que se denominou multipolaridades, representadas pelos Estados Unidos, ainda hegemônico, mas que não se distanciou dos demais como talvez se esperasse de um vitorioso da Guerra Fria. A ascensão e a queda da União Europeia estabelece várias interpretações a partir de diferentes princípios.

A partir de tal ponto de vista, viabilizar-se-ia uma estrutura política de tríade, em que haveria a possibilidade de um centro político que apresentaria pluralidade que iria além da dicotomia em questão. Os agrupamentos poderiam se contrapor, convergir, agrupar, separar sem qualquer maior deslegitimidade por dogmatismos ideológicos. Contudo, Bobbio (2011) ressalta que o estabelecimento de grupos políticos que se denominam de centro não estariam saindo totalmente da influência da primeira díade, já que as finalidades de alguns deles os aproximam da direita ou da esquerda.

A visualização deste espaço intermediário torna possível uma compreensão mais articulada do sistema, já que permite distinguir um centro mais vizinho da esquerda, ou centro-esquerda, e um centro mais vizinho da direita, ou centro-direita e do mesmo modo, no âmbito da esquerda, uma esquerda moderada que tende ao centro e uma esquerda extrema que ao centro se contrapõe, e igualmente, no âmbito da direita, uma direita atraída pelo centro e uma direita que dele se afasta a ponto de se contrapor em igual medida tanto ao centro quanto à esquerda. BOBBIO (2011, pp. 54-55).

Cria-se, a partir de tal lógica, uma distinção relativa dentro de ambas visões, não estabelecida a partir da interpretação consolidada dos dois extremos, mas sim no âmbito do limite dos moderados. Desta forma um viés político de centro-esquerda pode ser taxado pejorativamente de direita por uma esquerda mais dogmática, uma vez que não veem problema em conversar com o centro. Pelo mesmo motivo, agrupamentos políticos de centro-direita passam a ser taxados de esquerda por uma direita radicalizada.

Tais distinções políticas, ainda que relativas dentro das possibilidades eleitorais permitidas na lei de cada sistema democrático, criam o que poderia ser denominado de “pentíade”, ou seja, um conjunto com as esquerdas e direitas extremistas e moderadas em lados opostos e um centro que evitasse se rotular com os termos. Poderia haver ainda a multíade, ao qual pluripartidarismo poderia abrir margem a valores que iriam além do âmbito político original, como ambientalismo e religião.

De qualquer forma, Bobbio (2011) coloca que, ainda com o estabelecimento da pluralidade, a diplomacia partidária continuaria definida pela díade original de ordem direita-esquerda. Estes continuam taxando os demais pejorativamente conforme seus valores, dentro dessas rotulações o centro seria para a direita mais dogmática uma esquerda camuflada, enquanto que o mesmo grupo seria, para a esquerda mais radical, uma direita disfarçada.

Conforme essa visão político-ideológica, a multiplicidade de partidos de centro seria a tentativa de construção de uma terceira via, a qual tenta transcender as duas díades. Algumas dessas siglas procuram não se definir como centro, pois o objetivo é superar tanto a direita quanto a esquerda, buscando então constituir uma forma de síntese que trariam o melhor de

ambos os lados. Tentariam diferir de um centro político tradicional que se aproximaria de um ou de outro. Desta maneira Bobbio (2011, pp. 56-57) esclarece que a terceira via se definiria como:

Não terceiro-entre, mas Terceiro-além, no qual o Primeiro e o Segundo, em vez de serem separados um do outro e deixados entregues a oposição entre si, são aproximados em sua interdependência e suprimidos por sua unilateralidade. Qualquer figura de Terceiro sempre pressupõe as outras duas: mas o Terceiro Incluído descobre sua própria essência expelindo-as, ao passo que o Terceiro Inclusivo faz isso nutrindo-se delas.

Desta forma, eles se visualizariam não como um agrupamento intermediário, mas como algo que transcendesse o que já é comumente estabelecido. Tal atuação ocorreria sob duas formas distintas de terceira via, ambas incluiriam aspectos tanto da esquerda quanto da direita. A primeira é chamada pelo autor de “Terceiro Inclusivo”, e outra denominada “Terceiro Incluído”. Ainda assim, a base de definição de tal terceira via não existe sem o que o autor chamou de Primeiro e Segundo, isto é, a direita e a esquerda.

Tais posicionamentos sempre existiram, mas sempre ascendem em um período de esgotamento de uma ideologia em questão. Bobbio (2011) apresenta exemplos como a tentativa de construção de um socialismo liberal ou nos discursos que envolvem a retórica de revolução conservadora. Ambas tentativas se enfraquecem pois falham na busca de uma doutrina ou práxis, na prática atuam como centristas.

A dicotomia entre a direita e a esquerda se molda de diferentes formas com o desenvolvimento das capacidades humanas, tais questões ao envolver valores éticos e morais criam ambientes dialéticos que avançam a âmbitos que vão além do sistema político, como o meio jurídico. As questões que envolvem resolução de problemas que envolvem grupos minoritários, em perspectiva de marginalização, são atribuídas a ideologias de esquerda, já que uma das definições comumente apresentadas a tal grupo é “estar do lado do mais fraco”. (BOBBIO, 2011).

Bobbio (2011) acrescenta porém que esse ponto de vista é insuficiente para uma conceituação, já que a definição de um mais fraco fica dependente de uma interpretação relativa. O autor exemplifica tal opinião a partir das posições contrárias e a favor da descriminalização do aborto: uma mãe pode ser vista por alguns como vulnerável na conjuntura de uma sociedade paternalista com posição moralizada sob julgamento de algumas religiões, em contrapartida a posição do embrião é mais frágil em relação à mãe, o que pode construir uma rede de relações muito mais complexas.

Ressalta-se que no âmbito do pluralismo político existem agrupamentos de socialistas cristãos que repudiam qualquer forma de aborto. Em contrapeso, há grupos liberais que sustentam a descriminalização da prática para proteção às mulheres e apoiam também ações de valorização do papel feminino e de grupos LGBTQIA+<sup>7</sup>, ainda que sejam minorias em sentido à essa díade.

Estas últimas interpretações vão além do meio acadêmico, ainda que possam ser objeto de estudo, e são muitas vezes recepcionadas de forma distorcida na esfera do senso comum, tornando turva qualquer análise coerente dos entes direita e esquerda. Ainda mesmo no ambiente político de administração do Estado, ao qual tais conceitos tiveram sua gênese ainda no século XIX, estabelecem-se incoerências e divergências. De qualquer maneira, direita e esquerda, entendidas por expressiva parte dos eleitores sem a essência que lhes é devida, definem a dicotomia política dos pleitos com a interferência de rótulos equivocados e pejorativos.

Não se nega nesta pesquisa a existência de fato da direita e esquerda nas relações sociais e políticas. Reconhece-se contudo que os termos estão demasiadamente maculados pela aparente pluralidade da ordem estabelecida ao fim da Guerra da Fria. Os termos em si são condicionantes de influência, contudo em suas relações internas buscam se dividir enquanto a população, em maioria, não é abastecida de capital cultural suficiente para abstrair a crítica dos conceitos. Bobbio (2011) aborda tal perspectiva ao analisar a crise do partido comunista italiano na crise política do país nos anos de 1990:

Se na crise da dissolução do Partido Comunista Italiano os termos “direita” e “esquerda” foram pouco usados ou usados com muita cautela, é porque, no interior de um partido que se atribuiu historicamente a direção da esquerda no mundo, apenas a palavra “esquerda” tem um significado positivo, e nenhuma das duas partes disputavam entre si a direção do futuro partido aceitaria de boa vontade ser chamada de direita. Além do mais, seria constrangedor, estabelecer qual das duas alas em campo, a dos “não” e as do “sim”, deveria ser considerada a direita ou a esquerda: a velha guarda que rejeitava a mudança radical poderia ser considerada “direita”, com base no critério segundo o qual conservação é de direita e a mudança, de esquerda, mas ao mesmo tempo poderia ser de “esquerda” no que diz respeito a um empenho mais determinado na luta anticapitalista que caracterizou o movimento operário, por um século o grande protagonista da esquerda histórica e vice-versa, a parte mais inovadora poderia pretender o nome de esquerda por ser mais favorável à renovação, mas apresentava um programa que, com base nos critérios tradicionais, deveria ser considerado mais de direita. (BOBBIO, 2011, pp. 80-81).

---

<sup>7</sup> Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, ou Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexual e outras possibilidades de orientação sexual ou de identidade de gênero. Em caso de dúvidas acessar: <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/dicas/qual-o-significado-da-sigla-lgbtqia>

Os termos em questão recebem conotações relativas dentro do próprio espaço de atuação. No caso específico apresentado pelo autor o Partido Comunista Italiano passou a ser o Partido Democrático da Esquerda, uma vez que com a crise do comunismo soviético, a nomenclatura passou a ser reconhecida como expressão de um totalitarismo que fracassou. A inserção do termo democrático no partido visava arejar as objetivações eleitorais nos anos que vinham a seguir.

Dentro dos partidos estruturalmente orientados à esquerda é possível encontrar membros ou aliados que rechaçam as possibilidades de serem associados com a própria esquerda mais revolucionária, seja dentro da própria agremiação ou outra que se identifique assim. Quando os componentes da própria sigla realizam esse papel, a compreensão para a população em geral fica ainda mais complexa, deste modo Bobbio (2011) procura estabelecer um critério de distinção.

Entre os critérios apresentados por Bobbio (2011) está o olhar de Laponce (1981), este observa duas estruturas de análise frente à dicotomia apontada, uma horizontal e outra vertical. A última é bem representada historicamente pela forma política pré-moderna a qual o clero e a nobreza se colocavam socialmente acima dos demais membros da sociedade sem perspectiva de mobilidade. Na contemporaneidade o meio político se comportaria de forma horizontal, uma vez que, pelo menos na teoria, em sociedades democráticas a expectativa de igualdade jurídica colocariam todos os cidadãos em um mesmo patamar.

Contudo, conforme ainda Laponce (1981), a dissolução da perspectiva vertical não ocorre em sua totalidade, a verticalidade se mantém enquanto ordenamento de força, existente ainda em uma relação de governantes com os governados, nesta interpretação a horizontalidade seria as relações entre governantes e governantes, bem como governados e governados.

Bobbio (2011), por seu turno, critica o posicionamento de Laponce (1981) já que este considera em sua leitura análises valorativas no contexto da formação dos conceitos em outras partes de sua hipótese. Por exemplo, do ponto de vista religioso a direita teria conotação abonada e a esquerda um pressuposto difamante. Nesse tipo de juízo, para Bobbio (2011) a visão seria oposta, uma vez que a esquerda representaria com mais substância a valoração positivada, pois costuma pautar em plano prioritário a justiça social.

Laponce (1981) finda por interpretar a dicotomia direita e esquerda a partir da lógica sacro-profana, inclusive fundando um elo entre a crença com a direita e o ateísmo à esquerda. Tal pensamento se configura em um equívoco, como concorda Bobbio (2011), já que são inúmeros os casos de grupos conservadores e liberais que defendem o laicismo governamental,

ao mesmo tempo que grupos religiosos em todo mundo participam e teorizam frente a uma sociedade mais justa, a exemplo da Teologia da Libertação.

Dino Cofrancesco, como relata Bobbio (2011), por sua vez sugere uma distinção entre direita e esquerda a partir de dois outros termos, tradição e emancipação. O indivíduo de direita seria aquele que buscaria manter as especificidades de sua tradição, ressalta-se que tal perspectiva é muito relativa e abriria a possibilidade de várias direitas. O sujeito de esquerda seria aquele que buscaria a emancipação daqueles que se encontram subjugados por camadas sociais privilegiadas.

É legitimada por Bobbio (2011) a interpretação de Cofrancesco, a finalidade de cada componente da díade estaria em acordo com a contraposição política que os dois termos definem. Contudo, Bobbio (2011) aponta que, dependendo do contexto histórico e da localidade, direita e esquerda podem convergir e até mesmo trocar de posição, ou seja, em uma forma de mobilidade ideológica. A partir desta possibilidade surgem as hipóteses de indeferimento da lógica de díade na política, o que parece pertinente já que em tempos de crise é comum a negação dessa lógica por expressiva parte da população.

Apesar de concordar com finalidade da diferenciação tradição e emancipação, Bobbio (2011) ressalva que ambos não são exatamente antagônicos, para o autor o exato oposto de tradição seria inovação e quanto à emancipação seu antônimo mais adequado consistiria em imposição.

Certamente, ambas as duplas de contrários (tradição-inovação, imposição-emancipação) terminariam por repropor a distinção habitual, não muito original, entre conservadores e progressistas, considerada, ao menos idealmente, como própria do sistema parlamentar, como divisão principal entre dois grupos de parlamentares contrapostos. (BOBBIO, 2011, p. 100).

Assim, Bobbio (2011) afirma que a dualidade tradição e emancipação apresentam valoração positiva, ignorando desta forma a necessidade de contraposição que os termos sugerem. Deste modo, o autor seleciona a contraposição presente entre progressismo e conservadorismo, tais termos alcançam o objetivo de diferenciação sem criar aparentes incoerências.

Confrontando ainda aquele panorama italiano, Bobbio (2011) apresenta as considerações de Galeotti (1984). A autora nutre simpatias ao pensamento liberal e apresenta um critério de diferenciação baseado na contraposição de luta pela igualdade, no que tange a esquerda por um sentido, e hierarquização, no que concerne a direita por outro. Bobbio (2011) se atenta ao fato de Galeotti (1984) contornar o uso do antônimo lógico da palavra igualdade,

ou seja, a desigualdade. Para ele isso configuraria em uma tentativa de aliviar uma dimensão negativa do pensamento liberal econômico, associado a direita.

De qualquer maneira, a hierarquização no caso ocorreria a partir de duas possibilidades. Uma por meio do livre mercado em conjunto à propriedade privada, ao qual seria bem tolerável frente ao segundo tipo, que envolve uma hierarquia legitimada por um inegalitarismo autoritário, emergida de uma sociedade ditatorial. A partir deste ponto de vista a discussão entre direita e esquerda se dilui, uma vez que sociedades de direita e de esquerda podem ambas culminar em tal possibilidade.

Uma última leitura é realizada por Bobbio (2011) nessa perspectiva, essa se dá a partir de Ravelli (1990). Para este, direita e esquerda não se configuram como conceitos absolutos, sempre serão relativos a partir do contexto e tempo de cada local. Para chegar a tal argumento ele usa como exemplo as transformações da própria esquerda com o passar dos últimos três séculos, a qual transita do movimento liberal para o democrático após a Revolução Francesa e, posteriormente, para o socialista poucas décadas depois. Da mesma forma, Ravelli (1990) coloca nichos ideológicos menos mobilizáveis em discussão, como as religiões ou concepções políticas mais rígidas, a exemplo do catolicismo e do liberalismo.

A partir de tal observação, pode-se reconhecer de fato que determinadas ideologias podem ser identificadas com uma extremidade política mais dogmática, mas nem sempre serão reconhecidas como ideais irrefutáveis por todo o espectro que objetivam se alocar. A não unanimidade teórica do conteúdo referente a direita ou esquerda acarretam por relativizar ainda mais a noção da consciência, seja essa individual ou coletiva.

Na ciência política é bastante conhecido o fenômeno do “esquerdismo” [“sinistrismo”] tanto quanto o fenômeno simétrico do “direitismo” [“destrismo”]. Segundo os quais a tendência ao deslocamento para as posições extremas tem por efeito, em circunstâncias de particular tensão social, a formação de uma esquerda mais radical à esquerda da esquerda oficial, e de uma direita mais radical à direita da direita oficial: o extremismo de esquerda desloca a esquerda mais para direita, assim como o extremismo de direita desloca a direita mais para a esquerda. (BOBBIO, 2011, pp. 108-109).

Na prática componentes da esquerda e da direita estão sempre se movimentando ideologicamente, principalmente em razão de tensões sociais, estas provocadas por vezes a partir de crises econômicas vindas das instabilidades do sistema capitalista. Deste modo, determinadas alas de ambos os espectros ideológicas se direcionam ao extremismo, assim como outras, por não concordarem com determinados radicalismos, se norteiam ao centro. Nessa explanação, ser de esquerda ou de direita, constituiria estar posicionado nessas mesmas direções



em relação a algo ou alguém. Tal argumento, ainda que teórico, corroboraria com a mobilidade ideológica.

Ravelli (1990), a partir dessa última pressuposição, delimita as distinções entre direita e esquerda por meio de cinco dimensões. A primeira seria a do tempo, com a dualidade do progresso e da conservação; a segunda seria do espaço, com a igualdade e desigualdade; a terceira seria dos sujeitos, com autodireção e heterodireção; a quarta seria da função, com classes inferiores e classes superiores; a quinta, por fim, seria do conhecimento, com o racionalismo e irracionalismo.

Entretanto Bobbio (2011) ressalva que ao confrontar a possibilidade de se preencher a direita e esquerda com tais critérios, percebeu-se que igualdade e desigualdade seria a raiz genética de todas as outras dualidades de Ravelli (1990). Essas diferenças são passíveis de sobreviver ao tempo com o mesmo sentido, sendo ela, portanto, a base da definição, ou da diferenciação, da direita e da esquerda.

Bobbio (2011) entendeu ser pertinente uma consideração aprofundada quanto à igualdade e desigualdade, portanto. A noção de igualdade para ele seria relativa, uma vez que tal concepção dependeria dos sujeitos envolvidos, do conteúdo a se compartilhar e dos critérios de divisão. Em um pressuposto igualitarista primário ocorreria a percepção de uma sociedade extremamente igual em todos os seus setores, nesse ajuste o autor destaca a utopia exercida nesses moldes de pensamento. Inclusive pontuou uma injustiça na concepção, já que os seres são desiguais em suas necessidades.

A sociedade igualitária, o que é diferente do igualitarismo, pregaria um ponto de vista distinto, já que objetiva reduzir as desigualdades existentes a ponto de eliminar as necessidades. É improvável a eliminação de todas as desigualdades presentes, elas são parte do natural e do social, sendo que, nesse último caso poderiam ser retificadas pontualmente. Havendo um sistema político que mediasse essas correções, sempre haveriam aqueles mais influentes que outros, ainda que em um grau não consciente.

Disso decorre que quando se atribui à esquerda uma maior sensibilidade para diminuir as desigualdades não se deseja dizer que ela pretende eliminar todas as desigualdades ou que a direita pretende conservá-las todas, mas no máximo que a primeira é mais igualitária e a segunda é mais inigualitária. (BOBBIO, 2011, p. 119).

Esse contraste que se constitui na significação da direita e da esquerda, reforça-se na própria desigualdade. A própria existência da dualidade cria relações políticas que corroboram com o debate para maior ou menor atenção ao problema. Existem os indivíduos que consideram

natural as diferenças hierárquicas no âmbito humano e aqueles que enxergam a desigualdade como social, desta forma podendo ser eliminada. O que é social poderia ser corrigido, o natural não, o que fica em um espaço cinzento é que essas perspectivas não são indivisíveis, a natureza não deve ser dimensionada sem a atuação do trabalho humano.

Aliados ao ideal de igualdade, outros valores são buscados também como finalidade de sociedades que procuram ser mais justas. A liberdade se configura como um desses valores e se encontra no debate político como ferramenta de governabilidade, tanto nos desejos da sociedade e quanto na não interferência na economia. O lema da Revolução Francesa buscava a liberdade, assim como a igualdade e a fraternidade. Todavia, todos esses termos carecem de uma definição irrefutável, todos são conceitos passivos de interpretação. (BOBBIO, 2011).

O contexto da liberdade sugere uma contraposição com a noção de autoridade, o livre-arbítrio pleno é barrado pelas restrições das leis. Tanto o indivíduo quanto a sociedade estão limitados a exercer até onde a legislação lhes permitem ir. Para Bobbio (2011) há momentos em que liberdade e igualdade caminham em conjunto, contudo em alcance parcial, em outros se tornam termos diametralmente antagônicos, isso a partir de um sistema político autoritário.

A partir desse exemplo Bobbio (2011) vai além quando observa que sociedades que procuram estabelecer o igualitarismo a partir da influência do Estado, impondo que todos tenham as mesmas condições de estudo, trabalho, e outras possibilidades, culminam por ferir a liberdade dos mais abastados, aos quais não teriam a oportunidade de escolha no meio privado, enquanto que os pobres perderiam uma opção de escolha apenas potencial, não refletindo concretamente em perda em grande escala. Porém, em uma economia de livre mercado a mesma liberdade de escolha continuaria restrita na camada social mais pobre, já que esta tem como obstáculo seus próprios recursos financeiros.

Nesse sentido, o autor estabelece sua própria conceituação de direita e de esquerda. Termos os quais se definem a partir de dois critérios compostos com a complementaridade de seus extremos antagônicos, a liberdade-autoridade e igualdade-desigualdade. Sob tal perspectiva Bobbio (2011, p. 135) escreve que:

Estes são dois critérios fundamentais para que, combinados, servem para estabelecer um quadro que preserve a contestada distinção entre direita e esquerda, e ao mesmo tempo responde à bem mais difícil objeção de que são considerados de direita e de esquerda movimentos não homogêneos como, à esquerda, comunismo e socialismo democrático, e, à direita, fascismo e conservadorismo.

É pertinente salientar que esses termos se combinam no que toca a interpretação de diferentes direitas e esquerdas. Assim, Bobbio (2011) delimita quatro categorias, duas mais à

direita e outras duas à esquerda, conforme apresenta o quadro 3. Ele o faz de forma prática para classificar diferentes ideologias políticas que de um espectro, à esquerda, combinariam-se com o ideal de igualdade e em outro extremo com a desigualdade, à direita.

Quadro 3 - Espectro políticos segundo critérios de igualdade-desigualdade e liberdade-autoridade

<b>Espectros políticos</b>	<b>Crítérios de distinção</b>	<b>Exemplos</b>
<b>Extrema-esquerda</b>	Igualitários e autoritários	Jacobinismo e comunismo <sup>8</sup>
<b>Centro-esquerda</b>	Igualitários e libertários	Social-democracia
<b>Centro-direita</b>	Inigualitários e libertários	Conservadorismo
<b>Extrema direita</b>	Inigualitários e autoritários	Nazismo e fascismo

Fonte: Bobbio (2011), adaptado pelo autor.

Portanto, entre os critérios de distinção, a autoridade pode estar presentes tanto na direita quanto na esquerda, sendo utilizados para se diferenciar as concepções mais extremistas daquelas mais moderadas. O elemento de distinção factual está na possibilidade de maiores ações em sentido ao igualitarismo ou não.

Essa forma de se compreender a direita e a esquerda de Bobbio (2011) é semelhante à empregada por Bresser-Pereira (1985), este, assim como o primeiro, encontra quatro definições com espectros mais moderados e extremistas. O economista brasileiro identifica também quatro espectros políticos, dois mais radicais e outros dois mais moderados em cada âmbito de polarização.

No entanto, diferente de Bobbio (2011), Bresser-Pereira emprega, três formas de abstração da compreensão dos sujeitos atuantes na macroeconomia e quatro critérios de diferenciação para identificação dos lados de cada ideologia polarizante. Esses elementos de interpretação resultam na distinção do progressismo e do conservadorismo, aos quais serão abordados doravante.

Ao estabelecer uma visão social da economia, Bresser-Pereira (1985) a condiciona às interferências ideológicas da sociedade. A partir dessa ótica, o autor entende que existem várias configurações econômicas, delimitadas também por várias ideologias. Essas para ele seriam revolucionárias, progressistas, conservadoras e reacionárias. As duas primeiras são alocadas à esquerda política enquanto que as duas últimas integrariam o âmbito da direita, a diferenciação básica se daria a partir dos meios para se atingir suas finalidades.

<sup>8</sup> O comunismo exposto pelo autor se refere aos sistemas colocados em prática, denominados também de socialismo real, não àquele teorizado no século XIX. (MARINI, 1998).

O conservador é aquele que pretende antes conservar do que reformar a ordem estabelecida. É aquele que aceita reformas apenas a muito longo prazo. É quem põe a ordem acima da justiça. É quem parte do pressuposto de que as classes dominantes – que representam a ordem estabelecida – possuem o monopólio do conhecimento, da cultura, da verdade, da racionalidade e da própria justiça. Diferentemente do reacionário, ele aceita e até favorece a mudança social, desde que esta não represente qualquer risco para a ordem. (BRESSER-PEREIRA, 1985, p. 6).

A perspectiva de conservador e reacionário são contrapostas no mesmo sentido que Bobbio (2011) faz com a centro-direita e a extrema direita respectivamente. Para Bresser-Pereira (1985) o conservador é aquele que se compromete com a ordem, ainda que essa seja desigual, reconhece a importância de sua instituição sob determinações democráticas. Assim, ainda que prefira preservar o sistema vigente, reconhece a possibilidade de reformas para mantê-lo coeso, desde que se conserve o status social das camadas hegemônicas. Por outro lado:

Progressista é quem está mais preocupado com a justiça do que com a ordem. É quem quer transformar o mundo, torna-lo mais igual, mais justo e mais livre. É quem reconhece que a racionalidade pode também estar com os trabalhadores e as classes médias, e que a justiça está geralmente – mas não necessariamente – com eles. Diferentemente do revolucionário, ele não acredita que o critério de verdade seja o trabalhador – o proletariado –, nem imagina que a revolução seja a solução dos problemas econômicos e sociais. Sabe que a revolução leva muitas vezes à ditadura e ao retrocesso econômico. (BRESSER-PEREIRA, 1985, p. 6).

A interpretação de Bresser-Pereira (1985) quanto ao posicionamento progressista apresenta semelhanças de Bobbio (2011), as características apresentadas convergem com a sua definição de centro-esquerda. Uma esquerda reformista que refuta, ou desacredita, quanto à perspectiva de uma revolução trabalhadora, já que essa pode se configurar em uma possibilidade autoritária e conseqüente prejuízo para a democracia.

Ainda que não use exatamente os mesmos critérios de definição que Bobbio (2011), Bresser-Pereira (1985) corrobora com os aspectos de igualdade-desigualdade ao citar o pressuposto de permanência da ordem vigente para o conservador. Observa-se que esse ordenamento é hierarquicamente hegemônico, ou seja, a conservação almejada é para que as classes burguesas permaneçam no topo da pirâmide social, o capitalismo poderia ser modificado desde que fosse para preservar essa lógica de desigualdade. Bresser-Pereira (1985) o faz também ao citar a busca por justiça social, essa no caso dos indivíduos progressistas, de modo que tal condição representaria uma realidade mais igualitária.

Já nas contraposições postas no extremo tanto da direita quanto da esquerda estão os termos revolucionários e reacionários. A revolução seria a ditadura do proletariado, ao qual o ideal de igualdade ocorreria por meio da perda da liberdade. O reacionarismo significaria uma

concepção radical de não aceitação de qualquer diferenciação cultural, étnica ou social, essa rejeição se traduz na opressão de minorias, caso análogo ao fascismo.

Bresser-Pereira (1985) cria essas distinções a partir do estudo das ciências econômicas, a partir desse campo desenvolveu critérios diferenciação para as ideologias progressistas e conservadoras. Portanto, para ele existiria a economia conservadora e a economia progressista, as duas divisões tentariam se arranjar em um espectro político mais centralizado, isso por ambas entenderem que os radicalismos revolucionário e reacionário prejudicariam o fluxo socioeconômico. A apreciação dessas economias se daria por meio do que o autor denominou de planos de abstração, esses seriam três: teoria econômica básica, análise macroeconômica e política econômica.

Primeiramente, a partir da teoria econômica básica, Bresser-Pereira (1985) entende que existe uma contraposição dentro da teoria do valor, a qual é interpretada de modo diferente conforme o viés ideológico do economista em questão. Do ponto de vista progressista a origem dos preços e dos salários é o trabalho, do ponto de vista conservador é a utilidade marginal.

No primeiro caso, a força de trabalho define a intensificação da produtividade gerando a mais valia. No segundo, a produtividade marginal adiciona outros insumos de referência para se obter o lucro, em outras palavras poderia ser: investimento em mais unidades produtivas, variação no preço das propriedades, do custo dos equipamentos e volume do exército de trabalhadores, ao qual incide no maior ou menor valor dos salários. (MOSELEY, 2013).

Bresser-Pereira (1985) entende que a contraposição ideológica da teoria do valor se mantém em um certo nível de intangibilidade, ou seja, ela se encontra no âmbito acadêmico das ciências econômicas em um constante debate, sem consenso majoritário. Contudo, ao entrar no segundo plano de abstração é posto em evidência o papel macroeconômico do Estado. Esse último deveria ser para os economistas progressistas um fator de regulação para as relações de trabalho e dos processos produtivos. Além disso também teria como papel ser subsidiador, mantenedor do bem estar social – o que economicamente cria um valor de remuneração indireta e consequentemente circulação de capital – e regulador das deformações desiguais da economia. Para os conservadores o sistema econômico se auto gerencia, sem necessidade das referidas interferências estatais. Sobre isso:

O economista keynesiano ou keynesiano-marxista nega estas ideias a partir da verificação empírica de que, de um lado, existem crises e desemprego, inflação e desajuste cambial, e, de outro, a partir da afirmação teórica de que estes desequilíbrios decorrem do caráter intrinsecamente imperfeito do mercado capitalista, caracterizado por grandes oligopólios e monopólios empresariais e sindicais. (BRESSER-PEREIRA, 1985, p. 8).

Por outro lado, os conservadores contra-atacam o argumento da natureza instável do mercado acusando o Estado de corroborar tais deformações com suas intervenções. O controle econômico autorregulado seria a consequência natural para eles, caso os Estados administrassem adequadamente seus gastos públicos. Para Bresser-Pereira (1985) esse ponto de vista até faria sentido, no entanto os liberais situados na política legislativa e executiva passam a interferir via Estado para incentivar ainda mais a acumulação privada, comprometendo assim a arrecadação pública. Exemplos não faltam, como os vários casos de desonerações fiscais e de subsídio, todos dados em excesso a alguns ramos privilegiados da economia.

Doravante, tem-se a política econômica como o terceiro plano de abstração. Ela é definida a partir de três fatores: a estabilização, o aumento da produção e a distribuição de renda. No viés conservador, chamado também de monetarista ou neoclássico por Bresser-Pereira (1985), a estabilização sempre será prioritária em relação à produção e renda, sendo ainda a produção fator mais importante que a renda. Na orientação progressista, chamada também de keynesiana, keynesiano-marxistas ou estruturalistas pelo autor, a distribuição de renda seria prioritária, já que resulta em demanda de produção e, por último, a consequente estabilização econômica.

Ainda dentro da política econômica, é válido ressaltar que tal abstração é responsável pela criação de medidas específicas em momentos de crise, ou seja, estabelece-se a definição de metas quanto à inflação e desemprego. No âmbito conservador a relação pleno emprego gera elevada inflação, sendo o arrocho salarial e corte de gastos a medida mais viável à volta da estabilização. Já para os progressistas, nem sempre a relação ocorre dessa forma, como o capitalismo situa momentos de crises que são cíclicos, ocorrem fases de elevado desemprego e de inflação. Nesse caso, com uma perspectiva mais abrangente, é possível delimitar medidas mais favoráveis à população trabalhadora, todavia:

O risco do economista progressista, entretanto, é não perceber que, em certos momentos, não há outra alternativa senão trabalhar com a ideia da escassez e da permuta. É não perceber que só em condições especiais de levado desemprego é possível aumentar ao mesmo tempo lucros e salários, é possível promover o crescimento e ao mesmo tempo combater a inflação. Se ele não tem essa percepção, arrisca a levar o sistema econômico ao desequilíbrio, ao desajustamento. (BRESSER-PEREIRA, 1985, p. 10).

Em determinados momentos o desequilíbrio econômico não poderia ser evitado com a distribuição de renda ou investimento na produção e essa possibilidade deveria ser prevista pela

equipe econômica governamental. Contudo, muitas vezes, conforme ainda Bresser-Pereira (1985), percebeu-se que governos de orientação conservadora conseguiram ser piores em suas intervenções econômicas do que os progressistas naquela situação. De qualquer modo, a seguir, o quadro 4 ilustra os planos de abstração para diferenciação do progressismo e do conservadorismo na prática econômica.

Quadro 4 - Ideologias por planos de abstração

<b>Planos de abstração</b>	<b>Progressismo</b>	<b>Conservadorismo</b>
<b>Teoria econômica básica</b>	Valor do trabalho	Utilidade marginal
<b>Análise macroeconômica</b>	Estado regulador	Mercado autorregulado
<b>Política econômica</b>	Distribuição de renda	Estabilização

Fonte: Bresser-Pereira (1985). Organizado e adaptado pelo autor.

Os critérios de abstração exemplificados no quadro 4 refletem as dimensões ideológicas de cada sujeito atuante nos âmbitos socioeconômico e político. Do ponto de vista progressista se constitui expressivamente o trabalho como fonte real de produção de capital. Têm-se o Estado como fator regulador para reduzir relações demasiadamente desiguais decorrentes do capitalismo, tais medidas realizadas de forma competente culminariam em redução da desigualdade por meio de uma maior distribuição de renda.

Em contrapartida, ainda conforme o quadro 4, os conservadores enxergam o lucro capitalista como uma consequência marginal que vai além da produção efetiva do trabalho humano. Assim, as tecnologias, preço das matérias-primas e a implantação de mais unidades produtivas seriam as principais causas da diferença final representada em forma de mais-valia. Macroeconomicamente, o mercado deve regular produção e preços, sem maiores interferências estatais, de forma que, tais ações realizadas de maneira competente pelo gestor governamental culminariam em uma economia estável. Ressalva-se que tal estabilidade estaria mais inserida na conjunção da acumulação de grandes corporações capitalistas, uma vez que a desigualdade social aumentaria significativamente.

Além dos três critérios de abstração Bresser-Pereira (1985) legitima outros fatores responsáveis por uma diferenciação, tanto política quanto econômica, no âmbito do progressismo e conservadorismo. Assim, pode-se alcançar diferenças nas áreas da produção, distribuição, relações externas e inflação.

Quanto à capacidade produtiva de um Estado, ela pode ser considerada intervencionista ou livre. Uma intervenção estatal na produção que tenha como finalidade a distribuição de renda e melhora da qualidade de vida da população é considerada progressista. Nesse sentido, toda a

visão de não intervencionismo é considerada mais conservadora, entretanto existem formas de interferência governamental que se configuram em conservadorismo, quando tal situação ocorre para beneficiamento da iniciativa privada. Essas deformações da atuação do Estado podem criar alguns paradoxos, como períodos de necessidade de privatizações, só justificáveis com uma real ineficiência estatal e condenação de subsídios que mais geram monopolização, do que distribuição de renda para a economia. (BRESSER-PEREIRA, 1985).

O fator distribuição se refere especificamente a questão da renda, o indivíduo só será progressista se estiver a favor de uma distribuição mais equitativa. O conservador, por sua vez, entende o mercado como fator responsável pela distribuição, de forma que, nos moldes do capitalismo, configura-se de modo desigual. Porém, é necessário colocar em relevo o fato de que distribuir renda com valorização de salários e programas sociais sem elevar a inflação ou as taxas de juros é possível com o acompanhamento do aumento da produção. Tal governabilidade não só é possível como é realidade nos Estados de bem estar social, onde as taxas de juros são elevadas em progressão e ainda mantém a produtividade. Consequentemente, mantém-se tanto a estabilidade econômica quanto a qualidade de vida social. (BRESSER-PEREIRA, 1985).

No âmbito das relações exteriores o comprometimento da tendência progressista está em uma menor subordinação às nações com mais desenvolvimento socioeconômico, caso de Estados Unidos e países da União Europeia, e maior interesse em seus pares menos desenvolvidos, caso de Brasil e os outros Estados da América Latina. Esse tipo de relação implicaria em três consequências importantes para políticas internacionais mais autônomas, as quais seriam: diminuição da necessidade de empréstimos internacionais, estratégias próprias de combate à inflação e reajuste de preços e maior soberania na negociação do pagamento dos juros das dívidas externas. Tornadas palpáveis tais consequências, a capacidade de investimento em setores que possam gerar distribuição de renda seria muito maior, a exemplo da esfera produtiva. (BRESSER-PEREIRA, 1985).

Em contraposição a tais medidas, o economista conservador tende a se alinhar às políticas exteriores dos países mais desenvolvidos. Essa são baseadas exacerbadamente no comprometimento ao pagamento das dívidas externas e ajustes fiscais para garantir o recebimento contratual dos débitos públicos, isso com baixa margem de renegociação.

Bresser-Pereira (1985) exemplifica essa situação a partir do vasto financiamento internacional direcionado à América Latina a partir dos anos de 1960. Em contrapartida, décadas mais tarde, foi exercida grande pressão por parte dos bancos credores para reajustes econômicos com o intuito de garantir o recebimento estabelecido contratualmente. O resultado



desse cenário é a crise da dívida a partir de 1982. Ela iniciou-se no México e reverberou pela América Latina concebendo anos de estagnação. No Brasil essa fase econômica ruim ficou conhecida como a “década perdida”.

As diferenças existentes entre conservadores e progressistas ocorrem também com seus entendimentos e adequações para controle de inflação. Como Bresser-Pereira (1985) escreve, de forma dogmática os conservadores a entendem como consequência do excesso de demanda, já os progressistas como excesso de moeda. De um modo geral, existe relação com as duas possibilidades, porém há outros fatores que podem interferir em maior ou menor grau na questão.

Há formas de inflação associadas ao monopólio de mercado, essas são chamadas de autônomas. Bresser-Pereira (1985) aponta que com o aumento dos preços constitui-se a falta de concorrência, nesse sentido podem emergir fatores psicológicos de elevação da inflação. A partir das expectativas ou especulações do mercado, setores econômicos começam a elevar preços pelo fato de que outros também o fazem.

De qualquer forma, a diferenciação maior se delimita a partir dos ajustes de cada programa destinado à superar a situação. Os progressistas apresentam soluções mais diversificadas, exemplificadas por: reajuste de preços, reformas monetárias, oferta de moedas, entre outros. Já os conservadores se limitam a: cortes de gastos e arrocho salarial. (BRESSER-PEREIRA, 1985).

De um modo geral, Bresser-Pereira (1985) entende como formas econômicas principais a dualidade conservadorismo e progressismo, dadas essas em condições democráticas. Ele reconhece a existência das versões radicais das duas modalidades ideológicas, contudo ambas são contraproducentes no que se referem às ciências econômicas. O autor define os radicalismos revolucionários e reacionários como desastrosos para a economia. Nesse aspecto, o quadro 5, ilustrado a seguir, procura definir as diferenças entre o progressismo e conservadorismo.

Quadro 5 - Ideologias por fatores econômicos

<b>Fatores</b>	<b>Progressismo</b>	<b>Conservadorismo</b>
<b>Produção</b>	Intervencionismo	Livre
<b>Distribuição</b>	Equitativa	Desigual
<b>Relações exteriores</b>	Maior autonomia	Menor autonomia
<b>Inflação</b>	Reajustes administrativos	Reajustes no setor trabalhista

Fonte: Bresser-Pereira (1985). Organizado e adaptado pelo autor.

Conforme o quadro 5, são opostas as características indicativas de cada espectro polarizante no que concerne aos movimentos de produção, distribuição de renda, relações exteriores e inflação. O progressismo entende que a produção pode evoluir e incentivar maior distribuição de renda quando o Estado intervir, essa ação realizada equitativamente aqueceria o consumo e incentivaria o aumento da produção resultando na geração de empregos a médio e longo prazo. Já a maior autonomia nas relações exteriores comportaria acordos mais saudáveis na negociação das dívidas públicas e pactos comerciais vantajosos. Por fim, os ajustes referentes à inflação permeiam competências administrativas que objetivam evitar maiores prejuízos à população, de forma que os preços poderiam se manter compatíveis aos salários.

Por outro lado, o conservadorismo entende que o setor produtivo deve ser livre para incentivar a competição entre os agentes do setor privado, mesmo que esta competição favoreça mercados externos. A distribuição desigual dos recursos é uma consequência da disparidade do compartilhamento dos capitais resultantes da produção, essa distância entre classes prejudica o poder de compra do consumidor de menor renda, a longo prazo tal situação retornaria em menor consumo para o próprio setor produtivo em uma espécie de ciclo. Defende-se um alinhamento exterior com países de maior desenvolvimento, esses costumam defender acordos que incentivem menores barreiras protecionistas para facilitar a entrada de seus produtos nos países de menor desenvolvimento. Positivamente tecnologias mais avançadas ficam disponíveis com preços menores, negativamente a indústria local fecha por não ter potencial tecnológico, nem produção em escala que permita competir em condições de igualdade com os produtos importados. Por fim, as medidas defendidas para se barrar o avanço da inflação se dão a partir do corte de investimentos e menor valorização salarial, em teoria esses ajustes seguram a inflação a partir do menor poder de compra da população e possível elevação do desemprego, com menor capital circulando a queda dos preços seria uma consequência.

Observa-se que Bobbio (2011) e Bresser-Pereira (1985) apresentam denominações distintas para o que entendem por esquerda – ou progressismo – e direita – ou conservadorismo. Entretanto, ao cruzar seus critérios de distinção, muitos elementos se convergem, aos quais é pertinente relevar o fator igualdade e desigualdade (BOBBIO, 2011), ou ainda justiça social e manutenção da ordem (BRESSER-PEREIRA, 1985).

Ambos autores concordam a partir da análise de suas explanações que o posicionamento da esquerda é mais progressista por almejar mais equidade por meio da justiça social, ainda que esse intuito possa culminar na perda da democracia em suas formas mais extremistas. Do outro lado, eles também consentem que a direita é mais conservadora e objetiva manter a ordem que se normatizou nos últimos dois séculos, tal ordenamento privilegia as classe hegemônicas por

meio da monopolização do livre mercado, materializando grandes desigualdades sociais. Nesse último caso, só refutariam uma perspectiva da radicalismo conservador se esse de algum modo interferisse em seu *status quo*.

Reitera-se que o objetivo dessa seção é apresentar as diferentes noções de ideologias conservadoras e progressistas. Deste modo, conforme Bresser-Pereira (1986), o capitalismo cria necessidades que vão além da subsistência do ser humano, a manutenção do sustento digno é um dos subterfúgios para a transição ideológica. Já os aspectos conservadores tendem a alimentar a procura da manutenção da ordem vigente, enquanto que o progressismo aspira aquilo que é essencial para a justiça social.

As noções de progressismo e conservadorismo, assim como as de direita e esquerda, são também relativas ao que se pode constituir em uma perspectiva acadêmica, mas puderam ser melhor situadas com suas pretensões na sociedade. Já no senso comum a compreensão dos indivíduos é diferente, essa dimensão social não deve ser um fator colocado em primeiro plano em uma tese acadêmica. A maior parte dos sujeitos habituados a esse cotidiano utilizam em maior escala os termos direita e esquerda, vocábulos aos quais se notabilizaram pejorativamente nas últimas décadas. Desta forma, utilizar-se-á de forma mais recorrente os conceitos de conservadorismo e progressismo para designar a mobilidade ideológica.

A população tem as bases ideológicas direcionadas para estas duas concepções a partir do que ela mesma considera importante para sua vivência, bem como o que acredita ser para melhorar ou manter sua qualidade de vida. É pertinente recordar que essas duas vertentes subdividem-se em escalas mais extremistas ou centrais. Assim, quando uma atuação política, seja ela de ideologia conservadora ou progressista, tende a lhes beneficiar, o grupo de indivíduos inclinar-se-ão para a proposta que lhes forem mais conveniente.

As relações de natureza social são dinâmicas e interferem de forma direta nas transformações espaciais. As condições as quais a população em geral vive estão relacionadas principalmente com acesso à renda, saúde, infraestrutura, educação e previdência social. Estes direitos, e o maior ou menor acesso a eles, tangenciam a afinidade que os cidadãos podem adotar ao se nortear ou distanciar de determinada ideologia política. Isso porque, subjetivamente, estão condicionados a desejos, necessidades, limites, mecanismos psíquicos e o seu próprio conhecimento prévio, como destaca Ramonet (2002) e Adorno (2014). A manipulação das reais ou aparentes necessidades da população podem gerar uma reação em massa com consequências políticas significantes, interferindo no espaço construído e nos territórios.

As necessidades de uma determinada população estão diretamente adjuntas às condições econômicas de seu país. Bresser-Pereira (1985) destaca que alguns conservadores tendem a

aceitar mudanças sociais, desde que não interfiram em seu papel enquanto elite. Por outro lado, alguns progressistas não creem, necessariamente, na revolução socialista como forma de justiça, já que as consequências poderiam resultar em retrocesso social e econômico, como uma ditadura nos moldes do stalinismo. Ao recordar isso, ambos espectros observam outras alternativas para o estabelecimento de uma melhor distribuição de renda ou de favorecimento ao mercado. Portanto, ambas as formas de pensar podem fugir do extremismo reacionário ou revolucionário e, até determinado momento, conseguem agradar a maioria da população e as elites.

A economia tem papel fundamental no que se refere a estes fatos. O estabelecimento de medidas que agradem a população de um modo geral são implantadas em momentos de crescimento econômico e com disponibilidade de capital para o mercado e para a sociedade. Mais de uma classe social pode tirar proveito de uma fase de prosperidade. Contudo, o capitalismo é constituído de crises cíclicas que tendem a estancar recursos quando a entrada de capitais tende a decair. Com a diminuição dos níveis de investimento, muitos perdem recursos econômicos ou itens de subsistência. (BRESSER-PEREIRA, 1986).

Neste sentido, ao subtrair-se tais benefícios, as classes sociais podem, subjetivamente, mudar ideologicamente de pensamento. Mesmo que não seja algo consciente (ADORNO, 2014), o indivíduo ou estes em conjunto, podem ser levados a acreditar que perderão direitos sob influência de atores sociológicos diversos, como mídia, aparelhos ideológicos do Estado e classes hegemônicas.

Reforça-se que o capitalismo tende: em primeiro, a acelerar a economia em períodos de crescimento econômico e maior disponibilidade de capital, favorecendo ideologias políticas progressistas que beneficiem tanto a população em geral quanto as elites; em segundo, nos períodos de crise, a suscitar recessão econômica, elevar a vulnerabilidade social e sobressair outras ideologias mais conservadoras. Ambas situações interferem, no decorrer do tempo, nas questões sociais, econômicas e conseqüentemente na produção do espaço geográfico.

Desta forma, a finalidade doravante é evidenciar o processo de transição ideológica da população, assim como suas conseqüências sociais e espaciais na realidade, assim como sua consolidação por meio da mobilidade ideológica. Para tal, a próxima seção desta pesquisa pretende apresentar as relações das crises sistêmicas do capital com a emergência da mobilidade ideológica. As interferências da economia capitalista são significativas para fases de crescimento ou recessão, não somente no que se refere aos números da macroeconomia, mas também na qualidade de vida da população. Assim, dependendo da conjuntura os eleitores

estabelecem apoio a uma oposição que se coloque como a solução para aquele momento instável.

#### 1.4 O CAPITALISMO E SEU ENCADEAMENTO PARA A MOBILIDADE IDEOLÓGICA

A finalidade desta última seção da parte I é discorrer o sistema capitalista. Esse intuito é justificável em razão da hipótese de que suas crises cíclicas recorrentes podem se configurar como o estopim para os eventos que se consolidam posteriormente na mobilidade ideológica. Reforça-se que a mudança de perspectiva da população também abrange outros fatores, todavia, a gênese do processo ocorre a partir de uma economia pouco fluida em suas demandas de reprodução de capital e, conseqüentemente, instável para a seguridade dos mais vulneráveis. O processo resulta em declínio nas referências de qualidade de vida da maioria, inclusive da classe média.

O desconhecimento do funcionamento do capitalismo, e do fato de serem parte intrínseca dele, faz com que as pessoas direcionem a problemática, que em facticidade é sistêmica e dirigida por uma elite capitalista, para o âmbito político administrativo. Assim, elas não identificam, de modo reflexivo e crítico, a gênese ocasionada por fatores externos à realidade local as quais podem vir do topo da pirâmide social ou da macroeconomia. (SOUZA, 2017).

A ignorância quanto ao funcionamento econômico intensificam os discursos repreensivos da oposição aos quais podem ascender ao poder em um novo ciclo de recuperação, essa última também ocasionada principalmente por fatores exógenos. Portanto, as manobras políticas internas possuem baixo alcance macroeconômico em caso de depressão e esgotamento de uma fase sistêmica. A reprodução de capital se reinventa a partir de suas ondas ou crises cíclicas até um novo esgotamento, deste modo outra oposição se aproveitaria para elevar-se ao protagonismo político, o que ocorreu a exemplo do século XX, oscilando entre estas as fases de produção keynesiana e a especulação financeira do neoliberalismo. (BRESSER-PEREIRA, 2010).

Para a afirmação dessas indicações, este recorte será dividido em duas subseções para as considerações de seu escopo, ou seja, confirmar a lógica do capitalismo como origem primordial da mobilidade ideológica. Assim, em uma primeira etapa abordou-se a origem histórica do sistema, bem como seu significado conceitual. Em um segundo momento, desenvolveu-se uma análise exploratória quanto à evolução de suas crises sistêmicas no mundo

durante o contexto do século XX, as quais permitiram mudanças em distintas realidades nacionais. Assim, colocou-se em consideração como exemplo, ainda que brevemente, algumas consequências da depressão de 1929 e das crises do petróleo dos anos de 1970 no Brasil e nos Estados Unidos, isso para demonstrar as instabilidades geradas pelas vicissitudes econômicas e as possíveis mobilidades ideológicas.

#### **1.4.1 Origem e definição do conceito**

A expressão capitalismo aparece na primeira metade do século XIX com o intuito de estabelecer as novas organizações de ordem econômica, política e social que passavam a exercer influência no contexto da Europa Ocidental desde a alta Idade Média, ainda que de forma tênue. Antes desse momento, conforme Hobsbawn (1988), o termo havia sido citado sem a significação ao qual se denota na atualidade, ele era utilizado para distinguir aqueles que tinham mais posses dos que os demais, sem entretanto caracterizar uma estrutura econômica sistematizada. Isso só é realizado por Marx em 1867 em *O Capital*, apesar do pouco uso empregado à palavra em si, ela se populariza a partir de então para definir o que se consolidou enquanto sistema hegemônico.

A passagem do sistema feudal para o capitalista apresenta um período de transição denominado Renascimento, nesse último uma forma de individualismo e valorização antropocêntrica coloca em primeiro plano as ações das pessoas por meio do resgate aos valores clássicos da antiguidade, representado por meio das artes e da filosofia, conforme detalha Godinho (2012).

Neste aspecto, de acordo com Proni (1997), apesar do período medieval de economia servil ter durado aproximadamente mil anos, o desenvolvimento comercial passa a ocorrer lentamente a partir do século XI. Tal situação ocorre por meio dos feudos resignificados a partir do ressurgimento das cidades e das trocas comerciais que eram realizadas nos burgos, aos quais permitiram uma tensão incipiente quanto ao modelo de servidão que ainda perdurava. Marx (p. 786, 2017) sobre o assunto escreve que: “A estrutura econômica da sociedade capitalista surgiu da estrutura econômica da sociedade feudal. A dissolução desta última liberou os elementos daquela”. Ele entende, portanto, que o feudalismo é a “pré-história” do capitalismo. Daí a necessidade desta subseção, já que no método aqui empregado é preciso ir à raiz da temática em debate.

Neste aspecto, de acordo com Marx (2017) o atual sistema só teve origem de fato no século XVI com a supressão significativa da servidão e enfraquecimento das cidades autônomas. Entretanto, essa atividade comercial, que vai se estabelecendo de forma latente até o capitalismo moderno, desenvolver-se-á plenamente só no final do século XVIII com a Revolução Industrial, tendo no caminho vários períodos de relativa vagarosidade quanto aos avanços mercantis.

É pertinente, antes de se chegar ao grau mais maduro do capitalismo, considerar alguns fatores que determinaram sua pré-história e outros que prejudicavam uma ascensão mais rápida do sistema. Assim, não era possível na Baixa Idade Média a asseveração de maior liberdade de trocas. A sociedade estamental baseada nas relações de servidão dos camponeses em relação às camadas da nobreza e do clero não permitiam a ascensão de estrutura social, aquele era, portanto, um aparelho sem possibilidade de mobilidade vertical. (PRONI, 1997).

Apesar dessa perspectiva de inércia, o cenário fora estruturalmente estável por mais de cinco séculos, já que havia um acordo habitual introjetado entre as partes. Tal situação ocorria a partir da ideia de proteção por parte da nobreza para os demais estamentos, legitimado pelo direito sagrado e reforçado pelo clero, que, por sua vez, fazia o elo com as camadas servis que passavam a respeitar aquelas tradições. Os servos eram presos à sua terra natal, nela tinham como responsabilidade produzir para os senhores, entretanto incluíam o direito de proteção em caso de invasões, fato corriqueiro que justificava também os muros construídos no entorno dos feudos. (PRONI, 1997).

Para colocar em evidência uma abordagem economicista no período, toda uma cadeia de tradições precisariam ser transformadas, uma vez que o capitalismo necessita do individualismo competitivo e do trabalho livre, elementos que não eram permitidos pelos acordos de servidão e vassalagem estabelecidos na Idade Média. Desta maneira, aquela sociedade deveria se tornar igualitária a partir do que tange os direitos civis, com possibilidade de aparente de escolha individualista quanto à produção material.

Essa relação determinaria uma espécie de livre arbítrio que poderia se traduzir na desvinculação do senhor feudal de modo que, o agora “cidadão livre”, passaria a ser um assalariado e alguns deles no decorrer de tal processo se tornariam os primeiros burgueses. Marx (2017, pp. 786-787) concorda com o argumento quando afirma que:

O produtor direto, o trabalhador, só pôde dispor de sua pessoa depois que deixou de estar acorrentado à gleba e de ser servo ou vassalo de outra pessoa. Para converter-se em livre vendedor de força de trabalho, que leva sua mercadoria a qualquer lugar onde haja mercado para ela, ele tinha, além disso, de emancipar-se do jugo das corporações,

de seus regulamentos relativos a aprendizes e oficiais e das prescrições restritivas do trabalho. Com isso, o movimento histórico que transforma os produtores em trabalhadores assalariados aparece, por um lado, como a libertação desses trabalhadores da servidão e da coação corporativa, e esse é único aspecto que existe para nossos historiadores burgueses.

O que Marx (2017) explana ao final da citação quanto aos historiadores burgueses é a omissão do que ocorria factualmente com os membros do estamento servil. Apesar de livres, deles eram retirados os meios de produção aos quais tinham de utilizar para exercer sua função e manter o acordo que lhes garantia proteção. Apesar da relativa liberdade individual, aqueles indivíduos passam depois a depender de um capitalista para garantir a sua subsistência e a sua segurança fica à própria sorte.

É notório que o movimento de mobilidade em torno do trabalho servil em sentido ao assalariado só vai se solidificar plenamente a partir do século XVIII. Com o advento da Revolução Industrial, tendo esse que ser compreendido como remate do feudalismo na maior parte da Europa. Porém, antes disso, entre a Alta Idade Média e o Renascimento vai ocorrer o que ficou delimitado como a acumulação primitiva. Esse fator econômico vai ser preponderante para permitir a ascensão do sistema atual, já que a questão é a origem da riqueza utilizada como motor do ciclo de reprodução de capital.

[...] a acumulação do capital pressupõe o mais-valor, o mais-valor, a produção capitalista, e esta, por sua vez, a existência de massas relativamente grandes de capital e de força de trabalho nas mãos de produtores de mercadorias. Todo esse movimento parece, portanto, girar num círculo vicioso, do qual só podemos escapar supondo uma acumulação “primitiva” (“*previous accumulation*”, em Adam Smith), prévia à acumulação capitalista, uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas seu ponto de partida. (MARX, 2007, p. 785).

O que Marx (2007) retrata é que a compreensão do capitalismo moderno estabelece a reprodução do capital dentro de um ciclo que se repete a partir da reprodução de capital sobre o próprio, contudo esse movimento não é fechado, uma vez que teria que se originar em algum outro lugar. A gênese do sistema capitalista, portanto, ocorreu fora de sua versão concretizada após o Renascimento, em um período ao qual alguns agrupamentos teriam acumulado riquezas em detrimento de outras camadas sociais a partir de outros meios. Esse acúmulo não se dá a partir da reprodução baseada na expropriação do trabalho humano sob a égide do capital, mas sim na relação de privilégios estabelecidos em forma econômica, no caso do feudalismo.

Neste sentido o autor faz uma crítica quanto ao que foi exposto como origem das relações capitalistas descritas por outros pensadores de sua contemporaneidade. Havia uma



visão idílica da ascensão da burguesia, essa se apresentava assentada em direito e no esforço do próprio trabalho, quando em realidade, conforme concorda também Harvey (2013a), ocorreu a partir de violência e expropriação dos meios de produção e da posse da terra dos camponeses. Elementos esses que as camadas servis detinham em forma de uso, mesmo quando ainda eram ligadas aos senhores feudais.

A transição para o capitalismo foi permitida por meio de ações ilegais a princípio e posteriormente convalidadas pela cooptação do Estado Nacional burocratizado. Desta forma se definiu a ocupação dos solos agrícolas para produção capitalista, o que permitiu institucionalmente a expulsão de milhares de camponeses que passaram a ser mão-de-obra barata para os recentes centros industriais urbanos ascendentes a partir do século XVIII e XIX. Outros elementos juntos às ações do estado, esse influenciado pela burguesia, permitem também a acumulação primitiva. Assim, pode-se afirmar que:

A acumulação primitiva foi um período que englobou uma série de processos interdependentes, quais sejam: a) a valorização do capital no comércio e na usura; b) a expansão da produção de mercadorias e o posterior surgimento do *putting out* e da manufatura; c) a formação paulatina de um mercado transcontinental e o estabelecimento do sistema colonial; d) o aparelhamento administrativo-financeiro do Estado e a adoção de políticas “mercantilistas”; e) a proletarianização dos camponeses e aprendizes, o que exigiu a disciplinarização dos trabalhadores livres e a regulação dos salários como tarefas do Poder Público. (PRONI, 1997, p. 6).

O período de transição que definiu o enfraquecimento do feudalismo consentiu a ascensão de fatores imprescindíveis para os alicerces do sistema capitalista, de forma que ambos coexistiram no período renascentista criando uma série de tensões. Neste aspecto, ocorreu o abandono parcial da lógica de condenação de usura, condenada até então pela Igreja Católica. A Reforma Protestante passou a permitir o excedente na produção sem o discurso moral que reprovava a possibilidade de acumulação, pelo contrário virou um aspecto de valorização resultante do trabalho digno. Em consequência, as manufaturas, conforme evolução do trabalho artesanal, passaram a ter possibilidades maiores de investimento pois proporcionavam a acumulação regulada na maior produtividade das fábricas, isso admitido pelo uso da mão-de-obra assalariada.

Entre os séculos XIV e XV o avanço das técnicas de navegação permitem a exploração por meio do colonialismo, sendo o mercantilismo uma das formas de acumulação permitidas. Não havia condenação por usura em relação à expropriação de populações nativas de outros continentes, esses não eram considerados indivíduos como os europeus, não teriam alma, como

esclarece Luciano (2006). Assim eram sujeitos passíveis de serem usados, mesmo que com meios violentos, sem maiores culpas ou punições para os colonizadores.

Concomitantemente, a ascensão dos Estados Nacionais como fator de regulação burocrática passa a substituir os poderes dos senhores feudais, estes se enfraquecem em detrimento da centralização do poder monárquico absolutista, a qual também têm um período de influência breve determinando o conseqüente fortalecimento da burguesia.

Aqueles cinco fatores referentes à acumulação primitiva colocados por Proni (1997) anteriormente não surgiram ao mesmo tempo em um mesmo local de forma específica, ocorreram em distintas etapas e de formas diferentes. O mercantilismo, a exemplo, vai se posicionar em ocasiões de maior desenvolvimento e hegemonia em locais distantes entre si na Europa Ocidental entre os séculos XIV e XVIII. Assim, pode-se abranger vários focos de progresso de acumulação de capital, ainda primitiva, que foi se deslocando.

[...] das cidades italianas e alemãs para a Península Ibérica (Portugal e Espanha), depois do advento das grandes navegações, passando pelas terras baixas (Holanda) no século XVII, até se polarizar entre França e Grã-Bretanha no século seguinte. A Inglaterra foi, contudo, a nação que reuniu as condições históricas necessárias para a maturação do modo de produção tipicamente capitalista, a partir do que foi chamado de Revolução Industrial. (PRONI, 1997, p. 7).

O que acontecia era uma concentração de riquezas em vários pontos distintos da Europa, todavia sem que todos aqueles fatores principais de acumulação primitiva pudessem se estabelecer ao mesmo tempo no mesmo Estado, não pelo menos até a Revolução Industrial. A exceção ocorreu com a Inglaterra, o Estado conseguiu consolidar todos aqueles fatores de forma incipiente até o início do século XVIII.

Em realidade, a dificuldade dos outros Estados Nacionais em comparação à Inglaterra estava no caso de não conseguirem associar plenamente a burocratização do setor administrativo estatal em favor à classe burguesa, o que se consolidou por meio da Revolução Gloriosa, ali a coroa inglesa perdeu seus poderes absolutos. A Revolução Francesa, reconhecida como o marco divisório do fim das monarquias absolutistas em sentido à ascensão burguesa só vai ocorrer aproximadamente 150 anos depois, os ingleses saíram com larga vantagem em sentido à burocratização estatal quando comparados aos demais europeus.

Neste mesmo contexto histórico, a transição da proletarização dos camponeses ingleses em norteamericanos ao trabalho manufatureiro foi outro componente constituído tardiamente nas demais nações europeias, que, por seu turno, ainda dependiam em demasia do comércio mercantil colonial.

Não havia interesse, portanto, em investimentos preponderantes na produção interna de seus Estados enquanto a exploração das colônias ainda se demonstrassem rentáveis, a exemplo do que efetivaram Espanha e Portugal na África e na América. Além dos dois últimos, haviam outras nações atrasadas, casos de França, Alemanha e Itália, todas ficaram atrás da Inglaterra no desenvolvimento de tecnologias industriais e no capitalismo financeiro imperialista que se sedimentaria no século XIX. (PRONI, 1997).

De acordo com Proni (1997), a consolidação do capitalismo, ainda que presente no mercantilismo, só se finaliza com o surgimento da produção por meio da maquinofatura, ou seja, com a indústria moderna. O que sobrevém a partir de então é a uma significativa transformação nos meios produtivos que teriam, então, a intermediação de equipamentos que denotariam maior produtividade e permitiriam modificações expressivas nas relações de trabalho. Substituiu-se definitivamente o trabalho servil pelo modelo assalariado, situando, assim, a classe operária, trabalhadora de “chão de fábrica” em oposição à burguesa, dona dos meios de produção.

Segundo Hobsbawn (1977), os efeitos da Revolução Industrial são perversos do ponto de vista social, contudo, para as manufaturas gerou aumento produtivo expressivo, o que vai conseqüentemente ampliar a acumulação, desta vez não mais em sua forma primitiva, ela era a partir de então o resultado dos processos de relações capitalistas em seu estado puro. Como efeito desta rápida evolução, o sistema começa a se espalhar pelo continente, chegando a outros países europeus, criando tensões sociais entre o poder estabelecido e o novo que crescia, a exemplo da própria Revolução Francesa.

Portanto, o capitalismo é situado em definitivo, primeiro por meio do uso do capital da acumulação primitiva, gerando mais valia e nova reprodução a partir de então em cima do capital já moderno. Os avanços técnicos e tecnológicos prosseguem rapidamente quando comparadas ao período anterior e se espalham para outros países do continente europeu no próximo centênio, fato que vai ampliar a concorrência entre os Estados que se situaram enquanto mais avançados industrialmente. Conseqüentemente, como expõe Andrade (1997), ampliou-se as tensões na busca por mercados consumidores e matérias primas que já não estavam mais na Europa, o objetivo era o controle econômico de áreas que apresentavam potencial de expansão, isto é, a Ásia e a África.

Como reforça Proni (1997), a Inglaterra se torna a principal força de dominação e expansão dos ideários capitalistas. Após o fim dos conflitos napoleônicos, os ingleses se tornaram a hegemonia do comércio mundial no século XIX, seus produtos manufaturados, principalmente aqueles relacionados à indústria têxtil, eram vendidos com preços competitivos

no exterior, tendo, portanto, pouca concorrência em outros locais. A principal consequência disso foi a abertura de mercados que comprariam mais tarde suas mercadorias.

[...] conforme se desenvolvia o setor de bens de produção, a economia inglesa passou a exportar ferro, carvão, máquinas etc., particularmente em função do surto de construção de estradas de ferro que tomou conta da Europa e dos EUA ao longo do século passado. Ao mesmo tempo, a Inglaterra intensificou suas importações de alimentos e matérias-primas e assumiu a função de principal financiadora do comércio internacional, ajudando a dinamizar o mercado mundial e a fomentar o crescimento econômico de seus parceiros. (PRONI, 1997, p. 13).

A Inglaterra sendo a nação responsável pela liderança do comércio mundial, na perspectiva de ampliar ainda mais as trocas com aqueles mercados consumidores externos, passa a financiar a expansão industrial em outros países, inclusive auxiliando na evolução do setor na França pós-napoleônica e, também, dos ainda não unificados Estados germânicos. O que era um relativo breve período de paz começa a tomar contornos belicosos, uma vez que aqueles países evoluem e passam posteriormente a concorrer pelo acesso a territórios coloniais. Deste modo: “A difusão do capitalismo no século XIX, portanto, significou o surgimento de novas potências industriais, que viriam competir com a economia inglesa e transformar as relações econômicas internacionais” (PRONI, 1997, p. 14).

Medidas protecionistas voltavam a ser aplicadas de forma institucionalizada, situação que não ocorria expressivamente desde o declínio do mercantilismo. Concomitantemente, outros países europeus, como Itália e Bélgica a exemplo, investiam na indústria. Neste sentido, acontecia ainda, fora da Europa, a evolução de Estados Unidos e Japão, o capitalismo chega à sua fase financeira e monopolista, com base na política de exploração imperialista. A busca a partir de então era por mercados que ainda não tinham atingido o mesmo grau de evolução do sistema, pois era onde o capital poderia se reproduzir em maior escala, por meio de novas fontes de matéria prima e consumidores.

Na maior parte do decorrer do século XIX os ingleses impunham o ritmo de crescimento da economia capitalista, porém na década de 1870, como escreve Pochmann (2016), o sistema vai determinar mudanças que reduzem a hegemonia da Inglaterra. Essa última, até aquele momento, constituía uma preeminência sedimentada a partir das relações de produção da primeira fase da Revolução Industrial. Isso com incentivo às trocas livres no comércio interno, com base na concorrência de pequenos negócios e elevada taxa de produtos que fossem adquiridos no exterior. Os demais países não tinham poder de concorrência, visto que suas

indústrias eram pouco produtivas e não tinham condições de competição, porém conforme começaram a alcançar o patamar inglês, passam a enfrentá-los no mercado internacional.

O protecionismo, como já colocado, volta a ser alternativa para proteger a economia entre as grandes potências industriais. Uma das consequências dessa ação são os monopólios nacionais que aparecem sob a forma de trustes, carteis e holdings (PRONI, 1997). A emergência em estar à frente dos demais países resignificou os métodos de produção, bem como a busca de fontes energéticas mais eficientes, essa já era a segunda fase da Revolução Industrial.

Para conseguir manter o nível de investimento que poderia ir além da própria acumulação, prejudicados pela saturação do seu mercado interno, os ingleses abriram suas fronteiras para os produtos importados, reduzindo as taxas alfandegárias, e saíram em busca de novos mercados consumidores. Portanto, o protecionismo se deu com os Estados atrasados no cenário da primeira fase industrial, como coloca Pochmann (2016). Esses países precisaram unir a produção ao sistema bancário para ampliar a capacidade de investimentos, tais transformações se traduzem também em outra fase do capitalismo, ou seja, após suas etapas comercial e industrial inicia-se o período financeiro e monopolista.

Com o aprofundamento da segunda Revolução Industrial desde 1870, a internalização de novos produtos e de grandiosa escala de produção nos setores da energia elétrica, química, petróleo, motor a combustão, aço, entre outros, exigiu maior impulso à concentração e centralização dos capitais. De um lado, o fortalecimento da grande empresa pela força das sociedades anônimas e de outro, a conformação dos fundos de financiamento de médio e longo prazos. (POCHMANN, 2016, p. 31).

Os ingleses precisavam se reestruturar na nova forma do capital para manter a hegemonia, em contrapartida foram os Estados Unidos e a Alemanha que se aprofundaram com mais eficiência na nova fase. Deste modo, ainda que a Inglaterra se sustentasse em sua preeminência econômica, a partir de então passou a ser de fato ameaçada por esses concorrentes no exterior. Diferentemente da Inglaterra, as novas potências industriais ainda tinham um mercado interno em crescimento, principalmente os estadunidenses. Além disso, também almejavam concorrer no comércio internacional, que era modelo de sustentação de crescimento dos ingleses que, por seu turno, já não podiam contar da mesma forma com o próprio mercado nacional.

Estadunidenses e alemães, portanto, entravam intensamente na fase monopolista e financeira do capitalismo, ainda que atrasados no pioneirismo industrial faziam de forma eficiente a conexão da produção industrial com o sistema bancário. Neste aspecto, delimitaram

expressivo potencial de crescimento por unir as possibilidades de comercialização externa e forte mercado consumidor interno.

As rivalidades em busca de novos mercados, principalmente entre as potências europeias, vai se seguir até o início do século XX, entre os resultados dessa questão estão as duas guerras mundiais que vão ocorrer até a metade do período. No âmbito de seus mercados nacionais os países industrializados determinavam algumas regras para tentar regular a economia, porém não havia consenso nas trocas internacionais. A primeira metade daquele centênio vai ter como algumas de suas características sucessões de crises econômicas e instabilidades políticas. Fatores resultantes do esgotamento do imperialismo na forma que se deu anteriormente, não havia mais espaço para o crescimento a partir daqueles moldes.

Na sequência desta seção será discorrido o sistema capitalista no âmbito do século XX. Realizou-se essa separação para contextualizar a intensificação das consequências das crises sistêmicas que sobrevêm em configurações mais céleres a partir da intensificação da evolução das tecnologias de comunicação e transportes, situação permitida por meio da ampliação do processo de globalização. Essa facticidade integrou os Estados em uma rede informacional de atuação internacional, ao qual não consente que seus atores se esquivem incólumes de quaisquer instabilidades. Desta forma, todas as nações passam a sofrer em alguma escala, mesmo que mínima, com as reestruturações do capital.

#### **1.4.2 Os ciclos longos do capitalismo e as crises sistêmicas propagadas em escala global**

Em um diagnóstico comparativo, o século XX pode ser compreendido como um dos mais intensos da história humana. Não por haver maior quantidade de eventos em relação ao que aconteceu anteriormente, mas sim pela apreensão mais eficiente das técnicas empregadas ao registro de informações. As tecnologias possibilitam associar dados diversos em escala mundial, assim como o maior índice populacional absoluto para repassar a versão dos fatos na forma da história oral. Por fim, a análise científica também evoluiu, norteando-se a partir de vários métodos de pesquisa aos quais permitem mais subsídios para o entendimento dos episódios que ocorreram. (HOBSBAWM, 1995).

Neste sentido, o século XX apresenta uma realidade em que as classes hegemônicas, ao mesmo tempo em que distribuem informação de formas diversificadas para expressiva parte da população, utilizam os recursos de comunicação para manipulação e sugestão em sentido de enviar a estrutura ideológica dos indivíduos (CHOMSKY, 2013).

A partir de Adorno (2015), não é por acaso que os ramos acadêmicos que estudam o psiquismo se desenvolvem naquele período. O capitalismo continua a se adaptar à novas delimitações impostas, direcionando o esgotamento econômico para outra forma de acumulação de capital. Porém, com o avanço da democracia representativa para a maior parte dos Estados nacionais, o sistema vai precisar fazê-lo sem o uso aparente e indiscriminado da força.

Deste modo, essa segunda subseção referente ao capitalismo tem como intento discorrer quanto à relação existente entre as suas crises sistêmicas como estopim da mobilidade ideológica. Em outras palavras, um período econômico regressivo que permite originar um novo direcionamento às relações políticas sociais influenciando a população. Esta, por sua vez, corroboraria a perspectiva de mudança na direção governamental de seu país.

O capitalismo, ao mesmo tempo que possibilitava o surgimento de todas as inovações que caracterizaram a origem da evolução da globalização informacional, sofre também diversas instabilidades para reorganização do próprio. O sistema precisou se reinventar algumas vezes para remodelar as potencialidades de reprodução de capital. Sobre a questão Santos (2013, p. 34) expõe que:

Este período e esta crise são diferentes daqueles do passado, porque os dados motores e os respectivos suportes, que constituem fatores de mudança, não se instalam gradativamente como antes, nem tampouco são o privilégio de alguns continentes e países, como outrora. Tais fatores dão-se concomitantemente e se realizam com muita força em toda a parte.

Esses momentos instáveis do ponto de vista econômico podem ser definidos de modo simples como crise, as quais geraram volubilidades nas tessituras sociais de diferentes maneiras em diferentes espaços, o que determinava também mudanças nas reorganizações políticas, traduzindo-se em um dos fatores genéticos da mobilidade ideológica.

Entretanto, em um mundo globalizado e, portanto, interconectado por redes, a flutuação econômica não se permite ficar somente em uma esfera local, ainda que as crises possam acontecer em ondas tênues, elas se distribuem por mais de uma fronteira. Mesmo que tenham uma origem específica, apresentam amplitude de territorialização. Desde o último século essa socialização ocorre em escala mundial, de acordo com o que expõe Castells (2002).

O não reconhecimento do capital como motor dessas transformações direciona a culpabilidade para aqueles que ficam visíveis às suas populações, ou seja, o setor político administrativo. Esse é representado pela esfera pública governamental, conforme expõe a hipótese de Souza (2017) ela será mais exposta no processo porque faz a mediação dos capitalistas com o resto da sociedade.

A natureza dessa análise será colocada em pauta de forma mais enraizada na próxima parte deste trabalho. No entanto é pertinente adiantar que os políticos são o conjunto mais difamado nas relações sociais, eles precisam demonstrar publicamente capacidade de adaptação e direção à gestão de seu território sob a chegada de uma possível nova fase de reorganização econômica. A agremiação partidária em situação perde popularidade por ser considerada a culpada pelos prejuízos causados na crise. Outros atores de igual ou maior responsabilidade ficam escamoteados no que toca a opinião pública, a exemplo da elite capitalista que visa controlar indiretamente as reformas necessárias em fases de instabilidade econômica.

É notório que os governantes não podem ser totalmente inocentados de responsabilidades, o administrador estatal fazendo seu papel com competência tem a possibilidade de estabelecer um ambiente adequado no que tange o desenvolvimento social e a equilíbrio econômico. Contudo, em períodos de crise estrutural as margens de manobra se tornam limitadas, a atuação em conjunto às demais figuras dos espectros políticos podem ocorrer com menor eficiência. Em ocasiões de profunda depressão durante o século XX vários governantes, eleitos ou não, e partidos políticos não resistiram a essa factualidade.

Neste sentido, vale lembrar que aquele centênio se inicia com expressiva instabilidade na Europa, berço e ainda espaço central de decisão capitalista. O imperialismo dava sinais de esgotamento, as rivalidades construídas na busca de novos mercados no mundo colonizado se direcionaram a investimentos em recursos bélicos e alianças militares. Situação que, de uma certa forma, aqueceu a economia. (HOBSBAWN, 1995).

Naquele contexto, não haviam mais territórios a se dominar e avançar a reprodução de capital, caracterizando, desta forma, mais um esgotamento sistêmico, situação que prejudicava as economias industrializadas europeias. Factualidades essas, ao serem adicionadas às rivalidades políticas, econômicas e étnicas da Europa, são catalisadas pela corrida pelos melhores territórios coloniais na África e na Ásia que resultaram na Primeira Guerra Mundial como expõe Hobsbawn (1995).

Entretanto, sob uma perspectiva econômica, essas instabilidades, que ocorriam concretamente no território sob a forma de conflitos bélicos, podem ser associadas com as crises de esgotamento de um dos diversos fatores significantes para as máquinas de reprodução de capital. Desta forma, Bresser-Pereira (1986), discorre quanto aos períodos de sucessão de crise e prosperidade<sup>9</sup> do capitalismo. Em realidade o autor faz um breve ensaio sobre as teorias dos

---

<sup>9</sup> Assim Bresser-Pereira (1986) e Mandel (1982) adjetivam as fases de crescimento econômico.



ciclos econômicos desenvolvidas por Schumpeter em 1939, este último promoveu sua análise a partir da identificação dos ciclos longos de Kondratieff.

De um modo geral, Kondratieff teria identificado fases de intenso crescimento de reprodução capitalista. Esses momentos são seguidos por espaços de declínio econômico após alguns anos. Essa conjuntura se repetiria em aproximadamente cinquenta a sessenta anos em uma espécie de ciclo não regular.

Os ciclos longos são chamados de ciclos de Kondratieff porque embora autores anteriores já houvessem percebido o fenômeno, foi Nikolai Kondratieff, em um artigo clássico publicado em 1926 que os detectou e comprovou de forma definitiva. Kondratieff nesse artigo verificou a ocorrência de três ondas longas, a partir do final do século XVIII. Quando escrevia seu artigo, a economia mundial encontrava-se na fase b, de declínio, da terceira onda longa, que estender-se-ia até 1940-45. A primeira onda longa fora aproximadamente de 1790 a 1844-45 e a segunda, de 1844-45 a 1896. Para comprovar sua tese Kondratieff utilizou uma extensa série de dados estatísticos, que mostravam que durante 25 a 30 anos a economia crescia com rapidez, sendo as fases de expansão dos ciclos normais mais longos e as de desaceleração mais curtas, o inverso ocorrendo nos 25 a 30 anos seguintes, nos quais, afinal, a economia crescia muito mais lentamente, ocorrendo, portanto, um relativo declínio. (BRESSER-PEREIRA, 1986, p. 187).

A teoria de Kondratieff não esclarecia adequadamente os motivos que culminaram nas secções de crise e prosperidade daquelas datas. Essa lacuna é preenchida por Schumpeter, o qual, a partir das ideias do primeiro autor, interpõe as inovações tecnológicas como o motor de ascensão da reprodução capitalista, sendo o esgotamento do consumo o motivo do posterior declínio. Uma nova tecnologia deveria ser desenvolvida então para que o sistema voltasse a evoluir de forma ascendente.

Magnani (2018), por seu turno, marca uma data específica para cada início de depressão dentro dos três ciclos identificados por Kondratieff. Deste modo, 1814 no primeiro ciclo, 1870 no segundo e 1914 no terceiro. Não por acaso, alguns marcos históricos das periodizações Moderna e Contemporânea estão correlacionados a esses anos respectivos, isto é, o declínio da França de Napoleão com a Batalha de Waterloo em 1815, a Guerra Franco-Prussiana e o início da Primeira Guerra Mundial. Todos momentos de expressiva instabilidade econômica e política como escreve Hobsbawn (1977, 1988 e 1995). O quadro 6, disposto a seguir, expõe a sintetização da concepção estabelecida por ambos autores.

Quadro 6 - Ciclos Kondratieff e eventos históricos correlacionados à respectiva crise até a Primeira Guerra Mundial

<b>Ciclo</b>	<b>Anos</b>	<b>Estopim da crise</b>
<b>1°</b>	1790 – 1844/1845	1814 – Batalha de Waterloo
<b>2°</b>	1844-1845 – 1890-96	1870 – Guerra Franco-Prussiana
<b>3°</b>	1890-1896 – 1940-1945	1914 – Primeira Guerra Mundial

Fonte: Bresser-Pereira (1986) e Hobsbawn (1977, 1988 e 1995). Organização: autor.

Em realidade os acontecimentos históricos descritos não são a razão da depressão em essência, mas sim eventos consequentes. Para sedimentar essa afirmação, Magnani (2018) afirma que os períodos de crise são acompanhados por instabilidades políticas e sociais pois os sistemas democráticos ainda eram imaturos e se estruturavam sob os alicerces da nova classe social dominante, isto é, a burguesia. Nessa conjuntura, as outras camadas da população tinham pouco, ou nenhuma, participação política, enquanto que as medidas adotadas dependiam da legitimação daquele novo tipo de Estado, o qual ainda tinha como herança um demasiado grau de autoritarismo do absolutismo. Não que tal perspectiva não mais exista na atualidade, mas essa posição não se dá de modo ostensivo como em outrora. Ainda assim, pode-se compreender que:

O desenvolvimento econômico capitalista passa por períodos que se intercalam em tempos de prosperidade, quando há generalização de uma perspectiva favorável à manutenção da ordem social, e tempos de crises, em que esta mesma ordem é de algum modo perturbada e contestada. Estas crises não se restringem ao campo econômico, estando muitas vezes associadas a períodos de guerras, revoluções e incertezas, engendradas por elementos estruturais ou ocasionais. (MAGNANI, 2018, p. 12).

Reforça-se, portanto, as relações que envolvem significativas transformações políticas e sociais como resultado das crises capitalistas. Essas podem ser traduzidas em forma de guerras e revoluções que se deram em larga escala entre o final do século XVIII e a primeira metade do século XX. Kondratieff projetou uma nova onda de ascensão expressiva de reprodução capitalista a partir da década de 1940, um crescimento econômico que, a partir da teoria dos ciclos longos, duraria aproximadamente 15 anos até a fase de recessão.

Ainda que as instabilidades de origem econômica tenham continuado a ocorrer a partir da segunda metade do século XX, nenhuma revolução estrutural de ordem econômica e social, ou mesmo conflito bélico foram influentes em escala civilizatória. O que se tem de concreto a partir de então foram eventos fragmentados em pontualidades espaciais ou étnicas, a exemplo da Revolução Islâmica no Irã ou da Guerra do Vietnã.

Neste sentido, os anos de 1960 seriam significativos para a compreensão do início de um novo declínio de reprodução capitalista, o que Kondratieff de fato havia previsto tendo como base que os anos seguintes à Segunda Guerra Mundial foram de prosperidade na economia. Nesta lógica, eventos históricos posteriores teriam sido resultantes de uma nova crise sistêmica, a qual determinaria uma curta fase de recuperação e mais outros 15 anos aproximados de crescimento, originando outro grande ciclo.

Kondratieff faleceu antes da Segunda Guerra Mundial e não pôde observar empiricamente se os ciclos de 60 anos se completariam. Em teoria, a partir dos anos de 1940 ocorreria uma nova onda de prosperidade, fato que realmente ocorreu como exposto. Schumpeter, por sua vez, também não pôde avançar muito além do primeiro, faleceu poucos anos após o mesmo conflito, ainda que possa ter presenciado o início de uma nova fase de crescimento.

Schumpeter deixou como contribuição a possibilidade da existência de ciclos curtos dentro dos longos com intervalos menores de atuação. Essas fases curtas poderiam representar a ampliação dos momentos de prosperidade ou das crises mais agudas, tendo as medidas de gestão política local maior possibilidade de manobra. O autor sedimentou também uma periodização dentro dos ciclos longos do capitalismo, ou seja, quatro fases de evolução: prosperidade, recessão, depressão e recuperação<sup>10</sup>. Deste modo, após a etapa de recuperação voltar-se-ia para a fase de prosperidade, já em outro longo ciclo sistêmico. (MAGNANI, 2018).

Neste sentido, coube a Mandel (1982) completar a análise, uma vez que este foi contemporâneo dos eventos sucedidos a partir da segunda metade do século XX. O autor se debruçou na teoria dos ciclos e legitimou periodizações semelhantes às de Kondratieff e Schumpeter, adicionando, porém, algumas distinções. Entre elas ressalta-se o uso do termo “onda” ao invés de “ciclo”, uma vez que o último vocábulo determinaria uma regularidade temporal que a economia não apresenta. As fases que alternam prosperidade e recessão ocorrem em espaços aproximados mas não exatos, o que, conceitualmente, caracterizaria em realidade uma ondulação.

O fato de haver longos períodos de maior prosperidade intercalados com longos períodos de menor prosperidade confere um caráter ondulatório à história do

---

<sup>10</sup> Sobre prosperidade, pode-se afirmar que é um conceito das ciências econômicas marcado pelo incremento das atividades em geral e pelo cenário de otimismo; nessa fase ocorrem: ampliação dos investimentos, aumento da produção, abertura de novas empresas, elevação do preço dos produtos, expansão de crédito e queda do desemprego. Tanto recessão quanto depressão se caracterizam por: declínio da atividade econômica, queda da produção, elevação do desemprego, redução da taxa de lucros e aumento de falências e concordatas; a diferença entre ambas é que a primeira se dá em um período breve e a segunda de forma prolongada. A recuperação é o retorno à fase de prosperidade. (SANDRONI *et al*, 1999).

desenvolvimento capitalista. Uma onda se caracteriza, então, por um período de ascensão (fase A) intercalado com um período de descenso (fase B). Já os ciclos, são nada mais que ondas que se repetem em intervalos de tempos regulares. Desta forma, todo ciclo é, necessariamente, uma onda, mas nem toda onda é um ciclo. (MAGNANI, 2018, p. 18).

Na perspectiva geográfica não há discussões relevantes quanto à questão. A exemplo o próprio ciclo hidrológico é tratado como tal mesmo não sendo regular. O que é expressivo nessa análise é o fato de haver correlações entre as crises econômicas em intervalos aproximados de 50 a 60 anos, isso com consequências na alternância dos atores políticos na gestão governamental, ou seja, das mobilidades ideológicas, independentemente da expressão “onda” ou “ciclo”. Continuar-se-á, portanto, o uso do termo ciclo em razão do seu uso mais aceito no âmbito da temática.

Desta forma, poder-se-ia identificar que a primeira depressão do período do pós Segunda Guerra seria aquela que resultou na Crise do Petróleo de 1973, fator não exposto imediatamente por Mandel (1982) que publica sua primeira análise relevante sobre tal possibilidade ainda antes do evento. Porém, já na década seguinte, ele trata da questão em outro trabalho ao qual analisa essa correlação.

Mandel (1982) pensava de forma distinta de seus antecessores. Comparando às suas ondas de periodização, Kondratieff expunha que a motivação do crescimento econômico dos ciclos longos se davam a partir de investimentos de capital de longa duração. Já Schumpeter compreendia as inovações como as principais responsáveis pelos momentos de prosperidade e suas adaptações às novas tecnologias como fases de recessão. Mandel (1982) atribuía estes fatores como especificações marginais e o que ocorria de fato era uma soma de condições as quais teriam no seu conjunto tanto investimentos quanto inovações como parte de um processo maior.

Os fatores de crescimento econômico nos períodos de prosperidade na teoria das ondas longas de Mandel (1982) estariam nas mudanças temporais estabelecidas por quatro fatores: a composição orgânica do capital, ou seja, na alteração do investimento do capital constante em relação à sua parte variável; à taxa de exploração da força de trabalho, permitindo em dados momentos maior ou menor expropriação do assalariado; aos custos das matérias-primas, as quais variam em valor positivo de acordo com maior procura em fases de investimento e retração quando falta demanda; e à disponibilidade de capital, que, por sua vez, vai determinar em essência a capacidade de investimento a curto ou longo prazo.

Desta forma, as ondas longas estariam relacionadas a essas últimas categorias, as quais regulariam as taxas de lucro, qualquer instabilidade que atingisse uma dessas quatro condições

poderia resultar em um período curto de recessão. Entretanto, se todos esses fatores, ou sua maior parte, forem comprometidos em um curto prazo e em tempo próximo, a consequência seria factualmente a depressão.

A fase de ascensão da onda longa se dá pela interação de fatores que permitem um aumento da taxa de lucros, levando a maior acumulação de capital, a maiores investimentos e a um auge econômico. A fase de descenso da onda é resultante da queda na taxa de lucros que pode decorrer do próprio auge econômico alcançado, em que há crescente aumento na composição orgânica do capital e maiores dificuldades em aumentar a taxa de mais-valia, visto a redução no exército industrial de reserva e a maior combatividade da classe trabalhadora. A difusão das inovações - ao permitir a entrada no mercado de empresas fora do monopólio desse processo e/ou produto inovador e forçar uma queda nos preços - também explica a queda da taxa de lucros. Por fim, o aumento nos preços das matérias-primas, decorrentes do aumento de sua demanda no período anterior de ascensão da onda, igualmente pode causar a decadência dessa taxa. (MAGNANI, 2018, p. 43).

Portanto, uma conjuntura muito mais complexa seria a responsável pela depressão econômica no âmbito de um ciclo longo do capitalismo, a decorrência daqueles fatores colocados por Magnani (2018) resultam em queda da taxa de lucros e consequentemente de investimentos, criando uma reação em cadeia a partir da conexão em redes do mundo globalizado.

Deste modo, a concorrência com a inserção de novas tecnologias diminuiriam o rendimento das grandes corporações ao mesmo tempo que provocariam a queda no preço dos produtos e serviços. Para tentar retomar as taxas de lucros são realizadas uma série de cortes referentes à manutenção, com redução de salários, das horas de trabalho, ou demissão de parte da força produtiva.

Essa situação, de um modo geral, ascende as tensões entre o empresariado e o sindicalismo, determinando a perda de sua capacidade de negociação relativa dos trabalhadores. Sucede-se, também, em uma escala macroeconômica, a redução dos preços das commodities em razão da queda da produção e da demanda, prejudicando, em contrapartida, os espaços econômicos que dependem dessa atividade em escala nacional e local.

No decorrer do século XX dois grandes ciclos se consolidaram em conjectura a um marco histórico relevante. Em outras palavras, dois estopins de depressão econômica, estes são: a Quebra da Bolsa de Nova Iorque de 1929 e a Crise do Petróleo em 1973. Para Mamigonian (1999) a recuperação da último evento se dá em um processo de duas décadas, terminando aproximadamente em meados do ano de 1996 e, conforme a teoria dos ciclos, a partir dali iniciar-se-ia um tempo de prosperidade.

Outra recessão em hipótese só ocorreria no início da década de 2010. A recessão, por seu turno pode reverberar por mais de uma década também, no entanto o que vai ocorrer a partir do início século XXI configura algumas distinções em relação ao que se estabeleceu nos ciclos anteriores. No ano de 2008 ocorre uma intensa crise econômica, o episódio se propaga rapidamente e determina uma depressão em escala mundial.

A origem do problema se dá a partir do mercado imobiliário estadunidense, sua expansão ocorre por meio das conexões possibilitadas pelas redes das instituições financeiras de atuação global, interligadas quase que em tempo real. As operações são realizadas pelo sistema bancário, se as ações de um único país entrarem em colapso, os outros, de alguma forma, seriam atingidos e poderiam entrar em recessão também. Foi o que ocorreu naquele momento, essa conjuntura foi denominada crise dos *subprimes* (CECHIN, MONTOYA, 2017). Alberini e Boguszewski (2008) esclarecem que essa última expressão se refere a créditos de risco com taxas de juros mais baixas, concedidas a indivíduos sem garantias adequadas.

Conforme Bresser-Pereira (2010), essa crise apesar de gerar os mesmos efeitos sociais das demais, não ocorreu por natureza sistêmica. O problema dos *subprimes* é resultado de uma série de equívocos do *US Federal Reserve Bank* no início deste século. A instituição financeira manteve as taxas de juros muito baixas por tempo considerável, o que teria gerado grande oferta de crédito concedidas sem as garantias pertinentes.

Deste modo, a inadimplência do pagamento de hipotecas cresceu fazendo com que os bancos procurassem liquidez em suas aplicações e reduzissem naquele cenário a oferta de empréstimos, isso mesmo para quem oferecesse as garantias, o que gerou um efeito em cadeia e reduziu o acesso a investimentos. Sem recursos, outros setores perderam sua fonte de capital, o qual era necessário para a manutenção do crescimento econômico e também entraram em recessão. A medida tomada por várias empresas foi o corte de gastos, que em conjunto no âmbito internacional resultaram em uma depressão econômica.

Outro efeito da crise de 2008, como detalham Cechin e Montoya (2018), é a queda no valor dos imóveis no mercado estadunidense. O aumento exponencial das taxas de juros prejudicou o pagamento das parcelas dos débitos e desta forma, dissolveu-se a especulação realizada a partir da venda da dívida das hipotecas. Sem o pagamento dessas parcelas não havia lucro a se distribuir entre os investidores dos fundos. Portanto, o resultado dessa série de eventos é a falta de investimentos vindos do setor financeiro privado, decorrência também da ampla desregulação por parte do poder público dos Estados Unidos.

Uma das formas de se recuperar o capital das aplicações seria com a desapropriação do imóvel do inadimplente e, posteriormente, vendê-lo para outro possível comprador. Porém, as

taxas de juros já estavam altas, impedindo, assim, maiores alternativas de repasse para aqueles bens. Os preços caíram pela falta de demanda imobiliária, a propriedade ainda continuava presa às instituições, sem possibilidade de movimentar aquele bem em forma de capital financeiro.

Naturalmente os valores dos papéis das hipotecas deveriam cair e reduzir a procura dos investidores, pelo menos em um livre mercado. Contudo, para evitar uma perda de clientes potenciais, muito grupos do setor fraudaram seus balanços, mantendo o investimento em ações imobiliárias que não tinham mais valor líquido.

O aumento da inadimplência dos devedores de maior risco foi perceptível a partir do encolhimento do mercado imobiliário, que teve repercussão no sistema financeiro do mundo todo, devido a sua ampla abrangência. [...] em torno de 90% das hipotecas subprimes envolveram algum tipo de fraude: “mais da metade dos tomadores superestimaram em mais de 50% suas rendas. (CECHIN, MONTOYA, 2017, p. 158).

Os tomadores são os cidadãos que realizam as hipotecas, suas garantias eram aceitas sem maior investigação quanto às garantias de pagamento, ficando o próprio imóvel como recurso de segurança das instituições. O que não esperavam é que poucos teriam condições de adquirir os imóveis se a maioria dos tomadores não pagassem suas hipotecas, foi o que aconteceu. Neste sentido, a extrema financeirização do capitalismo determinado em escala global vai propagar a crise pelo mundo todo, as fraudes não seriam identificadas facilmente até então em razão da desregulação que se determinava de forma crescente desde os anos de 1980, um dos resultados do colapso da economia de influência keynesiana, a qual teve sucesso até os anos de 1960 e foi substituída pelo esgotamento do ciclo longo anterior.

Em suma, essa situação poderia ter sido evitada, diferente dos outros eventos de recessão relacionados ao esgotamento sistêmico, pois aqueles estavam associados a um conjunto de causas diversas. Por outro lado, pode-se compreendê-la como resultado de um ressignificação sistêmica ocasionada pela própria desregulação e da reestruturação do capitalismo na sua forma neoliberal, pois como já exposto, os ciclos do capital não são regulares e podem vir em ondas. De qualquer forma, pela generalização das teorias dos ciclos econômicos, o que deveria ocorrer em meados do fim dos anos 2000 e início dos anos de 2010 seria um período de recessão, todavia, os eventos de 2008 indicaram uma crise pior do que aquela de 1973 (BRESSER-PEREIRA, 2010), o que indicaria uma depressão antes do previsto.

O objetivo desta seção não é assentar a regularidade e as características mais enraizadas da teoria dos ciclos, isto já se realizou a partir da interpretação de diversos autores no campo da economia e das ciências sociais, sua existência, portanto, é uma factualidade. O que se tem em distinção são as motivações e periodicidade em sua eventualidade, deste modo, dentro dos

ciclos longos podem existir centenas de ciclos menores, mais abrangentes em alguns momentos ou mais localizados em outros. Sobre a questão Bresser-Pereira (2010, p. 58) ainda acrescenta:

Em termos de instabilidade financeira, embora seja sempre problemático definir e medir crises financeiras, fica claro que sua incidência e frequência aumentaram muito: segundo Bordo e outros, enquanto no período de 1945 a 1971 o mundo passou por apenas 38 crises financeiras, entre 1973 e 1997 passou por 139 delas, ou seja, no segundo período houve entre três e quatro vezes mais crises do que no primeiro.

O autor compreende esse aumento como um fracasso do tipo de capitalismo que se estabeleceu após a Crise do Petróleo, ou seja, o neoliberalismo e suas medidas em sentido à desregulação. Desta maneira, baseado na substituição do capital produtivo pelo financeiro em um elevado nível de disparidade, o neoliberalismo torna-se um paradigma que lucra em cima da dívida dos agentes sociais e torna mercadoria, em forma de papéis de ações, o passivo de seus cidadãos. O Estado, por seu turno faz desse modelo uma atividade econômica legítima.

Segundo Bresser-Pereira (2010) essa circunstância se amplia desde os anos de 1970, quando Estados Unidos e Reino Unido patrocinam a nova forma de reprodução de capital. Esse novo capitalismo se consolida em razão da perda da concorrência do ramo produtivo com o mercado asiático que, por sua vez, passa a absorver o as fábricas do ocidente gerando ondas de desindustrialização. Soma-se como um fator catalisador a expansão das redes de informação que distribuem o processo em maior velocidade do que em períodos anteriores, elas não só difundem a crise aceleradamente, mas também ampliam o deslocamento de mercadorias e trabalhadores.

Neste aspecto, imigrantes com salários baixos, passam a fomentar um exército de reserva e evitam a ascensão dos valores das remunerações formais, causa essencial do endividamento das famílias estadunidenses de classe média. Em razão disso, as pessoas não tiveram como acompanhar a evolução da inflação no período, perdendo muito de seu poder de compra, principalmente a partir dos anos de 1990. (BRESSER-PEREIRA, 2010).

De qualquer forma, pode-se identificar o final do 5º ciclo da teoria de Kondratieff em 1996, conforme aponta Mamigonian (1999). O início de um novo ciclo, de acordo com a teoria, se dá na fase da prosperidade com intenso crescimento econômico, o qual se delimitaria ao tempo aproximado de 15 anos. Todavia, a diferença do que advém com a crise dos *subprimes* é que a depressão se estabeleceu antes do esperado, diferentemente do que houve nos ciclos anteriores.

A exemplo de comparação, no que tange a recessão que resulta na crise de 1929, tem-se o início da fase descendente pouco antes da Primeira Guerra Mundial, ou seja, mais de 15



anos antes da depressão de fato. O esgotamento que desencadeia a depressão da Crise do Petróleo, ocorria já na década de 1960. Assim, pode-se estabelecer mais dois ciclos de Kondratieff, constituídos então por autores póstumos à sua contemporaneidade, conforme se pode dispor no quadro 7.

Quadro 7 - Ciclos Kondratieff e eventos históricos correlacionados à respectiva crise após a Segunda Guerra Mundial

<b>Ciclo</b>	<b>Anos</b>	<b>Estopim da crise</b>
<b>4°</b>	1945 - 1996	Crise do Petróleo
<b>5°</b>	1996 – [...]	Subprimes

Fonte: Mamigonian (1999), Hobsbawn (1995) e Bresser-Pereira (2010). Organização: autor.

Conforme exposto anteriormente, situações diversas se deram no âmbito dos ciclos maiores com retração e expansão do capital em escalas variáveis. Aquelas de maior proeminência se destacam e são colocadas em voga em discussões e se tornam marcos históricos, a exemplo da Quebra da Bolsa de Nova Iorque e da Crise do Petróleo. Provavelmente é o que vai ocorrer com o caso dos *subprimes* em 2008 pois, ainda que o estopim já tenha ocorrido há mais de uma década, seus efeitos persistem nos anos seguintes.

Ainda que tenha ocorrido alguns anos de recuperação, mantém-se na década de 2010 vários trimestres de recessão, ou mesmo depressão já que o não pagamento da dívida da Grécia em 2011 trouxe outro problema, a Crise do Euro (NETO, 2014). Vários países estagnaram ou se intercalaram em breves momentos de recuperação e recessão. Nessa conjuntura a pandemia da Covid-19 em 2020 também se torna um elemento a mais para atrasar qualquer possibilidade de reversão do quadro em curto prazo (SILVA e SILVA, 2020).

Neste sentido, a fase de declínio do 5° ciclo de Kondratieff começou de forma abrupta antes do fim da fase da prosperidade e não há como prever se vai ocorrer um evento de déficit econômico ainda mais significativo. A década seguinte à depressão deveria ser de recuperação, mas o que parece ocorrer é um platô de recessão e estagnação. Em outras palavras, os *subprimes*, enquanto crise fabricada não pelo sistema, mas pelos agentes do mercado financeiro, pode ter alterado a dinâmica do atual ciclo.

Do ponto de vista sociopolítico os eventos de estopim dos *subprimes* reverberam em forma de ressignificações nos pressupostos ideológicos partidários. Os períodos de depressão representam mudanças significativas que serão trabalhadas nas próximas partes desta tese em períodos históricos mais recentes, ou seja, a análise se aprofundará a partir dos eventos da Nova República, na conjuntura das eleições presidenciais que ocorreram entre 1989 e 2018.

Ressalta-se que, antes desse intervalo, eventos cíclicos do capitalismo já causaram efeitos políticos diversos no seio da história mundial. Dentro do panorama do século XX a crise de 1929 é seguida da Revolução de 1930 no Brasil, a qual enfraquece e substitui o monopólio político da oligarquia paulista e mineira, ascendendo ao governo do gaúcho Getúlio Vargas (CANO, 2012). Nos Estados Unidos, até 1933, o Partido Republicano governou o país por 25 anos em detrimento dos adversários democratas, após a Grande Depressão são substituídos e ficam longe do poder até 1953, sob a sombra das medidas econômicas keynesianas representadas pelo New Deal do presidente Franklin D. Roosevelt. (FARIA, 2016).

A Crise do Petróleo enfraquece significativamente o regime Civil-Militar do Brasil a partir de 1973. Qualquer perspectiva de troca político-partidária não era possível pelo fato de não haver eleições democráticas para o cargo de presidente, entretanto é notório o enfraquecimento dos militares a partir de então. O final dos anos de 1970 e início da década de 1980 representam um crescimento importante das forças de oposição representadas pela outra ponta do bipartidarismo e da ascensão de grupos de oposição autodeclarados de esquerda. (SEVILLANO, 2010).

Nos Estados Unidos a década de 1970 é representada por uma série de eventos de instabilidade, além da própria Crise do Petróleo, o fim da Guerra do Vietnã, as manifestações envolvendo a o movimento da contracultura e do caso Watergate (HOBSBAWN, 1995) reverberam em sentido a uma vitória de Jimmy Carter do Partido Democrata. Este último supera o republicano Gerald Ford, vice que assumira a presidência do país após a renúncia de Richard Nixon em razão dos escândalos dos casos de espionagem.

Ambos candidatos são chamados de insignificantes por Hobsbawn (1995) o qual cita alguns episódios para justificar essa adjetivação, aos quais demonstram uma perda de rumo na ampla hegemonia estadunidense daquela década. Pode-se citar quanto a isso: a Revolução no Irã, a Segunda Crise do Petróleo em 1979 e mais duas revoluções comunistas na América Central, em Nicarágua e El Salvador.

Hobsbawn (1995) compreende a ascensão do republicano Ronald Reagan como uma reação a essa cadeia humilhante de episódios para os cidadãos estadunidenses, acontecimentos esses que demonstram em realidade o esgotamento do capitalismo do New Deal. A recuperação de poder só decorre com o fim daquele pacto econômico a partir da ascensão do neoliberalismo, conjuntura amplamente permitida pelo presidente republicano eleito em 1980, como aponta Pinheiro (2013).

A influência que as crises econômicas estabelecem se dão na culpabilização dos problemas sociais resultantes em sentido aos atores da política partidária presentes na situação

governamental, isso é feito, conforme já apontado por Adorno (2015), por meio da sugestão da propaganda, o que é corroborado pela ciência psicanalítica. Neste aspecto, há uma dificuldade latente na compreensão diagnóstica das responsabilidades diretas da origem dos problemas de um período de instabilidade que interfere diretamente no padrão de vida das pessoas.

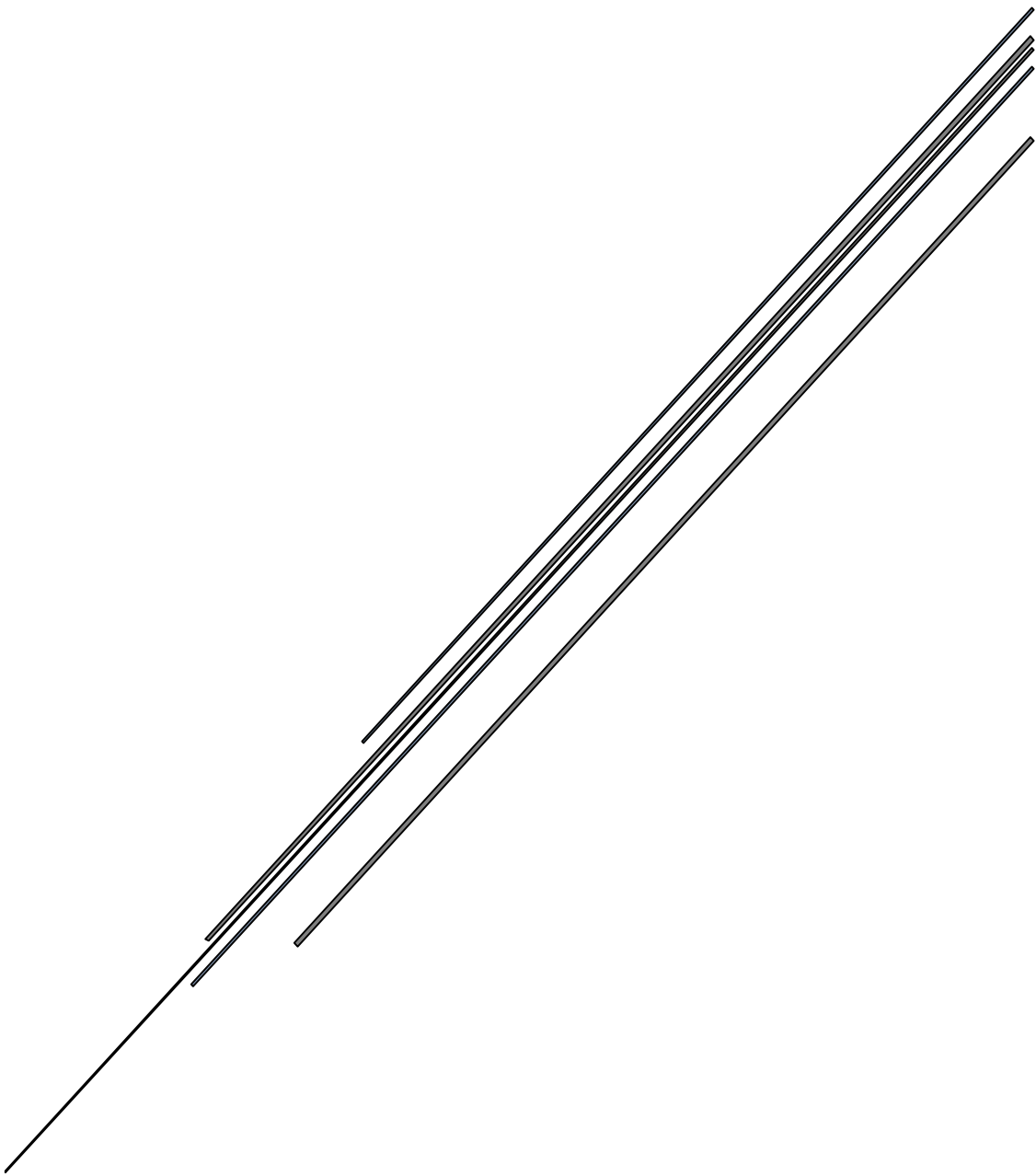
Esse imaginário é reforçado por outros agentes, ou seja, a elite econômica. Estes necessitam de uma reestruturação nas medidas econômicas para ressignificar sua acumulação de capital, de modo que a oposição passa a ser o caminho mais curto para se chegar a tal objetivo. Aquele restrito grupo não determina diretamente as medidas que podem se traduzir em mobilidade ideológica, para isso precisam de outra camada social para estabelecer esse intento.

É nessa ocasião que a classe média tem um papel fundamental de ser a figura de mediação com as classes mais populares, conduzindo os cargos públicos, políticos e de gerência da mídia, concretizando-se como o escudo de todos os problemas da sociedade. Desta maneira, assumem a culpa majoritária pelas mazelas sociais a partir de sua imagem enquanto parte da classe política, ocultando a elite do dinheiro, aqueles que expropriam para si a maior parte das riquezas produzidas.

Neste sentido, a próxima parte desta tese vai se aprofundar nas relações de classes sociais do Brasil que, aproveitando-se da insatisfação popular, sugerem, demasiadas vezes por meio de manipulação midiática, alterações de mobilidade ideológica a partir de períodos econômicos de crise. Fazem isso com objetivo essencial de manter a reprodução capitalista em sentido ao próprio enriquecimento, mantendo as desigualdades, tanto sociais quanto espaciais, as quais atingem preponderantemente as camadas mais baixas da pirâmide social.

# PARTE II

## A IDEOLOGIA DA CLASSE MÉDIA BRASILEIRA E A SUA PERCEPÇÃO QUANTO ÀS CLASSES DA BASE NA PIRÂMIDE SOCIAL DO PAÍS



## **PARTE II - A IDEOLOGIA DA CLASSE MÉDIA BRASILEIRA E A SUA PERCEPÇÃO QUANTO ÀS CLASSES DA BASE NA PIRÂMIDE SOCIAL DO PAÍS**

A mobilidade ideológica foi considerada a partir de distintos focos acerca da mobilidade humana e da ideologia. Definiu-se ainda o papel do capitalismo no processo, quanto à interferência de suas crises sistêmicas no enviesamento do ideário político da população. Reforça-se a compreensão de que esses conceitos possuem outras formas de definição e não apresentam, de um modo geral, consenso absoluto na comunidade acadêmica. Entretanto, no âmbito das ideologias políticas que cernem o desenvolvimento histórico e político do Brasil, o senso comum define de maneira subjetiva a lógica de ideologia. Muitas vezes, inclusive, associam a própria palavra a um significado correlato a políticas restritas a grupos da esquerda, sendo esta passível de versões mais extremadas como a socialista revolucionária, ou aquelas mais centralizadas, em sentido à social-democracia. Portanto, é expressivo reforçar nesse momento que a concepção das ideologias conservadoras e progressistas se moldam de forma relativa e subjetiva, por vezes até dogmática dentro dos radicalismos políticos.

Desse modo, doravante, a análise desta parte do trabalho ocorrerá principalmente a partir da apreciação da classe média brasileira, aquela que sugestiona a mobilidade ideológica para as classes mais populares, uma vez que monopoliza a administração burocrática dos aparelhos ideológicos com permissão das elites. Nesse sentido, é função do estrato médio estar na mídia e na educação reproduzindo os interesses dos verdadeiros donos dos meios de produção de capital. Essa camada dirigente tem seus norteamentos interpessoais sempre em movimento, isso em tempos específicos, a partir das novas demandas advindas das crises sistêmicas. Ela mantém tal movimento constante procurando manter seus privilégios de classe.

Por outro lado, essas mudanças por vezes beneficiam, em parte, as camadas mais vulneráveis da população, se esse for o interesse do capital; quando o modelo se esgotar em uma nova instabilidade econômica, findam por serem colocados novamente em situação de maior precariedade. A referência, nesse aspecto, é compreender também os motivos que levam demasiada parte da população a aceitar a precariedade subcidadã<sup>11</sup> de uma maioria, assim como essa mesma maioria apoiar, de certa forma, medidas que não beneficiam sua própria classe, fato que ocorre com a mobilidade ideológica conservadora.

Diante disso, o intento desta segunda parte da pesquisa é estabelecer os caminhos subjetivos, que se refletem materialmente na sociedade e no espaço geográfico, da classe média

---

<sup>11</sup> A subcidadania está relacionada àquilo que está abaixo da cidadania, ou seja, o sujeito que não tem acesso aos direitos básicos garantidos na constituição de seu país é um subcidadão.

impactando nas camadas mais baixas da pirâmide social brasileira, bem como estas últimas consentindo, isso sem maiores questionamentos, as medidas das elites que pouco lhes beneficiam. Essas factuais justificariam também parcialmente os motivos da significativa desigualdade social e extrema miséria para muitos no país, além dos pressupostos que indicariam os meios de manipulação que poderiam resultar na mobilidade ideológica, isso com atuação significativa dos indivíduos da classe média.

Para chegar ao objetivo proposto, quatro seções foram impetradas em análise neste recorte. Em um primeiro andamento, realizou-se um resgate histórico acompanhado da crítica da construção da identidade nacional brasileira. Em segundo, definiu-se quais são de fato as classes sociais do Brasil e suas diferentes frações. Na terceira, procurou-se compreender as subjetividades morais que direcionam o comportamento de parte dos brasileiros a partir do que esses entendem racionalmente e o que reproduzem inconsciente, principalmente no que toca à própria classe média. Por fim, a última divisão estabeleceu uma síntese entre as três seções anteriores em sentido a estabelecer uma correlação com a mobilidade ideológica.

A primeira subdivisão aprofundou-se na compreensão do olhar do povo brasileiro sobre si mesmo, realizou-se tal análise a partir da crítica da lógica do patrimonialismo enquanto origem da corrupção e das problemáticas socioeconômicas do país. Entende-se que essa forma de situar o próprio povo não abrange a gênese dos reais motivos que explicam a desigualdade do país. Esse meio de pensar a nação estabelece uma corrupção generalizada, dada como particularmente brasileira, que derivaria do colonialismo português e reverberaria intensamente na massa populacional do país. Essa muitas vezes interpretada como aquela do “jeitinho brasileiro”, a qual acolhe com receptividade os viesamentos no entorno da legislação, sendo, nesse sentido, cordial com todo o tipo de desvio de conduta.

Essa forma de julgamento é inepta por não compreender de maneira enraizada as grandes diferenças existentes entre as classes sociais brasileiras, as quais são lidas como uma massa volumar uniforme. Nessa lógica não aparecem pressupostos de distinção de renda ou de subjetividade cultural, situação que reproduz aquelas características de desmoralização para todos, diluindo qualquer outra responsabilidade mais afetiva, a qual fica escamoteada.

Em contrapartida, Souza (2017) esclarece que a origem da corrupção e da desigualdade se dá a partir de mais de 300 anos de sistema escravista, o qual delimitou um abismo entre os que tinham acesso a recursos e outros que eram obrigados a trabalhar sob formas perversas de tortura física e psicológica. Sendo esse contexto, em realidade, a origem dos miseráveis socioeconômicos do Brasil.

Em um segundo momento, identificou-se quais são de fato as classes sociais brasileiras, uma vez que a teoria do patrimonialismo não toca de forma adequada em tais questões, já que entende o Brasil como um país de comportamento homogêneo. Todavia, existem aqueles que possuem muitos recursos e há também outros milhões sem capital próprio, tendo a única forma de renda obtida a partir de seu esforço corporal enquanto meio de produção. Compreendendo essas duas vivências tão distintas, Souza (2017) constituiu quatro classes sociais no Brasil: a elite, a classe média, a classe trabalhadora e a “ralé” subcidadã. Essa última denominada assim, conforme o próprio proponente, de forma provocativa para chamar a atenção quanto ao seu desprezo e abandono por todas as outras classes do país.

Utilizou-se como base teórica essa classificação justamente pela abrangência da ideia de que as classes sociais da contemporaneidade já não envolvem as divisões de burguesia e proletariado conforme já se discutiu na primeira parte com Bresser-Pereira (2002). Isso porque, diferente do século XIX, o capitalismo alcançou complexidades que vão além da produção operária industrial que era predominante até então. Nesse conjunto, não se encaixaria nem a classificação marxista, nem as partições relacionadas a estratos de renda, que dividem os agrupamentos entre as classes “A” até “E”. Estas últimas popularizadas no senso comum pelos meios de comunicação, porém não abrangem as especificidades de cunho subjetivo e cultural.

Por outro lado, a teoria identitária nacional mais sedimentada no Brasil, aquela do patrimonialismo, não faz referência quanto às diferenças sociais que explicariam em parte as desigualdades, já que considera a todos como uma massa corrupta patrimonialista. Colocou-se em relevo, a partir da contraposição dessa colocação, a classe média e suas diferentes frações, as quais dirigem a administração burocrática do país, tanto no setor privado quanto no público. Essa estrutura intermediária, em dados momentos, direcionam-se ao progressismo ou ao conservadorismo dependendo do contexto político e econômico, dos seus interesses e dos da elite.

Uma terceira subseção nesta parte do trabalho aborda a interpretação que as classes sociais brasileiras, uma vez identificadas no recorte anterior, apresentam quanto aos seus diferentes agrupamentos. O que ocorre com base em um viés subjetivo, ou seja, não intencional do ponto de vista concreto, bem como suas consequências no espaço geográfico e social. Esse enfoque é realizado principalmente determinando a forma como a classe média se enxerga e como também visualiza as demais, essa proposição é realizada levando em conta os desígnios morais do capitalismo, originado através da cultura e da economia ocidental, sintetizada por Souza (2018b) por meio das teorias da moral de Taylor (1997) e dos hábitos cotidianos de Bourdieu (2007).

Conforme Taylor (1997), essas morais se referem aos valores do trabalho e da expressividade da autenticidade, ambas criam hierarquias sociais não visíveis quanto ao entendimento dos outros sujeitos, a primeira em uma escala vertical e a segunda na horizontal. Nessa leitura, o valor do trabalho deve ser produtivo e aqueles que não alcançam essa capacidade são colocados em um nível social abjeto. Em vista disso, a autenticidade é a distinção intraclassista, são diferenças culturais que determinam as particularidades enquanto indivíduos únicos, o que desmistifica também o unitarismo dentro das classes sociais.

Bourdieu (2007), por sua vez, estabeleceu o conceito de *habitus*, esse delimitaria o método de introjeção das morais do ocidente capitalista no imaginário social e individual, como explana Souza (2018b). O termo compõe as influências da sociedade, da economia e das morais familiares no desenvolvimento do sujeito, o qual reproduz em sua vivência quando adulto e repassa em parte tais lógicas para seu próximo núcleo familiar. A junção das duas teorias explicaria como as classes sociais brasileiras reproduzem estereótipos - sem ter a noção intencional de o fazer - quanto aos mais vulneráveis, porém reproduzindo naturalmente desprezo, ódio e medo, principalmente por parte dos mais conservadores. Por outro lado, é possível identificar também sentimentos entre os estratos mais progressistas, nesse caso de compaixão e medo.

Por fim, uma última subseção procura fazer a síntese de toda discussão realizada nas três subdivisões anteriores. A tendência de participação dos membros mais conservadores ou progressistas da classe média determinariam quando as medidas de políticas públicas seriam destinadas radicalmente ao mercado ou, de modo parcial, à justiça social. De qualquer forma, o setor econômico é sempre o maior beneficiado, pois a mobilidade ideológica não determina revoluções estruturais. A distinção no que tange à mudança está em uma preocupação maior com as camadas mais vulneráveis em dados momentos ou na tendência de abandono delas, sem a apresentação de maior culpa por significativa parte da população, mesmo que as outras pessoas possam estar vivendo em condições sub-humanas. Por isso, é necessário compreender em primeiro lugar qual a identidade nacional que o brasileiro construiu historicamente, quais são as classes e frações de classe que protagonizam tal debate e, por fim, como essa lógica é construída e introjetada para grande maioria da população.

O principal fator de mobilidade ainda ocorre a partir da reprodução do capital, a mudança se dá para corrigir uma crise sistêmica, a forma ideológica em evidência se enfraqueceria e ascenderia outra que teria apoio das frações de centro da classe média, ou seja, aquelas menos extremas. Para compreender, a princípio, como a classe média consegue



colocar-se na posição de intermediação entre os donos do poder e a base da pirâmide social brasileira, far-se-á a seguir a análise do desenvolvimento da identidade nacional do Brasil.

## 2.1 A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL BRASILEIRA: CORDIALIDADE E PATRIMONIALISMO VERSUS ELITISMO E ESCRAVIDÃO

Os países latino-americanos, de uma forma geral, têm sua história colonial desenvolvendo-se com determinadas semelhanças. Tal situação resulta em características específicas em suas estruturas sociais, políticas e econômicas na contemporaneidade, isto é, o fato de serem considerados países periféricos em relação ao seu desenvolvimento socioeconômico e dependentes das tecnologias dos países centrais, estes últimos seus colonizadores. Pode-se entender, portanto, que em sua maioria foram explorados de modo a abastecer suas metrópoles na Europa, principalmente com produtos agromineradores. Consequentemente não houve incentivos maiores para o incremento de políticas econômicas voltadas à produção de manufaturas, diferentemente do que ocorreu com a Revolução Industrial europeia.

A relação do contexto histórico que envolveu Brasil e Portugal não foi diferente, inclusive qualquer política de incentivo manufatureiro só vai surgir após a chegada da coroa portuguesa ao país. Isso já no início do século XIX, ou seja, mais de 300 anos após a chegada da comitiva oficial dos lusitanos à América. Vale ressaltar, ainda, que as semelhanças as quais se pode identificar na lógica da estrutura política geral da América Latina são, justamente, o fato de terem se tornado independentes tardiamente, sendo ainda, sem embargo, dependentes das ordens acertadas no continente europeu. Fato distinto do que ocorreu nos Estados Unidos que conquistou autonomia frente aos ingleses décadas antes da maioria de seus vizinhos americanos.

É pertinente afirmar também que a globalização, ainda que incipiente nos primeiros séculos coloniais da América, é uma das responsáveis pela lógica de menor desenvolvimento, seja esse social ou econômico, das nações latino-americanas. As determinações e mandonismos daqueles que detinham maior poder na escala local findou por criar uma elite que apoiou as medidas do colonialismo mercantil de produção complementar aos produtos da Europa, uma vez que os benefícios pessoais se sobrepunham a qualquer noção de nacionalismo antes das independências, conforme expõe Bresser-Pereira (2016) e confirma Souza (2017).

Entretanto, não somente a partir da lógica da diferenciação específica da exploração colonial, retratada com base na opressão de alguns e povoamento de outros, é possível compreender com maior proximidade a completude do cenário socioeconômico da América. A exemplo, Schwarcz (2019) ressalta que o subdesenvolvimento brasileiro se origina, entre outros fatores, de sanções peculiares da colonização portuguesa no país, fato que, conforme a autora, não seria encontrado em outras colônias no mesmo período.

Além disso, Schwarcz (2019) aponta que a interferência de Portugal deixou como herança uma espécie de racismo estrutural, originado da escravidão em conjunto com o mandonismo do senhor de engenho a todos aqueles abaixo dele na hierarquia social. Ela ainda aponta um patrimonialismo típico da coroa portuguesa, presente na corrupção estabelecida com a não diferenciação do que é privado em relação à esfera pública que se concretizou em uma realidade de violência, desigualdades e preconceitos até a atualidade.

A questão do racismo estrutural com origem na escravidão está em conformidade com a leitura de Souza (2017), contudo a leitura de Schwarcz (2019) em relação ao patrimonialismo enquanto essência do Brasil é pautada em uma visão de construção de país consolidada nas ciências sociais brasileiras com a apreciação de Holanda (2019). A influência deste com base em seu clássico *Raízes do Brasil* ressalta a constituição da sociedade brasileira por meio de um suposto patrimonialismo inerente à coroa portuguesa, sendo essa a gênese e principal motivo da corrupção estrutural da nação.

Diversos teóricos brasileiros concordam com tal paradigma, aos quais se pode citar Raymundo Faoro (2001) e Roberto DaMatta (1985). Eles são base de leitura acadêmica de pesquisadores ora voltados a perspectivas progressistas, ora conservadoras, aos quais convergem pelo menos no aspecto de que o Brasil e o povo brasileiro tornaram-se corruptos em essência.

Essa é uma análise comum de se encontrar em diversas áreas do pensamento científico brasileiro, inclusive nas ciências humanas. A retórica é de que o sujeito é cordial com seus “amigos” e aliados, levando vantagem por meio de algum “jeitinho” enviesado às normas. Esse último termo é utilizado primeiramente por DaMatta (1985) para definir o comportamento do cidadão do Brasil em relação a diversas circunstâncias, discurso repetido exaustivamente no senso comum do país, o que demonstra o alcance de tal interpretação.

Souza (2017) discorda de tais explicações, o autor entende a visão de corrupção sistêmica associada a uma nação como uma forma de pré-conceito, sendo, inclusive não diferente do racismo científico estabelecido nos impérios coloniais do século XIX. Ele, a

princípio, diverge da compreensão de um patrimonialismo português, e critica Faoro (2001) que identifica tal comportamento em Portugal desde o século XIV.

Quanto à questão, Souza (2017) esclarece que o conceito de patrimonialismo, por sua vez, é estabelecido por Max Weber somente no século XIX, o que, em um primeiro momento, não se conformaria em problema por ter delimitado depois. É pertinente concordar que certos procedimentos, de fato, podem ser analisados ou mesmo identificados tempos mais tarde, todavia o que é acomodado como uma especificidade daquele então unificado reino, de conduta ainda medieval, existia também em todos os seus vizinhos da época. Em suma, todas as monarquias europeias beneficiavam seus “amigos próximos”, não somente os portugueses. Esse fato é esclarecido pelo próprio Weber (1999, p. 241):

Com crescente continuidade e racionalização do poder senhorial político, porém, isso ocorre de modo cada vez mais abrangente e mais semelhante à das obrigações patrimoniais, de modo que na Idade Média é muitas vezes difícil distinguir entre obrigações originadas em poder político ou em poder patrimonial. Em sua forma clássica, este abastecimento do senhor realiza-se em todos os Estados extensos, baseados em economia não-monetária, da Antiguidade, da Ásia e da Idade Média, de tal modo que a entrega em espécie das necessidades do senhor e de sua corte, de alimentos, roupas, armas e outras coisas, reparte-se entre os setores do território dominado, cabendo a manutenção da corte aos súditos do lugar em que esta atualmente se encontra.

Ainda há, porém, outro elemento a considerar-se: seria pertinente entender um governo monárquico absolutista medieval como patrimonialista, no sentido moderno dotado por Faoro (2001), quando este não deveria em essência ter de fato diferenciação entre o público e o privado? Explica-se, em um Estado Absolutista, em última instância, que todos os bens e riquezas no território em questão são do monarca, salvo determinadas exceções, como as terras da Igreja. Assim, por que motivo o rei se preocuparia em beneficiar ou não seus próximos, se os recursos distribuídos eram genuinamente dele?

Portanto, no caso, não se aplica a ideia de patrimonialismo, pelo menos não da mesma forma considerada atualmente. Nas formas de governo datadas a partir da Idade Moderna o poder emana, em teoria, do povo e este deve usufruir do que o Estado oferece como público na forma da lei. O que é diferente de um governo absolutista ao qual não tem previsão de outra forma de poder que não seja o próprio monarca ou, no caso que foi estabelecida na Europa, a Igreja.

De uma certa forma, considerando-se alguns relativismos e particularidades, todas as sociedades modernas teriam elementos condizentes com o que foi entendido como patrimonialismo moderno. Contudo, a partir do que escreveram Holanda (2014), Faoro (2001)

e Da Matta (1985), a sociedade brasileira teria sido gestada desde a era colonial sob tal lógica, tornando-se sistemicamente corrupta, ao contrário do que teria se estabelecido, conforme os autores, com as colônias inglesas, dotadas de uma ética protestante praticamente inata.

Este viés, por vezes, é considerado de forma superficial, uma vez que há também colônias britânicas, de natureza cultural protestante, exploradas com elementos demasiadamente semelhantes com o que foi implantado na América Latina, casos aqueles ocorrentes principalmente na África e na Ásia.

Os exemplos anteriormente colocados, aparentemente são convenientemente ignorados naquelas interpretações. Nesse sentido, vale questionar por que razão os éticos protestantes ingleses não colonizaram esses continentes com a mesma moral de valor, sedimentada no trabalho laboral, que teriam realizado com tanto sucesso nos Estados Unidos e no Canadá? Complementando a retórica, Souza (2017 e 2018b) discorre em relação à falta de dados mais sedimentados nestes esboços à aos fatos.

Neste sentido, Souza (2017 e 2018b) critica ainda o quanto tal discurso é recorrente na comunidade acadêmica brasileira. Aqueles argumentos, considerados por ele como limitados, instituiu uma atmosfera de desqualificação da própria identidade nacional, tanto no meio científico quanto no âmbito popular. Muitos parecem influenciados por uma espécie de “viralatismo” que, por vezes, e não poucas, desabona o país e define seus problemas socioeconômicos pelo simples motivo de o Brasil ser em essência, naquela concepção, inferior a outras nações, sem qualquer profundidade de análise comparativa.

Ainda de acordo com Souza (2017), os motivos que explicariam, factualmente, os problemas socioeconômicos concretos mais específicos do Brasil, sendo um deles também a corrupção e o patrimonialismo, é a forma do sistema escravocrata adotado em todo período colonial e imperial. Essa situação, em conjunto com a formação de uma elite que, conforme o autor, não se acostumou com o fim da escravidão, estabeleceu um país de privilégios para poucos e violência e exploração para os demais. Estes últimos são atualmente miseráveis econômicos de outras raças e etnias, ao qual ele chamou de forma provocativa como “ralé brasileira”.

Reforça-se que Souza (2017) não entende a corrupção e o patrimonialismo como elementos exclusivos da sociedade brasileira, como os fazem, de certa forma, Holanda (2014), Faoro (2001) e Da Matta (1985), bem como diversos outros que seguiram tal linha de pensamento posteriormente, sendo possível, portanto, encontrar tais ilicitudes em qualquer outro país do mundo.

Não existiu um sistema econômico e social escravocrata, situado nos últimos séculos, semelhante ao grau de perversidade que ocorreu em terras brasileiras. Nem mesmo nos Estados Unidos, uma vez que a herança de tal prática se configura na atualidade em um fator que mantém, como consequência, uma sociedade preconceituosa, conforme concorda Souza, (2017); desigual, segundo esclarecem Barros, Henriques e Mendonça (2000); e violenta, de acordo com a pesquisa de Chesnais (1999).

Justifica-se mais a fundo o trecho anterior alicerçando-se no fato de o Brasil ter sido a última nação moderna a encerrar a legalidade do trabalho escravo, o que não torna aquela afirmação ainda irrefutável. Contudo, é pertinente salientar que na contemporaneidade expressiva parte da sociedade desse país, principalmente a elite e parte da classe média, reflete, ainda que subjetivamente, conforme reforça Souza (2017) e concorda Schwarcz (2019), um desprezo inerente ao indivíduo pobre, com um maior grau de subjugação se aquele for preto ou pardo.

O olhar escamoteado da elite e da alta classe média não admite a existência de qualquer tensão social e racial resultante daquele sistema escravista, que aliás explica grande parte da origem de seus próprios privilégios com obtenção e monopólio de capital econômico, cultural e social no Brasil. Tal percepção, ou o simulacro enquanto negação de uma factualidade da sociedade brasileira, é palpável na obra de Holanda (2019), o qual situa o “homem cordial” brasileiro como um cidadão, em média, sem preconceitos e acostumado com sua natural mestiçagem. Tal naturalidade reforçaria, ainda que nas entrelinhas, a negação da própria diferenciação étnico-racial no país.

Essa interpretação social foi entendida por outros autores como uma espécie de lógica de democracia racial, dos quais se pode citar além de Holanda (2019), Gilberto Freyre (2013). Este último, ainda que tenha exposto tal pensamento antes ainda do primeiro, não insere um paradigma desmoralizante à identidade nacional brasileira.

É pertinente ressaltar que ambos apresentam conclusões com valoração distintas com seus trabalhos. Holanda (2019) entende a mestiçagem racial brasileira com uma conotação negativa; enquanto que Freyre (2013) com uma percepção positiva, a partir da construção identitária do país enquanto elemento a ser valorizado e divulgado, ainda que não tenha se aprofundado às críticas passíveis da exploração dos senhores aos escravos. Desta maneira, Souza (2017, p. 22) esclarece que:

Independentemente da questão se esse conjunto de atributos é verdadeiro ou falso – a identidade nacional não é definida pelo seu valor de verdade e sim por sua eficácia na produção de uma comunidade imaginária que se percebe como singular –, foi Freyre

quem sistematizou e literalmente construiu a versão dominante da identidade nacional em um país que, antes dele, não tinha construído nada realmente eficaz nesse sentido.

É significativo reconhecer o papel de Freyre na sistematização do Brasil a partir de suas diferentes escalas étnico-raciais, porém tal perspectiva esconde em segundo plano todo o histórico de exploração e violência que antecederam aquele período e, ainda, se mantinha naquela ocasião e continua após sua contemporaneidade, abrangendo os dias atuais. Embora haja críticas em relação a tal posição do autor, ressalta-se que nele se reconheciam ao menos as distinções dos estamentos sociais daqueles brasis colonial, imperial e do início da república. Por outro lado, Holanda (2019), conforme traz Souza (2017), se apropria de Freyre e com base no que este escreveu opera duas mudanças significativas:

A primeira transformação é a mutação radical do brasileiro pensado genericamente sem distinções de classe enquanto pura negatividade na noção de homem cordial. A segunda é o alongamento da noção de homem cordial na noção de Estado patrimonial. As duas noções conjugadas constroem a ideia do brasileiro como vira-lata da história, sendo a imagem invertida no espelho do protestante americano transformado em herói (SOUZA, 2017, p. 30).

Como retratado anteriormente, tal apreensão para a sociedade brasileira é passível de questionamento, tanto na percepção da cordialidade dos cidadãos do país, entendido então como “sem classes”, já que a visão do mundo por classes já sedimenta o viés de luta e dialética na sociedade, quanto na noção do patrimonialismo essencial e restrito do brasileiro. Esse discurso, ainda que enraizado no imaginário do senso comum, passou a ser questionado, primeiramente porque não há afetividade nas estruturas étnico-raciais do Brasil, trata-se de um dos países mais violentos, desiguais e preconceituosos do mundo.

Existe uma significativa omissão em relação ao destino da maioria da população de origem preta, parda, indígena ou associada a outras minorias<sup>12</sup>, que estão distantes de ocupar a posição socioeconômica da elite e da alta classe média. Estas são formadas majoritariamente por brancos de origem europeia, ou por indivíduos em que a mestiçagem já não se identifica em seu fenótipo.

Tal omissão se traduz em violência simbólica, principalmente com o abandono e a punição concreta da transgressão resultante das dificuldades ocasionadas pela desigualdade. O Brasil possui, segundo Monteiro e Cardoso (2013), a terceira maior população carcerária do mundo, sendo que a grande maioria desta é formada por indivíduos pretos, pardos e pobres.

---

<sup>12</sup> Minorias em sentido de vulnerabilidade social, não sob pressupostos quantitativos.

Neste sentido, Sales Jr. (2005) entende que a defesa da democracia racial é legitimada como um meio de sufocamento das demandas das minorias no Brasil, é um silêncio das classes hegemônicas em relação às condições das dificuldades factuais, seguida da desmoralização dos indivíduos por meio do sarcasmo e subjugação.

Resulta daí a utilização pelo discurso racista de uma diversidade de recursos tais como silêncios, implícitos, denegações, discursos oblíquos, figuras de linguagem, trocadilhos, chistes, frases feitas, provérbios, piadas e injúria racial, microtécnicas de poder, funcionando num registro informal e passional. Essa formação discursiva constitui uma situação em que inexistem um discurso racista sistemático e explícito (“formal”), o que descaracteriza a “intenção” do discriminador (SALES JR. 2005, p. 235).

É comum encontrar análises que ressaltam uma ideia de cordialidade no Brasil em períodos pretéritos, principalmente no ato de questionar lutas e demandas por equidade nos dias atuais. Aquela situação reforça juízos conservadores que procuram a volta a um passado que é uma fantasia, assim como qualquer ideia de democracia racial no país.

A tal cordialidade do povo brasileiro não existe e nunca existiu enquanto uma estrutura social. Essa teoria é fruto de uma visão de mundo equivocada e estruturalmente racista e de uma interpretação limitada, uma vez que reverbera um silêncio quanto às condições socioeconômicas daqueles indivíduos mais necessitados. Seja na miséria extrema ou na falta de oportunidades, o que é dito repercute em forma de desprezo e condenação por uma suposta incapacidade inata, outro mito que envolve aquela perspectiva de realidade.

Pode-se observar também o silêncio dos próprios indivíduos vulneráveis, estes são os mais prejudicados pela imersão da teoria da democracia racial na esfera social brasileira. Tal silenciamento é um fator relacionado às circunstâncias resultantes da ignorância educacional e informacional nas quais estão inseridos. Ao conseguirem apreender a qualidade do padrão de vida de determinadas classes, passam a questionar direitos como privilégios. Em outras palavras a lógica passa a ser a defesa da diminuição do padrão de vida dos demais ao invés de tentar elevar os das camadas mais baixas da população.

Isso justificaria, por exemplo, o discurso de desqualificação do servidor público. Os direitos do funcionalismo público deveriam na realidade se estender a todos os trabalhadores, não ser precarizados ao nível dos empregos que grande parte da população é exposta, principalmente na iniciativa privada.

A violência, por sua vez estava silenciada no passado, contudo ela sempre ocorreu no tecido social brasileiro, porém sem a devida voz ativa que pudesse sedimentar a denúncia daquela realidade. Assim, analisar o Brasil como um país democraticamente pacífico e

patrimonialista e, em teoria, corrupto em essência, findava por esconder os verdadeiros problemas que são principalmente de natureza étnico-racial e de classes sociais. A omissão dessas naturezas submete a importância da análise e discussão de modelos de reparação a tais grupos vulneráveis a um segundo plano.

Concorda-se, desse modo, com o ponto de vista de Souza (2017), pois considerar que os problemas do país partem de uma falta de ética intrínseca à sua própria sociedade é conveniente para aqueles que não podem admitir, por exemplo, a origem de sua acumulação de bens e suas vantagens com o capital social ao qual possuem fácil acesso. Nesse caso costumam culpar a pobreza e o fracasso profissional dos demais de maneira restrita à própria incapacidade daqueles sujeitos, elevando o sucesso da elite e da alta classe média a uma suposta meritocracia.

Além disso, conforme Sales Jr. (2015), é significativo compreender que tal forma de entendimento social estrutura formas de preconceito racial que indiretamente oprimem as classes mais vulneráveis e as colocam em condição de submissão, dificultando ainda mais o acesso às condições dignas de vivência, bem como maior imersão social.

Por fim, é importante salientar que as tensões entre diferentes estamentos sociais ocorrem no capitalismo por meio da luta de classes sociais, fazer qualquer análise que ignore as circunstâncias que envolvam as tensões entre essas no Brasil e suas consequências seria uma forma de omissão. Portanto, a próxima seção procura se aprofundar mais nas classes sociais brasileiras, uma vez que estas são extremamente influentes no que tange à mobilidade ideológica.

## 2.2 A IDENTIFICAÇÃO DA ESTRUTURA SOCIAL BRASILEIRA E DAS FRAÇÕES DA CLASSE MÉDIA COMO MEIO DE DESMISTIFICAÇÃO DO PATRIMONIALISMO ENQUANTO ORIGEM DA CORRUPÇÃO NO BRASIL

Além das questões que envolvem a identidade nacional da sociedade brasileira, é significativo compreender as relações entre classes sociais, e mesmo as situações que ocorrem dentro destas. São conjunturas relevantes a ponto de criar expressivas interferências nos projetos sociais e econômicos do país, bem como a construção do espaço geográfico e dos territórios. Desta forma, é possível estabelecer diferentes concepções de classe ou ainda estratificação social. Assim, este recorte tem como escopo identificar diferentes contornos de compreensão das estratificações e classes sociais, a partir de interpretações economicistas e socioculturais, assim como suas consequências no âmbito geográfico.



Conforme Souza (2018c), as interpretações e conceituações relativas à classe social, tanto de ordem mais liberal ou conservadoras, quanto marxistas ou progressistas, organizam-se de forma reducionista quando se direcionam às análises estritamente econômicas. Deixando-se, desse modo, em segundo plano as construções socioculturais que se reproduzem dentro de cada classe ou estratificação.

Uma das possíveis problemáticas dessa discussão é o dualismo maniqueísta existente entre burguesia e proletariado, estas categorias tendem a reduzir a tessitura social no campo das classes de um lado ao capitalista, dono dos meios de produção, e de outro ao trabalhador da produção de fábrica. A divisão em si perde espaço crítico por dois motivos:

Primeiro pelo fato de se desconsiderar que o mundo do trabalho, principalmente após a inserção do modelo toyotista de produção industrial, conforme Pinto (2013) e Antunes (2009), expandiu-se à flexibilização da produção e à terciarização do trabalho na economia, ascendendo trabalhos autônomos e terceirizados relacionados a comércio e serviços, muito distintos do ambiente de “chão de fábrica”. Desse modo, uma classe intermediária de prestadores de serviços, pouco significativos no início da Revolução Industrial, não se enquadrariam em nenhuma daquelas duas primeiras classes tão protagonistas das análises em determinados segmentos.

Em segundo lugar, principalmente em concepções de um olhar mais liberal, a não distinção entre os conceitos de classe e estratificação social criam uma lógica de separação por renda que, como criticam Souza (2018c) e Pochmann (2014), não alcançam de forma abrangente a relação entre as diferentes visões de mundo e a reprodução do capitalismo, que podem ser refletidas no capital cultural da composição das classes sociais. Em outras palavras, a afirmação de elevação vertical da estratificação social por renda, não significa, necessariamente, ascensão social de classe, pois o acesso ao conhecimento por parte desta nem sempre se mantém ou se reproduz na próxima geração, ainda que passem a ter acesso maior ao capital econômico.

Nesse sentido, pode-se afirmar que não existem somente duas classes sociais, porém estas não podem ser distinguidas somente a partir da renda. É possível encontrar diversas análises socioeconômicas que classificam a população com base em uma suposta classe “A” até “D” por meio do rendimento familiar, categorização bem comum nos meios de comunicação. O que elucidaria facilmente a ascensão social a partir de um olhar quantitativo, porém sem qualquer aprofundamento crítico adequado.

Souza (2017 e 2018a) explica que interpretar classes sociais por estratos de renda é incoerente, principalmente no que tange à classe média. Segundo o autor, apesar de aquela

forma de análise ser muito divulgada e discutida nos meios de comunicação, criando um aspecto de concretude massificada para a composição desta massa social, ela dificilmente é colocada em questão quanto à sua origem e suas características psicoculturais. Para ele, tais questionamentos respondem a reprodução dos privilégios de classe e seu próprio entendimento identitário, isto é, suas ideologias, sejam estas conscientes ou não.

A não identificação das classes sociais na população brasileira a partir de sua herança sociocultural e de reprodução psicológica é resultado de teorias sociais desenvolvidas no país ainda na década de 1930. A ascensão de Vargas e a derrocada da Velha República geram uma necessidade de explicação da origem e do comportamento do povo brasileiro, conforme detalha Souza (2017).

Duas visões se contrapõem em uma espécie de narrativa, conforme já detalhado no recorte anterior; uma positiva, estabelecida por Gilberto Freyre (2003) em uma narrativa de valorização à mestiçagem do povo brasileiro; outra negativa, desenvolvida Sergio Buarque de Holanda (2014) desqualificando a origem lusófona a qual seria, segundo ele, de ordem patrimonialista, que de alguma forma teria massificado o povo do Brasil em uma espécie de cordialidade corrupta.

Souza (2017, 2018c) escreve que a primeira visão é base da propaganda nacionalista varguista, já que naquele momento o novo governo percebeu a necessidade de se criar uma identidade que até então não existia. Toda retórica de exaltação qualitativa era do exterior, uma vez que a produção cultural era monopolizada por uma elite que ignorava e desprezava qualquer manifestação autóctone.

A segunda visão, por submeter a cultura nacional a um fator negativo ganha maior notoriedade com a queda de Vargas, seus opositores, representados principalmente na elite paulista, manifestam o patrimonialismo como o maior impasse de uma sociedade que não consegue resolver seus problemas sociais. Colocando, assim, a responsabilidade do fracasso no próprio brasileiro, corrupto e cordial desde sua origem. Neste momento uma ideia de culpabilidade passa a se descarregar no Estado, acusado de permissivo com tal corrupção. (SOUZA, 2017, 2018c).

Deste modo, é necessário se aprofundar mais no conceito de patrimonialismo, só que agora em sua vertente clássica, isso com o intuito de desconstruir a teoria do patronato brasileiro. Essa retórica se estabeleceu de modo a esconder as tensões de classe que, de fato, geram os problemas socioeconômico do país, bem como a própria corrupção que nele se assenta.

Assim, o presente recorte será subdividido em duas subseções. A primeira se enraizando no patrimonialismo de Weber, isso para demonstrar o enviesamento do seu conceito por parte dos defensores da teoria do patronato em sentido intrínseco e particular para o Brasil. A segunda expõe o papel das classes sociais, as quais para a hipótese desta pesquisa é em verdade a origem das dificuldades do país, bem como motor da mobilidade ideológica a partir de seu estrato médio de classe.

### **2.2.1 O uso indevido do conceito do patrimonialismo weberiano como retórica de negação das lutas de classe no Brasil**

Retomando-se a questão identitária proposta no Brasil em meados da década de 1930. Ambas as visões dispostas por Freyre (2013) e Holanda (2014) apresentam problemáticas analíticas, uma vez que tratam a população como uma massa homogênea: de um lado o povo brasileiro, mestiço historicamente, torna-se culturalmente nacionalista e “abençoado”; de outro, todo o indivíduo é entendido como patrimonialista e corrupto. As duas percepções são estabelecidas sem qualquer diferenciação enraizada de compreensão de classes ou mesmo de estratificação social. Em suma, ambas as interpretações assumem posições maniqueístas quando colocadas em paralelo, ainda que partam do mesmo pressuposto, da construção do Brasil a partir de sua miscigenação, uma relativização a partir da construção histórica do país não é abrangida.

Souza (2017) critica ambos por não se aprofundarem no ponto mais relevante da construção da história do Brasil, ou seja, não dão a atenção necessária a uma instituição socioeconômica de muita longevidade no país e que, ainda assim, é tratada de maneira descritiva nas duas interpretações. Isso mesmo no viés que tende a valorizar a mestiçagem consolidada pelos africanos. Trata-se do sistema escravocrata brasileiro.

A escravidão seria uma das principais responsáveis pelos problemas de desigualdade no Brasil, isso por criar uma classe social abandonada e subjugada, com poucas possibilidades de ascensão, uma vez que não foi capacitada para internalizar disposições comportamentais, extremamente importantes para o sucesso no capitalismo. Esses condicionamentos são naturalizados pelas classes que estão acima na pirâmide social do país, isto é, disciplina, autocontrole, capacidade de concentração e pensamento prospectivo. Tais capacidades expressam oportunidades privilegiadas na sociedade capitalista, visto que são preponderantes

para o desenvolvimento de atividades que produzem e reproduzem o capital, seja ele cultural, social, produtivo ou financeiro (SOUZA, 2017, 2018b).

Essa perspectiva é tão naturalizada que aqueles que conseguem realizar as atividades de reprodução capitalista sem dificuldades são logrados como donos de uma capacidade meritocrática inata. O ambiente social e as instituições que a cercam também reproduzem essa visão de mundo, principalmente na classe média. Assim, ao tornarem-se muitas vezes indivíduos bem sucedidos, tem-se uma imagem de que são os principais responsáveis pelo próprio sucesso. Este último, por sua vez, é reproduzido dentro de sua classe para a geração seguinte, de modo a manter as mesmas características que, como já especificado, ao serem naturalizadas, legitimam a figura meritocrática de sucesso. Porém, tal naturalização escamoteia a real circunstância que dá gênese àquele fato, já que:

A criança de classe média, afinal, chega na escola conseguindo se concentrar nos estudos, porque já havia recebido estímulos para direcionar sua atenção ao estudo e à leitura, antes, por estímulo familiar. Como a família também compra seu tempo livre para que possa se dedicar integralmente à escola, a pré-história do vencedor predestinado ao sucesso se completa. Todas as vantagens culturais e econômicas se juntam, mais tarde, para a produção, desde o berço, de um campeão na competição social (SOUZA, 2017, p. 97).

O capital econômico é o mais trabalhado nas análises de diferenciação de classe social, entretanto Souza (2018b) aponta para a importância da apropriação dos capitais social e cultural para a manutenção dos privilégios de classe que são passadas para as gerações futuras. O capital social é configurado pelas relações privilegiadas já herdadas no âmbito da própria classe, enquanto que o capital cultural é o conjunto de conhecimentos apreendidos desde cedo a partir de uma educação de qualidade.

A ideia de patrimonialismo, erroneamente retratada como uma situação ocorrente somente no Brasil, está correlacionada às relações de capital social, as quais privilegiam indivíduos que possuem convivência com pessoas que estão próximas ao controle estatal e beneficiam-se dessa proximidade como uma espécie de troca de favores.

Contudo, é possível argumentar de modo oposto a essas opiniões. Exemplifica-se tais equívocos de duas formas, atingindo tanto o discurso presente no âmbito do senso comum que discorre a corrupção nacional sem qualquer reflexão enraizada, quanto em determinadas retóricas presentes dentro da Academia que também repercutem o patrimonialismo identificado por Holanda (2014), de forma mais erudita, porém sem a profundidade que a temática exigiria.

Primeiramente, é possível colocar em xeque aquele paradigma buscando identificar quem é de fato o corruptor do suposto Estado patrimonialista. Em outras palavras, se há

corrupção na esfera pública, o beneficiado em questão pelo Estado degenerado, em certeza, é do âmbito privado, pois não há sentido em corromper do “público para o público”.

Em segundo, com a identificação daqueles que permitem a intermediação da saída do capital do Estado para benefício privado. Eles são em sua maioria pessoas da classe média, logram êxito em concursos públicos e são os preferidos para cargos comissionados, ocupam majoritariamente tais funções por consequência de seu conhecimento privilegiado obtido com capital cultural e social. Assim, esses intermediários, ainda que funcionários da esfera pública, o fazem também por conseguirem, em sua maioria, tais capitais no setor privado.

Nota-se em um discurso generalizado que o patrimonialismo é colocado nas costas da esfera estatal, enquanto que o papel da iniciativa privada é ignorado. Assim, nas duas alegações contra argumentativas é perceptível que a corrupção, de fato, origina-se no âmbito privado, é desta esfera que vem o interesse em corromper os bens do Estado, sendo este instrumento no processo, ou de certa forma vítima, e não o réu.

Entretanto, a visão identitária hegemônica da própria imagem social do brasileiro, muito já enraizada, repete-se e não permite identificar de modo específico tais atores individuais, já que os corruptos e corruptores seriam parte de toda sociedade. Fica a impressão de que qualquer sujeito naquela posição faria de forma semelhante, uma vez que para eles toda a sociedade brasileira é corrupta, os verdadeiros culpados, sentados no alto da pirâmide social, isto é, a elite, fica diluída no meio de tanta desinformação.

Essa visão hegemônica é denominada por Souza (2017) como culturalismo conservador. Coloca-se nesta forma de interpretar o âmbito social as perspectivas culturais em primeiro plano, porém não se distingue as lutas de classe presentes nas relações sociais. Diante disso, sendo visto como corrupto e “cordial”, nem estaria o brasileiro, em hipótese, em conflito, pois não há distinções estruturais nessa visão de mundo. As origens da corrupção, então, seriam de origem cultural, mais especificamente uma característica herdada da colonização realizada pela coroa portuguesa. A gênese do suposto patrimonialismo de origem lusitana não tem sentido, como já explicitado anteriormente, toda monarquia absolutista é em essência legítima, no âmbito daquele sistema de política e das relações estabelecidas naquele recorte histórico.

Além de Holanda (2014), outros autores repercutem aquela análise colocando uma atmosfera de legitimidade científica, caso de Faoro (2001) e Schwarcz (2019), por exemplo. Reforça-se que essa temática foi abrangida no item anterior, porém é significativo relevar que ambos representam diferentes esferas ideológicas no âmbito da ciência política; conforme detalha Souza (2017), Faoro é um pesquisador de viés conservador, enquanto que Schwarcz é uma pesquisadora que se declara publicamente como progressista. Na interpretação de Souza

(2017), a influência de Holanda (2014) é uma ideia-força que contaminou toda a sociedade brasileira de alguma forma, independentemente da ideologia do sujeito em questão. Portanto, assim ele escreve:

[...] tomei como exemplos recentes intervenções públicas de três figuras que são referência para todas as frações da classe média que analisamos até agora: o procurador Deltan Dallagnol, o intelectual da Lava Jato, como expoente da fração profascista da classe média; o ministro Luis Roberto Barroso, do STF, como representante das frações do centro, a liberal e a classe média de Oslo; e, finalmente, o ex-prefeito Fernando Haddad, como representante da fração crítica, mais à esquerda. O que existe de comum em todos eles é o fato de pensarem a sociedade brasileira sob a égide da noção de patrimonialismo (SOUZA, 2017, p. 183).

O autor encontrou discursos expostos pelos três indivíduos em questão, nos quais todos tratam com naturalidade factual o patrimonialismo brasileiro, sendo este para eles, assim, algo óbvio e concreto na realidade do país. As frações da classe média sugeridas por Souza (2017) são quatro, das quais duas delas se assentam em áreas extremas: a radical e a profascista, primeira progressista e a segunda conservadora. E outras duas mais ao centro: a expressivista e a liberal, sendo a primeira mais progressista e a segunda conservadora. Todas elas parecessem contaminadas com o discurso patrimonialista, como será exposto a seguir.

Desta forma, Souza (2017) identifica indivíduos de influência e relevância política nos últimos anos associados a alguma ideologia que reflete as posições da classe média. O procurador Deltan Dallagnol, popular por coordenar parte da Operação Lava Jato, que objetiva identificar corrupção em empresas estatais, principalmente na Petrobras. Luís Roberto Barroso, ministro do Supremo Tribunal Federal do Brasil, reconhecido por caminhar em águas cinzentas no que toca as suas votações, sendo, portanto, um representante mais ao centro entre os três retratados. Por fim, o professor Fernando Haddad, ex-ministro da educação do governo Lula e ex-prefeito de São Paulo, foi também candidato à presidência da República pelo PT nas eleições majoritárias de 2018.

Doravante, é pertinente enfatizar que, de modo genérico, o primeiro seria um indivíduo mais ligado à direita política, o segundo ao centro e o último à esquerda. Reforça-se que os dois identificados com posições mais conservadora e progressista não estão ligados a movimentos mais radicais, pelo menos não oficialmente, de qualquer espectro extremo político. A postura ideológica assentada por Souza (2017) para os três é reconhecida por eles próprios publicamente.

No caso de Dallagnol, Souza (2017) expôs uma declaração do procurador que foi escrita em uma rede social, na postagem feita no *Facebook* no ano de 2015, que inclusive ainda

se encontra pública e inalterada até este ano de 2021<sup>13</sup>. Dallagnol critica as autoridades públicas brasileiras reconhecendo no contexto histórico nacional uma natureza patrimonialista e corrupta, ao qual por meio de burocracias e negociatas não se subordinam às leis do judiciário, não sendo os corrompidos, portanto, devidamente punidos.

Em relação a Barroso, o autor cita parte de uma exposição feita pelo ministro na Universidade de Harvard nos Estados Unidos. Na palestra, intitulada *Ética e jeitinho brasileiro: por que a gente é assim*<sup>14</sup> Barroso reverbera a natureza histórica brasileira que convergia a sociedade e o patrimonialismo no país. Ele destacou a sobreposição dos bens particulares com os da coroa, bem como o surgimento da “cordialidade” partindo justamente dessa não distinção entre tais esferas que se tornaram um tipo de personalismo. Tal relação se sobrepunha a qualquer devida formalidade pertinente ao efetivo funcionamento das instituições públicas.

[...] patrimonialismo e personalismo, assalto ao Estado e o “jeitinho brasileiro” do “homem cordial” estão umbilicalmente ligados, e um não existe sem o outro. [...] Um explica o Brasil na dimensão institucional e o outro na dimensão subjetiva e interpessoal. Obviamente, de modo muito conveniente, a instância do mercado é tornada invisível e só resta o Estado como amálgama institucional e prolongamento do jeitinho supostamente brasileiro do homem cordial. É a crítica mais desprovida de consequências práticas que se pode fazer e, ao mesmo tempo, a que aparenta maior radicalidade. Investe-se contra uma elite abstrata que pode ser todos e ninguém, inclusive o próprio ministro, mantendo-se a consciência tranquila e ganhando a boa vontade de qualquer plateia. (SOUZA, 2017, pp. 186-187).

Desta forma, Souza (2017) entende que a aceitação pouco criteriosa dessa percepção, a partir de diferentes setores da sociedade, beneficia os verdadeiros corruptores que ficam escondidos sob a imagem do Estado tratado, de forma maniqueísta. Este último como o vilão de toda a corrupção, enquanto que o mercado, o real corruptor, ao contrário, passa a ser visto como a solução, uma vez que quebraria com a relação patrimonialista retirando a esfera pública da equação.

De uma certa maneira, voltando ao que Dallagnol colocou, é possível realizar um questionamento provocativo, quando esse reforça que determinados indivíduos não são punidos por seus atos, protegidos pela burocracia estatal e por seus acordos com indivíduos inseridos na esfera pública. Não seria pertinente indagar o que ganharia estes funcionários ao privilegiar determinados cidadãos em possível avaria à própria carreira? Alguma compensação financeira justificaria tal desvio de conduta em alguns casos, o que já foi comprovado em diversos

---

<sup>13</sup> Texto de Dallagnol, disponível em: <<https://www.facebook.com/deltan.dallagnol/posts/994207707289605>>. Acesso em 13 jan. 2021.

<sup>14</sup> Palestra de Barroso, disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/palestra-barroso-jeitinho-brasileiro.pdf>>. Acesso em 13 jan. 2021.

esquemas denunciados na imprensa. A origem desses recursos, ou mesmo a intenção de corromper alguém, seria dos próprios funcionários públicos ou do corruptor que está, na maior parte dos casos, na iniciativa privada?

Por fim, em relação a Haddad, Souza (2017) utiliza um artigo do ex-ministro escrito para a Revista Piauí em 2017 intitulado *Vivi na pele o que aprendi nos livros: um encontro com o patrimonialismo brasileiro*<sup>15</sup>, no qual ele discorre quanto à influência do patrimonialismo na história brasileira e suas interferências na política do país. Haddad reconhece a pertinência do conceito ao Brasil e vai além, faz emergir a existência de um patrimonialismo moderno, ao se utilizar de Faoro como fonte analítica de sua hipótese. Ele reforça a possibilidade de um patrimonialismo socialdemocrata para se empreender a adesão das classes sociais marginalizadas ao bem-estar social. Em outras palavras, além de reconhecer um pressuposto teórico conservador no que tange ao caráter do povo brasileiro, ainda aceita o suposto enviesamento se for em benefício das classes mais necessitadas. Souza (2017) discorda de Haddad, uma vez que:

Ainda que o texto denote a capacidade do autor de reflexão pessoal e de apropriação autônoma de conceitos, o que inexistia nos exemplos anteriores, temos um exemplo perfeito de como uma leitura naturalizada e não refletida nos seus pressupostos essenciais pode comprometer a capacidade de análise até mesmo das mentes mais brilhantes. Falar de “patrimonialismo moderno”, como faz Haddad, é um contrassenso conceitual. Por boas razões, como veremos a seguir, para Max Weber, o inventor do conceito e de quem se retira o “prestígio científico” para tornar a ideia “respeitável”, o patrimonialismo é inseparável de condições que são pré-modernas. (SOUZA, 2017, pp. 189-190)

A construção do conceito de patrimonialismo realizada por Weber data do século XIX, muito depois do estabelecimento dos Estados Nacionais e sob a legitimação já constitucional, ou seja, o patrimonialismo é ilegal, ou imoral, na democracia moderna, porém era normativo quando o absolutismo não tinha como distinguir o público do privado.

Contudo, ainda assim, a situação da constituição da lógica de patrimonialismo feito pelo autor era de uma conjuntura muito diferente do que ocorreu na construção histórica do Brasil, ou mesmo de Portugal e outras monarquias do final da Idade Média. Weber legitimou o patrimonialismo pré-moderno a partir da sociedade chinesa baseada no confucionismo e no taoísmo.

---

<sup>15</sup> Artigo de Haddad, disponível em: < <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/vivi-na-pele-o-que-aprendi-nos-livros/>>. Acesso em 13 jan. 2021.



Se prestarmos atenção na análise que Weber desenvolve em seu estudo sobre o confucionismo e taoísmo nas suas relações com o império patrimonial chinês, podemos perceber facilmente o quanto seu conceito de patrimonialismo é contextual e historicamente determinado. Como o patrimonialismo jamais se reduz à esfera da política *stricto sensu*, já que a esfera política em sentido diferenciado e estrito ainda não existe, a dominação social implica uma articulação específica de diversos interesses além dos estritamente políticos. Em primeiro lugar, a confusão entre as diversas esferas sociais, da qual o patrimonialismo retira sua própria condição de possibilidade, exige a existência de uma série de fatores socioeconômicos externos ao que chamaríamos hoje em dia de dominação política em sentido estrito. Alguns desses fatores importantes são: a inexistência de uma economia monetária desenvolvida, a existência de um direito não formal e uma legitimação em grande medida mágico-religiosa do poder político. Todos esses elementos marcam a sociedade chinesa patrimonial. (SOUZA, 2017, p. 204).

É notório, portanto, que o conceito de patrimonialismo desenvolvido para retratar as características da política brasileira não é o mesmo determinado por Weber (1991, 1999), principalmente porque, como ver-se-á mais adiante, o conceito assume significativo grau de complexidade no decorrer da vida bibliográfica do autor. Assim, comparar a já mais complexa economia brasileira no período colonial com a sociedade dos mandarins chineses, sem conjecturas monetárias e de direito formal, denota realmente, como detalhou Souza (2017), um meio de fazer valer uma hipótese a partir do enviesamento de um autor conceituado e, desta forma, lograr notoriedade para o próprio argumento.

Em resumo, fazer uma comparação desta natureza conclui em uma forma de análise não historicista, apesar de tentar se fazer parecer. Sob tal aspectos outros autores concordam com Souza (2017) quanto ao uso indevido do conceito de patrimonialismo, cita-se nesse bojo Schwartz (1982), Campante (2003) e Sell (2016), ainda que por considerações diferentes, todos discordam do uso na forma em que se estabeleceu no Brasil.

Schwartz (1982) também reconhece a escravidão como uma instituição significativa na construção do imaginário das classes hegemônicas brasileiras diante das demais. Nesse sentido, ele reconhece que qualquer lapso referente a um efetivo atraso de modernidade do país no século XIX estava mais associado ao escravismo do que a qualquer outro fator, para esclarecer este ponto de vista escreve sobre a forma de trabalho realizado então:

É preciso espichá-lo, a fim de encher e disciplinar o dia do escravo. O oposto exato do que era moderno fazer. Fundada na violência e na disciplina militar, a produção escravista dependia da autoridade, mais que da eficácia. O estudo racional do processo produtivo, assim como a sua modernização continuada com todo o prestígio que lhes adinha da revolução que ocasionam na Europa eram sem propósito no Brasil (SCHWARTZ, 1982, p. 14).

Quando Schwartz (1982) se refere ao oposto do moderno é justamente a comparação que faz ao labor assalariado enxuto, o qual depende do rendimento do trabalhador com mais

produtividade no menor tempo possível, condição bem diferente do sistema escravista que precisava ocupar todo o tempo do sujeito. Soma-se a tal fator a disciplina e a violência empregada para a tentativa de exercer a disciplina.

Percebe-se que realmente a lógica capitalista que vinha de fora para dentro do país não tinha sentido para o sistema vigente naquele período do Brasil. Mesmo após o fim da escravidão, a forma de tratamento pouco mudou, quando não é a violência física, o indivíduo sofre segregação ou violência simbólica, seja ele preto, descendente destes ou mesmo pobre.

Apesar de criticar o que hoje se convencionou como patrimonialismo brasileiro, Schwartz (1982) não se utilizou de tal expressão, contudo o modo como coloca suas ponderações choca diretamente com o que os que comungam com a teoria. Para ele, a explicação da realidade social brasileira é assentada a partir do colonialismo que, sob seu ponto de vista, possui características gerais para todas as nações que foram exploradas no processo, portanto não passível de ser o motivo das supostas características singulares do Brasil.

Em facticidade, como reforça Souza (2017), a principal diferença que ocorre no Brasil em relação à Europa é sua natureza histórica recente do escravismo *in loco*, ou seja, ainda que incentivado pelas metrópoles europeias em algumas de suas colônias, em solo europeu o sistema não se desenvolveu.

Campante (2003), por sua vez, reconhece a existência do patrimonialismo em sociedades arcaicas, aquelas que não constituem a lógica monetária ainda inserida em seu conjunto econômico. Desse modo, já se justifica uma crítica à ideia de patrimonialismo no Brasil, uma vez que o país sempre esteve inserido no âmbito da economia monetária, mesmo na gênese do período colonial, desprezando-se os primeiros trinta anos de reconhecimento antes da ocupação de fato do território.

Os relativismos estabelecidos para o enviesamento do conceito do patrimonialismo ocorrem de outras formas ainda. Para Campante (2003) a origem do termo se refere a um meio de dominação, o qual de certa maneira existe em todas as sociedades hierárquicas. Contudo, aprofundando-se em tal embasamento teórico, segundo Weber (1991), existem três formas de legitimação do poder nas sociedades: a burocrático-legal, a tradicional e a carismática.

Entre as três formas de dominação, aquela que se refere de fato ao tema do patrimonialismo é aquela chamada de tradicional. Weber (1991) divide ainda esta última esfera de legitimidade em duas, isto é, em patrimonial e feudal. Porém, como para o autor o conceito é quem estabelece o próprio poder em uma relação de arbitrariedade e tradição, esta pode ser aplicada também ao contexto do feudalismo, assim Faoro (2001) o faz, utilizando-se desta

ambigüidade, remete o patrimonialismo à coroa portuguesa, em sua gênese a partir do século XIV.

É possível, portanto, encontrar imprecisões no conceito de patrimonialismo, não somente a partir dos autores que se aprofundaram no termo após a sistematização de Weber (1982), mas também no que tange a obra do próprio autor. Concordam com esta afirmação além de Campante (2003), Zabludovsky (1989) e Sell (2016).

Talvez essa ambigüidade se deva ao fato, para Weber, de o feudalismo possuir, contraditoriamente, tanto elementos tipicamente patrimoniais – como o culto à fidelidade pessoal ao governante – quanto características tipicamente extrapatrimoniais – como a complexa e minuciosa estipulação contratual (mesmo que não-escrita, costumeira) de direitos e deveres entre governantes e quadros administrativos. No primeiro aspecto, configura-se como um tipo de patrimonialismo, embora peculiar; no segundo, extrapola a dominação patrimonial (CAMPANTE, 2003, p. 157).

Essa consideração poderia enfatizar ainda mais o que determinou Faoro (2001) quanto ao seu hipotético patrimonialismo brasileiro, contudo ele o restringe à coroa portuguesa e, em sua concepção moderna, mais recentemente, ao Brasil. Entretanto, ainda assim, conforme o que escreveu Campante (2003), a relação do patrimonialismo com o feudalismo é sempre parcial, uma vez que os contratos estabelecidos não são característica do conceito puro, sendo o caso feudal um dentro do que se pode entender como uma variação do patrimonialismo patriarcal.

Em suma, ambas as formas, a patriarcal ou pura e a feudal ou estamental, são entendidas, por vezes, como o mesmo patrimonialismo, mas são distintas em suas excepcionalidades, o que Faoro (2001) fez foi criar a sua concepção própria do termo, como uma terceira via. Não haveria problema na questão, desde que sintetizasse as duas formas de modo a criar uma convergência dos termos. Ora, o conceito de imperialismo, por exemplo, tem significados diferentes na Roma Antiga, no neocolonialismo e na hegemonia geopolítica estadunidense no século XX, contudo o Faoro (2001) usa o que convém para sua teoria e descarta aquilo que poderia deslegitimá-la.

De qualquer maneira, nenhuma das duas formas daquele conceito abrange com exclusividade o que ocorreu na sociedade brasileira, nem em tempos coloniais, nem depois. Se há equívocos quanto ao que o autor denomina patronato brasileiro em essência conceitual, existe também no fato de ser algo em essência do Brasil. O que é estabelecido como patrimonialismo moderno, conforme escreveu também Haddad, seria uma forma de forçar uma teoria a outra realidade. Isso, por sua vez, ressalta-se não é culpa de Weber, mas sim daqueles

autores que estabeleceram tal distorção, enviesando o discurso conforme o que queriam determinar.

Isso é importante na análise das idéias de Faoro, que concebe nosso patrimonialismo como “sufocante”, “tutelador”, “sobranceiro”, “autônomo” e outros adjetivos que apontam para um só aspecto: o poder emanando do centro. Para corroborar sua tese, Faoro, então, “torce” às vezes a história brasileira. Admite momentos e tendências centrífugas, mas estes são invariavelmente derrotados e/ou permanecem secundários. Assim, a Guarda Nacional, por exemplo, é entendida como um “agente da política central” (CAMPANTE, 2003, p. 159).

Faoro (2001), desse modo, considera os elementos que convém para criar a teoria do patronato brasileiro, inclusive convergindo o patrimonialismo puro com o estamental, como já descrito. A comparação e síntese de referências genéticas é pertinente em um trabalho acadêmico, porém qualquer comparação com a sociedade atual pode encontrar recursos semelhantes aos dois patrimonialismos. Toda sociedade atual é centralizadora e emana seu poder do governo do Estado, como no conceito puro no qual tenta se concentrar sob a imagem de um líder religioso e sob a tutela de seus correligionários. Assim, também, como no caso de sua versão estamental, a qual dependia da descentralização e da tenra monarquia para os senhores feudais, mesmo que a partir dos acordos de vassalagem.

Na contemporaneidade, essa relação ocorre por meio da esfera pública, representada pelos cargos funcionais, pelo exército e pela própria sociedade civil dotada de participação indireta, para manutenção do próprio poder central tanto das democracias quanto das ditaduras. Ao fazer analogia ao patronato brasileiro e desconsiderar outros elementos, o autor, de fato, torce a realidade, como escreveu Campante (2003), pois ao se analisar a sociedade a partir de poucos e selecionados elementos, poder-se-ia chegar à sua conclusão também em qualquer território no mundo. Campante (2003, p. 163) reforça esse argumento quando esclarece que:

Enquanto o estamento de senhores feudais de Weber é um grupo que se origina do patrimonialismo, mas que acaba, em parte, negando-o, o estamento político-burocrático de Faoro tem origem no patrimonialismo e reforça-o. Isso porque o estamento feudal de Weber é senhorial-territorial, atuando em uma economia não ou pouco monetarizada, ligado intimamente ao feudalismo, o qual apresenta uma burocratização reduzida. Já o de Faoro é um estamento burocrático constituído “à ilharga do Estado” em um sistema socioeconômico dominado pelo comércio mercantilista, que nada tem de feudal. O primeiro é vetor de descentralização política; o segundo, de centralização.

Portanto, é pertinente reconhecer que o nível de desenvolvimento econômico da sociedade brasileira, mesmo nos períodos colonial e de império, estava, e logicamente está, à frente do que ocorria no âmbito das sociedades tradicionais estudadas no patrimonialismo puro

de Weber (1991), bem como de sua versão estamental presente no feudalismo. Nesse sentido, ainda que parte das características sociais da atual sociedade brasileira tenha origem na monarquia portuguesa, como reforça Campante (2003), o desenvolvimento do mercantilismo durante a colonização altera as relações de poder estabelecidas.

Na sociedade patrimonial estamental, que em tese ocorria na coroa portuguesa do final da Idade Média, o fator de reconhecimento entre as partes para legitimação do poder era a honra que ligava a monarquia e os senhores feudais, já em sua versão pura, por sua vez, predominava a arbitrariedade.

Todavia, ainda que se possa identificar a violência e o mandonismo representados também por meio da autoritarismo dos senhores da sociedade brasileira colonial, a motivação para tais atitudes nada tinha a assistir com os valores ou respeito à coroa, mas sim com os benefícios econômicos que viriam a ter. Fato que distingue o Brasil de então de qualquer outro estudo de Weber, já que nenhum de seus patrimonialismos abordados estavam inseridos em qualquer fase do capitalismo.

Sell (2016), também faz uma análise da teoria do patrimonialismo de Weber e identifica duas versões do conceito em essência. Nesse sentido, ao julgar o que se estabelece quanto à temática no que diz respeito à sociedade brasileira, reconhece-se alguns mal-entendidos na discussão sobre o país a partir da não identificação dessa disparidade na obra do autor alemão.

Quanto a Weber, Sell (2016) afirma que existem duas fases da construção do termo na bibliografia do autor. Nesse aspecto, o patrimonialismo denotaria complexidade ainda mais significativa, foram concepções realizadas em datas diferentes, isto é, uma prévia, escrita antes da Primeira Guerra Mundial e outra posterior atualizada depois do confronto bélico.

Entende-se que a própria contextualização do conflito foi suficiente para radicar novas formas de se compreender a realidade, sendo nesse caso um hiato que vai remeter uma estruturação diferente da que Weber (1991) escreveu em *Economia e Sociedade*, obra dividida em dois volumes.

Na segunda parte da publicação, Weber (1999) faz atualizações quanto aos conceitos de dominação e patrimonialismo, os quais, de acordo com o entendimento de Sell (2016), são complementados a partir de uma ressignificação da gênese dos termos com seu significado em específico e também em relação à requalificação do patrimonialismo estamental.

Na versão antiga, Weber trabalha com a tese de que o patriarcalismo é o protótipo de toda forma tradicional de dominação, sendo os demais sub-tipos apenas desenvolvimentos consequentes dessa matriz originária. Quando saltamos dessa

versão inicial para a versão tardia, o quadro analítico da dominação é remodelado (SELL, 2016, p. 7).

Essa remodelação colocada pelo autor se refere ao fato do patrimonialismo feudal deixar de ser um subtipo de sua versão pura, enquanto que as antigas formas de dominação patriarcal passam a ser inseridas fora da origem do conceito como norma. Desse modo, o patrimonialismo deixa de ter papel derivado e se torna protagonista enquanto forma de dominação primária, estando ao lado do patriarcalismo e da gerontocracia (SELL, 2016).

Conforme Sell (2016), o entendimento sincrônico e, portanto, parcial é um dos responsáveis pelo debate entre aqueles que concordam com o patronato brasileiro, como fator intrínseco na construção do imaginário do país, e aqueles que refutam a teoria, entendendo que o conceito não se aplica à realidade das sociedades modernas. O autor critica ambas as reflexões inferindo que mesmo as vozes discordantes se aprofundam em equívocos e, por vezes, não avançam o debate. Assim, o que falta é o entendimento quanto à mudança da escrita de Weber em sua segunda fase de escrita.

É pertinente relevar que essa alteração do final dos anos de 1920 na obra de Weber (1999) provocaria variações significativas no entendimento do conceito como um todo. Porém mais ainda no caso do debate brasileiro, já que, pela lógica da separação do patrimonialismo das sociedades patriarcal e feudal, colocaria em descrédito um dos questionamentos feitos à teoria de Faoro (2001). O termo antes se referia somente às sociedades pré-modernas, sem aparato administrativo burocrático, conforme critica Souza (2017), mas Weber coloca a questão como possibilidade na organização política moderna após aquela atualização.

Antes, porém, de adentrar no que converge com o que escreve Faoro (2001), é pertinente compreender a concepção de patrimonialismo de Weber (1999) em sua renovação pós Primeira Guerra Mundial. Conforme Sell (2016), anteriormente, o conceito seria uma continuação temporal do que ele entedia como formas de dominação, havendo, em tese, uma linearidade em sua evolução.

Explica-se, portanto, que as formas de dominação se iniciariam no patriarcalismo ou na gerontocracia conforme o contexto histórico de cada sociedade, as quais denotariam formas de influência sem a mediação de um quadro administrativo relevante. Entretanto, ambas poderiam evoluir para o patrimonialismo quando desenvolvem a intervenção do aparato administrativo com uma forma de poder que permitisse um modo de divisão do comando territorial com o governante, sem se perder o domínio autoritário central.

Dentro do que Weber (1999) começa a reestabelecer como patrimonialismo, após os anos de 1920, está a ideia de que o conceito não se origina necessariamente da dominação

tradicional, ou seja, do patriarcalismo ou da gerontocracia. Assim, não existiria uma progressão linear, como uma etapa da evolução social, de modo que o próprio patrimonialismo passa a ser, junto com as duas outras formas de dominação, uma categoria primária no âmbito da teoria da dominação, a qual passa a estabelecer de fato seus próprios subtipos (SELL, 2016).

Assim, Sell (2016) esclarece que ainda são considerados nesse momento o patrimonialismo puro e o patrimonialismo estamental, mas com o conceito genético sendo próprio. A diferença estaria na legitimação do poder central, se o poder do governante fosse pautado na tradição, esse seria puro, caso fosse legitimado em conjunto ao quadro administrativo, seria estamental.

De um modo geral, Sell (2016) entende que em uma escala idealizada, levada à abstração de uma realidade radical, o conceito puro seria a extrema, ou mesmo total, separação do quadro administrativo e dos meios de gerência, os quais lhes tirariam qualquer, ou nenhum, poder de legitimação de controle parcial e isso nunca existiu de fato. Por mais central e dotado de força, o governante sempre precisou em maior ou menor grau do apoio de alguma entidade mediadora administrativa.

O que se detém, portanto, é que os tipos de patrimonialismo são apreendidos a partir do nível de legitimidade do governante no campo simbólico da tradição de cada período histórico, de sua conjuntura social e de sua maior ou menor influência com os indivíduos que fazem o intermédio dos meios de administração.

O patrimonialismo sempre foi um tipo sub tipo fundamental na teoria política de Weber. Na primeira fase de sua obra, ele entendeu a dominação patrimonial como uma derivação genética da dominação patriarcal e o patrimonialismo estamental como um caso muito particular da qual teria derivado, por sua vez, o feudalismo. Na segunda fase de sua obra, Weber adota um enfoque institucional e o patrimonialismo assume o lugar determinante na caracterização das formas complexas ou administrativamente estruturadas de dominação tradicional. Nessa versão o conceito é diferenciado segundo dois eixos analíticos: quanto ao aspecto da legitimação, opõe-se o patrimonialismo e o patrimonialismo sultanista e quanto ao aspecto organizacional opõe-se o patrimonialismo puro e o patrimonialismo estamental (SELL, 2016, p. 15).

É válido delimitar o emprego do termo sultanista utilizado na citação anterior, sendo o vocábulo em questão algo próximo do emprego do patrimonialismo puro. Nele o arbítrio do governante dirige significativo valor na legitimação de seu poder, ao contrário do que ocorre na escala estamental, a qual, ainda que exista uma força centralizada, a falta de apoio por algum motivo da esfera administrativa findaria possivelmente em uma crise institucional mais ampla. Neste último caso, a tradição seria um fator preponderante na determinação dos limites do poder

central, a exemplo das relações de suserania e vassalagem, comuns na sociedade medieval (SELL, 2016).

O que é significativo relevar, quanto à complexidade do conceito em questão, é que Faoro (2001) faz justamente uma combinação de suas duas formas, exacerbando os fatores que convêm à sua teoria. Embora seja legítimo sintetizar novas ideias a partir de análises de paradigmas e obras de outros pensadores, tal resultado deve avançar em relação ao recorte histórico anterior, mas é algo que o autor brasileiro em voga não faz, nem seus críticos não percebem ou ignoram as mudanças conceituais que abrangem Weber (1999).

Desta forma, não é razoável estabelecer os problemas socioeconômicos do Brasil a partir do patrimonialismo, ou o tendo como sustentação de toda uma teoria, de modo que essa alternativa se equivoca ao delimitar o conceito como um fator de influência quase restrito ao Brasil. Nações exploradas em todo mundo pelo colonialismo e imperialismo moderno em qualquer análise parecida teria resultado semelhante. O próprio Weber (1999, p. 240) trata desse fato quando escreve que:

Quando o príncipe organiza, em princípio, seu poder político, isto é, sua dominação não-doméstica, com o emprego da coação física contra os dominados, sobre territórios e pessoas extrapatrimoniais (os súditos políticos), da mesma forma que o exercício de seu poder doméstico, falamos de uma formação estatal-patrimonial. A maioria de todos os grandes impérios continentais apresentou, até os inícios da Época Moderna e ainda dentro desta época, um caráter fortemente patrimonial.

Portanto, não há particularidade explicativa na teoria de que o patrimonialismo estamental português é a gênese de sua forma moderna do caso brasileiro, principalmente no que tange a essência identitária do país, sendo esta entendida como intrinsecamente corrupta e cordial. Sem outro elemento que reforce aquela conclusão, ela se torna inócua, até porque, como exposto, comparativamente outros Estados Nacionais tiveram origem análoga e não há qualquer outra indicação parecida nesses países. Outro equívoco encontra-se na lógica de se considerar a própria imagem corrupta e cordial de forma particular, ou mais intensa, para a sociedade brasileira do que em outras nações.

Não se questiona a existência do patrimonialismo, mas sim a ideia desse ser a gênese dos problemas sociopolíticos do Brasil. Refuta-se, também, o pressuposto de que a corrupção estrutural seja particular, ou maior que em outros países. Por fim, não se corrobora que a aceitação cordial deste suposto sistema, bem como o aproveitamento conveniente dele, seja uma característica intrínseca do povo brasileiro, fato que supostamente estabelecería o que se



convencionou denominar como um senso do “jeitinho”, reforçado por uma autoimagem “vira-lata”.

Esse imaginário nacional em conjunto protagoniza-se enquanto razão dos problemas do Brasil e, por sua vez, escondem a essência de passado escravocrata, representada pelo pensamento subjetivo da elite e parte da classe média (SOUZA, 2017), que ainda interfere na tentativa de interromper ou reduzir as desigualdades, de forma que quaisquer políticas que tentem promover equidade e reparação histórica que objetivem, por fim, alcançar maior desenvolvimento social são questionadas e atacadas pela lógica de uma suposta meritocracia.

A meritocracia, como fator de desenvolvimento pessoal, é assentada por determinados agrupamentos da sociedade como algo justo para a legitimação da posição de estratificação ou de classe social de alguns, bem como da ascensão de outros na conjuntura capitalista. No âmbito da lógica pautada no economicismo, a ela é bem aceita sem maiores intervenções, o que é óbvio de se compreender, uma vez que o entendimento de uma realidade colocada sob o nexó liberal do capital busca a maior margem de lucro. Os mais preparados e eficientes acumularão mais capital e serão valorizados nos setores que buscam a mais-valia.

Contudo, no imaginário social, justificar o fracasso econômico e profissional de outros indivíduos e de outras classes, por meio da meritocracia, seria uma maneira de legitimar a própria posição social e de sua classe, em detrimento das barreiras sedimentadas na sociedade, principalmente para aqueles que nascem em classes menos favorecidas, as quais prejudicam uma disputa equitativa pelos restritos espaços disponíveis no capitalismo.

Nascer em uma classe elevada na pirâmide social traz alguns benefícios que apontam para um direcionamento específico e vantajoso para se ocupar os já colocados espaços do capitalismo, principalmente aqueles que constituem maior remuneração e notoriedade. Entende-se que a meritocracia seja até legítima para os indivíduos que ocupam os próprios ambientes sociais, isto é, as mesmas escolas, sem necessidade de trabalhar desde cedo, acompanhados de apoio e exemplos de sucesso vindos do núcleo familiar, tempo para dedicação aos estudos e proximidade a uma rede de contatos que, no futuro, possam ajudar a se aproximar de seus objetivos. A estes últimos fatores Souza (2018b) denomina como, ainda que não seja um conceito próprio do autor, capital social.

Os capitais sociais são inseridos em todo o sistema capitalista e, conforme Souza (2018b), é um dos motores que concretizam também a existência da corrupção presente na esfera pública. Reforça-se que tal fato não é isolado ao caso brasileiro, existindo também em todo Estado que se valer do aparelho econômico majoritariamente vigente.

Os capitais sociais permitem, portanto, a existência de formas de privilégio determinadas por contatos mais próximos com aqueles que estão inseridos em posições de poder em diversas áreas do sistema, estes indivíduos vão favorecer seus contatos próximos, os quais, quase sempre, permeiam sua própria classe social. Desta forma, vale lembrar que aquele patronato brasileiro, sedimentado por Faoro (2001), mais uma vez, não se contenta para determinar a realidade presente no país, já que os privilégios neste caso são mediados por um fator de classe social, não de um culturalismo histórico.

Esta discussão referente ao patrimonialismo é relevante para as classes sociais privilegiadas, uma vez que almeja por se desviar dos reais problemas que assolam os países periféricos no mundo e, principalmente neste caso em particular, no Brasil. Por conta de tais interpretações, o real motivo da espoliação da população não é discutido de modo mais claro, ou ao menos incentivado a ser percebido pela massa da população.

Por fim, é relevante asseverar que não é pertinente para os atores hegemônicos manter em debate que muitas das questões que determinam as desigualdades socioeconômicas têm origem no capitalismo, o mesmo sistema que permitem seus privilégios. A próxima subseção vai se aprofundar no papel das classes sociais e mais especificamente de sua camada média enquanto parte mediadora das ações políticas assentadas no Brasil, sendo ela, portanto, significativa para a ocorrência da mobilidade ideológica.

### **2.2.2 As classes sociais brasileiras e as frações da classe média enquanto fator de movimentos ideológicos**

A massa da população brasileira, presente sobretudo na base da pirâmide social, é demasiada complexa, nesse sentido reforça-se que já se discutiu nesta pesquisa o fato de que as noções de divisão social estabelecidas pelas classes marxistas ou de estratificação de renda não alcançam a realidade da sociedade contemporânea, nem no Brasil, nem em outras partes do mundo.

Desta maneira, Souza (2017) identifica quatro classes sociais no Brasil baseadas não somente nas condições determinadas pelo economicismo, mas também a partir de suas origens históricas e culturais, sendo que duas delas, as mais extremas nos agrupamentos de privilégio e vulnerabilidade social, são resultado direto do sistema escravocrata, já que o país:

[...] adentra o século XX em franca mudança econômica e social em meio à continuação de padrões valorativos e políticos herdados sob máscaras modernas do escravismo. Já a política de substituição de importações causada pelo impacto da Primeira Guerra Mundial no comércio mundial cria as condições de uma industrialização incipiente especialmente na cidade de São Paulo. As duas classes polares da sociedade brasileira que descendem diretamente da escravidão, que são a ralé de novos escravos e a elite da rapina, são adaptadas ao novo contexto competitivo, mas reproduzem padrões que, substancialmente, são continuação do passado (SOUZA, 2017, p. 109).

Essas duas classes são, mais abaixo na estrutura social, os abandonados da escravidão, a “ralé” e, no ápice, a elite da “rapina”, conforme escreve especificamente autor. A elite foi originada principalmente a partir dos antigos senhores de escravos, geralmente fazendeiros, que ascenderam ao topo do controle político do Brasil durante a Velha República. Eles o fizeram de formas, por vezes, não éticas, enriqueceram por meio de seus privilégios consolidados pelo capital social no qual estavam inseridos, por isso o emprego do adjetivo “rapina”.

Contudo, é pertinente relevar que outras duas classes ascenderam a um protagonismo social com a chegada da república e o fim da escravidão na conjuntura de uma embrionária, porém já pontualmente relevante, atividade industrial, assim em:

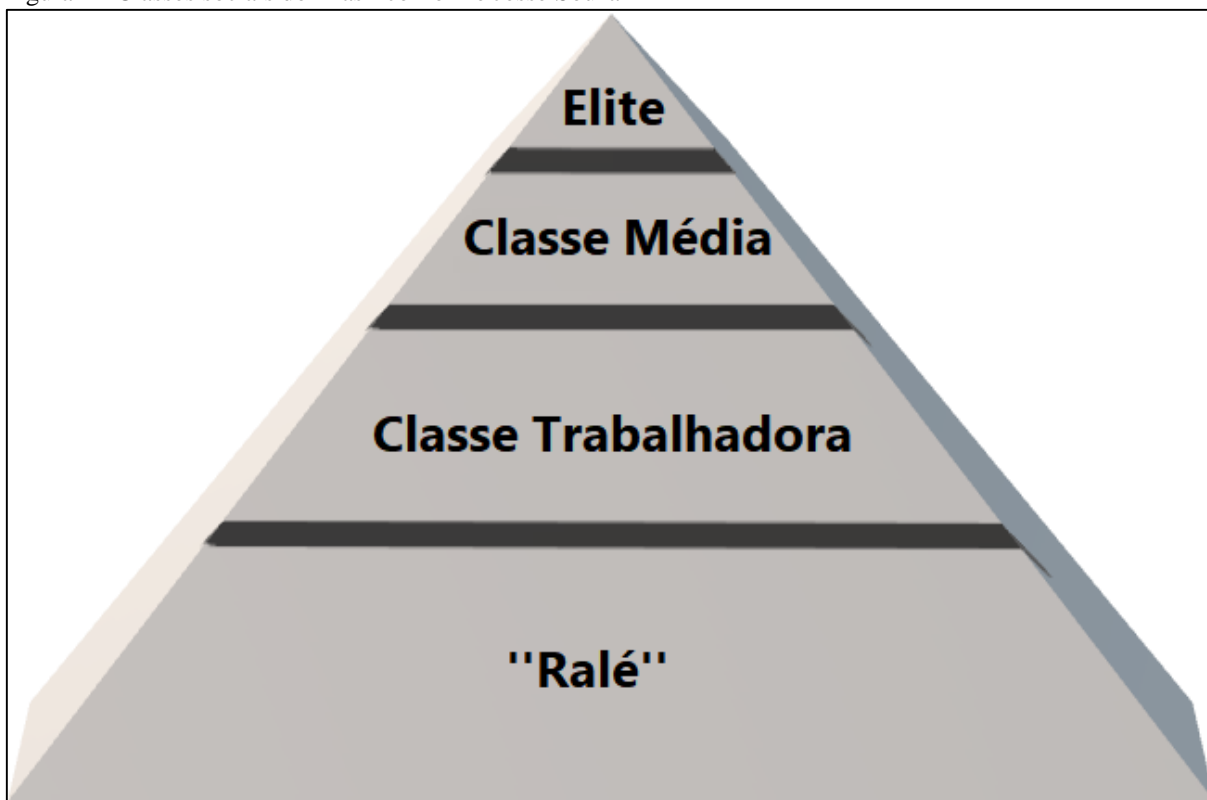
São Paulo e, com menos profundidade, o Rio de Janeiro vão ser as cidades que irão servir de berço para as novas classes sociais que se criam já a partir da industrialização incipiente do início do século XX: uma classe trabalhadora precária e uma classe média moderna. A classe trabalhadora urbana e industrial e a classe média white collar, dos serviços administrativos do mercado, do comércio e das finanças, acrescida da classe média dos serviços estatais que também se avoluma nesse período, são a novidade social, econômica e política do Brasil que se moderniza, se urbaniza e se industrializa (SOUZA, 2017, p. 109).

A classe trabalhadora assalariada era quase ausente no Brasil do século XIX, já que a grande massa laboral do país era escrava e qualquer ideia de classe média era também muito restrita. Ainda que já se dispusesse no Estado brasileiro de todo um sistema administrativo - sedimentado desde a chegada da família real portuguesa com continuidade nos governos regenciais e imperiais que justificassem tal existência -, a gênese de um estrato social intermediário estava ainda muito ligada aos correligionários da própria elite agrária. Estes tinham como costume alocar filhos, parentes e outros protegidos para estudar no exterior. Assim, ao voltarem ao país tinham garantidos cargos que exigiam determinado grau de conhecimento, capital cultural que era praticamente inexistente para a maioria dos brasileiros de outras camadas sociais durante o século XIX.

Desta forma, a classe média brasileira cresce em número proporcional e absoluto na virada para o século XX. Esse fato é condicionado à ascensão da economia urbana que

acrescenta, em maior escala ao agrupamento social intermediário, aqueles indivíduos pertencentes aos ramos do comércio e do mercado financeiro, estes últimos, apesar de já existirem anteriormente, eram muito poucos para interferirem de modo significativo na época. Assim, as classes sociais determinadas por Souza (2017) ficam dispostas conforme a figura 2:

Figura 2 - Classes sociais do Brasil conforme Jessé Souza



Fonte: Souza (2017). Organização: autor.

A figura 2, explica-se, não procura demonstrar a proporção de tamanho que cada classe ocupa na pirâmide em relação à estrutura demográfica quantitativa real do Brasil. Ela está disposta conforme a hierarquia vertical ocupada por cada grupo no que concerne aos interesses econômicos e políticos do país. Ainda assim, como detalha Souza (2017), as quatro classes sociais estão em ordem de proporção em um campo de projeção lógica no que toca as desigualdades do capitalismo. Respectivamente, as classes que aparecem na base da figura, a "ralé" e a classe trabalhadora, são agrupamentos de maior número populacional, sendo a primeira a mais numerosa, enquanto que as classes do topo, ou seja, as classes média e a elite são menores, sendo esta última a menor entre todas.

Souza (2017) situou essa sugestão de divisão social a partir de fatores que vão além da consideração dos índices socioeconômicos, também são relevados comportamentos de natureza cultural. Ele o faz por entender que estas condutas são definidas por uma esfera psíquica,

diferentemente das abordagens economicistas materialistas, que convergem na intersecção dos campos individual e social. Em outras palavras, cada classe no capitalismo possui distinções consideráveis entre seus próprios sujeitos. Os indivíduos e suas classes, em suma, reproduzem-se, de um modo geral, por influências que são tomadas como exemplo em cada núcleo familiar e por sugestões midiáticas que são controladas e, portanto, determinadas, por atores hegemônicos.

A classe média é de demasiada relevância para o prosseguimento desta análise, pois ela é o elo principal entre a elite, aqueles que de fato detêm o poder e o controle econômico no país, e as últimas classes da pirâmide social, é o segmento médio aquele responsável por usar os aparelhos ideológicos. Eles o fazem a partir dos setores administrativos dentro das empresas públicas e privadas, dos meios de comunicação e das esferas econômica e política, isso para direcionar parte significativa da população em detrimento dos próprios interesses delas.

Assim, ainda que os proprietários daqueles estabelecimentos possam interferir e ser componentes, na maior parte dos casos, da elite, quem exerce funções de emprego e expõe a face para a população são funcionários, reforça-se da camada social média, os quais dispõem sua força de trabalho como assistentes administrativos, jornalistas, políticos, entre outros. Esses indivíduos fazem parte do que se convencionou chamar, segundo Chomsky (2013), de classe de especializados, um grupo de pessoas com formação técnica e superior com conhecimento localizado para permitir o funcionamento de algumas atividades.

[...] existem duas “funções” numa democracia: a classe especializada, os homens responsáveis, assume a função executiva, o que significa que eles pensam, planejam e compreendem os interesses de todos. Depois, temos o rebanho desorientado, e ele também tem função na democracia. Sua função na democracia, dizia ele, é a de “espectador”, e não de participante da ação. Porém, por se tratar de uma democracia, esse rebanho ainda tem outra função: de vez em quando ele tem a permissão para transferir seu apoio a um ou outro membro da classe especializada (CHOMSKY, 2013, p. 17).

Essa classe de especializados a qual o autor se refere, pode-se entender, a partir da perspectiva sociocultural de Souza (2017), como parte da classe média que apresenta capital cultural e social disponível para exercer os cargos de liderança no sistema. Assim contribuem para reproduzir o ideário que mantém as classes da base, chamadas por Chomsky (2013) de expectadores, sob certo grau de controle. A finalidade é mantê-los sem focos de tensão política na maior parte do tempo possível, todavia nem sempre este domínio se conserva, de modo que ou a elite e a classe média, em sua maioria, aceitam a mobilidade ideológica daquela ocasião ou alimentam uma alternativa intervencionista que pode até mesmo comprometer a democracia.

Ainda assim, conforme foi destacado anteriormente, a parte majoritária da classe média se estabelece por possuir em sua gerência a máquina administrativa da elite. Mesmo dentro desse agrupamento social, não é possível a afirmação irrefutável de que ela seja inteiramente uma massa homogênea no que se refere ao seus modos de enxergar o mundo, os pensamentos e comportamentos “intraclasse” nem sempre são uniformes.

A origem e função exercida pelos componentes da classe média variam dentro do capitalismo, sendo esta possível a partir do mercado financeiro, do meio produtivo industrial, do setor agropecuário, do âmbito acadêmico, do meio administrativo ou mesmo dos setores terciários de comércio e serviços em geral. São ramos muito distintos, assim, ainda que possam convergir em alguns costumes, suas concepções de realidade podem determinar diferenças pontualmente importantes.

A vivência dentro de cada um destes meios econômicos pode estabelecer toda uma cadeia de relações éticas, morais, familiares e profissionais de natureza específica. Assim, compreende-se que não é possível se estabelecer completa similaridade entre um bancário, um dono de um pequeno comércio de bairro e um gerente de uma loja de departamentos. Souza (2018a) percebeu tal fator e empreendeu um estudo que abordou diferentes segmentos inclusos no interior da classe média.

Assim, Souza (2017 e 2018a) identificou quatro subdivisões dentro da classe média, as quais ele tratou como frações, estas chamadas por ele como: profotascista, liberal, expressivista e crítica. Para chegar a tal repartição, o autor empreendeu uma pesquisa nacional, em conjunto com outros pesquisadores, realizada enquanto presidia o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Desde novembro de 2015, quando iniciei o trabalho neste livro, fiz uso de dois tipos de materiais. O primeiro inclui mais de 200 entrevistas qualitativas em profundidade com membros da classe média, conduzidas no âmbito do projeto Radiografia da Sociedade Brasileira, uma pesquisa de abrangência nacional, que coordenei enquanto presidente do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). O segundo tipo de material abrange dezenas de entrevistas que realizei pessoalmente entre 2016 e 2018, com pessoas de classe média, em diversas cidades brasileiras (SOUZA, 2018a, p. 20).

Desta forma, reforça-se que esta concepção se valeu de uma pesquisa qualificada e estabelecida com parâmetros metodológicos, ainda que nesse trabalho não buscar-se-á o aprofundamento nos métodos específicos do que foi realizado pelo autor, é pertinente colocar que ela resultou no livro *A classe média no espelho*, no qual Souza (2018a) se aprofunda em suas frações da classe média e identifica diferentes formas de pensamento em seu interior.

Diante desse aspecto, duas frações da classe média são consideradas mais conservadoras, a profascista e a liberal. Elas têm em comum o fato de possuírem majoritariamente um conhecimento técnico e literário, de acordo com Souza (2017), com objetivo de servir, sobretudo, ao capital e a sua reprodução. Elas o fazem, muitas vezes, com o entendimento de conservar o sistema socioeconômico, a distinção é que a primeira fração expressa de forma contundente aquilo que não esteja de acordo com seus valores morais, até mesmo utilizando, ou apoiando, métodos dotados de violência, seja ela física ou simbólica. Por parte destes, o enviesamento dos ritos democráticos passam a ser aceitáveis para colocar em concretude seu entendimento de ordem. A via liberal, por outro lado, se compromete ainda com a democracia representativa e não apoia, pelo menos não no discurso, qualquer tipo de violência, ainda que a naturalize e nem sempre reconheça sua versão simbólica, assim:

Para o liberal, os rituais da convivência democrática são constitutivos, ainda que possa ser convencido das necessidades de exceções no contexto democrático. Ele é o tipo de classe média que se sente enganado, hoje em dia, pela propaganda do golpe vendido como combate contra a corrupção. As exceções da ordem democrática não se reverteram em mais democracia como ele, no nível consciente pelo menos, legitimava seu apoio ao golpe (SOUZA, 2017, p. 179).

O golpe referido é processo de *impeachment*, iniciado no Brasil no ano de 2015 e finalizado na primeira metade de 2016, contra a então presidente Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT). Assim sendo, a interrupção de seu mandato é entendida daquela forma por muitos autores aos quais se citam Singer (2016), Chauí (2016) e o próprio Souza (2016) no ensaio intitulado *A radiografia do golpe*.

Desta forma, a interpretação do crime de responsabilidade na visão desses autores, que é uma justificativa democraticamente plausível para tal processo, é considerada arbitrariamente enviesada para que houvesse uma adequação ao rito estabelecido pelas leis do Brasil, assim que ocorre a finalização do impedimento do cargo político máximo da república em moldes constitucionais. Na última parte desta tese serão aprofundadas as questões que envolvem os fatores que levaram à queda da ex-presidente, o ponto é que as camadas liberal e profascista apoiaram o procedimento como parte da própria democracia, não reconhecendo a existência de divergências significativas no andamento do processo.

Nesse sentido, ainda que subjetivamente quisessem mesmo o fim do um modelo político que já estava vigente no país há mais de uma década, sem uma justificativa que pudesse ser usada publicamente, os liberais em alguns casos reconhecem que o processo trouxe retrocessos no âmbito político do país. Assim, quando Souza (2017) escreve que a parte liberal da classe média se sente enganada, é justamente porque no decorrer do *impeachment* uma figura

política da fração protofascista ascendeu popularmente e foi eleita no pleito presidencial de 2018. De uma certa forma, esse fato faz com que a parte moderada conservadora da classe média submerja parte de seu controle político, pois:

O protofascista, que, na verdade, se espraia da classe média para setores significativos das classes populares, é bem diferente. O golpe lhe trouxe o mundo onde pode expressar legitimamente seu ódio e seu ressentimento. O ódio às classes populares é aqui aberto e dito com orgulho, como expressão de ousadia ou sinceridade. O protofascista se orgulha de não ser falso como os outros e poder dizer o que lhe vem à mente. O mal e o bem estão claramente definidos e o bem se confunde com a própria personalidade (SOUZA, 2017, p. 179).

Como explicar o fato de as classes populares apoiarem um discurso aberto de ódio contra seus cidadãos? Reforça-se novamente a relevância do entendimento da persuasão subjetiva, já realizada com base na ciência psicanalítica e na identidade nacional patrimonialista do brasileiro. Essa perspectiva pode ser entendida de duas formas.

Primeiramente, não há uma identidade classista desenvolvida na massa da população brasileira, de modo que para eles o ódio expresso pelos protofascistas se direciona para todo o Brasil, foco abstrato da corrupção. Assim se dilui qualquer perspectiva de ofensa à sua própria classe, já que não há reconhecimento ou consciência desta na maior parte dos indivíduos. Ressalta-se, ainda, a questão de que a suposta “nova” classe política, que ascendeu com o discurso de sinceridade ao denunciar seus colegas de uma versão “velha”, passa a ser dotada como a salvadora moral dos problemas do país. Esta tal franqueza é traduzida como algo positivo, quando na realidade não tem substancialidade, isso porque os envolvidos no falso discurso estão na carreira política também há décadas.

Em segundo lugar, o patrimonialismo intrínseco ao Brasil é uma outra falácia. Essa interpretação esconde as distinções de classe e contribui para o não reconhecimento dessas pela própria população, assim o ódio destinado à base da pirâmide social não é identificado. Entre os mais pobres inclusive, forma-se uma espécie de divisão entre os “honestos” e os “não honestos”, sendo este grau de integridade nem sempre relacionado à criminalidade, mas sim quanto à sua assimilação cultural, seja pelas posições políticas ou pela religiosidade. Deste modo não percebem que quase todos estão em grau semelhante de vulnerabilidade.

Em suma, o protofascista destila ódio contra as classe populares, mas essas não se identificam enquanto tal em sua maioria. Enxergam-se como brasileiros e corroboram com a perspectiva da nova moralidade, veem-se como o lado do “bem” nesse suposto maniqueísmo, enquanto que o lado do “mal” fica para todos aqueles que se opõem a tal visão de mundo,



Aqueles que não se encaixam no pressuposto estabelecido estão os que se identificam com as esquerdas, também existentes em frações mais progressistas da classe média (SOUZA, 2018a).

As duas frações mais progressistas, isto é, a expressivista e a crítica, apresentam ambas maior adensamento de capital cultural dentro de suas funções socialmente estabelecidas. Desta maneira, elas têm em comum maior reconhecimento das temáticas relacionadas às justiça ambiental, identitária e social (SOUZA, 2017 e 2018a).

Os expressivistas apresentam como argumento uma forma de progressismo norteada em pautas identitárias a exemplo das questões de gênero, raça e etnia, sexo, meio ambiente, entre outros. Por outro lado, a classe média crítica está em constante embate com o sistema econômico dominante, já que reconhece mais intensamente os simulacros construídos pelo capitalismo, para esses as questões de identitarismo não estão em primeiro plano, pois são formas de desvio da finalidade da principal injustiça social, ou seja, a desigualdade presente na luta de classes. Desta maneira, a preocupação maior da fração crítica tange as disparidades sociais, são estas, conforme seu entendimento, que permeiam os maiores problemas da sociedade (SOUZA, 2017).

Outra crítica referente à classe expressivista é a cooptação do sistema econômico que passa também a comercializar elementos das lutas identitárias e, portanto, passa a auxiliar na reprodução de capital e na exploração capitalista, ainda que de forma indireta. Nesse ponto de vista, de acordo com Haider (2019), muitas corporações, consideradas exploradoras pela fração crítica, passam a ser aceitáveis por elaborar, por vezes, planos de venda comercial com sustentabilidade ambiental e, em outras, apoiam uma suposta equidade identitária na produção e venda de suas mercadorias. Situações que podem parecer fidedignas em um primeiro momento, entretanto, na visão dos críticos, continuam a exploração do trabalho em seu sistema produtivo e usam uma luta legítima para obter mais valia.

Este ponto de vista, referente às empresas que usam os argumentos para os expressivistas, não teria compromisso para uma reestruturação, ou revolução, econômica e social que demandasse redução ou eliminação das desigualdades, uma vez que prejudicariam sua própria reprodução de capital. Essa perspectiva sedimenta uma espécie de divisão entre os progressistas, já que os dois grupos da classe média referentes a esse espectro ideológico entram constantemente em tensão para discutir sobrepor suas prioridades. Safatle (2016, pp. 27-28) concorda com essa consideração quando escreve que:

Sabemos como o multiculturalismo diz respeito, inicialmente, a uma lógica de ação política baseada no reconhecimento institucionalizado da diversidade cultural própria às sociedades multirraciais ou às sociedades compostas por comunidades linguísticas

distintas. Isso implica transformar o problema da tolerância à diversidade cultural, ou seja, o problema do reconhecimento de identidades culturais, no problema político fundamental. Dessa forma, abriram-se as portas para certa secundarização de questões marxistas tradicionais vinculadas à centralidade de processos de redistribuição e de conflito de classe na determinação da ação política.

Safatle (2016) denomina a demanda norteadas às preocupações com as problemáticas de desigualdade no âmbito identitário como multiculturalismo, ele reconhece a ascensão de novas organizações que compreendem políticas que apoiam a defesa das minorias diversas como um fator autêntico e pertinente nas pautas de organização social. Entretanto reforça o equívoco que se estabelece quando o identitarismo passa a ser reconhecido, assim para cada unidade dentro de seu agrupamento em específico, como a problemática principal a ser combatida, criando-se diversos focos de tensão entre os vários grupos vulneráveis que, sob o âmbito da perspectiva da luta de classes, deveriam estar unidos.

Dentro desta questão, Souza (2017) chama a esta fração expressivista, engajada nos conflitos culturais, como a classe média de “Oslo”. O autor usa essa adjetivação para comparar as prioridades desta fração com as sociedades escandinavas, de forma que, conforme o exemplo dos noruegueses nascidos em sua capital, preocupam-se também de forma recorrente com pautas que envolvem ambientalismo, igualdade de direitos de gênero, entre outros assuntos.

Contudo, a crítica se vale pelo fato de aquelas coletividades já terem conseguido reduzir as desigualdades de natureza social a ponto de demandarem preocupações com outros problemas presentes em seu meio social, a exemplo daqueles descritos anteriormente, diferentemente do que ocorre com os países periféricos, caso também do Brasil, que possuem na materialização social e espacial, ainda, a presença constante da miséria.

A identificação dessas quatro classes médias é relevante para o reconhecimento do comportamento das demais classes populares, pois são aquelas que influenciam toda a massa da população por meio dos aparelhos ideológicos, o estrato médio faz a interposição entre os interesses da elite com os trabalhadores e a “ralé” subcidadã.

A classe média trabalha tendo como vantagem o seu capital cultural em troca do capital econômico, este é monopolizado em grande parte pela elite empregadora. Os assalariados das classes hegemônicas materializam de forma concreta e simbólica o direcionamento desejado por meio do trabalho direto nas escolas e universidades, dos meios de comunicação, das instituições religiosas, nos cargos públicos e no setor político (SOUZA, 2018b).

A elite entende que não pode aparecer explicitamente ditando regras por meio do uso de violência física, como fazia formalmente até meados do início do século XX. Sua interferência é mais sutil e simbólica, partindo de um controle sobre a sociedade com a

cooptação da classe média. Em números a elite é muito menor do que o resto da sociedade, precisando, portanto, de um exército de colaboradores que façam essa mediação sem maiores alardes. Nesse aspecto, Souza (2017, p. 174) identificou em sua pesquisa no IPEA a proporção de cada classe no país:

Em termos quantitativos, a fração liberal é a maior, com cerca de 35% do total, vindo a seguir a fração protofascista, com cerca de 30%. Os 35% restantes compõem aquilo que poderíamos chamar de classe média com mais alto capital cultural, ou capital cultural reflexivo. [...] Cerca de 60% dessa classe média mais instruída, ou cerca de 20% do total de toda a classe média, forma aquilo que podemos chamar de fração expressivista da classe média.

Conforme já colocado anteriormente, o Souza (2017) se baseou em pesquisas qualitativas para determinar tais números, incumbindo assinalar que aquelas são considerações aproximadas. Compete-se, portanto, entender a possibilidade da existência de margens de erro nos valores apontados, ainda que esses não sejam expressivos.

Salienta-se que, pelas informações identificadas por Souza (2017), a fração mais conservadora é maior, podendo-se generalizar que, de toda a classe média, 65% abarcam os interesses que se referem ao equilíbrio e à manutenção do funcionamento do mercado. Os demais 35%, complementares àquele todo, apresentam um direcionamento ideológico voltado a preocupações de incentivo à justiça social. Aprofundando-se especificamente nesta última parcela, mais precisamente entre os integrantes presentes na esfera mais progressista, o autor acrescenta:

[...] desses 40% da classe média de maior capital cultural comparativo, temos a menor fração entre todas, que é a fração que denomino de crítica. Ela perfaz nos nossos cálculos apenas 15% do total da classe média. O que faz com que a denomine de crítica não é nenhuma tomada de posição política particular, mas sim uma atitude em relação ao mundo singular. O mundo social é percebido como construído, o que enseja também uma atitude mais ativa em relação a ele. Essa atitude básica se contrapõe à percepção do mundo como dado, como uma natureza sob outra forma, em relação à qual é preciso se adaptar (SOUZA, 2017, pp. 176-177).

Desta maneira, com a consideração de que 40% da classe média progressista, excluindo-se neste recorte os conservadores, é formada pela fração crítica, conclui-se que os outros 60% correspondem à divisão expressivista. De todas as quatro frações identificadas, a crítica é aquela proporcionalmente menor, sendo também a que exerce maior potencial de reflexão quanto às factuais que permeiam as dinâmicas das políticas econômicas e sociais na gestão pública. Estando esta última, continuamente, em tensão com as forças hegemônicas.

Releva-se, quanto ao contexto desses números, que Souza (2017) expõe as divisões presentes em toda a classe média, bem como a proporção de suas correspondentes linhas ideológicas, de forma pouco integrada no decorrer de seu texto. O entendimento destes dados ficam mais evidentes conforme a organização feita a partir do quadro 8 a seguir, que visa demonstrar, com a aproximação do estudo do autor, o tamanho proporcional das frações e suas justaposições ideológicas.

Quadro 8 - Proporção da classe média brasileira por fração e percepção ideológica

<b>Classe média – frações</b>	<b>Do total da classe média</b>
<b>Liberal</b>	35%
<b>Protofascista</b>	30%
<b>Expressivista</b>	20%
<b>Crítica</b>	15%
<b>Classe média – percepção ideológica</b>	<b>Do total da classe média</b>
<b>Conservadora</b>	65%
<b>Progressista</b>	35%
<b>Classe média - progressista</b>	<b>Do total da classe média progressista</b>
<b>Expressivista</b>	60%
<b>Crítica</b>	40%
<b>Classe média - conservadora</b>	<b>Do total da classe média conservadora</b>
<b>Liberal</b>	54%
<b>Protofascista</b>	46%

Fonte: Souza (2017). Organização: autor.

Observa-se, por meio do quadro anterior, que de acordo com cada percepção ideológica existem duas frações de classe média mais distantes do centro, ou seja, a crítica do lado progressista e a protofascista no recorte conservador. Ambas, por sua vez, possuem menor tendência de mobilidade ideológica, pois têm um norteamento mais sólido de seus valores, seja nos âmbitos moral, social ou econômico. Esta última afirmação será corroborada neste trabalho adiante.

Já as frações liberal e expressivista são mais flexíveis em seu comportamento social, uma vez que seus interesses são abrangidos, parcialmente, tanto pelos ideários do progressismo quanto pela ótica do conservadorismo. Assim, são camadas médias dotadas de maior maleabilidade na convergência a um centro diplomático, com aceitação de medidas de funcionamento do mercado capitalista, de adequações mais voltadas ao âmbito da qualidade de vida da sociedade em geral e, ou, de ambas, sempre considerando as circunstâncias socioeconômicas do país em dado período. Estas duas são, portanto, mais suscetíveis a entrar

em acordo com o modelo vigente para estabelecer suas tendências políticas, ou mesmo alterá-las com o passar dos anos.

Ainda assim, é importante esclarecer que mesmo as frações com a percepção ideológica mais sedimentada em uma base mais radical têm também a possibilidade de mobilidade, isso, entretanto, em menor grau de proporção que suas partes mais moderadas. Nesse âmbito, entre as frações mais centrais, os liberais costumam possuir maior entendimento quanto aos valores próximos às demandas do mercado. A economia se articula em períodos com tendências distintas, pois o capitalismo se resignifica a partir de suas crises, como já demonstrado nesta tese, ora se direcionando a períodos econômicos produtivos, ora obtendo mais valia com o mercado financeiro, como destaca Bresser-Pereira (2003).

Desta maneira, o que vai nortear o voto ideológico desse tipo de sujeito é a tendência do capital naquele dado momento. Ele pode até mesmo apoiar as políticas públicas de bem-estar social, desde que esta seja, segundo Stewart Jr. (1999), restrita e direta aos indivíduos vulneráveis. Estes teriam o direito de escolher no âmbito privado ou público a instituição que lhes forneceria o melhor serviço.

Para o liberal, com o conhecimento factual do próprio liberalismo, a assistência social seria aceitável e incentivaria a concorrência no setor privado até mesmo com empresas públicas, desde que estas não obtivessem vantagens governamentais. Por outro lado, aqueles que se baseiam mais no senso comum também aceitam os benefícios sociais se índices econômicos se sustentarem. Entende-se, desse modo, que candidatos progressistas com discurso moderado têm a possibilidade de conseguir apoio da classe média liberal em tempos específicos.

A fração expressivista é mais atenta às pautas identitárias mais progressistas, mas ainda assim tem as suas demandas também alcançadas pela esfera econômica liberal, ainda que por vezes parcialmente, assim ela é atendida por ambas as concepções ideológicas. Desse modo, questões envolvendo o meio ambiente, bem como algumas temáticas específicas para resolução de vulnerabilidades têm sido discutidas e avançadas a partir de políticas públicas incentivadas pelo Estado desde a segunda metade do século XX. Sendo essas evidenciadas em maior ou menor grau de atenção manifesta no Brasil no decorrer daquelas décadas.

No âmbito conservador, é possível se afirmar que alguns elementos dessas pautas foram também absorvidos pelo lado liberal, representado pelo mercado de consumo que aderiu aos ideários ambientais e identitários por meio de filmes, músicas, roupas e outros elementos potencialmente rentáveis, tendo inclusive como pequenos empresários, membros da própria fração expressiva especificamente. Souza (2018a) corrobora com essa última afirmação quando

detalha uma situação a qual determinou com base em suas entrevistas para a pesquisa que realizou no IPEA.

Renata é estilista de moda, tem parceria com uma loja on-line, para a qual desenha as roupas, além de escrever para uma conhecida revista feminina. É entusiasta do empreendedorismo sustentável. Durante a entrevista, ela se desculpa para atender a ligação de um amigo e depois comenta: ‘Esse cara, o Ricky, é sensacional, tem uma fábrica de sapato que só usa material *upcycling*. É a marca dele, é um cara com muita consciência política’. Quando pergunto o que é *upcycling*, Renata explica que é uma palavra ainda sem tradução em português – ou seja, o mero emprego dela já é um capital, revelando o caráter de iniciado de quem a usa –, mas se refere ao processo de transformar objetos já existentes em produtos novos, mas sem reciclagem (SOUZA, 2018a, p.195).

As entrevistas, no caso da pesquisa, são uma correspondência geral do que o autor encontrou em centenas de casos, de forma que ele organizou uma generalização para exemplificar cada fração de classe que identificou em seu estudo. Portanto, Renata não é somente um nome fictício, ela é a representação média de todos os demais integrantes da classe média de Oslo, isto é, a expressivista, que ele de fato entrevistou.

Desta forma, como colocado no trecho citado anteriormente, a mulher em questão é uma entusiasta do modelo de negócios sustentáveis e sente-se bem por fazê-lo assim. Isso ela demonstra quando exalta um colega que possui um empreendimento que produz mercadorias a partir de outros itens já sem uso, o destaca como uma pessoa de relevante entendimento político por ter essa consciência voltada à proteção da natureza.

As demandas de Renata não param por aí, adiante no texto de Souza (2018a) é destacado que por parte dela, e também de seu marido, além da economia sustentável, há um interesse pessoal na comercialização de produtos artísticos indígenas, os quais ela vende ao exterior remunerando de forma justa os artistas originais. Ela reforça o fato de adotarem ainda três cachorros abandonados em detrimento da venda de animais de raça.

Estas pontuações não fariam sentido se o autor não as relacionasse à sustentação política do casal. Esta variou entre distintos esboços no âmbito da esquerda partidária do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), bem identificado com as pautas identitárias. Eles cintam inclusive o nome de Marcelo Freixo como alguém que admiram, bem como a atuação dos partidos Verde (PV) e da Rede Sustentabilidade (REDE), representados nas figuras de Fernando Gabeira e Marina Silva.

O que Souza (2018a) esclarece após detalhar essa entrevista é que na média de seus encontros com membros da fração expressivista da classe média, dificilmente encontrou de

modo mais assertivo alguma tendência mais explícita relacionada às preocupações referentes à desigualdade social.

Apesar de os membros dessa fração não se identificarem como indivíduos conservadores, com a justificativa de seu apoio às distinções identitárias e de cunho ambiental, costumam não priorizar as desigualdades socioeconômicas e, ainda, julgam-se muito conscientes do ponto de vista social. Assim, pelo menos no aspecto dos valores, essa classe em geral possui um viés progressista, uma vez que aceitam e contribuem para a inclusão de grupos minoritários, todavia não proporcionam a reflexão crítica quanto ao problema mais grave da sociedade brasileira, a exploração da elite sobre as classes da base da pirâmide social do país.

Entre as frações mais extremas em relação ao centro político, a sua versão mais progressista não se sente confortável com significativa desigualdade social. Em governos mais conservadores, mesmo que mais moderados, como os liberais, a fração crítica tem como característica marcante o combate às gestões que privilegiam medidas que favorecem ao mercado, uma vez que para estes a prioridade se encontra na qualidade de vida da população.

No liberalismo, as pautas sociais têm suas demandas atendidas depois das pendências econômicas, escamoteando neste processo a origem da desigualdade, que é deixada em segundo plano. Esta relação mantém uma tensão constante no âmbito político e social ao qual dificulta qualquer perspectiva de mudança de posição ideológica da fração crítica a um viés, mesmo que moderadamente, mais conservador.

No que tange as frações da classe média, em sua pesquisa para o IPEA, Souza (2018a) identificou dentro da subdivisão crítica um grupo de indivíduos que ascendeu socialmente com o auxílio de políticas sociais de origem governamental. Essas pessoas, inclusive por terem maior reflexão das dinâmicas da sociedade, reconhecem o papel do setor público na melhora da qualidade de vida deles mesmos e de boa parte da base da pirâmide social. Essa fração, portanto, é representada em média nos relatos de Lídia e Gisálio.

Lídia é negra e nasceu numa família pobre da periferia de Natal, no Rio Grande do Norte. O pai, mulato, era militar; a mãe, negra e neta de escravos, trabalhava como empregada doméstica. Lídia é a sexta de oito irmãos. O pai, 26 anos mais velho que a mãe, era o senhor absoluto da casa e tinha no rigor, na disciplina e na honra de cumprir a palavra seus maiores motivos de vida (SOUZA, 2018a, p. 237).

Lídia representa a princípio a classe trabalhadora, na figura do pai militar, e da “ralé”, na figura da mãe empregada doméstica. Essa miscigenação de classe submete-se a uma tensão do núcleo familiar interseccionada a partir da pobreza e do racismo, os quais interferem na luta pelo acesso à própria educação em uma espécie de contradição. Lídia era encarregada de

administrar a parte burocrática da casa, incluindo as finanças. Por este motivo, desde cedo, era alvo do ódio dos demais membros da família que entendiam a condição dela como uma forma de privilégio. O pai se esforçava para que ela tivesse acesso à educação, ao mesmo tempo que recebia constantes chistes desqualificantes por parte da mãe, esta questionava a necessidade de tal investimento, pois não percebia futuro para pessoas como eles.

De acordo com Souza (2018a), o próprio racismo permeia a vivência de boa parte dos indivíduos negros, principalmente daqueles pertencentes à “rale” subcidadã do Brasil. Essa é uma forma de preconceito que desqualifica o próprio grupo racial, o qual resulta em uma subjugação da própria capacidade dos seus em relação aos demais de outras cores. O autor cita uma passagem envolvendo Lídia e sua mãe, esta última relatava que “[...] preto, se não caga na entrada, caga na saída”, e dizia aos filhos que os brancos eram melhores em tudo” (SOUZA, 2018a, p. 237).

Essa última situação delimita a diferença que envolve o conhecimento da importância do capital cultural que contrapõe a classe trabalhadora e a “ralé” onde. O exemplo pode significar uma diferença na construção da identidade de classe do sujeito no futuro. Mais adiante nesse trabalho, discutir-se-á de que forma os capitais de acesso cultural e social são importantes na assimilação ou na ascensão dos indivíduos no âmbito da classe média. Antes, porém, é pertinente discorrer quanto aos outros integrantes fracionados da classe média.

Gisálio tem 31 anos e é professor da rede pública de ensino em Brasília. Sua mãe era descendente de espanhóis que haviam migrado para o Brasil fugindo da guerra civil na década de 1930. O pai era negro, nascido em Pernambuco e bisneto de uma escrava liberta. Criada no meio rural, a mãe de Gisálio, Angélica, conseguiu estudar e arrumou emprego num cartório de Novo Horizonte, no oeste do estado de São Paulo. O pai era caminhoneiro. Como os patrões de Angélica conseguiram um cartório novo na capital, ela se mudou para São Paulo, onde conheceu e se casou com o pai de Gisálio, contratado como motorista para a mesma família. (SOUZA, 2018, p. 243).

A situação de Gisálio é semelhante em termos ao caso de Lídia, também descendente de negros escravizados, contudo vivendo em um circunstância já pura de classe trabalhadora, uma vez que tanto o pai quanto a mãe tiveram acesso a um mercado de trabalho determinado por direitos minimamente dignos. Gisálio, neste âmbito familiar, não apresentou maiores dificuldades em privilegiar os estudos, ainda que algumas outras pessoas da família, fora do núcleo parental, questionassem a necessidade da educação quando ele poderia ser motorista, como o seu pai. Entretanto, tanto este último quanto sua esposa continuaram a incentivar a formação dos filhos, mesmo em um período de bastante dificuldade financeira, tendo a emancipação educacional deles como um sonho a ser realizado.



Neste recinto de apoio familiar, Gisálio conseguiu ingressar em uma universidade pública e se formou no curso de história, mais tarde conseguiu uma bolsa de estudo do Governo Federal e fez mestrado em pedagogia na Universidade de São Paulo (USP), posteriormente passou em um concurso com um bom salário para professor no Distrito Federal. Ele se casou com uma professora que conheceu no mestrado, solidificando a questão de sua ascensão social. Este último fato também ocorreu com o irmão, também com ensino superior e pós graduação *strictu sensu*.

O acontecimento que torna demasiadamente evidente a ascensão social destas últimas personagens em questão ocorre quando é comparado o comportamento deles e de seus pais, bem representado por uma fala da mãe de Gisálio sobre a USP zona leste em São Paulo: “‘Pobre não sabe onde é a USP’, dizia, ‘para nem saber como chegar lá, fazem de propósito’” (SOUZA, 2018<sup>a</sup>, p.246). Gisálio, neste caso, não somente frequentou como estudante esta universidade, mas saiu de lá para ser muito atuante no sindicato dos professores do Distrito Federal, assim como sua esposa. O que solidifica um pressuposto crítico no entendimento de sua realidade, fato consentido pelo acesso ao capital cultural.

Observa-se que nos dois últimos relatos, tanto em Lídia quanto em Gisálio, a ascensão social está muito relacionada a uma vivência demarcada por tensões que envolvem a desigualdade social. Ainda que o racismo esteja presente em ambas as histórias, existe uma consciência subjetiva nessa classe que entende a dignidade permitida pelo conhecimento e pelo trabalho, acima de tudo, como elemento de significativa importância, um fator que incide como luta social. O próprio esforço nesse caso não é dotado de meritocracia, tiveram auxílio de outros que se sacrificaram para que tivessem acesso à educação, ou de bolsas de estudo para que priorizasse a formação acadêmica.

No seio da fração protofascista, da mesma maneira que a classe média crítica, a versão mais extrema da ideologia conservadora também dificilmente apresenta uma mobilidade em sua forma de enxergar o mundo. A diferença, entretanto, que norteia a percepção destes sujeitos é o ódio e o desprezo inconsciente às classes que ficam na base da pirâmide social (SOUZA, 2017 e 2018a).

Sobre os protofascistas, Souza (2018a), mais uma vez com suas entrevistas para o IPEA, tem como um de seus exemplos generalizados Caio, um administrador de uma grande empresa rural. Ele mora em uma das fazendas de seus empregadores e, com um alto salário, consegue viver com relativo luxo, envolto de itens caros os quais consegue manter sem maiores problemas por não ter custos fixos próprios onde reside.

Conforme relato do autor da pesquisa, Caio sempre foi eleitor dos candidatos e partidos que polarizavam com os conceitos progressistas. Nos anos de hegemonia política do petismo, era apoiador dos tucanos do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), com a recente ascensão de Jair Bolsonaro, tornou-se seu apoiador assíduo.

Apesar disso, nada antes escrito ainda justificaria a alcunha de uma pessoa profascista, entretanto o entrevistador presenciou alguns fatos significativos para considerar tal entendimento. O alto funcionário tinha muito armamento em sua posse na fazenda, o qual exibiria mais tarde atirando em garrafas de *whisky*, no mesmo dia desqualificou a esposa de forma pejorativa a chamando de “dona onça”, contudo o elemento mais significativo se refere ao seu hábito de sonegar impostos e ameaçar as autoridades que tentavam fazê-lo cumprir a lei, sobre esta situação Souza (2018a, p. 204) escreve:

Entendi então que, para Caio, qualquer imposto é um abuso e que ele se sentia espoliado pelo Estado. O jovem promotor que queria aplicar a lei se meteu com ele e depois, no linguajar de Caio, “meteu o rabinho entre as pernas”. “Como você fez?”, perguntei. “Mandei dar um aviso. Ele entendeu.” Todos deram uma sonora gargalhada.

Fica evidente que o sujeito ameaçou o promotor que queria regularizar os tributos devidos pela empresa rural. Esta última, ressalta-se não era de propriedade dele, mas na visão de Caio o imposto seria uma forma de furtar a população. Não havia qualquer autocrítica quanto à intimidação que fez ao funcionário público que estava somente realizando o seu trabalho. Caio não percebia qualquer corrompimento ou imoralidade em seu ato. Sobre isso, o autor ainda complementa:

Pelo contrário, percebia a ameaça ao jovem promotor pela mesma perspectiva do combate à corrupção estatal, uma vez que pagar imposto é alimentar a cadeia da corrupção sistêmica. Assim, Caio se vê como um baluarte na luta contra a corrupção do Estado e a favor do valor do trabalho duro e honesto (SOUZA, 2018a, p. 204).

As características do fascismo estão diretamente relacionadas à fração da classe média profascista, como já detalhado anteriormente. O preceito fascista está conexo ao ódio e ao medo de um determinado sistema socioeconômico ou grupo social (ADORNO, 2015), os quais podem desenvolver-se de acordo com a conjuntura social dos indivíduos em questão.

Souza (2018a) entende que os profascistas da classe média têm um medo, ainda que não consciente, do descenso social. Esta possibilidade no Brasil é marcada em geral pelo ódio ao labor braçal, a qual seria uma herança da escravidão. O trabalho pesado e a marginalidade

ficam muito associados à “ralé” subcidadã, indivíduos considerados como “não gente” sob o ponto de vista de significativa parte da classe média.

Estes estão fora do mercado de trabalho competitivo por falta das condições prévias mínimas para a incorporação de qualquer conhecimento útil. Esse fato, obviamente, não significa que esta classe não seja explorada. Antes pelo contrário, por conta de sua fragilidade, ela é superexplorada, sobretudo pela própria classe média. Como é a classe dos marginalizados que herda o abandono, o esquecimento, o ódio, a humilhação e o desprezo cotidianos que se dirigiam ao escravo, tudo para ela vai ser mais difícil. Em vez de ajuda ou reparação do que lhe foi retirado com violência, ela é humilhada e vítima do mesmo sadismo e prazer na humilhação que animava os senhores brancos contra os negros no Brasil escravocrata. (SOUZA, 2018a, p. 71).

Nenhuma mudança social relativa à equalização de renda e de dignidade já ocorreu significativamente no Brasil. A classe média, mais instruída que as estratificações posicionadas abaixo dela, é cooptada pela elite do dinheiro, seja pela reprodução dos privilégios da própria classe média, com monopólio de capital cultural e social, seja pela manipulação. Esta, por sua vez, admite a reprodução de um dos sistemas econômicos mais desiguais do mundo, o qual também consente a manutenção do estrato médio em tal posição.

Assim, ainda que a classe média não possua o monopólio do capital econômico, obtém uma quantidade de recursos suficientes para permitir a compra do tempo livre de seus familiares para que possam ter a vantagem de se dedicar a atividades que envolvam a apropriação do capital cultural. Contudo, para manter esse processo em funcionamento precisam do apoio da elite. Entre as camadas conservadoras da classe média, a única que possui a capacidade reflexiva para compreender tal situação é a liberal, que advoga em favor do mercado justamente por saber que serão beneficiados por essa intermediação.

Para explicitar a fração liberal da classe média, Souza (2018a) usa o exemplo de Sérgio, o diretor executivo de um banco, o qual estudou no exterior e sempre conseguiu estágios e vagas de trabalho a partir do capital social do pai. Muito bem relacionado desde cedo, era amigo de infância do filho de um banqueiro que fez ainda mais dinheiro no final dos anos de 1990, beneficiado pelas políticas de privatização do Brasil no período. Sergio, depois de formado, assume a parte jurídica do banco, que precisa de resultados conforme o limite da legislação. Assim ele relata para Souza (2018a, p. 170), conforme palavras do entrevistado (informação verbal)<sup>16</sup>:

---

<sup>16</sup> Entrevista concedida por João (nome fictício) para Jessé Souza. Disponível em: SOUZA, Jessé. **A classe média no espelho**: Sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018a.

O João é o gênio, sabe onde estão o dinheiro e as oportunidades, pensa nisso o tempo todo. Eu só faço comprar as pessoas necessárias para que as coisas aconteçam como ele quer. Não fui eu que inventei o mundo como ele é, só procuro sobreviver da melhor maneira possível. O mais importante no Direito é conhecer os meandros da linha cinzenta entre o legal e o ilegal. Meu trabalho é expandir ao máximo a margem da legalidade a serviço dos interesses do banco.

Sérgio é uma figura importante dentro do banco no qual trabalha, mas não é o dono do capital econômico referente a ele. Percebe-se no fragmento anterior que o gestor tem a responsabilidade de conduzir a parte jurídica em que tem como função identificar uma linha entre o que é permitido ou não na legislação. O entendimento deste conjunto de regras é significativo para a corporação, de modo que, com a medida correta, pode-se resultar em maior lucro para a instituição. Por mais que seu estilo de vida seja de um padrão suntuoso, o papel exercido por Sérgio é de fazer a mediação da administração financeira para uma elite, no caso João, o proprietário do banco.

A situação de Sérgio na circunstância socioeconômica do país é de privilégio, pois o status que conseguiu alcançar não se substancia de um conjectura meritocrática, mas sim de sua condição econômica familiar prévia. Esta lhe permitiu acesso a capitais culturais sem a competição com outras atividades laborais em seu desenvolvimento intelectual, bem como dos capitais sociais permitidos pelo âmbito de classe frequentado pela sua família. O acesso a esses capitais faz com que Sérgio tenha mais ferramentas assertivas em seu trabalho atual e comporta que ele tenha uma colocação ainda mais importante no processo de acumulação de capital para a instituição financeira.

Como já existe toda uma legalidade paralela que cuida dos interesses do setor financeiro, meu trabalho é fazer com que o nosso banco fique com o melhor pedaço da torta. Nossa equipe tem mais de vinte advogados escolhidos a dedo e bem pagos. Mas eles fazem o ramerrão do trabalho jurídico. O dia a dia. Eu faço os contatos com juízes, políticos e jornalistas e cuido dos clientes estrangeiros. Com o serviço jurídico, no sentido tradicional, meu trabalho não tem nada a ver. É mais gestão de clientes, dar a eles o que querem, dizer o que querem ouvir, beber o que eles querem beber e ser discreto e sóbrio em tudo. (SOUZA, 2018a, p. 170).

Desta forma, apesar de ser o chefe do setor jurídico, sua gestão dos negócios fica muito mais atrelada ao contato com as pessoas importantes, ou seja, ele desenvolveu muito bem o manejo do capital social que permite privilégios de ganho de capital econômico para a empresa. Assim, tendo boa relação com pessoas importantes no contexto do capitalismo, e fazendo aquilo que elas querem, dá-se um passo adiante para possíveis vantagens em determinados negócios. Ele expõe mais à frente, inclusive, negociações obscuras no que tange a legalidade, envolvendo

suborno a membros do judiciário e a políticos para conseguir atingir os objetivos da empresa e de seu patrão.

Contudo, é pertinente reforçar que nunca é João quem se põe na linha de frente. Caso algo saia do controle, possivelmente Sérgio, bem como os funcionários públicos e os políticos envolvidos em casos que envolvam propina em troca de favores, seriam as figuras atingidas penalmente pelo rastro de corrupção.

Percebe-se, portanto, considerando-se as quatro frações da classe média, que a construção de suas histórias familiares é demasiadamente distintas e, de modo evidente, cada indivíduo presente na realidade social teria ainda suas próprias particularidades que demandariam maiores análises. Souza (2018a) encontrou uma forma de generalizar algumas tendências que percebeu em entrevistas diversas, havendo ainda mais exemplos médios de cada fração em sua pesquisa, entretanto não seria relevante repetir nesse trabalho informações semelhantes.

O fato é que, em suma, na maior parte dos casos a classe média tem em sua gênese familiar o incentivo para absorver os capitais cultural e social sem obstáculos relevantes para que seus filhos possam obter sucesso em sua vida profissional e, desta forma, reproduzirem a relação quando também tiverem os seus filhos. Nesse aspecto, mesmo ainda a fração crítica que, apesar de se incomodar com as desigualdades e ter compaixão pelas necessidades das classes menos favorecidas, tende a reproduzir de alguma forma pré-conceitos. Assim também contribuem para a manutenção da marginalidade de parte da sociedade, ainda que em um grau menor de perversidade.

Souza (2017), nesse sentido, reconhece que ele mesmo passa por essa situação de julgamento com outros indivíduos, uma forma de construção social difícil de se eliminar do âmbito do inconsciente. Essa facticidade aparece ainda em um trecho no qual Gisálio descreve a vergonha de falar aos colegas da escola particular ao qual estudava que o pai era motorista.

Neste sentido, assim como o desprezo e o ódio destinado pelos profascistas, parte das duas frações progressistas e dos liberais tem uma forma de compaixão que, por vezes, traduz-se em subjugação. Essa forma de consideração quanto aos demais em dadas situações concretiza-se a partir de medidas filantrópicas, as quais resolvem alguns problemas paliativamente, mas, por outro lado, mantêm desigualdades em perspectiva diacrônica.

Mesmo quem critica os preconceitos os tem dentro de si como qualquer outra pessoa criada no mesmo ambiente social. O que nos diferencia é a vigilância em relação a eles e a tentativa de criticá-los de modo refletido em alguns e não em outros. Mas todos nós somos suas vítimas. Afinal, eles nos são passados desde tenra idade quando não temos defesas conscientes contra eles. E nos são transmitidos normalmente não

como discurso articulado, o que facilitaria sua crítica, mas por coisas como olhares, inflexão de voz, lapsos, expressões faciais, etc. (SOUZA, 2017, pp. 217-218).

É pertinente, portanto, reconhecer que todas as frações da classe média apresentam uma noção inconsciente de tencionar em desfavor das classes que se posicionam abaixo delas na pirâmide social. Isso não somente subestimando-as com desprezo, ódio ou compaixão, mas também com movimentos gestuais e atitudes que se tornam demasiadamente naturais com a reprodução dos pré-conceitos presentes na sociedade brasileira.

Desta forma, passam a conviver no país duas realidades que coexistem, uma com qualidade de vida, maior acesso a trabalho e dignidade, representada pela elite e classe média, os quais controlam os recursos permitidos pelos capitais econômico, social e cultural. De outro lado, a classe trabalhadora e a “ralé” que lutam para conseguir adquirir os recursos escassos que sobram, determinando uma tensão entre elas mesmas em primeiro lugar e só depois com as outras duas classes. Este cenário resulta em diversas formas de violência na tessitura social, sejam elas concreta ou simbólica. Souza (2017) reconhece que esta interpretação de duas realidades concomitantes no Brasil não é recente uma vez que:

Passam a subsistir dois países dentro do mesmo espaço, que o economista Edmar Bacha chamou de “Belíndia”, uma pequena Bélgica para os 20% de privilegiados e uma grande Índia empobrecida e carente para os 80% restantes. É possível agora ser de classe média e não mais compartilhar espaços sociais com as classes populares. O brasileiro de classe média passa a se ver efetivamente como um belga e só ver os “indianos”, em casa obedientes e domesticados, como os velhos escravos domésticos. Essa passa a ser a normalidade da vida social brasileira (SOUZA, 2017, p. 144).

Infelizmente, esta lógica, apesar de não ser recente, mantém-se presente na atualidade. Até mesmo os governos de natureza mais popular consentiram que as políticas neoliberais se sustentassem no controle da economia. Nos treze anos de governo ocupados pelo PT arranjou-se uma espécie de pacto com as elites e aceitou-se que o capital financeiro continuasse espoliando o país em um período de grande acúmulo de capital econômico. O crescimento em questão foi permitido pelo aumento do preço das *commodities* no mercado internacional durante a década de 2000, conforme esclarece Carvalho (2018).

Desta forma, de acordo com Souza (2017), a elite, a classe média e a classe trabalhadora receberam mais dinheiro no período. Contudo a diferença social permaneceu tolerando a existência daqueles dois Brasis, uma vez que o acesso da classe trabalhadora ao capital social não foi suficiente para se atingir um forte grau de consciência de classe, isto é, o acesso ao capital cultural ficou em segundo plano em relação ao consumismo, afirmação esta também assinalada por Pochmann (2014). Nesse sentido, ainda na base desta realidade a “ralé”

permaneceu coexistindo marginalizada em uma quantidade abrangente, ela não alcançou nem o capital econômico nem o social (SOUZA, 2017 e 2018b).

Manteve-se durante os governos de Lula e Dilma Roussef, portanto, uma pequena parcela da população com acesso a recursos necessários e suntuosos e de outro lado uma maioria, com acesso ao mínimo de subsistência ou menos ainda que isso. Assim, os 20% mais ricos, compostos pela elite do dinheiro e todas as frações da classe média, continuaram no controle, como proprietários ou administradores, do sistema econômico e cultural. Os 80% restantes, ou seja, a classe trabalhadora e a “ralé”, não conseguiram acompanhar de forma significativa o acesso ao capital cultural, não havendo nesse sentido ampla ascensão social. Ainda que os trabalhadores tivessem impetrado proporcionalmente mais acesso a capital econômico do que em outros períodos históricos (SOUZA, 2017 e POCHMANN, 2014).

Para sinalizar a não ascensão de uma nova classe média, segundo Pochmann (2014), ocorreu na sociedade brasileira do início do século XXI uma massificação do consumo originado por três condições principais, as quais não envolvem necessariamente a elevação social das classes trabalhadoras. Estas seriam abrangidas, primeiramente, por uma abertura de um novo processo que envolveu uma ressignificação das relações entre produção, serviços, comércio e oportunidades de trabalho, os quais permitiram maior acesso a determinadas mercadorias. Em segundo, a flexibilização das barreiras bancárias que permitiram a promoção de crédito para as classes mais populares. Por fim, ocorreu a diversificação da oferta de bens e serviços, demandando concorrência, que teve como consequência maior estímulo ao consumo de novos produtos com preços mais acessíveis.

Portanto, de acordo com Pochmann (2014), os fatores que justificaram o aumento do consumo das classes populares não se traduzem em um aumento de fato da classe média. Mas sim de uma reestruturação do sistema econômico brasileiro quanto à sua cadeia produtiva e de comércio e serviços que, por sua vez, ficaram mais acessíveis e dinamizaram a economia gerando mais concorrência e empregos.

Desse modo, a mudança não estaria partindo da ascensão social dos trabalhadores propriamente ditos, mas sim de mudanças na economia brasileira. Dessa forma, qualquer crise que a atingisse poderia dissolver o avanço na renda daquelas famílias, fato que, de acordo com Carvalho (2018), ocorreu em conjunto com alguns equívocos a partir de 2011.

Conforme Carvalho (2018), o governo Lula foi decisivo na expansão do mercado interno que culminou na reestruturação econômica do país. Isso não somente com a dinamização da cadeia produtiva e terciária, mas também com políticas de distribuição de renda, aumento do salário mínimo e investimentos em infraestrutura nos âmbitos físico e social.

Muitos atores da conjuntura política e econômica daquele dado momento acreditaram que o crescimento estava atrelado exacerbadamente ao consumo, ideia que não se sustentava visto o papel das *commodities* e do maior investimento do próprio Estado.

No início dos anos de 2010, uma série de medidas de natureza liberal são tomadas a fim de manter-se o bom momento e o mercado competitivo, isso resultou em desonerações de impostos e baixa arrecadação, comprometendo os investimentos, as políticas sociais e o pagamento da dívida pública, esse último atinge diretamente o mercado financeiro.

De qualquer forma, o resultado dos problemas econômicos enfrentados pelos governos petistas resultaram no *impeachment* de Dilma Roussef, antes que ela completasse ainda a metade de seu segundo mandato. Na próxima desta parte da pesquisa foi realizada uma análise mais profunda da questão em si, no entanto, o que é pertinente salientar neste momento é que quando uma liderança política passa a cimentar por meio de gestão pública algumas medidas de natureza social no Brasil, tendem a ser escanteados na primeira instabilidade mais grave que venha a assolar o comando da nação. A prioridade do capital público não seria destinar renda às classes mais populares, mas sim manter o pagamento da dívida do país para os agentes do mercado financeiro.

Desse modo, o abismo social no país admite que a maioria não tenha condições de participar ativamente das discussões que envolvem o sistema político, uma vez que não dispõe de capital cultural significativo para aprofundar-se criticamente em tais questões. A manipulação realizada por meio da elite, a partir dos meios de comunicação, administrada pelos “colonizados” da classe média, direcionam constantemente o comportamento em massa da população e, quando não o conseguem por meio das eleições, incentivam a ruptura institucional, ou seja, golpes de Estado.

Nesse sentido, a elite do dinheiro e seus comandados na vida intelectual e na imprensa passam a possuir o coração e a mente da classe média e podem recorrer a esse capital na luta política sempre que necessário. Como as classes populares são menos influenciáveis por esse tipo de mecanismo – protegidas pelo seu racionalismo prático –, a vida política do Brasil, desde então, é dominada por golpes de Estado movidos pela elite do dinheiro, com o apoio da imprensa e da base social da classe média, sempre que a soberania popular ameaçar ou efetivar, por pouco que seja, interesses das classes populares (SOUZA, 2017, p. 141).

Todo jogo de controle criado pela elite do dinheiro ocorre no âmbito do inconsciente da massa da população, esta forma de manejo já foi abordada nesta pesquisa para demonstrar as conduções do fascismo no período entreguerras. Portanto, não é uma prática política recente, sendo muito utilizada em determinados momentos históricos. Desde o início do século XX,



muitos governos no Brasil e no mundo foram arrasados com o discurso da imprensa, tendo como consequência, por vezes, a ruptura democrática.

A sociedade brasileira, de um modo geral, é gerida por duas classes sociais, uma delas, a elite, proprietária dos principais aparelhos de manipulação localizados na esfera privada da produção com o auxílio “braçal” da classe média. A última habita a esfera pública e faz o trabalho *in loco* na tentativa constante de legalizar a espoliação das últimas classes da pirâmide social, ou seja, os trabalhadores e a “ralé” subcidadã. Todas as estratificações sociais, com exceção da elite que é muito restrita em números absolutos, apresentam particularidades importantes que demandariam um aprofundamento teórico essencial. Este movimento foi realizado nesta tese somente com a classe média, pois esta é o motor que faz a ligação entre os interesses da elite e a manipulação dos trabalhadores e da ralé.

Substancia-se o uso do termo manipulação, uma vez que as classes populares, em diversas ocasiões, norteiam-se em desfavor de modelos que em longo prazo poderiam concretizar melhorias em suas estruturas de classe culminando em melhor qualidade de vida e dignidade. Assim, para lograr êxito no processo as classes do topo social usam de artifícios que mexem com a cognição subjetiva da massa da população, principalmente a pressuposição moral que existe em cada indivíduo, esta pode se refletir em vários aspectos dentro sua classe social.

A princípio, as morais reguladoras do sistema capitalista em significativa parte do mundo são: o valor do trabalho e a expressividade da autenticidade. Esta perspectiva é subjetiva, mas pertinente para o entendimento que cada classe social proporciona sobre outros indivíduos ou grupos sociais. Em outras palavras, estabelece a sustentação de determinadas posições ideológicas e o julgamento de valores admissível para os demais.

Neste sentido, na próxima subseção, far-se-á uma análise de dois pressupostos morais subjetivos da sociedade ocidental, ambas sedimentadas em paralelo à democracia e são alicerçadas no capitalismo moderno. Estas moralidades, as quais vão os aliados e inimigos da massa da população em determinado momento histórico, são conduzidas e passíveis de manipulação por diferentes aparelhos do sistema social, principalmente pela família e pela mídia.

### 2.3 AS MORAIS NORTEADORAS DA MOBILIDADE IDEOLÓGICA NO OCIDENTE: O VALOR DO TRABALHO E A EXPRESSIVIDADE DA AUTENTICIDADE

Sob um pressuposto teórico, essa seção tem o intuito de apresentar os motivos que explicam o fato de a maior parte da população concordar com conjecturas do capitalismo as quais, de uma certa forma, resultam em prejuízos para essa mesma maioria. Em especial, demonstrar-se-á como tal situação se desenvolve na subjetividade psíquica dos brasileiros, o que se materializa na aceitação acrítica da existência de uma classe social extremamente subjugada, principalmente a partir da atuação dirigente da classe média.

Para a compreensão dos motivos que levam a sociedade brasileira a olhar com demasiado desprezo para as camadas mais populares de seu próprio povo é pertinente realizar um paralelo com o que já ocorreu em alguns países mais desenvolvidos. Essas nações, a exemplo daquelas localizadas no ocidente europeu ou a Escandinávia, resolveram os principais problemas atinentes à desigualdade social há muitos anos e possuem uma noção intrínseca de cidadania que abrange toda a sua população nacional.

Não existe na estrutura dessas sociedades uma conduta de aversão em relação a algum outro grupo social, exceto aos estrangeiros que passam pelo contrassenso da xenofobia, contudo, ainda assim, não há um olhar de desprezo perante aqueles aos quais consideram como de seu próprio povo. Não há a materialização de uma forma de subcidadania em moldes semelhantes ao que ocorre com a “ralé” no Brasil. Em outras palavras, estabelece-se entre os brasileiros um desprezo intrínseco pelos próprios brasileiros, isso caso estejam inseridos em uma classe que remeta ao passado escravocrata do país.

As distinções recorrentes no cotidiano que se estabelece entre os autóctones desses Estados estão na diferenciação do expressivismo, ou seja, nas preferências individuais de seus cidadãos, a questão de classe, ainda que exista, não é um fator de desprezo enfrentado diariamente. Os direitos fundamentais como o acesso ao trabalho, à renda, à educação, à saúde e à moradia dignos não tiveram obstáculos para serem institucionalizados, pois existe um reconhecimento de que cada indivíduo do país faz parte de sua estrutura étnica e, portanto, a aceitação da similaridade identitária passa a ser algo natural. Desse modo, aqueles que precisam de ajuda a terão com pouco ou nenhum questionamento, a exemplo da política de bem-estar social.

Quando um cidadão de um desses países passa por uma situação de vulnerabilidade, há uma sincera comoção em torno de justiça, fato que no Brasil vai depender muito da cor da

pele ou da classe social do indivíduo. Souza (2018b, p. 248) reforça esse aspecto quando compara uma situação possível:

[...] por exemplo, um alemão ou francês de classe média que atropela um seu compatriota das classes baixas seja, com altíssima probabilidade, efetivamente punido de acordo com a lei. Se um brasileiro de classe média atropela um brasileiro pobre da ralé, por sua vez, as chances de que a lei seja efetivamente aplicada nesse caso são, ao contrário, baixíssimas. Isso não significa que as pessoas, nesse último caso, não se importem de alguma maneira com o ocorrido. O procedimento policial é geralmente aberto e segue seu trâmite burocrático, mas o resultado é, na imensa maioria dos casos, simples absolvição ou penas dignas de mera contravenção.

Souza (2017b) acredita que esta noção de subcidadania disparada contra um estrato social popular é uma singularidade brasileira, uma espécie de hábito, conforme será retomado mais adiante com Bourdieu (2007), que se alicerça no imaginário coletivo da sociedade do país. Não há intenção consciente de subjugar aqueles outros, entretanto, isso ocorre cotidianamente e sem a adição de qualquer reflexão aprofundada por parte das grupos mais privilegiados, isso com exceção da fração crítica da classe média.

Deste modo, dois fatores explicariam essa particularidade: a moral do valor do trabalho em conjunto com a herança escravista do país introjetada como um hábito e um moralismo expressivista de autenticidade que se traduz em individualidade. Ambas as abstrações resultam na não empatia com as classes que estão localizadas abaixo de sua própria camada social na pirâmide brasileira e no pré-julgamento desqualificante que resultam no desprezo da “ralé”, o que se naturaliza como um hábito e é repassado para a geração seguinte.

O valor do trabalho é a primeira moral da civilização ocidental, sedimentada culturalmente praticamente em todo o globo na atualidade. Em alguns aspectos, ela incide em essência a partir da lógica do capitalismo, esse modelo influencia os comportamentos das pessoas de alguma maneira desde a sua consolidação e a naturalização desse controle demanda mudanças estruturais importantes quando o sistema entra em crise e passa a ser questionado.

Desde o século XV, profundas ressignificações ocorreram na tessitura socioeconômica ocidental seja em razão da transição do feudalismo para o capitalismo em um primeiro momento, seja nas crises sistêmicas que atingem o sistema após sua consolidação, como já exposto nesta pesquisa anteriormente. Essas mudanças para serem concretizadas necessitaram de apoio da massa da população, uma vez que muitas das características da reprodução do capital são de natureza ilógica no que toca os interesses da maioria.

Para construir-se um novo paradigma o anterior tem de ser suplantado. Nesse sentido, para ascender como principal parâmetro econômico e social, o capitalismo teve de ultrapassar

as barreiras do feudalismo junto com sua moral norteadora, baseada nos dogmas cristãos da Igreja Católica. Para isso, inverteu-se o valor que se dava à energia do trabalho a partir da Reforma Protestante, pois ele era enxergado com desprezo e reverteu-se em favor da produção de capital. Desde então o esforço físico passou a ser motivo de honra e orgulho dando sentido àquela maioria que era desvalida pela nobreza. Isso, conforme Taylor (1996), conforme será mais aprofundado adiante.

Posteriormente, já entre os séculos XIX e XX, essa norma começa a dar sinais de esgotamento, já que a união em torno do trabalho não era mais suficiente para dar sentido à população como antes. Em realidade tal questão passou a ser um problema para a burguesia, pois em conjunto os trabalhadores se organizavam e demonstravam maior força nas lutas por seus direitos. Situação que se materializa, a exemplo, na Comuna de Paris e nas revoluções socialistas ocorridas na Rússia, China, Coreia e Cuba.

Desse modo, o atual sistema socioeconômico percebe que a moral norteadora deveria retroceder a um aspecto individualista, a exemplo da era medieval que tinha a salvação própria como sentido de existência. A volta da valorização subjetiva passa a ser legitimada pela grande multiplicidade de informações disparadas em direção à sociedade mundial após o contexto da Segunda Guerra Mundial, a partir da evolução das novas tecnologias de transporte e informação permitidas pela globalização, com o que concordam Santos (2013) e Harvey (2004).

Desde então, o norteamento da dignidade enquanto ser humano não seria apenas algo relacionado ao acesso ao trabalho, mas também uma expressividade determinada pela autenticidade do sujeito. Essa última é passível de ser representada por meio do alcance às diversas opções culturais validadas pelo acesso consentido pelas novas tecnologias, criando-se uma identidade individual intensa para cada cidadão. Isso coloca em segundo plano no inconsciente de cada um pautas significativas aos interesses de sua própria classe. Isso se concretiza, na lógica da compreensão, por exemplo, de que o ambientalismo é uma causa mais urgente do que a fome, caso de parte da classe média expressivista.

Reforça-se que tal atitude não está relacionada a uma perversidade das pessoas que compõe aquela fração da sociedade, mas sim a uma condução socioeconômica que é realizada por uma irracionalidade introjetada no coletivo há mais de meio século. Em boa parte do âmbito progressista da classe média há compaixão pelos vulneráveis de todas as raças e classes, bem como as necessidades de cada pauta identitária, entretanto a nova moral da sociedade capitalista é introjetada de forma a resignificar as prioridades. Essa é a diferença entre os expressivistas e os críticos, ou seja, de acordo com Souza (2017), a capacidade de compreender a necessidade de combater a desigualdade em primeiro lugar.

Doravante, este recorte aprofundar-se-á nas duas morais norteadoras da sociedade ocidental, as quais no Brasil possuem um elemento a mais de perversidade, a escravidão. O valor do trabalho e expressividade resultam na legitimação do julgamento de valores que as classes sociais do país destinam à “ralé” subcidadã. Esta é discernida como uma classe execrável por não ter qualificação profissional suficiente para o trabalho especializado e também por não obter acesso à cultura “sofisticada” mais valorizada pelo topo da pirâmide social, retirando-lhes, portanto, o direito do expressivismo da autenticidade. Desse modo, as tradições de natureza popular são taxadas pejorativamente de vulgares, situação corroborada maciçamente pelos meios hegemônicos de informação e comunicação.

Salienta-se que essa forma de cultura massificada é também apropriada para obtenção de mais-valia, gerando, nesse aspecto, uma relação dialética entre os valores morais e a acumulação de capital. Enquanto a elite, que também absorve a classe média, deslegitima no campo moral a cultura popular, a utiliza por meio das artes para enriquecimento e cooptação.

É o uso da cultura enquanto mercadoria, ao mesmo tempo que permite um meio de divisão de classes pela desqualificação do gosto das camadas populares. Isso porque a multiculturalidade estabelece vários grupos com sua preferência mais individualizada, de modo que tal grupo passa a desprezar alguns outros, ou seja, concretiza-se um fator de distanciamento dentro de cada classe.

Souza (2018b) teorizou a influência das novas morais do ocidente no comportamento da sociedade mundial e brasileira por meio do cruzamento das análises teóricas de Charles Taylor (1997) e Pierre Bourdieu (2007). O primeiro, entre estes dois últimos, discorre quanto a uma hierarquia social a partir do entendimento da população quanto ao valor do trabalho e da expressividade individual, essa questão será aprofundada nas duas primeiras subseções deste recorte. O segundo, por sua vez, abstrai sobre a perspectiva moral inconsciente de cada sujeito que reflete em um imaginário social, o que ele denominou *habitus*. Este, discorrido na terceira subseção, é introjetado nas pessoas pelas relações familiares e influências culturais atinentes a cada sociedade, também determinadas pelas especificidades históricas de cada país e popularizadas pelos meios de informação.

### **2.3.1 A primeira moral capitalista do ocidente: o valor do trabalho**

A priori, discorrer-se-á quanto ao ponto de vista de Taylor (1997), de modo que é possível a partir dele correlacionar um entendimento de hierarquia social por meio da moral

sedimentada pela sociedade ocidental. Essa divisão social é vertical e coloca no ápice quem possui condições de exercer uma função laboral especializada no contexto do capitalismo atual e aqueles que têm uma “sofisticação” quanto aos seus gostos culturais. Ressalta-se que o sistema econômico, representado pelo valor do trabalho, globaliza essa moralidade também para o oriente.

Desta forma, Taylor (1997) esclarece que antes da ascensão do capitalismo, a moral da civilização do ocidente estava pautada nos dogmas do cristianismo catolicista, mais precisamente na dualidade corpo e alma presente, conforme a doutrina em questão, em todo indivíduo.

Assim, como destaca (Souza, 2018b), o ser humano – ao ter um entendimento quanto às necessidades físicas, sexuais e fisiológicas pela perspectiva do corpo e capacidade de introjeção de um ideal representado pela busca pela salvação, a partir do que se entendia por alma – cria um objetivo, uma moralidade a ser seguida ainda que de forma inconsciente. A construção dessa realidade ocorre em muitos séculos de hegemonia da Igreja Católica. Esta representava antes do Renascimento a única instituição organizada territorialmente em praticamente toda a Europa, embora etnicamente fossem distintos a maioria dos europeus tinha como ponto de convergência a sua religião e seus valores.

A ascensão do capitalismo mercantilista e da Reforma Protestante ressignificam radicalmente a concepção moral estabelecida até então. A virtude de se alcançar a salvação a partir do controle do corpo, priorizando-se a alma com norteamo de dogmas religiosos, é em parte substituído pela ascensão do trabalho útil que, diferentemente da sociedade medieval que condenava o lucro, altera-se enquanto valor positivo para os trabalhadores.

Assim, havia possibilidade de outros estamentos se tornarem alguém relevante em meio a burguesia em crescimento, facticidade não permitida anteriormente. O esforço físico laboral anteriormente era considerado indigno, destinado ao estamento servil o último daquela escala social. A nobreza e o clero exerciam atividades mais ociosas, no que se compara a atividades braçais, a exemplo de funções administrativas, sejam elas na corte, no exército, em cargos de alta patente, ou dentro da Igreja.

Desde então passou a incidir um caráter distinto no que se refere ao entendimento do controle do corpo pela alma, o trabalhador passou a ser considerado útil e bem visto naquela nova concepção. De acordo com Souza (2018b), se ele tivesse disciplina em sua atividade laboral seria valorizado na interpretação dos demais, fato muito consolidado no âmbito do senso comum com a expressão do “trabalho que dignifica o homem”. Entretanto, essa noção de dignidade é correlacionada à própria ocupação do trabalho, e não com a consequência dele que

seria a subsistência com qualidade de vida. A expansão dessa visão de mundo, pautada na moral do valor intrínseco ao trabalho, permitiu maior produtividade e ascendeu o sistema capitalista como hegemônico.

A dignidade que permite a universalização dos direitos do estamento servil e burguês, ainda que seja certificado institucionalmente na Revolução Francesa, tem gênese na Reforma Protestante, pois essa última tolera e incentiva a participação dos indivíduos no âmbito do trabalho na economia. A moral se inverte a partir de então, o abjeto passa a ser a ociosidade, situação que se internaliza no imaginário coletivo com pleno apoio do capitalismo que lucra com a produtividade do trabalhador. O produto do trabalho humano é a essência do capital econômico e permite a obtenção de mais-valia e reprodução do sistema.

O ócio, desde de então, passa a ser condenado pela maioria produtiva que o associa àqueles que não conseguem acesso ao emprego formal, conjuntura essa que no caso do Brasil é recorrente com as camadas da população que não possuem formação adequada para garantir acesso ao capital cultural, ou seja, a “ralé” subcidadã.

Reforça-se que essa condenação de classe se traduz em desprezo, circunstância que não é necessariamente exclusividade do Brasil. Como a moral do trabalho é internacionalizada pela cultura do ocidente, a forma de se compreender a realidade se repete de diversos modos pelo mundo. É o olhar com a substancial dualidade, a qual envolve compaixão e aversão, destinado a indivíduos incluídos perversamente no sistema, a exemplo dos moradores em situação de rua, pedintes, trabalhadores informais, ou formalizados com uma atividade braçal ou insalubre, e desempregados crônicos. O que se tem em maior perversidade no Brasil é a adição de ódio e medo perante a possibilidade de se equiparar a essas categorias.

Souza (2018 b) escreve que em terras brasileiras qualquer tentativa de resolução da desigualdade e ascensão de políticas que tentem estabelecer dignidade às classes mais populares enfrenta obstáculos construídos pela classe média. Para essa permanece um receio de perda de privilégios, uma preocupação no imaginário de que as pessoas mais vulneráveis venham a se elevar no âmbito classista e competir no degrau de cima pelos recursos escassos do capitalismo.

Assim, a classe média subjuga tanto a “ralé” quanto a classe trabalhadora, essa última, por sua vez, também nutre um desprezo com aqueles ainda mais abaixo na pirâmide social do Brasil, com a interpretação de que sua condição atual é fruto de uma incapacidade meritocrática, o que pode ser traduzido no discurso coloquial como uma suposta indolência quanto à prática do trabalho.

Souza, (2018b) relata que, a partir de uma interpretação subjetiva, estar no mesmo nível de estratificação de um indivíduo da “ralé” subcidadã – pois há possibilidade de alguns

deles conseguirem ascender socialmente ou de alguns trabalhadores descenderem – manifesta um significado simbólico de ser relacionado àqueles que foram afligidos pela escravidão e, portanto, ser menosprezado de diversas maneiras no imaginário brasileiro.

Desta forma, a própria classe trabalhadora, aquela mesma do “chão de fábrica” formada com qualificação técnica especializada, constitui um pré-julgamento de ser visto no mesmo patamar que a “ralé”, a qual representa o receio de deixar de ser visto como cidadão. Isso porque, de uma forma inconsciente, a classe mais baixa da sociedade brasileira não é considerada gente pelos seus conterrâneos.

Em uma sociedade capitalista, o trabalho é uma forma de reconhecimento social, de inserção social, pois a pessoa só tem o seu lugar garantido enquanto "cidadão", se produzir, e tiver capacidade para consumir os bens e serviços dele oriundos do sistema. Pelo trabalho, principalmente, neste tipo de sociedade, é que o indivíduo constrói sua identidade, ou tem a sua identidade destruída (BORBA, 2004, p. 112).

Borba (1999) concorda com o posicionamento de Souza (2018b) no que toca o significado do trabalho já a partir do mundo contemporâneo. O esforço produtivo é digno e essa ideologia é intrínseca para manter o cidadão reconhecido socialmente de forma virtuosa, inclusive com a noção de auto reconhecimento nessa questão, ou seja, estar uma condição aceitável de trabalho faz bem para o próprio indivíduo. Nesse caso, é justamente a possibilidade da perda dessa posição que se configura em destruição identitária, ser exposto a um trabalho precarizado é ser da “ralé” e, no Brasil, ser dessa classe social é ser desprezado.

A precarização do trabalho permitida pela reestruturação do capitalismo evidencia esse problema, principalmente a partir do desemprego estrutural, que, por dado momento, empurrou os trabalhadores para o terceiro setor. Todavia conforme as tecnologias também chegam aos ramos do comércio e dos serviços, resultam em colocar essas pessoas em outra situação de trabalho, ou ao subemprego, ou à uberização (ANTUNES, FILGUEIRAS, 2020).

O subemprego é algo que existe no mundo há demasiado tempo. Atualmente o problema é majoritário nas nações menos desenvolvidas economicamente, contudo, o processo também já aparece intensamente em países mais desenvolvidos. Esse modelo de trabalho, de acordo com Antunes e Filgueiras (2020), é denominado “uberização”. Essa relação estabelece uma forma de dependência entre o trabalhador e uma grande corporação, dona de recursos digitais com um grande banco de dados com consumidores cadastrados, passível de ser acessado tanto por estes quanto pelos prestadores por meio de aplicativos de celular.



Em nosso entendimento, entretanto, a chamada uberização do trabalho somente pode ser compreendida e utilizada como expressão de modos de ser do trabalho que se expandem nas plataformas digitais, onde as relações de trabalho são cada vez mais individualizadas (sempre que isso for possível) e invisibilizadas, de modo a assumir a aparência de prestação de serviços. Mas, os traços constitutivos de sua concretude, como veremos a seguir, são expressão de formas diferenciadas de assalariamento, comportando tanto obtenção de lucro, exploração do mais valor e também espoliação do trabalho, ao transferir os custos para seus/suas trabalhadores/as que passam a depender diretamente do financiamento de suas despesas, que são imprescindíveis para a realização de seu labor (ANTUNES, FILGUEIRAS, 2020, p. 32).

A empresa faz o contato entre o “novo proletário” e o consumidor, de modo que direciona o primeiro para prestar determinado serviço para o segundo, em troca os capitalistas donos do aplicativo digital ganham uma porcentagem do valor cobrado. Em outras palavras, a companhia expropria parte do valor do trabalho do cidadão.

Essa situação se configura em uma nova realidade dos meios de produção, o banco de dados que conecta o consumidor é a ferramenta que o proletário digital não possui, como eram as ferramentas e máquinas na Revolução Industrial. Entretanto, uma semelhança se mantém àquele período: como não há relações formais de trabalho, o sujeito não possui salário fixo, férias, seguro saúde, descanso semanal remunerado, 13º salário, entre outros direitos. O trabalhador deste modo não é um funcionário da mantenedora do aplicativo, mas sim um parceiro terceirizado.

Outro prejuízo da nova modalidade de trabalho é que o prestador de serviços ainda fica com todos os custos da realização do ofício, isto é, deslocamento, alimentação, compra e manutenção de equipamentos, entre outros, fato que não ocorria corriqueiramente em contratos habituais estabelecidos antes.

A expressão “uberização” tem como origem um dos aplicativos mais popularizados na atualidade, o Uber, ele oferece um serviço de transporte mais barato que o táxi. Os consumidores o baixam pela internet e utilizam no celular quando precisam deslocar-se em determinado local, o motorista fornece o serviço ao receber um aviso da empresa colocando-o em contato com o cliente. Todos os custos que envolvem o veículo são do próprio trabalhador, os quais envolvem: gasolina, revisões, troca de pneus, o aluguel do carro quando não é próprio, limpeza, entre outros.

Outras empresas entraram no ramo aproveitando-se da popularização dos celulares e da internet móvel. Isso não somente no setor de transportes, pode-se citar ainda os ramos de alimentação, roupas, reserva de hotelaria, serviços bancários, entre outros. Todos eles, de alguma forma, substituem trabalhadores formais ou utilizam prestadores com um custo baixo de manutenção e lucros elevados.

Entre as entrevistas de Souza (2018), realizadas no IPEA para a compreensão das frações da classe média, havia um engenheiro que se tornou motorista da Uber. Ele foi funcionário da Petrobras que, em um período de maior instabilidade da empresa, dispensou servidores não concursados, entre eles estava o entrevistado, William. A percepção dele sobre o ocorrido foi de responsabilizar a classe política, principalmente aqueles de esquerda, pela “bagunça” e pela corrupção que teriam assolado o país naquele momento, esses seriam os autores da derrocada econômica e seu fracasso profissional, situação que, conseqüentemente, teria resultado em seu descenso social.

William passou a ser um cidadão da classe média brasileira, com acúmulo de capital cultural de ensino superior, mas com um emprego da classe trabalhadora. Como exposto antes, é socialmente intolerável para determinados indivíduos reconhecer qualquer perspectiva de culpa individual nesses casos, bem como de enxergar as responsabilidades do mercado, aquele que torna opaca a visão de mundo no capitalismo. Assim, ao comentar sobre essa entrevista, o autor escreve:

Pergunto se não acha que houve um esquema montado para a Rede Globo e a Lava Jato demonizarem a empresa e entregá-la de mão beijada aos estrangeiros. William me responde que isso talvez tenha ocorrido, mas os políticos são quem a gente elege – e é dos políticos que temos de cobrar. Esse tipo de resposta é muito comum, revelando até que ponto, para as pessoas, só existiria interesse organizado no Estado e na política, nunca no mercado. É como se o mercado fosse constituído de pessoas comuns, como o padeiro da esquina e indivíduos como o próprio William, e não de corporações poderosas, oligopólios e monopólios com poder de impor suas agendas. O real poder é invisível. É isso que o faz verdadeiramente poderoso (SOUZA, 2018, p. 226).

O entrevistado responsabiliza a classe política, ainda que reconheça os papéis exercidos pelos meios de comunicação e pelo judiciário. Entende que a situação é resultado de uma administração governamental ruim, fruto de anos de políticas progressistas do governo petista. Mais à frente na conversa com Souza (2018), William se diz ser admirador de Bolsonaro, enxergando no então candidato a moralidade para consertar os problemas do país.

Alguns outros elementos são passíveis de discussão nessa situação que em um primeiro olhar parece específica. Contudo essa situação se repete de modo significativo no seio da classe média, já que, conforme relatado antes, essas entrevistas formam uma mediania, perpetradas por Souza (2018), de várias outros cenários semelhantes. Portanto, existem muitos cidadãos da classe média brasileira que raciocinam como William, não é necessário aprofundar-se quanto a essa afirmação, uma vez que o candidato dele venceu as eleições daquele ano com amplo apoio do estrato intermediário da população.

A meritocracia em forma de insucesso não existe para essas pessoas quando ocorre em sua classe social, diferentemente do que se sucede com os conjuntos abaixo deles. Desse modo, quando possuem êxito profissional a circunstância é considerada competência própria, porém quando fracassam a culpa é do Estado.

Esse entendimento não acontece na forma de hipocrisia racionalizada, a subjetividade percebe que reconhecer esse fracasso meritocrático os coloca no mesmo patamar da classe trabalhadora e da “ralé”, pois esses seriam os incapazes por natureza de conseguirem acesso ao capital econômico. Como enxergam-se de forma diferente, com acesso a conhecimento e boas relações pessoais, a culpa só poderia, na interpretação deles, ser realmente de uma política econômica ruim. O que em realidade não é um falseamento completo, só que, nesse sentido, a administração do país só é considerada inconveniente quando prejudica a classe média. Vale, porém, questionar: por que motivos os governos que ampliam a desigualdade social e afligem as classes mais vulneráveis à pobreza e à exploração não são questionados da mesma forma?

Na interpretação de Souza (2018b), a resposta se dá a partir da visão que os estratos superiores apresentam em relação aos demais. Aqueles que se encontram em situações precárias, principalmente os indivíduos que vivem na miséria extrema com a “ralé”, não estão na mesma categoria enquanto seres humanos. Sobre direitos humanos, inclusive, quando as classes populares transgridem a lei, aceita-se o fato de serem estes sejam encarcerados em condições nada dignas, com discursos de execução em casos mais hediondos.

Ainda assim, em condições de legalidade, o valor do trabalho exercido por eles não existe no imaginário da classe média, pois são ocupações desprezíveis originadas, como retratado antes, da escravidão. Em um meio termo, aparece a classe trabalhadora com atividades mais qualificadas, entretanto também miradas igualmente como inferiores no campo da expressividade. Ter de ocupar o espaço de trabalho deles é inconscientemente perigoso, principalmente para os olhares dos outros membros da classe média. Assim culpar o governo é impedir a comparação, perante os seus, de ser intrinsecamente associado à classe imediatamente inferior, evitando, desse modo, ser desprezado pelos semelhantes.

Antunes e Filgueras (2020) observam que a exploração vem da reestrutura do atual capitalismo, o qual ocorreu a partir de mais uma crise sistêmica. Como os indivíduos não percebem a interferência da economia mundial de forma clara, a alienação resultante do valor moral do trabalho os colocam em uma posição de insignificância. Ainda que a questão da reestruturação do trabalho por meio do desemprego tecnológico seja relativamente recente, mais intensa em verdade a partir da década de 1970, o resultado subjetivo para o trabalhador, bem como para a baixa classe média, é demasiadamente prejudicial, o descenso social é

observável por ele na queda do seu rendimento, bem como no aumento das horas da carga de trabalho.

Portanto, ainda que negue a situação perante os demais, há um reconhecimento subjetivo da regressão. Fato este que gera uma tensão expressiva com a realidade, podendo, inclusive, se traduzir em violência. Isso para afirmar seu ponto de vista de negação, principalmente com aqueles considerados os culpados, como denota Adorno (2014).

A possibilidade de culpabilizar outrem racionalmente é, por vezes, inaceitável no âmbito do psiquismo do indivíduo, é uma perspectiva de tensão interna que permite um forma de recalcar o fracasso no próprio inconsciente. Ainda assim, objetivamente ele precisa lidar com a situação, então o faz atribuindo aos outros a desvalorização no seu estilo de vida, conforme reconhece Adorno (2014).

No Brasil, essa realidade se traduz nas críticas das políticas sociais empregadas nos últimos anos, a exemplo do Bolsa Família, programa condenado como um dos causadores da crise econômica vivida no país, interpretação fora de qualquer contexto concreto, como concorda Carvalho (2018). A conexão entre os fatos não precisa fazer muito sentido, uma vez que, em realidade, a base da culpa individual, na ideologia da maioria da classe média, vem da meritocracia, enquanto a problemática autêntica parte das contradições do capitalismo, o qual o cidadão nem ao menos reconhece. Sobre isso, algumas medidas que explicam a abrupta queda econômica da economia são de ordem liberal, justamente o que os críticos das políticas sociais defendem.

A presidente Dilma atende a tais demandas: reduz a taxa de juros, desvaloriza o real e subsidia a lucratividade dos empresários por meio de desonerações tributárias, controle de tarifas energéticas e crédito a juros mais baixos. Essas medidas de alto custo e pouco eficazes no estímulo ao crescimento têm impacto negativo sobre as receitas do governo e dificultam a estabilização da dívida pública (CARVALHO, 2018, p. 11).

Na visão de Carvalho (2018), a intensa crise econômica que afeta a política de desenvolvimento dos governos petistas é intensificada por uma série de medidas de natureza neoliberal. Essas, por sua vez, foram realizadas por pressão do empresariado que se preocupava com a queda dos preços da *commodities*, os quais auxiliaram no período de alta o crescimento econômico e patrocinaram as políticas sociais, os investimentos e o pagamento da dívida pública sem maiores dificuldades. Com a torneira fechando, as empresas fizeram *lobby* para manter sua lucratividade em detrimento da arrecadação do governo, que tomou medidas as quais resultaram no aumento da dívida pública, na redução de investimento, no desemprego e

na perda no capital produtivo, situações que impactaram a classe média e trabalhadora principalmente.

No imaginário da maioria da classe média, medíocre em parte também no entendimento de economia, a interpretação desse conjunto é de que os gastos foram excessivos com as políticas sociais, as quais teriam quebrado o país, determinando falta de investimento em outras áreas as quais os beneficiariam. Desta forma, teriam sido prejudicados em suas demandas sofrendo com uma queda em seu padrão de vida, quando, em verdade, as ações tomadas foram em sentido de resguardar o capital financeiro, favorecendo principalmente a elite.

A possibilidade de culpar a elite pelos prejuízos não é admissível, pois é essa quem permite os poderes administrativos à classe média, pois, a exemplo, só há o bancário se existir um banqueiro. Sem embargo, enxergarem-se em uma situação precária destinada à “ralé” a qual é inaceitável em uma probabilidade concreta, o que amplia ainda mais o ódio de classe e o medo de descenderem ao estrato de baixo. Esses sentimentos são determinantes para a sedimentação de pressupostos do fascismo, fica uma política do “nós/eu” contra “eles”, como já observável com indivíduos de diferentes grupos sociais na sociedade globalizada como: imigrantes, miseráveis, pretos, homossexuais, militantes de esquerda, entre outros (ADORNO, 2014).

Segundo Adorno (2014), os outros seriam uma ameaça à posição de privilégio em que estão inseridos e por isso deveriam ser combatidos, até mesmo com violência se necessário. Essa situação pode se concretizar em conflitos diretos entre os diferentes grupos, resultando, inclusive, na morte de alguém. São tantas informações, e desvio delas, disparadas na sociedade que o indivíduo dificilmente refletirá quanto à responsabilidade do modelo socioeconômico nas sinuosidades que envolvem os fatores que determinam, em materialidade, sua qualidade de vida.

Apesar de estar associada à origem dessa forma de se enxergar o mundo, ou seja, o trabalho árduo como fator de desenvolvimento pessoal, o protestantismo ascético não é um fator de significativa relevância para a designação de maior ou menor desenvolvimento nas atuais divisões internacionais do trabalho e à colocação laboral individual das pessoas no mercado. Essa interpretação seria de um racismo culturalista dissimulado, o que ocorre, como já detalhado, com a interpretação de Holanda (2014) no que toca a realidade socioeconômica brasileira.

Esse último viés compreende uma coletividade protestante como mais capacitada para o trabalho produtivo capitalista, hipótese não adjacente à história de desenvolvimento do Brasil, sendo na perspectiva dele a causa de seu subdesenvolvimento o patrimonialismo português. Subdesenvolvimento do país teria origem em comportamentos de natureza cultural.

Essa é uma hipótese que, como compreende Souza (2017), não possui embasamento comparativo coerente, pois se utiliza de modelos explicativos que beneficiam os motes que convém somente à própria suposição e ignora outros elementos que a desqualificariam se decompostos com mais profundidade analítica. A proposição de Holanda (2014) não é difícil de refutar: como explicar, por exemplo, o subdesenvolvimento das colônias inglesas na África e Ásia, ou mesmo, como compreender o elevado padrão econômico e social da sociedade japonesa a partir do pós Segunda Guerra?

Tais questões já foram mais desenvolvidas na primeira parte desta tese. Retoma-se agora com base de que a forma de se enxergar os colonos anglo-americanos em detrimento daqueles de origem latina na América apresenta uma série de equívocos, desviando o foco de análise das condições materialistas economicistas para a esfera cultural. Isso fortifica a lógica de valor do trabalho, hipótese que não interfere concretamente na divisão internacional do trabalho ou nas desigualdades sociais, findam-se por ser interpretações subjetivas que invadiram o imaginário social.

Tal visão de mundo cria uma divisão simbólica e preconceituosa, a partir da moral que ficou encrustada no inconsciente comum de todo o ocidente com gênese na ética protestante e se espalhou pelo mundo com a globalização enquanto reprodução econômica. O trabalho produtivo possui, deste modo, demasiado valor constitutivo na notoriedade do cidadão, aqueles que não atingem tal grau de competência são menosprezados e segregados, a exemplo da “ralé” brasileira.

Há um imaginário de que os países centrais possuem seu atual estágio de desenvolvimento socioeconômico em razão da moral protestante ascética, caso que é construído lentamente no território subjetivo dos indivíduos e ressignificado para a produção capitalista, pois trabalhar é digno e a concretização disso para muitas pessoas é a ascensão social. Como determinado antes, esse fator coloca em segundo plano qualquer análise crítica dos próprios trabalhadores quanto à origem das suas dificuldades de subsistência. Sem reflexão, qualquer organização ou luta contra o sistema que cria desigualdades é anulada, assim eles determinam o subdesenvolvimento do próprio país em razão de sua origem colonial latina e o próprio fracasso profissional como uma incapacidade de se adaptar ao mercado.

A autodesqualificação muitas vezes é concretizada com a subjugação da própria origem étnica, racial, cultural e com a sua capacidade produtiva em relação ao capital, principalmente ao comparar-se com as classes de cima. Todavia, a visão de mundo introjetada socialmente ainda interpreta que os que se encontram na posição de baixo são ainda mais incapazes, ou seja, esse é o olhar dos trabalhadores brasileiros em relação à “ralé”. As condições

nas quais aqueles outros estão originar-se-iam da indolência na busca por trabalho e por isso não teriam acesso a direitos e à qualidade de vida. Desta maneira, a moral do trabalho resulta na individualização de um problema que é de ordem sistêmica.

Não por acaso, como concorda Milanez (*et al*, 2019), a acusação da indolência em detrimento do trabalho é algo latente no senso comum. No que tange o estilo de vida dos indígenas, por exemplo, nada mais do que outro tipo de pré-julgamento de natureza etnocêntrica, que pode ser ainda traduzido como um racismo culturalista. O índio não compreende as relações de reprodução como os capitalistas, já que seu modelo de existência não exige a retirada de um excedente, não demandando, portanto, a continuidade da produção para a obtenção de lucro.

Já no caso da “ralé” subcidadã, é pertinente compreender a não qualificação educacional que impede a entrada desses indivíduos em massa no mercado de trabalho. Conjetura que os submetem a ocupações consideradas degradantes, eles não se inserem no sistema como esperam os demais por ineptidão, não por indolência.

A inabilidade em conseguir entrar de forma produtiva no sistema capitalista, situação que ocorre com acentuada parte da população no Brasil, não tem como causa a prostração. Menos ainda algum outro elemento que envolva raça e etnia, ou, ainda, uma espécie de culturalismo de gênese latina. Mas sim a incapacidade de inserir essas pessoas em um sistema educacional de qualidade com acompanhamento familiar dotado de apoio e compreensão de capacidades permitidas por elementos, já citados antes, como: disciplina, autocontrole, capacidade de concentração e pensamento prospectivo. Esses fatores permitiriam às classes mais populares condições equitativas de acesso ao que a classe média tem atualmente como privilégio (SOUZA, 2017 e 2018b).

Na origem do pré-conceito de classe do Brasil, está o valor da moral do trabalho iniciado na Reforma Protestante permitida por ressignificação do sistema econômico, era a transição do feudalismo para o capitalismo. As reformulações determinadas por lutas de classe e crises no campo do capitalismo existem então desde o século XVII, a partir desse período a cognição moral mais forte deixa de ser de base religiosa, conforme já exposto, e passa a ser materialmente secular, ou seja, determinada pelo mercado capitalista sob a mediação do Estado. O trabalho pode ser desenvolvido de forma mecânica individualmente, porém a qualidade dele exige conhecimento técnico e, atualmente também superior, essa relação não é reconhecida de forma objetiva no âmbito da racionalidade popular e, por isso, possui dificuldade de assentamento de uma consciência de classe.

No entanto, o protestantismo é importante para a ruptura do modelo anterior, legitimado pela ressignificação do trabalho, que em essência, desde o início da contemporaneidade, não se configura mais como um fator de determinação moral religiosa no que toca as relações de materialidade. Todavia ele ainda é importante nas interpretações de pré-julgamento moral que resultam no desprezo daqueles que não conseguem adaptar-se ao sistema capitalista, muitas vezes determinando aquela realidade à falta de movimento do próprio indivíduo contra a sua condição de pobreza ou miséria (VIANNA, 1999).

Nesse aspecto, a gênese da afirmação do trabalho material prático como digno não se dá sob uma notoriedade civilizatória protestante ética em detrimento de uma latina catolicista intrinsecamente patrimonialista e corrupta. Contudo ocorre materialmente da exploração colonial sedimentada para a reprodução de capital no contexto do mercantilismo e do capitalismo imperialista, com maior grau de perversidade no caso brasileiro, o qual envolve ainda a escravidão. No imaginário coletivo da maioria da população economicamente ativa do país, a desigualdade ainda é resultado dessa moral do trabalho, pressuposto que reflete uma leitura de meritocracia no acesso a bens e a uma vida digna, quem em contrapartida não o possui, sob essa lógica, não tem os mesmos direitos, já que não trabalhou arduamente para conseguir ascender socialmente (SOUZA, 208b).

Diferentes modelos do capitalismo são impostos nas colônias, havendo naquelas sociedades mínima participação social popular nas tomadas de decisão. Assim também ocorreu no Brasil, onde qualquer ideia de valoração ética do trabalho é substituída por meios literalmente violentos que ocorreram por causa da expansão do sistema escravista. Isso estabeleceu uma tensão em relação ao valor da moral do trabalho e o desprezo pelo labor escravocrata, criando uma espécie de divisão entre tipos de funções, o que divide também as demandas dos trabalhadores, como reforça Souza (2017).

Portanto, enquanto a valorização imaginária do trabalho produtivo vem da ideia do protestantismo ascético, a ascensão da desvalorização do trabalho precarizado e marginalizado tem origem, no caso brasileiro, a partir dos três séculos de sistema escravocrata, o qual determinava atividades mais pesadas e degradantes.

A “ralé”, diante disso, herdou tanto as funções reputadas humilhantes quanto o desprezo destinado aos escravizados. É vítima também da aversão quanto à qualquer luta em sentido de ações sociais equitativas que lhes tragam dignidade. A possibilidade de se estar ao lado de uma camada social adjacente aos antigos escravos traz do inconsciente das demais um ódio quanto a presença desses vulneráveis, bem como o medo de também serem considerados



subcidadãos por estarem frequentando os mesmos espaços. Esse sentimento é introjetado na classe média e trabalhadora, aquelas mais próximas da “ralé”.

Esse é um dos agentes não visíveis aos quais se denota o discurso intolerante presente na contraposição da polarização entre progressistas e conservadores. No entanto, tal perspectiva é assentada de modo mais enraizado no debate entre seus espectros mais extremos na classe média, ou seja, entre os profascistas e os críticos. A segunda moral do ocidente capitalista surge como um meio de se tanger também suas alas mais moderadas. O expressivismo da autenticidade apresenta consequências pertinentes ao contexto brasileiro e suas variações políticas, conforme está exposto na seguinte subseção.

### **2.3.2 A segunda moral capitalista do ocidente: os expressivismo da autenticidade**

O expressivismo da autenticidade, manifesta-se principalmente nos aspectos das tradições locais determinando o valor da diferenciação. É pertinente a delimitação dessa forma de moral contemporânea em razão desta criar barreiras que dificultam a mobilização em busca de ações de equidade. É uma perspectiva individualista de compreensão do mundo, mesmo quando se manifesta a partir de agrupamentos compostos por sujeitos que compartilham de ideias semelhantes. Estes passam a rivalizar uns com os outros, mesmo que ambos os conjuntos tenham vulnerabilidades as quais deveriam agregá-los para resolução do problema.

Essa distinção pode distanciar atores do mesmo estrato de renda, como ativistas que buscam equidade de raça e outros com intuito de inclusão para grupos LGBTQIA+, ou ainda um novo rico que tenta ser aceito pela elite tradicional. Tais circunstâncias corroboram a perspectiva dos capitais culturais de Souza (2017), já que determinados agentes sociais findam por não serem aceitos plenamente naquele âmbito que gostariam de fazer parte prejudicando em termos o acesso ao capital social. Antes de se aprofundar nessas questões, far-se-á uma breve análise da conjuntura histórica que permitiu a consolidação dessa moral como ferramenta do capitalismo.

A evolução da participação social dos atores do mundo do trabalho permite maior acesso a capitais culturais, bem como mais recursos para as classes operárias, isso comparando-os com os primeiros operários da Revolução Industrial. O maior avanço se dá com os trabalhadores estabelecidos nos países centrais, tal fato é corroborado a partir da criação dos sindicatos e a luta por melhores condições de trabalho durante a partir do século XIX.

É importante indicar que a universalização do direito à educação, pelo menos na legislação da maioria dos países, a qual ocorre primeiro na Europa e no século seguinte espalha-se por boa parte do mundo, não surge como responsabilidade social. O processo advém como uma necessidade econômica que precisava obter, a partir de cada nova geração tecnológica, trabalhadores mais qualificados e, portanto, mais produtivos. No Brasil, a “ralé” não se inseriu em tal conjectura, ainda que uma pequena classe trabalhadora operária começasse a se constituir no país de tal forma no início do século XX.

Entre o final do século XIX e a primeira metade do próximo, os grandes conflitos bélicos impetrados pelas potências imperialistas acabam deixando em segundo plano as demandas relativas à evolução cultural da classe trabalhadora, aumentando o descontentamento desses indivíduos de formas diferentes em cada nação. A Rússia, por exemplo, passa pela revolução socialista de 1917, Alemanha e Itália descontentes com os resultados dos conflitos na Primeira Guerra Mundial têm como consequência a ascensão do fascismo no período entreguerras. Os demais países europeus, bem como os Estados Unidos, também apresentavam ondas de descontentamento que se ampliam após a crise de 1929. Após a Segunda Guerra Mundial, o olhar da massa com o tratamento pouco humanizado era crítico, a mão de obra dos confrontos *in loco* era formada pela massa da população.

Ainda que o trabalho laboral fosse valorizado sob o pressuposto da moral, as pessoas não tinham uma forma de se compreender enquanto um ser individualizado, passaram a necessitar de um contorno de autenticidade, o qual vai ocorrer por meio do expressivismo. Durante a primeira metade do século XX, período marcado por duas guerras mundiais, os cidadãos eram massificados, muitos dos soldados que, ao morrerem, tornavam-se números sob a perspectiva do Estado, e não pessoas com vida e demandas próprias. Tal fator não era percebido materialmente, mas os anos seguintes vão ser marcados por mudanças importantes.

De acordo com Harvey (1992), após a Segunda Guerra Mundial, há uma ressignificação do imaginário social, pois aquele mundo não era mais tão maleável como nas décadas anteriores, a absorção de capital cultural não permitia mais que a população fosse subjugada em uma espécie de “moedor de carne” ao gosto do capitalismo e dos governantes das nações mais desenvolvidas. A universalização da educação, já presente nas gerações antecedentes daqueles eventos bélicos, não é somente mantida após o último grande conflito, mas intensificada nos jovens que sucedem após os anos de 1950. Eles são responsáveis pelo fenômeno da contracultura ou da revolução cultural que ocorre de forma mais intensa a partir do final dos 1960.

Desta forma, criou-se uma atmosfera de contravenção às medidas de autoritarismo vindas da tensão da Guerra Fria, principalmente com o caso da Guerra do Vietnã, não havia um sentimento de apoio patriótico como na Segunda Guerra. O confronto era contestado de forma manifesta por expressiva parte da população, os protestos eram televisionados pelos meios de comunicação, já popularizados em grande parte do mundo.

Sobre o que se entende por contracultura, Hobsbawn (1995) caracterizou como um período de significativa contestação dos valores determinados antes, principalmente por meio dos cidadãos mais jovens que se maturaram em uma ocasião de intenso avanço socioeconômico nos Estados Unidos.

Portanto, aquela geração não aceitava facilmente o retrocesso a outras épocas as quais seus pais viveram e ainda acolhiam, sob um pressuposto moral de patriotismo, uma contraposição que gerou forte tensão nos anos que se seguiram. O acesso a mais informação e o conhecimento sobre os problemas de outras partes do mundo também entravam em pauta, bem como as lutas identitárias representadas pelo movimento dos direitos civis dos negros, o comunismo, o ambientalismo, a liberdade sexual, entre outros.

A cultura jovem tornou-se a matriz da revolução cultural no sentido mais amplo de uma revolução nos modos e costumes, nos meios de gozar o lazer e nas artes comerciais, que formavam cada vez mais a atmosfera respirada por homens e mulheres urbanos. Duas de suas características são portanto relevantes. Foi ao mesmo tempo informal e antinômica, sobretudo em questões de conduta pessoal. Todo mundo tinha de “estar na sua”, com o mínimo de restrição externa, embora na prática a pressão dos pares e a moda impusessem tanta uniformidade quanto antes, pelo menos dentro dos grupos de pares e subculturas (HOBSEBAWN, 1995, p. 257).

Para o autor, portanto, estabeleceu-se uma espécie de reestruturação de natureza cultural que teve como um de seus fatores primordiais alterações na maneira de se relacionar com os valores da família de então e com a moral da sociedade. Entretanto, o modo de agir continuava sendo demandado por uma estrutura vertical, dentro dos referidos grupos identitários havia uma necessidade de pertencimento particular que não era possível antes da Guerra Fria, conforme coloca Taylor (1996).

Havia nessa situação uma contradição da noção de liberdade sob um aspecto e por outro lado da necessidade de participar de algum grupo com características particulares. A economia capitalista teria de lidar com essa mudança social condicionada por uma onda de indivíduos questionadores.

A complexidade é ainda maior quando observado que aquele recorte histórico fica marcado também por instabilidades econômicas que seriam intensificadas anos mais tarde pela

Crise do Petróleo, o que impactou diretamente no parque industrial dos Estados Unidos. Desta forma, o capital produtivo passaria a perder espaço para o financeiro comprometendo o bem-estar social permitido à classe trabalhadora nos anos seguintes à Segunda Guerra, conforme escreve Hobsbawm (1995).

Observa-se que ao mesmo tempo que as mudanças culturais eram significativas em relação ao que se tinha em décadas anteriores, as pessoas se uniformizavam dentro de seus respectivos grupos, aos quais pouco interagiam em uma causa mais abrangente. É relevante inclusive advertir como aquelas pessoas eram estereotipadas, como ainda são, pelo meio social, com a corroboração dos ascendentes meios de informação, representados então principalmente pela televisão e pelo cinema. (HOBSBAWN, 1995).

Hobsbawm (1995) acrescenta que a sociedade estadunidense que virava a década de 1960 era rotulada, enviesada com um panorama determinante sob vários adjetivos pejorativos relacionados à subversão, à promiscuidade sexual e ao entorpecimento, sempre associados ao uso de drogas ilícitas.

É importante relevar que a economia acompanhava de perto o movimento, o qual, ao mesmo tempo que se demonstrava questionador, também era levado pelo que era imposto de forma tênue pelo consumo; o individualismo, por sua vez, separava as pautas sociais em partes que buscavam a priori resolver as suas próprias demandas:

Mais significativo ainda é que essa rejeição não se dava em nome de outro padrão de ordenação da sociedade, embora o novo libertarismo recebesse uma justificação daqueles que sentiam que ele precisava de tais rótulos, mas em nome da ilimitada autonomia do desejo humano. Supunha um mundo de individualismo voltado para si mesmo levado aos limites. Paradoxalmente, os que se rebelavam contra as convenções e restrições partilhavam as crenças sobre as quais se erguia a sociedade de consumo de massa, ou pelo menos as motivações psicológicas que os que vendiam bens de consumo e serviços achavam mais eficazes para promover sua venda (HOBSBAWN, 1995, p. 260).

A rejeição retratada refere-se justamente às proibições determinadas historicamente na moralidade da família de então. Tais imposições eram refutadas em nome de novos desejos representados pelo individualismo que emergia em grupo, contudo este mobilizava-se somente entre os seus. Não havia uma conjectura crítica à influência do consumo ou do capitalismo, nenhuma tendência de mudança estrutural social era posta em evidência. O sistema capitalista, não sendo protagonizado como um problema nessa forma de questionamento, passa a comercializar a própria cultura, aqueles grupos sociais eram altamente rentáveis, conforme o cinema, a música e a televisão perceberam.

Ainda que a revolução cultural, ou contracultura, tenha sido de notável importância na ruptura de um modelo anterior, os anos seguintes denotam retrocessos sociais nos Estados Unidos quando se aprofunda quanto à qualidade de vida do trabalhador. A mundialização da nova onda cultural tem uma série de consequências que, combinadas com outros fatores, aos quais se pode citar a recuperação dos países europeus e do Japão quanto à Segunda Guerra e legitimação do Oriente Médio sobre as suas reservas de petróleo. Assim, toda a onda de prosperidade que se segue até os fim dos anos de 1960 é substituída por incertezas quanto ao bem-estar social. A partir do decênio de 1970, o mundo do trabalho será o mais atingido pela nova realidade, sedimentada por meio das desregulações do neoliberalismo concretizado a partir de 1980 (ANTUNES, 2009).

Bresser-Pereira (2014) delimita que muitas das interpretações do período enxergam a contracultura como um resultado da gênese do neoliberalismo em detrimento da perda de força do socialismo real. Porém existem aqueles que abrangem a ascensão do processo como consequência da divisão que as novas demandas culturais provocaram nas classes operárias, ou seja, a ressignificação da teoria liberal só teria tomado tal proporção nas décadas seguintes em razão da desorganização das associações de trabalhadores, já enfraquecidas pela segregação ampliada por meio da multiculturalidade.

As medidas políticas capitalistas se voltaram a extinguir muitos dos benefícios conseguidos até então e os sindicatos ao mesmo tempo perdiam contribuintes (ANTUNES, 2009) que, sob o aspecto da revolução cultural, voltavam-se a outras prioridades que lhes eram disparadas pelos meios de comunicação. Essa desorganização vai ocorrer em todo o âmbito social, contudo alguns agrupamentos que são mais vulneráveis seriam aqueles mais prejudicados, já que:

O pós-modernismo expressou a descrença e a falta de esperança que se tornaram dominantes depois do auge utópico que foi a Revolução Estudantil de 1968 e do mal-estar experimentado nos anos posteriores. Nesse processo, a ideologia pós-moderna identificou-se com o individualismo radical que tomara conta das pessoas. [...] quando o pós-modernismo assume caráter filosófico, assistimos a uma nova onda de relativismo radical que, por fim, privou a sociedade de critérios críticos. Em contrapartida, quando assume caráter sociológico, sobressai a ideia multiculturalista – conceito que expressa demandas legítimas das culturas minoritárias ou subordinadas, mas entra em conflito com o compromisso histórico do Estado-nação de integração nacional e se revela incapaz de pensar tal contradição de maneira dialética para chegar a soluções que assegurem razoavelmente os dois objetivos (BRESSER-PEREIRA, 2014, p. 100).

Mais adiante, esclarecer-se-á o pós-modernismo como um dos resultados da contracultura, a qual não estabelecia a materialização prioritária do trabalho digno. As

necessidades se diluíram em meio a tantas outras demandas e ideologias que se deslocavam à massa da população. Soma-se a isso o fim da União Soviética e a ascensão da multipolaridade econômica a qual trazia dezenas de possibilidades, entre elas as demandas da multiculturalidade que com a cooptação da contracultura determinavam o consumo em massa (ROSZAK, 1972).

O declínio soviético também resulta em outro fator problemático para a situação, já que seu colapso fortalece o neoliberalismo. Ainda que o socialismo real não fosse um sistema de contraposição próximo ao seu modelo científico, era uma possibilidade da contraposição ao capitalismo e ainda agregava a ideia de integração nacional para as demandas de sua população com acesso à alimentação e à saúde pública (ANTUNES, 2001).

Sobre a questão, Antunes (2001, p. 40) reforça que o “desmoronamento da União Soviética e do Leste europeu, ao final dos anos 80, teve enorme impacto no movimento operário. Bastaria somente lembrar a crise que se abateu nos partidos comunistas tradicionais, e no sindicalismo a eles vinculado”. Isto é, ainda que se tenha em consideração as contravenções da ditadura stalinista, a subsistência era garantida e a influência marxista persistia em moldes de resolução da desigualdade em outras partes do mundo, isso por meio dos partidos socialistas e dos sindicatos, ambos enfraqueceram sem a sombra da grande potência socialista.

Para Bresser-Pereira (2014), a subjetividade levada ao extremado individualismo sobrepõe-se a qualquer coletividade que procurasse auxiliar os próprios grupos sociais. Ao invés da solidariedade e busca de ascensão com direitos para os seus próximos, a lógica passou a constituir-se por meio do consumo multicultural. Este enaltecia, de certa forma, as minorias, consolidando assim uma aparência crítica, porém sem resultar em demandas de resolução para o que determina de fato tais problemas.

Os progressistas passam a seguir o viés dessa forma de interpretar o mundo, denominado pós-moderno. Por possuir essa capa de criticidade, contudo, a divisão cultural latente passa a enfraquecer as grandes narrativas históricas. Conforme estabelece Eagleton (1996), a soma das partes não chega ao todo na pós-modernidade, uma vez que as análises passam a ser relativizadas.

O que serve para a crítica ambientalista não vale para os setores assolados pela miséria extrema. Como convencer os grupos sociais assolados pela fome quanto à real necessidade de redução do consumo quando ao menos eles não têm o que comer? O discurso não possui intersecção lógica em diferentes camadas sociais, de modo que o conservadorismo, por sua vez, entra com uma retórica que defende o mercado e a ampliação da produção. Pressuposto que deslegitima aqueles que criticam o consumismo no mundo, cooptando facilmente as classes populares que também querem em realidade consumir.

Não que a crítica ao consumo não deva ser colocada em evidência, mas é necessária a compreensão de que as classes populares não tiveram oportunidade de acesso ao capital cultural necessário para apreender a crítica da questão. O que prevalece é lógica moral a qual sempre tiveram acesso, o discurso oposto enviesado com facilidade a retórica do progressismo multicultural para aliciar aquelas classes. Por exemplo, debater sobre veganismo com pessoas que não têm condição de comprar algum tipo de carne todos os dias é um insulto para os indivíduos da “ralé”, principalmente ao saber que aqueles que defendem a questão gastam muito mais em opções de proteína de outras origens.

Salienta-se que não há deslegitimidade nas lutas identitárias, contudo o molde sob o qual é realizado é extremamente excludente. Seria pertinente lutar pela compreensão do não acesso ao consumo digno, em princípio, do que pleitear a exclusão ou limitar capacidade produtiva que é meio de emprego das classes trabalhadoras. A lógica do mundo pós-contracultura estabelece ideais muito distantes da realidade da miséria extrema, principalmente com incapacidade de empatia da classe média expressivista.

Essa concepção de mundo é interpretada por diferentes autores como pós-modernidade. O conceito foi discutido por eles com nomenclaturas distintas, Hobsbawm (1995) chamou o momento de revolução cultural, determinando seu início a partir dos movimentos sociais da década de 1960. As caracterizações dispostas em diferentes frentes de pesquisa interseccionam-se em suas considerações, uma vez que as características pontuadas são demasiadamente semelhantes, aos quais se pode citar ainda Roskoff (1972), Lyotard, (1979), Harvey, (1992), Eagleton (1996), Castells, (2000), Bauman, (2000), entre outros.

Todos eles compreendem uma grande transformação das relações econômicas e sociais a partir da expansão da globalização permitida pelo avanço tecnológico. Fato que permitiu grande variação no imaginário cultural, a qual se estabelecia concretamente nas trocas econômicas, isso principalmente a partir da conjuntura do fim dos anos de 1960.

Pós-modernidade é uma linha de pensamento que questiona as noções clássicas de verdade, razão, identidade e objetividade, a idéia de progresso ou emancipação universal, os sistemas únicos, as grandes narrativas ou os fundamentos definitivos de explicação. [...] vê o mundo como contingente, gratuito, diverso, instável, imprevisível, um conjunto de culturas ou interpretações desunificadas gerando um certo grau de ceticismo em relação à objetividade da verdade, da história e das normas, em relação às idiossincrasias e à coerência de identidades (EAGLETON, 1996, p.7).

O que se alcança na interpretação da maioria dos autores que discorrem quanto à pós-modernidade é a fluidez de ideias e medidas do mundo globalizado. Este passa a ser dotado de modificações rápidas e ao mesmo tempo significativas no modo de vida das pessoas, situações

essas sempre demandadas pelos avanços tecnológicos. Dificilmente algum elemento social, político e econômico seria duradouro em um sistema-mundo que se altera em passos demasiadamente rápidos. Daí viriam as concepções de substituição de elementos mais concretos, ao qual Bauman (2000) denomina modernidade líquida, o conjunto de relações do mundo de então são exacerbadamente complexas em relação à objetividade positivista do período anterior, chamado comumente pelos autores em questão de modernidade somente.

Em suma, o período moderno é caracterizado por transformações socioeconômicas mais lentas e concretas, temporalmente mais presentes no recinto visível da sociedade; o pós-moderno, por sua vez, apresenta um conjunto de relações mais complexas e rápidas que não alcançam necessariamente um tempo hábil de assimilação na visão social, o que é possibilidade em um dado momento, já pode não ser no tempo próximo.

Nesse sentido, a ideia de pós-modernidade não é consenso no seio do academicismo. Antunes (2009), por exemplo, não compreende as alterações daquele tempo como uma ruptura de um modelo anterior, mas sim uma fase que envolve a evolução do próprio capitalismo, ou seja, seria uma adaptação relacionada ao esgotamento paradigmático que obteve êxito nos anos do pós Segunda Guerra, mas que perdia espaço para o avanço do sistema financeiro em relação ao produtivo.

Era a mundialização do capital invisível, corroborado pelo governo estadunidense que já se via em desajuste com a soberania da produção industrial, principalmente se comparado ao Japão e à ascensão de seu sistema de produção toyotista, bem como dos europeus que já se estabilizavam depois da guerra após a década de 1970.

De qualquer maneira, compreendendo o que retrata Antunes (2009), a descrição do período em questão apresenta as mesmas características as quais os demais autores nominam de pós-modernidade. A distinção está no entendimento de se considerar tal período uma ruptura de paradigma ou não.

Compreende-se a lógica de Antunes (2009), uma vez que, anteriormente, a modernidade determinava justamente a ruptura do modelo absolutista em direção majoritária ao capitalismo, tendo a Revolução Francesa como o marco histórico de tal transformação. A pós-modernidade, por sua vez, não apresenta uma revolução de factualidade estrutural. Isso porque fica muito claro, inclusive nos demais autores, que as grandes alterações se incluem principalmente à ordem cultural, o capitalismo se adapta e continua como sistema hegemônico, cooptando a nova contracultura em forma de consumo em massa.

Sob a perspectiva da subjetividade, compreendendo os indivíduos sem os seus agrupamentos sociais, há a ressignificação da modernidade em sentido à pós-modernidade, a



qual gera um sentimento de instabilidade quanto ao próprio futuro. A ideia concreta de se investir em educação, no trabalho e formar uma família nuclear, como era de praxe tradicional até então, havia se esgotado. O sentido do trabalho produtivo passa a ser incerto, principalmente com a ascensão do neoliberalismo não havia mais a certeza de ter as necessidades cumpridas pelo que as tessituras econômicas e sociais passaram a dispor (HARVEY, 2008).

Desta maneira, mesmo com a obtenção de capital social e cultural privilegiados, a inserção no mercado passa por incertezas, o que o capitalismo exige para o labor qualificado altera-se a cada nova geração tecnológica e a segurança de anos de trabalho em uma mesma empresa não é mais a realidade do trabalhador que passa a ser dispensado (ANTUNES, 2009).

Um exemplo notório dessa fase é a decadência das montadoras de automóveis da cidade de Detroit nos Estados Unidos. Essas, como atribui Antunes (2009), substituem de forma intensa a mão de obra humana por robôs automatizados, copiando o modelo toyotista de produção gerando intenso desemprego no chamado cinturão da ferrugem estadunidense. Todo o processo estava imerso, a partir de então, em uma noção de individualismo com as demandas do próprio emprego, já que começa a ascender uma ideia de competição intraclassista para uma melhor colocação no mercado.

Opondo-se ao contrapoder que emergia das lutas sociais, o capital iniciou um processo de reorganização das suas formas de dominação societal, não só procurando reorganizar em termos capitalistas o processo produtivo, mas procurando gestar um projeto de recuperação da hegemonia nas mais diversas esferas da sociabilidade. Fez isso, por exemplo, no plano ideológico, por meio do culto de um subjetivismo e de um ideário fragmentador que faz apologia ao individualismo exacerbado contra as formas de solidariedade e de atuação coletiva e social. (ANTUNES, 2009, p. 50).

De um modo geral, um direcionamento à multiculturalidade resulta posteriormente em uma individualização segregadora no que se relaciona às lutas sociais, principalmente para aquelas mais vulneráveis, a exemplo das questões que tratam das desigualdades. Por um lado, não há mais tempo para dispender em preocupações de classe se o indivíduo precisa constantemente requalificar-se para o sistema para manter-se empregado. Por outro, os demais colegas de ocupação passam a ser competidores diretos pelas escassas vagas dignas do mercado econômico, diminuindo significativamente a noção de vínculo intraclassista e ascendendo uma perspectiva de meritocracia no acesso ao trabalho. Nesse momento, os sindicatos, de acordo com Antunes (2009), incidem a perder credibilidade junto aos seus associados que passam a desligar-se em massa das organizações.

Com o avanço da resignificação do capital em seu processo de reprodução, esse viés intensificou-se, pois o sistema passou a tornar mais difícil o acesso ao trabalho. Diferente do

que ocorrera entre a Segunda Guerra Mundial e o final dos anos de 1960, quando o labor era ofertado com variadas possibilidades.

Desse modo, a partir do alicerçamento do neoliberalismo durante a década de 1980, toda a indignação da contracultura contra a gerontocracia da primeira metade do século XX fica no tempo histórico. Aquela geração se insere na nova ressignificação laboral caracterizada pela flexibilização da economia, pelo individualismo, pela opacidade da solidariedade e pelo consumo de produtos, e ideias, de sua necessidade pessoal, como define Harvey (2008).

Nessa perspectiva, o que se entende por pós-modernidade, contracultura ou uma ressignificação do sistema capitalista em direção à flexibilização das relações de produção é a origem do que Taylor (1996) compreendeu por expressivismo da autenticidade. Toda a fluidez do mundo que se seguiu após a segunda metade do século XX permitiu a fragmentação da compreensão da sociedade e da economia, gerando várias interpretações e formas de enxergar a realidade. Isso sempre norteando-se a uma compreensão de demandas individuais, tal modo de apreender o mundo é globalizada pelos avanços dos meios de comunicação e informação, chegando também à classe média brasileira em meados dos anos de 1970, conforme escreve Souza (2018b).

Desse modo, o capitalismo começa a cooptar a massa da população de uma maneira diferente, uma vez que a moral do valor em torno do trabalho não é mais suficiente para tal. A organização do emprego produtivo passava a ser um problema já desde antes das grandes guerras mundiais com as revoluções socialistas, a ascensão do fascismo e a crise de 1929. O sistema passa então a fazer do expressivismo por meio da diferenciação entre os grupos sociais, conforme detalha Taylor (1996), a segunda moral do ocidente. Estabelece-se uma nova maneira de avançar a reprodução do capital, ao mesmo tempo que divide a organização dos trabalhadores por meio de sua identidade cultural e da flexibilização da produção.

Não por acaso, como escreve Antunes (2006), o período da onda neoliberal dos anos de 1980 é marcado por uma dessindicalização nunca vista no Reino Unido desde a origem das organizações mais enraizadas no país a partir do século XIX. O resultado de tal fragmentação, permitida em torno da nova estrutura do trabalho, é concretizado pela noção geral de pós-modernidade, de divisão da cultura e de subjetivação do expressivismo. Portanto, dentro de cada grupo existe a necessidade de diferenciação em uma espécie de classificação horizontal, que enfraquece as lutas de classe.

O expressivismo, de acordo com o trabalho de Taylor (1997), vem da necessidade de diferenciar-se e de criar uma espécie de autenticidade, pois a inserção de capital cultural permite o entendimento de uma série de construções dialéticas inseridas no âmbito social, isso poderia

nortear os indivíduos à consciência de classe. Souza (2018b) por seu turno entende que o que poderia ser um problema para o capitalismo, já que a inserção de capital cultural na classe operária poderia significar um abalo a partir de um entendimento das dialéticas sociais e da exploração do trabalho sob um entendimento crítico da exploração do sistema, foi absorvido por este a partir da comercialização das pautas identitárias.

Taylor (1997) e Souza (2018b) expõem a factualidade de que o sistema hegemônico logrou êxito mantendo o trabalho como valor universal de dignidade de todo o cidadão, tendo o expressivismo como o pressuposto de individualidade de cada sujeito. Assim pautas associadas a políticas ambientais, ao gênero, a raças, entre outras são aceitas e inseridas pelo mercado, pois não refletem de forma consciente o privilégio do capital e deixam em segundo plano a exploração do trabalho.

Assim, a inserção da moral da expressividade da autenticidade nas relações sociais que envolvem o Brasil, tanto a classe média crítica quanto boa parte da classe trabalhadora, com mais acesso à capital cultural e informacional que a “ralé”, denotam constantemente a retórica da defesa primordial das pautas identitárias e ambientais em detrimento das desigualdades sociais. Salienta-se que essas lutas são legítimas e necessárias na busca de equidade nos direitos das minorias, porém resultam em deixar em segundo plano a exploração realizada pelo capitalismo e a consequente miséria extrema.

O capitalismo cooptou o identitarismo com a venda de tais demandas que se tornam segregatórias entre os grupos vulneráveis, os quais, por vezes, contradizem-se na busca de espaço de atuação ao tentar sedimentar protagonismo na tessitura social. Juntos seriam mais fortes, todavia, para a lógica do neoliberalismo o mais adequado é que não entrem em acordo e continuem distantes. Desse modo o caminho continua aberto para as elites continuarem apreendendo a maior parte do capital.

Nessa retórica de mundo, a “ralé” fica invisibilizada, não por perversidade daquelas classes ou frações mais progressistas, mas justamente pela opacidade em cima dos pressupostos críticos. Isso explicado pela quantidade de informações disparadas pela sociedade globalizada quanto aos aspectos multiculturais. Trata-se de um desvio de foco, sutil e já introjetado há muitas décadas, o qual prejudica de forma significativa a luta pela dignidade e direitos humanos.

Nesse aspecto, quanto às frações mais conservadoras da classe média, a visão de mundo é inserida a partir da ideologia de mercado para os liberais, os quais defendem a meritocracia. Logo a situação da “ralé” nessa visão de mundo é de incapacidade de competição. Não há uma reflexão quanto ao histórico de vida desses indivíduos ou de seu grupo social, portanto, são muitas vezes taxados de indolentes por não conseguirem colocação no mercado.

Já para a fração profascista, a visão para a “ralé” é de ódio, medo e desprezo, como já colocando antes, qualquer comparação de expressividade cultural vinda deles é desabonada e considerada pejorativamente imoral aos costumes que gostariam de conservar. É o grupo social que ainda pensa subjetivamente como os escravocratas e não consegue admitir a possibilidade de equidade em relação aos costumes daqueles não considerados como seres humanos. A partir disso seriam rebaixados de patamar e inconscientemente deixaria também de ser gente.

Em realidade, a moral da expressividade tem como maior prejuízo o falseamento das pressuposições reflexivas no universo da classe média progressista, isto é, em alguns segmentos a desigualdade é debatida somente ou com prioridade dentro dos grupos identitários. Quanto aos liberais e aos profascistas, nenhuma mudança significativa ocorreu, uma vez que o primeiro grupo continua priorizando as demandas do mercado, enquanto que o segundo permanece espelhando contra as minorias a violência por meio de suas formas concreta e simbólica.

Nesse sentido, faz-se necessário o aprofundamento em outra noção subjetiva na construção do movimento coletivo das classes sociais, as quais sempre, de alguma forma, refletirão nas consequências dos espaços geográfico e social. Assim, qual seria a influência do núcleo familiar e de sua respectiva classe social na evolução de cada indivíduo na busca dos recursos escassos disponíveis no sistema capitalista? Diante desse aspecto, Bourdieu (2007) desenvolve a questão ao estabelecer o conceito de *habitus*, o qual será aprofundado na seguinte subseção.

### **2.3.3 A introjeção das morais do capitalismo por meio da naturalização cotidiana**

Esta subseção é pertinente para a presente pesquisa, já que se faz compreender os meios que comportam o olhar degradante de parte da população com seu próprio povo no Brasil. Bem como a classe trabalhadora e a ralé, enquanto maioria vulnerável às instabilidades do sistema, aceitam tal subjugação e não respondem sempre às classes do topo social por meio de sua maior arma, o voto. As subseções anteriores demonstraram a origem dessas morais, de que maneira reforçam o capitalismo auxiliando-o a sobreviver a cada crise sistêmica e como operaram para acumular capitais econômicos, culturais e sociais para os atores hegemônicos. A partir de então é pertinente assentar o modo como essas circunstâncias se naturalizam no

cotidiano dos cidadãos brasileiros como um hábito, enraizando-se e reverberando tais costumes às gerações seguintes.

A partir do entendimento das duas morais do capitalismo, ou seja, da dignidade por meio do valor do trabalho e da autenticidade da expressividade, oriundas da leitura Taylor (1997), Souza (2018b) expõe, por meio de Bourdieu (2007), o conceito de *habitus*. O termo permite avançar ainda mais na noção dos efeitos da subjetividade a partir da introjeção daquelas morais nos indivíduos inseridos no sistema hegemônico, ambas as morais influem demasiadamente na estrutura social contemporânea e entendida como pós-moderna.

O termo possibilita, portanto, entender como as práticas cotidianas se tornam corpo na vida de cada indivíduo, tanto em suas ações particularizadas, quanto na sua atuação entre seus pares. O mais significativo nesse conjunto está na análise do relacionamento que vai ser mantido com outras classes, o que ocasiona situações de pré-julgamentos.

Se é demasiado evidente que, pela arte, a disposição estética recebe seu terreno por excelência, ocorre que, em qualquer campo da prática, é possível se afirmar a intenção de submeter as necessidades e as pulsões primárias ao requinte e a sublimação; além disso, em todos os campos, a estilização da vida, ou seja, o primado conferido a forma em relação a função, a maneira em relação a matéria, produz os mesmos efeitos. E nada determina mais a classe e mais distintivo, mais distinto, que a capacidade de constituir, esteticamente, objetos quaisquer ou, até mesmo, "vulgares" (por serem apropriados, sobretudo, para fins estéticos, pelo "vulgar") ou a aptidão para aplicar os princípios de uma estética "pura" nas escolhas mais comuns da existência comum - por exemplo, em matéria de cardápio, vestuário ou decoração da casa - por uma completa inversão da disposição popular que anexa a estética a ética (BOURDIEU, 2007, p.13).

A estética passa a ter um significado muito amplo no que tange ao julgamento que as pessoas podem dispor em relação às outras. Estabelece-se uma forma de diferenciação a partir da aparência física, dos objetos utilizados, do comportamento, entre outras escolhas. A problemática está no modo pejorativo de ajuizar-se com uma conotação positiva: em um extremo a estética "sublime", associada ao bom gosto por parte de quem assimilou maior capital cultural e econômico e, em outro extremo, a estética "indigna", adjunta às camadas populares de menor poder aquisitivo e baixo acesso à norma cultural venerada pela elite e alta classe média.

Reforça-se que essa diferenciação, por acesso a bens requintados e comportamento em espaços sociais, sempre existiu por condições diversas em outros períodos históricos, mas eram alocados majoritariamente por diferenciações de estrutura social, fosse ela estamental ou depois de ordem classista.

Assim, desde a ascensão do capitalismo a diferenciação passa a ser estabelecida no seio de cada classe social a partir das condições econômicas em primeiro plano, porém a nova fase sistêmica do pós Segunda Guerra com a globalização e ascensão dos meios informacionais vai elevar o papel da multiculturalidade. Com isso, as várias diferenciações de consumo, ou seja, mais suntuosos ou mais populares, passam a ser também fator de diferenciação atuante, independentemente de sua localização na pirâmide social.

Desta maneira, um indivíduo que possua bom gosto quanto ao que está em evidência é mais aceito do que outro que não tenha acesso a esse bem cultural considerado mais requintado, isto é, entre o que é considerado bonito e conceituado, sendo conseqüentemente caro monetariamente e voltado para as classes mais abastadas, diferente de seu oposto, dirigido para os agrupamentos populares. O que os distingue é a aparência dos produtos e serviços de seu consumo. Bourdieu (2007, p. 13) nesse sentido, acrescenta que:

[...] por intermédio das condições econômicas e sociais que elas pressupõem, as diferentes maneiras, mais ou menos separadas ou distantes, de entrar em relação com as realidades e as ficções, de acreditar nas ficções ou nas realidades que elas simulam, estão estreitamente associadas às diferentes posições possíveis no espaço social e, por conseguinte, estreitamente inseridas nos sistemas de disposições (*habitus*) características das diferentes classes e frações de classe. O gosto classifica aquele que procede a classificação: os sujeitos sociais distinguem-se pelas distinções que eles operam entre o belo e o feio, o distinto e o vulgar; por seu intermédio, exprime-se ou traduz-se a posição desses sujeitos nas classificações objetivas.

O trecho anterior é a sequência do recorte no qual Bourdieu (2007) discorria quanto à estética, as condições econômicas e sociais as quais ele se refere a princípio são justamente sobre o termo que denominou *habitus*. Este estabelece relações distintas de vivência por meio do modo de agir que o sujeito concretiza no espaço social.

O conceito de Bourdieu (2007), em essência, determina os comportamentos de cada classe através de suas possibilidades econômicas. Isso permite a diferenciação por meio da capacidade de compra de produtos com qualidade estética notável, isso na interpretação das classes abastadas, bem como na forma de portar-se nesse conjunto social. Os costumes sofisticados são reproduzidos pelos atores com os quais esses indivíduos têm contato constantemente, principalmente nos exemplos familiares.

Desse modo, conforme Bourdieu (2007), o *habitus* começa a ser desenvolvido pelo contato com a própria família nuclear na infância, uma vez que as considerações de cunho econômico só passam a exercer influência direta no sujeito depois que ele começa a inserir-se na sociedade de forma mais autônoma. Reforça-se que as questões de saúde financeira de seus próximos sempre estarão presentes de forma inconsciente, as demandas do próprio núcleo

familiar são sugestionadas pela presença ou não de possibilidade de gasto e isso se materializa no consumo de produtos mais supérfluos em uma classe mais abastada, criando uma rotina para seus pares.

Em uma classe popular, as despesas são voltadas a elementos mais úteis à subsistência, de modo que tais diferenciações podem construir formas diferentes de lidar com o uso do dinheiro a partir do momento que o cidadão se tornar um trabalhador economicamente ativo. Portanto, a família é a primeira base a assentar a pessoa ao contato com determinadas ideias a partir de seu estado financeiro e de seus valores, pois ela:

[...] seria um sistema de estruturas cognitivas e motivadoras, ou seja, um sistema de disposições duráveis inculcadas desde a mais tenra infância, que pré-molda possibilidades e impossibilidades, oportunidades e proibições, liberdades e limites, de acordo com as condições objetivas. Nesse sentido, as disposições do *habitus* são, em certa medida, pré-adaptadas às suas demandas (SOUZA, 2018b, p. 80).

Logo, o *habitus* seria o instrumento de internalização das duas formas de moral presentes na civilização ocidental e legitimadas pelo sistema capitalista. Ambas não são percebidas racionalmente, pois são construídas no limiar da subjetividade da estrutura inconsciente de cada indivíduo. Isso ocorre desde a infância por meio das tradições de cada núcleo familiar, pelos costumes de determinada sociedade, pelas instituições do mercado e pelas leis do Estado.

Desse modo, o entendimento do *habitus* de Bourdieu (2007) como ferramenta de inserção das morais do valor do trabalho e da diferenciação do expressivismo, essas retratadas por Taylor (1997), no psiquismo do âmbito individual dos sujeitos, contudo com reflexos no tecido social, é uma intersecção teórica de Souza (2018b). Este último avança tal síntese, conforme será exposto ainda mais adiante, no contexto sócio-histórico de um país com demasiada desigualdade, o Brasil.

Ele representa o que gostaria de denominar de *habitus* primário, de modo a chamar atenção para esquemas avaliativos e disposições de comportamento objetivamente internalizados e incorporados, no sentido bourdieusiano do termo, que permite o compartilhamento de uma noção de dignidade efetivamente compartilhada no sentido tayloriano. (SOUZA, 2018b, p. 239).

Souza (2018b) avança em duas formas de *habitus* a partir da teoria de Bourdieu (2007). Este último, de acordo com o primeiro autor, não teria se aprofundado adequadamente em outras possibilidades que o conceito poderia alcançar. Isso não por desqualificação de sua reflexão crítica, ele, porém, não teria como acompanhar em seu cotidiano as questões que envolvem as sociedades extremamente desiguais, as quais ocorrem no país de origem do

sociólogo brasileiro. Diante disso, é notório que o filósofo francês desenvolveu seu próprio *habitus* a partir das distinções da sociedade de uma nação muito mais igualitária no que toca o imaginário da população quanto a direitos civilizatórios.

Assim, Souza (2017) compreende o conceito de *habitus* de Bourdieu (2007) como uma forma primária, e a partir dela constitui outras duas configurações de análise, de modo que estabelece então as versões de *habitus* secundária e precária, ambas podem se desenvolver em nações com diferentes visões de direitos civilizacionais. Destarte, quanto ao *habitus* primário, Souza (2018b, p. 240) esclarece:

É essa dignidade, efetivamente compartilhada por classes que lograram homogeneizar a economia emocional de todos os seus membros numa medida significativa, que me parece ser o fundamento profundo do reconhecimento social infra e ultrajurídico, o qual, por sua vez, permite a eficácia social da regra jurídica da igualdade, e, portanto, da noção moderna de cidadania. É essa dimensão da dignidade compartilhada, no sentido não jurídico de “levar o outro em consideração”, e que Taylor chama de respeito atitudinal, que tem de estar disseminada de forma efetiva numa sociedade para que possamos dizer que, nessa sociedade concreta, temos a dimensão jurídica da cidadania e da igualdade garantida pela lei. Para que haja eficácia legal da regra de igualdade, é necessário que a percepção da igualdade na dimensão da vida cotidiana esteja efetivamente internalizada.

O *habitus* primário é uma forma de introjeção de direitos civilizatórios da sociedade democrática ocidental, a qual é originada em parte a partir da Revolução Francesa e sedimentada após a Segunda Guerra Mundial com a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Esta última define regras de respeito aos direitos da pessoa, bem como a sua dignidade, ela deve permitir a noção de igualdade jurídica para os sujeitos em sua sociedade, que assim seriam de fato cidadãos.

É uma factualidade a questão de que não há universalidade na interpretação do conceito do Bourdieu (2007) em estado puro. A dita internalização da igualdade não ocorre com nenhum indivíduo em totalidade, ainda que hajam distinções notórias de nação para nação. Por isso Souza (2018b) discorreu quanto à possibilidade das versões secundária e precária, as quais se distanciariam em formas de diferenciação dos direitos em estado puro.

O *habitus* precário seria o limite do *habitus* primário para baixo, ou seja, seria aquele tipo de personalidade e de disposições de comportamento que não atendem às demandas objetivas para que um indivíduo ou um grupo social possa ser considerado produtivo e útil numa sociedade de tipo moderno e competitivo, podendo gozar de reconhecimento social com todas as suas dramáticas consequências existenciais e políticas. [...] O que estamos chamando de *habitus* secundário tem a ver com o limite do *habitus* primário para cima, ou seja, tem a ver com uma fonte de reconhecimento e respeito social que pressupõe, no sentido forte do termo, a generalização do *habitus* primário para amplas camadas da população de uma dada sociedade. Nesse sentido, o *habitus* secundário já parte da homogeneização dos princípios operantes na

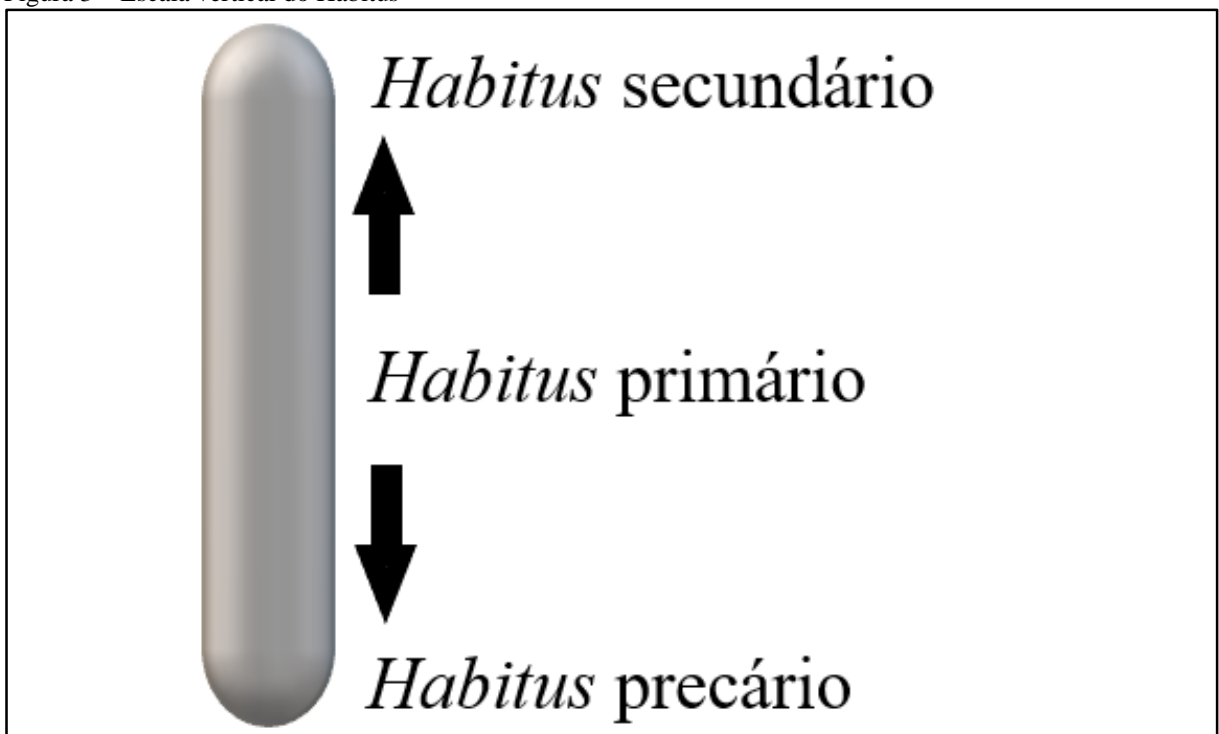


determinação do *habitus* primário e institui, por sua vez, critérios classificatórios de distinção social a partir do que Bourdieu chama de gosto (SOUZA, 2018b, p. 240).

As novas formas de *habitus* são limitadas a partir de sua versão em uma escala vertical, de modo que sua variante secundária estaria localizada na parte de cima, enquanto que a precária pontuada abaixo, conforme a indicação da figura 3. Dessa maneira, o *habitus* precário representaria as ações comportamentais que anulam os indivíduos não capacitados plenamente para as exigências do trabalho técnico ou superior da sociedade atual, essa circunstância estaria relacionada, no Brasil, à “ralé” subcidadã.

Souza (2018b) esclarece que o *habitus* precário também existe em outros países que apresentam, assim como o Brasil, significativa desigualdade, bem como naqueles com relações sociais mais equitativas, sendo o conceito abrangido, nesse último caso, pelas pessoas que necessitam de assistência do Estado de bem-estar social. São cidadãos da classe trabalhadora operária inadaptados à sociedade tecnológica informacional, os quais, em números absolutos, são poucos, isso quando colocados em paralelo com a quantidade existente em sociedades periféricas.

Figura 3 – Escala vertical do Habitus



Fonte: Souza (2017). Organização: autor.

O *hábitus* secundário estaria majoritariamente vinculado às classes sociais mais privilegiadas, aquelas com acesso a recursos econômicos e, conseqüentemente, conhecimento

adaptado à sociedade tecnológica informacional, tendo, portanto, maiores possibilidades de dignidade em suas relações sociais. Desse modo, o *habitus* secundário absorve o conteúdo que compõe a versão primária do conceito de Bourdieu (2007), acrescentando, porém, a diferenciação pelo gosto, o qual faz alusão, de acordo com Souza (2018b), à expressividade da autenticidade de Taylor (1997). Por isso, conforme a figura 3, a escala estabelece a variante secundária na parte superior do plano e sua versão precária abaixo, respeitando, assim, a lógica da pirâmide social.

Diante disso, o *habitus* precário estabelece a distinção por desigualdade socioeconômica. Ela é legitimada de modo inconsciente e está intensamente presente no cotidiano do imaginário social brasileiro, o qual aceita, de forma banalizada, a inadaptação das camadas marginalizadas e, conseqüentemente, naturaliza a estrutura de indignidade, violência e humilhação para aquelas pessoas. Essa percepção, estabelecida socialmente e reforçada pelos comportamentos familiares, ocorrem no seio das classes mais altas e das mais baixas de duas formas diferentes: no sentimento de normalidade com todas as formas de vulnerabilidades na visão do primeiro grupo em relação ao segundo; e na subordinação por parte deste último, que se reconhece como culpado de sua situação inepta (SOUZA, 2018b).

O *habitus* secundário é a versão da distinção inconsciente determinada pelo gosto cultural, o qual também apresenta seus pré-julgamentos de ordem moral, entretanto sem meios de naturalização por desigualdade social como acontece com a forma precária. Dessa maneira, é passível de presença dentro das esferas da própria classe, de forma a ser também um fator de diferenciação entre as classes mais baixas.

Assim sendo, dentro de seu grupo social há uma necessidade de diferenciação por autenticidade, já que não há motivos para formas de um desprezo intrínseco entre aqueles que o indivíduo considera como um semelhante. Como estabelecido, tal demanda também ocorre com as classes menos favorecidas, as quais possuem suas variações de expressividade assentadas nas possibilidades multiculturais permitidas pela sociedade informacional globalizada (SOUZA, 2018b).

As questões que envolvem o cotidiano de forma concreta e suas potencialidades são muito diferentes em ambos os casos conceituais. O *habitus* precário envolve principalmente a população que não tem condições de se inserir na moral de dignidade da sociedade capitalista e o *habitus* secundário está acima dela, a alta sociedade que se distingue a partir do expressivismo da autenticidade, isto é, seu gosto quanto à estética considerada refinada e aquilo que é vulgar, comumente associado por eles às classe populares.

Essa consideração já está assentada, entretanto a partir desse entendimento Souza (2018b) esclarece que a ascensão social teria de vir acompanhada com assimilação desse capital cultural. Deste modo o “novo rico” teria dificuldade de inserção nos capitais sociais, isso por não ser aceito essencialmente como alguém daquela classe. É possível compreender esse fato considerando a expressão: “educação de berço”. Essa frase denota justamente a importância que é dada às diferentes formas de educação vindas de diferentes classes sociais, que possivelmente só chegue nas próximas gerações da mesma família caso ela mantenha o estrato de renda elevado por considerável tempo, como concorda Pochman (2014).

Souza (2018b) elucida que a moral de dignidade por meio do trabalho não alcança as classes sociais que vivem à mercê da miséria extrema, tanto na sua reprodução de *habitus* dentro de sua classe, quanto no seu reconhecimento dentro de sua própria sociedade e de seu Estado. Isso porque no Brasil o trabalho não qualificado é uma herança do escravismo e dotado de desprezo. Já nos países centrais com menor desigualdade, a noção de dignidade é compartilhada por todos os segmentos os quais já introjetaram o *habitus* enquanto forma primária, sendo sua distinção a questão de gostos “refinados” ou não, seria desta maneira que a alta sociedade se distinguiria dos demais agrupamentos de seu país, sem nutrir desprezo e ódio não consciente por eles.

A moral da dignidade do trabalho e sua variante a partir da diferenciação expressivista são inseridas, portanto, através do *habitus*. Morais preenchidas por especificidades históricas e culturais de cada país e, por isso, são concretizadas de diferentes modos pelo mundo tanto na sua materialidade espacial quanto nas suas relações entre as classes sociais. Em determinados Estados, elas foram construídas lentamente dentro do âmbito histórico da própria nação, havendo tempo hábil para a assimilação de mudanças estruturais de uma geração para outra, em outros locais, contudo, ela é importada enquanto uma lógica pronta, criando uma espécie de tensão social abrupta (SOUZA, 2018b).

Explica-se, desse modo, o caso do Brasil, que não teve um período de sedimentação para criar identidade com a moral do trabalho, já que até o final do século XIX o país era escravista, com um sistema que desprezava institucionalmente as atividades braçais. Assim, uma ruptura íngreme ocorreu a partir do fim da escravidão em sentido a uma economia de mercado moderna. Nesse aspecto, não houve interesse pontual em adaptar os libertos para compor o corpo de trabalho assalariado, a solução se deu na importação de mão de obra europeia, como aponta Guimarães (1999).

Já nos países centrais, principalmente na união europeia, o valor do trabalho cria uma universalização da noção de cidadania; trabalhar pesado era digno e valoroso em uma noção

sedimentada vagarosamente por meio da inserção das ideias do Renascimento e do Iluminismo. Nesse contexto, o continente fica marcado por várias conflagrações que sedimentam alterações estruturais preponderantes no decorrer dos séculos seguintes, as quais se pode citar as revoluções: Protestante, Francesa e Russa, que semeiam a valorização gradual do trabalho, pois era incentivado pelo avanço do capitalismo que passava então a condenar o ócio.

Souza (2018b) coloca, portanto, que o cidadão que trabalhava pesado não era, nos períodos seguintes, associado a um tipo de “subgente”. As orientações do escravismo colonial latino-americano, que norteavam o desprezo do labor pesado como julgamento, não esteve historicamente *in loco* na Europa durante o desenvolvimento do capitalismo nem no avanço daquelas revoluções, logo houve tempo para uma ressignificação do *hábitus* no continente. Tal situação passa a determinar as demandas de suas nações na criação de seu mercado consumidor que era valorizado conforme ascendia.

Assim, a principal forma de distinção social no continente europeu se dá pelo expressivismo da autenticidade. Principalmente pela noção de gosto, por meio do qual cada indivíduo pode propagar sua classe social e se diferenciar, sem desmerecer de forma perversa aqueles que estão em estratos sociais mais baixos. Evitam-se, desse modo, formas de violência concreta e simbólica entre os seus, contudo, vale salientar que tal lógica não se aplica no imaginário do europeu autóctone aos descendentes de estrangeiros e imigrantes, que são desconsiderados enquanto cidadãos plenos e tratados de forma distinta por parte da população, como explicam Martins e Prestes (2017).

A percepção da moral do ocidente é significativa e coloca outro olhar no entendimento da reprodução das classes sociais, já que essas internamente, principalmente no âmbito familiar nuclear, delimitam os motivos que explicam maior sucesso nas relações econômicas e de sociedade. No Brasil, a moral do trabalho vai até certo ponto, como os trabalhos menos qualificados são associados a um histórico de desprezo escravagista, os praticantes daqueles labores são considerados um tipo de subcidadão que não conseguem inserir-se de forma produtiva ao sistema e são, portanto, mais desprezados ainda.

O desprezo da classe média brasileira tem origem na ideia de meritocracia, já que o estado de cada indivíduo na sociedade, conforme tal lógica, está na competência ou incapacidade dele mesmo. O que não fica visível de maneira consciente é o fato de que cada família de classe média reproduz privilégios que não são facilmente alcançáveis na rale desprezada e na classe trabalhadora.

Em seu conjunto, essa herança imaterial permite a reprodução do privilégio da classe média real de uma geração a outra, transmitindo, por meio da socialização familiar típica da classe, o bom aproveitamento escolar e, mais tarde, o ingresso privilegiado no mercado de trabalho. A renda também ajuda a aprofundar a desigualdade, na medida em que as famílias de classe média podem comprar o tempo livre dos filhos apenas para o estudo. Nas classes populares, por outro lado, os filhos começam a trabalhar e estudar aos 12 ou 13 anos. Mas a injustiça começa no berço e fica evidente aos 5 anos de idade, quando uns chegam à escola como vencedores e os outros como perdedores (SOUZA, 2018a, p. 16).

O “*apartheid*” social do Brasil, isto é, a intensa segregação socioeconômica sedimentada no país e também presente em outros Estados periféricos, materializa-se ainda na competição injusta no mercado de trabalho. Essa é uma realidade estabelecida a partir de privilégios de classe com maior possibilidade de acesso para aqueles que possuem maior capital cultural e social. Os filhos da “*ralé*” e da classe trabalhadora têm funções laborais desde muito cedo, seja para ajudar nas tarefas de casa ou para complementar a renda da família. Diferente das crianças e adolescentes estabelecidos na classe média e na elite, que podem destinar a maior parte do tempo possível para acumular conhecimento para competir na vida adulta.

Essas diferenças são compreendidas de forma natural e meritocrática para a grande maioria da população, inclusive pelos próprios marginalizados. Assim, caso determinado sujeito não consiga exercer uma atividade bem remunerada, digna de notoriedade para a enviesada moral do trabalho do Brasil, ele passa a ter tal culpa desse “insucesso”. Isso porque muitos não dispõem de reflexão crítica para almejar melhores condições em relação à equidade de oportunidades.

Essa subseção procura sinalizar as condições que demonstram o olhar da classe média, detentora do poder administrativo burocrático, sobre as classes sociais mais abaixo dela na pirâmide social. Justifica-se o intuito do recorte pela necessidade de demonstrar os motivos subjetivos que resultam em retrocessos para as classes sociais mais vulneráveis do Brasil, ou seja, a não empatia pela exploração das atividades realizadas pela classe trabalhadora e da miséria da “*ralé*”. Esta última com a adição da perversidade da sua subcidadania gerada pela escravidão, fatores que se transformam em ódio, desprezo e medo de descenso social.

Por outro lado, qualquer probabilidade de se sentirem igualados, seja por estrato de renda seja de perspectiva de perda de status de classe, esbarra no desígnio de negar os direitos humanos básicos que trariam dignidade para aqueles sujeitos. Nessa perspectiva os outros sempre devem estar o mais longe possível de um padrão de vida que os aproximem, pois ser a “*ralé*” e até mesmo a classe trabalhadora é o mesmo que não ser gente no Brasil.

Outros fatores dessa análise são significativos de pontuação, frequentar os mesmos espaços por um lado pode significar a perda dos privilégios de capital social junto à elite, que

põe a classe média por indicação no poder administrativo burocrático. Por outro, há também o receio de perda dos privilégios de capital cultural, a ascensão de outras classes sociais tenderiam a aumentar a competição pelos poucos recursos do capitalismo, absorvidos em maior parte por aqueles que saem na frente na disputa. Em outras palavras, com maior equidade, outros grupos poderiam absorver de forma semelhante o conhecimento exigido para ocupar os cargos que demandam qualificação de fato.

Ambos os fatores se aproximam da lógica de qualquer classe intermediária do mundo capitalista globalizado, entretanto o que é de natureza singular do Brasil é o desprezo acompanhado de medo que se traduz em violência e humilhação, principalmente contra a “ralé”, pois, como exposto, estar próximo a eles é deixar de ser um cidadão.

#### 2.4 O PAPEL DA CLASSE MÉDIA E DAS MORAIS DO CAPITALISMO NA CONSOLIDAÇÃO DA MOBILIDADE IDEOLÓGICA

A segunda parte dessa tese buscou constituir a personalidade do povo brasileiro para compreender qual o olhar subjetivo que as classes sociais determinam de forma concreta para as outras no âmbito social. Isso foi realizado primeiramente a partir da investigação da origem da identidade nacional brasileira, bem como suas consequências na atualidade. Em segundo por meio da identificação das classes sociais do país a partir de uma leitura que vai além do economicismo, uma vez que a partir da assimilação identitária nacional hegemônica estabeleceu-se que outros fatores inconscientes interferem nessa conjuntura. Privilegiou-se por esse motivo a classificação de Souza (2017) a qual compreende além da qualificação da produção para o capital, também o acesso à capital cultural e social, e a consequente visão de status de classe, percebido por um lado pela sociedade como um todo e, por outro, pelos indivíduos no que tange sua autoimagem. Por fim, na última subdivisão, para compreender o motivo de alguns serem mais considerados do que outros, intentou-se compreender quais são as morais que determinam tais valores. Estes ultrapassam o limite economicista, de modo que foram identificadas duas morais norteadoras para se estabelecer o status de cada cidadão, essas são o valor do trabalho e da expressividade da autenticidade, introjetadas por hábitos familiares e sociais influenciados pelo sistema capitalista.

Demonstrou-se no primeiro recorte dessa parte da pesquisa que a noção de patrimonialismo como origem dos problemas sociais brasileiros substancia-se de forma equivocada, pois a partir de uma análise comparativa a outras nações com colonização

semelhante, encontrou-se casos que tiveram destinos muito distintos no que tange as relações sociais contemporâneas. O conceito em origem se constituiu em outros sistemas econômicos que não exatamente a coroa portuguesa. Já na perspectiva atual, se compreendido o patrimonialismo como uma evolução de sua versão pura ou estamental, existe de alguma forma em todo o mundo.

Portanto, a hipótese que saiu do seio acadêmico, considerando o fator como uma especificidade brasileira, foi demasiadamente popularizada pelos meios de comunicação contaminando a razão do senso comum. Por essa situação o Brasil é considerado, por parte preponderante de seu próprio povo, como um dos países mais corruptos do mundo por não distinguir adequadamente o público do privado, tirando vantagens de recursos que seriam do Estado, este último em tal lógica deveria ser restringido para evitar maiores desvirtuamentos.

Por outro lado, a teoria afirma a natureza cordial do brasileiro, o qual aceita passivamente tais ilegalidades e as pratica em outras esferas da vida cotidiana. Essa concepção é resignificada na ideia de afetividade com os seus, o brasileiro enviesaria constantemente a lei para atingir objetivos e beneficiar esses mais próximos. Um suposto comportamento pejorativamente denominado de “jeitinho” brasileiro.

Essa compreensão é desacertada por ignorar que o patrimonialismo possui diversas interpretações teóricas. Todas aplicam-se de alguma forma a qualquer outra sociedade, portanto, não há como estabelecer uma nação problemática em essência por tal motivo, bem como a corrupção resultante desta relação como uma particularidade.

A cordialidade brasileira, por sua vez, é uma falácia, uma vez que o país é um dos mais desiguais e violentos do mundo, principalmente com suas minorias vulneráveis. O que ocorre no Brasil é a naturalização dessas formas de subjugação, não cordialidade ou democracia racial, como defendido por alguns dos seguidores de tal teoria. Nesse sentido, buscou-se na segunda divisão dessa parte reconhecer quais são as classes sociais brasileiras, enquanto formas de privilégios para aqueles considerados semelhantes e intensa segregação das demais.

Por meio da pesquisa de Souza (2017), determinou-se quatro classes sociais para o Brasil, duas com maior acesso a capitais econômicos, culturais e pessoais, ou seja, a elite e a classe média, e outras duas mais segregadas, isto é, a trabalhadora e a “ralé”, mais exploradas nas relações de expropriação de capital econômico e segregadas de acesso a capitais cultural e social. O que vai além da lógica economicista no uso dessa estratificação é a perspectiva cultural que divide os indivíduos em uma configuração aquém da acumulação, isto é, mesmo que alguns consigam enriquecer não serão aceitos plenamente como membros da classe mais elevada se não adquirirem o capital cultural notório de sofisticação.

Assim o estrato de renda é uma situação distinta de classe social, o novo rico não teria o mesmo gosto “refinado” para ser aceito e compor o capital social da elite e até mesmo da classe média em algumas circunstâncias. Mesmo esta última apresenta frações ideológicas distintas, duas delas progressistas, uma com uma reflexão mais radical à esquerda, denominada crítica; e outra mais direcionada ao centro com ideias voltadas à social democracia. As outras duas são conservadoras, a liberal que defende majoritariamente a lógica do mercado e a profascista que expõe abertamente o discurso de ódio contra as minorias que “ameaçam” seus status de privilégio.

Percebeu-se que a cultura advinda das classes de baixo são extremamente desprezadas pela camada média e pela elite, que os desvalorizam ou pelo trabalho braçal, compreendido como uma herança escravocrata, ou pela estética vulgar que não permitiria que fossem aceitos em seu meio interpessoal. Nessa perspectiva, para se compreender de forma enraizada os motivos que levam a esse modo de desprezo, foi necessário colocar em relevo as morais, introjetadas de forma subjetiva, que permitem essas formas de marginalização.

As morais que influenciam a subjetividade do sistema capitalista são o valor do trabalho e a expressividade da autenticidade, ambas foram estabelecidas por Taylor (1997). Este compreendeu que o sentido do trabalho precisou ser ressignificado para a ascensão do capitalismo, o labor produtivo tinha como consequência a reprodução de capital e o trabalhador aos poucos foi estabelecendo, de forma inconsciente, esse esforço como atividade profícua e edificante, de forma que os demais, considerados inadaptados, eram pejorativamente desprezados enquanto indolentes.

No Brasil, esse fato possui um elemento a mais, os mais de três séculos de sistema escravista que extraiu todo o valor que se pudesse assentar nos labores braçais, subjugando aqueles que eram impostos a realizar tais afazeres. Reproduziu-se por gerações o mesmo desprezo para seus sucessores, a “ralé”, que além da população negra soma ainda pobres de outros grupos raciais e étnicos, igualmente incapacitados para o mercado de trabalho atual. Esse desprezo é acompanhado de um medo inconsciente, portanto, não intencional, por parte das classes privilegiadas quanto à possibilidade de igualarem-se com os estratos da base, seja com a ascensão desses ou com a probabilidade do próprio descenso social, o medo pode se materializar em ódio, pois ser da “ralé” ou estar no mesmo patamar econômico dela, no Brasil, é não ser gente.

A moral da expressividade surge a partir da Segunda Guerra Mundial em conjunto à ascensão da globalização informacional. A então nova realidade estabeleceu o acesso à multiculturalidade e permitiu uma reação social a qual diversos autores denominaram pós-



modernidade. Assim, sendo consenso ou não, a busca pelo eu autêntico tornou-se um fator de diferenciação e expressividade para todas as classes, havendo alcance também para as mais populares. Uma forma de segregação intensifica-se, então: o gosto estético valorizado pelo refinamento e aquele considerado vulgar e desprezível, os quais ampliam a barreira de acesso a capitais sociais.

No Brasil, a herança da escravidão condiciona a maioria das pessoas das classes com acesso a bens educacionais, interpessoais e econômicos a valorizar em demasia suas perspectivas culturais de modo julgar as demais. Estas são consideradas indignas, mesmo que tenham possibilidade de competição produtiva, o que demonstra o papel da subjetividade em favor de benefícios interpessoais, em consequência ocorre a ampliação de desigualdades.

A introjeção no psiquismo da população, a qual ocorre de forma não intencional, dá-se por meio do *habitus*, que, de acordo com Bordieu (2007), sintetiza as relações de reconhecimento pessoal e da realidade em grupo por meio da família, da própria classe social e da influência da sociedade na qual se está inserido. Essa correlação criaria a identidade individual de cada sujeito e seus pré-julgamentos.

No Brasil o *habitus*, em tensão com a mundo globalizado multicultural, traz a herança do passado escravocrata com base nos preconceitos presentes na cultura, na cor da pele e na natureza do trabalho do cidadão. Desse modo, caso não se esteja dentro dos parâmetros sociais exigidos, na estética do ápice da pirâmide social, se é considerado desqualificado e desprezado.

Em outras nações, principalmente naquelas de solidificação do Estado de bem-estar social, os indivíduos possuem plenamente acesso ao valor do trabalho, independentemente de sua classe. São sujeitos valorizados enquanto cidadãos com direitos em seu país, desde que não sejam estrangeiros ou descendentes destes, ressalta-se.

No Brasil, o valor do trabalho é contaminado pela herança da escravidão e desprezado. Isso situa uma tensão dualista em apoiar o trabalho duro, enquanto meio de acumulação e dignidade por uma lógica e desqualificar o labor braçal entendido como degradante, serviços estes exercidos por indivíduos menos qualificados e mal remunerados. Esses sujeitos são violentados cotidianamente e destituídos de seus direitos, encarcerados em situação precária e assassinados em números alarmantes.

Portanto, reforça-se a destituição da hipótese do povo brasileiro enquanto um grupo de uniformidade cordial, uma vez que ele, em sua ignorância de consciência, corrobora sem questionamentos racionais e reflexivos, em maioria, quanto às violências real e simbólica efetivadas contra os próprios brasileiros.

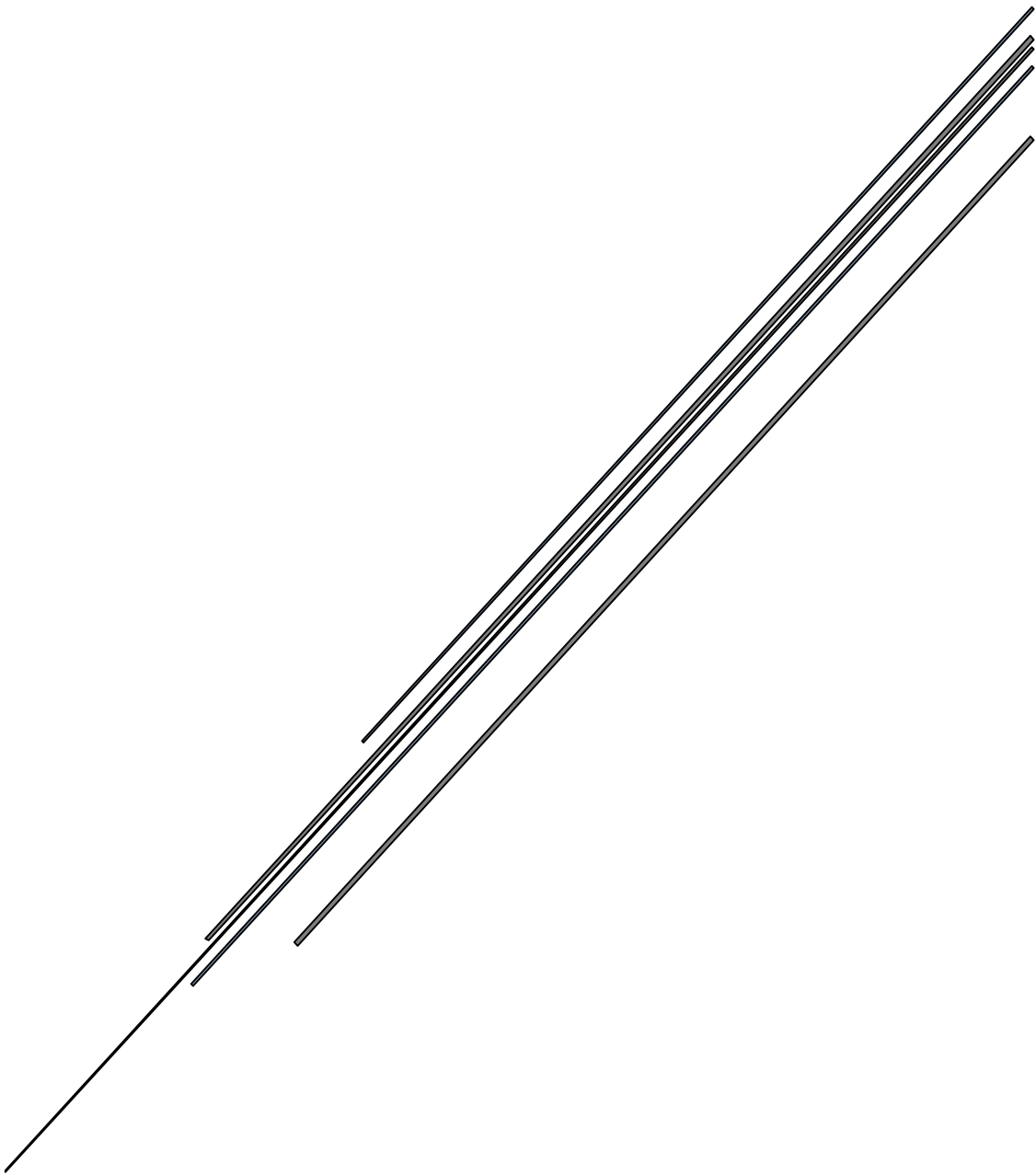
Desmistifica-se também a ideia de corrupção sistêmica que levou ao subdesenvolvimento do país. Tal situação socioeconômica é resultado, entre outros fatores, do acordo da elite com parte da classe média para reprodução de capital econômico, principalmente para o primeiro grupo; e de manutenção de privilégios interpessoais, para o segundo. Isso em detrimento das demais classes, destinadas à exploração do trabalho produtivo e dos serviços degradantes, os quais se materializam em baixa renda, péssimas condições de vida e desigualdade espacial.

Colocou-se em relevo nesta segunda parte as condições que incidem na subjetividade da população as quais refletem concretamente em suas relações de desigualdade socioespacial. A mobilidade ideológica depende, além do estopim das crises sistêmicas, da dirigibilidade da classe média a qual tem o papel de se pôr no *front* suggestionando os demais grupos do alicerce social. Estes são a maioria em números absolutos, portanto, importantes em legitimação do sistema democrático, principalmente nos pleitos eleitorais. O estrato médio dirige, nesse aspecto, para a elite os aparelhos de persuasão, representados na educação, e de informação midiática, estabelecendo, de forma significativa, a virada ideológica em momentos de inconstância econômica, política e social. Isso não por motivos humanitários, mas sim no resgate da economia produtiva que em última instância continua favorecendo a elite e mantém os privilégios da própria classe média.

Na terceira parte, a seguir, serão abordados os pleitos eleitorais presidenciais do Brasil após a Ditadura Militar de forma a identificar a mobilidade ideológica que ocorreu nesses períodos. Isso em uma análise realizada a partir do estopim das crises econômicas mais reverberantes dessa fase no país, bem como no papel da classe média enquanto apoiadores da mudança do governo em situação e o norteamento dessas circunstâncias para a massa da população.

# PARTE III

**A MOBILIDADE IDEOLÓGICA A PARTIR DA GEOGRAFIA  
ELEITORAL DO BRASIL NA ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DA  
NOVA REPÚBLICA (1989 A 2018)**



### **PARTE III - A MOBILIDADE IDEOLÓGICA A PARTIR DA GEOGRAFIA ELEITORAL DO BRASIL NA ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DA NOVA REPÚBLICA (1989 A 2018)**

Do ponto de vista político, a mobilidade ideológica da população no Brasil pode ser observada e sistematizada por meio dos resultados das eleições presidenciais. O esgotamento de determinado seguimento político, seja ele conservador ou progressista, logra resultar em uma ascensão ideológica oposta, facticidade concretizada por meio dos votos nesses pleitos.

Conforme a revisão teórica da parte I dessa pesquisa foi possível estabelecer o conceito de mobilidade ideológica e sua relação com as conjunturas cíclicas das crises econômicas do capitalismo. Na parte II, aprofundou-se em elementos sociológicos que podem vir a interferir no julgamento do grande eleitorado do Brasil. Este pode ser influenciado por uma perspectiva de identidade nacional introjetada que reverbera a naturalização das desigualdades, seja na capacidade de gerenciamento das elites e da classe média em sentido aos seus interesses por meio do controle de seus aparelhos ideológicos privados, seja na apropriação da esfera pública; fatores permitidos pela maior condição de absorção de capitais econômicos, culturais e interpessoais. Por fim, os valores de cunho moral que incidem em toda a cultura capitalista, dispersos pelo sistema econômico hegemônico a partir do valor do trabalho e da autenticidade da expressividade.

Desse modo, nessa terceira parte do trabalho, o intuito é de correlacionar esses elementos com os fatos ocorridos no Brasil na Nova República, uma vez que a partir de 1985 uma série de eventos permitiram duas mobilidades ideológicas, uma progressista e outra conservadora. A definição da mobilidade ideológica, e os fatores interpessoais estabelecidos em grande escala no que toca as classes sociais brasileiras, seus interesses econômicos e valores são importantes para chegar a essa compreensão.

Em períodos de recessão ou depressão na economia, a possibilidade de mobilidade ideológica pode ocorrer em ambos os lados. Os agrupamentos ligados ao progressismo ou a ações conservadoras podem vir a se beneficiar, tendo ou não maior interação com os conjuntos de centro. A intersecção de eventos que envolvem crises econômicas, maior ou menor apoio das classes hegemônicas e interação da mídia como aparelho de manobra parcial das camadas populares vão ser estabelecidas a partir dos fatos que levam a cada uma desses processos.

Desse modo, essa terceira parte está dividida em duas seções. A primeira dá prioridade à descrição dos eventos eleitorais presidenciais que ocorreram entre 1989 e 2018. Tal é realizado com ênfase nas circunstâncias econômicas do Brasil em relação à conjuntura

internacional. Deste modo, discutiu-se os resultados daqueles pleitos estabelecendo mapeamentos com a proporção de votos dos vencedores em cada unidade federativa do país, com tabulação dos números de voto em âmbito nacional e estadual por meio de informações oficiais do TSE. Esses dados são importantes para a percepção da migração dos votos entre os partidos mais progressistas e outros mais conservadores, permitindo compreender pontualmente em quais eleições ocorreram a mobilidade ideológica. A segunda seção faz, a partir da identificação dos anos de ocorrência das mobilidade ideológicas, uma análise dos eventos que permitiram essa migração de votos, dessa forma, uma síntese das relações que resultam no acontecimento é realizada. Assim, fatores como o papel da crise econômica, da classe média e da mídia, dos valores sistêmicos em relação ao trabalho e à autenticidade individual, foram expressivos na construção de um processo de desqualificação de um governo de situação que, por conta de tais elementos, perdeu a preferência do eleitorado.

### 3.1 A MOBILIDADE IDEOLÓGICA A PARTIR DA CONJUNTURA DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DO BRASIL DA NOVA REPÚBLICA

A conjuntura da política eleitoral do Brasil tem novo significado após a redemocratização iniciada em 1985 e sedimentada a partir das eleições diretas ocorridas em 1989. De 1964 até esse ano, a escolha do chefe do cargo executivo do país sucedia em via indireta, ou seja, o legislativo escolhia o presidente do país (FAUSTO, 1995). A polarização entre políticas com orientações progressistas e conservadoras sempre estiveram presentes naqueles momentos, seja pelo bipartidarismo, seja nas lutas armadas contra regime. Nesse aspecto, quando as eleições presidenciais foram abertas ao público apto ao voto, ainda que o resultado tenha sido determinado em primeiro turno em duas oportunidades, o segundo colocado sempre exerceu o papel daquela díade ideológica, ainda que muitos partidos tivessem surgido após os anos de 1980.

Dessa forma, pretende-se nesta seção apresentar os números que sugerem tal polarização política, bem como a ascensão e a queda de cada dualidade disposta após alguns anos de hegemonia na preferência da população. Para se chegar a esse objetivo, realizou-se uma pesquisa com dados secundários disponíveis no TSE o qual dispõe de informações, públicas e já digitalizadas, que se referem a todas as eleições já realizadas no Brasil. Os dados aqui colocados se referem aos candidatos que chegaram ao segundo turno a partir dos pleitos realizados entre os anos de 1989 e 2018. Para facilitar esse intuito, o presente recorte foi dividido

em oito subseções, cada uma delas correspondente a uma eleição presidencial realizada de forma universal com os eleitores aptos em cada ocasião.

A partir dessas informações eleitorais, estabelece-se um mapeamento referente à posição de cada unidade da federação brasileira em relação aos candidatos polarizados. Informação esta importante, uma vez que reflete a extensão da popularidade do candidato e sua concepção política em diferentes territórios ideológicos do país. Ressalta-se que, com base nesses números, pode-se definir estados com maior ou menor grau de mobilidade quanto à questão e, ainda, constituir-se os territórios de maior influência dos partidos relativamente mais progressistas ou conservadores, bem como quem são os candidatos, seus históricos políticos e orientação ideológica.

### **3.1.1 As eleições de 1989: o governo Collor**

Os eventos ocorridos na conjuntura que envolveu as eleições de 1989, mostrou que três candidatos polarizavam a preferência do eleitorado nas últimas semanas anteriores ao primeiro turno do pleito. Fernando Collor de Mello, do Partido da Reconstrução Nacional (PRN), que liderava com aproximadamente um terço dos votos válidos, conforme as pesquisas eleitorais a partir de propostas direcionadas ao eleitorado conservador. No outro espectro ideológico, Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), e Leonel Brizola, do Partido Democrático Trabalhista (PDT), buscavam obter a outra vaga no segundo turno por meio da preferência dos votantes mais identificados com as proposições do campo progressista. Este últimos tiveram papel significativo na luta pela redemocratização por conta de suas atuações críticas contra a ditadura Civil-Militar e ascendiam como as principais figuras da esquerda naquele momento (JACOB *et al.*, 2000).

Nesse sentido, por uma diferença inferior a 1% dos votos válidos em relação ao adversário progressista, Lula, com 17,2% dos votos válidos, adquiriu o direito de disputar a segunda etapa do pleito com Collor que conseguiu 30,5% dos eleitores. Ainda que o candidato do PT tenha obtido aproximadamente a metade dos votos de Collor no primeiro turno, trazia como fator positivo a adjacência ideológica com Brizola que, em hipótese, transferiria a maior parte de seus votos ao candidato do PT. Este último conseguiu 16,5% da preferência enquanto o quarto colocado. Mário Covas do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), ficou com 11,5% dos votos válidos, porém muito concentrados no estado de São Paulo e demais regiões

metropolitanas, centralizando seus números, portanto, em grandes centros urbanos (JACOB *et al*, 2000). O Quadro 9, disposto a seguir, apresenta os números do primeiro turno.

Quadro 9– Resultado do Segundo Turno das eleições presidenciais do Brasil em 1989

<b>Candidato</b>	<b>Partido</b>	<b>Votos</b>	<b>Proporção</b>
Fernando Collor	PRN	22.611.011	32,47%
Luís I. Lula da Silva	PT	11.622.673	16,69%
Leonel Brizola	PDT	11.168.228	16,04%
Mário Covas	PSDB	7.790.392	11,19%
Paulo Maluf	PDS	5.986.575	8,60%
Guilherme Afif	PL	3.272.462	4,70%
Ulysses Guimarães	PMDB	3.204.932	4,60%
Roberto Freire	PCB	769.123	1,10%
Aureliano Chaves	PFL	600.838	0,86%
Ronaldo Caiado	PSD	488.846	0,70%
Afonso Neto	PTB	379.286	0,54%
Enéas Carneiro	PRONA	360.561	0,52%
José Marronzinho	PSP	238.425	0,34%
Paulo Gontijo	PP	198.719	0,29%
Zamir Teixeira	PCN	187.155	0,27%
Lívia Abreu	PN	179.922	0,26%
Eudes Mattar	PLP	162.350	0,23%
Fernando Gabeira	PV	125.842	0,18%
Celso Brant	PMN	109.909	0,16%
Antonio Pedreira	PPB	86.114	0,12%
Manoel Horta	PDCdoB	83.286	0,12%
Armando Silva	PMB	4.363	0,01%
<b>Total válidos</b>		69.631.012	

Fonte: TSE. Organização: autor.

Entre os demais candidatos com mais votos proporcionais aparecem alguns políticos de propostas mais conservadores. Um deles é Paulo Maluf, postulante à presidência pelo Partido Democrático Social (PDS), uma das agremiações originadas da antiga Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido da situação do regime Civil-Militar. Ele já havia sido governador de São Paulo e prefeito ainda antes, indicado para esses cargos por vontade dos militares, portanto, era muito associado ao regime que o eleitorado refutava majoritariamente naquele momento. Guilherme Afif do Partido Liberal (PL) era deputado federal por São Paulo, seu único cargo eletivo ocupado antes de 1989. Já Ulysses Guimarães, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), fora até considerado antes do pleito um dos favoritos, porém

acabou associado ao presidente Sarney, que terminava seu mandato demasiadamente desgastado junto à população. Os demais candidatos ficam próximos a 1% dos votos válidos e juntos não exercem maior influência no andamento do primeiro turno, visto que Collor ficou distante ainda de conseguir os 50% dos votos válidos (CARREIRÃO, 2000).

O resultado do segundo aponta que os candidatos ficaram bem próximos no resultado final. Lula apresentou um crescimento significativo, ampliando em quase 30% sua proporção de votos em relação ao turno anterior, absorvendo de fato grande quantidade de votos que foram de Brizola antes. Isso, contudo, ainda não foi suficiente para ultrapassar Collor que se elege como o primeiro presidente por via eleitoral direta após a ditadura Civil-Militar, conforme pode-se observar no Quadro 10, disposto a seguir:

Quadro 10 – Resultado do Segundo Turno das eleições presidenciais do Brasil em 1989

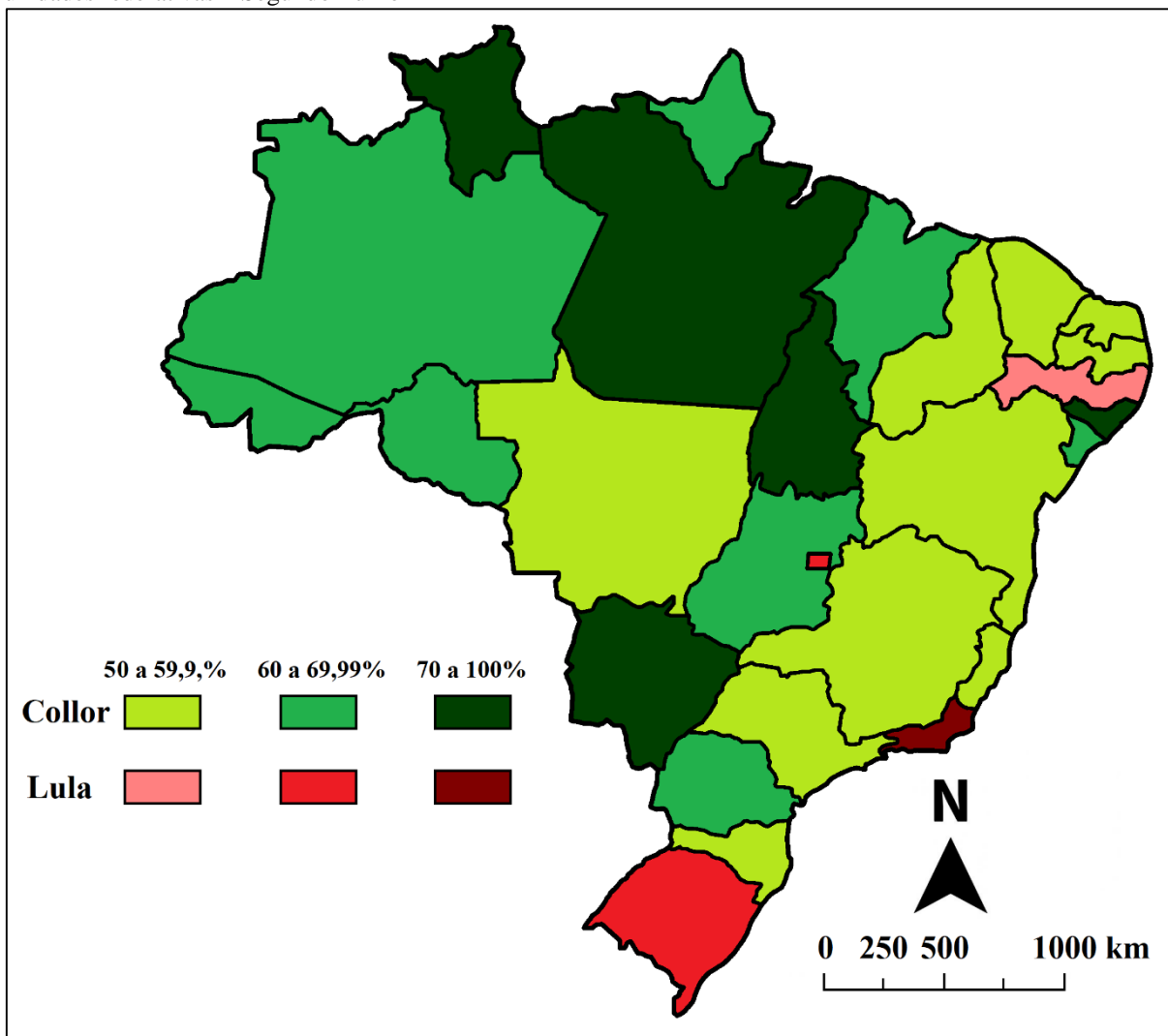
<b>Candidato – Partido</b>	<b>Partido</b>	<b>Votos</b>	<b>Proporção</b>
Fernando Collor de Mello	PRN	35.089.998	53,03%
Luís Inácio Lula da Silva	PT	31.076.364	46,97%
Total válidos		66.166.362	100%

Fonte: TSE. Organização: autor.

Eleito com uma vantagem pouco superior a 6% dos votos válidos, Collor assumiria um país proporcionalmente dividido. De acordo com os números definidos ao final daquela eleição, já se podia segmentar duas vertentes ideológicas opostas quanto à percepção dos eleitores. Assim, é possível dispor as diferenças presentes entre os candidatos nos estados da federação brasileira, de acordo com as informações representadas na Figura 4.



Figura 4 - Mapa com o resultado proporcional dos candidatos das eleições presidenciais do Brasil de 1994 por unidades federativas – Segundo Turno



Nesse sentido, ainda que tenham se mantido muito próximos os números dispostos em escala nacional, houve diferenças significativas nas particularidades de cada estado. Deste modo, Lula vence em quatro unidades federativas, ou seja, em Pernambuco, seu estado natal, no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul, ambas unidades federativas correspondentes a um recorte político de força brizolista, comprovando a transferência de votos deste, e, por fim, no Distrito Federal. Collor logra-se vencedor nas demais unidades federativas com proporções distintas, tendo a maior margem em Alagoas, seu cartório eleitoral, Mato Grosso do Sul, Pará e Tocantins, conforme se pode observar a partir do Quadro 11.

Quadro 11 - Resultado do Segundo Turno das eleições presidenciais do Brasil em 1989 por unidade federativa

Segundo Turno Estado	Luís I. Lula da Silva		Fernando Collor		Total Válidos
	Votos	Proporção	Votos	Proporção	
Acre	39.695	30,82%	89.103	69,18%	128.798
Alagoas	215.177	23,93%	683.920	76,07%	899.097
Amapá	29.926	35,75%	53.780	64,25%	83.706
Amazonas	197.431	33,21%	397.103	66,79%	594.534
Bahia	1.968.321	48,43%	2.096.079	51,57%	4.064.400
Ceará	1.119.367	43,09%	1.478.288	56,91%	2.597.655
Distrito Federal	451.780	62,68%	268.963	37,32%	720.743
Espírito Santo	473.597	40,70%	689.981	59,30%	1.163.578
Goiás	535.142	31,56%	1.160.446	68,44%	1.695.588
Maranhão	521.753	37,56%	867.188	62,44%	1.388.941
Mato Grosso	240.486	33,61%	475.046	66,39%	715.532
Mato Grosso do Sul	215.859	27,15%	579.064	72,85%	794.923
Minas Gerais	3.353.574	44,48%	4.185.364	55,52%	7.538.938
Pará	419.643	27,51%	1.105.646	72,49%	1.525.289
Paraíba	605.412	45,07%	737.957	54,93%	1.343.369
Paraná	1.357.754	32,71%	2.793.218	67,29%	4.150.972
Pernambuco	1.508.896	50,90%	1.455.434	49,10%	2.964.330
Piauí	411.814	41,08%	590.594	58,92%	1.002.408
Rio de Janeiro	5.227.886	72,92%	1.941.499	27,08%	7.169.385
Rio Grande do Norte	482.463	47,41%	535.195	52,59%	1.017.658
Rio Grande do Sul	3.366.795	68,72%	1.532.824	31,28%	4.899.619
Rondônia	136.123	36,75%	234.272	63,25%	370.395
Roraima	12.364	23,65%	39.916	76,35%	52.280
Santa Catarina	1.152.730	49,68%	1.167.689	50,32%	2.320.419
São Paulo	6.735.560	42,10%	9.262.553	57,90%	15.998.113
Sergipe	208.829	34,11%	403.480	65,89%	612.309
Tocantins	62.576	21,61%	227.029	78,39%	289.605

Fonte: TSE. Organização: autor.

De acordo com o Quadro 11, a distribuição desses votos fica relacionada ao apoio que cada candidato recebeu dos derrotados do primeiro turno, conforme Jacob *et al.* (2010). Collor recebe maior apoio dos candidatos mais conservadores e de seus seguidores em respectivos nichos eleitorais. Havia 22 postulantes ao cargo máximo do executivo, de modo que ao menos sete deles, reforça-se, atingiram ao menos mais e 1% dos votos e poderiam ter significância em uma possível transferência, os demais não alcançaram juntos nem 5% dos válidos. Desse modo, entre os derrotados do primeiro turno, além de Brizola e Covas, estavam em sequência de preferência: Paulo Maluf (PDS), Guilherme Afif (PL), Ulysses Guimarães (PMDB) e Roberto

Freire (Partido Comunista Brasileiro, PCB). Em teoria, a distribuição de votos se daria da seguinte maneira:

Entre os candidatos perdedores no primeiro turno, a mais forte transferência de votos para o segundo foi a de Leonel Brizola para Lula. Em proporção menor Lula recebeu votos de Mário Covas, Ulysses e Afif. Para Collor no segundo turno, as transferências mais notáveis foram de Maluf, Afif, Ulysses e Aureliano. Mas, a análise discriminada por estados mostrou diferenças importantes nestas transferências (FLEISCHER, 1990, p. 21).

O que se observa a partir da análise de Fleischer (1990) realizada logo na sequência dos eventos das eleições de 1990 é que houve uma distribuição clara dos votos menores no primeiro turno em relação a Covas para Lula e de Maluf para Collor. Quanto aos demais, com exceção de Freire, que concorria por um partido então declaradamente comunista, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), distribuíram-se os valores de forma proporcional para os demais com pequena vantagem para Collor. Este recebeu mais votos dos perdedores em cidades pequenas e médias, ao contrário de Lula que conseguiu vantagem nos centros urbanos maiores.

De acordo com Carreirão (2000), a polarização vai se estabelecer em duas vertentes. Elas se contrapõem à posição das medidas do então presidente José Sarney do PMDB, realizadas nos anos anteriores ao pleito de 1989, havia uma intensa crise que foi responsável pelo que convencionou chamar de “década perdida” naquele decênio de 1980.

Nesse sentido, nenhum candidato se dispôs a associar a sua imagem à de Sarney, quando não criticavam a sua postura, colocavam-se em molde de relativa neutralidade. Tal situação, conforme Fleischer (1990), pode ter tirado muitos votos do centro naquele pleito, favorecendo os candidatos mais polarizados, e prejudicando Ulysses Guimarães, do partido do então presidente.

Dessa forma, Fernando Collor assume a presidência da República oficialmente em 1990, as atitudes de seu governo são associadas a práticas neoliberais sedimentadas mundialmente já a partir dos anos de 1980. Inicia-se uma maior abertura do Brasil no que tange a entrada de capitais do mercado internacional, bem como a gênese da política de privatizações que vai chegar ao seu auge anos à frente com Fernando Henrique Cardoso (FHC). Para se compreender as medidas realizadas pelo governo Collor, é necessário estabelecer as políticas realizadas pelo seu precursor no que toca a tentativa de conter a crise econômica que se dava naquele momento.

Bresser-Pereira (2016) denomina o período no qual o neoliberalismo ascende como política econômica no Brasil de Pacto Liberal-Dependente, conforme o Quadro 12. Essa forma

do capitalismo, pautado em sua reprodução de riquezas a partir do rentismo, já havia sido gestado bem antes do governo Collor, isso no final da década de 1970 com o esgotamento dos “30 anos de ouro” que se concretizou após a Segunda Guerra Mundial. Contudo, foi a partir da década de 1980 que a nova forma sistêmica se fortificou pelo resto do mundo, principalmente com a ascensão da política conservadora nos Estados Unidos e no Reino Unido, com as vitórias respectivas enquanto chefes de governo de seus Estados, de Ronald Reagan, do Partido Republicano, e de Margareth Thatcher, do Partido Conservador.

Quadro 12 – Ciclos e pactos políticos do Brasil Independente

<b>Ciclos da sociedade e do Estado</b>	<b>Pactos políticos</b>
<b>Ciclo Estado e Integração Territorial</b>	Pacto Oligárquico
<b>Ciclo Nação e Desenvolvimento (ou Revolução Capitalista Brasileira)</b>	Pacto Nacional-Popular de 1930
	Pacto Autoritário Modernizante de 1964
<b>Ciclo Democracia e Justiça Social</b>	Pacto Democrático-Popular de 1977 e das “Diretas Já”
	Pacto Liberal-Dependente de 1991
	Pacto Nacional-Popular de 2006 (que fracassou)

Fonte: Bresser-Pereira (2016). Adaptação: autor.

Conforme Bresser-Pereira (2016) os ciclos são relações entre Estado e sociedade, já os pactos são acordos entre diferentes classes sociais no país. Neste sentido, o primeiro dos ciclos define a construção da soberania brasileira enquanto nação, o que é feito a partir dos interesses das oligarquias do Brasil Império e da Velha República.

No segundo ciclo os demais atores sociais conseguem maior protagonismo, como consequência inicia-se a modernização da economia capitalista em reflexo ao que ocorria no mundo. Nesta fase ocorreram dois pactos sociais, o primeiro com medidas que avançaram os direitos da população em comparação ao acordo anterior, e o segundo com intensa prioridade para as elites. Ambos são antidemocráticos em origem, ocorrendo uma breve fase democrática entre 1945 e 1964.

O terceiro é marcado pela luta ao retorno à democracia e do estabelecimento da justiça social. O último ciclo se intercala da seguinte forma: primeiro em um pacto de transição na luta democrática, seguido de uma fase neoliberal e dependente das demandas estadunidenses e findando, no último acordo, a outro pacto nacional e populista. Este último o qual começa enfraquecido desde o momento em que tentou ser implantado, conforme será abordado nas próximas subseções.

Portanto, no Brasil, o capitalismo neoliberal chegou institucionalmente em 1991 com o governo Collor. Ainda que tenha se dado mais tarde de forma oficial no país em comparação com o que houve no mundo na década anterior, algumas medidas mais isoladas já eram colocadas em voga pelo governo Sarney e pelo próprio Collor no primeiro ano de seu mandato. Os fatores que explicam a guinada da economia brasileira ao neoliberalismo se correlacionam aos eventos que se desenrolaram a partir da crise da dívida externa nos anos de 1980, provocada, sobretudo, pelo não pagamento do débito público no governo Figueiredo. Isso resultou em consequência nos primeiros anos de hiperinflação, que por sua vez gerou o fracasso do Plano Cruzado do governo Sarney mais adiante. Sobre isso, Bresser-Pereira (2016, p. 275) escreve que:

A poupança pública negativa e o consequente déficit público tiveram como resultado um crescente desequilíbrio de estoque do Estado: a dívida pública. Esta, no início dos anos 1970, passou a ser fundamentalmente externa, mas no final dessa década, a partir do momento em que os bancos internacionais começaram a reduzir a rolagem da dívida externa (1979-1980) para finalmente suspendê-la em definitivo (1982), a dívida interna pública passou a crescer de maneira explosiva. Na medida em que o setor privado ia pagando em cruzeiros seus compromissos externos, a governo assumia a dívida em dólares, e, com os recursos obtidos, financiava seu próprio déficit.

O Estado brasileiro, portanto, estava em crise fiscal, consolidada pela poupança pública negativa, a qual limitava de forma preponderante a capacidade de investimentos do país. Havia, dessa forma, duas crises para se superar naquele momento, a própria inflação e a dívida externa assumida institucionalmente em moeda estrangeira, por meio de pagamentos realizados em moeda nacional a partir da iniciativa privada. Em outras palavras, o governo assumia as dívidas no exterior em dólar e recebia em cruzeiros, assumindo o prejuízo resultante da equação.

O início dos anos de 1980, chamado por Bresser-Pereira (2016) de Pacto Democrático-Popular, representou uma espécie de transição de um governo que se originaria do voto popular-civil, era um momento compreendido pelo autor como uma espécie de conciliação entre as elites e as demais camadas sociais em sentido à democracia. No entanto, tal “contrato” vai durar pouco em razão das antíteses que contrapunham as reivindicações dos trabalhadores e do empresários, estes últimos não queriam o aumento de impostos que sustentariam a alta de salários.

Portanto, não haviam recursos para todas as demandas trabalhistas gerando incompatibilidade entre as extremidades dos componentes daquele pacto. Ainda assim, o governo Sarney acatou as requisições dos trabalhadores sem repassar o aumento salarial para a

classe capitalista. O valor dos acréscimos em direitos laborais e do investimento nas obras públicas, de um modo geral, foi direcionado para o preço dos produtos, aumentando ainda mais a inflação (BRESSER-PEREIRA, 2016). A consequência dessa série de medidas é de que não houve aumento real de salários, uma vez que o poder de compra da população foi dissolvido pela ampliação do preço no comércio e nos serviços.

A nova etapa para resolução da inflação e complementação daquelas providências seria a criação do Plano Cruzado. Este consistia a princípio no congelamento dos preços das mercadorias, situação que em uma primeira etapa logrou êxito, absorvendo para o governo expressiva popularidade na ocasião. Em vista desse resultado, Sarney parou as reformas e manteve os preços congelados, o que contrariava os economistas que de fato planejaram as medidas. Bresser-Pereira (2006) explana as consequências desastrosas para a economia brasileira, associando um aumento real de salários de aproximadamente 8% com a tentativa de se manter uma inflação próxima a zero.

Dessa forma, os problemas econômicos retornam piores em 1987. Em conjunto à essa questão, uma crise política se desencadeia, Sarney demonstrava querer ficar mais um ano na presidência adiando em mais um ano as eleições que eram previstas para 1988. Essa mudança de rumo criou atritos com as alas progressistas no congresso e dividiu as casas legislativas entre estes últimos, que queriam as eleições conforme estabelecido anteriormente e uma coligação de vários partidos de centro, que se aliaram ao intento de manter Sarney no cargo pelo menos até o início de 1990.

Quaisquer medidas que tentassem reverter o quadro de crise econômica foram refutadas por Sarney, uma vez que os ajustes poderiam prejudicar sua imagem junto à população e à boa parte do centro da classe política, a ele agora coligada. Dessa forma, os anos que se seguiram foram de uma espécie de vácuo no que se refere às deliberações de estabilização econômica. Bresser-Pereira foi um dos ministros da Fazenda que chegaram a compor o governo naquele momento, porém se demitiu após oito meses de gestão alegando não conseguir aplicar as reformas necessárias, as quais, como já exposto, seriam impopulares para o presidente. Aquela imobilidade não trouxe consequências positivas para Sarney, pois a inflação voltou a aumentar e a sua popularidade caiu no último ano completo de seu mandato, prejudicando o seu partido e os seus aliados nas eleições de 1989.

Reforça-se o fato de que o período de transição democrática não foi somente instável economicamente, mas também politicamente, os principais atores que buscaram concretizar a nova fase da política no país não conseguiram conquistar a maioria da população. Dessa maneira, o presidente eleito, Fernando Collor, buscava durante o pleito manter-se afastado tanto

do centro político, que tinha como figura representativa o impopular Sarney, quanto dos progressistas, rechaçados pelo conservadorismo de parte da população, como aponta Fleischer (1990). Além disso, Collor estava desalinhado com o protagonismo da disputa que envolvia Lula e Brizola, tendo ainda que dividir possíveis eleitores com a moderada e autodeclarada esquerda social democrata, concebida então pelo PSDB de Covas.

Nesse cenário político, Collor assume o país em março de 1990 com uma crise econômica herdada, cimentada a partir da hiperinflação e do fracasso do Plano Cruzado. Dessa maneira, para solucionar a questão, o então novo presidente lançou um programa econômico, o Plano Collor. A nova proposta para a área econômica procurava combater a inflação com rigorosos ajustes fiscais e monetários como o confisco das poupanças do setor privado, o aumento das taxas de juros e o congelamento de preços.

Essas tentativas fracassaram, Bresser-Pereira (2016) explica que os economistas de Collor não previram a tabela de conversão de compras das empresas. Estas adquiriam do setor produtivo a prazo e repassavam ao consumidor a vista, portanto quem assim fizesse teria prejuízo, ao contrário daqueles que invertiam a equação. Assim, haveria um desequilíbrio no repasse ao consumidor que não poderia ser realizado pelo congelamento dos preços, o governo não teve outra alternativa e os valores voltaram a subir conforme uma alta inflação. As ações impopulares e pouco efetivas culminaram na queda da popularidade do governo. Tais tentativas de ajuste ainda não se alinhavam em totalidade às disposições neoliberais, essas vão chegar após a série de fracassos que vinham desde a gestão Sarney.

As medidas adotadas pelo governo Collor a partir de então se configuram em ajustes com objetivos de correção do plano econômico. Tais ações se configuram nos pressupostos ideológicos do conservadorismo, uma vez que a equipe de gestão daquele presidente buscava não somente manter a ordem vigente, mas também adequar o Brasil às normas do capitalismo que estabilizaram outras nações na década anterior, a exemplo dos Estados Unidos e do Reino Unido. Dessa forma, dentro do programa de recuperação econômica de Collor, estavam as ideias de privatização e abertura econômica ao capital estrangeiro.

O plano de estabilização de dezembro de 1991, que contou com o apoio do FMI, marcou a submissão do Brasil ao Consenso de Washington. E, como era de se esperar, fracassou. Nos termos do acordo, ao mesmo tempo que o governo aumentava a taxa de juros de forma estratosférica, [...] abria sua economia à entrada de capitais, perdia seu controle sobre a taxa de câmbio, e fazia promessas de reformas liberais que, até há pouco, eram consideradas impensáveis para o Brasil (BRESSER-PEREIRA, 2016, pp. 310-311).

Como exposto no recorte acima, as novas diligências de Collor não surtiram o efeito esperado, a princípio receberam o apoio da elite econômica brasileira, entretanto não demorou perceberem a não possibilidade de manter seus lucros. Naquele momento, Collor não tinha apoio popular, não dispunha de uma base governista forte, já que evitou manter uma base suprapartidária em seu entorno, e nem a confiança dos principais indivíduos do capitalismo nacional (MACIEL, 2008).

Após uma série de denúncias de corrupção, originadas do próprio irmão do presidente, Pedro Collor, que expôs um esquema de desvios que envolvia o tesoureiro de campanha das eleições de 1989, Paulo César Farias, Fernando Collor é submetido a um processo de *impeachment* (JACOB *et al.*, 2010). Como ele não tinha adesão de nenhum dos agrupamentos sociais que poderiam dar sustentação ao seu governo é destituído no final de 1992. Os eventos que contornam seu substituto, o vice-presidente Itamar Franco, vão ser abordados na próxima subseção, pois são expressivos para o resultado dos dois próximos pleitos.

### **3.1.2 As eleições de 1994 e 1998: o breve governo Itamar e os dois mandatos de FHC**

Os fatores que incidem nas eleições presidenciais de 1994 envolvem a popularidade do vice-presidente eleito junto à chapa de Fernando Collor cinco anos antes. O curto mandato de Itamar Franco tem como fator marcante a implantação do Plano Real, o qual vai se caracterizar com elemento decisivo na escolha daquele pleito.

O projeto de criação da nova moeda, o real, torna-se o principal legado do governo Itamar pelo fato do plano obter êxito na estabilização da alta inflação. O então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, conhecido popularmente como FHC, notabilizou-se pelo sucesso das medidas econômicas (MARTINS JUNIOR, 2007) e foi lançado como candidato à presidência pelo PSDB. Aproveitando-se do bom momento, absorveu a popularidade de Itamar e do Plano Real e logrou êxito nas eleições presidenciais de 1994 ainda no primeiro turno, conforme se observa no Quadro 13.



Quadro 13 – Resultado do Primeiro Turno das eleições presidenciais do Brasil em 1994

<b>Candidato</b>	<b>Partido</b>	<b>Votos</b>	<b>Proporção</b>
Fernando Henrique Cardoso	PSDB	34.350.217	54,28%
Luís Inácio Lula da Silva	PT	17.112.255	27,04%
Enéas Carneiro	PRONA	4.670.894	7,38%
Orestes Quércia	PMDB	2.771.788	4,38%
Leonel Brizola	PDT	2.015.284	3,18%
Esperidião Amin	PPR	1.739.458	2,75%
Carlos Antônio Gomes	PRN	387.611	0,61%
Hernani Fortuna	PSC	238.126	0,38%
Total válidos		63.285.633	100%

Fonte: TSE. Organizado pelo autor.

As primeiras pesquisas daquelas eleições apontavam Lula como favorito. Como afirma Carreirão (2000), não havia nada de surpreendente nisso, já que no início da disputa, ele era o candidato mais conhecido pela população em escala nacional. Esse fato, associado ao seu antagonismo nas eleições anteriores frente a Collor que estava com a imagem desqualificada frente ao eleitorado, assim como a intensa atuação do petista no processo de *impeachment* de 1992, evidenciava um cenário muito propício para que chegasse em vantagem naquele cenário.

Seis outros candidatos se postularam como alternativas no pleito, dois deles Carlos Antônio Gomes do Partido da Renovação Nacional (PRN) e Hernani Fortuna do Partido Social Cristão (PSC) tiveram votação pouco expressiva não chegando a 1% dos votos válidos. Já entre demais que se colocaram como opção, alguns deles, já veteranos do campo político, tiveram votação proeminente em seus nichos eleitorais, casos de Orestes Quércia em São Paulo e Esperidião Amin em Santa Catarina, por exemplo. Ainda assim, estavam distantes da popularidade que Lula e FHC alcançavam nas pesquisas precedentes à votação. (CARREIRÃO, 2000).

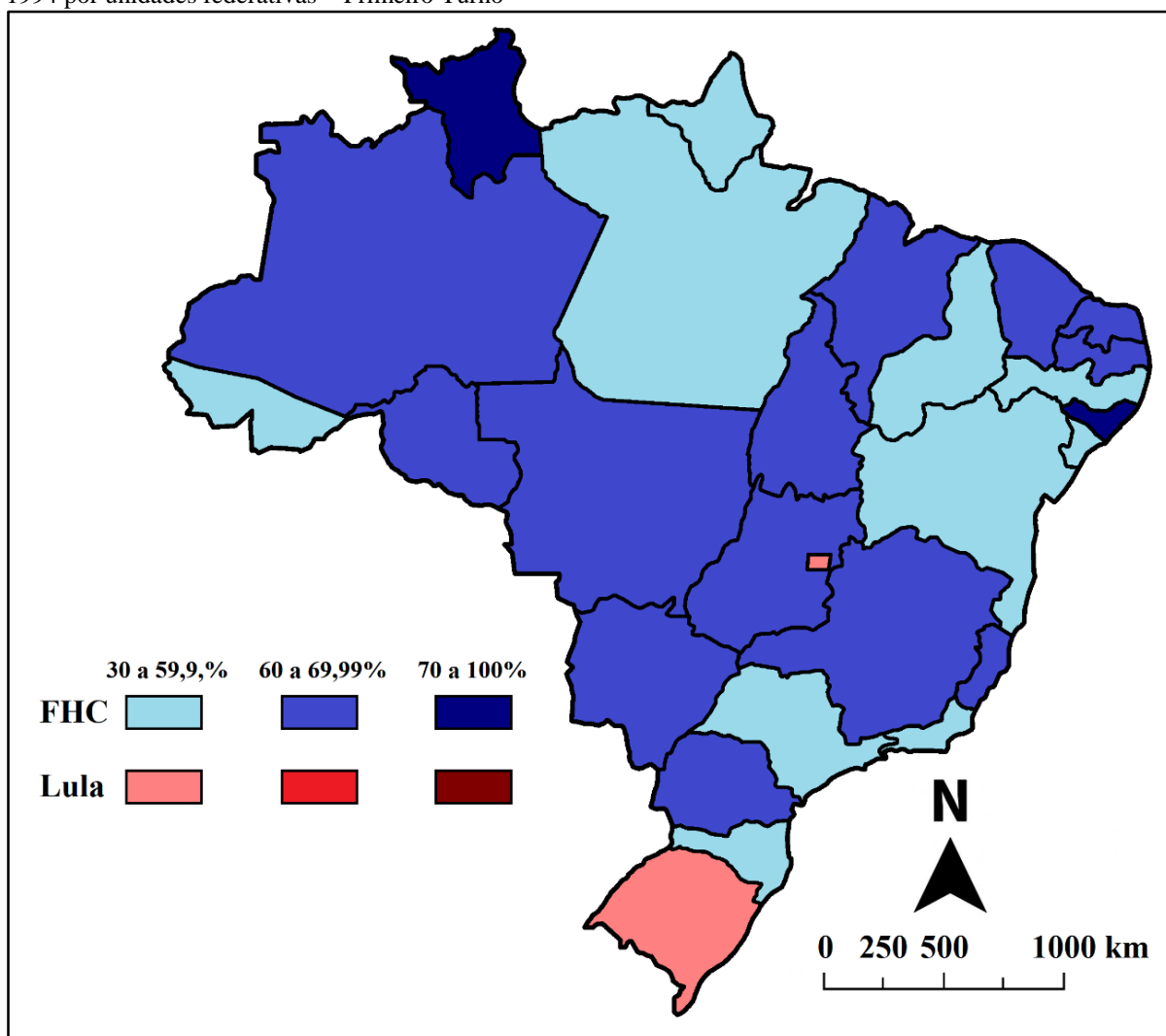
Enéas Carneiro do Partido de Reedificação da Ordem Nacional (PRONA), naquela oportunidade, ascendeu como um político proeminente. Ele emergiu com um discurso de orientação conservadora, mas voltada a uma ordem desenvolvimentista nacional, foi o terceiro colocado na corrida tendo votação expressiva em muitos estados, conforme dispõem os números no fechar das urnas.

Leonel Brizola enfraqueceu demasiadamente quando comparado com o ano de 1989, quando foi o terceiro. De acordo com Jacob *et al.* (1997), vários motivos explicariam esse declínio dos quais se pode citar o pouco avanço do alcance do PDT no Brasil entre aquelas eleições, o fato de o partido não ter feito alianças em escala nacional e mau desempenho

enquanto governador do Rio de Janeiro entre 1991 e 1994 que o fez sair derrotado mesmo nesse estado.

Apesar dessa quantidade de candidatos, a associação da sucesso do Plano Real à imagem de FHC fez com que ele chegasse ao Palácio do Planalto com mais do que o dobro dos votos de Lula. Esse fato é conjecturado também na maioria das unidades federativas do país, conforme ilustra a Figura 5.

Figura 5 - Mapa com o resultado proporcional dos principais candidatos das eleições presidenciais do Brasil de 1994 por unidades federativas – Primeiro Turno



Fonte: TSE. Base cartográfica: IBGE. Organização: autor.

É pertinente ressaltar que há diferenças na margem percentual da legenda do mapa da Figura 4 quando comparado àquela da Figura 5. No mapeamento de 1994 a tonalidade da cor que representa uma menor diferença entre os candidatos varia de 30% a 59,99% em cada estado, isso em razão do pleito ter se definido em primeiro turno, diferente do mapa de 1989 ao qual tem nessa categoria a diferença variando entre 50% a 59,9%. Desse modo, foi possível nas

eleições de 1994 chegar à frente em uma unidade federativa sem atingir necessariamente mais de 50% dos votos válidos, pois havia a maior distribuição para os demais postulantes à vaga do executivo federal.

O mapa eleitoral da vitória de FHC é semelhante ao de Collor em 1989. O candidato tucano absorveu expressiva parte daquele eleitorado mais conservador e também de alguns que tiveram preferência por Brizola e Lula cinco anos antes. Nesse aspecto, o tucano perde força relativa, inclusive em seu estado de origem, Pernambuco. Situação esta explicada pela escolha do vice de FHC, Marco Maciel, senador pela mesma unidade federativa. Lula se mantém à frente no Rio Grande do Sul e no Distrito Federal, ainda que tenha diminuído sua vantagem em proporção de votos quando comparado à sua diferença com Collor anos antes.

Jacob *et al.* (2000) coloca que a divisão do eleitorado progressista ocorreu em sentido a três candidatos, além de Brizola e Lula que naturalmente eram associados com o campo da esquerda, teve também direcionamento a FHC. Este se postulava, antes de eleito, com tal rótulo, pois vinha de uma militância acadêmica crítica à ditadura Civil-Militar e se candidatava a partir de um partido que se denominava social-democrata. Entretanto, a coligação realizada naquele ano já demonstrava algumas contradições, o PSDB formou aliança com um bloco com partidos conservadores.

Apesar de sua trajetória política de esquerda, FHC apresentou-se à eleições liderando uma frente que, além do PSDB, compunha-se de partidos conservadores, tais como o Partido da Frente Liberal (PFL), o Partido Popular (PP), o PTB e o PL. Tal coligação representou, principalmente, uma aliança do PSDB, que reúne parte da elite moderna de São Paulo da elite tradicional do Nordeste (JACOB *et al.*, 2010, p. 43).

Dessa forma, FHC teve êxito no intento de absorver votos que foram de Brizola e de Lula em 1989. Isso por sua imagem ainda associada ao passado político de esquerda, principalmente nos estados do Sudeste e Sul do país, como expressa o mapeamento de 1994 e a quantidade de votos por unidade federativa no Quadro 14, mais adiante. Conseguiu também votos que foram de Collor, por meio da frente conservadora formada através de figuras de relevância política da região Nordeste, a exemplo de seu vice, Marco Maciel.

Bresser-Pereira (2016) observa que FHC se comprometia com a inserção de investimentos sociais para reduzir as desigualdades no país, mantendo o pacto da Constituição Cidadã de 1988. Entretanto, manteve a política neoliberal implementada por Collor nos oito anos em que esteve à frente do cargo.

De uma certa forma, seu primeiro mandato se configurava em uma composição progressista quando comparado a Collor, pois, diferentemente deste último, avançou mais nas

demandas sociais. Quando é comparado, porém, a governos posteriores, como os de Lula e de Dilma Rousseff, nota-se o maior direcionamento proporcional do tucano à manutenção das políticas neoliberais, ainda que os dois presidentes eleitos pelo PT também tenham abrigado esse tipo de prática, como escreve Carvalho (2018).

Antes de se aprofundar no governo FHC, é pertinente o comentário quanto a um fato ocorrido após o fechamento das urnas em 1994. A quantidade de votos válidos foi menor que em 1989, mesmo tendo aumentado o número de eleitores aptos naquele pleito. Esse fato possibilita expressar o desalento de parte população causado pelo insucesso do governo Collor, não somente pelo plano econômico desastroso, mas também pelas denúncias de corrupção que encerraram precocemente seu mandato.

Nesse sentido, Collor recebeu mais votos totais que FHC quando fora eleito, mesmo a disputa tendo ocorrido cinco anos antes e tendo um percentual menor de eleitores entre os votos válidos do segundo turno, o que indica também aumento nos eleitores que anularam ou votaram em branco. Números semelhantes são observáveis também em várias unidades da federação, conforme se compara o Quadro 14, a seguir, com o Quadro 11.

Quadro 14– Resultado do Primeiro Turno das eleições presidenciais do Brasil em 1994 quanto aos dois primeiros colocados em cada unidade federativa

<b>Segundo Turno</b>	<b>Luís I. Lula da Silva</b>		<b>FHC</b>		
<b>Estado</b>	<b>Votos</b>	<b>Proporção</b>	<b>Votos</b>	<b>Proporção</b>	<b>Total Válidos</b>
Acre	39.656	23,76%	90.132	54,01%	166.885
Alagoas	84.929	12,32%	525.036	76,18%	689.166
Amapá	34.623	26,79%	76.397	59,11%	129.252
Amazonas	161.390	23,26%	419.742	60,50%	693.841
Bahia	1.310.823	35,20%	1.951.179	52,40%	3.723.890
Ceará	669.425	26,99%	1.517.698	61,19%	2.480.413
Distrito Federal	364.541	44,76%	315.106	38,69%	814.438
Espírito Santo	331.798	27,86%	714.958	60,04%	1.190.822
Goiás	322.907	18,60%	1.171.550	67,48%	1.695.588
Maranhão	292.057	23,15%	785.417	62,25%	1.261.715
Mato Grosso	147.307	19,10%	495.956	64,29%	771.413
Mato Grosso do Sul	179.296	22,25%	512.527	63,59%	805.950
Minas Gerais	1.532.740	21,90%	4.536.780	64,82%	6.998.847
Pará	453.794	30,56%	809.793	54,53%	1.484.952
Paraíba	311.142	25,75%	761.876	63,05%	1.208.408
Paraná	898.231	22,75%	2.382.093	60,33%	3.948.550
Pernambuco	949.865	36,99%	1.381.756	53,81%	2.567.671
Piauí	296.077	32,01%	476.404	51,51%	924.924
Rio de Janeiro	1.689.772	25,69%	3.102.664	47,18%	6.576.308
Rio Grande do Norte	227.252	24,08%	606.681	64,29%	943.633
Rio Grande do Sul	1.610.379	33,48%	1.422.390	29,57%	4.810.460
Rondônia	89.838	21,94%	259.418	63,36%	409.462
Roraima	11.575	13,66%	60.693	71,64%	84.714
Santa Catarina	630.999	26,55%	789.001	33,20%	2.376.413
São Paulo	4.205.530	27,01%	8.679.287	55,74%	15.570.323
Sergipe	211.320	36,94%	270.984	47,37%	572.042
Tocantins	54.989	15,94%	234.699	68,03%	345.013

Fonte: TSE. Organizado pelo autor.

Um exemplo da diminuição da escolha de um candidato ocorre no estado de Alagoas, colégio eleitoral de Collor, o qual coloca nas urnas 200 mil votos válidos a menos que o pleito anterior, conforme a comparação do Quadro 11, referente a 1989, quando haviam 899.097 votos válidos, frente a 689.166, no Quadro 14, que cita a votação de 1994.

Essa facticidade constitui uma relação de redução do comparecimento. O abatimento daqueles que escolheram Collor; que, posteriormente, foi impedido de seguir seu mandato em 1989 por denúncias de corrupção, quando em campanha prometia acabar com o problema; possivelmente fez diferença durante o pleito de 1994.

Comparando-se as demais unidades federativas com o caso de Alagoas, nenhuma outra teve redução percentual tão significativa. Ainda assim é possível compreender-se que expressiva parte dos eleitores mais direcionados à ideologia da extrema direita continuaria preferindo um candidato nos moldes do discurso de Collor e provavelmente não escolheu nenhum dos candidatos disponíveis em 1994 que preferiram se descolar da figura do já ex-presidente. Por isso, possivelmente parte desses indivíduos anularam suas escolhas, votaram em branco ou não compareceram.

De qualquer forma, o novo presidente chega ao poder com o apoio do antecessor, no caso Itamar Franco. Este detinha expressiva popularidade pela estabilidade econômica permitida pelo sucesso inicial do Plano Real. Nesse sentido, o projeto de estabilização tem papel significativo na vitória de FHC (JACOB *et al.* 2010), sendo pertinente, desse modo, discorrer sobre aos eventos que se traduziram em êxito quanto ao programa monetário.

Para Bresser-Pereira (2016), a resolução da superinflação brasileira estava relacionada à correção da inflação inercial. O aumento do índice fica indexado às projeções futuras da própria inflação; as quais podem ser formais, quando estabelecidas por órgãos que calculam e projetam um reajuste, como é realizado com os aluguéis, por exemplo; ou informais, quando os demais atores econômicos aumentam seus preços por sugestão de outros que também tenham o feito.

Todas as medidas anteriores para se controlar a superinflação não surtiram efeito, porque desconheciam ainda o processo da inflação inercial. De acordo com Bresser-Pereira (2016), os primeiros estudos quanto a este tipo inflacionário ocorreram nos anos de 1980, mesma época em que o problema disparou no Brasil. Os economistas ortodoxos<sup>17</sup> atacavam o impasse com determinações que se situavam a partir da oferta de moeda, muitas vezes “cortando zeros” para redução dos altos números nas cédulas, sem a realização do ajuste fiscal adequado.

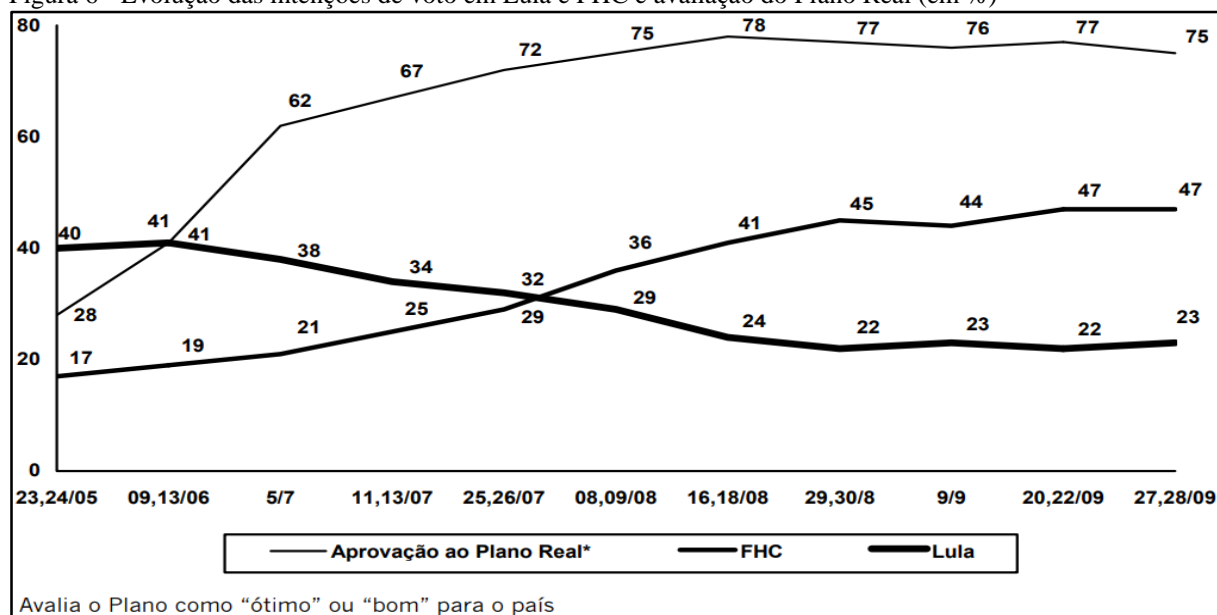
Para controlar a inflação, o Plano Real foi realizado em três fases principais antes de sua implantação de fato. Primeiramente, foi feito o ajuste fiscal que consistia no corte de despesas públicas e aumento de impostos, medida que equilibrou as contas previstas para 1994.

---

<sup>17</sup> O economista ortodoxo é aquele que corrobora com: “Política econômica de combate à inflação que consiste em realizar um corte brusco na expansão monetária e redução intensa do déficit público, acompanhado de uma liberalização dos preços para que estes encontrem livremente seu ponto de equilíbrio no mercado. Esta política tem como resultantes a elevação da taxa de juros, a redução dos gastos públicos (investimentos), a contenção do consumo e, conseqüentemente, a recessão econômica, cuja duração e profundidade dependem de uma série de fatores.” (SANDRONI *et al.*, 1999, p. 95).

Em segundo lugar, foi criada a Unidade Real de Valor (URV)<sup>18</sup>, uma espécie de segundo câmbio que acompanhava a oscilação do dólar, portanto, haviam duas moedas correntes no país naquele momento, mas circulando fisicamente de fato só o cruzeiro real, o qual mantinha ainda o descontrole inflacionário. A terceira etapa se refere à implantação física do real, que ocorreu em julho daquele ano extinguindo definitivamente o cruzeiro real. Assim foi assumida a inflação da nova moeda que era próxima a zero, a partir de então a popularidade de FHC dispara e alcança Lula como demonstra a Figura 6.

Figura 6 - Evolução das intenções de voto em Lula e FHC e avaliação do Plano Real (em %)



Fonte: Datafolha. Organização: Mendes e Venturi (1994).<sup>19</sup>

Bresser-Pereira (2016) aponta uma fase final a qual ele considera como consolidação do real. Um período que vai desde o choque da substituição da moeda anterior, ou seja, 1 de julho de 1994, até o fim desse ano. Meses em que pequenas desvalorizações eram feitas diariamente em relação ao dólar. Um mecanismo comum de controle inflacionário, porém, de acordo com Bresser-Pereira (2016), foi utilizado em excesso também nos anos seguintes, causando aumento expressivo da dívida externa e diminuição na capacidade de investimentos, a inflação estava controlada, mas a economia se estagnou. De qualquer forma, o controle

<sup>18</sup> O URV era uma moeda escritural, só existia como referência de controle de preços, contratos e salários, seus reajustes diários eram baixos, foi uma etapa de transição até o estabelecimento do real mais à frente.

<sup>19</sup> MENDES, Antonio Manuel Teixeira; VENTURI, Gustavo. **Eleição presidencial**: o Plano Real na sucessão de Itamar Franco. Opinião Pública, Campinas, vol. II, nº 2, Dezembro, 1994, p. 59-72. Disponível em: <[https://www.cesop.unicamp.br/vw/1IE\\*HMDM\\_MDA\\_60e3c\\_/v2n2a01.pdf](https://www.cesop.unicamp.br/vw/1IE*HMDM_MDA_60e3c_/v2n2a01.pdf)> Acesso em 29, nov. 2020.

aparente da inflação em relação aos eventos dos anos anteriores impulsionou FHC, o qual manteve o controle do real até 1998.

Algumas das disposições neoliberais estavam associadas à correção da inflação monetária e eram necessárias em um primeiro momento para encerrar a inflação inercial, a exemplo do ajuste fiscal feito no início do Plano Real. Após a correção do problema, um equilíbrio seria o mais adequado na política econômica, até mesmo para manter a competitividade da própria economia brasileira em relação ao mercado externo, porém FHC se aprofunda na economia neoliberal, ampliando em consequência a política de privatizações com abertura maior ao capital externo, medidas favorecidas pela valorização do real em detrimento do dólar.

Desde seus primeiros dias, em janeiro de 1995, o governo submeteu-se aos princípios do Consenso de Washington então dominantes no mundo e usou a sobreapreciação cambial como âncora nominal contra a inflação. Para isso, elevou violentamente os juros. Dessa forma, enquanto a taxa de câmbio sobrevalorizada promovia o consumo de bens importados, desestimulava os investimentos privados e impedia a estabilização de suas contas externas, a taxa de juros elevada, além de atrair capitais e de somar-se à taxa de câmbio no desestímulo dos investimentos, perversamente impedia que o país alcançasse o equilíbrio fiscal, dado o peso dos juros na despesa do Estado (BRESSER-PEREIRA, 2016, p. 330).

O efeito da política econômica de FHC resulta em um avanço do processo de desindustrialização do Brasil, por um lado FHC tinha controlado a inflação e isso ainda lhe dava popularidade. A comparação de seu governo com a desastrosa gestão de Collor era uma vantagem, havia um temor que envolvia qualquer retrocesso na próxima corrida presidencial, assim, mantinha boas avaliações junto à população.

No entanto, algumas ações deviam ser tomadas para reverter o quadro de elevação da dívida pública para retomada dos investimentos. Assim FHC deveria reduzir as taxas de juros, para ampliar o crédito, e desvalorizar a moeda, isso para evitar o consumo de bens importados. Tais medidas poderiam se traduzir em impopularidade, o então presidente tinha o intuito de se candidatar novamente em 1998, possibilidade que só seria admissível se conseguisse mudar a legislação de modo a efetivar legalmente a reeleição. Para atingir seu objetivo, ele costurou uma ampla base no congresso que autorizou a emenda constitucional.

Em seu primeiro mandato, FHC conseguiu maioria no parlamento aliando-se a partidos de diferentes posições políticas: desde o então Partido da Frente Liberal (PFL), antigo PDS e ARENA, atualmente Democratas (DEM), de proeminente postura conservadora; o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), atual Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o qual apresentava diversificação em seu quadro político, tendo componentes



progressistas e conservadores em maior ou menor norteamo ao centro; e o Partido Popular Socialista (PPS), que se autodeclarava ideologicamente de centro-esquerda, originado do Partido Comunista Brasileiro (PCB), atual CIDADANIA, o qual tentava descolar a imagem do partido de uma esquerda mais radical (CARREIRÃO, 2000). A partir dessas alianças, FHC criou um governo de coalizão e forma uma maioria, esta base foi a responsável pela emenda constitucional que passa a permitir a reeleição em cargos executivos, um fato que vai beneficiar FHC em 1998.

Com o objetivo de ser reeleito, o presidente mantém artificialmente a inflação e as taxas de câmbio baixas até o final de 1998. O aumento sem precedentes da dívida pública é o resultado dessa política econômica, assim como a crise do balanço de pagamentos que vai ter o estopim no ano seguinte (CARREIRÃO, 2000; BRESSER-PEREIRA, 2016; GOMES, 2020).

Mesmo com os problemas citados, FHC se reelege em 1998 ainda no primeiro turno. O ainda dólar baixo mantinha uma capacidade de compra por meio das importações, fato que sustentava os preços acessíveis, como esclarece Vizentini (2005), principalmente para a classe média.

Os problemas econômicos viriam mais intensamente a partir de 1999, as medidas de FHC no Ministério da Fazenda não era sustentáveis a longo prazo, havia uma crise externa em andamento e ela foi retida artificialmente até a sua reeleição. A comparação de governabilidade do tucano, considerada bem sucedida frente aos antecessores, bem como o aparente controle da inflação são significativos para a tranquila vitória do então presidente, como se pode observar no Quadro 15, a seguir.

Quadro 15 - Resultado do Primeiro Turno das eleições presidenciais do Brasil em 1998

<b>Candidato</b>	<b>Partido</b>	<b>Votos</b>	<b>Proporção</b>
Fernando Henrique Cardoso	PSDB	35.936.540	53,06%
Luís Inácio Lula da Silva	PT	21.475.218	31,71%
Ciro Gomes	PPS	7.426.190	10,97%
Enéas Carneiro	PRONA	1.447.090	2,14%
Ivan Frota	PMN	251.337	0,37%
Alfredo Sirkis	PV	212.984	0,31%
José Maria de Almeida	PSTU	202.659	0,30%
João de Deus	PTdoB	198.916	0,29%
José Maria Eymael	PSDC	171.831	0,25%
Thereza Ruiz	PTN	166.138	0,25%
Sérgio Bueno	PSC	124.659	0,18%
Vasco Neto	PSN	109.003	0,16%
Total válidos		67.722.565	100%

Fonte: TSE. Organizado pelo autor.

As eleições de 1998 trazem Lula e Brizola juntos na mesma chapa de disputa como candidatos, respectivamente, a presidente e vice. Eles conseguem maior percentual de votos em relação a 1994, além da possível soma da preferência do eleitor de ambos, houve a probabilidade de terem absorvido parte dos votos progressistas descontentes com FHC.

Ciro Gomes, à frente do PPS, coloca-se como alternativa à centro-esquerda com um discurso crítico ao governo FHC, do qual fizera parte no primeiro ano do cargo. Afastou-se por discordar das práticas neoliberais estabelecidas a partir de então (GOMES, 2020). Ele termina a corrida eleitoral em terceiro lugar.

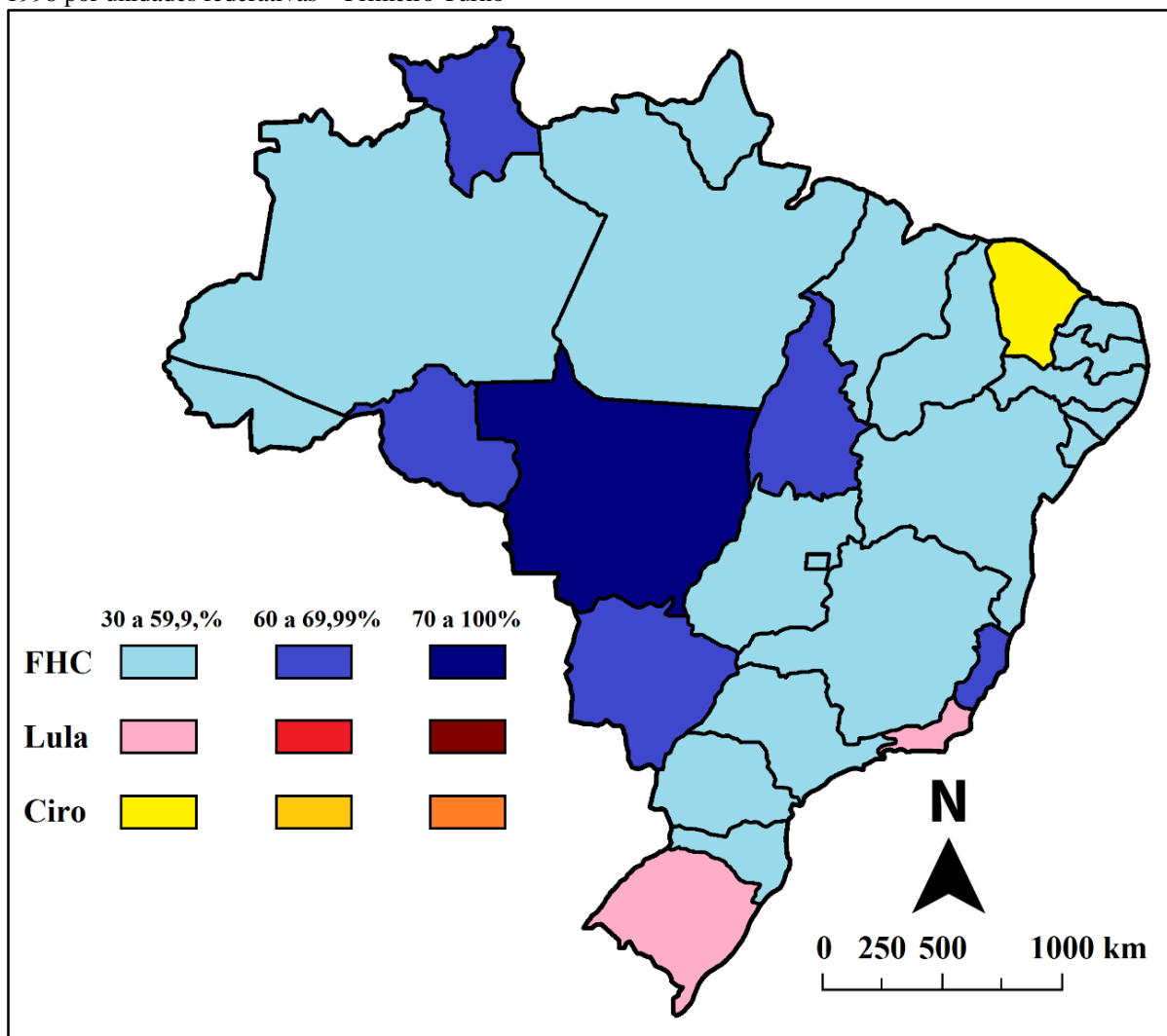
Enéas Carneiro, ainda no PRONA, reduz expressivamente sua quantidade de votos em relação a 1994, transmitindo, possivelmente, alguns de seus eleitores para FHC. Este não estava mais tão associado como antes àquele passado de esquerda e a dita social-democracia não se concretizou além da nomenclatura do partido (GOMES, 2020).

FHC manteve uma proporção de votos semelhante ao pleito anterior, é possível que tenha perdido alguns votos do centro-esquerda, os quais se direcionaram a Lula e a Ciro Gomes. Entretanto absorveu parcela dos votantes conservadores que tinham se distribuído a outros candidato quatro anos antes (CARREIRÃO, 2000).

Os demais candidatos, representantes de pressupostos ideológicos diversos, chegam a representar pouco mais de 3% dos votos válidos, acomodando pequena relevância no resultado ao final. Enfatiza-se que, como os votos de visão progressista foram divididos entre Ciro Gomes

e Lula (CARREIRÃO, 2000), três estados deram a maioria a um dos dois, conforme pode-se observar a partir da Figura 7.

Figura 7 - Mapa com o resultado proporcional dos principais candidatos das eleições presidenciais do Brasil de 1998 por unidades federativas – Primeiro Turno



Fonte: TSE. Base cartográfica: IBGE. Organização: autor.

A Figura 4 demonstra que FHC mantém sua hegemonia frente ao eleitorado da maioria das unidades federativas do Brasil. Lula mantém superioridade no Rio Grande do Sul e recupera o Rio de Janeiro, releva-se que ter Brizola como vice em sua chapa é de grande importância para a recuperação do candidato nesses estados, ambos espaços são nichos políticos do pedetista. Ciro Gomes, por sua vez, apresenta-se como uma figura progressista e arrasta para si os votos do Ceará, estado no qual construiu sua carreira política, tendo sido anteriormente deputado estadual, prefeito de Fortaleza e governador.

A soma dos dois primeiros colocados nas eleições no âmbito de cada estado faz uma variação aproximada de 60% a 90% dos votos válidos. Isso indica que o terceiro, Ciro Gomes,

absorve uma quantidade expressiva de votos que foram tanto de FHC quanto de Lula quatro anos antes, conforme expõe o Quadro 16.

Quadro 16 - Resultado do Primeiro Turno das eleições presidenciais do Brasil em 1998 quanto aos dois primeiros colocados em cada unidade federativa

Segundo Turno Estado	Luís I. Lula da Silva		FHC		Total Válidos
	Votos	Proporção	Votos	Proporção	
Acre	59.690	30,91%	90.363	46,80%	193.081
Alagoas	161.584	22,42%	394.873	54,79%	720.653
Amapá	62.394	38,68%	68.277	42,32%	161.318
Amazonas	211.507	25,58%	452.076	54,68%	826.810
Bahia	1.372.790	35,34%	1.977.643	50,92%	3.884.008
Ceará	872.290	32,84%	804.969	30,31%	2.656.103
Distrito Federal	287.579	29,73%	391.201	40,45%	967.142
Espírito Santo	263.636	20,96%	814.535	64,75%	1.258.011
Goiás	371.175	29,50%	1.247.510	48,82%	1.891.401
Maranhão	444.912	29,39%	736.042	48,63%	1.513.709
Mato Grosso	149.462	16,46%	663.773	73,10%	908.053
Mato Grosso do Sul	210.120	24,73%	520.471	61,26%	849.670
Minas Gerais	2.129.100	28,06%	4.225.240	55,68%	7.588.797
Pará	530.722	29,54%	1.020.868	56,81%	1.796.838
Paraíba	402.293	33,65%	541.067	45,26%	1.195.480
Paraná	1.168.853	27,78%	2.492.531	59,25%	4.206.908
Pernambuco	890.971	31,14%	1.637.394	57,22%	2.861.352
Piauí	270.465	26,95%	482.649	48,09%	1.003.634
Rio de Janeiro	2.851.274	42,32%	2.848.277	42,28%	6.737.388
Rio Grande do Norte	267.883	25,84%	525.842	50,72%	1.036.781
Rio Grande do Sul	2.460.551	49,05%	2.036.805	40,60%	5.016.906
Rondônia	103.927	21,32%	323.743	66,40%	487.529
Roraima	20.601	17,78%	71.768	61,92%	115.896
Santa Catarina	929.698	36,61%	1.255.253	49,43%	2.539.592
São Paulo	4.688.677	28,84%	9.736.728	59,89%	16.258.818
Sergipe	221.565	35,31%	297.243	47,37%	627.489
Tocantins	66.607	16,73%	265.393	66,68%	398.020

Fonte: TSE. Organizado pelo autor.

O Quadro 16 apresenta os números de FHC e de Lula nas eleições de 1998 por unidade federativa. Porém, diferente do pleito anterior, conforme se compara no Quadro 14, a soma de ambos se afasta da totalidade em alguns estados, fato que não ocorreu da mesma forma em 1994, com maior polaridade entre os dois primeiros colocados e demais votos espalhados em

baixa proporção por vários outros candidatos. O caso mais evidente é do Ceará, onde Ciro venceu, conseguindo 34,24% dos votos válidos.

No plano econômico de seu primeiro mandato, FHC manteve a paridade entre real e dólar criando um ambiente de apreciação da moeda nacional. Em outras palavras, causou uma sobrevalorização da moeda, o dólar relativamente enfraquecido junto à política de entrada de produtos e capitais externos foi desastroso para o Brasil. A falta de competitividade das mercadorias nacionais ampliou no país o processo de desindustrialização, a economia nacional ainda tinha que lidar com as altas taxas de juros como medida para estabilizar a inflação. Essas medidas econômicas levam a um colapso em janeiro de 1999, permitido pelas flutuações causadas por meio dos efeitos da crise asiática em 1997 e da Rússia em 1998.

[...] a crise asiática de 1997 e a russa de 1998 criaram uma nova realidade nas finanças mundiais que teve como consequência para o país uma enorme fuga de capitais, que foi de 50% durante a campanha e, se tivesse ocorrido segundo turno, a reeleição poderia ter sido ameaçada. A crise financeira e a cambial de Janeiro de 1999 e a possibilidade de retrocesso de alguns objetivos alcançados pelo governo na estabilização monetária, levaram o governo a desvalorizar o Real como forma de equilibrar as contas (VIZENTINI, 2005, p. 384).

Em janeiro de 1999, FHC desvaloriza o real utilizando-se do câmbio flutuante. O dólar chega a quase dobrar de valor em relação ao real no primeiro mês de seu segundo mandato, antes disso a moeda estadunidense era cotada em câmbio fixo, ou seja, o governo definia seu valor. Flutuar os valores era uma decisão pertinente para evitar o que ocorrera no final do ano anterior, isto é, a crise da balança de pagamentos, já que o déficit fora provocado justamente pela depreciação do dólar em relação ao real, o valor baixo permitia elevadas importações sem contrapartida para entrada, as exportações brasileiras não acompanhavam o processo.

Entretanto, manteve-se as taxas de juros altas, no intuito de controlar a inflação que, naquele momento, não era mais um problema no país como em anos anteriores. O combate à inflação, ou receio de uma superinflação, era, e é até hoje, uma política prioritária na macroeconomia do Estado brasileiro. Esse cenário influenciou nos pressupostos políticos que envolveram a década de 1990 definindo os destinos eleitorais, a população se preocupa com a inflação, mesmo não tendo ideia concreta, em sua maioria, do que o fenômeno engendra de fato no seu cotidiano. O excesso de cuidados com a questão, faz com que as deliberações econômicas sejam equivocadas, como, por exemplo, entender como positiva a lógica de que o real em paridade com o dólar seja sempre algo benéfico para o país.

Segundo Bresser-Pereira (2016), essa situação faz com que o governo volte a praticar as políticas que resultaram na crise da balança de pagamentos do primeiro mandato. Desta

forma regressa a apreciação artificial do câmbio e as taxas de juros são mantidas altas. Tais medidas trazem novamente problemas já apresentados antes, ou seja, baixa capacidade de competição da produção nacional resultando em baixo investimento do setor privado, aumento do déficit público com alta dos juros da dívida e uma nova crise da balança de pagamentos em 2002. Esta última fez com que o governo desvalorizasse a moeda novamente, justamente no ano da eleição presidencial.

Tais fatos em conjunto ao aumento significativo do desemprego resultam em impopularidade para FHC, ele não tinha capital político suficiente para auxiliar um sucessor para seu partido no próximo pleito. Esse é o início do enfraquecimento do Pacto Liberal-Dependente e início de uma tentativa de outro Pacto Nacional-Popular. A próxima subseção discorre quanto à primeira vitória de Lula e as suas primeiras medidas enquanto presidente da República.

### **3.1.3 As eleições de 2002 e 2006: o governo Lula**

Do ponto de vista econômico, ao se comparar os oito anos de governo de FHC com o breve período Collor, a estabilidade por meio do controle da inflação pode ser considerada positiva ainda que problemática como no caso do prejuízo da balança de pagamentos. Sob o ponto de vista social, a desigualdade, ainda que reduzida, não se configurou como uma prioridade de governo, o qual se aliou ao Consenso de Washington deliberando em excesso as disposições neoliberais, as quais ficaram em primeiro plano.

O resultado das políticas econômicas procedeu-se em duas crises, resultando em desemprego e leve aumento da inflação, esse era o histórico a ser considerado pelo eleitor no último ano do mandato de FHC. Os quatro anos do segundo mandato do tucano desvalorizaram a imagem do PSBD, além da crítica que envolvia os problemas citados, o partido não apresentava nenhum nome que estivesse à altura de fazer frente a Lula. Este, por sua vez, àquela altura já era bem conhecido nacionalmente e emanava um discurso mais moderado, como indica a primeira carta ao povo brasileiro, direcionada principalmente aos dirigentes da elite econômica do país. Isso é notório conforme o trecho retirado dela, disposto a seguir.

O novo modelo não poderá ser produto de decisões unilaterais do governo, tal como ocorre hoje, nem será implementado por decreto, de modo voluntarista. Será fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade. Premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do

país. As recentes turbulências do mercado financeiro devem ser compreendidas nesse contexto de fragilidade do atual modelo e de clamor popular pela sua superação. À parte manobras puramente especulativas, que sem dúvida existem, o que há é uma forte preocupação do mercado financeiro com o mau desempenho da economia e com sua fragilidade atual, gerando temores relativos à capacidade de o país administrar sua dívida interna e externa. É o enorme endividamento público acumulado no governo Fernando Henrique Cardoso que preocupa os investidores (Silva, 2002, *apud* GALINARI, PEREIRA, 2019, p. 398).

Apesar de Lula direcionar a necessidade de preocupação com os problemas sociais, ressalta, no recorte colocado, a disposição de um então futuro governo Lula em manter a autonomia do mercado. Isso fica claro quando o petista refuta qualquer possibilidade de maior interferência governamental por meio de decretos, bem como a indicação em respeito aos contratos e obrigações de natureza econômica. Ele faz ainda uma crítica ao governo FHC, o qual em seu ponto de vista não teria conseguido administrar o país da forma devida, deixando explícito que o faria diferente, no sentido de buscar crescimento econômico.

Assim, Lula pretendia evitar o receio da elite do dinheiro e da classe média quanto à ideia de um governo socialista ou comunista voltado à expropriação dos bens dos mais abastados do país. Ainda que essa possibilidade fosse irreal no cenário do início do século XX, fora um discurso amplamente utilizado por adversários em pleitos anteriores, comprometendo a reta de chegada do PT desde 1989.

Na outra extremidade da eleição, coube a José Serra ser o postulante à presidência em 2002 pelo PSDB. Diferentemente de FHC em 1994, o então candidato não apresentava nenhum fator de popularidade que o relevasse em escala nacional, era conhecido no estado de São Paulo, onde construiu sua carreira política. Nesse sentido, foi deputado federal por dois mandatos, eleito senador em 1995 e exerceu no governo de FHC os cargos do então Ministério do Planejamento e Orçamento e depois da Saúde, tendo tido projetos de proeminência nesta última área, como a criação dos medicamentos genéricos. Ainda que tenha um histórico político acentuado em escala estadual, a impopularidade adquirida pelo partido ao fim do segundo mandato de FHC prejudicou qualquer alternativa de ascender como possibilidade em âmbito nacional e competir em paridade com Lula.

De acordo com Carreirão (2000) o PT avançava nas pesquisas, principalmente com a moderação do discurso e a promessa de manter o sistema econômico. Além disso mantinha os de eleitores progressistas atraídos pelo histórico e por propaganda de avanço em projetos sociais. Portanto, o que aconteceu foi um movimento distinto do que houve em pleitos anteriores, pois a associação ao extremismo socialista, realizada pelos adversários, não resultou em uma intimidação na aproximação do eleitorado mais norteado ao centro político. Antes estes

se afastavam mais por desconhecimento ideológico do que pela possibilidade de um socialismo de fato.

Para reforçar esse comprometimento, o PT que escolheu um empresário como vice-presidente em sua chapa, José Alencar, filiado ao então PL, fato que ampliou a adesão de votos do centro. Dessa forma, o Quadro 17 demonstra o resultado do primeiro turno daquelas eleições, indicando uma guinada de votos já significativa em torno de Lula.

Quadro 17 - Resultado do Primeiro Turno das eleições presidenciais do Brasil em 2002

<b>Candidato</b>	<b>Partido</b>	<b>Votos</b>	<b>Proporção</b>
Luís I. Lula da Silva	PT	39.455.233	46,44%
José Serra	PSDB	19.705.445	23,20%
Anthony Garotinho	PSB	15.180.097	17,87%
Ciro Gomes	PPS	10.170.882	11,97%
José Maria de Almeida	PSTU	402.236	0,47%
Rui Costa Pimenta	PCO	38.619	0,05%
<b>Total válidos</b>		84.952.512	

Fonte: TSE. Organizado pelo autor.

Lula chega à frente no primeiro turno, contudo sua vantagem não se deu de forma suficiente para resolver o pleito na etapa, diferente de FHC que o fizera assim nas duas disputas anteriores. De qualquer modo, a corrida eleitoral de 2002 apresenta uma mudança importante do comportamento do eleitorado. Lula, ainda que se comprometendo com o mercado financeiro, elege-se com a promessa de ampliar os programas sociais, assentando-se prioritariamente em um projeto de combate à fome que foi amplamente divulgado em sua campanha, o Fome Zero como pontua Yasbek (2004).

A soma aproximada do eleitorado mais à esquerda com o de centro faz com que Lula tenha mais que o dobro de votos de Serra. Sobre isso Jacob *et al.* (2010) acrescenta que o petista consegue absorver votos de locais nos quais não tinha muita margem anteriormente, como nos estados de Minas Gerais, Tocantins, Espírito Santo, Roraima, Bahia, Goiás e Piauí.

Em contrapartida, observa-se nessa ocasião avanço tímido no Rio de Janeiro, Ceará, e Rio Grande do Sul. Tais estados distribuíram votos proporcionais em quantidade relevante para Anthony Garotinho que concorreu pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), no primeiro estado, e Ciro Gomes, ainda no PPS, nos dois outros, sendo no caso do último expressivo o apoio de Brizola para sua candidatura. Os demais candidatos juntos chegam pouco a mais de 0,5% dos votos válidos e são pouco expressivos para o resultado do pleito.



Lula ficou muito próximo dos 50% dos votos válidos, caso os derrotados mais proeminentes do primeiro turno, Garotinho e Ciro Gomes, terceiro e quarto colocados respectivamente, apoiassem-no oficialmente e com a manutenção aproximada dos eleitores que já obtivera, dificilmente não seria eleito no segundo turno. Foi exatamente o que ocorreu, Ciro e Garotinho sobem no palanque ao lado de Lula, deixando Serra isolado no final da corrida. O PT, dessa forma, vence o segundo turno com uma diferença expressiva de votos, como expõe o Quadro 18.

Quadro 18 – Resultado do Segundo Turno das eleições presidenciais do Brasil em 2002

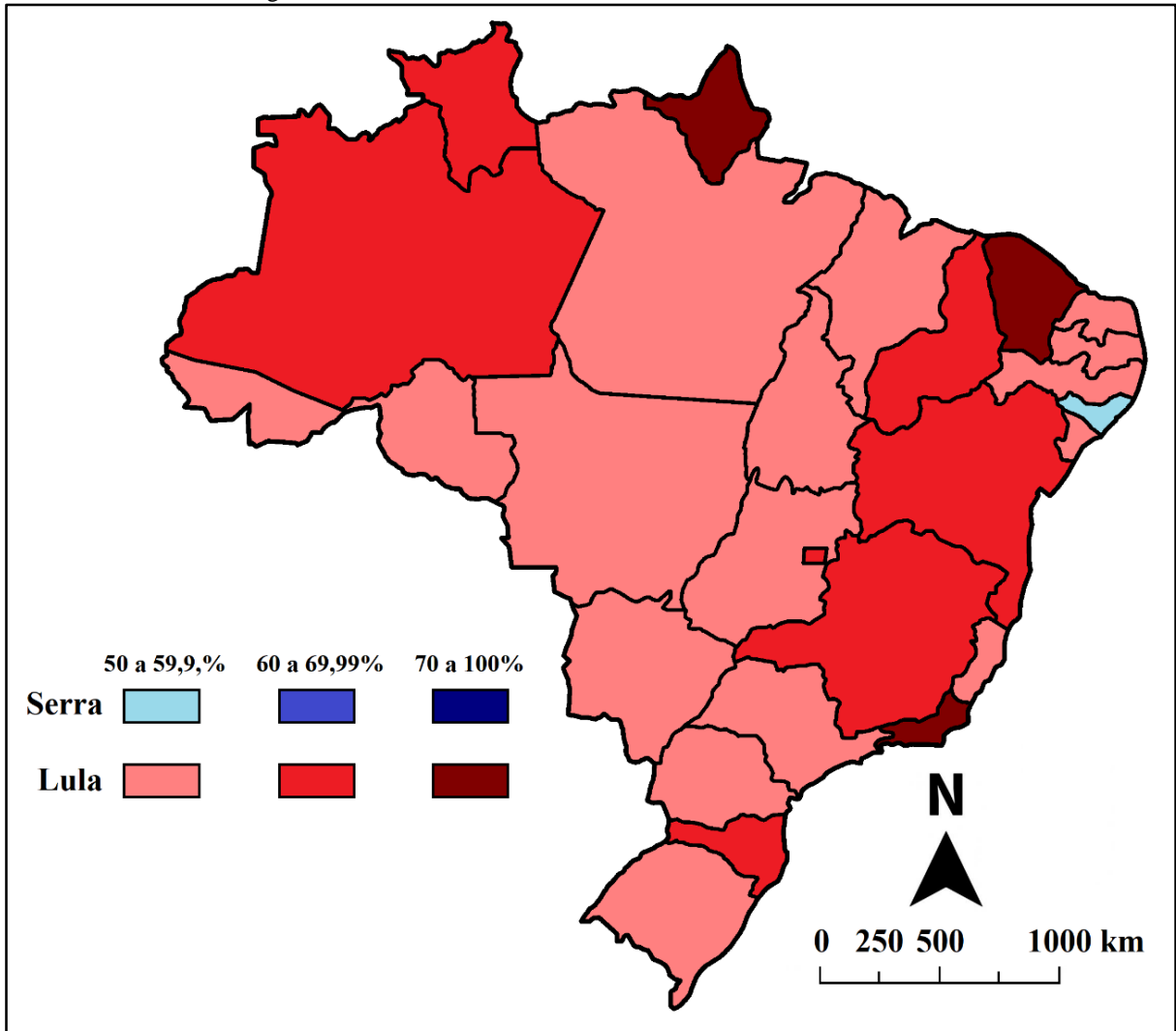
<b>Candidato</b>	<b>Partido</b>	<b>Votos</b>	<b>Proporção</b>
Luís Inácio Lula da Silva	PT	52.793.364	61,27%
José Serra	PSDB	33.370.739	38,73%
Total válidos		86.164.103	100%

Fonte: TSE. Organizado pelo autor.

Ainda que Serra aparentemente tenha conseguido absorver boa parte dos votos de centro, o que é factual a partir da quantidade de votos que alcançou após o primeiro turno, saiu derrotado daquele pleito. Os seu eleitores adicionados no segundo turno foram distribuídos de forma semelhante quando comparado ao desempenho de Lula, ou seja, ambos conseguem aproximadamente 13 milhões votos a mais, dividindo, portanto, os eleitores que tiveram outras escolhas anteriormente. Isso demonstra a importância do apoio de Garotinho e Ciro para o êxito do petista.

Ainda assim, é pertinente ressaltar que a associação de Serra com o desgaste dos oito anos de governo FHC resultam na vitória considerável de Lula, este venceu em 26 das 27 unidades federativas, recuperando espaços perdidos no primeiro turno, a exemplo de Rio de Janeiro e de Ceará. Não houve obstáculos que dividissem os votos mais progressistas naquele momento, desse modo, só não conseguiu sair vitorioso em Alagoas, como se observa no mapa da Figura 8.

Figura 8 - Mapa com o resultado proporcional dos candidatos das eleições presidenciais do Brasil de 2002 por unidades federativas – Segundo Turno



Fonte: TSE. Base cartográfica: IBGE. Elaboração: autor.

A comparação do mapa da Figura 8, do segundo turno de 2002, com o da Figura 7, o qual ilustra o mapa de 1998, reflete a primeira mobilidade ideológica após a retomada da democracia em 1985. Os aspectos que envolvem a questão de forma mais enraizada serão pontuados em uma seção mais adiante. Entretanto, a análise de ambos os mapas eleitorais são preponderantes para o levantamento da hipótese, dada a grande mudança na preferência do eleitorado concretizada no avanço territorial observável. Lula conquistou estados da região Nordeste que, historicamente, estavam muito alinhados com os partidos remanescentes da ditadura Civil-Militar, manteve aqueles nos quais costumava se sair vencedor e logrou os demais, com norteamentos ideológicos diversos.

Os estados que proporcionaram maior diferença de votos são Rio de Janeiro, Ceará e Amapá. Os dois primeiros muito em razão do apoio de Garotinho e Ciro Gomes. Já o universo de eleitores do Amapá é pequeno, apesar de uma diferença de mais de 50% dos votos válidos,

não contribuiu em grande quantidade de eleitores no geral, diferente do estado fluminense que faz uma vantagem absoluta de quase cinco milhões de votos.

Os demais estados demonstram maior equilíbrio, contudo, em vista da comparação do acúmulo de votos recebidos em 1998, Lula dobrou seus números em todas as unidades federativas com exceção do Rio Grande do Sul. Tal facticidade pode ser observada no Quadro 19 em comparação com o Quadro 16, este referente aos mesmas unidades federativas em 1998.

Quadro 19 - Resultado do Segundo Turno das eleições presidenciais do Brasil em 2002 por unidade federativa

<b>Segundo Turno</b>	<b>Luís I. Lula da Silva</b>		<b>José Serra</b>		<b>Total Válidos</b>
	<b>Votos</b>	<b>Proporção</b>	<b>Votos</b>	<b>Proporção</b>	
Acre	140.363	59,94%	93.803	40,06%	234.166
Alagoas	477.009	43,61%	616.902	56,39%	1.093.911
Amapá	171.850	75,51%	55.723	24,49%	227.573
Amazonas	722.034	69,88%	311.175	30,12%	1.033.209
Bahia	3.710.900	65,69%	1.937.780	34,31%	5.648.680
Ceará	2.497.143	71,78%	981.609	28,22%	3.478.752
Distrito Federal	777.708	62,26%	471.485	37,74%	1.249.193
Espírito Santo	944.172	59,36%	646.494	40,64%	1.590.666
Goiás	1.424.236	57,08%	1.071.070	42,92%	2.495.306
Maranhão	1.229.559	58,48%	872.880	41,52%	2.102.439
Mato Grosso	647.234	54,46%	541.277	45,54%	1.188.511
Mato Grosso do Sul	593.939	55,14%	483.196	44,86%	1.077.135
Minas Gerais	6.384.690	66,45%	3.223.960	33,55%	9.608.650
Pará	1.317.472	52,65%	1.184.624	47,35%	2.502.096
Paraíba	984.944	57,02%	742.486	42,98%	1.727.430
Paraná	2.929.427	59,22%	2.017.198	40,78%	4.946.625
Pernambuco	2.198.673	57,07%	1.654.132	42,93%	3.852.805
Piauí	824.412	60,75%	532.715	39,25%	1.357.127
Rio de Janeiro	6.318.104	78,97%	1.682.472	21,03%	8.000.576
Rio Grande do Norte	779.575	58,67%	549.122	41,33%	1.328.697
Rio Grande do Sul	3.296.501	55,84%	2.607.320	44,16%	5.903.821
Rondônia	334.264	55,56%	267.320	44,44%	601.584
Roraima	104.087	65,55%	54.692	34,45%	158.779
Santa Catarina	1.914.684	64,14%	1.070.502	35,86%	2.985.186
São Paulo	11.264.282	55,39%	9.073.187	44,61%	20.337.469
Sergipe	490.989	57,50%	362.923	42,50%	853.912
Tocantins	288.405	54,03%	245.349	45,97%	533.754

Fonte: TSE. Organização: autor.

Ainda assim, destaca-se que alguns territórios não seguiram por completo as orientações dos candidatos perdedores, esperava-se pelas projeções que Lula tivesse uma vitória ainda maior em relação a Serra. Mesmo que tenha chegado à frente deste último em quase todas as federações, Lula provavelmente perdeu terreno entre os eleitores de centro mais à direita que teriam acompanhado Ciro e Garotinho na primeira etapa (JACOB, *et al.*, 2010), o que corrobora o aspecto pendular das camadas de ideologia mais centralizada.

De qualquer forma, uma ampla maioria coloca o agora presidente Lula no Planalto, o desafio dele seria fortalecer o que havia disposto na carta ao povo brasileiro, o que configuraria em uma espécie de conciliação de classes. Esta perspectiva de fato teve êxito, mas só enquanto a economia manteve números favoráveis às elites e à classe média, como será discorrido adiante.

Inicia-se em 2003, portanto, o primeiro governo o Lula, o qual é marcado por significativas melhorias em programas sociais, avanços em índices socioeconômicos e aumento no padrão e estratificação de renda e consumo. Apesar de todos esses aspectos, ainda assim, Lula mantém a mesma lógica econômica estabelecida por FHC nos anos anteriores, o neoliberalismo. Bresser-Pereira (2016) ressalta que tal política de conciliação gera descontentamentos nos âmbitos da esquerda mais radical, inclusive dentro do próprio PT, o mesmo ocorre com algumas elites mais conservadoras, ainda intimidadas pelo histórico sindicalista do novo presidente.

Entre os membros de sua equipe econômica estava Henrique Meirelles, um economista ortodoxo, ex-presidente internacional do BankBoston e filiado ao PSDB até 2002, quando fora eleito o deputado federal mais votado de Goiás. Foi escolhido para exercer o cargo de presidente do Banco Central, uma opção pertinente para acalmar qualquer possibilidade de choque com o mercado financeiro por um lado, no entanto, por outro indicava de fato a continuidade do neoliberalismo praticado até então.

Ainda que se mantivesse tal direcionamento como norteamento, Lula logrou êxito com o auxílio da estabilidade econômica internacional, em um período de prosperidade cíclico conforme detalhado na primeira parte desta tese. A elevação do preço das *commodities* favoreceu também significativamente o Brasil que teve possibilidade de reverter os problemas da crise do balanço de pagamentos e guardar reservas em moeda estrangeira, dissolvendo os problemas que FHC não conseguiu manobrar em 1999 e 2002 (BRESSER-PEREIRA, 2016).

Esse período que ocorreu dentro da década de 2000 é chamado de “milagrinho brasileiro” por Carvalho (2018). O crescimento médio do decênio foi de 3,7%, um salto comparado à média de 2,1% das décadas de 1980 e 1990. A receita para esse sucesso se deu a

partir de três pilares: maior distribuição de renda para as famílias da base da pirâmide social com a criação do Programa Bolsa Família; a inclusão financeira de considerável parte da população por meio de maior acesso a crédito; e o avanço dos investimentos públicos.

A alta do preço das commodities e os três pilares de crescimento descritos acima – distribuição de renda, expansão do crédito e investimentos públicos – explicam a melhora no desempenho da economia brasileira em relação às duas décadas anteriores. O crescimento maior do PIB e de vários de seus componentes é acompanhado de inflação menor, dívida pública em queda, dívida externa também em queda e acúmulo expressivo de reservas internacionais (CARVALHO, 2018, p. 32).

A estabilidade econômica permitiu ao governo Lula equilibrar as ações econômicas e ter ao mesmo tempo uma perspectiva de melhorias em sentido ao avanço de programas sociais. Aumentou-se o acesso ao crédito, graças aos recursos provindos das *commodities* que estavam em alta no mercado internacional, situação que possibilitou um excedente, destinado em parte às camadas populares da população.

Carvalho (2018) relata o efeito em cadeia gerado pelo processo, as classes da “ralé” e a trabalhadora passaram a investir não mais somente em itens de subsistência, mas também em serviços urbanos aos quais antes tinham menos acesso, assim como em bens de consumo que em outrora não eram tão acessíveis. Esse novo padrão de consumo incentivou maior demanda ampliando, em consequência, a dinâmica do setor terciário brasileiro, estabelecendo um momento com maior geração de empregos e capacidade de barganha ao trabalhador, o que resulta na valorização de seus salários.

Bresser-Pereira (2016) acrescenta que em meados de 2005 a popularidade de Lula era estável, ainda que as medidas descritas fossem ser mais reforçadas em seu segundo mandato, principalmente com as possibilidades trazidas pelo recurso das reservas de petróleo do Pré-Sal. Antes de ampliar ainda mais os programas sociais, a alta popularidade teve de se resolver com um amplo escândalo de corrupção, este ficou conhecido como “Mensalão”.

O esquema foi denunciado em junho de 2005 e, noticiado amplamente pela imprensa, continuou refletindo na imagem de Lula durante a campanha eleitoral de 2006. O arranjo corruptivo se deu por meio da compra de votos do PT para manutenção de apoio por parte deputados de outras bancadas, supostamente aliadas ao governo. A denúncia foi feita pelo então deputado federal Roberto Jefferson, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Nunomura (2012) expõe a acusação de Jefferson: o governo supostamente pagava um valor para conseguir apoio nas votações pertinentes à situação no congresso. O dinheiro era compensado a partir das movimentações das empresas de Marcos Valério, publicitário que tinha

contratos de empréstimos realizados junto a instituições financeiras diversas, tanto públicas quanto privadas. Esses créditos eram cobertos por contratos publicitários com o governo, Valério repassava os valores a Delúbio Soares, tesoureiro do PT, o qual enviava o dinheiro em espécie para os deputados comprados, que seguiam as deliberações do governo.

O chefe do esquema seria José Dirceu, deputado federal pelo PT por mais de uma legislatura e ministro da Casa Civil naquele momento. A denúncia envolvia ainda financiamento de campanhas eleitorais e pagamento de dívidas do partido, ainda de acordo com as denúncias de Jefferson. (NUNOMURA, 2012).

[...] segundo denúncia apresentada em 2006 pela Procuradoria-Geral da República (PGR), o mensalão foi um esquema clandestino de financiamento político organizado pelo PT para garantir apoio a Lula no Congresso em 2003 e 2004. Foram denunciadas 38 pessoas. [...] Na época da crise do mensalão, 3 CPIs instaladas (Bingos, Mensalão e Correios) investigaram o escândalo, 3 deputados foram cassados (Dirceu, Roberto Jefferson, presidente do PTB, e Pedro Corrêa, presidente do PP), 4 renunciaram e outros 12 foram absolvidos. A popularidade de Lula foi duramente golpeada. Quando pela primeira vez o instituto de pesquisas Datafolha revelou que o petista perderia uma disputa eleitoral contra o tucano José Serra, na época possível candidato da oposição [...] (NUNOMURA, 2012, p. 15).

No primeiro semestre de 2006, era plausível a possibilidade de Lula não se reeleger. A mídia empreendeu grande parte da divulgação jornalística ao “Mensalão”, amplamente associado ao partido do então presidente. Contudo, o que se deu no andamento da campanha foi uma série de eventos que favoreceram candidato do PT. Conforme defende Carreirão (2007), Serra seria a melhor opção do PSBD para enfrentar Lula naquelas eleições, todavia o escolhido foi Geraldo Alckmin. Este ainda não era conhecido nacionalmente, fator que assumiu demasiado tempo de campanha em sentido a uma apresentação adequada para outras regiões que não a Sudeste.

Além disso Alckmin teve sua imagem amplamente associada ao conservadorismo da direita e ao privatismo de seu partido pela equipe de Lula nos horários de propaganda eleitoral. A comparação do então governo com o de FHC também favorecia a chapa do PT, já que a economia não tinha maiores problemas na época e as denúncias de corrupção não pareciam afetar o julgamento das classes mais populares, principalmente nas regiões Norte e Nordeste.

Portanto, o principal adversário de Lula seria Alckmin, este, até a disputa do pleito de 2006, era o Governador de São Paulo. Antes havia sido vice-governador de Mário Covas, deputado federal e estadual pelo mesmo estado e prefeito e vereador do município de Pindamonhangaba-SP. A carreira política de Alckmin se iniciou no interior, a sua escolha para compor a chapa de Covas como vice faz sentido no intuito de se buscar maior apoio fora da

capital do estado onde o último já era bem conhecido. Alckmin ascende como um político proeminente com o falecimento do governador titular em 2001, de forma que termina aquele mandato e se reelege posteriormente para o mesmo cargo. Seu crescimento cria uma disputa interna com Serra pelo protagonismo no PSDB paulista, de modo que este último sai perdedor da convenção do partido para a disputa presidencial daquele ano.

Dois outros candidatos apareceriam com mais de 1% dos votos na corrida de 2006. Heloísa Helena, que fora vice-prefeita de Maceió-AL, deputada estadual e senadora de Alagoas pelo PT, em 2003 foi expulsa do partido por divergências na política econômica e social do governo. Ela, junto a outros dissidentes, cria uma nova agremiação política, o PSOL, colocou-se na disputa como uma opção de esquerda a Lula o qual teria, segundo a candidata, desvirtuado-se dos ideários socialistas (JACOB, *et al.*, 2010). Cristovam Buarque, por seu turno, candidatou-se pelo PDT, era também um dissidente do PT, tendo sido antes governador e senador pelo Distrito Federal, fora também, por pouco mais de um ano, ministro da Educação de Lula. Ele deixou o cargo e o partido alegando incômodo com o baixo investimento realizado pelo governo na educação, usou esta área como carro chefe de sua campanha (JACOB, *et al.*, 2010). Os demais candidatos não chegaram a pontuar mais do que 0,3% dos votos válidos, conforme se pode visualizar no Quadro 20.

Quadro 20 - Resultado do Primeiro Turno das eleições presidenciais do Brasil em 2006

<b>Candidato</b>	<b>Partido</b>	<b>Votos</b>	<b>Proporção</b>
Luís I. Lula da Silva	PT	46.662.365	48,61%
Geraldo Alckmin	PSDB	39.968.369	41,64%
Heloísa Helena	PSOL	6.575.393	6,85%
Cristóvam Buarque	PDT	2.538.844	2,64%
Ana Maria Rangel	PRP	126.404	0,13%
José Maria Eymael	PSDC	63.294	0,07%
Luciano Bivar	PSL	62.064	0,06%
<b>Total válidos</b>		<b>95.996.733</b>	

Fonte: TSE. Organizado pelo autor.

O resultado do primeiro turno demonstra que o PSDB se mantinha de fato como o partido antagonista ao PT de Lula, o discurso do partido se desloca ainda mais ao conservadorismo do que em eleições anteriores. Isso é resultado de terem, a partir de 2003, tornado-se o principal partido de oposição, alicerçando seus laços com os atores da direita brasileira em um papel de contraposição às ações dos programas sociais. A situação vai se

aprofundar ainda mais com o passar dos anos, conforme será observado nos próximos pleitos com Serra novamente e Aécio Neves.

Lula alcança 48,61% dos votos válidos ficando mais uma vez muito próximo de garantir a vitória no primeiro turno. No entanto, os escândalos envolvendo o partido e a consequente migração de alguns votos nas regiões Sul e Centro-Oeste, bem como no estado de São Paulo, que seguiram votação em sentido a Alckmin, foram expressivos para que ocorresse uma segunda etapa no pleito. Por outro lado, Jacob *et al.* (2010) comenta o avanço de Lula no Norte e Nordeste, fato alicerçado pelo sucesso das políticas sociais direcionadas principalmente para essas duas regiões. O então presidente manteve estabilidade em outros estados do Sudeste que conservaram a sua proporção de votos elevada.

Alckmin alcança 41,64% dos votos válidos, demonstrando que conseguiu ser reconhecido como o candidato do PSDB e o natural antagonista de Lula. Ainda assim, Jacob *et al.* (2010) esclarece que ele conseguiu destaque somente em algumas áreas mais localizadas, ou seja, onde o partido já tinha o governo do Estado, em territórios de atuação do agronegócio e partes dos estados da região Sul. Os autores expõem ainda que o câmbio baixo prejudicou as exportações do ramo agropecuário, levando à migração de votos de muitos agricultores insatisfeitos.

Heloísa Helena e Cristovam Buarque não conseguiram se opor como alternativa no campo da esquerda progressista, ela agregou votos em seu estado e em algumas áreas metropolitanas a partir da classe média crítica. Assim fez também o ex-ministro tendo ele maior força no Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, votação consolidada pelo reflexo da influência de Brizola nesses estados (JACOB, *et al.*, 2010). Ambas candidaturas somadas não atingiram sequer 10% dos votos válidos, corroborando com a contraposição PT e PSDB que chegava à sua quarta eleição presidencial naquela data. Ainda assim, conseguiram respectivamente 6,85% e 2,64% dos votos válidos, que tiveram significância por retirar maior quantidade de eleitores de Lula do que de Alckmin, o que factualmente permitiu o segundo turno.

A segunda etapa do pleito ocorreu a partir da intensificação da polarização entre PT e PSDB. Ao contrário do ocorrido em 2002, nenhum dos perdedores do primeiro turno se dispôs a apoiar algum candidato, situação que deixou a disputa concentrada somente entre Lula e Alckmin. A popularidade do petista, associada à estabilidade econômica e à ampliação de programas sociais, resultou em uma vitória numericamente maior quando comparada com a disputa realizada com Serra quatro anos antes, conforme se observa no Quadro 21.



Quadro 21 - Resultado do Segundo Turno das eleições presidenciais do Brasil em 2006

<b>Candidato</b>	<b>Partido</b>	<b>Votos</b>	<b>Proporção</b>
Luís I. Lula da Silva	PT	58.295.042	60,83%
Geraldo Alckmin	PSDB	37.543.178	39,17%
Total válidos		95.838.220	100%

Fonte: TSE. Organizado pelo autor.

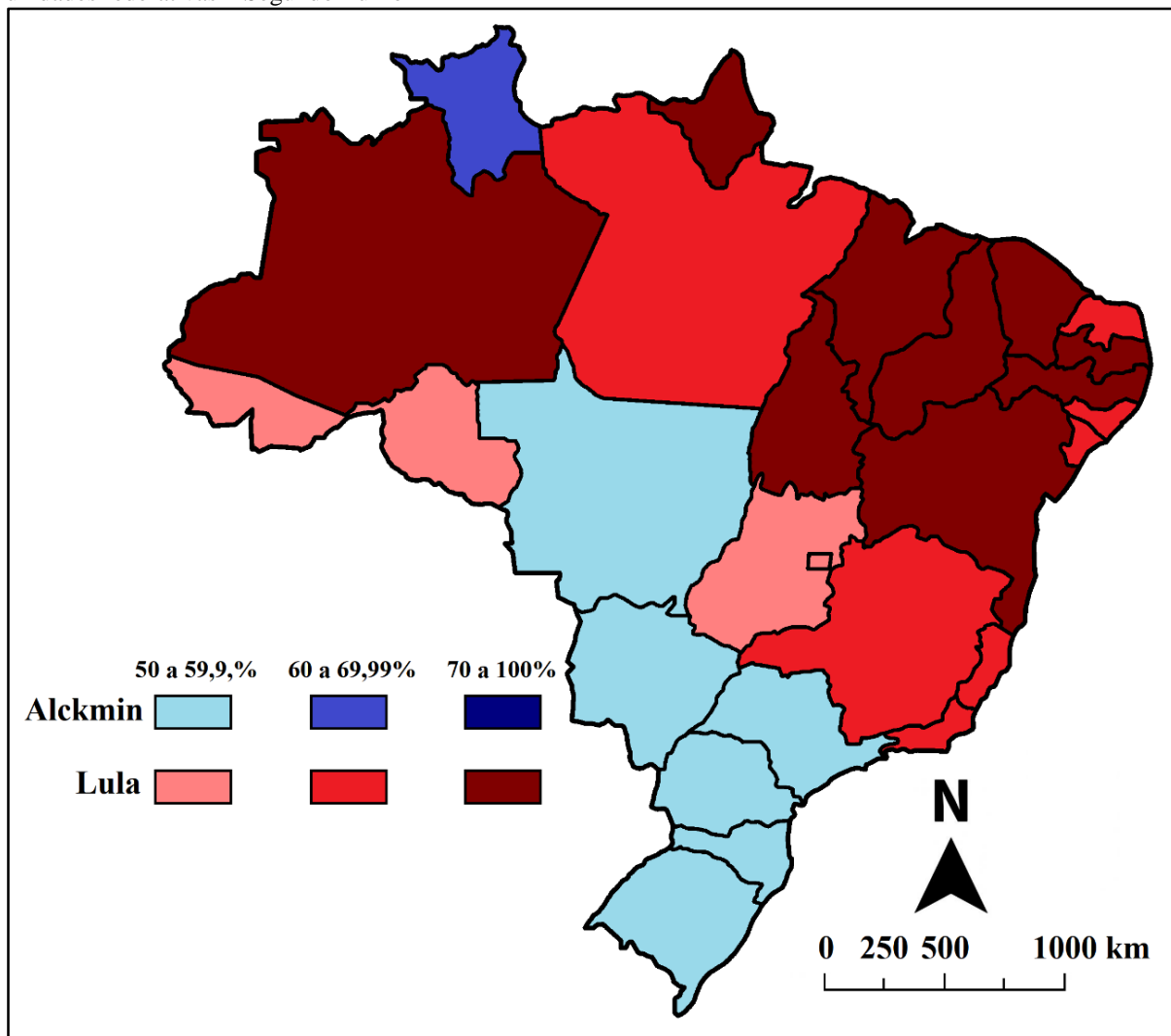
As últimas pesquisas antes do primeiro turno indicavam que a possibilidade do candidato petista já vencer era real. Ainda que as acusações de corrupção envolvendo o partido tenham sido uma constante entre 2005 e 2006, a estratégia do PSDB não conseguiu se aproveitar da ocorrência do segundo turno para tentar fazer a conexão do “Mensalão” com o adversário, Lula não tinha citação direta no caso e ele reforçava não estar a par do suposto esquema.

Desse modo, Lula reelege-se com mais de 20% de diferença nos votos válidos, os mais de 58 milhões de eleitores que se direcionaram ao petista é a maior votação para um presidente no histórico eleitoral brasileiro, mesmo considerando-se as três disputas presidenciais sequentes. Ainda assim, o segundo turno traz um aspecto notório em relação a Alckmin, o candidato perdeu mais votos do que acrescentou, tendo perdido mais de dois milhões de eleitores na abertura das urnas.

Renno e Hoepers (2010) defendem que a parcela subtraída da contagem de Alckmin ocorreu em razão da falha estratégica do PSDB entre o primeiro e o segundo turno, apesar de terem sobrevivido à primeira fase da corrida, não havia uma posição clara quanto às práticas privatistas realizadas por FHC, de forma que nem as defendiam concretamente, nem as rejeitavam de modo conclusivo. Enquanto isso, do outro lado, a campanha de Lula incidia diretamente na crítica da privatização, para se defender, o tucano acabou se dividindo entre seu discurso ético ilibado perante à crítica da corrupção e sua defesa enquanto parte do governo anterior que terminou economicamente desgastado. Esses elementos fizeram com que eleitores ainda indecisos trocassem seu voto, perante uma retórica confusa em uma tentativa de contraposição a um governo que em geral tinha relativo equilíbrio econômico e popularidade.

Como exposto, aquele segundo turno, em realidade, foi favorável para amplificar o debate e a polarização entre os dois partidos. Alckmin decresceu quanto a uma real perspectiva de vitória, mas demonstrou que alguns estados do Brasil não comungavam em sua maioria com governo petista. Um fato que deve ser ressaltado, nesse sentido, é o início da regionalização dos votos entre o PT e o PSDB, ou, com outras palavras, dos pressupostos progressistas e conservadores. O mapa da Figura 9 ilustra essa disposição.

Figura 9 - Mapa com o resultado proporcional dos candidatos das eleições presidenciais do Brasil de 2006 por unidades federativas – Segundo Turno



Fonte: TSE. Base cartográfica: IBGE. Elaboração: autor.

Conforme o mapa da Figura 9 demonstra, Lula amplia seu eleitorado nos estados das regiões Nordeste e Norte, com exceção, neste último caso, de Roraima. Mesmo perdendo a maioria no Sul, parte do Centro-Oeste e em São Paulo, o petista consegue ampliar o intervalo para seu adversário com expressiva diferença em estados de grande cartório eleitoral. Assim, alcançou mais de 70% em estados com maior quantidade de eleitores, a exemplo de Bahia e Ceará, mantendo ainda margem superior a 30% em outros com a mesma característica, a exemplo de Minas Gerais e Rio de Janeiro.

A proporção de votos indica espaço percentual pequeno nas unidades federativas nas quais Alckmin alcançou a vitória, ficando pouco acima de 50% dos votos válidos. No caso de Roraima, apesar de o maior alcance, pouco mais de 20% em relação a Lula, o tamanho do eleitorado não sustenta significativa distância de números absolutos para o tucano nas somas finais, como pode ser observado no Quadro 22.

Quadro 22 - Resultado do Segundo Turno das eleições presidenciais do Brasil em 2006 por unidade federativa

Segundo Turno Estado	Luís I. Lula da Silva		Geraldo Alckmin		Total
	Votos	Proporção	Votos	Proporção	
Acre	151.584	52,36%	137.911	47,64%	289.495
Alagoas	822.505	61,45%	516.059	38,55%	1.338.564
Amapá	191.698	70,40%	80.601	29,60%	272.299
Amazonas	1.159.709	86,80%	176.338	13,20%	1.336.047
Bahia	5.188.314	78,08%	1.456.417	21,92%	6.644.731
Ceará	3.394.007	82,38%	725.990	17,62%	4.119.997
Distrito Federal	765.008	56,96%	578.137	43,04%	1.343.145
Espírito Santo	1.190.459	65,54%	625.852	34,46%	1.816.311
Goiás	1.485.280	54,78%	1.226.011	45,22%	2.711.291
Maranhão	2.280.520	84,63%	414.108	15,37%	2.694.628
Mato Grosso	709.505	49,72%	717.385	50,28%	1.426.890
Mato Grosso do Sul	535.537	45,00%	654.603	55,00%	1.190.140
Minas Gerais	6.808.417	65,19%	3.635.228	34,81%	10.443.645
Pará	1.840.154	60,12%	1.220.564	39,88%	3.060.718
Paraíba	1.478.378	75,01%	492.524	24,99%	1.970.902
Paraná	2.662.453	49,25%	2.743.872	50,75%	5.406.325
Pernambuco	3.260.996	78,48%	894.062	21,52%	4.155.058
Piauí	1.210.509	77,30%	355.577	22,70%	1.566.086
Rio de Janeiro	5.532.284	69,69%	2.406.487	30,31%	7.938.771
Rio Grande do Norte	1.091.069	69,68%	474.821	30,32%	1.565.890
Rio Grande do Sul	2.811.658	44,65%	3.485.916	55,35%	6.297.574
Rondônia	397.327	55,33%	320.806	44,67%	718.133
Roraima	66.932	38,51%	106.890	61,49%	173.822
Santa Catarina	1.481.344	45,47%	1.776.776	54,53%	3.258.120
São Paulo	10.684.776	47,74%	11.696.938	52,26%	22.381.714
Sergipe	611.337	60,16%	404.897	39,84%	1.016.234
Tocantins	447.849	70,27%	189.491	29,73%	637.340

Fonte: TSE. Organização: autor.

O que expõe o Quadro 22, portanto, é uma diferença de votos expressiva nos estados vencidos por Lula, e uma margem pequena nas federações nas quais Alckmin se logrou vencedor. Mesmo o estado de São Paulo, que seria de importância estratégica para o tucano, não conseguiu afastamento percentual satisfatório nos números finais. Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Goiás que poderiam exercer maior grau de distanciamento nos números absolutos também ficaram pouco acima dos 50%. A junção dos números de todas as unidades federativas se traduz ao final em mais de 20 milhões de votos de diferença entre ambos, ainda que espacialmente o mapa da Figura 9 não traduza com clareza essa informação.

A explicação para a regionalização e territorialização da preferência dos eleitores e a contraposição ideológica dos votos é, conforme Limongi e Guarnieri (2015), a base social que cada candidato ou partido passa a representar a partir de 2002. Os estados com os maiores problemas socioeconômicos se mantêm fiéis a Lula e ao PT para garantir a manutenção dos programas de auxílio ampliados.

Já as unidades federativas que apresentavam melhores condições socioeconômicas invertem parcialmente seus votos, principalmente pelo papel exercido pelos meios de comunicação na cobertura dos escândalos de corrupção associados principalmente ao “Mensalão”. Esta conjectura estava mais associada à questão ética, já que os programas sociais não interferiam na qualidade de vida de parte dos indivíduos dessas áreas com menor grau de pobreza extrema, como ressalta Mundin (2014).

O segundo mandato do presidente Lula é marcado, portanto, por uma divisão territorial ideológica no país, embora essa secessão fosse mais forte entorno do petista nas regiões Norte e Nordeste e mais tímida em sua contrapartida nos estados mais ao sul. Por outro lado, a boa situação econômica daquele Brasil permite a intensificação dos já exitosos projetos sociais, uma conjuntura que poderia ser prejudicada pela eclosão da crise dos *subprimes* em 2008, porém não foi o que ocorreu em imediato. Em comparação com o governo FHC, Lula tinha mais recursos para contornar, ainda que parcialmente, a crise, sem proceder em maiores estragos à política socioeconômica do país. Bresser-Pereira (2016, p. 358) reforça essa percepção quando escreve que:

Segundo o Banco Mundial, o Brasil conseguiu praticamente eliminar a pobreza extrema [...]. Em seu relatório de 2014, o Banco ressalta que o número de brasileiros vivendo com menos de 2,4 dólares (cerca de 7,5 reais) por dia caiu de 10% para 4% entre 2001 e 2013. A renda domiciliar per capita da população aumentou 40,7% entre 2003 e 2011, taxa 13,3 pontos superior à apresentada pelo PIB per capita, que avançou 27,7% no período. O índice de Gini, que girava em torno de 0,60 na segunda metade dos anos 1990 e baixara para 0,58 em 2003, em 2009 reduz-se para 0,54.

Ainda que o relatório do Banco Mundial estabeleça números que se interseccionam ao andamento do governo Dilma, a sedimentação do processo de redução de pobreza ocorre majoritariamente no governo Lula. Reforça-se que alguns avanços já tinham acontecido ainda antes, durante o mandato de FHC (DRAIBE, 2003), o que não poderia até ser discutível, dadas algumas exigências da Constituição de 1988.

Entretanto, Bresser-Pereira (2016) sobrepõe que o governo subestimou a possibilidade de volta da doença holandesa no Brasil, a qual interfere na economia por meio da dependência de produtos de exportação do setor primário em detrimento da baixa produção de bens

industriais. Esse fator seria significativo para os eventos que ocorreriam nos anos seguintes, principalmente a partir de 2011.

Carvalho (2018) escreve que durante os primeiros momentos da recessão mundial dos *subprimes*, Lula chegou a subestimar os efeitos da crise para o Brasil, o presidente foi à imprensa e disse que o problema seria só uma “marolinha” e não o “tsunami” que teria atingido grandes economias globais. Os efeitos imediatos do período foram mais intensos, a autora acrescenta alguns efeitos no Brasil: “contração do crédito, queda no preço das *commodities* e, com forte saída dos capitais estrangeiros, desvalorização do real em relação ao dólar” (CARVALHO, 2018, p. 36).

Houve dois trimestres de queda no PIB naquele momento, o último de 2008 e o primeiro de 2009, como ambos não caíram no mesmo ano, a média da redução percentual foi menor, dissolvendo o impacto da crise nos números trimestrais desses dois anos. Porém, uma série de fatores permitiu certa seguridade à economia brasileira, como escreve Carvalho (2019), esses são: a manutenção da política de investimentos do governo com abertura de crédito pelo BNDS e demais bancos públicos; as desonerações tributárias a alguns bens de consumo; a sustentação do repasse dos valores de 2008 em 2009 para ajuda dos estados e municípios; a ampliação da duração e do valor do seguro desemprego; a divisão da alíquota de imposto de renda entre faixas da classe média; e a criação do programa Minha Casa e Minha Vida, sendo estes dois últimos mantidos estruturalmente após a volta do crescimento econômico.

Carvalho (2018) reforça que as medidas de combate à crise não funcionariam caso o governo não tivesse um modelo de crescimento em vigor antes, com incentivo ao investimento do setor privado também, assim como uma quantidade expressiva de reservas em moeda estrangeira para equilibrar a saída de dólares do país. Elementos dos quais FHC não dispunha quando sofreu com a crise do balanço de pagamentos em 1999 e 2002, muito por responsabilidade administrativa de seu próprio governo, ressalta-se.

Ao fim dos oitos anos do governo Lula, é possível asseverar os avanços sociais expressivos no período. Deste modo, ainda que alguns dos números apresentados tenham se iniciado ainda com FHC e se consolidado posteriormente no governo Dilma Rousseff, os investimentos direcionados à ampliação e à manutenção de programas sociais reduziram significativamente a desigualdade durante seu mandato. Economicamente, manteve relativa estabilidade com a conservação de pressupostos neoliberais, não realizou mudanças estruturais sistêmicas sendo criticado pela ala mais radical da esquerda brasileira. Ainda assim, ele conseguiu sair com a imagem ileso, mesmo tendo sido atingido por uma expressiva crise econômica.

Nesse aspecto, Lula conseguiu manter popularidade suficiente para repassar para um possível sucessor no PT o seu cargo no executivo federal. Contudo, parte do crescimento econômico e estabilidade era pautado no consumo interno gerado pelo aumento do PIB per capita e pelo preço alto das *commodities*. Este modelo a longo prazo não se sustentaria sem as adequações pertinentes e a manutenção do crescimento dos anos anteriores. Foi o que ocorreu, sem as reestruturações pertinentes, o governo de sua sucessora culminou em sucessões de crises econômicas, políticas e, por fim, institucional.

Por esse motivo, a tentativa de um novo Pacto Nacional-Popular fracassou. O neoliberalismo continuou norteando ações importantes na economia e a população mudou sua percepção em relação às políticas do PT a partir do decorrer da década de 2010. Essas circunstâncias são abordadas na subseção a seguir.

### **3.1.4 As eleições de 2010 e 2014: o governo Dilma-Temer**

O último ano do governo Lula coincide com a corrida eleitoral de 2010, considerando-se que os piores números da crise haviam se dado entre 2008 e 2009 seria possível interpretar um cenário difícil para o então presidente fazer um sucessor. Contudo, não foi o que ocorreu, ainda que o PIB tenha tido um leve decréscimo em 2009, alguns índices importantes mantiveram relativa segurança econômica e social, mantendo a popularidade de Lula. Bresser-Pereira (2016) considera que as deliberações realizadas pelo petista em alguns momentos eram mais populistas do que pensadas economicamente a longo prazo, de qualquer modo a inflação controlada, o câmbio apreciado e a melhora nos índices socioeconômicos, na média dos oito anos anteriores, resultam em uma aprovação recorde do governo.

A partir dos avanços sociais, os quais foram muito mais incisivos e aparentes aos olhos do eleitorado do que em mandatos anteriores, planejados com programas embasados em incentivo à educação, investimento e maior acesso ao crédito, define-se o governo de Lula como progressista de centro-esquerda. Essa última afirmação se faz baseando-se na dualidade prioridade justiça social e manutenção da ordem vigente, corroborando- que Lula consolidou maior peso na primeira perspectiva em comparação ao que foi o governo FHC. Ainda que se tenha no período mantido proximidade com o centro-direita proveniente da coalização com o mercado financeiro.

Doravante, é pertinente comentar que algumas questões não resolvidas por Lula se agravariam em uma crise a partir de 2011. Pode-se citar o não controle da doença holandesa,

que se consolida com o aumento do preço das *commodities* e na continuidade da desindustrialização no país, bem como o aumento da poupança externa em detrimento da interna, a manutenção da política de juros altos e o contenção da inflação por meio do controle do câmbio, mantendo o real sobrevalorizado.

Ainda que esses fatores se configurassem em problemas para os economistas heterodoxos<sup>20</sup>, a grande questão da popularidade em relação à economia no Brasil, mais baseada no senso comum do que nos fatos, está na manutenção do preço baixo do dólar e no controle da inflação. O governo Lula chega ao ano eleitoral entregando ambos do modo que os analistas econômicos esperavam.

Nessa conjuntura, Lula apresenta para sua sucessão a sua ex-ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff. Ela não tinha experiência direta na política eleitoral, apesar de atuante nos bastidores políticos do PDT, seu primeiro partido, e mais à frente já filiada ao PT. Os cargos anteriormente exercidos por ela eram designados por confiança de algum chefe de executivo, tendo sido secretária de Minas, Energia e Comunicações do Rio Grande do Sul em dois mandatos de diferentes governadores e ministra de Minas e Energia de Lula, isso antes de ir para a pasta da Casa Civil.

Portanto, Dilma era desconhecida do eleitorado nacional e a sua escolha como candidata poderia ser um risco estratégico por parte do PT. Conforme explica Jacob *et al.* (2011), havia dúvidas do potencial de transferência de votos de Lula, isso mesmo com a sua popularidade e a aprovação em alta. O receio se dava principalmente em relação a alguém sem experiência na oratória com o público em geral e nos debates com os adversários, estes comumente já experientes no âmbito das disputas eleitorais. No entanto, Lula conseguiu realizar seu intuito, diferente do que foi ensaiado por FHC oito anos antes, o petista foi capaz de fazer sua sucessora chegar ao palácio do Planalto.

Por outro lado, José Serra era novamente o candidato do PSDB. Nos anos em que esteve ausente da política em escala nacional havia obtido êxito em eleger-se prefeito e governador, ambos os cargos no município e estado de São Paulo, respectivamente em 2004 e em 2006. Com duas expressivas vitórias em detrimento de Alckmin, que tentara a Prefeitura de São Paulo em 2008 tendo a perdido, Serra em 2010 conseguira obter maior apoio na convenção do PSDB, enquanto que Alckmin tentaria novamente o governo paulista, saindo desta vez

---

<sup>20</sup> O economista heterodoxo é aquele que corrobora com: “Política econômica de combate à inflação que consiste em aplicar o congelamento de preços em todos os níveis durante um período determinado de tempo e liberar as políticas monetária e fiscal. Diante da inflação intensa que diversos países vêm sofrendo a partir do final dos anos 70, a política do choque heterodoxo foi aplicada em vários casos, destacando-se a Argentina, Israel, Bolívia e Brasil.” (SANDRONI *et al.*, 1999, p. 95).

vencedor. Diferente de Dilma, Serra era notadamente conhecido em escala nacional, devido às disputas em pleitos anteriores, tendo também mais experiência em corridas eleitorais, debates e atuação em cargos do legislativo e executivo.

Assim Jacob *et al.* (2011) reforça que o maior desafio de Serra era vencer o popular governo Lula, e não necessariamente Dilma. Ele estava em uma situação difícil na campanha, tinha que se apresentar como alternativa a um governo que aos olhos da população havia dado certo. Deste modo, ficava complexo mostrar-se como uma opção de mudança prometendo continuidade dos principais projetos do governo, assim preferiu embarcar em uma campanha comparativa, apostando em seu histórico político mais robusto em detrimento da incipiente trajetória de Dilma.

O pleito de 2010 apresentou como uma terceira opção a candidata Marina Silva, disputando as eleições pelo PV. Seu caminho na política fora sedimentado por muitos anos no próprio PT, pelo partido foi vereadora de Rio Branco-AC, deputada estadual e senadora pelo Acre. Mais tarde foi convidada por Lula para exercer o cargo de ministra do Meio Ambiente, em posto que ficou por aproximadamente cinco anos. De acordo com Jacob *et al.* (2011), ela deixa o partido por discordar da diretiva do governo petista em relação às políticas ambientais, as quais ela considerava não visualizar como prioridade por parte do governo. Desse modo, a candidata se propõe como uma terceira via em relação aos eleitos de mandatos anteriores, ou seja, um meio termo quanto ao que representava Lula e FHC. Desta forma, posicionou-se ao centro no que se referia aos dois principais candidatos de então, Serra e Dilma.

Outro dissidente do PT disputava também as eleições de 2010, pelo PSOL, Plínio de Arruda Sampaio assume o lugar que fora de Heloísa Helena em 2006. Apesar de relativamente desconhecido do grande eleitorado, Plínio era experiente na política eleitoral. Ele tinha 80 anos de idade, seu histórico de atuação datava desde antes da ditadura Civil-Militar, tendo sido deputado federal por três mandatos, dois deles pelo PT após a redemocratização. Desligou-se do partido por discordar do direcionamento das deliberações socioeconômicas do governo Lula após chegar ao Planalto. Jacob *et al.* (2011) esclarece que nos debates Plínio fazia um discurso crítico aos dois principais candidatos, considerando-os neoliberais, sendo, portanto, Dilma e Serra a mesma escolha ideológica em seu ponto de vista.

Os demais candidatos não tiveram números significativos ao final do primeiro turno, não conseguindo juntos atingir ao menos 0,3% dos votos válidos. Como já posto, Lula consegue traduzir sua popularidade e os bons índices de aprovação transferindo expressiva parte de seus eleitores para Dilma. Esta consolida uma votação semelhante ao próprio Lula na mesma etapa de pleitos anteriores, conforme se pode analisar no Quadro 23.



Quadro 23 - Resultado do Primeiro Turno das eleições presidenciais do Brasil em 2010

<b>Candidato</b>	<b>Partido</b>	<b>Votos</b>	<b>Proporção</b>
Dilma Rousseff	PT	47.651.434	46,91%
José Serra	PSDB	33.132.283	32,61%
Marina Silva	PV	19.636.359	19,33%
Plínio Sampaio	PSOL	886.816	0,87%
José Maria Eymael	PSDC	89.350	0,09%
José Maria de Almeida	PSTU	84.609	0,08%
Levy Fidélis	PRTB	57.960	0,06%
Ivan Pinheiro	PCB	39.136	0,04%
Rui Costa Pimenta	PCO	12.206	0,01%
<b>Total válidos</b>		101.590.153	100%

Fonte: TSE. Organizado pelo autor.

É proeminente a vantagem inicial da candidata quando se relewa o fato de ela nunca ter estado à frente de uma disputa eleitoral anteriormente. Isso ainda mais com adversários experientes, que se legitime, entretanto, o papel determinante da popularidade Lula para o alcance do êxito. Nesse aspecto, Dilma atingiu 46,91% dos votos válidos, ante a 32,61% de José Serra. Marina surpreende conseguindo absorver 19,33% do eleitorado, ela seria, desse modo, alvo de disputa por apoio no segundo turno. Plínio, ainda que atuante nos debates televisivos e nas redes sociais, de alcance então ainda incipiente, não conseguiu repetir a votação de Heloísa Helena quatro anos antes, ficando com pouco mais de 0,8% dos votos válidos.

Para o pleito de 2010, era esperado a princípio a polarização de votos entre os candidatos de PT e PSDB, não somente pelas pesquisas eleitorais realizadas desde o ano de 2009, mas também pelo histórico de protagonismo dos partidos que se estabelecia desde 1994. O que surpreendeu foi Marina Silva que, de acordo com Jacob *et al* (2011), possivelmente retirou eleitores de ambos os candidatos principais, deste modo ela obteve votação expressiva nos grandes centros metropolitanos, Distrito Federal e partes da região Sudeste, espaços que reforçaram seus números absolutos na contagem ao final.

A presença de Marina e o discurso ambientalista teria atraído a classe média, principalmente aquela denominada expressivista por Souza (2017). Além destes, cristãos católicos conservadores e evangélicos neopentecostais também seguiram a candidata. Por fim, eleitores tucanos e petistas insatisfeitos com o andamento de seus partidos nos últimos anos igualmente se direcionaram àquela autodeclarada terceira via. (JACOB *et al*. 2011).

O mal desempenho de Plínio também pode ser explicado pelo avanço de Marina com os eleitores que no pleito anterior teriam votado em Heloísa Helena. Jacob *et al.* (2011) esclarece que os simpatizantes do PSOL, em parte, podem ter migrado para a candidata do PV pela maior possibilidade dela conseguir ir para o segundo turno. Em essência, os psolistas refutam em primazia a esquerda *light* petista e a política excessivamente privatista e neoliberal do PSDB, tendo na ex-ministra uma possibilidade mais factível de mudança e maior viabilidade determinada pelas pesquisas anteriores ao primeiro turno.

Marina Silva, após terminar na terceira colocação, não declarou apoio aberto a nenhum dos candidatos. O PV se reuniu para discutir as possibilidades e a maioria dos componentes do partido preferiu a independência. Dessa forma, o que se verifica no segundo turno é uma distribuição semelhante dos votos em sentido a Dilma e a Serra. Nessa conjuntura, a petista levou vantagem estratégica, pois estava mais próxima dos 50% dos votos válidos e venceu a eleição sem maiores problemas, como se observa no Quadro 24.

Quadro 24 – Resultado do Segundo Turno das eleições presidenciais do Brasil em 2010

<b>Candidato</b>	<b>Partido</b>	<b>Votos</b>	<b>Proporção</b>
Dilma Rousseff	PT	55.752.529	56,05%
José Serra	PSDB	43.711.388	43,95%
Total válidos		99.463.917	100%

Fonte: TSE. Organizado pelo autor.

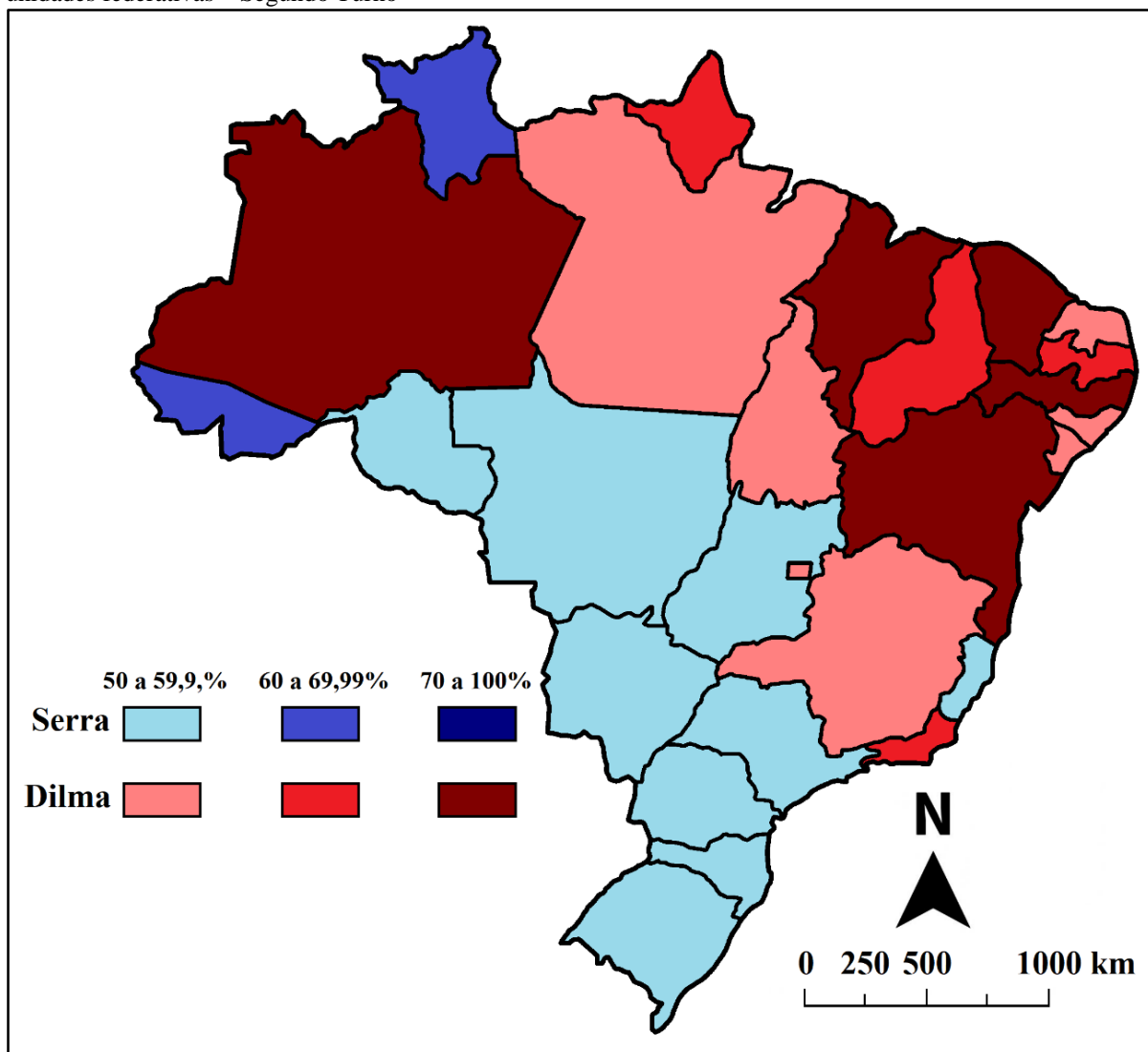
Dilma consegue ampliar sua contagem absoluta de votos em pouco mais de 8 milhões nos números finais. Serra consegue mais de 10 milhões novos eleitores, apesar da vantagem comparativa, isso é insuficiente para se aproximar da então presidente eleita. Em proporção, ela alcança mais de, aproximadamente, 9% dos votos em relação ao primeiro turno, enquanto que o tucano soma mais de 10% na apuração final.

A divisão de votos de Marina, portanto, fica levemente mais direcionada a Serra, o que demonstra a natureza ideológica centralizada de seus eleitores. Os demais candidatos do primeiro turno não tiveram votação relevante para configurar mudanças na segunda parte do pleito, ainda que se tenha como facticidade que os eleitores de Plínio tenham se norteado majoritariamente a Dilma.

O mapa eleitoral de 2010 se assemelha com aquele delimitado em 2006. Desta maneira, Dilma mantém a hegemonia petista nas unidades federativas com mais problemas socioeconômicos, estando estes presentes principalmente nas regiões Norte e Nordeste. Serra, por outro lado, apresenta votação mais considerável nos estados com melhores índices de

desenvolvimento social, principalmente no Sul e Centro-Oeste. Observa-se tal cenário a partir do mapa da Figura 10.

Figura 10 - Mapa com o resultado proporcional dos candidatos das eleições presidenciais do Brasil de 2010 por unidades federativas – Segundo Turno



Fonte: TSE. Base cartográfica: IBGE. Elaboração: autor.

Dilma mantém liderança absoluta nos estados da Região Nordeste e perde partes do Norte, Centro-Oeste e Sudeste quando comparada à vitória de Lula em 2006. Serra mantém toda a região Sul, já reconquistada por Alckmin quatro anos antes, avança no Sudeste com o Espírito Santo, no Centro-Oeste com Goiás e no Norte com Acre e Rondônia. Ainda que seja preponderante a vitória de Dilma, o PT perde terreno em várias partes do país, mantendo viva sua dualidade com o PSDB. Mesmo que este último tenha conquistado maioria naquelas federações, só ampliou para mais de 60% da preferência do eleitorado no Acre e em Roraima.

É pertinente salientar, entretanto, que a maior recuperação do PSDB em alguns estados pode ser relativizada pela natureza do passado político de Dilma, uma candidata inexperiente e desconhecida do grande eleitorado. Obviamente, ela não é Lula e em hipótese outro candidato mais conhecido teria a transferência de votos até mais facilitada. É possível observar a partir do Quadro 25 com a proporção de votos por unidade federativa em 2010, em comparação com o Quadro 22 com as informações referentes a 2006, que Serra ampliou o percentual de votos do PSDB em todas as unidades federativas, com exceção do Rio Grande do Sul.

Quadro 25 - Resultado do Segundo Turno das eleições presidenciais do Brasil em 2010 por unidade federativa

Segundo Turno Estado	Dilma Rousseff		José Serra		Total Válidos
	Votos	Proporção	Votos	Proporção	
Acre	96.969	30,33%	222.766	69,67%	319.735
Alagoas	737.236	53,63%	637.368	46,37%	1.374.604
Amapá	198.644	62,66%	118.360	37,34%	317.004
Amazonas	1.141.607	80,57%	275.333	19,43%	1.416.940
Bahia	4.737.079	70,85%	1.948.584	29,15%	6.685.663
Ceará	3.288.570	77,35%	962.729	22,65%	4.251.299
Distrito Federal	708.674	52,81%	633.299	47,19%	1.341.973
Espírito Santo	924.046	49,17%	955.423	50,83%	1.879.469
Goiás	1.446.178	49,25%	1.490.368	50,75%	2.936.546
Maranhão	2.294.146	79,09%	606.449	20,91%	2.900.595
Mato Grosso	729.747	48,89%	762.905	51,11%	1.492.652
Mato Grosso do Sul	555.283	44,87%	682.305	55,13%	1.237.588
Minas Gerais	6.220.125	58,45%	4.422.294	41,55%	10.642.419
Pará	1.791.443	53,20%	1.576.154	46,80%	3.367.597
Paraíba	1.229.391	61,55%	767.919	38,45%	1.997.310
Paraná	2.593.086	44,56%	3.226.216	55,44%	5.819.302
Pernambuco	3.457.953	75,65%	1.113.235	24,35%	4.571.188
Piauí	1.112.380	69,98%	477.092	30,02%	1.589.472
Rio de Janeiro	4.934.077	60,48%	3.223.891	39,52%	8.157.968
Rio Grande do Norte	979.772	59,54%	665.726	40,46%	1.645.498
Rio Grande do Sul	3.117.761	49,06%	3.237.207	50,94%	6.354.968
Rondônia	347.138	47,37%	385.735	52,63%	732.873
Roraima	71.280	33,44%	141.896	66,56%	213.176
Santa Catarina	1.556.226	43,39%	2.030.135	56,61%	3.586.361
São Paulo	10.462.447	45,95%	12.308.483	54,05%	22.770.930
Sergipe	568.862	53,56%	493.280	46,44%	1.062.142
Tocantins	391.279	58,88%	273.306	41,12%	664.585

Fonte: TSE. Organização: autor.

Como esperado, Dilma não teria o mesmo potencial de agregação de votos que Lula. A explicação para o avanço no Rio Grande do Sul se dá pelo fato de a federação ser a de residência e atuação política da candidata. No estado ela participou enquanto situação em governos estaduais apoiados, tanto pelo PDT de Brizola quanto pelo PT de Lula, sendo, portanto, natural que tivesse proeminência mais relevante entre os gaúchos ao fim da apuração. Quanto aos estados vencidos pelo PSDB em 2006, Serra ampliou sua margem, tendo maior distanciamento no Acre, o qual chegou a quase 70% dos votos válidos, reflexo da transferência de votos de Marina, seu estado de origem da candidata. O desligamento dela do PT gerou maior influência em seus eleitores autóctones e distanciamento do quadro do partido.

De qualquer forma, o avanço mais significativo no Acre e em Roraima no que diz respeito a Serra não configuram a mesma importância que números semelhantes em favor de Dilma. Isso porque o colégio eleitoral desses estados são pequenos, alcançando juntos naquela oportunidade pouco mais de meio milhão de eleitores.

Por outro lado, Dilma manteve mais de 60% da preferência em estados como Paraíba, Piauí e Rio de Janeiro e 70% dos válidos em Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão e Pernambuco. Todos com quantidade de eleitores que superam a casa dos milhões. No Amapá, a candidata conseguiu também grande percentual, porém em uma situação parecida com os casos de Acre e Roraima para Serra. O resultado ao final mantém um distanciamento confortável para Dilma iniciar seu mandato com a legitimação de uma maioria expressiva do eleitorado.

Dilma inaugura seu governo a partir da continuidade do que foi Lula nos anos anteriores, as medidas econômicas praticadas, assim como a maior parte da equipe se mantém à frente da administração do país. A crise mundial de 2008 já havia alterado algumas ações econômicas, parte dessas se mantiveram até 2011, a instabilidade internacional obrigou o governo a reduzir impostos de alguns setores, principalmente daqueles associados ao consumo e à subsistência. Por outro lado, ampliou programas sociais como o Bolsa Família, incentivou a criação do Minha Casa Minha Vida para construção de moradias com recursos subsidiados e ampliou acesso ao crédito no mercado em geral com aportes do BNDES. Por fim, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) aumentou os recursos nas áreas estratégicas de infraestrutura e indústria (BRESSER-PEREIRA, 2016).

Nessa conjuntura, o governo injetou recursos para incentivar a produção e o consumo para evitar problemas a curto prazo com a crise internacional. As ações anteriores surtem efeito desejado por Lula e o novo governo começa em um primeiro momento sem maiores sustos. Contudo, conforme Bresser-Pereira (2016), a recuperação da crise econômica faz com que algumas das medidas anteriores continuem sendo praticadas sem necessidade, com isso, as

taxas de juros se elevaram e o câmbio se apreciou novamente. A competitividade industrial no início do governo Dilma estava baixa como na reta final da era FHC. O governo mantinha a lógica de crescimento econômico pautado no preço das *commodities* em conjunto com o consumo interno do comércio e serviços a partir do aumento do salário real.

Carvalho (2018) reforça essa factualidade e acrescenta ainda a ampliação de um desequilíbrio entre a estrutura produtiva brasileira e a expansão do setor terciário nacional. O consumo voltou a se elevar após o controle da crise de 2008, o crescimento do PIB no ano de 2010 é de mais de 7%, no entanto a indústria não acompanha esse movimento, de forma que a cobertura dessa demanda é realizada com a elevação das importações. O Brasil estava deslocando capital em excesso para o exterior, o que também ocorria pelo fato de o dólar estar depreciado.

A medida mais adequada para se corrigir tal anomalia seria a desvalorização da moeda brasileira, o que, segundo Bresser-Pereira (2016), acarretaria em uma queda de rendimento e consumo a curto prazo, mas que posteriormente incentivaria a retomada por meio da recuperação da indústria nacional. Dilma não tinha capital político para tomar uma decisão dessas, eram medidas impopulares e sua legitimidade eleitoral estava sustentada na figura de Lula.

Ainda que o cenário já fosse desfavorável, o governo perde pouca popularidade a princípio. O início do problema começou quando Dilma não lidou adequadamente com a crise do Euro de 2011, o evento fez com que uma quantidade expressiva de capitais saíssem do Brasil. Bresser-Pereira (2016) explica que economistas liberais e conservadores atribuem o insucesso da presidente ao fato de sua equipe não ter realizado o ajuste fiscal no período correto, já para aqueles que se autodeclaram keynesianos a saída para combater a nova crise estaria na realização de mais investimentos públicos, assim como feito em 2008.

Para Carvalho (2010), parte do problema vem desde a década de 1980, período em que o Brasil passou a abrir em demasia suas fronteiras para o mercado internacional. Dá-se início a partir de então a desindustrialização do país, fato que vai continuar a dissolver o setor secundário brasileiro nas décadas seguintes. Desse modo, mesmo com a tentativa de desvalorização do real em 2011, a indústria não conseguiria acompanhar a demanda, já que produtos de alta tecnologia continuam sendo importados.

Por outro lado, o aumento do preço do dólar se traduz também no encarecimento de máquinas e equipamentos, de forma que o aumento acaba sendo repassado para outros produtos, chegando, por fim, ao consumidor. O resultado de toda a equação é o avanço da inflação. O que

a autora denominou “milagrinho” não tinha condições de se sustentar sozinho em razão da redução do parque industrial brasileiro.

Nos últimos 38 anos foram somente três períodos de crescimento relativo: momentos do Governo José Sarney, o Governo Itamar Franco (somado ao primeiro ano de FHC) e o Governo Lula (que apesar disso ocorreu em contínua desindustrialização). Nos três, crescimento insustentável por ciclos de consumo sem nenhuma correspondência em iniciativas que alterassem nossa matriz de produção. Ou seja, cresce o consumo em voos de galinha, logo seguido de queda pela desindustrialização contínua e selvagem que experimentamos no período (GOMES, 2020, p. 49 e 50).

Nas últimas quatro décadas ocorreram períodos de crescimento, estagnação, recessão e até mesmo uma pequena depressão na economia brasileira. A industrialização, por outro lado, manteve-se em queda percentual constante, sem medidas eficientes que buscassem sua recuperação. Somado à esta questão, o maior problema pontual que gerou a instabilidade econômica a partir de 2011 no Brasil foi a sobrevalorização da moeda nacional. Em termos práticos, todo aquele mercado consumidor construído por Lula se direcionou aos produtos importados a partir da política do dólar baixo.

No entanto, é pertinente colocar que a existência de um parque industrial capaz de sustentar a demanda brasileira daria maior margem de manobra, inclusive com possibilidade de desvalorizar o real sem ocasionar aumento expressivo da inflação. Esse cenário poderia preservar o capital político e a popularidade da presidente no que viria a partir de 2013.

A apreciação do real demorou alguns anos para determinar aquele efeito indesejável, a medida se iniciou ainda no governo Lula, porém só se concretizou em prejuízos com Dilma no Planalto. Bresser-Pereira (2016) informa que a presidente tentou combater a crise por meio da redução das taxas de juros, em uma política que atingiria diretamente o capital financeiro rentista. Este um problema de fato a ser combatido, como concorda também Gomes (2020). Contudo, para tal prática dar resultado, a moeda deveria se desvalorizar significativamente, situação que não ocorreu na medida necessária. Parece complexo compreender que as condições que permitiam o controle da inflação em outros tempos elevam o índice naquele ano de 2011, mas foi justamente o que ocorreu.

Carvalho (2018) explica que a entrada de produtos importados a preços baixos segurava a inflação dentro da meta por não haver repasse de custos ao consumidor. Porém o que comportou a apreciação do real eram os preços altos das *commodities* que admitiam a entrada de dólares no Brasil e mantinham uma reserva, mesmo enquanto se elevavam as importações. Portanto, essa prática só continuaria funcionando enquanto o preço dos itens

primários se conservassem altos, resultado da doença holandesa que nunca foi resolvida no Brasil.

No ano em que Dilma assumiu a presidência, o preço das *commodities* caíram significativamente. Desta forma não havia margem para sustentar o modelo de Lula, pelo menos sem reduzir as taxas de juros, ela precisava ainda segurar moeda estrangeira no país e manter o grau de investimento. Reduzindo os lucros dos especuladores, o valor que costuma cair no colo do rentismo financeiro, a partir do pagamento das dívidas da base social, incluindo aí a classe média, ficaria na mão da massa da população mantendo maior seguridade social no período. Em outras palavras, com os produtos primários em alta, era possível manter o rentismo e distribuir renda por meio de programas sociais, a partir de 2011 essa prática não tinha mais como se sustentar, alguém teria de sair perdendo (CARVALHO, 2018).

A presidente, sem o mesmo potencial de popularidade que seu antecessor, não tinha condições políticas de manter os juros baixos, de modo que o Banco Central os aumenta, impondo a ela uma grande derrota política. Carvalho (2018) reconhece outro problema limitante à imagem da presidente perante a população, o fato de que a classe média não acompanhou os mesmos ganhos que a elite e as camadas da base da pirâmide.

[...] enquanto os 50% mais pobres aumentaram sua participação na renda total de 11% para 12% entre 2001 e 2015, os 1% mais ricos subiram a sua parcela de 25% para 28%. Mais uma vez, fica claro que quem perdeu com o processo de crescimento do período foi o meio da pirâmide: os 40% intermediários reduziram sua participação na renda de 34 para 32% naqueles anos. Tal processo foi chamado por Morgan de *squeezed middle*, ou “miolo espremido” (CARVALHO, 2018, p. 51).

A autora, por meio do trabalho de Morgan, demonstra que a desigualdade não foi muito reduzida. Abrange-se que a classe média em verdade perdeu espaço percentual, é natural nessa perspectiva compreender que essa parte da população fosse a mais descontente com o governo entre o início da crise de 2011, as eleições de 2014 e o processo de *impeachment* de Dilma finalizado em 2016.

Carvalho (2018) reforça a análise quando observa o avanço da inflação do preço dos serviços durante o governo Lula. A sobrevalorização dos salários aumentou a renda dos prestadores menos qualificados, como cabeleireiros, profissionais da construção civil, funcionários domésticos, entre outros. A classe média é aquela que mais se utiliza em volume de tais serviços e teve aumento em seu custo de vida durante aqueles anos. Não à toa é ela uma das classes que vai às ruas em massa para posicionar contra o governo a partir de 2013.



A resolução desse problema se daria em uma política de ampliação de produtividade do trabalho, o que equalizaria o preço dos produtos, serviços e ganhos para os capitalistas. Conjunto que deveria ter sido realizado por Lula durante seu segundo mandato. Carvalho (2018) elucida que o aumento da produtividade com uma quantidade menor de trabalhadores por empresa ou menos horas individuais de trabalho resolveriam a questão.

Por outro lado, para garantir o ganho real das camadas populares poderia haver um equilíbrio quanto ao rendimento salarial menor através da oferta de serviços públicos com mais qualidade e menor custo. Em suma, investindo-se em educação, transportes e saúde, aumentar-se-ia indiretamente os ganhos da população, isso sem necessidade do aumento real dos salários. Bresser-Pereira (2016, pp. 368-369) avigora a análise, isso porque discorre de outros problemas não corrigidos na política econômica de Dilma.

Dos cinco preços macroeconômicos, quatro ainda estavam fora de lugar: (1) a taxa de câmbio, que mantinha-se muito abaixo do equilíbrio industrial; (2) devido a isto, a taxa de lucro das empresas caía a cada ano [...], e a taxa de lucro esperada continuava muito baixa senão negativa, desestimulando os investimentos; (3) a taxa de salários, que continuava a crescer mais rapidamente do que a produtividade, devido à política de salário mínimo e à relativa escassez de mão de obra, esta associada à queda da natalidade desde os anos 1980; e (4) a taxa de inflação, que estava abaixo de 6% e começou a subir devido à depreciação. Dos cinco preços macroeconômicos, apenas a taxa de juros tinha sido colocada no lugar certo, mas logo o governo perderia capacidade política de manter a taxa de juros real entre 2% e 3% ao ano.

Tais políticas culminaram no Brasil em ampliação do processo de desindustrialização com queda de investimentos no mercado interno, aos quais por sua vez são direcionados para o exterior, e aumento da inflação. As taxas de desemprego se mantiveram baixas em razão da falta de mão de obra, fato explicado em parte também pela redução da população economicamente ativa brasileira. Contudo, a longo prazo, a diminuição dos investimentos e a falência das empresas culminariam em um aumento relevante desse problema entre 2014 e 2015. Por fim, o preço das *commodities* se mantiveram em baixa ao longo da década de 2010, o que demonstra a partir da estagnação econômica no período a ação da doença holandesa.

O capital político do PT se manteve estável até 2012. A manutenção da valorização salarial e o baixo desemprego naquele ano eleitoral demonstram a força de Lula, seu partido consegue eleger 638 prefeituras, incluindo o município de São Paulo com Fernando Haddad. Repetindo então a façanha de transferir votos para um candidato até aquele pleito pouco conhecido. Entretanto, as instabilidades econômicas não haviam se resolvido, o governo havia evitado as medidas impopulares, mas a não resolução daqueles problemas vão se traduzir em uma série de protestos a partir de 2013.

Do ponto de vista social e político, Dilma tem de enfrentar as manifestações que ficaram conhecidas como Jornadas de Junho. O movimento começou com a insatisfação do aumento do preço do transporte público em São Paulo, o evento em si foi organizado pelo Movimento Passe Livre (MPL). Este, um grupo que, conforme Medeiros (2013), lutava pela não mercantilização dos meios de transporte e se autodeclarava independente e apartidário.

A imprensa noticiou o movimento com norteamo crítico em relação ao então prefeito de São Paulo, pois havia a previsão do aumento das tarifas de ônibus em 20 centavos. Nas ruas, o movimento foi reprimido com uso da polícia e a manifestação ganhou simpatia da população, o que trouxe maior número de participantes. De acordo com Medeiros (2014), existiram dois grupos distintos em marcha: aquele com pautas mais delimitadas e melhor planejamento, relacionados a agremiações políticas de esquerda; e outro sem experiência em manifestações, mais desorganizado e com ênfase no discurso anticorrupção.

A ampla divulgação da mídia ascende o movimento em escala nacional. Toda a agitação de corrupção em correlação ao PT desde o “Mensalão”, o descontentamento de parte da classe média e a então estagnação econômica traduzem-se em uma série de levantes pelo país. Havia nos protestos indivíduos progressistas, conservadores, de classes populares e da classe média (CHAUÍ, 2016).

Nesta desarticulação ocorreram embates internos dentro das próprias manifestações com agressões às partes partidárias, como escreve Souza (2016). A falta de liderança e um norte específico tornou o grupo uma massa de manobra fácil de manipular, a imprensa só precisava indicar o caminho e foi o que ocorreu.

A princípio, um descontentamento legítimo de crítica aos altos custos frente a um serviço limitado legitimou um levante de parte da classe média. Esta ganhou apoio dos meios de comunicação, que apresentou pela primeira vez de forma expressiva seu descontentamento com a camada política desde 1985. Bresser-Pereira (2016) esclarece que a entrada da classe média nas manifestações acrescenta um viés conservador, concretizando uma mudança que já estava em curso anteriormente. Era o início do fim do pacto costurado entre as elites e as divisões populares estabelecida ao fim da ditadura Civil-Militar, acordo em que o governo Lula havia se assentado no melhor momento, principalmente a partir de 2006.

O discurso das Jornadas de Junho se enviesou em sentido ao combate à corrupção, secundarizando os elementos iniciais dos protestos, de modo que as elites, representadas pela imprensa, focam na corrupção parcializada. Nesta conjuntura, Souza (2016) detalha a mudança no comportamento jornalístico no decorrer de junho de 2013, como a mensagem deixa de ser

crítica aos manifestantes em um primeiro momento e, a partir da ocasião em que a classe média entra no movimento e se direciona contra o governo federal, passa a ser legitimada.

A popularidade de Dilma caiu 8% após uma semana do início dos protestos e seguiu caindo durante a realização da Copa das Confederações que estava ocorrendo na segunda metade daquele mês. Depois disso continuou a se reduzir conforme outros protestos esporádicos foram ocorrendo até a Copa do Mundo em 2014. (SOUZA, 2016).

Nesse sentido, Dilma, que já tinha na economia problemas relevantes a tentar solucionar, começa a perder parte do apoio considerável que ainda tinha. A opinião pública começava a questionar a capacidade de seu governo, tal situação colocava em risco a possibilidade de reeleição que parecia certa anteriormente. Mesmo com as dificuldades no setor econômico, os índices sociais se mantinham próximos aos parâmetros do governo Lula, o que ainda dava alguma margem a então presidente.

O ano de 2014 colocou Dilma em corrida eleitoral com Aécio Neves, o então candidato do PSDB. Ele já havia exercido em seu histórico na política os cargos de deputado federal e de governador por Minas Gerais. Naquele momento, era senador da República pelo mesmo estado, tinha como herança política o fato de ser neto do presidente eleito pelo congresso, mas não empossado, Tancredo Neves. Cabia a ele, portanto, tentar quebrar a hegemonia de três eleições presidenciais vencidas pelo PT em sequência.

As eleições de 2014 foram marcadas pela mais acirrada disputa na dualidade entre PT e PSDB. A queda de popularidade de Dilma, bem como acusações de corrupção de ambos os partidos e denúncias sobre comportamentos de natureza pessoal dos candidatos marcaram o discurso da campanha, principalmente no segundo turno, como expõe Ribeiro (2015).

A retórica da anticorrupção também afetou o partido de Aécio, que, por dias antes da primeira etapa do pleito, viu-se atrás de Marina Silva, que agora tentaria a presidência pelo PSB. Em realidade, ela seria a vice em uma chapa encabeçada pelo então governador de Pernambuco Eduardo Campos, no entanto ele faleceu pouco antes do início da campanha eleitoral em um acidente aéreo. Ela então assume o posto de titular e segue em sua segunda tentativa de chegar ao Planalto. (RIBEIRO, 2015).

Entre os demais candidatos, a mais proeminente era Luciana Genro, filha do então governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, um político histórico do PT gaúcho. Ela disputou o pleito pelo PSOL, também era uma dissidente do PT, assim como Plínio e Heloísa Helena. Luciana foi expulsa do partido por discordância quanto às deliberações da reforma da previdência. A candidata havia exercido o cargo de deputada estadual e federal em mandatos do PT e, mais recentemente, também pelo PSOL, nas mesmas funções. Com um discurso

direcionado à crítica ao PT e também ao PSDB, assim como nas duas candidaturas de seu partido anteriormente, chega ao fim do primeiro turno em quarto lugar como se observa no Quadro 26.

Quadro 26 - Resultado do Primeiro Turno das eleições presidenciais do Brasil em 2014

<b>Candidato</b>	<b>Partido</b>	<b>Votos</b>	<b>Proporção</b>
Dilma Rousseff	PT	43.267.668	41,59%
Aécio Neves	PSDB	34.897.211	33,55%
Marina Silva	PSB	22.176.619	21,32%
Luciana Genro	PSOL	1.612.186	1,55%
Pastor Everaldo	PSC	780.513	0,75%
Eduardo Jorge	PV	630.099	0,61%
Levy Fidelix	PRTB	446.878	0,43%
José Maria de Almeida	PSTU	91.209	0,09%
José Maria Eymael	PSDC	61.250	0,06%
Mauro Iasi	PCB	47.845	0,05%
Rui Costa Pimenta	PCO	12.324	0,01%
Total válidos		104.023.543	100%

Fonte: TSE. Organizado pelo autor.

Dilma chega à frente no primeiro turno com 41,59% dos votos válidos, Aécio vem logo em seguida com 33,55%. As pesquisas da semana anterior ao primeiro turno não indicavam claramente quem seria o adversário da petista, os números indicavam que ela dificilmente alcançaria os mais de 50% necessário para o encerramento da disputa. Marina por seu turno aparecia na frente do candidato do PSDB, porém com indícios de crescimento deste que parecia se recuperar após queda durante o início da campanha. Marina consegue na abertura das urnas 21,32% da preferência e fica mais uma vez em terceiro lugar.

Já Luciana Genro, apesar do quarto lugar, apresenta melhora em seus valores quando comparada ao desempenho de Plínio. No entanto, ainda abaixo do que Heloísa Helena havia conseguido em 2006, ela e os demais candidatos em conjunto chegaram a aproximadamente 4% dos votos válidos, não representando relevância maior no resultado do primeiro turno, dada a distância de Dilma em relação à possibilidade de 50% dos votos válidos.

Aécio consegue o importante apoio de Marina para o segundo turno. Em um ano eleitoral mais acirrado, esse fato deixou a disputa sem possibilidade da abertura de uma vantagem maior. As pesquisas colocavam ora o tucano, ora a petista na frente, deixando uma pequena margem de diferença entre os dois durante a segunda fase da campanha. Ribeiro (2015) relata que além da exasperação pela proximidade da preferência do eleitorado, aquela corrida

ficou marcada pela preleção provocativa que contaminou também os votantes, conflitos entre militantes dos dois partidos ocorreram nos dias anteriores à votação, nas redes sociais e nas ruas.

O discurso de ambos postulantes emergiu com maior agressividade nas propagandas na televisão e nos debates. Dilma defendia as conquistas sociais dos governos petistas ao mesmo tempo que associava seu adversário ao que ela denominou como retrocesso nos anos dos governos do PSDB, além disso foram recorrentes acusações de cunho moral, como supostas agressões a terceiros e uso indevido da máquina pública no estado de Minas Gerais em benefício de parentes. Aécio, por sua vez, associou a imagem do PT à corrupção do “Mensalão” e à incompetência em lidar com os problemas econômicos dos últimos anos.

As propostas relacionadas de fato aos projetos econômicos e sociais ficaram em segundo plano, gerando críticas sucessivas dos setores mais politizados da sociedade a ambos. A partir desse cenário, Aécio consegue capitalizar mais votos dos descontentes com os governos petistas, principalmente com o apoio de Marina. Ainda assim, o eleitorado desta última parecia se dividir o suficiente para favorecer Dilma.

Marina se esforçava para ficar em uma posição de centro, desta maneira os pressupostos ideológicos de seus eleitores poderiam pender mais às propostas conservadoras de Aécio ou em visão mais progressista em torno do PT. Dilma tem êxito nesse embate, todavia, com uma margem de votos pequena, como esclarece o Quadro 27.

Quadro 27 - Resultado do Segundo Turno das eleições presidenciais do Brasil em 2014

<b>Candidato</b>	<b>Partido</b>	<b>Votos</b>	<b>Proporção</b>
Dilma Rousseff	PT	54.501.108	51,64%
Aécio Neves	PSDB	51.041.155	48,36%
Total válidos		105.542.27	100%

Fonte: TSE. Organizado pelo autor.

A diferença entre Dilma e Aécio foi a menor no histórico eleitoral para o cargo da presidência até então, uma distância pouco superior a 3% dos votos válidos. Ela consolidou 51,64% da preferência com valores absolutos superiores a 54,5 milhões de votos. O tucano ficou com 48,36% do eleitorado, chegando a pouco mais de 51 milhões de votantes a seu favor ao final do fechamento das urnas.

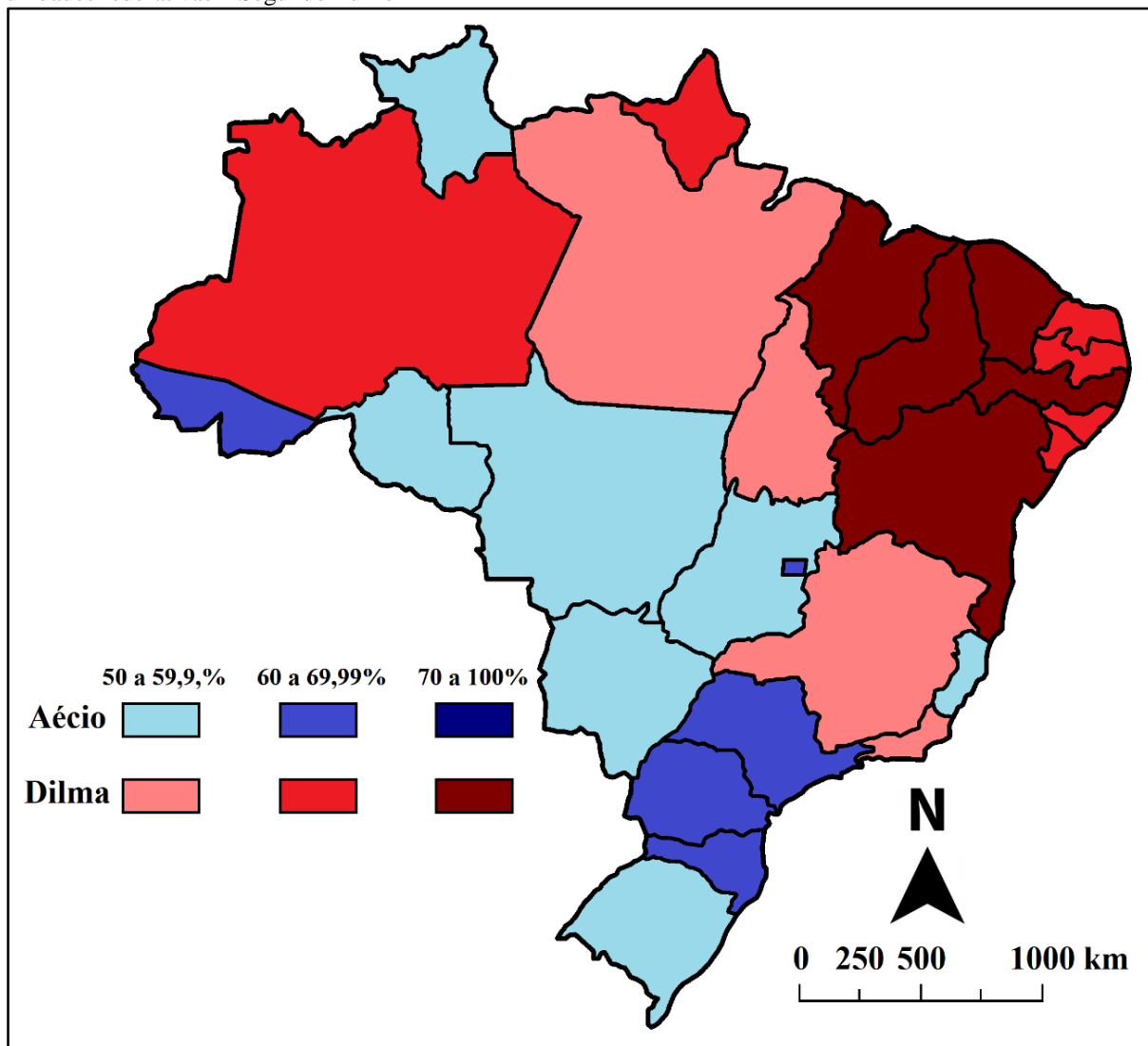
Fica evidente o maior deslocamento de votos para Aécio entre o primeiro e o segundo turno. Ele avança em aproximadamente 16 milhões, enquanto Dilma consegue pouco mais de 11 milhões da preferência eleitoral. A soma desses valores chega a superar o valor total de votos

de Marina na primeira etapa do pleito, que havia sido de pouco mais de 22 milhões de votos válidos. É pertinente, nesse aspecto, observar que parte dos outros candidatos ajudaram a compor os números finais de Dilma e de Aécio, além de eleitores que não votaram anteriormente ou escolheram anular ou votar em branco em um primeiro momento. Fato que fica evidente com o aumento dos votos válidos em mais de 1,5 milhão no segundo turno.

Dilma se elege com um plano de governo de ordem progressista, pelo menos em sua fala prometia manter os programas sociais sedimentados nos anos anteriores e uma política econômica heterodoxa. No entanto, ela não apresentava mais o mesmo apoio do início de seu primeiro mandato, o primeiro embate do governo se inicia com o questionamento da oposição quanto ao resultado das eleições. Estes exigiram, inclusive, uma auditoria junto ao TSE para recontagem dos votos, o que inflama parte da população que se encontrava já descontente e com um sentimento de antipetismo enraizado.

O resultados das eleições evidenciaram factualmente a disputa mais polarizada desde a redemocratização. Essa característica fica explícita na distribuição territorial dos votos no país, a contraposição entre progressismo e conservadorismo ficava mais intensa se comparada às corridas anteriores. O mapa da Figura 11 ilustra tal cenário.

Figura 11 - Mapa com o resultado proporcional dos candidatos das eleições presidenciais do Brasil em 2014 por unidades federativas – Segundo Turno



Fonte: TSE. Base cartográfica: IBGE. Elaboração: autor.

A territorialização dos votos segue um padrão semelhante de preferência majoritária ao do pleito de 2010. Os estados com maior necessidade de uso dos programas sociais continuam a votar em maioria com Dilma, principalmente nas regiões Norte e Nordeste com acompanhamento de alguns estados do Sudeste. Aécio mantém a região Sul e consegue a maioria de todo o Centro-Oeste, adicionando então o Distrito Federal.

Observa-se também que em algumas unidades federativas a proporção de votos se alterou no sentido de acrescentar maior margem para um dos candidatos em detrimento do outros. Deste modo, Dilma tem avanço expressivo no Nordeste e Aécio em algumas unidades federativas a exemplo de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Distrito Federal, conforme se pode corroborar por meio do Quadro 28.

Quadro 28 - Resultado do Segundo Turno das eleições presidenciais do Brasil em 2014 por unidade federativa

Segundo Turno	Dilma Rousseff		Aécio Neves		Total Válidos
	Estados	Votos	Proporção	Votos	
Acre	138.922	36,32%	243.530	63,68%	382.452
Alagoas	941.286	62,12%	574.012	37,88%	1.515.298
Amapá	227.414	61,45%	142.664	38,55%	370.078
Amazonas	1.033.090	65,02%	555.810	34,98%	1.588.900
Bahia	5.059.228	70,16%	2.151.922	29,84%	7.211.150
Ceará	3.522.225	76,75%	1.067.096	23,25%	4.589.321
Distrito Federal	580.581	38,10%	943.275	61,90%	1.523.856
Espírito Santo	911.906	46,15%	1.064.067	53,85%	1.975.973
Goiás	1.365.658	42,89%	1.818.087	57,11%	3.183.745
Maranhão	2.475.762	78,76%	667.517	21,24%	3.143.279
Mato Grosso	717.230	45,33%	864.999	54,67%	1.582.229
Mato Grosso do Sul	590.835	43,67%	762.233	56,33%	1.353.068
Minas Gerais	5.979.422	52,41%	5.428.821	47,59%	11.408.243
Pará	2.103.829	57,41%	1.560.470	42,59%	3.664.299
Paraíba	1.380.988	64,26%	767.916	35,74%	2.148.904
Paraná	2.408.740	39,02%	3.765.025	60,98%	6.173.765
Pernambuco	3.438.165	70,20%	1.459.266	29,80%	4.897.431
Piauí	1.385.096	78,30%	383.884	21,70%	1.768.980
Rio de Janeiro	4.488.183	54,94%	3.681.088	45,06%	8.169.271
Rio Grande do Norte	1.201.576	69,96%	516.011	30,04%	1.717.587
Rio Grande do Sul	2.997.360	46,47%	3.452.455	53,53%	6.449.815
Rondônia	364.055	45,15%	442.349	54,85%	806.404
Roraima	97.329	41,10%	139.477	58,90%	236.806
Santa Catarina	1.353.808	35,41%	2.469.079	64,59%	3.822.887
São Paulo	8.488.383	35,69%	15.296.289	64,31%	23.784.672
Sergipe	772.253	67,01%	380.222	32,99%	1.152.475
Tocantins	428.662	59,49%	291.848	40,51%	720.510

Fonte: TSE. Organização: autor.

A partir do Quadro 28, é possível confirmar que Aécio mantém diferença importante no Acre, onde seu partido já havia logrado êxito com Serra em 2010, cenário corroborado com o apoio oficial de Marina. O avanço em outras unidades como Distrito Federal, São Paulo, Paraná e Santa Catarina pode ser atribuído em parte também ao apoio da candidata, ela apresentou bons números em capitais e grandes regiões metropolitanas, presentes em expressiva quantidade nesses estados.

No Distrito Federal, o governo local era do petista Agnelo Queirós, ele pouco pôde fazer para ajudar seu partido, estava mal avaliado e fora atingido também pelas manifestações contra a presidente e o PT a partir de 2013, a capital federal situava-se no centro de muitos



protestos e catalisou a queda de popularidade do partido e seus correligionários. Desse modo, ocorreu uma inversão expressiva na diferença de votos em relação a 2010, com Aécio conseguindo mais de 20% de diferença para Dilma.

A candidata petista aumentou sua margem como um todo em 2014 na Região Nordeste, apresentando números semelhantes aos de 2010 nos estados da Bahia, Ceará e Maranhão, mantendo nestes mais 70% dos votos válidos. Caso semelhante ocorre em Pernambuco, porém já com uma perda considerável em relação ao pleito anterior. Há avanços significativos ainda em Alagoas, Sergipe e Rio Grande do Norte, contudo sem o alcance de 70% da preferência do eleitorado.

Algumas federações, em outras regiões, também apresentaram mudanças, como no Amazonas e no Rio de Janeiro em que a candidata reduz sua distância no comparativo à sua disputa com Serra quatro anos antes. Nas demais unidades, ou ela mantém um percentual semelhante à eleição anterior, ou fica atrás de Aécio com uma diferença de até 20% dos votos válidos.

Dilma teria maiores desafios a partir de então, já que diferente de 2010 não tinha como herança um governo bem avaliado. Lula, ainda que com certa popularidade, não havia atuado de modo preponderante no governo da presidente até então, ela passaria por maiores turbulências a partir do início do segundo mandato.

O PSDB saía derrotado pela quarta vez seguida na disputa presidencial, ainda que o volume de votos do PT tenha diminuído, o que se observou foi uma mudança de discurso do candidato tucano, Aécio se definia deliberadamente como um político da direita com o objetivo de destituir o governo da esquerda representado então pelo PT. As falas de ordem em relação ao corte de gastos, à meritocracia e à valorização de símbolos nacionais, representados nas cores da bandeira do país, revelaram-se intensamente na campanha eleitoral. Esse movimento foi evitado em todas as disputas anteriores, em razão da fragilidade da retórica ser associada à direita conservadora que se encontrava em baixa perante o bom momento do então governo Lula (SOUZA, 2016).

Souza (2016) propõe que a guinada desse movimento tem origem nas Jornadas de Junho, quando o discurso antipartidário se galgava na crítica do PT e de outros grupos identificados com a esquerda. A cor vermelha desses partidos passou a ser condenada e expulsa das manifestações, muitas vezes inclusive com violência. Para o senso comum, identificar-se com pressupostos de esquerda passou a ser a partir de então sinônimo de defesa da corrupção dos governos anteriores, corrupção esta intrínseca também para aqueles que se identificavam

como tal. Nesse sentido, a direita saiu do armário com um discurso velho e conhecido historicamente, eram os defensores da moral, dos bons costumes e da anticorrupção.

A polarização entre Dilma e Aécio ocorre dentro do âmbito de cada unidade federativa. Em comparação ao ano de 2010, a presidente reeleita perdeu maioria somente no Distrito Federal. Contudo, a diferença entre PT e PSDB reduziu-se em vários dos estados em que a petista saiu vencedora, enquanto que o tucano ampliou a diferença conquistada por Serra em 2010 em muitos deles, principalmente no Sul, Centro-Oeste e Sudeste.

De um modo geral, a governabilidade estava ficando comprometida, uma vez que a bancada de deputados da situação se reduziu e o PMDB já não enxergava a vantagem política em associação ao PT. Em verdade aqueles seriam os maiores beneficiados caso o mandato não fosse concluído, já que Michel Temer assumiria o posto.

A margem de manobra política era bem menor para a presidente no legislativo, a composição da Câmara e do Senado reflete uma relativa derrota em comparação ao pleito de 2010. A conciliação com os partidos do centro deveria ser ainda maior do que antes, ela já se sentia pressionada com a nova realidade desde o fim de 2014, quando equivocadamente colocou no Ministério da Fazenda o economista neoliberal Joaquim Levi (CARVALHO, 2018).

Segundo Bresser-Pereira (2016), Dilma se encontrava em uma situação complicada, sem a mesma popularidade e com um país dividido, a conjuntura econômica se encontrava ainda mais instável do que no final de seu último mandato. O último semestre de 2014 é marcado por mais uma queda intensa no preço das *commodities*, esse fato associado à deterioração das relações de troca do país no mercado externo, à queda do lucro das empresas, à elevação das taxas de juros, ao aumento da dívida privada e pública, bem como a uma série de críticas de sua base eleitoral em razão da então política fiscal ortodoxa, realizada pelo ministro da Fazenda, engessam ainda mais as possibilidades de manobra da presidente.

De uma forma geral, Dilma não cumpriu as promessas realizadas em campanha, as medidas tomadas para tentar resolver a crise foram de natureza essencialmente neoliberais. Isso deixou uma parte da base progressista descontente, principalmente aquela mais intelectualizada e já crítica da manutenção do neoliberalismo enquanto alicerce econômico nos governos petistas. Anteriormente, Lula, a partir da conciliação de classes, mantinha investimentos em áreas de interesse público, mas naquele momento, junto a Levi, o governo previa expressivos cortes nesses setores.

Percebendo o erro que cometera, Dilma delimitou um plano de recuperação para a retomar a industrialização e o consumo no país, cortou encargos de diversas áreas da indústria e do consumo, como Lula fizera em 2008. As quedas de arrecadação da máquina pública

levaram o país a um déficit primário comprometendo a responsabilidade fiscal do governo em 2015, já que não havia reservas como na década anterior e o preço dos itens primários estava demasiadamente baixo para equilibrar a equação. Portanto, as desonerações naquele momento foram outro equívoco, bem como os cortes de gastos públicos realizados em diversas áreas.

O problema é que, entre os mais de 2% do PIB em medidas de ajuste aprovadas em 2015, não constaram, por exemplo, o fim da maior parte das desonerações tributárias concedidas ao setor empresarial, a implementação do teto de remunerações de 33,7 mil reais para os servidores públicos ou a volta da CPMF. Já os investimentos públicos caíram cerca de 37%. [...] Ao contrário do que havia sido prometido, as medidas fiscais recessivas e o baixo crescimento projetado só contribuíram para fazer despencar a confiança dos investidores, [...] que, depois de uma pequena recuperação no fim de 2014, caiu mais de 20% no primeiro semestre de 2015. Os investimentos privados também caíram 11,6% só no primeiro semestre e 13,9% no acumulado do ano (CARVALHO, 2018, pp. 99-100).

Carvalho (2018) acrescenta algumas das consequências da soma de variáveis desastrosas no campo econômico, as empresas também estavam perdendo capital e o desemprego seria inevitável. Consequentemente, ocorre a desvalorização dos ganhos salariais, resultando no corte de gastos dentro das famílias, ocasionando, por fim, a redução do consumo, este um dos elementos que foram importantes para o crescimento do país nos anos 2000.

A queda de arrecadação foi o resultado dessa sequência de problemas, mesmo com os ajustes fiscais o Brasil teve um déficit primário em 2015 pior do que no ano anterior. Por outro lado, as correções dos preços, alguns antes subsidiados, era inevitável, visto que as contas públicas apresentavam aquele prejuízo; a inflação aumentou significativamente, principalmente com o aumento do preço de itens mais básicos, a exemplo da conta de luz, reduzida artificialmente meses antes das eleições de 2014.

Os péssimos números na economia já significavam motivação suficiente para as críticas contra a presidente, soma-se a esse fator a relação de ódio que se estabeleceu a partir das elites e da classe média (SOUZA, 2016). A margem de vitória havia sido pequena e com o crescente desemprego o governo possivelmente já não detinha apoio daquela maioria eleitoral, mesmo entre as camadas mais populares também atingidas pela desocupação. A situação se agravou com a crise política e qualquer contrapartida de Dilma e sua equipe ministerial em sentido à resolução dos problemas encontrava dificuldade de diálogo no congresso (BRESSER-PEREIRA, 2016).

Souza (2016) coloca que não havia disposição em sentido primário à resolução da crise econômica. A queda da popularidade de Dilma se somava aos constantes ataques das elites e da classe média por meio da imprensa, os quais reverberavam negativamente junto às classes

da base. Não havia paciência aparentemente de esperar o fim do mandato da presidente, só precisariam de uma justificativa aparentemente legal para implementar algum tipo de lógica que sustentasse seu *impeachment*, isso para evitar o desgaste da crítica que viria da oposição quanto ao discurso da ruptura democrática.

É pertinente salientar que em um sistema presidencialista, um governo, por mais incompetente que possa ser, tem legitimidade democrática para continuar até o fim do mandato, com exceção da ocorrência de um crime de reponsabilidade, conforme situa a legislação, pelo menos no caso do Brasil.

Nesse aspecto, enfatiza Bresser-Pereira (2016), novos escândalos de corrupção vêm à tona com a operação Lava Jato, tendo a Petrobrás como principal envolvida em supostos esquemas de pagamento de propinas. Souza (2016) acrescenta que o uso de estatais para distribuição de cargos foi a solução encontrada para a manutenção do apoio no congresso após o “Mensalão”, fato que, no entanto, ocorria desde muito antes com evidências de desvios desde antes do governo FHC. A valorização da empresa frente às então recém exploradas reservas do Pré-sal se deu de forma consistente para manter acordo com o congresso até então.

De qualquer maneira, se havia de fato corrupção na Petrobrás e em outras empresas estatais, ela se dava de forma equitativa ou mesmo pior em relação a outros partidos, sejam aliados ao governo ou oposição. Ainda que tal não justifique a corrupção em si, contudo, na grande imprensa, o PT parecia protagonizar sozinho aqueles escândalos, deixando em segundo plano a participação de outros na equação, a exemplo do então presidente da Câmara Eduardo Cunha, do PMDB.

O período levou os atores sociais mais conservadores a culparem demasiadamente a corrupção pelas práticas do PT. Nesse sentido, além dos desvios de recursos, os investimentos em políticas sociais seriam uma das causas da crise para aqueles. Bresser-Pereira (2016) contrapõe esse argumento esclarecendo que os problemas na economia foram gerados por políticas fiscais equivocadas, ou feitas tardiamente após a queda dos preços das *commodities*.

As denúncias de corrupção eram noticiadas diariamente, colocando o PT como ator preponderante na situação, o vice-presidente Temer, aliado de Cunha, conspira contra o governo e inicia a estratégia para derrubar Dilma com um *impeachment*. Cunha tinha vários pedidos para abertura do processo guardado, demandando uma ação àquela que havia saído com Collor mais de duas décadas antes. Cunha esperava apoio do PT no Conselho de Ética da Câmara, o qual julgava um possível processo de cassação de seu mandato iniciado em razão da quebra de decoro parlamentar, isso por ter mentido sobre a existência de contas bancárias na Suíça, o apoio esperado não veio e ele deu prosseguimento ao *impeachment*.

Esclarece-se que a acusação que legitimou o impedimento de Dilma não se configura em exatidão como crime de responsabilidade, juristas debatem sobre a legitimidade do processo, alguns concordam com a procedência da acusação e outros não. O artifício resultou na destituição da presidente mais em razão da perda de sua popularidade e da falta de base política na Câmara dos Deputados, no Senado e no Judiciário naquele momento. Dessa forma, a manobra utilizada pela oposição em acordo com a maior parte dos veículos de imprensa se configura em golpe de Estado, conforme concordam Bresser-Pereira (2016), Chauí (2016), Gomes (2020), Souza (2016), entre vários outros autores. Salienta-se que o motivo impetrado não tinha relação direta com a Lava-Jato, a qual atingira mais intensamente o ex-presidente Lula, Dilma foi acusada de praticar pedaladas fiscais.

Impeachment em nossa Constituição é um remédio extremo para retirar um presidente contra o qual haja provas de crime de responsabilidade dolosamente praticado no exercício do mandato. É um processo político, pois levado a cabo pelo Congresso Nacional, mas que não pode prescindir do elemento jurídico e legal: a comprovação do crime doloso de responsabilidade. E isso, evidentemente, não inclui uma manobra fiscal (a “pedalada fiscal”) aprovada por pareceres técnicos, executada por um membro do segundo escalão, que é feita todo ano desde FHC e que não envolve dolo ou desvio de recursos (GOMES, 2020, p. 71).

A deslegitimidade do processo não se encontra de forma deliberada na legislação, mas sim na série de eventos que trazem incoerências, os quais – sob um pressuposto de mínima neutralidade – não terminariam na condenação da presidente. A dita manobra fiscal já havia sido feita por vários outros governantes em seus mandatos, tanto por Lula quanto por FHC, de forma que foi considerada um ato ilegal somente com Dilma. Acrescenta-se que após dois dias da confirmação da destituição da petista, a prática é legalizada no Congresso, dando margem ao seu substituto imediato, Michel Temer, realizá-la quando necessitasse.

O que incidia sobre Dilma, em factualidade, eram acusações de natureza orçamentária. Segundo Carvalho (2018), havia duas frentes de debate que desfavoreciam as ações da presidente do ano de 2015. Uma delas reforçava que os ajustes fiscais não haviam sido realizados e por isso não existiam recursos suficientes, já a outra remetia à perda de investimentos do país por culpa da instabilidade econômica causada pelo governo. A lógica desse debate era infundada, pois a falta de recursos tinha origem na menor arrecadação causada pelas desonerações fiscais, os ajustes haviam sido feitos e o baixo investimento privado continuaria mesmo após as implementações que Temer planejava com seu plano econômico, excessivamente neoliberal, chamado de Ponte para o Futuro.

Antes da nomeação oficial de Temer, Dilma é de fato destituída da presidência. As pesquisas de satisfação quanto ao governo em realidade tinham números desfavoráveis à ela, todavia havia a militância do partido e outros grupos progressistas que não apoiaram o *impeachment*. Isso, seja por discordância jurídica, ou a partir da conclusão de que a prévia do governo que viria em sequência implantaria deliberadamente as medidas neoliberais com maiores cortes de investimentos públicos e mais ajustes fiscais. Ações sem a contrapartida de um planejamento de retomada de crescimento com base na soberania nacional, como aponta Gomes (2020).

Dessa forma, o governo Michel Temer insere oficialmente um projeto de governo neoliberal. Ainda que exista a crítica das medidas econômicas por parte dos governos do PT, a partir daquele momento não havia demonstração de equilíbrio em relação à preocupação com os programas sociais e investimentos em áreas que tiveram relativo avanço anteriormente como saúde e educação. Esses pressupostos se firmam a partir da insuficiente preocupação com determinados setores sociais, a exemplo, Temer dissolve os ministérios da Reforma Agrária, das Mulheres e dos Direitos Humanos com a justificativa de se eliminar gastos supérfluos.

Uma direita empenhada em reduzir o gasto social do governo em educação, saúde, e previdência social, apresentando como justificativa para isso ao tese sem cabimento que a principal causa da crise de 2015 decorria de um desequilíbrio fiscal “estrutural”; uma direita que não quer pagar impostos e, assim, resolve este e todos os outros problemas econômicos através do ajuste fiscal; uma direita desvinculada da ideia de interesse nacional, e, portanto, que acredita com toda a evidência que quanto mais o país receber investimentos de multinacionais melhor; uma direita rentista, para a qual uma taxa de câmbio apreciada é algo muito atrativo; uma direita financista, para a qual juros reais muito elevados fazem parte da natureza das coisas. BRESSER-PEREIRA (2016, pp. 382-383).

Portanto, Temer enfrentou a crise com corte de investimentos e redução de aporte nos programas sociais. Não se preocupou em baixar as taxas de juros, e continuou, portanto, beneficiando o rentismo. Ele aprovou o Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 241/2016 que constituiu o congelamento na política de gastos públicos por 20 anos, admitiu uma reforma trabalhista que beneficiou os contratantes de mão de obra, os quais passaram a ter como possibilidade sobrepor acordos individuais em detrimento da CLT, que precarizam principalmente os trabalhadores com salários mais baixos e aqueles terceirizados.

A recessão econômica estacionou, conforme Bresser-Pereira (2016), mais pela recuperação do preço das *commodities*, pela manutenção da desvalorização do real e da consequente pequena recuperação industrial do que pelos cortes nos gastos públicos. Ainda

assim, a estagnação demonstrava uma economia distante do crescimento que ocorria em outros países emergentes.

A justificativa de Temer e de sua equipe econômica, tendo como base Henrique Meirelles no Ministério da Fazenda, era de que as medidas retomariam o crescimento. Os direitos adquiridos antes supostamente não se sustentavam e os recursos das políticas sociais deveriam ser redirecionados, pois segundo o novo governo se traduziriam em retomada do pleno emprego. O discurso é de que a flexibilização trabalhista aumentaria a oferta de trabalho por gerar menos custos ao empregador, previsão que não ocorreu. Em realidade, as propostas de um modo geral se traduziam em velhas políticas de austeridade que dificilmente se convertem em crescimento.

Carvalho (2018) escreve que em dado momento Meirelles declara que o planejamento econômico se daria por meio de redução de despesas, de privatizações e do aumento de impostos, o que não indicava melhora significativa para a maior parte da população. As classes da base social perderiam com o corte de investimentos em áreas de saúde, educação e previdência. Já a classe média seria aquela mais atingida pelo aumento de impostos, Por fim, o próprio Estado perderia com a política de privatizações, em um ganho de curto prazo que retira divisas dos lucros dessas empresas no futuro.

É notório que o discurso para retirada do PT do executivo federal não tinha identificação racional com o fator corrupção. O governo Temer passa por diversas situações envolvendo sua base de apoio, bem como ele próprio. O então presidente é flagrado em um áudio com o empresário Joesley Batista em que supostamente discutiam a compra do silêncio de Eduardo Cunha, naquele momento já preso, isso para a não realização de uma delação premiada que comprometeriam ambos, assim como parte de sua base aliada do novo governo. (CARVALHO, 2018).

Joesley é proprietário do grupo JBS SA., uma holding brasileira da indústria de alimentos. A corporação era alvo de várias operações da Polícia Federal e do Ministério Público, o empresário e seu irmão Wesley Batista entram em acordo para realizar uma delação premiada. Isso possivelmente em preocupação quanto ao que já ocorrera com alguns outros empresários na Operação Lava Jato que estavam detidos.

Além dos áudios comprometendo o presidente, havia ainda gravações envolvendo Aécio Neves e sua irmã, os quais queriam dinheiro para custas processuais para defesa de acusações na própria Lava Jato, o tucano perde expressivo apoio popular na situação. Já o movimento de crítica a Temer, foi aquém de todo o tumulto em torno de Dilma com suas pedaladas fiscais.

Sob o ponto de vista econômico, todas as previsões que projetavam a saída de Dilma como o melhor para a economia não se deram da forma esperada, a queda do PT supostamente traria a volta dos investimentos do setor privado estimulados pelos devidos cortes nos gastos públicos. Ainda que em 2017 a economia tenha voltado a crescer timidamente, muito é devido à liberação das contas inativas do FGTS que, por outro lado, retirou recursos que poderiam ser usados para programas de habitação. Estes no final da década de 2000, tinham inclusive ajudado na superação da crise 2008, como informam Souza e Hoff (2019).

Pelo passado recente, no que tange o *impeachment* de Collor, talvez o que a parte do senso comum imaginasse fosse uma recuperação semelhante ao que Itamar logrou realizar por meio do Plano Real. Em realidade o que ocorreu foi que, ao final de seu mandato, Temer não tinha base de apoio popular, era criticado pelos setores progressistas e também refutado pelos mais conservadores. Isso tudo em razão de seu governo ter se estagnado no quesito econômico e pelo descontentamento pelas várias denúncias de corrupção. Quanto aos setores do mercado, não havia movimento intenso de apoio, o seu partido lançaria um candidato que já iniciaria a corrida eleitoral em desvantagem, absorvendo a impopularidade do então presidente que chegou ao fim de seu governo com 7% de aprovação.

O próximo governo, aprofundado na próxima subseção, demonstra o fracasso de fato do segundo Pacto Nacional Popular. A tentativa de conciliação de classes em busca do desenvolvimento da nação fracassa e tem-se o retorno, por vias democráticas, de uma espécie de acordo liberal com perspectivas de dependência novamente, só que sob a ótica de um discurso autoritário e não modernizante. Aparentemente, de acordo com a periodização dos ciclos de Estado e Sociedade e pactos políticos de Bresser-Pereira (2016), o governo Bolsonaro é uma espécie de acordo social particularizado.

### **3.1.5 As eleições de 2018: o início do governo Bolsonaro**

As eleições de 2018 se encaminhavam para um possível retorno do ex-presidente Lula ao Planalto. O fato de Temer estar envolvido em escândalos de corrupção e sem capacidade de reverter os problemas causados pela crise no âmbito social e econômico leva o pré-candidato do PT a chegar à liderança das pesquisas eleitorais desde um ano antes do pleito.

Todavia, desdobramentos da operação Lava Jato o colocam como réu em mais de um processo, Lula é condenado a partir de justificativas discutíveis, uma vez que vários especialistas da área jurídica questionam a falta de provas para tal resultado. Mesmo com a



definição provisória de sua culpa, ainda em segunda instância, portanto, sem a finalização do processo em trânsito em julgado, o ex-presidente é preso e impedido de concorrer ao pleito.

O PT demora para indicar um substituto, o partido acreditou na possibilidade de reverter o quadro do encarceramento de Lula e na sua capacidade da transferência de votos, a exemplo do que fez com Dilma em 2010. A prática não surtiu efeito, o partido não detinha a confiança de outros tempos, encontrava-se desmoralizado pelas sucessivas acusações da Lava-Jato e com a incapacidade de se defender de forma concreta perante a população, mesmo em faixas de renda mais baixas.

Desta maneira, o PT havia perdido potenciais eleitores e isso seria concretizado no fechamento das urnas ao fim de 2018. Em hipótese, é possível que Lula conseguisse se eleger por conta de seu histórico e pela ainda considerável popularidade, no entanto, a transferência de votos em um cenário distinto dos prósperos anos da década de 2000 não surtiram efeito, ainda que o indicado pelo partido fosse já mais conhecido do que a opção escolhida em 2010.

O candidato escolhido pelo PT foi Fernando Haddad, professor universitário, tinha como histórico político o fato de ter sido ministro da Educação de Lula e prefeito do município de São Paulo entre 2013 e 2016. Foi eleito naquela oportunidade em um movimento semelhante à vitória de Dilma em 2010, quando recebeu votos por transferência, justamente no último ano de maior popularidade do partido. Essa mobilização deixou outros grupos progressistas descontentes com o partido, pois, ainda que existisse ainda uma base militante e certa popularidade, por outro lado havia intensa rejeição assentada por anos de difamação na mídia.

Nessa conjuntura, Ciro Gomes se coloca novamente como uma opção no pleito, apresentando-se como integrante de um projeto progressista nacionalista, ao mesmo tempo crítico às atuações do PT no campo econômico, isso principalmente após o ano de 2011. Por outro lado também se posicionou contra Bolsonaro, deixando em evidência a inexperiência deste, assim como a sua incapacidade enquanto deputado federal. Ele esperava apoio do PT e repreendia a inviabilidade da candidatura do partido pela baixa possibilidade de vitória em um provável segundo turno, não houve acordo e o PDT empreende uma chapa individual, fato que provocou uma cisão entre as militâncias lulistas e brizolistas.

Quanto ao PSDB, por outro lado, a operação Lava-Jato respingou em diversos políticos do partido também, entre eles como já mencionado Aécio Neves. A população, de um modo geral, apresentou uma significativa descrença na política tradicional, o próprio governo Temer que tentava se equilibrar perante a população como uma forma de centro, isso entre a polarização PT e PSDB pelo menos, demonstrava-se desacreditado. Aécio por ter sido denunciado por corrupção e flagrado nos áudios da JBS foi definitivamente descartado

enquanto possibilidade pelo seu partido, deixando o posto novamente para Geraldo Alckmin. Contudo, a deterioração política do PSBD se confirmou de forma mais intensa quando comparada a do PT, seu candidato sequer chegou à terceira colocação no primeiro turno.

Outro candidato que apresenta um resultado proeminente na disputa é João Amoêdo. O então postulante é empresário e se dispunha como uma alternativa para os votantes mais inclinados ideologicamente à direita. Autodeclarou-se como uma inovação em relação aos candidatos da velha política, uma vez que nunca havia se candidato anteriormente, a sua única ocupação política relevante era de presidente do próprio partido. Não por acaso, sua agremiação é denominada Partido Novo (NOVO), ainda que essa fosse a retórica, as propostas anunciadas não diferiam do que também propunha outros concorrentes mais conservadores, ou seja, a redução da atuação do Estado e uma indicação de políticas de privatização. Desta forma, a sensação de novidade ficou somente no discurso.

O antigo PMDB, a partir do final de 2017 somente Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de Temer, lançou Meirelles como opção naquelas eleições, o qual tentou se posicionar como um candidato central entre a polarização estabelecida por esquerda e direita. Quanto a cargos eletivos, o economista havia conseguido votos suficientes para ocupar uma cadeira no congresso como deputado federal em 2002, pelo estado de Goiás. Ele nunca assumiu o cargo, pois aceitou o convite de Lula para administrar o Banco Central até 2010. Em realidade, ele não convenceu os eleitores, em um movimento semelhante ao que ocorreu com Ulysses Guimarães em 1989, este último absorvera a baixa popularidade do governo Sarney, de modo que Meirelles, enquanto representante do agora MDB de Temer, tem o mesmo destino. Obviamente que a comparação é do cenário, não do histórico político de Ulysses e Meirelles.

Marina Silva mais uma vez tentaria chegar ao Palácio do Planalto, desta vez pela REDE. Ela inicia sua campanha razoavelmente bem, com bons números nas primeiras pesquisas. No entanto, vai perdendo preferência no decorrer da disputa, chegando atrás de postulantes até então menos conhecidos do eleitorado ao final do primeiro turno.

Alguns candidatos atuaram intensamente nos debates e chamaram atenção do público quanto a temáticas polêmicas. No âmbito da esquerda esse papel foi de Guilherme Boulos que, pelo PSOL, concorria para manter o histórico de contraposição do partido em relação à esquerda *light* petista, e os demais normalmente direcionados a uma postura liberal ou conservadora. Era até aquele momento relativamente conhecido como participante do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), o qual luta por acesso digno ao direito à moradia, sendo atuante de forma mais preponderante na cidade de São Paulo.

Pela direita, sob um discurso moralista religioso e conservador, Cabo Daciolo surge com uma fala também dotada de proteção aos valores familiares, põe-se como alternativa pelo partido Patriotas (PATRI). Ele é um dissidente do PSOL, havia ganho notoriedade no Rio de Janeiro em uma greve de bombeiros, na qual atuou assiduamente na luta por melhores condições de trabalho e salário. Foi eleito em 2014 deputado federal pelo estado fluminense, no entanto foi expulso do PSOL por divergências ideológicas.

Vale ressaltar a presença de Álvaro Dias, o qual já exerceu mandatos como vereador em Londrina-PR, deputado estadual e federal, e governador, sendo no momento senador da república, todos esses cargos representando o estado do Paraná. Ele foi outro sujeito atuante nos debates, declarou-se como o candidato da Lava-Jato, prometia continuar a devassa contra a corrupção e usou o tema como bandeira em sua campanha. Candidatou-se pelo partido Podemos (PODE), por ser um político de carreira findou por não agregar votos por parte do eleitorado de direita que visivelmente buscava um discurso diferente.

O posto da ponta ainda mais conservadora ficou a cargo do capitão reformado do exército, Jair Messias Bolsonaro, filiado então ao Partido Social Liberal (PSL). O candidato se configura, de forma autodeclarada, em uma posição de direita política. Ele havia exercido o cargo de deputado federal por seis mandatos consecutivos, antes disso cumpriu mandato de vereador pelo município do Rio de Janeiro. Bolsonaro conseguiu colocar sua imagem em um pressuposto de novidade, uma vez que se afirmava como um indivíduo a parte da velha política. Ele foi membro do chamado baixo clero do congresso, um grupo de deputados com pequeno grau de influência, não tendo sido de fato atuante no legislativo. Sob esse ponto de vista ficava deslocado das decisões do parlamento, ainda que estivesse lá presencialmente (SOUZA, 2019).

Bolsonaro tem como base política o setor militar, costuma emitir opiniões críticas e polêmicas. Estas quase sempre contrárias a grupos minoritários, aos programas de auxílio social criados nos últimos anos e aos movimentos de esquerda, identificados como seus opositores. A sua retórica se dá com ênfase em um discurso nacionalista, aproximando-se do que se pode denominar extrema direita. Suas propostas de retomada de crescimento econômico se davam por meio da intensificação de um suposto programa neoliberal, representado por meio de seu economista, o ortodoxo Paulo Guedes.

O andamento das eleições decorreu permeada por uma série de notícias falsas espalhadas pelas redes sociais, as quais ficaram conhecidas popularmente como *fake news*. Bolsonaro que começou as eleições atrás nas pesquisas de intenção dos votos, cresceu sob uma intensa desqualificação dos movimentos de esquerda aos quais o PT estava intrinsecamente

associado, semeados principalmente pelo aplicativo de mensagens *Whatsapp* (SANTOS *et al.* 2019).

Durante a campanha, Bolsonaro sofre um atentado, ele é golpeado com uma faca durante uma passeata. O evento é utilizado politicamente para criminalizar os adversários, principalmente aqueles relacionados à esquerda progressistas. Apesar de ter sobrevivido, declara-se indisponível para participar de debates e sabatinas, terminando sua participação na corrida eleitoral à distância, conversando com seu eleitorado pela internet.

Bolsonaro, deste modo, conseguiu criar uma ampla rede de seguidores, que por sua vez promoveram o candidato de modo informal em suas conexões por rede social. Ele avança significativamente nas pesquisas nas semanas anteriores ao primeiro turno, logrando êxito em alcançar o segundo junto a Haddad, como se expõe no Quadro 29.

Quadro 29 - Resultado do Primeiro Turno das eleições presidenciais do Brasil em 2018

<b>Candidato</b>	<b>Partido</b>	<b>Votos</b>	<b>Proporção</b>
Jair Bolsonaro	PSL	49.277.010	46,03%
Fernando Haddad	PT	31.342.051	29,28%
Ciro Gomes	PDT	13.344.371	12,47%
Geraldo Alckmin (PSDB)	PSDB	5.096.350	4,76%
João Amoêdo (NOVO)	NOVO	2.679.745	2,50%
Cabo Daciolo (PATRI)	PATRI	1.348.323	1,26%
Henrique Meirelles (MDB)	MDB	1.288.950	1,20%
Marina Silva (REDE)	REDE	1.069.578	1,00%
Álvaro Dias (PODE)	PODE	859.601	0,80%
Guilherme Boulos (PSOL)	PSOL	617.122	0,58%
Vera Lúcia (PSTU)	PSTU	55.762	0,05%
José Maria Eymael (DC)	DC	41.710	0,04%
João Goulart Filho (PPL)	PPL	30.176	0,03%
Total válidos		107.050.749	100%

Fonte: TSE. Organizado pelo autor.

O resultado demonstrado no Quadro 29 expõe a vitória de Bolsonaro em atrair grande parte do setor liberal e conservador do Brasil, inclusive aqueles mais sensíveis ao centro político, que possivelmente votaram em massa no PSDB já nos anos de descontentamento com os governos petistas. Desse modo, o candidato consegue 46,03% dos votos válidos, com mais de 49 milhões de eleitores em absoluto. Haddad chega em segundo lugar, porém com uma votação baixa quando comparada ao desempenho de Lula e Dilma em pleitos anteriores na mesma etapa, o petista consegue 29,28% da preferência, com pouco mais de 31 milhões de votantes.

Ciro Gomes colocava-se como uma terceira via em relação à polarização entre Bolsonaro e Haddad, conseguiu 12,47% dos votos válidos com pouco mais de 13 milhões em absoluto. Respectivamente, Alckmin e Amoêdo chegam em quarto e quinto na preferência, obtendo juntos pouco mais de 7% da preferência e aproximadamente 5,5 milhões de votos.

A soma desses três candidatos últimos estabelecem, em comparação, o papel de Marina em 2010 e 2014, enquanto uma escolha diferente do que se protagonizava nos dois primeiros lugares. Em 2018 ela perdeu força durante a campanha e alcançou apenas aproximadamente 1% dos números válidos, valores semelhantes aos de Meirelles, Daciolo e Álvaro Dias. Ainda que tenham absorvido um número baixo de eleitores, esses candidatos influenciaram na definição do segundo turno, pois juntos apresentam pouco mais de 4% do votos válidos, justamente o que faltou para Bolsonaro chegar aos 50%.

Boulos, apesar de toda proeminência nos debates, conseguiu 0,58% dos válidos não agregando a preferência da esquerda mais crítica ao PT. Esta se direcionou ao PSOL em eleições anteriores, contudo, em 2018, essa parcela progressista se dividiu majoritariamente entre Haddad e Ciro. Os números de Boulos foram os menores desde que o seu partido participou de pleitos presidenciais e, dada a preferência de seu eleitorado o qual possivelmente não se nortearia a Bolsonaro, não interferiu no resultado do primeiro turno. Os demais candidatos juntos não alcançam mais do que 0,12% dos votantes, não exercendo influência no resultado.

O que é observável, de um modo geral, é que o PSDB de Alckmin perde majoritariamente seus votos para o candidato Bolsonaro, este assume o protagonismo da polarização do lado mais conservador e liberal dos últimos pleitos. Neste aspecto, sendo o candidato tucano mais próximo do centro direita, conseguiu ainda agregar alguns eleitores que procuraram se distanciar do discurso mais extremista de Bolsonaro. Ainda assim possivelmente dividiu votos com Amoêdo, Meirelles, Marina e até mesmo Daciolo, o qual absorveu parte da preferência do eleitorado evangélico (ALMEIDA, 2019).

Haddad, enquanto opção autodeclarada progressista, conseguiria provavelmente o maior apoio dos eleitores de Ciro Gomes e Boulos entre os derrotados mais proeminentes. O primeiro conseguiu mais votos que o segundo e poderia contribuir com a segunda parte da campanha, no entanto, por divergências durante o primeiro turno não ofereceu seu apoio oficial a Haddad. Entre os perdedores da primeira parte do pleito, somente Boulos se posicionou no sentido de apoiar alguém no segundo turno, ele foi para o lado do candidato do PT. O PDT, por seu turno, declarou apoio crítico ao petista, assim também fez o partido de Marina Silva, os demais se colocaram em neutralidade.

A suposta imparcialidade da maioria dos candidatos, daquela vez favoreceria Bolsonaro. Isso em um cenário semelhante às vitórias petistas nas últimas ocasiões, ou seja, era o postulante do PSL que estava mais próximo desta vez dos 50% dos votos válidos. Dessa maneira, mesmo com um maior direcionamento de votos para Haddad no segundo turno, Bolsonaro teria mais probabilidade de se eleger, a não ser que perdesse alcance expressivo no segundo turno. Esse panorama era improvável, de modo que a conformação dos números das urnas ao encerramento da votação dá a vitória ao candidato mais conservador, conforme se observa no Quadro 30.

Quadro 30 - Resultado do Segundo Turno das eleições presidenciais do Brasil em 2018

<b>Candidato</b>	<b>Partido</b>	<b>Votos</b>	<b>Proporção</b>
Jair Bolsonaro	PSL	57.797.847	55,13%
Fernando Haddad	PT	47.040.906	44,87%
Total válidos		104.838.753	100%

Fonte: TSE. Organizado pelo autor.

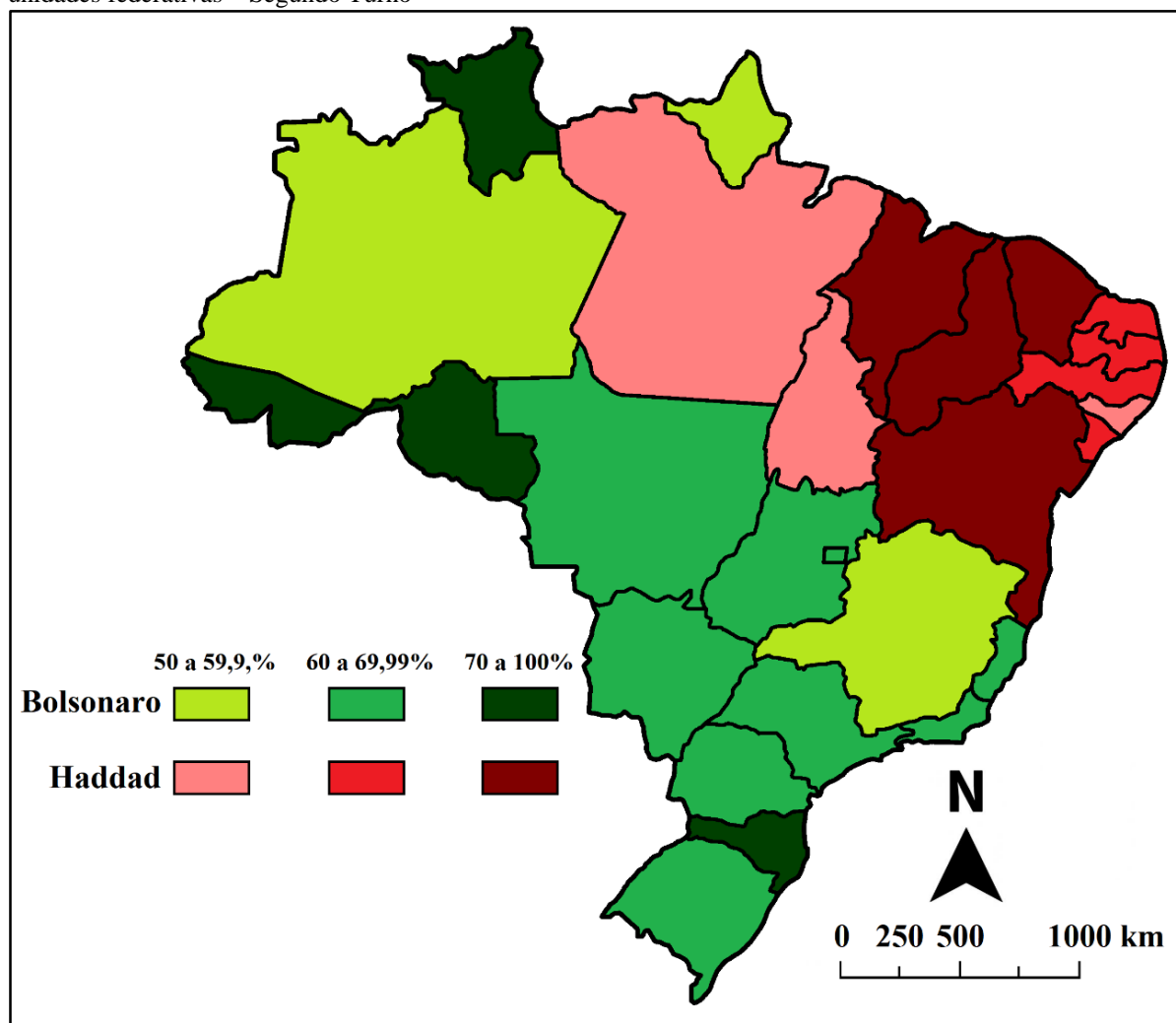
Bolsonaro consegue 8 milhões de votos válidos a mais em relação ao primeiro turno, Haddad mais de 15 milhões na mesma comparação, a proporção entre ambos fica em 55,13% e 44,87% respectivamente. Apesar de reduzida entre os turnos do mesmo pleito, a diferença da preferência foi expressiva, principalmente se comparada aos números que Dilma havia conseguido em relação a Aécio quatro anos antes.

Portanto, mais de 10 milhões de votos de distância a favor de Bolsonaro demonstraram uma margem de preferência a qual o PT não teve no segundo mandato da ex-presidente. Ainda assim, mesmo derrotado, é pertinente avaliar que a transferência de votos seguiu o esperado quanto ao que Ciro e Boulos poderiam enviar a Haddad. Em realidade, o alcance foi ainda maior, o petista conseguiu quase dois milhões de votos além do resultado de ambos somados no primeiro turno. É possível afirmar deste modo que outros candidatos derrotados também dividiram em parte seus eleitores.

Quanto a Bolsonaro, o menor número adicionado em relação a Haddad ocorreu por transferência dos demais candidatos que foram menos votados que Ciro, isso com exceção de Boulos. Eles estavam mais identificados ao estrato da direita conservadora, principalmente nos casos de Alckmin e Amoêdo. Mesmo sob neutralidade, os eleitores destes dois últimos foram em maior proporção ao PSL, podendo ainda ter repassado pequena quantidade de votos ao PT, possivelmente dissidentes que divergiram do discurso mais agressivo de Bolsonaro.

Ao final da contagem, o que se definiu foi uma virada em relação à preferência da maioria em sentido a uma posição ideológica conservadora, esse quadro é observável a partir da comparação com o cenário das últimas quatro eleições. Essa facticidade estabelece, portanto, a segunda mobilidade ideológica após a redemocratização em 1985, desta vez o movimento se dá do progressismo em sentido ao conservadorismo. A afirmação é observável por meio da territorialização dos votos, conforme a disposição da Figura 12.

Figura 12 - Mapa com o resultado proporcional dos candidatos das eleições presidenciais do Brasil de 2018 por unidades federativas – Segundo Turno



Fonte: TSE. Base cartográfica: IBGE. Elaboração: autor.

Comparando-se o mapa eleitoral de 2018 com o 2014, ou seja, as Figuras 12 e 11 respectivamente, exhibe-se um avanço do voto conservador em sentido à região Norte, onde Bolsonaro conquista os estados do Amazonas e Amapá, ambos vencidos pelo PT nas quatro eleições anteriores. O mesmo ocorre no Sudeste com Minas Gerais e Rio de Janeiro. Em outras regiões é observável um aumento da proporção de votos em sentido ao candidato representante

da direita, já que, comparado aos números de Aécio quatro anos antes, constituiu-se maior distância percentual nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Rondônia, Acre e Roraima.

Haddad mantém a preferência em todo o Nordeste, assim como nos estados de Tocantins e Pará, localizados na região Norte. A configuração espacial não indica um impacto visual como aquele ocorrido em 2002, ano da mobilidade ideológica direcionada ao campo progressista, entretanto, a distribuição dos votos nos colégios eleitorais indicam redução de atuação do PT em 24 das 27 unidades federativas. No Nordeste, o partido perde vantagem visível em Alagoas e Pernambuco, fato manifesto no paralelo dos mapeamentos de 2014 e 2018. Mesmo nos estados em que se manteve maior proporção de distância para os votos progressistas ocorreram perdas comparativas, é possível concretizar essa afirmação a partir do Quadro 31.



Quadro 31 - Resultado do Segundo Turno das eleições presidenciais do Brasil em 2018 por unidade federativa

Segundo Turno	Fernando Haddad		Jair Bolsonaro		Total Válidos
	Estado	Votos	Proporção	Votos	
Acre	86.977	22,78%	294.899	77,22%	381.876
Alagoas	912.034	59,92%	610.093	40,08%	1.522.128
Amapá	183.616	49,80%	185.096	50,20%	368.712
Amazonas	875.845	49,73%	885.401	50,27%	1.761.246
Bahia	5.484.901	72,69%	2.060.382	27,31%	7.545.284
Ceará	3.407.526	71,11%	1.384.591	28,89%	4.792.118
Distrito Federal	463.340	30,01%	1.080.411	69,99%	1.543.751
Espírito Santo	747.768	36,94%	1.276.611	63,06%	2.024.379
Goiás	1.118.060	34,48%	2.124.739	65,52%	3.242.799
Maranhão	2.428.913	73,26%	886.565	26,74%	3.315.479
Mato Grosso	549.001	33,58%	1.085.824	66,42%	1.634.825
Mato Grosso do Sul	465.025	34,78%	872.049	65,22%	1.337.074
Minas Gerais	4.382.952	41,81%	6.100.107	58,19%	10.483.059
Pará	2.112.769	54,81%	1.742.188	45,19%	3.854.958
Paraíba	1.451.293	64,98%	782.143	35,02%	2.233.437
Paraná	1.948.790	31,57%	4.224.416	68,43%	6.173.206
Pernambuco	3.297.944	66,50%	1.661.163	33,50%	4.959.108
Piauí	1.417.113	77,05%	422.095	22,95%	1.839.209
Rio de Janeiro	2.673.386	32,95%	5.669.059	67,95%	8.342.445
Rio Grande do Norte	1.131.027	63,41%	652.562	36,59%	1.783.590
Rio Grande do Sul	2.263.171	36,76%	3.893.737	63,24%	6.156.908
Rondônia	229.343	27,82%	594.968	72,18%	824.311
Roraima	72.872	28,45%	183.268	71,55%	256.140
Santa Catarina	940.724	24,08%	2.966.242	75,92%	3.906.966
São Paulo	7.212.132	32,03%	15.306.023	67,97%	22.518.155
Sergipe	759.061	67,54%	364.860	32,46%	1.123.922
Tocantins	371.593	51,02%	356.684	48,98%	728.278

Fonte: TSE. Organização: autor.

Haddad avança em votos para o PT, na confrontação com os valores de 2014, no Quadro 28, em três estados da federação, conforme os valores apresentados no Quadro 31, estes são Bahia, Paraíba e Sergipe. Todos os demais estados da região Nordeste, ainda que com vitória do petista, demonstram redução da margem percentual, a exemplo de Ceará, Pernambuco, Maranhão e Rio Grande do Norte. Ocorreram perdas ainda no Piauí e Alagoas, porém com uma proporção pequena. Houve ainda redução importante nos estados do Pará e Tocantins, este último muito próximo entre os adversários, com uma distância de pouco menos de 3%.

A comparação dos votos de Bolsonaro é feita com o desempenho de Aécio pelo PSDB, ainda que sejam de partidos diferentes, a retórica que incide na contraposição ideológica se refere à representação do PT e sua autodeclaração enquanto parte da esquerda política. Dessa maneira, muitos votos absorvidos pelo então postulante do PSL se deram na viabilidade de tirar aquela esquerda, distorcida pejorativamente para a população em associação excessiva à corrupção, do governo. Este foi um artifício da campanha, tanto de Aécio, quanto de Bolsonaro, ambos catalisaram a desqualificação das políticas progressistas, da esquerda e do próprio PT.

Bolsonaro assumiu, portanto, aquele papel na polarização, que antes fora de Aécio e do PSDB. Ele conseguiu absorver os votos tucanos dos últimos pleitos e ampliou a margem no sentido àquela população mais identificada ao centro político, atingida sistematicamente pela ampla desqualificação do PT. Os centristas possuem maior possibilidade de mobilidade de votos, conforme delimitado na parte II desta tese, quando ocorre o desgaste do governo na situação se direcionam para o outro espectro ideológico.

Destaca-se o fato de que a frustração generalizada da população em relação à estrutura política, e aos políticos mais tradicionais em particular, foi muito bem incorporada pelo discurso anti-institucional da extrema direita galvanizada na figura de um Bolsonaro. Os protofascistas souberam incorporar o discurso crítico ao sistema, a qual sempre fora da esquerda, em uma retórica difamante ao progressismo. Uma conjuntura que corrobora à consolidação daquela mobilidade ideológica.

Na comparação direta dos números de Aécio em 2014 e Bolsonaro em 2018, o último logra avanço numérico em 24 das 27 unidades federativas. Nas regiões Sul, Norte e Centro-Oeste a distribuição chega a ultrapassar 70% da preferência eleitoral para o PSL em determinados estados, algo que o PSDB não havia conseguido nas últimas quatro ocasiões. No Sudeste, é a primeira vez que essa ordem ideológica conquista a preferência de todas as unidades, incluindo Minas Gerais e Rio de Janeiro que costumavam ter os votos mais para os petistas.

Os acontecimentos que proporcionam a mobilidade ideológica serão alicerçados na próxima seção, antes é pertinente um breve aprofundamento dos dois primeiros anos de Bolsonaro no Planalto para melhor concretização de seu norteamo conservador e neoliberal no que toca a economia e os programas sociais.

Diante disso, salienta-se que o governo Bolsonaro ainda se encontra em curso, o presidente chega ao fim de 2020 com dois anos completos de administração. Estes serão brevemente descritos com a ressalva de que, por vezes, muitos dos encaminhamentos realizados deverão ser discutidos posteriormente em outros trabalhos com maior propriedade, conforme

novos eventos expressivos venham a ocorrer até 2022, ou mesmo 2026 em caso de uma hipotética reeleição. Ainda assim, é pertinente realizar a observação de alguns elementos que estabeleçam e confirmem a tendência do discurso conservador nos dois primeiros anos de seu mandato, seja no aspecto do discurso da moralidade enviesada, seja das medidas econômicas voltadas com maior intensidade à lógica do neoliberalismo.

Dessa maneira, o discurso bolsonarista é muito semelhante àquele identificado por Adorno (2015) no período da ascensão do fascismo nos anos de 1930 na Europa. O vencedor do pleito de 2018 não apresentou propostas coerentes de governabilidade e pautou sua retórica na desqualificação moral de seus adversários durante a campanha, situação também acolhida por seus eleitores sem maiores questionamentos no limiar da consciência. Por outro lado, os agitadores fizeram seu trabalho mediante uso das redes sociais, com algumas acusações difíceis de se acreditar em outras circunstâncias.

O comprometimento do julgamento do eleitor resulta na opção do voto irracional, em que o discurso do ódio contra o oponente se dá com maior relevância do que o projeto de governo de fato. Nesta circunstância, a oposição é a inimiga e sua desmoralização basta para uma suposta melhora no quadro econômico e social do país, uma vez que na interpretação desses indivíduos é ela a responsável por todos os problemas de então. Neste caso específico a culpabilização se refere à esquerda e ao PT.

Assim, ampliava-se a ascensão do candidato por meio de frases nacionalistas e promessas de um governo forte no combate à corrupção, porém sem apresentação de projetos que sustentassem tal objetivo. Inclusive, quando Bolsonaro era questionado diretamente sobre a resolução para a crise econômica, reforçava seu desconhecimento na área indicando que o responsável por essa perspectiva seria seu ministro da Economia, Paulo Guedes.

Bolsonaro se declarava, desse modo, como alguém simples, supostamente um espelho da média da população, que delegaria os assuntos sérios aos técnicos de cada área, distanciando-se da lógica de troca de favores. Factualidade esta comum entre os partidos políticos e que desagrada a massa populacional, era uma forma dele se mostrar como alguém diferente. No entanto essa retórica não é difícil se contrapor ao pesquisar seu histórico no congresso.

O início do governo Bolsonaro não apreendia um planejamento prévio, o eleito não tinha toda a equipe completa antes de se autenticar para o cargo, com exceção de Paulo Guedes, usado como muleta para o seu desconhecimento no setor econômico. Como não havia o precedente de uma equipe para a ocupação dos cargos ministeriais, as escolhas foram feitas às pressas com critérios mais direcionados aos princípios morais e ideológicos do que a partir da capacidade técnica, fato bem diferente das promessas de campanha. O que se consolidou

essencialmente foram as práticas neoliberais defendidas por Guedes, de modo que dificilmente haveria espaço para o crescimento de um governo nacionalista e forte. Em realidade, abrir ainda mais o mercado para o exterior significa ampliar a dependência em relação a outros países.

Nesse sentido, reformas liberalizantes seguem sendo implementadas, em meio a anúncios de privatização e a mais cortes de gastos públicos, com o claro objetivo de diminuir a presença do Estado na economia e com efeitos duvidosos sobre uma retomada sustentada do crescimento econômico brasileiro. Somado a isso, observa-se também o alinhamento automático do Brasil aos interesses dos Estados Unidos da América, fazendo com que o país assumira um papel subalterno nesta relação bilateral [...]. Em outras palavras, é difícil não perceber que a agenda econômica bolsonarista nada tem de nacionalista e que conflita diretamente com o que parecia ser propagado no plano da retórica (DE PAULA, MACHADO, 2020, p. 5).

De fato, a economia neoliberal não tem intersecção com um verdadeiro governo nacionalista, sendo, portanto, mais uma contradição do voto em Bolsonaro. O nacionalismo fica na fala do presidente; a prática, por sua vez, é privatista, a autonomia brasileira fica subalterna aos interesses estadunidenses.

Outra bandeira defendida em campanha era a lógica do combate à corrupção, nada que outros candidatos também não o tenham feito. No entanto, Bolsonaro o fez na contraposição do entendimento de seu extremo em relação ao que foram os governos petistas, desse modo seu governo seria “puro” em relação a qualquer prática corruptiva. Para passar essa impressão, escolheu o juiz mais proeminente da operação Lava-Jato para o cargo de ministro da Justiça, Sérgio Moro.

Moro, enquanto foi juiz federal liderou as ações de investigação no envolvimento de Lula e de outros nos eventos corruptivos relacionados à Petrobras, conforme exposto antes, o inquérito ficou conhecido como Operação Lava Jato. Ele ganhou notoriedade com o público médio por transparecer conseguir superar a impunidade da classe política, isso por condenar Lula em primeira instância.

No entanto, existe um debate quanto à fragilidade das provas que encarceraram o ex-presidente já em segunda instância, muitos juristas discordam da sentença. Para Bugalho (2020) Moro como juiz encarregado da Lava Jato fez uso político de seu cargo público, usou sua posição privilegiada como escada para entrar na política, o que deu certo, conforme o convite feito por Bolsonaro.

Para espanto de alguns, ele aceitou o cargo, uma escolha difícil de acreditar em uma análise imparcial. O magistrado que encarcerou o líder das pesquisas ao cargo máximo da República se tornaria ministro do principal opositor beneficiado após este eleito (BUGALHO, 2020). O fato é que após pouco mais de um ano no cargo, Moro pede demissão e acusa

Bolsonaro de interferir nas investigações da Polícia Federal em inquéritos que envolveriam os próprios familiares. O que se apresenta, portanto, é justamente um governo com problemas relacionados à prática da corrupção e que supostamente interfere nos órgãos que deveriam fiscalizar e impedir tais desvirtuamentos, decorrendo em outra contradição daquele discurso eleitoral.

A suposta lógica da anticorrupção não ocorre somente com as tentativas de interferência na Polícia Federal, o aparelhamento do Estado é um fator importante de autoproteção nesse quesito. A nomeação excessiva de militares em cargos de confiança demonstra uma necessidade de manter aliados próximos para sua relativa segurança, assim Bolsonaro interfere e dissolve as instituições de atuação no combate ao problema que prometia solucionar. O uso do Estado em benefício próprio e de familiares, por outro lado, segue e ele apadrinha o contingenciamento dos recursos em relação a direitos básicos da população como saúde, educação e previdência social (FEIL, 2020), justamente o oposto do que queriam os primeiros manifestantes que foram às ruas em junho de 2013.

Essa política de cortes, descrita pelo governo como contingenciamento, é estabelecida de várias formas, como: o planejamento com recursos vindos de privatizações, aglutinação de ministérios com a justificativa de cortes dos gastos públicos (a exemplo do que foi feito com as pastas da Fazenda, Planejamento, Indústria, Comércio Exterior e Indústria e Trabalho, todos extintos e colocados sob a administração única do Ministério da Economia) (HARGREAVES, 2020), redução dos recursos para Universidades públicas e Sistema Único de Saúde (SUS), entre outras ações.

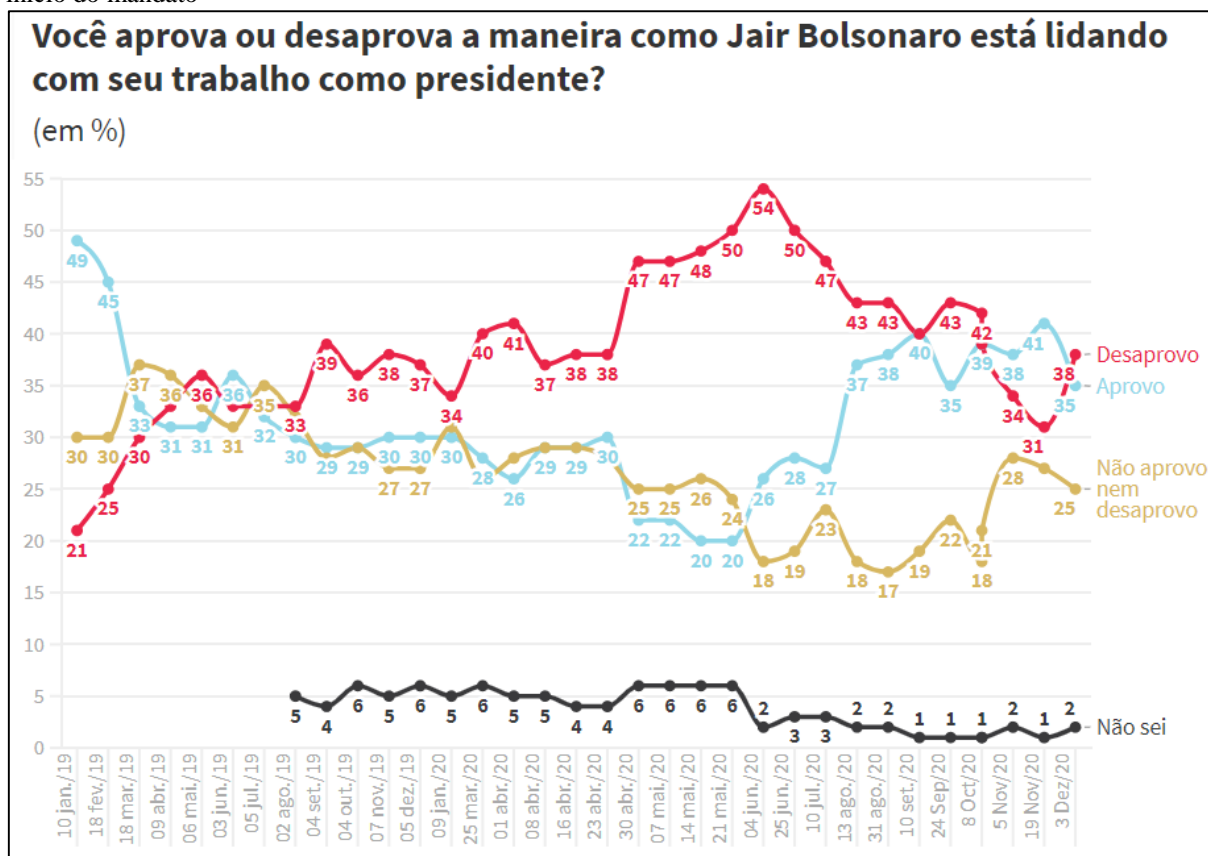
Essas práticas deixam em segundo plano algumas prioridades, já que todos aqueles ministérios atuavam de forma prioritária em alguma área estratégica para a soberania nacional, a exemplo do extinto Ministério do Comércio Exterior, ou na seguridade da população, como no caso da já também não mais existente pasta do Trabalho.

No plano econômico, a agenda neoliberal de Temer é mantida e as políticas sociais, como descrito antes, estagnadas ou reduzidas. Na dimensão política, mesmo elegendo número expressivo de deputados federais e senadores por seu até então pequeno partido, Bolsonaro não consegue apresentar articulação estável com o Congresso, com o Senado, com o Judiciário e até mesmo com parte da população que votou nele, acumulando acusações de perseguição à oposição e interferência na gerência da República (BUGALHO, 2020).

Apesar de o governo bolsonarista ainda se encontrar em seus primeiros anos de governança, sua popularidade cai significativamente em razão do discurso autoritário e pouco competente com a administração do país. Bolsonaro continua com a retórica de campanha

parecendo governar somente para aqueles desígnios que havia destacado na corrida eleitoral (CIOCCARI, PERSICHETTI, 2019). Seus números de aprovação oscilam na faixa aproximada de 20% a 40% de aprovação, conforme a Figura 13, o mais baixo entre presidentes em um primeiro mandato em início de gestão.

Figura 13 – Pesquisa de avaliação do Governo Bolsonaro em setembro de 2020 e histórico de aprovação desde o início do mandato



Fonte: Pesquisa Exame/IDEIA<sup>21</sup>.

O cenário econômico se mantém inerte no que se refere às promessas de crescimento que são feitas pela oposição do PT desde o *impeachment* de Dilma. A manutenção, por parte de Bolsonaro, da política de Temer se assenta mais em contingenciamento ou corte de investimentos do que em um projeto de crescimento com maior autonomia para o país. Deste modo, sem planos que estabeleçam ações de retomada na indústria e geração de empregos, áreas que não se recuperam ainda após a saída da ex-presidente.

Enquanto isso, o Governo Bolsonaro promete dobrar a dose do veneno que está matando o país desde o fim do primeiro mandato de Dilma: corte de investimentos públicos, congelamento de salários, eliminação de direitos e juros altos na ponta para

<sup>21</sup> Pesquisa disponível em: <<https://exame.com/brasil/exame-ideia-aprovacao-de-bolsonaro-cai-de-41-para-35-entenda/>>. Acesso em: 28 dez. 2020.

os consumidores e as empresas (reconheço aqui que uma política acertada do governo tem sido até a última revisão deste livro a queda da taxa Selic, num nível jamais produzido pelo governo do PT. Mas essa medida, que melhora as contas públicas, não tem se refletido na queda dos juros oferecidos aos consumidores e às empresas pelos bancos nacionais, o que continua sufocando a atividade econômica). Uma tentativa de ajuste feita no lombo da classe média e baixa enquanto os ricos seguem em seu paraíso fiscal terrestre (GOMES, 2020, p. 114).

As práticas econômicas do governo Bolsonaro mantêm, portanto, uma lógica que falhou na recuperação do país. Soma-se a esses fatores uma ainda menor preocupação com a seguridade social em relação às camadas mais vulneráveis da população, como indígenas, quilombolas, LGBTQIA+, mulheres, negros, entre outros. O discurso de ódio reverbera em direção a todos seus opositores, os quais ao seu ver incluem essas minorias e as esquerdas, uma vez que estes em sua maioria se contrapõem à sua retórica. Muitas vezes a fala do presidente direciona-se, ainda que por vezes indiretamente, à eliminação de alguns desses grupos (SILVA, 2020).

Bolsonaro se elegeu a partir do discurso da antipolítica, a qual ascendeu com a divulgação dos escândalos de corrupção e suposto aproveitamento patrimonial da máquina pública nos últimos anos. A prioridade desses discursos, como já exposto anteriormente na parte II, é deslegitimar algum agrupamento político e social, estratégia já usada em outros momentos históricos e que possui pouca base de sustentação factual. Muitas vezes essa tática é empregada de forma enviesada e manipuladora, com apoio de partes da sociedade com capitais econômicos e culturais disponíveis e com disposição de direcionar expressiva parcela da opinião da população.

Nesse aspecto, talvez não fosse a vitória de Bolsonaro aquela que esses indivíduos do topo da pirâmide social esperavam. Em outras palavras as elites não almejavam o êxito dele nas eleições, mas foi o resultado que conseguiram com o enfraquecimento da direita liberal convencional. O bolsonarismo aparentemente foi mais aceitável do que aqueles que gostariam de retirar da situação governamental, no caso os petistas.

As medidas tomadas pelo governo são danosas para o andamento da economia do país, uma vez que todo o discurso de combate ao patrimonialismo na direção do estabelecimento de uma força nacionalista fica na exaltação dos símbolos nacionais; na prática, a atuação se dá de outra forma. Ainda que parte da mobilização de Bolsonaro seja de interesse das elites econômicas, o discurso que ascende a partir da irracionalidade das medidas cria um contraponto para quem precisa de planejamento a longo prazo.

Desse modo, o Governo Bolsonaro mantém o controle da inflação, mas não consegue reduzir o dólar. A moeda estadunidense incentiva as exportações e deixa o mercado pouco

abastecido com produtos do setor primário, ampliando em consequência o preço dos alimentos. Por outro lado não há como reestabelecer o incentivo à indústria, pois também não há expressivo consumo interno, isso mesmo com o real desvalorizado.

Para intensificar os problemas de até então, no início de 2020, surge uma pandemia provocada por um vírus do tipo coronavírus. Este provoca uma síndrome respiratória aguda grave, doença que passou a ser denominada Covid-19 e provoca a morte, principalmente daqueles com algum grau de vulnerabilidade.

A situação coloca em xeque a capacidade de atuação do governo. Medidas protetivas são estabelecidas em grande parte do mundo, com exigência de distanciamento social, fechamento de locais de grande aglomeração, uso de máscaras e ampliação de práticas cotidianas de higiene como limpeza constante das mãos com água, sabão e álcool em gel. Tais ações trazem consequências econômicas que não se esperavam, já que o fechamento das atividades terciárias resultou em queda de arrecadação no PIB do país e retração do poder de compra da população.

Bolsonaro lida com a pandemia com negacionismo, subestimando o potencial do vírus, para o qual não se tinha ainda tratamento específico ou vacina, comparando-a a uma gripe comum e divulgando tratamentos precoces não certificados cientificamente. A negação do problema fica muito atrelado ao incômodo de certos grupos econômicos em terem de fechar seus estabelecimentos, comprometendo assim seus negócios. Sem a contrapartida do presidente, estados e municípios fazem um planejamento alheio à participação do governo federal. Isso provoca outro tipo de polarização, entre negacionistas da pandemia e aqueles que esperam por medidas efetivas de combate à dispersão do vírus (CAPONI, 2020).

O discurso conservador e mais neoliberal passa a defender a abertura do comércio com medidas protetivas, enquanto os agrupamentos mais progressistas defendem o *lockdown*, ou seja, o confinamento rígido com o fechamento de toda atividade não essencial. Estes passaram a cobrar também um programa de ajuda econômica para as populações mais vulneráveis e sem acesso à renda durante o possível procedimento.

O auxílio veio com a articulação maior do congresso do que por ação mais eficaz do governo federal. Este aprovou o benefício emergencial sob pressão, a proposta de Bolsonaro em realidade se dava com um valor menor do que aquele que foi proporcionado efetivamente. De um modo geral, o presidente criticou intensamente as medidas que buscavam evitar a expansão do vírus, assim como o esforço de se colocar em prática o auxílio emergencial.

Além dos problemas relacionados à própria perspectiva das pessoas com o vírus, há o problema da declínio econômico associado à pandemia. Mesmo sem o apoio direto da esfera



federal, diversos municípios e estados tomaram medidas reduzindo horários ou com fechamento completo do setor econômico em alguns casos. Desta maneira, a economia que vinha estagnada nos últimos anos, entra em recessão em 2020.

O grau de responsabilidade, perante a percepção da população, fica dividido entre os problemas causados pelo vírus e a culpabilidade permitida por parte de Bolsonaro, seja em relação às suas insuficientes ações de combate ao vírus seja quanto à tentativa intensa de pressionar a abertura das atividades econômicas não essenciais. O maior termômetro dessa percepção se daria com as eleições municipais, já que a popularidade do presidente não sofreu abalos mais significativos durante o evento, ficando na faixa dos 30% a 40% de aprovação, como se pode observar na Figura 13 disposta anteriormente.

O que se tem como parâmetro em relação à popularidade de Bolsonaro até então é o desempenho dos candidatos aos quais apoiou em 2020. Nesta data, o presidente se encontrava sem partido, desfilou-se do PSL por discordâncias internas, de forma que a maioria daqueles apoiados por ele diretamente, independentemente da agremiação partidária, não lograram êxito.

O que houve em realidade foi um direcionamento do eleitorado a candidatos do centro. Cenário que também resultou em derrotas à esquerda autodeclarada. Já os partidos de centro esquerda e direita, tiveram avanço em seu desempenho em comparação às últimas eleições municipais, principalmente no caso dos liberais moderados.

Vale ressaltar que do ponto de vista eleitoral, sob a perspectiva da última corrida presidencial, a mobilidade ideológica conservadora se constitui a partir do discurso bolsonarista, significativamente oposto às políticas implementadas por Lula e Dilma anteriormente. Ainda que os governos petistas tenham estabelecido medidas neoliberais em âmbito econômico, no aspecto social sedimentaram redução perceptível da desigualdade, pressuposto deixado em segundo plano por Bolsonaro.

Já o bolsonarismo se elegeu com o discurso de uma nova política, pautada na contraposição da anticorrupção com a esquerda progressista que havia governado anos antes. A retórica enunciava a deslegitimação dos grupos sociais vulneráveis mais beneficiados naqueles tempos, opiniões extremistas de ódio e promessa de prioridade ao mercado. Essas últimas exposições foram enfim validadas pela população, descontente com a sensação de corrupção do governo anterior e do disparo de informações que o difamava desde o esquema do Mensalão.

Sobre a perspectiva de qualquer assentamento de pacto social, é pertinente salientar que em razão do governo Bolsonaro estar em curso não é possível ainda afirmar de modo irrefutável a natureza de um acordo maior com a população ou parte dela. O que se tem a partir

de seus primeiros dois anos de mandato é que ele se elege ainda em uma espécie de democracia representativa sob um discurso autoritário, isso em moldes de pacto liberal-dependente.

Dessa maneira, entende-se que a mobilidade ideológica direcionada para um período conservador já havia se iniciado de alguma forma na condescendência do *impeachment* de Dilma, em um movimento confirmado eleitoralmente anos depois na vitória de Bolsonaro. A próxima seção deste trabalho vai se aprofundar na concretização da sustentação da ocorrência das mobilidades ideológicas apresentadas neste recorte, ou seja, em sentido ao progressismo de Lula e ao conservadorismo de Bolsonaro.

### 3.2 A SÍNTESE DOS FATORES ECONÔMICOS E SOCIOLÓGICOS QUE SUSTENTARAM AS MOBILIDADES IDEOLÓGICAS NO BRASIL DA NOVA REPÚBLICA

Esta seção tem o intuito de aprofundar os elementos que consolidam a mobilidade ideológica, fenômeno social que ocorreu em 2002 e 2018, como já indicado no recorte anterior. Há a necessidade de sintetizar esses fatores, pois eles explicam a materialização do fenômeno naqueles dois momentos específicos.

A espinha dorsal do corpo desta tese, por meio do que se delimitou nas duas primeiras partes, demanda essa análise. Isso porque os pressupostos ideológicos dependem, além da questão econômica, priorizada na subseção anterior, de uma série de eventos que interseccionam os movimentos realizados pela elite e classe média em sentido a um objetivo que as favoreçam.

De um modo geral, foi realizada uma inter-relação entre o papel da situação da economia e os enviesamento da mídia e das classes sociais hegemônicas em relação a uma transformação significativa nas opções de votos naqueles anos eleitorais. Em outras palavras, a mobilidade ideológica ocorre quando estes três elementos se configuram em uma mesma breve periodização: crise econômica, insatisfação das elites e da classe média e uso do controle de seus aparelhos ideológicos para sustentar uma mudança no gerenciamento político do país, principalmente os meios de comunicação.

Reforça-se que esta tese defende que a mobilidade ideológica é resultado de fatores econômicos e sociais que, em conjunto, refletem em modificações na territorialização do espaço, uma vez que o evento corrobora um norteamo ora progressista, ora conservador. As medidas progressistas têm maior volume proporcional de investimento em busca de avanços

sociais em relação às ações dos conservadores que, por seu turno, investiriam de forma mais preponderante no mercado.

No entanto, muitas dessas práticas se refletem mais em uma figura discursiva, sendo que, como consequência, os pressupostos ideológicos da população não incidem de forma objetiva e concreta. Ser de esquerda ou direita não é algo efetivamente claro no que corresponde de fato à conceituação teórica dessas ideologias, por isso na primeira parte desta pesquisa foi necessário compreender o papel do inconsciente nessa análise.

É possível que um indivíduo que se considere de direita ou de esquerda, desde que seja com uma percepção mais de centro, encaminhe seu voto para um candidato dialeticamente declarado à visão de mundo mais oposta à sua enquanto eleitor. Parte do discurso desses mesmos postulantes pode convergir com alguns valores que entrem em confluência, já que os próprios candidatos colocados como opção de voto não têm uma posição ideológica em estado puro em vários casos.

Alguns exemplos retratam essa afirmação, como: evangélicos que posicionam contra a descriminalização do aborto, enquanto que ao mesmo tempo defendem ações ambientalistas, caso de Marina Silva (MACHADO, 2012); ou neoliberais que apoiam a legalização de algumas drogas, como é o caso de FHC (SOUTHIER, 2016). Estas são motivações de natureza moral, social e econômica, as quais se interpõem de formas distintas. Portanto, não se condicionam exatamente como diametralmente opostas.

Deste modo, a partir do que já foi colocado teoricamente nas duas primeiras partes desta tese e do que foi estabelecido com os dados secundários coletados para a primeira seção desta terceira parte, serão sintetizadas as ocorrências que concretizam aquelas duas mobilidades ideológicas efetivadas no século XXI.

Para chegar nesse intuito, este recorte se divide em duas subseções. A primeira correlacionando os eventos que terminam em 2002 com a vitória de Lula naquelas eleições presidenciais. A segunda considerando os episódios que resultaram na vitória de Bolsonaro em 2018. Estas duas mobilidades ideológicas são respectivamente definidas como progressista e conservadora.

Os eventos econômicos e sociológicos que permitiram essas ocasiões foram aprofundados anteriormente. Desta forma serão retomados brevemente no sentido de confirmar especificamente as características comparativas entre a eleição anterior e a série de eventos que permitiram a mobilidade ideológica em si. Isso porque o fenômeno só pode ser metodicamente ratificado com os dados dos resultados eleitorais.

### **3.2.1 A mobilidade ideológica progressista: a vitória de Lula em 2002**

Uma série de eventos precisam ser delimitados para a compreensão da vitória de Lula para o cargo da presidência da República no início deste século. O Brasil decorria de duas décadas distintas em relação a episódios que interviam nos pressupostos políticos e econômicos do país. Os anos de 1980 foram de baixo crescimento e reestruturação da democracia, Lula participou ativamente da luta política e debateu quanto às ações de natureza econômica e fora ainda deputado constituinte.

Depois disso, candidatou-se três vezes para a presidência com um discurso autodeclarado de esquerda, ascendendo como um político conhecido do grande eleitorado. Foi derrotado nas três primeiras eleições consecutivas, mesmo com críticas contundentes aos governos antecedentes. Quando moderou a retórica de campanha e prometeu não interferir intensamente na economia, venceu e tornou-se presidente.

O que se pretende nesta subseção é a realização da inter-relação dos eventos que permitiram o sucesso de Lula naquela ocasião, concretizando, desse modo, a primeira mobilidade ideológica da Nova República. Dessa forma, os fatores econômicos e sociais que desgastaram os governos anteriores, a atuação das classes hegemônicas e os desígnios ideológicos que permitiram a vitória do petista foram colocados em confluência para tal intuito.

É importante lembrar que Lula havia perdido em 1989 por uma margem baixa em segundo turno disputado com Collor, naquele pleito ele não concorria diretamente com o que representava o então PMDB de Ulysses Guimarães. A percepção do eleitorado era de que um governo de conjectura posicionada mais ao centro não havia resolvido os problemas econômicos do fim da ditadura Civil-Militar, reforça-se a lógica de que essa percepção não ocorre no limiar consciente como destaca Adorno (2016). O eleitorado se dividiu entre o discurso nacionalista conservador e o progressista, criando uma espécie de polarização, que vai se seguir por todos os demais pleitos até então.

Em 1994 e 1998, a corrida eleitoral de Lula se deu em debate com FHC, este dispunha de popularidade suficiente para conseguir a maioria do eleitorado no primeiro turno e venceu naquelas ocasiões. Seu governo não era necessariamente conservador como o de Collor, mas findou em realizar medidas econômicas que o aproximaram do neoliberalismo estadunidense e inglês que ascenderam mundialmente a partir da década de 1980. FHC se estabelece à direita do programa de campanha de Lula, conforme os quadros do relativismo entre direita e esquerda

de Bobbio (2011) ou da contraposição entre conservadorismo e progressismo assentado por Bresser-Pereira (1985).

Mesmo que pontuais avanços sociais tenham sido realizados com FHC, o intuito fora de prioridade na manutenção da estabilidade econômica, o que permitiu a sustentação do apoio da classe média com o consumo de bens importados por meio do baixo valor do dólar. No primeiro mandato, o ex-presidente tucano logrou êxito e popularidade, a maior prova é sua reeleição em 1998 permitida com apoio expressivo também do congresso. Este a partir de então legalizou o reencaminhamento consecutivo aos cargos executivos, ainda que se ressalve as denúncias de compra de votos no legislativo brasileiro para a aprovação da PEC da reeleição.

O primeiro movimento a indicar, ou mesmo a estabelecer o estopim do futuro evento, ou seja, a mobilidade ideológica, são as crises na Rússia e na Ásia em meados de 1998. Estes cenários vão intensificar os problemas nos balanços de pagamentos do Brasil, resultando em instabilidades econômicas nos anos de 1999 e 2002, conforme mais aprofundado na seção anterior. As dificuldades no controle da inflação, na desvalorização do real e aumento do desemprego prejudicam a popularidade de FHC no fim de seu segundo mandato.

No entanto, como já exposto, o problema econômico não é suficiente para a ascensão da mobilidade, há a necessidade do apoio das classes sociais hegemônicas, no Brasil elas decorrem a partir do pacto de dois estratos sociais, conforme explica Souza (2017): a elite do dinheiro e a classe média. Daí a diante, para Lula conseguir o Planalto, teria de se aproximar dessas classes e as convencer de que poderia governar o país ao mesmo tempo que conservasse seus interesses. Deste modo, ele precisaria de um acordo de conciliação entre essa “casta” e a base popular, movimento que seria assentado mais adiante na forma do que Bresser-Pereira (2016) denominou Pacto Nacional-Popular.

Os passos para se aproximar da elite e da classe média estão na primeira Carta ao Povo Brasileiro, escrita por Lula e divulgada em junho de 2002, nela ele se comprometia com a garantia de manutenção de contratos e da estabilização econômica, bem como com a preocupação de resolução dos problemas sociais. Uma tática estrategicamente acertada, já que a economia é a preocupação das elites e da classe média mais liberal, aquela mais próxima ao profascismo dificilmente se mobilizaria na direção de Lula dado o ódio irracional às classes populares.

Além disso, o engajamento com a resolução das mazelas sociais manteria as classes médias expressivista e crítica ao seu lado. Ao aproximar essas frações de classe, Lula agregaria as demais, pois ele já detinha alguns dos fatores que um candidato precisa para ser viável a um posto político eletivo: ser conhecido nacionalmente, ter um partido forte e a partir de então não

sofrer interferências maiores por parte das classes dirigentes, isso pelo menos naquela eleição de 2002.

Conforme as divisões de classe do Brasil baseadas em Souza (2017, 2018a), a elite do dinheiro não tem proporção significativa, sendo em números absolutos algo bem inferior a 1% do total da população do país; a classe média, a que gerencia os aparelhos ideológicos da sociedade, ficaria composta por 20% do brasileiros; os quase 80% restantes seria constituído pela soma da “ralé” e da classe trabalhadora. Souza (2017) e Pochmann (2014) concordam que a maior distribuição de renda dos governos petistas não criaram uma nova classe média, mas sim avanços expressivos em estratos de renda. A classe média se refere ao agrupamento de pessoas que conseguiram maior alcance de capital cultural e, conseqüentemente, interpessoal, adquirindo possibilidades de acessos aos recursos escassos do capitalismo.

Não houve a partir dessa concepção significativa ascensão social no Brasil durante a década de 2000. O progresso dos estratos de renda não foram acompanhados concomitantemente pelo aumento do capital cultural e interpessoal, todo acesso àquele consumo foi restringido com a intensificação da crise econômica a partir de 2011. A partir desse pressuposto, a melhor forma de se identificar a classe média em um universo eleitoral seria pela divisão por escolaridade e não pelos estratos de renda.

Em uma eleição, pela natureza do voto secreto, é impossível estabelecer exatamente como cada classe de fato votou. No entanto, as pesquisas prévias de opinião eleitoral se baseiam em métodos que projetam o cenário que se pretende retratar por meio de um universo de escala menor. Isso baseado em proporções semelhantes à realidade quanto a faixa etária, renda, gênero, escolaridade, local de moradia, entre outros fatores.

Assim, é possível identificar o movimento dos votos da classe média enquanto mais escolarizada, por meio dos indivíduos que possuem o acesso ao ensino médio, com ingresso possível à qualificação técnica e superior. Dessa forma, o Quadro 32 faz o comparativo da última pesquisa de opinião eleitoral das eleições de 1998 e 2002 com a presença de informações referentes à escolaridade,

Quadro 32 - Comparativo da última pesquisa eleitoral de preferência de voto dos pleitos de 1998 e 2002 com divisão por escolaridade<sup>22</sup>

<b>1998</b>			
<b>Candidatos / Escolaridade</b>	<b>Fundamental</b>	<b>Médio</b>	<b>Superior</b>
FHC	47%	46%	41%
Lula	24%	25%	31%
Demais Candidatos	11%	18%	18%
Branco/Nulo/Nenhum/Não Sabe	18%	11%	10%
<b>2002</b>			
<b>Candidatos / Escolaridade</b>	<b>Fundamental</b>	<b>Médio</b>	<b>Superior</b>
Lula	56%	63%	58%
Serra	33%	29%	33%
Branco/Nulo/Nenhum/Não Sabe	11%	9%	9%

Fonte: Datafolha.<sup>23</sup> Organização: autor.

Em 1998, FHC recebeu maior preferência dos entrevistados com ensino médio completo e superior, estes números de referência demonstram que a classe média estava em maior apoio proporcional para o então candidato do PSDB, já em 2002 o cenário se inverte em maioria para Lula.

Reforça-se que, pela estratificação de classe média de Souza (2017, 2018a), a possibilidade de um sujeito com ensino fundamental completo compor a classe média é baixo, mas pelas pesquisas de opinião e pelo resultado ao final do pleito, eles acompanharam a mobilidade da classe média entre 1998 e 2002. Dentro da proximidade da margem de erro dessas pesquisas, ainda que o Quadro 32 traga os possíveis valores dos votos não válidos também, confirmou-se a vitória de FHC no primeiro turno e de Lula no segundo, isso naqueles respectivos pleitos. Assim a probabilidade de que esses níveis de escolaridade de fato tenham acompanhado números semelhante de votos para aqueles candidatos é muito elevada, dado o nível de confiança das pesquisas em torno de 95%.

Desse modo, diferente de eleições anteriores, Lula não foi diretamente questionado pelos meios de imprensa. Neste sentido havia o trauma do ocorrido no último debate com Collor em 1989, quando a Rede Globo é acusada de favorecimento ao candidato mais à direita em

<sup>22</sup> Salienta-se que o nível fundamental abrange fundamental completo e incompleto, e o médio e superior somente quem concluiu esses níveis do ensino. A pesquisa Datafolha de 1998 ocorreu entre 24 e 25 de setembro, nove dias antes do pleito, outra pesquisa fora realizada pelo instituto em 2 de outubro, entretanto não estratificou o eleitorado em seu relatório. Em 2002 a pesquisa ocorreu em 26 de outubro, um dia antes das eleições do segundo turno. A margem de erro das pesquisas é de 2% para mais ou para menos. O nível de confiança é de 95%.

<sup>23</sup> Pesquisas disponíveis em: <[http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/05/02/intvoto\\_pres\\_25091998.pdf](http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/05/02/intvoto_pres_25091998.pdf)> e <[http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/05/02/intvoto\\_pres\\_26102002.pdf](http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/05/02/intvoto_pres_26102002.pdf)>. Acesso em: 08 dez. 2020.

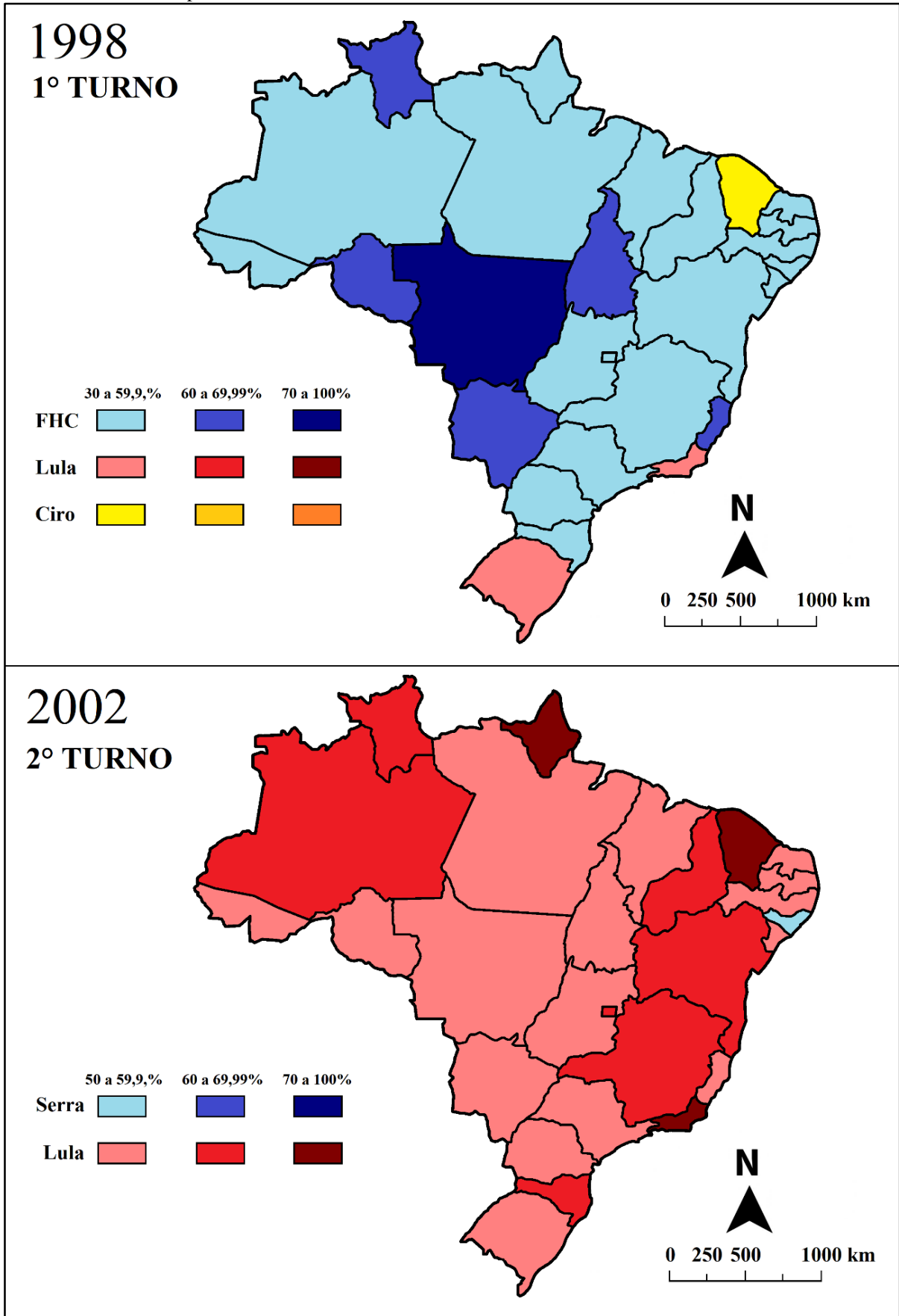
reportagens e recortes na programação nos dias seguintes de forma aberta, como escreve Avelar (1992).

Em 1994 e 1998, não havia necessidade de auxiliar de maneira ostensiva o candidato favorito das classes hegemônicas, o êxito na estabilização da inflação fora suficiente para manter FHC sem maiores incômodos no cargo como relata Carvalho (2006). O ex-presidente tucano só passou a sofrer ataques mais incisivos da imprensa após 1999, com a intensificação das crises na Ásia e na Rússia.

A partir de 2002 ocorreria algo semelhante, Lula em circunstância de certa “neutralidade” da mídia só precisaria de suas próprias estratégias para vencer. Foi o que ocorreu, aproximaram-se de sua campanha parte expressiva de todas as classes sociais brasileiras naquele ano, como indica a mobilidade evidenciada no Quadro 32 e comprovada nos valores ao final da eleição, conforme ratifica a Figura 14, a seguir. Ela contrasta a mobilidade entre os votos que ocorreram entre os anos de 1998, em sentido à FHC, e 2002, em direção à Lula.



Figura 14 - Mapas comparativos quanto aos resultados proporcionais dos candidatos das eleições presidenciais do Brasil em 1998 e 2002 por unidades federativas



Fonte: TSE. Base cartográfica: IBGE. Elaboração: autor.

A vitória territorial de Lula é incontestável, ainda que ambos os pleitos tenham ocorrido em circunstâncias distintas, ou seja, em 1998 o primeiro turno foi suficiente para se determinar o resultado, enquanto que em 2002 somente no segundo foi concebida a vitória do progressismo petista. É pertinente avaliar que a absorção da preferência foi ainda maior, pois o eixo de votos que procurava fugir da contraposição entre PT e PSDB foi para Ciro Gomes em 1998, não havendo possibilidade concreta de se estabelecer para quem exatamente iriam seus eleitores em um suposto segundo turno naquele ano.

No caso de 2002, essas preferências de centro se dividiram, em um primeiro momento, entre Anthony Garotinho e Ciro, ambos sinalizaram apoio ao petista aprofundando ainda mais a mobilidade do centro em direção à esquerda. Essa circunstância permite compreender a votação expressiva no Ceará, de Ciro, e Rio de Janeiro, de Garotinho, permitindo chegar à consideração, portanto, de que aquele eleitorado se norteou majoritariamente para Lula naquela ocasião.

Quando ocorre a mobilidade ideológica, o outro espectro perde margem significativa de eleitores. A partir da análise de cada estado, de acordo com o Quadro 33, é pertinente observar o quanto o PSDB reduziu seu percentual em comparação, inclusive, a um turno em que se dispunham somente dois candidatos possíveis. Em expectativa José Serra poderia agregar mais votos caso seu partido contivesse maior popularidade.

Quadro 33 - Comparativo dos votos válidos recebidos pelo PSDB entre primeiro turno de 1998 e o segundo turno de 2002

Estado	FHC – 1998 (1º turno)		Serra – 2002 (2º turno)		Saldo
	Votos	Proporção	Votos	Proporção	
Acre	90.363	46,80%	93.803	40,06%	↓
Alagoas	394.873	54,79%	616.902	56,39%	↑
Amapá	68.277	42,32%	55.723	24,49%	↓
Amazonas	452.076	54,68%	311.175	30,12%	↓
Bahia	1.977.643	50,92%	1.937.780	34,31%	↓
Ceará	804.969	30,31%	981.609	28,22%	↓
Distrito Federal	391.201	40,45%	471.485	37,74%	↓
Espírito Santo	814.535	64,75%	646.494	40,64%	↓
Goiás	1.247.510	48,82%	1.071.070	42,92%	↓
Maranhão	736.042	48,63%	872.880	41,52%	↓
Mato Grosso	663.773	73,10%	541.277	45,54%	↓
Mato Grosso do Sul	520.471	61,26%	483.196	44,86%	↓
Minas Gerais	4.225.240	55,68%	3.223.960	33,55%	↓
Pará	1.020.868	56,81%	1.184.624	47,35%	↓
Paraíba	541.067	45,26%	742.486	42,98%	↓
Paraná	2.492.531	59,25%	2.017.198	40,78%	↓
Pernambuco	1.637.394	57,22%	1.654.132	42,93%	↓
Piauí	482.649	48,09%	532.715	39,25%	↓
Rio de Janeiro	2.848.277	42,28%	1.682.472	21,03%	↓
Rio Grande do Norte	525.842	50,72%	549.122	41,33%	↓
Rio Grande do Sul	2.036.805	40,60%	2.607.320	44,16%	↑
Rondônia	323.743	66,40%	267.320	44,44%	↓
Roraima	71.768	61,92%	54.692	34,45%	↓
Santa Catarina	1.255.253	49,43%	1.070.502	35,86%	↓
São Paulo	9.736.728	59,89%	9.073.187	44,61%	↓
Sergipe	297.243	47,37%	362.923	42,50%	↓
Tocantins	265.393	66,68%	245.349	45,97%	↓

Fonte: TSE. Organização: autor.

É pertinente comentar que, em números absolutos, alguns estados vão confiar mais votos a Serra do que a FHC, esse fato ocorre em razão do aumento de eleitores e de votos válidos entre os quatro anos em que se candidataram, assim o valor de referência mais pertinente para essa comparação é o de proporção.

No mais, o Quadro 33 demonstra que os tucanos perderam votos percentuais em 25 das 27 unidades federativas brasileiras, conseguindo manter maior margem somente em

Alagoas e no Rio Grande do Sul. Neste último estado, o afastamento de Brizola em relação a Lula e seu apoio para Ciro naquela ocasião explicam em parte a redução de Lula, contudo ainda assim o petista se mantém à frente com mais de 50% dos votos válidos. Em Alagoas, o que se observa é a manutenção da influência das elites políticas locais, a exemplo de Collor e da família Calheiros que mantiveram um direcionamento mais conservador no voto da população, situação que vai se dissolver em eleições seguintes.

A virada de Lula ocorre sob a tessitura territorial, conforme se estabelece por meio do mapeamento da Figura 14, e da maioria dos votos válidos em proporção, de acordo com o Quadro 33, e com o acompanhamento da classe média, como expõe o Quadro 32. Os fatores que permitiram a mobilidade ideológica por parte do PT em relação ao PSDB ocorrem por conta do momento econômico que desgastou o fim do mandato de FHC. Tal cenário abriu a oportunidade para Lula chegar em condições de disputar o pleito sem as críticas mais significativas direcionadas pelas elites, classe média e aparelhos que estes controlam enquanto proprietários e gerenciadores respectivamente.

De acordo com a divisão das frações de classe no Brasil, baseadas em Souza (2017), comparadas a um universo semelhante de eleitores no país, o corpo conservador da classe média ocorre em torno de 65% de seu todo. Foi parte desse estrato médio que mobilizou seu voto em relação ao pleito anterior, ou seja, a parte liberal, mais tolerante na aceitação de um governo que tivesse a retórica do equilíbrio entre justiça social e mercado.

Reforça-se que, de toda a composição de classe da população brasileira, a junção de sua camada intermediária junto à elite do dinheiro em torno de 20%, os demais 80% pertencentes às classes trabalhadora e à “ralé”, direcionam-se proporcionalmente conforme a disposição em aceitação das camadas hegemônicas, isso por sugestão e manipulação (Adorno, 2016).

O governo Lula vai gerir o Estado por oito anos sem maiores problemas econômicos que afetem sua popularidade e, como já exposto, conseguirá passar o cargo para sua sucessora, Dilma Rousseff. No entanto, instabilidades econômicas que eclodem em conjunto ao descontentamento com a perda da maioria da classe média permitiram a ascensão de outra mobilidade ideológica em 2018, essa será abordada a seguir.

### 3.2.2 A mobilidade ideológica conservadora: a vitória de Bolsonaro em 2018

Jair Bolsonaro começou a ganhar notoriedade nacional agredindo verbalmente aqueles dos quais discorda, essa figura de agressividade formou uma opinião de sinceridade quanto ao seu caráter, uma vez que estaria expondo suas reais intenções sem medir as palavras, mesmo que essas se traduzissem em ofensas para alguns. Esse comportamento foi associado, por parte da população, a uma noção de honestidade e possibilidade de moralização da classe política.

Deste modo, esta subseção tem o intuito de realizar da inter-relação dos eventos que permitiram a vitória do bolsonarismo em 2018. Isso para também compreender a ascensão de um discurso pouco empático com os indivíduos e grupos sociais distintos de seu locutor e de seus seguidores. Tal conjunto de acontecimentos concretizou a segunda mobilidade ideológica da Nova República.

Para a apreensão dos episódios que resultam na ascensão de Bolsonaro, faz-se necessário observar seu histórico político, assim como seu discurso o qual se estabelece de forma distinta de outros candidatos convencionais. Estes últimos ao lidarem com o grande eleitorado, procuram na retórica uma aproximação de uma fala moderada, ainda que tenham projetos mais direcionados ao maior benefício de um ou de outro setor.

Bolsonaro não detinha apoio no Congresso, mas partes do eleitorado passava a se identificar com a sua retórica “fácil” quanto a resolução de problemas estruturais. A exemplo: facilitar acesso ao armamento pessoal e diminuir a maioria penal para resolver a violência, bem como o preconceito contra minorias e recorrente discurso de culpabilização destes para explicar os problemas que o país passou a enfrentar após 2013.

Uma alocução que faz sentido quando se observa o próprio histórico do país, os preconceitos estruturais são demasiadamente intensos a partir da construção de uma nação alicerçada na escravidão e conseqüente desprezo e ódio dos libertos. Ainda que não seja uma medida consciente desse mesmo ódio (ADORNO, 2016), ele prosseguiu mesmo após um século depois da abolição da escravatura, isso com os descendentes diretos dos ex-escravos e de seus semelhantes no que toca a desqualificação para o mercado de trabalho. Reforça-se a negação do preconceito estrutural a partir das teorias da democracia racial no Brasil, sedimentadas indiretamente pela teoria do patrimonialismo (HOLANDA, 2014, FAORO, 2001), daí a importância do aprofundamento dessa interpretação na parte II deste trabalho.

Tal circunstância prejudica qualquer alcance de equidade, pois ela subestima a existência das desigualdades, reforçando a noção de meritocracia, sob a qual se dá um dos alicerces do discurso do conservadorismo e, atualmente, do bolsonarismo. A desqualificação

do povo brasileiro, retratado enquanto corrupto em geral e cordial com seus aliados, compreende uma ideia de massificação das classes, não permitindo de forma consciente a aceitação da divisão entre grupos vulneráveis e outros privilegiados pelo capitais econômico, cultural e social.

Dessa forma, políticas de equiparação passam a ser consideradas medidas populistas e patrimoniais com aqueles que mais precisam em concretude do auxílio do Estado. Daí a popularização da crítica a programas sociais como o Bolsa Família, por exemplo. Essas ações são compreendidas, por muitos que não precisam do benefício público, como uso patrimonial do Estado para um futuro eleitorado, portanto, se visto dessa forma, um tipo de corrupção. Bolsonaro assentou-se nesse discurso que ganhou corpo no disparo de várias denúncias corruptivas pela imprensa nos últimos anos, ainda que se possa delimitar culpa aos atores da política nacional, os vulneráveis findam por pagar a conta dos equívocos na administração do dinheiro público.

Além da introjeção dessa perspectiva de massificação de todas as classes, a moral norteadora do sistema capitalista envolve o valor da moral do trabalho e a expressividade da autenticidade. O primeiro finda por dividir a população entre aptos e não aptos ao sistema, proporcionando a interpretação de que a incapacidade de alguns ocorre por motivos de culpabilização individual. Estariam naquela condição por suposta falta de esforço e não mereceriam qualquer auxílio para sair dessa situação, essa forma de ver o mundo é catalisada no Brasil pelo desprezo da classe que se originou do fim da escravidão, a “ralé”.

Essa moral já foi interseccionada pela outra moral sistêmica, a da autenticidade da expressividade, esta procura encontrar um espaço próprio individualizado no capitalismo, o que resulta em uma lógica de separação no seio de cada classe social. Factualidade que funciona bem em países com baixo grau de desigualdade, em que ambientalismo e outras lutas menos urgentes, se comparadas ao Brasil, podem ser uma preocupação em primeiro plano.

No entanto, uma classe média progressista expressivista se formou no país em favorecimento de pautas identitárias prioritárias para si, ou seu grupo, em detrimento de outras urgências. Parte dessas pessoas embarcou no antipetismo e foi cooptado para a mobilidade ideológica conservadora, a partir do entendimento de que o partido fizera pouco em suas demandas. O que não é uma realidade quando se observa os índices sociais comparativos de seu governo em relação a outros.

Nesse sentido, Bolsonaro atraiu primeiramente em seu entorno a classe média profascista (SOUZA, 2018a), aquela com menor capacidade crítica na compreensão da complexidade dos elementos que incidem em consequências socioeconômicas. Essa parte da

população fora suficiente para elegê-lo vereador e deputado federal por diversas vezes sem a contrapartida que se espera de um representante público. Isso porque ele não conseguia maiores articulações para suas pautas no Congresso em uma época de conciliação de classes, o discurso mais intolerante não era bem vindo pelo eleitorado naquele momento. Assim, em quase 30 anos no parlamento brasileiro, pouco participou efetivamente para seus eleitores.

A conquista da classe média liberal começa a ocorrer ainda na década de 2000, principalmente com os escândalos do “Mensalão” que eram exaustivamente noticiados. Naquele período a viabilidade das candidaturas mais conservadoras em relação aos petistas estava na polarização com o PSDB. O papel da mídia começava a ser preponderante na virada de votos para as propostas menos progressistas, no entanto, ainda faltava um elemento para qualquer possibilidade de mobilidade ideológica, a crise econômica.

Esse estopim não ocorreu de modo efetivo no Brasil naqueles anos, mesmo com o problema envolvendo os *subprimes* nos Estados Unidos que vieram a reverberar em maior ou menor grau no resto do mundo, por aqui as dificuldades só viriam a se intensificar a partir de 2011, com a crise do euro.

Antes disso, uma parte dos liberais ainda apoiava o equilíbrio econômico do governo petista, que, por sua vez, lograva em manter a estabilidade da inflação e a valorização do real, ainda que em detrimento da indústria nacional que continuou naqueles anos a perder importância percentual nos valores do PIB. Foram anos de ganhos elevados para parte do empresariado, principalmente para aqueles que investiram nos ramos comercial e do rentismo financeiro (GOMES, 2020).

Algumas dissidências passavam a ocorrer a partir da classe média progressista expressivista representada muito bem pelo discurso de Marina, em 2010 ela fora o principal nome da terceira via e manteve um padrão elevado de votos em 2014. Todavia, na comparação do segundo turno destes pleitos, percebe-se o deslocamento de boa parte de seu eleitorado em sentido a Aécio, diferente do que ocorrera ainda em 2010, quando a maior parte de seus eleitores foram para Dilma em detrimento de Serra.

Os quatro anos que separam essas eleições demonstram a perda de parte da classe média expressivista e, conseqüentemente, significativa parte da fração liberal, que, ideologicamente, já tem a tendência de se dispor mais à direita. O Quadro 34 demonstra essa percepção, Aécio, na última pesquisa eleitoral, realizada pelo Instituto Datafolha um dia antes do segundo turno em 2014, já tinha a maioria da classe média.

Quadro 34 - Comparativo da última pesquisa eleitoral de preferência de voto dos pleitos de 2014 e 2018 com divisão por escolaridade<sup>24</sup>

<b>2014</b>			
<b>Candidatos / Escolaridade</b>	<b>Fundamental</b>	<b>Médio</b>	<b>Superior</b>
Dilma	56%	46%	36%
Aécio	35%	45%	56%
Branco/Nulo/Nenhum/Não Sabe	9%	10%	8%
<b>2018</b>			
<b>Candidatos / Escolaridade</b>	<b>Fundamental</b>	<b>Médio</b>	<b>Superior</b>
Bolsonaro	38%	51%	55%
Haddad	48%	36%	34%
Branco/Nulo/Nenhum/Não Sabe	14%	13%	11%

Fonte: Datafolha. Organização: autor.<sup>25</sup>

Conforme o Quadro 34, o PSDB já dispunha da maioria do eleitorado com ensino superior, com mais de 20% de diferença para Dilma nesse público. Em relação aos indivíduos com ensino médio completo, estava numericamente abaixo, com 1% a mais para a petista, dentro da margem de erro havia um empate técnico. O conservadorismo já estava conquistando parte da população mais escolarizada com possibilidade de acesso a uma qualificação técnica e universitária, justamente aquela que compõe a classe média, de acordo com a classificação por capital cultural estabelecida por Souza (2017, 2018a).

Em comparação à última pesquisa anterior ao pleito de 2018, Bolsonaro avança no eleitorado com ensino médio, o que era um empate técnico nesse público em 2014 passou para uma diferença de 15% em relação ao candidato Haddad. A conquista das camadas mais conservadoras já havia chegado ao limite entre aqueles com ensino superior, os que se mantiveram apoiando o PT são aqueles que compõem as frações mais progressistas da classe média da população brasileira, ou seja, parte da expressivista e toda a crítica.

Importante observar que os petistas mantêm a maioria com as classes com ensino fundamental completo e incompleto, ainda que tenham perdido margem, no comparativo de 2014. A conquista da maioria desse eleitorado foi mais difícil para Bolsonaro dada a política de

<sup>24</sup> Salienta-se que o nível fundamental abrange fundamental completo e incompleto, e o médio e superior somente quem concluiu esses níveis do ensino, a pesquisa Datafolha de 2014 ocorreu entre 24 e 25 de outubro, um dia antes do segundo turno. Em 2018 a pesquisa ocorreu entre 26 e 27 de outubro, também um dia antes do segundo turno. A margem de erro das pesquisas é de 2% para mais ou para menos. O nível de confiança é de 95%.

<sup>25</sup> Pesquisas disponíveis em:

<[http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2014/10/25/intencao\\_de\\_voto\\_presidente-vespera\\_2\\_turno.pdf](http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2014/10/25/intencao_de_voto_presidente-vespera_2_turno.pdf)> e <<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2018/10/28/b469d4556e176c907bad8986ccc459cd.pdf>>. Acesso em: 08 dez. 2020.



distribuição de renda que permitiu melhora relativa na qualidade de vida, parte expressiva desse eleitorado se encontra na região Nordeste do país.

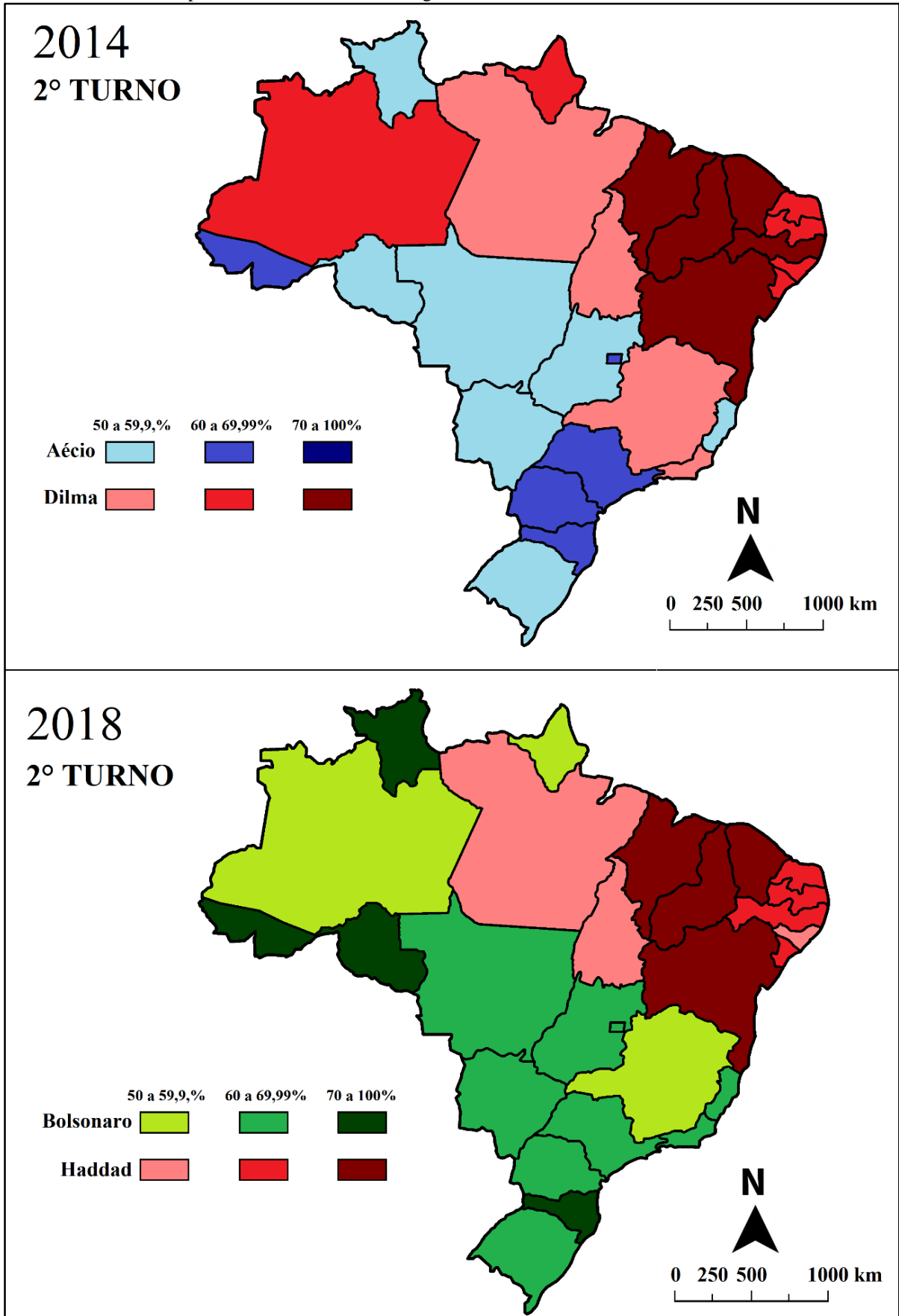
A redução dos votos petistas é um fato que foi ocorrendo a cada eleição presidencial desde 2010, situação permitida em razão da intensificação dos problemas econômicos, da baixa capacidade para resolução da crise e das dificuldades de diálogo no congresso. A partir disso, hipoteticamente a mobilidade ideológica ocorreria de qualquer forma em 2018 para o candidato polarizado na oposição, mesmo que fosse uma figura do PSDB. Isso em razão da baixa margem de vantagem de Dilma para seu adversário em 2014.

Os atores políticos mais identificados com conservadorismo não tiveram a paciência necessária para esperar o próximo pleito. Foi um erro estratégico por parte do partido tucano apoiar a ruptura representada pelo processo de *impeachment* de Dilma entre 2015 e 2016, todo o artifício de intensificação de desqualificação do PT incidiu também no PSDB. A militância que os petistas formaram permitiu o contra-ataque por meio de maior popularização das redes sociais e atingiu os potenciais presidenciais em 2018, tirando de Aécio qualquer viabilidade, e estabelecendo a Alckmin uma derrota esmagadora.

O que ficou das eleições de 2014 foi uma imagem de desqualificação mútua em detrimento de projetos para o país e uma noção de desonestidade por parte dos partidos em relação aos eleitores opostos à sua ideologia autodeclarada. O que se observou por parte da população, já direcionada às ideologias mais conservadoras no ano seguinte àquele pleito, era a busca por uma terceira via dentro desse espectro mais à direita, daí aparece a figura de Bolsonaro, um conservador com discurso protofascista, o qual atraiu essa camada da população órfã de uma viabilidade no espectro da direita.

Neste aspecto, Bolsonaro já dispunha de um público que concordava racionalmente com seu discurso de ódio, os protofascistas; conseguiu atrair também àquele que o tem introjetado de forma inconsciente, agregando inclusive uma pequena parte progressista da classe média, a mais expressivista que embarcou em parte no antipetismo. Essa interpretação pode ser alicerçada a partir do mapa da Figura 15, o qual faz a comparação territorial dos votos entre as eleições de 2014 e 2018.

Figura 15 - Mapas comparativos quanto aos resultados proporcionais dos candidatos das eleições presidenciais do Brasil em 2014 e 2018 por unidades federativas – Segundo Turno



Fonte: TSE. Base cartográfica: IBGE. Elaboração: autor.

Diferente do que ocorreu com a mobilidade ideológica de 2002 em sentido ao progressismo lulista, Bolsonaro não tem uma conquista territorial preponderante. Os territórios conservadores foram se estabelecendo parcialmente em cada eleição desde o escândalo do “Mensalão” em 2005, a partir de 2006 o PSDB já conquistara espaços eleitorais e os ampliara em 2010.

Deste modo, na comparação dos pleitos de 2014 e 2018, ilustrado na Figura 15, o conservadorismo conquista mais quatro estados, estes são: Amapá, Amazonas, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Amplia-se a proporção de votos conservadores em outras federações, já vencidas também por Aécio quatro anos antes: Acre, Rondônia, Roraima, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Bolsonaro mantém um padrão semelhante ao tucano nas seguintes unidades federativas: Distrito Federal, São Paulo e Paraná.

No mapeamento é possível observar visualmente esses avanços, com os números proporcionais válidos Bolsonaro avança em 24 das 27 unidades federativas do país em eleitores, um valor semelhante ao conquistado por Lula dezesseis anos antes. O Quadro 35 consolida essa informação a partir da perda de votos por parte dos petistas na relação entre Dilma e Haddad nos pleitos de 2014 e 2018 respectivamente.

Quadro 35 - Comparativo dos votos válidos recebidos pelo PT entre os segundos turnos de 2014 e 2018

Estado	Dilma – 2014 (2º turno)		Haddad – 2018 (2º turno)		Saldo
	Votos	Proporção	Votos	Proporção	
Acre	138.922	36,32%	86.977	22,78%	↓
Alagoas	941.286	62,12%	912.034	59,92%	↓
Amapá	227.414	61,45%	183.616	49,80%	↓
Amazonas	1.033.090	65,02%	875.845	49,73%	↓
Bahia	5.059.228	70,16%	5.484.901	72,69%	↑
Ceará	3.522.225	76,75%	3.407.526	71,11%	↓
Distrito Federal	580.581	38,10%	463.340	30,01%	↓
Espírito Santo	911.906	46,15%	747.768	36,94%	↓
Goiás	1.365.658	42,89%	1.118.060	34,48%	↓
Maranhão	2.475.762	78,76%	2.428.913	73,26%	↓
Mato Grosso	717.230	45,33%	549.001	33,58%	↓
Mato Grosso do Sul	590.835	43,67%	465.025	34,78%	↓
Minas Gerais	5.979.422	52,41%	4.382.952	41,81%	↓
Pará	2.103.829	57,41%	2.112.769	54,81%	↓
Paraíba	1.380.988	64,26%	1.451.293	64,98%	↑
Paraná	2.408.740	39,02%	1.948.790	31,57%	↓
Pernambuco	3.438.165	70,20%	3.297.944	66,50%	↓
Piauí	1.385.096	78,30%	1.417.113	77,05%	↓
Rio de Janeiro	4.488.183	54,94%	2.673.386	32,95%	↓
Rio Grande do Norte	1.201.576	69,96%	1.131.027	63,41%	↓
Rio Grande do Sul	2.997.360	46,47%	2.263.171	36,76%	↓
Rondônia	364.055	45,15%	229.343	27,82%	↓
Roraima	97.329	41,10%	72.872	28,45%	↓
Santa Catarina	1.353.808	35,41%	940.724	24,08%	↓
São Paulo	8.488.383	35,69%	7.212.132	32,03%	↓
Sergipe	772.253	67,01%	759.061	67,54%	↑
Tocantins	428.662	59,49%	371.593	51,02%	↓

Fonte: TSE. Organização: autor.

O Quadro 35 expõe que o PT perdeu votos no Nordeste, mesmo tendo mantido a preferência da maioria nessa região. Em três estados, conseguiu manter votação maior do que em 2014, estes foram: Bahia, Paraíba e Sergipe. Em outros, manteve-se à frente, mas perdeu margem de distanciamento, contudo ainda suficiente para manter-se com mais de 40% em relação ao seu adversário, casos de: Ceará, Maranhão e Piauí. Nos unidades do Rio Grande do Norte, Paraíba, Sergipe e Pernambuco, a diferença em relação a Bolsonaro fica em mais de 20%, todos com perdas percentuais quando comparados ao desempenho do partido em 2014.

Em Alagoas, Pará e Tocantins a margem fica mais próxima, principalmente nos dois últimos, em que os votos ficam próximos dos 50%.

A diferença posta entre as perdas do PSDB em 2002 para o PT em 2018 está na localização espacial dos eleitores, na mobilidade ideológica progressista a distribuição de votos para Lula ocorreu de forma semelhante na maioria dos estados, aqueles nos quais conseguiu mais de 70% dos eleitores à época correspondiam aos nichos eleitorais de apoiadores derrotados no primeiro turno, casos de Ceará e Rio de Janeiro, mais o Amapá, sendo esse último uma exceção. O caso de 2018 apresenta o fato de ambos os candidatos conquistarem essa distância percentual em quatro estados cada um, de forma que em todos os demais houve perda de votos progressistas em sentido ao candidato mais conservador.

Nesse aspecto, o que vai se confirmar após a contagem na abertura das urnas são mais de 10 milhões de votos a mais para Bolsonaro em detrimento de Haddad. A mobilidade ideológica em favor ao conservadorismo foi menos expressiva que aquela para o progressismo em 2002, quando Lula conseguiu quase 20 milhões de votos a mais que Serra.

Os debates de cunho de contraposição de ideologias foram mais claros em 2018 do que em 2002, na primeira vitória petista, ser reconhecido como alguém de direita ou esquerda não foi um assunto dialogado intensamente em campanha. No êxito de Bolsonaro, entretanto, essa perspectiva fora mais importante, a classe média ficou mais dividida, principalmente em suas frações liberal e expressivista.

Por outro lado, as classes trabalhadora e da “ralé” se mantiveram em maior número com o PT. Ainda que tenha ocorrido redução percentual, entre esses dois estratos uma maioria manteve seu voto progressista em consideração aos: resultados na melhora da capacidade do poder de compra, no caso dos trabalhadores; e das políticas de distribuição de renda, com a camada mais vulnerável.

A percepção ideológica da população não ocorre de forma consciente, pelo menos no que toca o sentido conceitual de apoiar ações de esquerda e direita, a noção do significado desses termos fica rotulada por uma compreensão pejorativa do senso comum que não atinge a essência de fato dessa contraposição de ideias. O uso das expressões progressismo e conservadorismo se deram em maior escala por se aproximar desse eleitorado e não estigmatizar necessariamente esses termos em relação a uma confrontação maniqueísta, já que a maioria das pessoas, em realidade, abrange comportamentos que, por vezes, interseccionam valores de ambos os espectros, daí a natureza inconsciente da relação. Uma série de fatores interferem nessa assimilação, seja pela desqualificação imposta pela mídia em sentido a determinado candidato ou grupo político partidário, seja pela percepção de perdas na qualidade

de vida a partir de um período econômico ruim, assim como valores morais construídos nas afinidades familiar e social desde a infância que são difíceis de ressignificar.

De qualquer forma, é possível se constituir relações entre esses fatores a partir dos resultados das eleições, partindo-se do desígnio de que o sistema capitalista se reconstrói a partir de suas crises, sendo essas estabelecidas por ondas ou ciclos que retornam em outro esgotamento econômico. Nesse sentido, a mobilidade ideológica fará o mesmo, assim, é possível projetar em um momento futuro uma inversão eleitoral novamente. Isso ocorre em uma circunstância condicionada ao desgaste da ideologia então dominante, bem como do governo representante desta, perante ao descontentamento das classes hegemônicas e consequente uso dessas da mídia para reverberar essa perspectiva para o restante da população.

Partindo desse pressuposto, no caso do Brasil, dado que a última mobilidade ideológica foi conservadora, a próxima, portanto, será progressista. Tal facticidade demonstra o caráter pendular do processo dentro do capitalismo. Isso considerando a manutenção de suas crises sistêmicas e da ressignificação das formas de reprodução do capital, quando se esgotar novamente o Pacto Liberal-Dependente, deverá retornar outra forma de acordo nacional-popular de ordem desenvolvimentista.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mobilidade ideológica se constitui a partir das consequências decorrentes de conjunturas socioeconômicas, determinadas historicamente, as quais transcorrem em ciclos de alternância entre grupos políticos de natureza mais progressista ou mais conservadora, definindo implicações sociais e territoriais. Nesse sentido, parte da população, em um deslocamento massificado, também transforma seu modo de compreender a realidade, de maneira concomitante aos eventos que corroboram com o assentamento factual da mobilidade ideológica.

O processo define consequências de natureza territorial, releva-se assim a significância deste trabalho na área da geografia, principalmente ao compreender que tais mudanças se concretizam na tessitura espacial e continuam a se transformar com a passagem do tempo histórico. Por isso, utilizou-se como método de análise o materialismo histórico dialético, o qual compreende a materialidade dos processos, por meio do entendimento da História, e a correlação de toda a análise desse todo em uma síntese. Dessa maneira, todas as partes desta tese seguiram uma linha histórica de interpretação dos eventos pertinentes em julgamento, contrapôs antíteses à tese proposta e, por fim, tem-se enquanto síntese de toda a pesquisa a mobilidade ideológica e suas ocorrências no Brasil da Nova República.

A partir da primeira parte, compreende-se que o capitalismo apresenta atuação relevante nas alternâncias ideológicas. Isso porque o sistema proporciona em dados períodos expressivo crescimento na reprodução de capitais, já em outros se enfraquece permitindo momentos de estagnação, recessão ou depressão. O resultado desses últimos eventos culminam factualmente nas crises econômicas. Assim, o espaço geográfico se transforma conforme as políticas públicas do governo em situação, este ao seguir uma linha ideológica vai estabelecer maior prioridade em sentido à conservação da ordem ou da justiça social.

A conservação da ordem está atrelada à ideologia conservadora, a qual visa manter a conjuntura pré-estabelecida, que antepõe ações de equilíbrio na esfera econômica. A justiça social está relacionada ao progressismo, que tem como uma de suas bandeiras a redução da desigualdade, por meio de políticas voltadas às classes da base da pirâmide social e à manutenção de uma economia estável para a sustentação de programas de auxílio popular.

É pertinente reforçar que o progressismo não é necessariamente uma perspectiva ideológica revolucionária. Em uma análise rígida, a hipótese da mobilidade ideológica, conforme realizada nesta pesquisa, não corrobora com outros sistemas socioeconômicos, pois o processo só ocorre a partir da presença das crises sistêmicas. Nas teorias do socialismo

científico, a recessão ou a depressão, períodos recorrentes no capitalismo, em algum momento convergiriam com a revolução operária e findariam o sistema hegemônico, anulando, nesse sentido, o estopim do evento. Por isso muitos teóricos socialistas refutam a teoria dos ciclos na perspectiva de que o sistema não se recupere em um novo período de prosperidade. Por outro lado, a sociedade sem classes eliminaria a possibilidade de uma elite e de uma classe média, não permitindo, em hipótese, a sugestão classista a partir da cooptação dos aparelhos ideológicos. Em outras palavras, a mobilidade ideológica só existe em uma sociedade capitalista de democracia representativa.

Conforme a segunda parte desta tese, o cotidiano da população e suas ideias introjetadas a partir de valores, aspectos morais e suas diferentes visões de mundo resultantes, também se mobilizam quanto ao entendimento do desgaste econômico do sistema. Estabelece-se, portanto, as mudanças no comportamento do eleitorado, influenciado, em um movimento em massa, em direção às ideologias identificadas ou com a direita, ou com a esquerda, no limite da compreensão dos termos no seio do senso comum. Por isso, inclusive o uso mais efetivo de progressismo e conservadorismo neste trabalho, esses termos abrangem um maior conjunto de interpretações ideológicas, mas com menor possibilidade de entendimentos pejorativos por parte do público médio.

O norteamento de uma maioria para um grupo político ideológico necessita de mais ferramentas para resultar efetivamente em mobilidade, as mídias representadas pelos diferentes meios de informação são preponderantes para a desidratação das agremiações políticas que se encontram em dificuldades em lidar com uma crise. Dessa maneira, os principais grupos midiáticos o fazem colocando em destaque maior ajuntamento de notícias com conteúdo desqualificante ao governo, deixando menor espaço para notas semelhantes à oposição. A repetição dessa estratégia, que pode ocorrer por anos, vai deslegitimando a situação e permitindo transferência de votos eleitorais para os opositores em um pleito posterior.

Nesse aspecto, é importante a cooptação da classe social que dirige *in loco* os aparelhos ideológicos, a classe média. No Brasil, esse estrato da população estabeleceu um pacto de privilégio com as elites, assim, enquanto esta última, no topo da pirâmide social, monopoliza o acesso ao capital econômico, aquela classe, sedimentada no meio, o tem com capital cultural. Esse recurso é elemento suficiente para ocupação de cargos importantes na imprensa, na política, nas universidades, nas magistraturas, entre outros espaços de influência.

A elite é um estrato pequeno em demasia para persuadir em quantidade expressiva um evento eleitoral. Porém a classe média possui maior margem de manobra, uma vez que a partir de seu acesso direto à administração dos aparelhos ideológicos tem a função de interagir



diretamente com o restante da população, repassando sinuosamente os valores, as morais e uma visão de mundo que corrobora com os interesses das elites e de sua acumulação de capitais. As formas de alternância em diferentes conjunturas são consequência desse cenário.

A classe média não é uma massa social com uma forma de pensamento homogênea, não existe possibilidade de que esse agrupamento estabeleça unanimidade em seu norteamento ideológico, por isso foi importante a identificação de suas quatro frações a partir da concepção de outros autores. Duas frações da classe média são mais conservadoras, a liberal e a profascista, duas outras são mais progressistas, ou seja, a expressivista e a crítica. Nesse âmbito, duas são mais dispostas à mobilidade por interesses que interseccionam o progressismo e o conservadorismo, seriam estas a liberal e a expressivista.

A classe média liberal tem o conhecimento prático do esgotamento econômico e da necessidade de mudança, aceita a mobilidade ideológica com o objetivo do retorno do crescimento da economia. A classe média expressivista o faz em razão da defesa de seu individualismo em uma perspectiva identitária que também se desgasta com um governo que bastante tempo está no poder. Mas é importante apontar que esse último aspecto ocorre parcialmente com essa fração. O ambientalismo por exemplo é uma causa que pode se situar mais no limiar do progressismo e do conservadorismo, já no combate às vulnerabilidades de minorias essa distância entre os espectros ideológicos é maior.

A partir disso, é pertinente salientar que nenhuma classe é cooptada em sua totalidade. Contudo conseguindo a maior parte na soma das frações liberal e expressivista, tem-se como resultado a conquista da maioria da classe média e dos aparelhos que seus indivíduos controlam em gerência. Isso porque os conservadores já são maioria nesse estrato da população no Brasil e parte dos expressivistas viriam para aumentar ainda mais essa distância.

Vale lembrar que a posição mais central ou radical de uma fração de classe é estabelecida por duas morais norteadoras na sociedade capitalista, o valor do trabalho e a autenticidade da expressividade. O primeiro é importante para a noção de reprodução do capital sem a culpa da usura, estabelecendo-se em uma lógica de ascensão meritocrática. O segundo determina a individualização e a separação empática das lutas de classe, ampliando as diferenças internas e consequentes lutas dentro de cada estrato social.

Em conjunto, essas morais permitem que os trabalhadores persistam em uma luta inócua na busca de capital ao terem como ideia a retórica de que o trabalho árduo resulta em enriquecimento, enquanto que, a partir da autenticidade expressivista, afasta-se da consciência de classe. Essas morais, no Brasil, em conjunto com o desprezo pelas camadas inferiores da pirâmide social, determinam uma dificuldade na criação de medidas constantes de redução de

desigualdade e vulnerabilidade para as minorias. Quando são implementadas, ocorrem a partir de uma compensação para as classes dominantes.

Assim, a conquista da classe média brasileira precisa sempre de uma contrapartida em seu benefício, a mobilidade ideológica não ocorre sob uma perspectiva humanitária, mas sim capitalista. O estrato médio se desloca com o intuito de manter os privilégios enquanto gerenciadores da elite, por isso acatam a melhor perspectiva de expansão econômica em cada fase, seja ela mais progressista ou conservadora.

Desse modo, salienta-se que a crise econômica e a captação da maior parte da classe média são os fatores de significância para a ocorrência da mobilidade ideológica. Conforme já exposto, esses eventos ocorreram duas vezes no Brasil desde a redemocratização da ditadura Civil-Militar. Uma delas foi de natureza progressista e ocorreu no ano de 2002 com a vitória do então presidente Lula do PT. A outra foi de ordem conservadora e elevou ao Planalto o presidente Jair Bolsonaro, eleito então naquela oportunidade pelo PSL. A terceira parte desta tese dispõe os eventos que corroboram com essa afirmação.

As primeiras eleições presidenciais diretas do Brasil ascendem ao poder governantes de maior norteamo conservador, eles tinham como intuito a manutenção dos privilégios dispostos para as classes dominantes e do mercado. Em realidade, o foco dos três primeiros pleitos da Nova República de fato se davam na tentativa de estabilização econômica após os problemas da década de 1980.

O primeiro eleito, Fernando Collor, não logrou êxito econômico, tendo uma política desastrosa nessa área, perdeu seu mandato por meio de um *impeachment* a partir de denúncias de corrupção, o que indicava também a falta de apoio político e popular. FHC, eleito em 1994, venceu aquele pleito tendo como vantagem a notoriedade que ganhou por ter sido parte da criação do Plano Real, o qual estabilizou a superinflação dos anos anteriores e manteve a moeda nacional valorizada. Esses fatores, ao serem mantidos em seu primeiro mandato, permitiram também sua reeleição. No entanto, ao final de 1998, teve de apreciar a moeda nacional artificialmente para manter a imagem do equilíbrio econômico, o que não pôde ser continuado no decorrer de seu segundo mandato, perdendo assim a popularidade que havia conquistado antes, não comportando possibilidades de eleger um sucessor.

Lula é o vencedor das eleições de 2002 e estabelece a primeira mobilidade ideológica da Nova República. Os fatores que justificam a sua vitória, enquanto um representante do campo progressista, estão, em primeiro lugar, nas crises asiática e russa, que ocorreram entre os anos de 1998 e 1999, as quais refletiram, em conjunto a medidas econômicas inadequadas, em dois déficits na balança de pagamentos, uma vez em 1999 e outra em 2002. Em segundo

lugar, na posição midiática que não apoiou de forma velada nenhuma candidatura naquele evento, ainda assim os entraves econômicos da época eram noticiados e factualmente desvalorizaram aos olhos do público o governo do PSDB de FHC. Este tinha problemas expressivos com a valorização do dólar em relação ao real, o aumento da inflação e a elevação do desemprego. Desse modo, o papel da imprensa foi noticiar factualmente os números que, de alguma maneira, atingiam diretamente ou indiretamente a população, fato que auxiliou no direcionamento de outra opção de voto em detrimento ao governo que havia ficado oito anos no poder.

Lula se elegeu com o comprometimento de redução de desigualdades e manutenção das práticas usuais de mercado, isto é, sem promoção de interferências radicais as quais difundia de forma relativa em suas tentativas anteriores de chegar ao Planalto. Ele iniciava um pacto de classes a partir da Primeira Carta ao Povo Brasileiro e da escolha de um empresário liberal como vice em sua chapa, em outras palavras moderou seu discurso. Foram propostas que agradaram o eleitorado da classe média, que se norteou em sentido ao petista permitindo que vencesse ao fechamento das urnas no segundo turno em 26 das 27 unidades federativas naquele ano de 2002, tendo um aumento de proporção de votos em 25 das 27 em relação ao seu desempenho em 1998.

O governo Lula sobreveio em um período de prosperidade e crescimento econômico no mercado mundial. Os países emergentes ou em desenvolvimento se beneficiaram com a valorização dos preços das *commodities* e pelo consequente aumento de investimento a partir do capital resultante. Havia recursos para aplicar tanto em programas sociais, quanto na reprodução capitalista em benefício das elites e a alta classe média.

Desse modo, ainda que Lula tenha sido associado a denúncias de corrupção e consequentemente perdido a neutralidade da mídia, absorvendo o descontentamento da maioria da classe média, o bom momento econômico conservava a maior parte do eleitorado a seu favor. Isso porque a qualidade de vida da população em geral havia ascendido. Nesse cenário ele se reelege em 2006 e faz Dilma Rousseff sua sucessora em 2010.

A partir da teoria dos ciclos econômicos, o bom momento se daria em uma fase de prosperidade capitalista, o que ocorria de fato no decorrer da década de 2000. No entanto, a crise instalou-se antes do esperado, a questão dos *subprimes* em 2008 não foi exatamente uma consequência sistêmica, mas um evento provocado por atitudes inconsequentes na venda de ações no mercado de hipotecas estadunidenses. De qualquer forma, seus efeitos se dão a longo prazo e se fazem de modo semelhante a outros eventos de recessão ou de depressão em anos anteriores.

O Brasil não vai sofrer significativamente em um primeiro momento, graças aos recursos adquiridos nos anos do “milagrinho”, bem como pela criação de medidas de injeção de capital na economia. Contudo, anos mais tarde os problemas econômicos retornariam e em 2011, a partir da crise do euro, uma série de equívocos de políticas econômicas resultariam em queda de arrecadação. Tais ações ampliaram o descontentamento que antes atingia com mais relevância a classe média, chegando então ao restante da população.

Em realidade, o consumo continuou alto após a crise de 2008, mas a indústria não acompanhou aquela recuperação. Dilma tentou realizar medidas semelhantes às de Lula, o governo precisava desvalorizar o real para conseguir criar competição em âmbito nacional, em outras palavras, aumentar o valor do dólar para impedir que parte do consumo continuasse indo para produtos importados, o que auxiliaria consequentemente a indústria nacional. Essas medidas são extremamente impopulares com a classe média, pois é essa a camada social que costuma adquirir bens produzidos no exterior.

Além do aumento do dólar, o período de pleno emprego inflacionou o preço da prestação de serviços de menor qualificação atingindo também o estrato médio da população. Nessa situação, a tentativa pertinente mas frustrada de reduzir os juros do setor financeiro, a administração de preços para controle de inflação e as desonerações tributárias são fatores equivocados implantados na tentativa de controle da crise.

Todas essas ações de alguma forma ou incidiam em redução de popularidade ou de arrecadação, a falta de apoio à presidente fica evidente a partir das Jornadas de Junho. Várias pessoas de diferentes concepções de interpretação da realidade brasileira saíram às ruas, demandando a princípio mais investimentos em setores públicos, porém conseguindo, por outro lado, atrair uma classe média descontente com o governo. Essa camada social se mobilizou defendendo pautas mais conservadoras e menos expressivas no que toca o público em geral.

A arrecadação pública caiu em razão das desonerações que por sua vez substituíram a queda do lucro das empresas. Até meados de 2014 o pleno emprego se manteve, todavia a medida não se converteu em reinvestimento e o país ficou estagnado. Não por causa do excesso de gasto com políticas sociais como defendiam os opositores do governo, mas por uma série de ações econômicas desacertadas.

A perda de capital político ficou evidente em 2014, quando as eleições de então foram resolvidas com uma margem reduzida na preferência do eleitorado, menos de 3% dos votos válidos. A queda na popularidade de Dilma se amplia no primeiro ano de mandato, já que muitos dos problemas econômicos iniciados a partir de 2011 se traduzem em recessão a partir de 2015.

Ainda que tenha sido legitimamente eleita um ano antes, Dilma já tinha perdido parte daquele seu eleitorado, seja pela piora da economia, pela intensificação da crítica na mídia e nas redes sociais, ou pela tentativa de ampliação do modelo neoliberal, cenário este que ela havia refutado em sua campanha eleitoral e gerou descontentamento de alas progressistas.

A presidente não tinha popularidade para se sustentar no mandato, ainda que tivesse uma expressiva base militante comprometida, é impossibilitada de continuar no cargo mesmo sem um crime de responsabilidade claro, tal ocorreu por meio de um processo de *impeachment*. Assume para o restante do mandato seu vice, Michel Temer, que prometera a intensificação da agenda neoliberal para a resolução dos problemas econômicos.

Ainda que tenha perdido o seu segundo mandato sob uma baixa de popularidade, Dilma mantinha junto ao PT e a Lula uma militância forte e apoio de atores sociais que argumentaram contra as possíveis irregularidades de sua destituição. A troca de acusações na oposição com o PSDB levou a uma devassa neste partido o qual também perde eleitorado e a viabilidade de seu então principal candidato, Aécio Neves.

Enquanto um representante do centro neoliberal, Michel Temer, também não agregava relevante apoio popular, não emplacou a economia como prometera, cortou recursos de áreas sociais e também foi atingido por denúncias de corrupção. O cenário era de um candidato que não se apresentasse em associação à vertente da esquerda petista, nem do centro direitista representado com a moderação liberal da retórica do PSDB.

Nessa conjuntura, ascende ao Planalto Jair Bolsonaro, visto como um político de carreira que não tinha influência nas principais discussões do panorama político, por isso é apreendido a uma renovação na polarização eleitoral dos últimos anos. Tal concepção é um equívoco, ele corrobora com o discurso econômico neoliberal e adiciona pressupostos morais conservadores em sua retórica.

A alocação vencedora das eleições de 2018 é a da classe média conservadora voltada ao profascismo, que logra êxito desqualificando o que se entende coloquialmente como esquerda. Esta por seu turno passa a ser apreendida então de modo pejorativo como uma ideologia condescendente com a corrupção e antagônica aos valores morais dessa fração de classe. Parte das frações liberal e expressivista também se direcionam ao candidato, seja na sua escolha direta ou na neutralidade representada pela anulação, no voto em branco ou abstenção no pleito.

Bolsonaro substitui o PSDB como o polo do voto conservador, estabelecendo eleitoralmente a segunda mobilidade ideológica da Nova República. Os fatores que justificam

sua vitória enquanto um representante da política conservadora estão em duas condições, ou seja, uma de natureza econômica e outra de cunho social.

Primeiramente, a economia se desequilibra na sucessão de crises que se iniciam ainda em 2008, mas se intensificam em 2011, provocando a recessão de fato em 2015. Em segundo lugar, a atuação da mídia foi expressiva no processo de desqualificação do PT, o que incidiu também nas esquerdas com pautas progressistas. Esse processo foi uma constante a partir de 2005 com as denúncias do “Mensalão” e continuaram atuantes na imprensa anos mais tarde com as Jornadas de Junho e a Operação Lava-Jato. A cobertura fora realizada com maior quantidade de horas de exposição nas denúncias contra o governo petista e seus aliados em detrimento de outros sujeitos e partidos também responsáveis pelo cenário.

Mesmo com o *impeachment* de Dilma, a proporção de redução de votos do PT em 2010 e 2014 já indicavam a probabilidade de vitória de um candidato relativamente mais conservador ao petismo em 2018. No entanto a queda da presidente traz à tona denúncias contra opositores da centro direita, principalmente do PSDB, e os fazem perder força também. Assim Bolsonaro surge com a proposta de contraposição também a estes candidatos mais moderados, o discurso em si é da renovação em relação àquela polarização partidária assentada desde 1994.

A classe média profascista e liberal se norteiam em peso ao bolsonarismo, levando parte da fração expressivista. Como consequência Bolsonaro venceu em 16 das 27 unidades federativas, ampliando votos proporcionais conservadores em 24 das 27 delas, isso em comparação ao desempenho de Aécio em 2014.

O governo Bolsonaro, durante os dois primeiros anos de seu mandato, mantém alocução da campanha eleitoral. A orientação econômica consolida medidas prioritariamente neoliberais, os investimentos públicos e programas sociais têm perdido recursos para manutenção e eventuais melhorias. Ações estas que resultam em inconsistências na qualidade dos serviços e no padrão de vida da população. Por outro lado, ele persiste em perseguir o discurso opositor, representado pelas manifestações das minorias vulneráveis, as quais não se sentem incorporadas pelas ações do governo, que se situa em uma eloquência de descaso e preconceitos moralistas.

Não há como projetar com exatidão o futuro político de Bolsonaro, a partir do ponto de vista da mobilidade ideológica os fatores de convergência para o processo não se radicarão até 2022. As crises que ondularam mais intensamente desde a década de 2010 não retrocederam, continuam em uma espécie de platô que alternam trimestres de estagnação e recessão, previsões mais qualificadas ficam mais difíceis ainda com a questão da pandemia do coronavírus.

As mídias, por sua vez, não apoiam deliberadamente as atitudes do presidente. Todavia a expansão das redes sociais se perpetra de modo expressivo na sedimentação de uma espécie de imprensa paralela. Esta, sem a necessidade de demonstração de uma suposta neutralidade, favorece a ampliação e naturalização de opiniões radicalizadas. Bolsonaro mantém significativo apoio nesse ambiente.

Nessa conjectura, o progressismo se mantém ainda em uma perspectiva de relativo desgaste, a lógica da corrupção em associação vulgar às esquerdas se mantém ainda recente na memória popular. As eleições de 2020 indicaram um norcionamento ao centro mais à direita, o que sugere uma moderação do discurso ideológico, porém não necessariamente uma mobilidade, já que os passos da economia continuariam seguindo as normas neoliberais.

De um modo geral, os eventos sociopolíticos e econômicos que transcorreram a realidade brasileira na década de 2010 permitiram o rompimento dos dois pactos estabelecidos, após o fim da ditadura Civil-Militar, entre as camadas mais altas da pirâmide social do Brasil no que toca ao restante da população.

Primeiramente, a sociedade brasileira entrou em acordo ao situar um período que se radicou com a constituição de 1988. Esta determinou concretamente a retomada da democracia, a partir do direito de escolha via eleitoral para o cargo de presidente do país, tal fase fora chamada de Pacto Democrático-Popular. Este foi realizado também com a consolidação de leis as quais, pelo menos no papel, outorgariam uma série de direitos aos cidadãos do país. Direitos estes que objetivam de lhes garantir factualmente dignidade, não por acaso a constituição atual é comumente chamada de cidadã.

Em segundo lugar, é pertinente recordar o pacto estabelecido entre as elites e parte da classe média no decorrer dos anos 2000. Um acordo que garantiu o aumento nos investimentos em projetos sociais destinados aos brasileiros mais vulneráveis, o que foi denominado de Pacto Nacional-Popular. Os recursos do governo nessa fase também se direcionaram a programas que tinham como intuito consolidar maior acesso a alimentação, renda e habitação própria, todos direitos básicos previstos na constituição, além de incentivar a manutenção das crianças das famílias abrangidas na escola. Foram circunstâncias conformadas principalmente a partir da mobilidade ideológica progressista do governo Lula e aplicadas com maior expressividade em seu segundo mandato.

No entanto, ambos os contratos se dissolveram em um processo que deteriorou a economia brasileira no decorrer dos anos de 2010. O primeiro acordo a cair foi o da manutenção da democracia, o *impeachment* de Dilma enviou a legislação para implementar oficialmente outra agenda econômica. Isso demonstrou que os atores da política partidária nacional estavam

mais dispostos a garantir os interesses da elite do que da soberania das leis do país e da escolha da população nas eleições de 2014. O fizeram utilizando a classe média como agitadores e imagem primordial de descontentamento, recordando que essa camada social é aquela que de fato se expõe diretamente para a população, isso por meio da mídia e da representação política.

Após a queda da presidente Dilma o neoliberalismo se intensificou, cenário que se deu com a entrada de seu vice Michel Temer como chefe do executivo federal. Com isso, em segundo lugar, o acordo Popular-Nacional também foi rompido, determinando outra fase liberal dependente, a exemplo dos anos de governo FHC. Isso se materializa por meio dos vários cortes e contingenciamentos realizados para redução dos gastos públicos. Muitos destes foram efetivados a partir de PECs, uma vez que a constituição cidadã não permitiria essas medidas, a exemplo da aprovação congelamento do teto dos gastos por vinte anos.

Sobre a própria questão das PECs, ainda que essas se configurem como importante ferramenta em governos democráticos para atualizações pontuais na legislação, no Brasil elas são utilizadas em demasia para enviesar a própria carta magna do país. Mais de mil propostas dessa natureza foram discutidas no Congresso e no Senado de modo que, até fevereiro de 2021, 108 foram aprovadas tornando-se Emendas Constitucionais (EC) de fato. Em outras palavras, mais de três vezes por ano em média alguma lei é alterada substancialmente no país.

Essa expressiva quantidade de ECs são um problema, o que deveria ser um meio de corrigir algumas passagens que possam estar desatualizadas na constituição, torna-se um instrumento de uso político em benefício de agendas que muitas vezes não estão de acordo com o desenvolvimento do país. Como exemplo é possível citar as ECs N.º 16, da reeleição para cargos executivos, e N.º 95, do teto dos gastos públicos.

Tais ações em realidade, como no caso da EC N.º 16, beneficiam em última instância as elites e o rentismo do mercado financeiro os quais conservam sem maiores obstáculos a manutenção da acumulação com o pagamentos dos juros da dívida pública. Esta por sua vez se mantém ativa sem riscos de rolamento ou moratória enquanto que os programas e setores sociais do Brasil são precarizados com a falta de investimentos.

Em linhas gerais, este distanciamento de classes ocorreu em razão da crise econômica em primeiro lugar, a elite não permitiria mais que outros indivíduos recebessem alguma parte dos recursos absorvidos pelo Estado brasileiro. Quando o capital fica escasso as camadas mais baixas da pirâmide social são as que vão sentir os cortes a princípio. Nesse meio termo, a classe média se norteia à elite, já que precisa desta para manter o *status* de privilégio em forma de gerência dos aparelhos de manipulação. Isso além de barrar a possibilidade de ascensão da “ralé” e da classe trabalhadora, as quais, ainda que não tenham ocupado intensamente os



espaços do topo social, tiveram inegavelmente mais oportunidades a partir do início deste século.

Em suma, tanto a democracia moldada na constituição de 1988 quanto o Pacto Nacional-Popular do “lulo-petismo” chegaram ao seu limite. Esses eventos, aos quais se referem ao rompimento de acordos de classe e de ruptura democrática se assentam a partir do próprio golpe de 2016 e da eleição do presidente Bolsonaro em 2018. A primeira situação escancara o movimento de rescisão do pacto popular que já estava em curso desde 2013 com as Jornadas de Junho. O segundo consolida a mobilidade ideológica, pois é factual que o cenário de manipulação das elites e da classe média finalmente chegaram ao resto da população. Ainda que Bolsonaro não tenha sido a real escolha dos interesses hegemônicos, a esquerda progressista fora derrotada.

Deste modo, constatou-se com o transcorrer deste trabalho que a mobilidade ideológica é uma facticidade, um processo decorrente de condições econômicas e sociais que incidem na gestão política de uma realidade espacial. Ela é demonstrada a partir da criação de territórios de influência que podem ser corroborados por meio das eleições majoritárias presidenciais, as quais demonstram a mudança do norteamo dos votos de uma maioria em comparação a pleitos anteriores.

As circunstâncias antecedentes indicam que a maior parte do eleitorado alterna seu voto entre programas progressistas e conservadores a partir da teoria dos ciclos econômicos e da sugestão midiática, esta de propriedade das elites e gerenciada pela classe média. Tal situação ocorreu em duas oportunidades na Nova República, com a ascensão do governo Lula em 2002, com uma perspectiva relativamente progressista, e com Jair Bolsonaro em 2018, com um viés intensamente conservador.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Ensaio sobre psicologia social e psicanálise**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

ALBERINI, Daniel Vinícius; BOGUSZEWSKI, Leonardo Deeke. **Por Dentro do Subprime: a crise imobiliária americana e seus impactos na economia brasileira**. Vitrine da Conjuntura, Curitiba, v.1, n.2, abril 2008. Disponível em: <<https://img.fae.edu/galeria/getImage/1/745596955587767.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2020.

ALMEIDA, Ronaldo de. **Bolsonaro presidente: Conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira**. Novos estudos CEBRAP, v.38, n.1, pp.185-213, 2019.

ALTHUSSER, Louis. **Marxismo segundo Althusser**. São Paulo: Sinal Comunicações, 1967.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Presença, 1974.

ALVES, Heverton Maia Crístian. **“I Want You for the U.S Army”: Um estudo sobre a construção ideológica do cartaz e sua análise semiótica**. XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste: João Pessoa, PB, 2014.

ANTUNES, Ricardo. **Trabalho e precarização numa ordem neoliberal**. In: GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio. (Orgs). **A cidadania negada: Políticas de exclusão na educação e no trabalho**. São Paulo: Cortez, 2001.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2006.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo; FILGUEIRAS, Vitor. **Plataformas digitais, Uberização do trabalho e regulação no Capitalismo contemporâneo**. Contracampo, Niterói, v. 39, n. 1, p. 27-43, abr./jul. 2020.

AVELAR, Lúcia. **As eleições na era da televisão**. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v.32, n.4, pp. 42-57, 1992.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. **Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.15, n.42, pp.123-142, 2000.

BAUMAN, Zygmund. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BECKER, Olga Maria Schild. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In: CASTRO, Iná Elias de. GOMES, Paulo Cesar da Costa. CORRÊA, Roberto

Lobato. (org.). **Explorações Geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 319-367.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo, SP: Editora Unesp, 2011.

BORBA, Jean Marlos Pinheiro. **Trabalho, qualificação e informação: uma revisão de literatura**. Revista Infociência, n. 1, v. 4, 2004.

BORGES, André; VIDIGAL, Robert. **Do lulismo ao antipetismo? Polarização, partidarismo e voto nas eleições presidenciais brasileiras**. Revista Opinião Pública, Campinas, vol. 24, nº 1., 2018

BOUDON, Raymond. **A Ideologia**. São Paulo, SP: Ática, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Economia conservadora e economia progressista**. Revista de economia política, São Paulo, v. 5, n. 4, 1985.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Lucro, acumulação e crise**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1986.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento e crise no Brasil**. São Paulo, SP: Editora 34, 2003.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A construção política do Brasil: Sociedade, economia e Estado desde a Independência**. São Paulo, SP: Editora 34, 2016.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Classes e estratos sociais no capitalismo contemporâneo**. Bresser-Pereira, 2002. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/1981/81-ClassStrata.p.pdf>> Acesso em: 20 mar. 2019.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **A Crise financeira global e depois: um novo capitalismo?** Novos Estudos, São Paulo, v. 86, p. 51-72, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n86/n86a03.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2020.

BRITO, Danilo Lopes; BONA, Fabiano Dalla. **Sobre a noção de estereótipo e as imagens do Brasil no exterior**. Revista Graphos, vol. 16, nº 2, 2014.

BUGALHO, Henry. **Minha especialidade é matar: como o bolsonarismo tomou conta do Brasil**. Curitiba, Kotter Editorial, 2020.

CAMPANTE, Rubens Goyatá. **O patrimonialismo em Faoro e Weber e a sociologia brasileira**. Revista Dados, Nº46 Vol. 1, 153-193, 2003.

CANO, Wilson. **Da década de 1920 à década de 1930: transição rumo à crise e à industrialização no Brasil** Revista de Políticas Públicas. São Luís, v.16, n.1, 2012. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/1179>> Acesso em: 23 nov. 2020.

CAPONI, Sandra. **Covid-19 no Brasil: entre o negacionismo e a razão neoliberal**. Estudos Avançados, São Paulo, v.34 n.99, 2020.

CARREIRÃO, Yan de Souza. **A decisão do voto nas eleições presidenciais do Brasil (1989 a 1998): a importância do voto por avaliação de desempenho**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.

CARREIRÃO, Yan. **A eleição presidencial de 2006: uma análise preliminar**. Política & Sociedade, Florianópolis, n°.10, p.91-116, 2007.

CARVALHO, Laura. **Valsa brasileira: do boom ao caos econômico**. São Paulo: Todavia, 2018.

CARVALHO, Rodrigo de. **A imprensa escrita na era FHC: Análise dos editoriais dos jornais Folha de São Paulo e O Globo no período 1995-2002**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Mercado) – Faculdade Cásper Líbero. São Paulo, 2006.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CECHIN, Alícia; MONTOYA, Marco Antonio. **Origem, causas e impactos da crise financeira de 2008**. Teoria e Evidência Econômica - Ano 23, n. 48, p. 150-171, jan./jun. 2017. Disponível em: < <http://seer.upf.br/index.php/rtee/article/view/7363>>. Acesso em: 16 nov. 2020.

CHAUÍ, Marilena. A nova classe trabalhadora brasileira e a ascensão do conservadorismo. In: SINGER. In: SINGER, André [*et al*]. JINKINGS, Ivana; KIM, Doria; CLETO, Murilo (orgs.). **Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise**. São Paulo: Boitempo, 2016.

CHAUÍ, Marilena. A nova classe trabalhadora do Brasil e a ascensão do conservadorismo. In: CLETO, Murilo; DORIA, Kim; JINKINGS, Ivana (Org.) **Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 15-22.

CHAUÍ, Marilena. **O que é Ideologia**. São Paulo, SP: Brasiliense, 2004.

CHESNAIS, J. C. **A violência no Brasil: causas e recomendações políticas para a sua prevenção**. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 53-69, 1999.

CHOMSKY, Noam. **Mídia: Propaganda Política e Manipulação**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

CIOCCARI, Deysi; PERSICHETTI, Simonetta. **A campanha eleitoral permanente de Jair Bolsonaro: O deputado, o candidato e o presidente.** Revista Lumina, Juiz de Fora, v. 13, n. 3, 2019.

COUTINHO, Denise Maria Barreto, FONTELES, Camila Santos Lima. **A Perspectiva Transdisciplinar da Psicanálise.** Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília, v. 35, 2019.

CORRÊA, José Lobato. Espaço, um conceito chave da geografia. In: **Geografia Conceitos e Temas**, org. CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2012.

DA MATTA, R. **A casa e a rua espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

DAMIANI, A. L. **População e Geografia.** 9. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

DE PAULA, Luiz Fernando; MACHADO, Pedro Lange Netto. Brasil acima de tudo, mercado acima de todos. In: Dossiê: “Um ano de governo Bolsonaro”. Rio de Janeiro: Boletim GEEP, n.1, mar, 2020. Disponível em: <<http://geep.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2020/04/Boletim-GEEP-001.pdf>> Acesso em: 08 dez. 2020.

DRAIBE, Sônia. **A política social no período FHC e o sistema de proteção social.** Revista Tempo Social, São Paulo, v.15, n.2, p. 63-101, 2003.

EAGLETON, Terry. **As Ilusões do Pós-modernismo.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: Formação do patronato político brasileiro.** Rio de Janeiro: Editora Globo, 2001.

FARIA, Débora Jacintho. **Crise de 1929: convergência e divergência entre o Partido Democrata e o Partido Republicano nos Estados Unidos.** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília. Brasília, 2016.

FAUSTO, Bóris. **História do Brasil.** São Paulo: Edusp, 1995.

FEIL, Fernanda. **Austericídio para quem?** In: Dossiê: “Um ano de governo Bolsonaro”. Rio de Janeiro: Boletim GEEP, n.1, mar, 2020. Disponível em: <<http://geep.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2020/04/Boletim-GEEP-001.pdf>> Acesso em: 08 dez. 2020.

FLEISCHER, David. **Comportamento do Eleitorado Brasileiro na Eleição Presidencial de 1989: Transferência de votos do 1º para o 2º turno - Uma análise de dados agregados.** Revista de Ciências Humanas. Vol. 6 n° 9, 1990.

FREUD, Sigmund. O Ego e o Id. In: FREUD, S. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud: Volume 19.** Rio de Janeiro: Imago, 1990.

FREUD, S. **Algumas observações sobre o conceito de inconsciente na psicanálise.** In: Obras completas, volume 10: Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia (“O Caso Schreber”). São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FREUD, Sigmund. O Inconsciente. In: FREUD, Sigmund. **Escritos sobre a psicologia do inconsciente**. Volume 2. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

FREUD, Sigmund. Psicologia de grupo e análise do Ego. In: FREUD, Sigmund. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. v. 18**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2003.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2003.

GALINARI, Melliandro Mendes; PEREIRA, Luciana de Souza. **Da Carta de Princípios (1979) à Carta ao povo brasileiro (2002)**: variações éticas do Partido dos Trabalhadores. Revista de Estudos Linguísticos, Belo Horizonte, v.27, n.1, p. 359-400, 2019.

GAUDEMAR, J. P. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Estampa, 1977.

GODINHO, Rosemary de Sampaio. **Renascimento: uma nova concepção de mundo através de um novo olhar para a natureza**. DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação, v. 13, n. 1, 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/7588>>. Acesso em: 16 nov. 2020.

GOMES, Ciro. **Projeto nacional**: o dever da esperança. São Paulo: Leya, 2020.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere, volume 1**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRILLO, Sheila Vieira de Camargo. **Marxismo, psicanálise e método sociológico: o diálogo de Volóchinov, marxistas soviéticos e europeus com Freud**. Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso, vol.12, n.3, 2017.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1999.

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: Entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: **Geografia Conceitos e Temas**, org. CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2012.

HAIDER, Asad. **Armadilha da identidade**: raça e classe nos dias de hoje. São Paulo: Veneta, 2019.

HARGREAVES, Laurita. **Os direitos sociais estão ameaçados?** O sistema de bem-estar social no Brasil sob políticas neoliberais. In: Dossiê: “Um ano de governo Bolsonaro”. Rio de Janeiro: Boletim GEEP, n.1, 2020. Disponível em: <<http://geep.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2020/04/Boletim-GEEP-001.pdf>> Acesso em: 08 dez. 2020.

- HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.
- HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo, SP: Annablume, 2005.
- HARVEY, David. **O neoliberalismo – histórias e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.
- HARVEY, David. **Para entender o capital: livro I**. São Paulo: Boitempo, 2013a.
- HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2013b.
- HOBBSBAWN, Eric. **A era das revoluções: 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- HOBBSBAWN, Eric. **A era do capital: 1848-1975**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- HOBBSBAWN, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX. 1941-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- JABUR, Vicente. **Propaganda no regime soviético - o uso da propaganda, pós-revolução de 1917, como forma de manter a coesão interna e a sobrevivência do novo regime**. Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 2017.
- JACOB, Cesar Romero; *et al.* **As eleições presidenciais no Brasil pós-ditadura militar: continuidade e mudança na geografia eleitoral**. Revista Alceu – V. I – N. I – p. 102 a 151 – jul./dez. – 2000.
- JACOB, Cesar Romero; *et al.* **A eleição presidencial de 2010 no Brasil: continuidade política e estabilidade na geografia eleitoral**. ALCEU, Rio de Janeiro, v.12, n.23, p.189-229, 2011.
- JACOB, Cesar Romero; *et al.* **A geografia do voto nas eleições presidenciais do Brasil: 1989-2006**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Vozes, 2010.
- KANT, Immanuel. **Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1986.
- KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo, SP: Companhia das letras, 2002.
- LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, Jean-Bertrand Lefebvre. **Vocabulário da Psicanálise**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2001.
- LAPONCE, Jean. **Left and Right: The topography of Political Perceptions**. Toronto: University of Toronto Press, 1981.
- LEITE, Edna Xenofonte; *et al.* **Materialismo histórico dialético: Contribuições para a realização da pesquisa científica**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 04, Ed. 11, Vol. 05, pp. 47-54, 2019. Disponível em:

<<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/materialismo-historico>> Acesso em: 20 dec. 2020.

LIMONGE, Fernando; GUARNIERI, Fernando. **Competição partidária e voto nas eleições presidenciais no Brasil**. Revista Opinião Pública, Campinas, vol. 21, nº 1, abril, 2015, p. 60-86.

LOWY, Michael. **Ideologias e Ciência Social: Elementos para uma análise marxista**. São Paulo: Cortez, 2015.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

LYOTARD, Jean-François. **A Condição Pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

MACHADO, Maria das Dores Campos. **Aborto e ativismo religioso nas eleições de 2010**. Revista Brasileira de Ciência Política, nº7. Brasília, pp. 25-54, 2012.

MACIEL, David. **O governo Collor e o neoliberalismo no Brasil (1990-1992)**. Revista UFG, Ano XIII nº 11, 2011.

MAGNANI, Leonne Augusto Coelho. **Ciclos ou ondas longas? O tratamento das flutuações de temporalidade longa em Kondratieff, Schumpeter e Mandel**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2018.

MAMIGONIAN, Armen. **Kondratieff, ciclos médios e organização do espaço**. Geosul: Revista do Departamento de Geociências, Florianópolis, v. 14, n. 28, p. 152-157, 1999. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/15309/13904>>. Acesso em: 12 dec. 2020.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MANDEL, Ernest. **Las ondas largas del desarrollo capitalista: la interpretación marxista**. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 1986.

MANHEIN, Karl. **Ideologia e utopia**. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara, 1986.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Ideologia**. São Paulo, SP: Global, 1991.

MARINI, Ruy Mauro. **Duas notas sobre o socialismo**. Lutas Sociais, São Paulo, n. 5, 1998.

MARTINS, Alexandre Luís Ponce; PRESTES, Vivian Rafaella. **Mobilidade e xenofobia: Considerações da geografia à psicanálise**. Revista Percurso, Maringá, v. 9, n. 1, p. 25-39, 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas**. São Paulo, SP: Boitempo, 2007.



MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro I.** São Paulo: Boitempo, 2017.

MEDEIROS, Cauã Cauê França Scarcellie Rodolfo Pereira. **As “jornadas de junho” e suas influências na política de transportes em São Paulo Oliver.** In: Congresso Brasileiro de Geógrafos, VII, 2014, Vitória. Anais do VII CBG, Vitória, 2014. Disponível em: <[http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404305340\\_ARQUIVO\\_EDP-CBG.pdf](http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404305340_ARQUIVO_EDP-CBG.pdf)> Acesso em: 02 dez. 2020.

MILANEZ, Felipe; SÁ, Lúcia; KRENAK, Ailton; CRUZ, Felipe Sotto Maior; RAMOS, Elisa Urbano; JESUS, Genilson dos Santos. **Existência e diferença: o racismo contra os povos indígenas.** Revista Direito e Práxis, Rio de Janeiro, v. 10, no. 3, p. 2161-2181, 2019.

MONTEIRO, Felipe Mattos; CARDOSO, Gabriela Ribeiro. **A seletividade do sistema prisional brasileiro e o perfil da população carcerária: um debate oportuno debate.** Civitas, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 93-117, 2013.

MORMUL, Najla Mehanna. **As abordagens sobre população na geografia brasileira (1934 – 2010): Permanências, transformações e rupturas.** 2013. 340 p. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2013.

MOSELEY, Fred. **Uma crítica da teoria da produtividade marginal como preço do capital.** Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, São Paulo, nº 35, p. 109-120, junho 2013.

MUNDIN, Pedro Santos. **Cobertura das eleições presidências de 2006: Efeitos realmente limitados?** Revista brasileira de comunicação social, Vol. 29 nº 86, 2014.

NETO, Edmilson de Oliveira Neto. **A crise da Grécia: origens, interpretações e alternativas.** Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Araraquara, 2014.

NUNOMURA, Eduardo Yoshio. **O mensalão impresso: O escândalo político-midiático do governo Lula nas páginas de Folha e Veja.** Dissertação (Mestrado em comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

PEREIRA, Wagner pinheiro. **O império das imagens de Hitler: O projeto de expansão internacional do modelo de cinema nazi-fascista na Europa e na América Latina (1933-1955).** Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

PINHEIRO, Pedro Portocarrero. **Para entender o fenômeno Carter: governo, partido e movimentos sociais num contexto de crise.** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2013.

POCHMANN, Marcio. **O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social.** São Paulo: Boitempo, 2014.

POCHMANN, Marcio. Capitalismo e desenvolvimento. In: **Brasil sem industrialização: a herança renunciada.** Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.

PRADO JUNIOR, Caio. **Teoria marxista do conhecimento e método dialético materialista. Discurso**, São Paulo, v. 4, n. 4, p. 41-78, ago. 1973. ISSN 2318-8863. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/discurso/article/view/37760>>. Acesso em: 09 dec. 2018.

PRONI, Marcelo Weishaupt. **História do capitalismo: uma visão panorâmica** CADERNOS DO CESIT (Texto para discussão n. 25). Cadernos do CESIT, Campinas, n.25, 1997.

QUAINI, Massimo. **Marxismo e geografia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática. 1993.

RAMONET, Ignacio. **Propagandas silenciosas: massas, televisão, cinema**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

RAYMOND, Aron. **O ópio dos intelectuais**. São Paulo: Três Estrelas, 2016.

RENNO, Lucio; HOEPERS, Bruno. **Voto estratégico punitivo: transferência de votos nas eleições presidenciais de 2006**. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n.86, p. 140-161, 2010.

RIBEIRO, Oswaldo E. do Amaral e Pedro Floriano. **Por que Dilma de novo?** Uma análise exploratória do Estudo Eleitoral Brasileiro de 2014. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, v.23, n.56, p. 107-123, 2015.

ROCHA, Márcio Mendes. **A Espacialidade das Mobilidades Urbanas – Um olhar para o Norte Central Paranaense**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.

ROSZAK, Theodore. **A contracultura**. São Paulo: Vozes, 1972.

SAFATLE, **A esquerda que não teme dizer seu nome**. São Paulo: Três estrelas: 2016.

SALES JR., Ronaldo. **Democracia racial: o não-dito racista**. Tempo social, São Paulo, vol. 18, n. 2, pp. 229-258, 2006.

SANDRONI, Paulo; *et al.* **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 1999.

SANTOS, João Guilherme Bastos dos; *et al.* **WhatsApp, política mobile e desinformação: a hidra nas eleições presidenciais de 2018**. Comunicação e Sociedade, São Bernardo do Campo, v. 41, n. 2, p. 307-334, 2019.

SANTOS, Milton. Geografia, Marxismo e Subdesenvolvimento. In: MOREIRA, Ruy (organizador). **Geografia: Teoria e crítica**. Editora Vozes: Petrópolis, 1982.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2013.

SAQUET, Marco Aurélio. **Abordagens e concepções sobre o território**. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCHWARZ, Robert. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Duas Cidades. 1992.

SELL, Carlos Eduardo. **As duas teorias do patrimonialismo em Max Weber: do modelo doméstico ao modelo institucional**. In: X Congresso da ABCP – Associação Brasileira de Ciência Política, 2016.

SEVILLANO, Daniel Cantinelli. **Somos os filhos da Revolução: Estudantes, Movimentos Sociais, Juventude e o fim do regime militar (1977-1985)**. Dissertação (Mestrado em Economia) Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

SILVA, Cris Guimarães Cirino da. **O bolsonarismo da esfera pública. Uma análise foucaultiana sobre os conceitos de pós-verdade, fake News e discurso de ódio presentes nas falas de Bolsonaro**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2020.

SILVA, Marlon Garcia. **Concepção materialista e dialética da história desde a Ideologia Alemã**. In: V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina, 2013, Londrina-PR. Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina, 2013.

SILVA, Mygre Lopes da; SILVA Rodrigo Abbade da. **Economia brasileira pré, durante e pós-pandemia do Covid-19: impactos e reflexões**. Observatório Socioeconômico da COVID-19, Universidade Federal de Santa Maria, 2020. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/820/2020/06/Textos-para-Discuss%C3%A3o-07-Economia-Brasileira-Pr%C3%A9-Durante-e-P%C3%B3s-Pandemia.pdf>> Acesso em: 16 dez. 2020.

SINGER, André. Por uma frente ampla democrática e republicana. In: SINGER, André [*et al*]. JINKINGS, Ivana; KIM, Doria; CLETO, Murilo (orgs.). **Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

SOUTHIER, Diane. **O campo discursivo sobre drogas e o posicionamento de Fernando Henrique Cardoso**. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2016.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado**. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: LeYa, 2017.

SOUZA, Jessé. **A classe média no espelho: Sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018a.

SOUZA, Jessé. **A subcidadania brasileira: Para entender o país além do jeitinho brasileiro**. Rio de Janeiro: LeYa, 2018b.

SOUZA, Jessé. **A tolice da inteligência brasileira**: ou como o país se deixa manipular pela elite. Rio de Janeiro: LeYa, 2018c.

SOUZA, Mariana Barbosa de; HOFF, Tuize Silva Rovere. **Governo Temer e a volta do neoliberalismo no Brasil**: possíveis consequências para a habitação popular. Revista Brasileira de Gestão Urbana, Curitiba, 11, e20180023, 2019.

STEWART JR., Donald. **O que é Liberalismo**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1999.

TAVARES, André Ramos; MOREIRA, Diogo Rais Rodrigues. **O voto eletrônico no Brasil**. Estudos Eleitorais, Brasília, DF, v. 6, n. 3, 2011.

TAYLOR, Charles. **As Fontes do Self**: A construção da identidade moderna. São Paulo: Loyola, 1997.

VIANNA, Luiz Werneck. Weber e a interpretação do Brasil. In: SOUZA, Jessé (org.). **O malandro e o protestante**: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1982.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Vol. 2. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Vol. 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991.

YASBEK, Maria Carmelita. **O programa fome zero no contexto das políticas sociais brasileiras**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v.18, n.2, pp.104-112, 2004.

ZABLUDOVSKY, Gina Kuper, **La Dominación Patrimonial en la Obra de Max Weber**. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1989.